



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Bruna Busnello

**Deputadas estaduais de Santa Catarina: trajetórias, narrativas e representatividade (1987-
2024)**

Florianópolis
2026

Bruna Busnello

Deputadas estaduais de Santa Catarina: trajetórias, narrativas e representatividade (1987-2024)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em História Global.

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a). Joana Maria Pedro

Florianópolis

2026

Busnello, Bruna

Deputadas estaduais de Santa Catarina: : trajetórias,
narrativas e representatividade (1987-2024) / Bruna
Busnello ; orientadora, Joana Maria Pedro, 2026.
305 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

1. História. 2. mulheres na política. 3. Santa
Catarina. 4. gênero. 5. História Oral. I. Pedro, Joana
Maria. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Bruna Busnello

Deputadas estaduais de Santa Catarina: trajetórias, narrativas e representatividade (1987-2024)

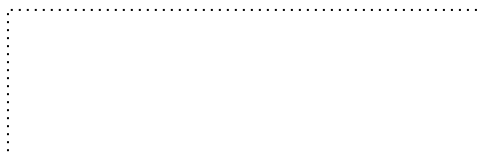
O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 12 de fevereiro de 2026, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Dr.(a) Gloria de Lourdes Freire Rabay
Universidade Federal da Paraíba

Prof.(a) Dr.(a) Marta Gouveia de Oliveira Rovai
Universidade Federal de Alfenas

Prof.(a) Dr.(a) Roselane Neckel
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em História Global.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof.(a) Dr.(a) Joana Maria Pedro
Orientador(a)

Florianópolis, 2026.

A todas as mulheres que vieram antes e lutaram
para garantir direitos básicos e a aquelas que
ainda lutam.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho e a vida na pós-graduação não seriam possíveis sem o apoio da minha família. Tenho a sorte de contar com muitas pessoas, mas três delas são fundamentais: minha irmã, minha mãe e meu pai. Por isso, um agradecimento especial será feito a cada um deles.

Ju, minha irmã, é quem está mais presente na minha vida, apesar da distância física que nos separa há anos. Em cada dificuldade e em todas as conquistas vividas nesses dois anos de mestrado, ela chorou ou comemorou junto comigo. Mas não foi só isso. Foi a pessoa que acreditou em mim desde os meus cinco anos de idade, quando, ainda criança, me ensinou a ler, em casa. E continua acreditando em mim, mesmo quando nem eu mesma acredito. Essa crença, esse amor, é o que me mantém firme, é o que me faz seguir. Obrigada por nunca soltar a minha mão, Ju. Esta dissertação existe, em grande parte, por causa de você.

Angelita, minha mãe. Mãe, depois de me tornar adulta e estudar muito, especialmente sobre História das Mulheres e Relações de Gênero, passei a compreender muito mais sobre você. Estou alcançando lugares onde você e outras gerações anteriores da nossa família não puderam sequer sonhar em chegar. E, se estou chegando aonde estou, é porque você sempre me apoiou em minhas escolhas e permaneceu ao meu lado. E, claro, por todas as vezes em que você me diz: “vou rezar por ti”, “vou acender uma velinha”, “que o anjo da guarda te proteja”. Isso é grandioso, mãe. Obrigada.

Pai. Será que esta dissertação teria sido possível se eu não tivesse sido criada por um pai político? Quero com isso, salientar a importância da sua figura na minha vida e na escrita desta dissertação. Em diversos momentos, escrevendo, lendo e pesquisando, fiz memória de experiências vividas com você: nas reuniões partidárias, na Câmara de Vereadores, na prefeitura. Enfim, você me ensinou, desde cedo, muitas coisas da vida, e entre elas, sobre política. Se você tem uma filha teimosa, é porque a criou dessa forma. Obrigada, pai, por tudo, mas principalmente, pela presença.

Não posso deixar de mencionar também o lado forte da minha família, composto majoritariamente por mulheres. Todas foram e são importantes na minha trajetória acadêmica. Assim, deixo meus agradecimentos à Tia Ninha, à Madrinha, à Nati e à Jaqueline. Em seus nomes, registro minhas lembranças e agradecimentos por preservarem a memória da minha avó Salett — tão importante na minha trajetória de vida e acadêmica.

Joana Maria Pedro: muito mais do que uma orientadora acadêmica. Joana me ensina diariamente sobre humildade, compaixão, reconhecimento e coletividade. Mas também me ensina a ter raiva e a direcionar esse sentimento para um efeito mobilizador — neste caso, para esta pesquisa. Joana me ensinou a olhar para as fontes e a analisá-las. Esteve ao meu lado

durante a realização das entrevistas, mesmo quando distante; me animou quando o desânimo bateu, não raras vezes; mostrou minha força quando eu me sentia totalmente vulnerável; orientou minhas leituras, fichamentos e escrita. Mas Joana fez o principal: em 2020, escolheu-me para ser sua orientanda de Iniciação Científica. Se não fosse esse movimento, há seis anos, esta pesquisa não seria possível. Joana acreditou em mim quando nem eu mesma acreditava. É a partir desse reconhecimento que esta dissertação surge. Obrigada, Joana. Mil vezes obrigada!

À minha banca de qualificação e defesa: Prof.^a Dr.^a Glória Rabay, Prof.^a Dr.^a Marta Rovai e Prof.^a Dr.^a Roselane Neckel, agradeço a leitura atenta do texto, pelas orientações, sugestões e críticas. A qualificação foi um divisor de águas para esta dissertação, e as análises feitas por vocês contribuíram significativamente para o aprimoramento da escrita.

Ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e às pessoas que o compõem. As reuniões quinzenais do LEGH foram extremamente importantes para minha trajetória no mestrado. Obrigada a todas pelas partilhas.

À Revista Estudos Feministas (REF) e às professoras Dr.^{as}. Cristina Scheibe Wolff, Maria Helena, Mara Lago (*in memoriam*), Tânia Regina, Luzinete Simões e à querida diagramadora Rita Xavier. Atuar na REF como editora desde o início do mestrado moldou profundamente a forma como vejo e pratico a ciência. Obrigada pela oportunidade, pelo acolhimento e por todo o aprendizado proporcionado.

Novamente, à Cristina Scheibe Wolff, por ter aberto espaço na disciplina História de Santa Catarina para a realização do Estágio Docência. Nesse contexto, agradeço também às minhas companheiras de estágio: Luiza e Thais.

À CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -, pelo financiamento desta pesquisa.

À UFSC, ao CFH e às professoras e professores do PPGH.

Muitas pessoas passaram pela minha vida nesses dois anos de mestrado, e algumas foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa e para a escrita desta dissertação.

A Ailê esteve comigo desde a escrita do projeto de mestrado, comemorou a aprovação no processo seletivo e a qualificação, acompanhou meus momentos de crise, ouviu longos áudios no WhatsApp sobre a pesquisa e me ajudou a encontrar direcionamentos para a escrita. Acolheu-me quando eu mais precisava. Ouviu-me. Chorou e brindou comigo. Obrigada, amiga. Sua presença na minha vida é insubstituível.

A Luiza, minha querida colega de mestrado. Partilhamos trajetórias de vida semelhantes, e talvez isso explique o quanto nos entendemos. De todas as coisas boas que aconteceram na pós-graduação, você foi uma das melhores. Obrigada por me ouvir chorar,

reclamar, gritar e rir. Obrigada por cada cerveja e café de desabafo, pelas trocas acadêmicas e não acadêmicas. Tenho muita sorte em compartilhar tudo isso com você.

Ao Roberto, meu querido amigo e historiador, que me acompanha desde a graduação. Obrigada pela sua presença em minha vida.

À Noelen, pesquisadora potente, que além de amiga é uma grande inspiração para mim. Dividimos muitas experiências na vida acadêmica. Ela ouviu muito sobre esta pesquisa, desde os primeiros passos até o presente momento. Obrigada, amiga.

À minha psicóloga, Liane, agradeço por ouvir tanto.

Muitas outras amigas, amigos e pessoas conhecidas foram importantes nessa trajetória. Cito alguns nomes com o intuito de agradecer profundamente pela presença: Adrian, Ângela, Antônio, Elaine, Emmanuela, Gabriel, Giovanna, Isabela, Jamile, Joana B., Júlia, Kaio, Lara, Leandro, Marcelo, Morgani, Nayara, Rici, Rodrigo, Talita, Taynah, Thiago M., Thiago S., Verônika e Wagner. Muito obrigada! Eu poderia escrever páginas sobre a importância de cada um de vocês nesse período — seja pelas conversas, pelas trocas ou simplesmente por compreenderem minhas ausências e os tantos “não posso, preciso estudar” ditos ao longo do mestrado. Obrigada por permanecerem.

Por fim, mas não menos importante, agradeço imensamente às mulheres que aceitaram conceder entrevistas em História Oral, tornando esta dissertação possível. Obrigada pelo tempo disponibilizado e por compartilharem um pouco de suas trajetórias comigo. Agradeço também a seus assessores e assessoras, que muitas vezes fizeram a “ponte” entre elas e mim.

Não vejo essas mulheres como heroínas modelares. Na verdade, vejo-as como marcos históricos ou como lugares – melhor dizendo, arenas – onde se travam embates políticos e culturais cruciais, passíveis de serem examinados, pormenorizadamente. Imaginar uma pessoa – neste caso uma mulher – como um lugar ou uma arena, não significa negar-lhe a humanidade, mas reconhecer os muitos fatores que fazem dela um agente, bem como as múltiplas e complexas maneiras pelas quais ela se constrói como ator histórico (Joan Scott).

RESUMO

A lacuna de mulheres ocupando cargos no campo político institucional é vista como uma fratura na qualidade dos regimes democráticos contemporâneos. Apesar dos avanços, das conquistas dos movimentos feministas e da implementação de mecanismos legais que garantam suas candidaturas nas eleições, a arena política ainda é composta majoritariamente por homens brancos de classe média. Essa situação mantém as mulheres às margens das decisões políticas e contribui para edificar a sub-representação desse grupo. Em Santa Catarina, recorte espacial desta pesquisa, apenas vinte mulheres ocuparam cargos na Assembleia Legislativa Estadual. Esta investigação tem como objetivo compreender a trajetória política destas mulheres; como atuaram politicamente; os motivos que as levaram a se candidatar; suas relações com os partidos políticos; se sofreram situações caracterizadas como violência política de gênero; como equilibraram a esfera doméstica com a pública, entre outros. Para mobilizar tais conhecimentos, a História Oral foi a abordagem metodológica escolhida, assim, foram realizadas entrevistas com doze mulheres, atuais e ex-deputadas estaduais, construindo narrativas que são as fontes desta pesquisa. A investigação se insere no campo de estudos historiográficos da História das Mulheres e Relações de Gênero e da História Global, abarcando também a categoria teórico-metodológica da interseccionalidade. O recorte temporal estipulado inicia em 1987 e se estende até 2024. As fontes demonstram que as mulheres entrevistadas vivenciaram dificuldades específicas por conta do gênero para adentrarem e ocuparem o campo político. Esses obstáculos aparecem em situações como na tentativa de equilibrar a maternidade e a atuação política; na dinâmica intrapartidária e durante o mandato em situações de violência. Além disso, os resultados apontam que exercer mandato político e eleger mulheres em Santa Catarina pode ser especificamente mais conflituoso, devido à forte presença da herança da imigração europeia (não portuguesa), conectada à ideia da supremacia branca e ao avanço do neoconservadorismo em âmbito estadual. Essas práticas configuram-se em pactos patriarcais e racistas e atualmente, colocam o conceito de representatividade política em disputa. Apesar das dificuldades, há mulheres presentes e atuantes na Assembleia Legislativa Estadual, propondo e defendendo projetos de leis voltados aos direitos das mulheres e procurando formas de resistir à presença de pautas antiprogressistas e retrógradas.

Palavras-chave: mulheres na política; Santa Catarina; gênero; história oral; interseccionalidade.

ABSTRACT

The lack of women occupying positions in the institutional political arena is seen as a fracture in the quality of contemporary democratic regimes. Despite the advances, the achievements of feminist movements, and the implementation of legal mechanisms that guarantee their candidacies in elections, the political arena is still composed mainly of white middle-class men. This scenario keeps women on the margins of political decisions and contributes to the underrepresentation of this group. In Santa Catarina, the spatial focus of this research, only twenty women have held positions in the Legislative Assembly of the State. This investigation aims to understand the political trajectory of these women; how they acted politically; the reasons that led them to run for office; their relationships with political parties; whether they suffered situations characterized as gender-based political violence; how they balanced the domestic and public spheres, among other issues. To mobilize this knowledge, Oral History was the methodological approach chosen, and interviews were conducted with twelve women, current and former state representatives, constructing narratives that are the sources of this research. The research falls within the field of Historiographical Studies of Women's History and Gender Relations and Global History, also encompassing the theoretical-methodological category of intersectionality. The stipulated time frame begins in 1987 and ends in 2024. The sources show that the women interviewed experienced specific difficulties due to their gender in entering and occupying the political field. These obstacles appear in situations such as attempting to balance motherhood and political activity, in intra-party dynamics, and during their term of office in situations of violence. In addition, the results indicate that exercising political office and electing women in Santa Catarina can be particularly conflictual due to the strong presence of European (non-Portuguese) immigration heritage, connected to the idea of white supremacy, and the advance of neoconservatism at the state level. These practices take the form of patriarchal and racist pacts and currently call into question the concept of political representation. Despite the difficulties, there are women present and active in the Legislative Assembly of the State of Santa Catarina, proposing and defending bills focused on women's rights, and seeking ways to resist the presence of anti-progressive and retrograde agendas.

Keywords: women in politics; Santa Catarina; gender; oral history; intersectionality.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	“ESTADO LOIRINHO DE OLHO AZUL”: SANTA CATARINA EM PERSPECTIVA.....	43
2.1	“É O VALE EUROPEU”: A MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO, O NEOCONSERVADORISMO E OS IMPACTOS NA POLÍTICA	48
2.1.2	“Santa Catarina não é fácil, mas é possível”: terra de Luci’s e Antonieta’s.....	70
2.2	“PARA A GENTE COMEÇAR TER OS DIREITOS, FOI MUITA PANCADARIA”: A HISTORIOGRAFIA DAS MULHERES, O GÊNERO E A INTERSECCIONALIDADE	87
2.2.2	“Se já tem poucas brancas, imagina negras, indígenas”	99
2.3	“É BOM CONTAR HISTÓRIAS”: OS PONTOS METODOLÓGICOS DA COSTURA	114
2.3.1	Tecendo e fiando com elas: memórias, experiências, subjetividades e narrativas	132
3.	“EU ORGANIZAVA, FAZIA PÃO, FAZIA TUDO”: A DICOTOMIA PÚBLICO <i>VERSUS</i> PRIVADO	146
3.1	“EU QUERIA UMA MÃE NORMAL”: ENTRE A MATERNIDADE E A POLÍTICA	154
3.2	“AS MULHERES PRECISAM OCUPAR ESSE ESPAÇO”: AS CONQUISTAS E AS DISPUTAS FEMINISTAS	171
3.2.1	“Se tiver mais de uma já não dá”: mecanismos legais, avanços dos direitos e partidos políticos.....	184
4.	“EU SAÍ CANDIDATA COMO O DIABO GOSTA”: TRAJETÓRIAS E CAPITAIS POLÍTICOS.....	200
4.1	“FEMININA, EU SEI QUE EU SOU [...] FEMINISTA, PODE SER”: AS IDENTIFICAÇÕES (OU NÃO) COM O FEMINISMO	236
4.1.2	“Estava esperando para contar isso para uma mulher”: os projetos de leis e a representatividade	252
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	271
	REFERÊNCIAS.....	278
	FONTES	292
	APÊNDICE A – PLANO DE AULA.....	296
	APÊNDICE B - ROTEIRO GERAL DAS ENTREVISTAS.....	299

APÊNDICE C – TEXTO PADRÃO ENVIADO ÀS DEPUTADAS ANTES DAS ENTREVISTAS.....	302
APÊNDICE D – TERMO DE DOAÇÃO DE ENTREVISTAS	303
ANEXO A – IMAGENS DE ANTONIETA DE BARROS.....	304
ANEXO B - FOTO COM A EX-DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT ..	305
ANEXO C – FOTO COM A EX-DEPUTADA LUCI CHOINACKI.....	305

1 INTRODUÇÃO

Catarinenses ou não, brasileiros/as ou não, latinos/as ou não. Ao fechar os olhos e fazer um exercício de imaginar uma pessoa na política institucional, a primeira imagem que surge é de um homem branco engravatado, não? Se não for, imagino que cresci em uma sociedade diferente. A sociedade na qual cresci – no sul do Brasil – me mostrou (nas mídias, jornais, internet e nos postos legislativos e executivos de um pequeno município do Rio Grande do Sul) que a imagem de um político seria um homem branco cis de classe média. Mulheres não eram incluídas nessas narrativas e cenários – muito menos mulheres negras, indígenas e trans. Tudo isso mudou – pelo menos para mim – em 2011, com a eleição da primeira mulher a ocupar o cargo mais alto no executivo do país – Dilma Rousseff. Foi quando – em minha ingenuidade – percebi que mulheres também podem (e devem) estar presentes (e estão) em cargos na política institucional. Contudo, por que são tão poucas?

Ao iniciar minhas pesquisas sobre o tema, ainda em 2020 – na qualidade de bolsista de Iniciação Científica – me deparei com números, dados, pesquisas e informações alarmantes. Elas são maioria na população brasileira, maioria no eleitorado e minoria em representação política. À essa altura, minha visão de pessoas aptas para ocupar cargos políticos já havia mudado – muito provavelmente pela sensação de representatividade que a eleição de Dilma Rousseff me causou enquanto mulher e pelas minhas aproximações com o feminismo.

Surgiram inquietações: quais os aspectos históricos-sociais-culturais-econômicos que justificam essa falta de mulheres em cargos políticos? Desde então, minhas pesquisas foram direcionadas à tentativa de responder essa e outras questões que me surgiam, ao passo que as investigações foram se desenvolvendo. Em meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pesquisei o cumprimento (ou a falta dele) da legislação de cotas para mulheres no lançamento de candidaturas na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC). Foi quando os números causaram impacto. O único estado brasileiro com nome de mulher, pioneiro em eleger uma mulher negra ao cargo de deputada estadual – Antonieta de Barros, em 1935 – segue sendo a segunda unidade federativa do país com menos mulheres ocupando cadeiras na Assembleia Legislativa estadual. A pergunta voltou: “quais os aspectos históricos-sociais-culturais-econômicos que justificam essa falta de mulheres em cargos políticos”, mas dessa vez, com um acréscimo: “em Santa Catarina?”. Dessa questão, surge meu projeto de mestrado.

Muito mais do que falar sobre a falta, o que pretendo realizar aqui é destacar a presença. Como dito, foram poucas deputadas estaduais na história do legislativo catarinense: apenas vinte. O que quero destacar, é que houve vinte mulheres ocupando cadeiras legislativas.

Quero falar sobre a presença delas, até porque esta pesquisa foi feita e se desenvolveu com a maioria delas. Existiram e existem mulheres ocupando esses cargos. Não sem resistência, não sem passar por distintas dificuldades e até algumas antifeministas, mas, são atuantes. Por isso, essa pesquisa pretende problematizar a ausência, mas, sobretudo, enfatizar a presença (não sem problematizá-la também). Denunciamos e problematizamos a ausência – entendida como a sub-representação – porque entendemos que o baixo número de mulheres ocupando cargos políticos decisórios, além de ser um problema na qualidade democrática, resulta substancialmente em menores possibilidades de políticas públicas e legislações direcionadas a este grupo, configurando-se em um problema da “patriarcalização” (Matos; Paradis, 2014) dos Estados. Por outro lado, enfatizamos as presenças, a atuação e a governança de mulheres políticas, compreendendo os desafios impostos diferentes daqueles colocados para os homens.

Assim, cabe localizarmos o espaço da escrita dessa pesquisa. Minha escrita é localizada, não poderia deixar de ser. Como Donna Haraway (1995, p. 25) argumenta: “a visão é sempre uma questão de poder de ver”. Sendo assim, escrevo a partir de um corpo marcado – mulher, branca, nascida no Sul global, no sul do Brasil, historiadora e feminista. Por que parto disso para iniciar a escrita? Quero justificar que, faço a leitura, análise das fontes e diálogo teórico partindo de um olhar ocidental. Sim, penso as mulheres no sul do Brasil, especificamente no estado de Santa Catarina, compreendendo que este espaço foi colonizado – em âmbitos físicos, sociais, culturais e epistemológicos – por um país que carregou nos navios não apenas armas e projetos de colonização, mas também, a cultura do mundo ocidental. Desse segundo elemento, fundamentaram-se algumas categorias/ações indissociáveis desta pesquisa: o patriarcado, o gênero e a branquitude. Portanto, escrevo deste lugar como um corpo marcado pela maneira como vejo e compreendo as relações de poder. Marco estas identidades que me compõem como sujeita, na tentativa de transgredir a “irrelevância” da sujeita na operação historiográfica, “em nome de critérios supostamente neutros, objetivos e universais da racionalidade”, como apontado por Maria da Gloria Oliveira (2018, p. 117).

Conceição Evaristo (2020, p. 41), afirma que “toda minha subjetividade é a subjetividade da escritora. E essa subjetividade, contamina tanto o assunto que escolho para escrever, as personagens criadas, o enredo, como o próprio uso da linguagem”. Pois bem, não trabalho aqui com personagens criadas, mas sim, vivas, humanas. Mas, me aproprio dessa frase da Evaristo para dizer: minha subjetividade perpassa esta pesquisa, contaminou o tema escolhido para trabalhar, as perguntas realizadas e a metodologia utilizada. Durante o processo de pesquisa e escrita nestes dois anos de mestrado, não havia como separar a Bruna autora, pesquisadora e historiadora, da Bruna que cresceu rodeada pelo *habitus* político e pela escuta

de narrativas que contam sobre uma avó que foi “feminista”. Acredito que cabe inteirar no início desta dissertação esses pontos que me atravessam como pesquisadora, pois os vejo tão importantes para construção desta escrita/pesquisa da mesma maneira que foi importante o arcabouço teórico lido, estudado, debatido e apreendido.

Cresci em uma cidade pequena no interior do Rio Grande do Sul – Jacutinga, no nordeste do estado gaúcho, com três mil habitantes. Meu pai, é um vereador eleito na cidade desde 2000, ou seja, eu tinha dois anos quando ele assumiu um cargo na política institucional. Cresci neste ambiente político: acompanhando reuniões partidárias, discussões, sessões na Câmara de Vereadores, viagens, eventos políticos, fazendo campanhas eleitorais, pedindo votos e entregando santinhos – tal como algumas das deputadas estaduais narraram em entrevista, como veremos neste texto. Lembro de ansiar por fazer dezesseis anos e poder votar. Adorava estar nas reuniões e acompanhar as discussões. Por certo que, fazer política em uma cidade do interior é diferente de outros cenários e para outros cargos. Mas, não há como evitar a maneira como isso me atravessou. O cenário em que cresci, é tal qual será visto nessa dissertação: uma separação estabelecida do domínio público, da *polis*, pelo homem da família – meu pai -, o espaço privado, *oikia*, do cuidado do ambiente doméstico, feito pela mulher – minha mãe. Hoje, compreendo que meu pai só conseguiu construir capital político porque minha mãe estava em casa fazendo o trabalho invisível, ou melhor, invisibilizado. Enfim, diversas problematizações poderiam ser realizadas aqui, mas, o que cabe afirmar neste momento, é que essa vivência/experiência pessoal molda minha subjetividade e, portanto, minha pesquisa.

Paralelamente a crescer em uma família com *habitus* político, há outro cenário, tão importante quanto de ser destacado aqui. Eu tive uma avó materna, Salett. Eu não a conheci. Ela faleceu em 1992. O que eu sei é o que foi me contado, é sobre a memória que se têm dela, propagada pelas mulheres da família. Eu cresci ouvindo o quanto essa avó sofreu violência doméstica: “ela apanhava, muito, todos os dias” contam as mulheres da minha família. Isso nunca foi normal para mim. Mesmo antes de me tornar feminista. Com o tempo – e estudos – entendi que minha avó “apanhava” muito em um contexto em que não existia a Lei Maria da Penha. Em um tempo no qual os homens matavam pela “legítima defesa da honra”. Minha avó não foi vítima de feminicídio – direto – mas, foi vítima de uma violência brutal que pode ter auxiliado para reduzir seu tempo de vida – faleceu com apenas 42 anos. Há outro ponto muito destacado na memória sobre minha avó: sua luta e mobilização com o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Há fotos e há narrativas. Narrativas que me contam que ela participava das mobilizações, dos discursos, dos encontros da época. Ela saía para participar contra a vontade de seu cônjuge, e quando voltava, apanhava. E ia novamente. Talvez minha avó

encontrasse nesse movimento um espaço de acolhimento? Escuta? Possibilidades? O MMA lutava pelos direitos básicos das mulheres agricultoras. Talvez ela quisesse ter esses direitos? Enxergava neles uma possibilidade de reduzir (ou terminar) a violência que sofria? É possível que eu nunca saiba a resposta para estas perguntas. Mas, me potencializa e emociona saber que minha avó pode ter sido uma “feminista”, correndo o risco de ser anacrônica neste momento, sim. Entendo que o MMA não se reconhecia como tal na época e que talvez, minha avó nunca tenha ouvido falar deste termo. Porém, acredito que ela lutava pelos direitos das mulheres, e isso pode ter feito dela uma incipiente feminista. A memória construída para mim sobre ela ajudou a me tornar feminista e isso também atravessa esta pesquisa. Quando entrevistei a ex-deputada Luci Choinacki, que também foi do MMA, foi impossível para mim não ver uma clara aproximação com um discurso que talvez minha avó teria se estivesse viva.

Conceição Evaristo, ao citar a fala de Fernanda Felisberto em entrevista realizada em 2017, também diz que “a sua cabeça pensa a partir do lugar de onde estão fincados seus pés”¹, pois bem, meus pés estão nestes lugares ditos e minha cabeça pensa, pesquisa e produz a partir deles. Mas, a escrita desse texto e a construção desta pesquisa não foram realizadas apenas por mim.

Por isso, retiro a escrita da primeira pessoa do singular para passar para a primeira pessoa do plural. Assim como será argumentado nos próximos capítulos, se a memória é coletiva “porque nunca estamos sós” – como lembra Halbwachs (1990) – e a própria subjetividade é perpassada pelo coletivo – a intersubjetividade, como defende Passerini (2011) – então a escrita também é, por isso, não haveria maneiras dessa pesquisa ser realizada em caráter apenas subjetivo e individual: ela foi feita por muitas mãos; é resultado de encontros com outras mulheres; são fragmentos de textos e obras escritas por mulheres e homens, que também a compõem, é enfim, coletiva. Dessa forma e por tudo isso, utilizaremos os verbos flexionados na primeira pessoa do plural.

Além disso, utilizaremos os substantivos flexionados no gênero feminino no decorrer do texto. Essa escolha foi feita depois da leitura de dois textos: *Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia* (Venson; Pedro, 2012) e *Cartas de uma orientadora: sobre pesquisa e escrita acadêmica* (Diniz, 2024), nos quais as autoras utilizam do substantivo feminino na escrita. Como apontado por Venson e Pedro (2012, p. 126): “[...] é uma escolha política. Fazemos isso para chamar atenção ao fato de que quando se pretende o neutro, se utiliza o masculino”. Portanto, transgredindo esse “sujeito universal e neutro”, utilizaremos

¹ Informação retirada de: <https://www.instagram.com/reel/DRr4IGVDnh8/?igsh=cmljM2d4aDdrYXU0>. Acesso em: 09 dez. 2025.

substantivos no feminino. Quando quisermos abarcar outros indivíduos (homens), adotaremos a linguagem inclusiva por meio da marcação dupla de gênero, utilizando expressões como “sujeitos/as”, “deputados/as”, “indivíduos/as” etc.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) foi criada há quase dois séculos, já o direito das mulheres de votar e de serem eleitas é datado de 1932 no Brasil. Desde então, apenas vinte mulheres assumiram cadeiras como deputadas estaduais no parlamento catarinense, como dito anteriormente. Destas vinte, duas foram mulheres negras, uma parda e dezessete brancas, todas, cisgênero. A sub-representação política das mulheres, não é um problema único desse estado. O Brasil ocupa uma das piores posições no *ranking* mundial de mulheres em parlamentos, estando atualmente na 132ª posição, ficando atrás de países como Arábia Saudita². Já Santa Catarina, estado da federação foco desta pesquisa, está na vigésima sexta (26ª) posição no *ranking* nacional de mulheres em parlamentos estaduais, segundo informações do Observatório Nacional da Mulher na Política³. Esta fragilidade democrática tem possíveis explicações históricas, culturais, econômicas e sociais, que serão discutidas no decorrer deste texto.

Mesmo em baixo número, essas vinte mulheres estiveram/estão presentes na ALESC. Por isso, esta pesquisa tem como um de seus objetivos compreender a trajetória política das mulheres que foram eleitas para o cargo de deputadas estaduais de Santa Catarina, no período entre 1987 e 2024, por meio de suas próprias narrativas, utilizando a História Oral como ferramenta teórica metodológica. Pretendeu-se investigar, em análise interseccional e utilizando gênero como categoria útil de análise histórica (Scott, 1995), como elas adentraram o campo político; de que maneira ocorreram as campanhas eleitorais; como se relacionam com os partidos políticos; se passaram por situações de violência política de gênero e como resistiram à estas situações; se elas se identificam como feministas ou não; e como compreendem (e se compreendem) que as categorias de raça, classe e maternidade foram influentes em suas trajetórias.

² Dados retirados da IPU (*Inter-Parliamentary Union*). A IPU realiza pesquisas mensais sobre os indicadores de mulheres presentes em parlamentos nacionais e sobre cargos de liderança ocupado por mulheres e jovens. A Arábia Saudita atualmente ocupa a 124ª posição. Informações retiradas de: <https://data.ipu.org/>. Acesso em 09 jan. 2026.

³ Os dados foram compilados pelo Sistema de Monitoramento sobre Mulheres na Política, desenvolvido pela Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação da Câmara dos Deputados (Ditec) para o Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/paineis-de-dados?fbclid=PAAdGRzdgOmwlRleHRuA2FlbQIxMQBzcnRjBmFwcF9pZA81NjcwNjczNDMzNTI0MjcAAafwyvSm3jkgRLMmZ3oTwCffL6-P4zX6QdKIN21c_BUpGZWuMo02f83RBJ3pwg_aem_8RkW6b8etmrycJ6Rz_uSTA. Acesso em: 10 dez. 2025.

Esta pesquisa tem seu início ainda em 2020, quando na Iniciação Científica (IC), investiguei como a violência política de gênero atua limitando mulheres em espaços políticos, naquele contexto, utilizei como fontes entrevistas realizadas pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), bem como, entrevistas encontradas em mídias online. Em 2021, ainda na IC, procurei entender como se desenvolveram os debates acerca da Lei de Cotas de gênero na política, analisando as Atas das Sessões Deliberativas da Câmara dos Deputados de 1995, 1997 e 2009, que versavam sobre as tramitações dos Projetos de Leis que incluíam em seus artigos a promulgação da Lei de Cotas. Tais pesquisas me direcionaram a investigar, em meu TCC, como esta legislação influenciou nas ações dos partidos catarinenses, se houve adesão, conflitos; quais foram os resultados. Por isso, analisei no âmbito da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, partidos que lançaram candidaturas entre 1998 e 2018. Além disso, investiguei o perfil das mulheres que haviam sido eleitas, chegando a um resultado: a maioria brancas, com grau de escolaridade mínimo de graduação, faixa etária entre os 40 e 49 anos, mães, profissionalmente relacionadas à área de educação, direito ou saúde e não necessariamente tendo ocupado cargos políticos institucionais antes do pleito estadual. Não obstante, também fiz uma análise em relação aos projetos de leis que foram defendidos pelas deputadas, procurando observar se eram projetos relacionados aos direitos das mulheres ou não.

Partindo dos resultados que essas pesquisas me trouxeram, surgiram outros questionamentos. Como essas deputadas compreendiam alguns aspectos como influentes ou não em suas trajetórias políticas? Como sentiram-se atuando em um parlamento majoritariamente masculino e branco? Como reivindicaram espaços? Como adentraram o campo político? Percebem raça e classe como influentes em suas trajetórias? Entre outras questões. Ou seja, não havia e até o momento não há, uma pesquisa na área da História que tivesse realizado entrevistas com essas mulheres. Portanto, o âmbito subjetivo da experiência humana dessas mulheres não havia sido evidenciado como parte da historiografia. Estas questões me impulsionaram a realizar um projeto de pesquisa que tivesse como objetivo principal ouvi-las, compreender como se articularam, como resistiram, como se fizeram presentes nesse espaço considerado tradicionalmente masculino.

Esta investigação, está inserida nos estudos historiográficos que contemplam a História das Mulheres e das Relações de Gênero. Primeiramente, entendendo o gênero como uma “categoria útil de análise histórica”, sendo ele “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”, como argumentado por Joan Scott (1995). Partindo do

pressuposto de tentar compreender, como os simbolismos sexuais se articulam e dão sentido para a manter a ordem social ou para modificá-la (Scott, 1995).

Por muito tempo, o caráter universal do sujeito da história era tido como o homem branco ocidental. Por isso, a história era ela mesma, responsável pela “produção da diferença sexual” (Soihet; Pedro, 2007). Assim, inserir as mulheres como sujeitas atuantes e protagonistas da História, é uma tentativa de modificar a “figura universal”, considerando as múltiplas diferenças dentro da diferença, mas tendo como princípio a estrutura das relações de poder entre os sexos (Soihet; Pedro, 2007). Neste ínterim, a História das Mulheres e das Relações de Gênero se torna uma forma de possível compreensão crítica do passado e do presente, na tentativa de entender os processos como interconectados e não através de origens únicas (Scott, 1995), ou seja, buscando o significado das sujeitas individuais conectadas à organização social de estruturas de poder, tornando o pessoal político, compreendendo que na esfera destes campos existem espaços para agências humanas e que esses fatores podem ser observados pela óptica de gênero, na possibilidade de entender como ocorrem as mudanças e como se fixam as permanências em diferentes espacialidades e temporalidades.

Nesse sentido, compreendemos o gênero como “uma forma de indicar construções culturais” (Scott, 1995, p. 75), ou seja, as relações de poder e de gênero são formadas e construídas culturalmente. Assim, inserimos nossa pesquisa em diálogo com a História Cultural, dando atenção às linguagens, representações e práticas, procurando compreender os interesses sociais como resultados de uma construção simbólica e linguística, visando reconhecer a maneira pela qual as pessoas dão sentido às suas práticas e quais são as possibilidades e impossibilidades – segundo as posições que ocupam nas relações de poder – do que lhes é possível pensar, dizer e fazer (Chartier, 2006).

Não obstante, como aborda Scott (1995), é necessário compreender que além da categoria gênero, raça e classe são substantivas nas articulações das desigualdades de poder e da manutenção de hierarquias sociais. Por isso, a categoria da interseccionalidade também foi utilizada como metodologia para pesquisa neste trabalho. A interseccionalidade gerou instrumentalidade teórico-metodológica para compreender as implicações estruturais e dinâmicas da interação entre diferentes eixos de subordinação. Ela focaliza, especificamente, como o racismo, o patriarcado e a opressão de classe criam desigualdades básicas (Crenshaw, 2002), sendo geradores de avenidas identitárias, onde as mulheres não brancas e de camadas

populares⁴ são repetidas vezes acertadas por estes cruzamentos (Akotirene, 2018), de forma que, limitam a participação política destas mulheres e tornam-se categorias fundamentais para entender as bases estruturais de dominação e subordinação (Collins, 2015).

Portanto, se as relações das diferenças percebidas entre os sexos são formas primárias de dar significado às relações de poder, isto não pode ser analisado sem outras ferramentas analíticas tais quais propõem a interseccionalidade. Mobilizamos tais categorias para o campo político (Bourdieu, 2011), onde o gênero opera como legitimado e criticado (Scott, 1995) e por conta disso, é onde as relações de poder se demonstram intensamente. A baixa presença de mulheres, e especificamente, de mulheres negras, nenhuma indígena e nenhuma trans ocupando cargos na ALESC é um desses indicadores.

Campo político é compreendido aqui segundo o sentido que Pierre Bourdieu (1986, p. 164) estrutura: “o lugar em que se geram na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher”. É também “um sistema de relações sociais que estabelece como legítimo certos objetivos, que assim se impõem naturalmente aos agentes que dele participam. Esses agentes, por sua vez, interiorizam o próprio campo, incorporando suas regras, também de maneira natural” (Miguel, 2003).

Entendemos que a cultura patriarcal presente interfere diretamente em aspectos qualiquantitativos de mulheres no campo político. Nesse sentido, o patriarcado é entendido como “um sistema social em que homens adultos mantêm o poder político, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades. Modelo sociopolítico em que o gênero masculino e a heterossexualidade exercem supremacia e poder sobre os demais.” (Colling, 2020, p. 173).

⁴ Segundo Magda Soares (1986, p. 80-81): “a palavra camada, quando empregada para designar grupos sociais, significa um conjunto particular de indivíduos que não constitui um elemento estrutural independente da sociedade, mas é modelado por circunstâncias sociais e econômicas concretas. [...] A expressão *camadas populares* designa grupos sociais que, pertencentes às classes dominadas, identificam-se por uma característica comum, a de constituírem um conjunto de grupos polarizados em oposição àqueles que detêm o monopólio do poder e do controle econômico e social”. Nesse sentido, ainda lembramos o que Foucault (2013) defende sobre o poder: “esse poder, não se aplica pura e simplesmente, como uma obrigação ou uma proibição, aos que “não têm”; ele os investe, passa por eles e através deles: apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele alcança” (Foucault, 2013, p. 49), ou seja, embora pessoas das camadas populares façam parte das *classes dominadas*, elas têm agência e possuem relações com os discursos de poder.

O patriarcado aqui é entendido mais do que “cultura”, é visto como um sistema político, tal qual defende Rita Segato em entrevista para o Jornal *O Globo*⁵ (2021):

O patriarcado é um sistema político, um ordenamento desigual do mundo, que se esconde por trás de vestiduras religiosas e moralidades variadas. Somente isso poderia explicar sua universalidade através das diferenças civilizatórias, dos mitos, das cosmologias e das religiões. É um sistema de longuíssima duração, que poderíamos chamar de “era”.

Segato (2021) aborda ainda que o patriarcado existe na América Latina desde a era pré-colonial, considerado de *baixa intensidade*. Na modernidade, o padrão colonial estrutura uma *ágora moderna* que possibilita que um sujeito específico possa se movimentar à vontade, pois é seu lugar por *natural*. Esse sujeito é homem, branco, alfabetizado, proprietário e pater famílias e é o responsável pela criação das regras da cidadania segundo à sua imagem e semelhança (Segato, 2021). Para a autora, os “outros” – indígenas, não brancos e mulheres – não se encaixam na *ágora moderna* e por isso, não tendem a adquirir voz política.

Essa estrutura é vista em Santa Catarina. Atualmente, as mulheres compõem 50,7% da população⁶ no estado e seguem sub-representadas no espaço da política institucional. Seja como vereadoras, prefeitas, governadoras, deputadas estaduais ou federais. Sabemos que há distintas explicações para os fatos que estruturam essa situação. Na esteira da História ocidental, consideramos que, a vida pública e política não pertence às mulheres desde a Grécia antiga, ou seja, no primeiro modelo de democracia, as mulheres já eram excluídas do exercício da cidadania (Perrot, 1998). O lugar destinado a elas era o privado, o cuidado com a família, a casa e as crianças, já que possuíam, como se dizia, “nervos especialmente irritáveis e um cérebro bem menos organizado”, deveriam “esconder sua vida, na sombra do lar” (Perrot, 1998). Enquanto ao homem, pertence o ato de governar, assumindo a presença em arenas políticas e em domínios sociais, sendo “destinado” ao poder.

Além disso, a cultura patriarcal e racista tem um agravante no cenário brasileiro e especificamente em Santa Catarina no contemporâneo: a elegibilidade de partidos de direita e extrema direita; o avanço do neoconservadorismo e do neoliberalismo; a existência de células neonazistas no estado e a memória da imigração europeia (não portuguesa) como formação da identidade catarinense, etc., que resultam em pactos: da branquitude e patriarcal não ditos nos âmbitos da ALESC, dificultando a entrada e a permanência de mulheres e mais ainda de mulheres negras, indígenas e não cisgênero nesse cenário.

⁵ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/a-opressao-de-genero-o-pilar-fundamental-para-todas-as-opressoes-diz-antropologa-rita-segato-25190548#:~:text=Este%20livro%2C%20segundo%20Segato%2C%20professora,e%20pr%C3%B3ximas%20do%20destino%20almejado>. Acesso em: 10 dez. 2025.

⁶ Censo IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: julho 2024.

Quebrar tais barreiras têm sido parte da agenda de lutas de movimentos feministas, que desde o século XIX têm investido forças na reivindicação de direitos políticos para as mulheres. Como uma primeira forma de garantir cidadania política às pessoas, o direito ao voto foi permitido às mulheres no Brasil em 1932, após a intensa mobilização do movimento sufragista. Sendo um dos primeiros países da América Latina a reconhecer o direito ao voto feminino, isto representou apenas o início da etapa para o alcance do exercício pleno dos direitos políticos-eleitorais das mulheres (Prá, 2013), pois não garantiu seus lugares em espaços de poder e tomada de decisão. Caber ressaltar, que neste momento o voto foi garantido às mulheres alfabetizadas, que eram em sua maioria brancas, deixando falhas na emancipação política das mulheres negras (Bester, 2016), com reflexos expandidos até a atualidade, na baixa presença destas mulheres ocupando cargos políticos.

A busca pela almejada igualdade de gênero, ao que tange à esfera política, não se faz sem que as mulheres precisem enfrentar diversas dificuldades. Tal busca reflete o desejo de exercer os direitos que deveriam ser naturalmente garantidos, na prática, da cidadania⁷ igualitária entre os gêneros. São desafios distintos daqueles colocados para os homens, visto que, precisam romper com ideias culturalmente enraizadas de um espaço que historicamente não pertence, não é pensado, nem é estruturado para (e por) mulheres⁸. Ainda, questões que envolvem suas vidas particulares, suas posturas e dedicação no âmbito familiar, são fortemente mais aparentes quando comparada aos homens.

Além disso, a própria estrutura partidária tem se demonstrado insuficiente. De modo que, em uma democracia representativa, como no caso do Brasil, os partidos se configuram como os pilares centrais e é por meio destes que são escolhidas as pessoas que vão para disputa eleitoral (Araújo, 2010). Logo, tendem a escolher quem já foi testado eleitoralmente e/ou quem apresenta competências para estar na disputa, além de pesar o capital simbólico e financeiro dos possíveis candidatos/as – geralmente homens, já que estes possuem características específicas, estruturadas historicamente.

Outro ponto que a literatura vem evidenciado sobre a dificuldade do acesso de mulheres às esferas de poder, é a divisão sexual do trabalho. Flavia Biroli (2018) evidencia que o fato de o trabalho doméstico ser quase que unicamente responsabilidade das mulheres, permite que os homens fiquem livres para os trabalhos remunerados. Fatos que resultam em

⁷ Este conceito é entendido segundo a descrição de Bérengère Marques-Pereira (2000), que evoca três sentidos para cidadania: um estatuto (conjunto de direitos e deveres); uma identidade (sentimento de pertencer a um determinado território); e a prática da representação e participação política. (Dicionário Crítico do Feminismo, 2009).

⁸ Citamos como exemplo, o fato de não haver banheiro feminino no Senado brasileiro até dezembro de 2015.

mais facilidade de acesso e acúmulo de capital para estes e diminui as possibilidades de participação político-partidária das mulheres.

Outra esfera das vidas das mulheres, conectada às desigualdades da divisão sexual do trabalho, é a maternidade. Ainda que os homens que são pais recebam o papel de provedores, historicamente e culturalmente considera-se a criação e cuidado dos filhos e filhas como responsabilidade das mulheres. Biroli (2018) afirma que este ideal de família e maternidade, são advindos de um mesmo contexto histórico: a ascensão da burguesia como classe hegemônica. O peso que se coloca sobre a idealização da maternidade é profundamente marcado para as mulheres, fazendo com que se sobrecarreguem nas atividades de cuidado, restringindo-as em relação ao tempo livre e acesso à recursos, o que interfere diretamente na atuação política. Ainda, é necessário evidenciar a vivência da maternidade em condições desiguais, como as experienciadas por mulheres que criam seus filhos em situações de miséria e vulnerabilidade socioeconômica, fatos que evidenciam as hierarquias de classe e de raça (Biroli, 2018) e, portanto, dificultam ainda mais a ocupação de mulheres negras e de camadas populares na esfera política.

Há ainda outra dificuldade para mulheres, no Brasil, adentrarem o campo político, que pode ser caracterizada como um aspecto institucional: o sistema eleitoral de lista aberta, no qual os/as eleitores/as votam em candidatos/as, que são apresentados em lista pelos partidos, não nos partidos – como é o caso da lista fechada, quando políticas de inclusão das mulheres exigem que elas estejam no início das listas. Em análises comparativas com outros países, é possível perceber que a existência da lista fechada, juntamente com políticas de cotas nestas listas, influi diretamente na eleição de mulheres, como no caso da Argentina⁹.

Além disso, Teresa Sacchet (2015) ressalta a importância do financiamento eleitoral como elemento central para democracia, sendo esse um fator que interfere diretamente nas chances de sucesso eleitoral dos/as candidatos/as. Por via disso, entendemos que o sistema de representação proporcional de lista aberta individualiza as campanhas dos/as candidatos/as, impactando em mais gastos financeiros. Conforme evidenciado por Jairo Nicolau (2015), o sistema representativo brasileiro é marcado pela hiperfragmentação partidária e por campanhas centradas em candidatos, não em partidos. Sacchet evidencia que, em estudos realizados anteriormente sobre diferentes pleitos eleitorais e níveis de disputas, constatou-se que as mulheres têm arrecadação financeira substancialmente inferior à dos homens, além disso, aquelas que conseguem se eleger, precisaram de um financiamento maior. Segundo a autora,

⁹ Têm a 42,4% de mulheres ocupando a Câmara Baixa, para um diferencial de 17,5% no Brasil.

isso revela que a arrecadação de campanha é um fator ainda mais fundamental para mulheres na disputa eleitoral, o que pode ser explicado pela descridibilidade de eleitores/as.

As mulheres que conseguem romper com tais barreiras passam por situações e julgamentos específicos, como ataques, assédio moral e sexual, ameaças e até assassinatos, que são caracterizados como violência política de gênero ou violência política sexista (Matos, 2021). Aprovado e assinado em 2015 - durante a Sexta Conferência dos Estados Partes da Convenção de Belém do Pará, a Declaração sobre Violência e Assédio Político Contra Mulheres, estabeleceu que a violência política de gênero é considerada:

[...] qualquer ação, conduta ou omissão, realizada diretamente ou através de terceiros que, com base em seu gênero, cause danos ou sofrimento a uma ou mais mulheres, e que tenha como objetivo ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos políticos. A violência política contra as mulheres pode incluir, entre outras manifestações, violência física, sexual, psicológica, moral, econômica ou simbólica (OEA, 2015, p. 26).

Assim, foi reconhecido que o fenômeno é uma violência que ataca e impede – mesmo que de forma simbólica – a participação política efetiva das mulheres. O documento também estabeleceu que os Estados signatários, o que inclui o Brasil, deveriam adotar políticas direcionadas à prevenção, sanção e erradicação desse tipo de violência em espaços públicos e privados (Matos, 2021).

Em 2021, o Brasil sancionou a Lei nº 14.192/21, que “estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, nos espaços e atividades relacionadas ao exercício de seus direitos políticos e de suas funções públicas [...]” (Brasil, 2021). Esta legislação mostra-se extremamente importante, ao ponto que busca proteger as mulheres e punir aqueles que cometem violência política de gênero, porém, ainda se demonstra insuficiente para barrar as ocorrências, que são fundamentadas em uma estrutura patriarcal e racista. Para abordar sobre a importância da legislação, basta lembrar-nos da morte de Marielle Franco, assassinada brutalmente em 14 de março de 2018. A morte de Marielle, mulher negra, lésbica, vereadora no Rio de Janeiro pelo PSOL, representou o ápice de onde a violência política de gênero pode chegar.

É necessário entender que são diversas formas de violência que se sobrepõem e juntas afastam mulheres do campo político. Tais formatos podem ser caracterizados como: violências de caráter psicológico; moral; emocional; físico; financeiro; sexual etc. Em segundo lugar, todos esses formatos mesclam-se em diferentes categorias, configurando-se com outras formas de violência, a saber: violência sexista; violência racista; violência devido à sexualidade; violência interseccional (Matos, 2021). Em diálogo com a literatura sobre o tema (Frizz, 2024; Matos, 2021; Krook, Sanín, 2016) entendemos que todas são violências que ocorrem

“comumente” na dinâmica social e se refletem no campo político. Este reflexo ocorre na ALESC e é visto ao longo desta dissertação nas narrativas das deputadas estaduais¹⁰.

Dessa forma, o espaço político no Brasil em geral e em Santa Catarina em particular se compõe majoritariamente por homens brancos, reproduzindo padrões, práticas e dinâmicas que sustentam a cultura patriarcal e racista (Matos, 2021). Por isso, é necessário pensar esta estrutura por um viés interseccional, investigando como as marcas de raça, etnia, classe e sexualidade podem influenciar no âmbito da política institucional e no sistema democrático. Assim, ao analisarmos questões referentes à divisão sexual do trabalho; acesso à educação, saúde e saneamento básico; atribuições de responsabilidades e cuidados, percebemos que as mulheres negras, as pertencentes às camadas populares, as indígenas e trans, são as mais prejudicadas nestes campos. Tudo isso, culmina em menores possibilidades de acesso e manutenção no campo político, logo, em menos representatividade e políticas públicas direcionadas a estes grupos.

Mas por que é importante o aumento da representatividade de mulheres na política? Além dessa ausência se caracterizar como uma falha nas democracias contemporâneas, que não garante que todos os grupos presentes nas sociedades estejam nestes espaços, suas presenças em espaços institucionais importam na medida que pensamos sobre a criação de leis e políticas públicas destinadas a seus grupos sociais. A respeito disso, Teresa Sacchet (2012) advoga que nas democracias as pessoas deveriam ter, em teoria, os mesmos direitos formais, mas por vezes são impedidas de exercê-los igualmente por motivos econômicos, sociais ou por discriminação.

Phillips (2001) argumenta que é possível que outros grupos no poder sustentem legislações e políticas para aqueles/as que não são/estão representados/as, mas, para a autora, e concordando com ela, apenas a política de presença realmente seria efetiva na representação de grupos, pois, embora as ideias possam existir em um espaço onde não haja presença, isso não sustenta a experiência de grupos sociais isolados, que por motivos de raça, religião, classe e gênero, tem sido historicamente excluídos destes espaços. Por isso, se sustenta a teoria de que só a política de presença cria mecanismos possíveis para dar conta de atender as demandas específicas das mulheres.

Mas, como aborda Phillips (2001, p. 276) incluir vozes que são geralmente excluídas pode gerar mudanças institucionais, sociais e políticas, por isso, a política de presença concede um peso maior à diferença de grupo, mas como a política de ideias, ela também é incompleta.

¹⁰ Optamos por não escrever um capítulo em específico sobre violência política de gênero por entender que ela está presente em muitas das narrativas das deputadas, ou seja, se demonstra em diversos aspectos ao longo deste texto.

Ou seja, é problemático que as ideias sejam tratadas separadamente das pessoas que as conduzem, tal como é, que se considere mais quem está tratando determinadas pautas do que a qualidade destas. Por isso, apenas na relação entre ideias e presença que seria possível encontrar um sistema mais equalitário de representação.

O recorte temporal estipulado nesta pesquisa partiu da premissa de tentar ouvir as narrativas de todas as mulheres, ainda vivas, que ocuparam cadeiras na ALESC, visto que, são poucas e por isso, possível de realizar dentro do tempo estipulado para uma pesquisa de mestrado. Assim, o recorte iniciou em 1987, quando a deputada Luci Choinacki assumiu o parlamento catarinense e se estendeu até 2024. Dentre as vinte mulheres, três já faleceram: Antonieta de Barros, Ingeborg Colin e Tathiane Ferro. Realizamos contato com todas, algumas não nos deram respostas ou não conseguiram encontrar horários em suas agendas: Ana Paula Silva (Paulinha), Alba Schlichting, Jana Guedes e Odete de Jesus. Além disso, em 2025, a deputada Janice Kasniak assumiu o pleito na qualidade de suplente, por não abarcar nosso recorte temporal, optamos por não a entrevistar. Por isso, as doze entrevistas foram realizadas com: Ada de Luca, Ana Carolina Campagnolo, Anna Carolina Martins, Ana Paula Lima, Ângela Albino, Dirce Heiderscheidt, Ideli Salvatti, Luciane Carminatti, Luci Choinacki, Marlene Fengler, Simone Schramm e Vanessa da Rosa.

Consideramos essas mulheres como (co)construtoras de nossas fontes. São seres humanos, que vivem, pensam, sentem, lembram e esquecem. Com isso, vamos conhecê-las minimamente. Optamos por adicionar fotos encontradas *online* das mulheres entrevistadas, com o propósito de aproximar as leitoras desta dissertação da nossa pesquisa.



Fonte: Bancada Feminina da ALESC¹¹.

¹¹ Disponível em: <https://bancadafeminina.alesc.sc.gov.br/seguranca-publica-nao-e-palanque-e-ja-passou-da-hora-de-admitirmos-isso-por-ada-de-luca/>. Acesso em: 09 dez. 2025.

Ada Lili Faraco de Luca, mulher branca e cis, nasceu em 19 de abril de 1949, em Criciúma – Santa Catarina. Graduiu-se em Direito pelo Centro Universitário de Brasília, com especialização em Políticas Penitenciárias. Participou ativamente na adolescência de grêmios estudantis da região de Criciúma e foi uma das primeiras mulheres filiadas ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Participou dos movimentos pela anistia e pelas Diretas Já. Foi Assessora Jurídica da Câmara dos Deputados por 39 anos. Concorreu ao cargo de Vice-Governadora do Distrito Federal em 1990. Eleita quatro vezes deputada estadual para a ALESC, as três primeiras pelo PMDB e a última pelo MDB. Assumiu o cargo pela primeira vez na legislatura entre 2007 e 2011. Reeleita em 2012 licenciou-se da ALESC para assumir o cargo de Secretária de Estado da Justiça e Cidadania em Santa Catarina, fato que repetiu na eleição seguinte, entre 2015 e 2018. Na 19ª Legislatura (2019-2023) foi eleita novamente e voltou para o parlamento. Foi casada com o ex-deputado federal de Santa Catarina, Walmor Paulo de Luca, já falecido. É mãe de duas filhas: Fabiana e Giovana. A deputada optou por realizar entrevista em sua residência, localizada em Florianópolis-SC.



Fonte: PL Mulher¹².

Ana Caroline Campagnolo, mulher branca e cis, nasceu em 26 de novembro de 1990, na cidade de Itajaí – Santa Catarina, onde residiu por apenas um ano, mudando-se com a família para Chapecó – SC. Fez graduação em História na Universidade de Chapecó; pós-graduação em literatura portuguesa e iniciou o mestrado em História na Universidade do Estado de Santa Catarina. Durante sua infância e adolescência, participou ativamente de movimentos ligados a

¹² Disponível em: <https://plmulher.org.br/2023/09/22/ana-campagnolo-denuncia-lobby-abortista/>. Acesso em: 06 jan. 2026.

igreja Assembleia de Deus, sendo professora de escola bíblica dominical; professora de desenho; líder de jovens e professora na Escola Teológica. Lecionou História em escolas na região de Chapecó. Casou-se pela primeira vez aos 19 anos e divorciou-se aos 25. Casou-se novamente em 2019 e teve duas filhas. Foi eleita para o cargo de deputada estadual pela primeira vez em 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL) e reeleita em 2022 pelo Partido Liberal (PL). Entrevistamos a deputada em seu gabinete na ALESC. A entrevista foi realizada pela autora dessa dissertação e pela deputada, com diversas interrupções – pessoas da assessoria – durante a realização.



Fonte: PSDB Mulher.¹³

Anna Carolina Cristofolini Martins, mulher branca e cis, nasceu em Itajaí-SC em 09 de junho de 1981. Seu envolvimento com a política começou ainda na infância, quando o pai foi vereador da cidade natal. Graduiu-se em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí, onde também fez pós-graduação em Gestão de Cidades. Atualmente, é advogada na área cível. Seu primeiro cargo na política foi como vereadora de Itajaí, em 2013, assumindo a cadeira aos 31 anos, como a mulher mais jovem a ingressar democraticamente no parlamento municipal de Itajaí. Naquela ocasião, foi eleita pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB), atual Republicanos. Em 2016, já no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi candidata à prefeitura de Itajaí, não eleita, mas ficou em segundo lugar na disputa eleitoral. Em 2018, disputou a eleição para o cargo de deputada estadual, pelo mesmo partido. Em 2020, foi empossada deputada na ALESC na condição de suplente, onde permaneceu no cargo entre fevereiro e abril de 2020. A entrevista com Anna Martins ocorreu de forma *online*, através do

¹³ Disponível em: <https://psdb-mulher.org.br/2017/02/24/cidades-anonimas-por-anna-carolina-cristofolini-martins/>. Acesso em: 09 dez. 2025.

aplicativo *Zoom Workplace*. A deputada estava sozinha durante a realização da entrevista, em seu local de trabalho.



Fonte: Partido dos Trabalhadores¹⁴.

Ana Paula Lima, mulher branca e cis, nasceu em Curitiba – Paraná, em 19 de abril de 1964. É formada em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade do Vale do Itajaí. Atuou no Hospital Regional em Joinville e é servidora concursada da Prefeitura de Blumenau. É casada com Décio Lima – ex-deputado federal e ex-prefeito de Blumenau – com quem tem dois filhos. Construiu toda sua trajetória política junto ao Partido dos Trabalhadores (PT), no qual foi candidata a deputada estadual pela primeira vez no ano de 2002, eleita e reeleita nas três legislaturas seguintes, esteve na ALESC entre 2003 e 2019. Nas eleições de 2018 concorreu ao cargo de Deputada Federal por Santa Catarina ficando na suplência do Partido. Em 2020, candidatou-se ao cargo da Prefeitura de Blumenau, ficando na quinta posição na ordem de votação. Em 2024, concorreu à prefeitura de Blumenau mais uma vez, ficando em terceiro lugar na disputa. Atualmente, é deputada federal eleita por SC. Ana Paula Lima estava em Brasília, no Congresso Federal, durante a realização da entrevista, por isso, ocorreu de forma *online*, também utilizando o *Zoom* como ferramenta de gravação de voz e vídeo. A deputada estava sozinha durante toda a entrevista.

¹⁴ Disponível em: <https://pt.org.br/ana-paula-lima/>. Acesso em: 09 dez. 2025.



Fonte: Memória Política ALESC¹⁵.

Ângela Albino nasceu em Florianópolis – SC em 28 de agosto de 1969, é mulher branca e cis. É técnica em enfermagem e bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí. Ingressou no serviço público em 1988. Atuou em movimentos sociais e sindicais, como na União Brasileira de Mulheres (UBM) e no Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal de Santa Catarina (Sintrajusc), do qual foi diretora. É filiada ao Partido Comunista do Brasil (PcdoB) desde 2002. Seu primeiro cargo na política foi como vereadora na capital catarinense, eleita em 2004, sendo a única mulher presente na legislatura naquele momento. Foi candidata à prefeitura de Florianópolis nas eleições de 2008, 2012 e 2016, não eleita. Em 2006, concorreu ao cargo de deputada estadual e conquistou a primeira suplência. Foi convocada para assumir o cargo entre junho e agosto de 2009. Em 2010 foi eleita deputada e tomou posse na legislatura entre 2011 e 2015, tornando-se a primeira mulher eleita pelo PcdoB na casa legislativa. Em 2014, candidatou-se ao cargo de deputada federal, ficando como segunda suplente da coligação. Assumiu o cargo na Câmara Federal em 2015, com alguns períodos de afastamento¹⁶. Ângela optou pela realização da entrevista de forma *online*. Ela encontrava-se em sua residência durante a gravação e estava sozinha.

¹⁵ Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/943-Angela_Albino. Acesso em: 09 dez. 2025.

¹⁶ A deputada afastou-se dos cargos nos períodos de abril a maio de 2016; 13 a 18 de julho de 2016; 18 a 23 de outubro de 2016 e a partir de janeiro de 2017.



Fonte: Palavra Palhocense.¹⁷

Dirce Heiderscheidt nasceu em Ituporanga – SC, em 06 de setembro de 1957, é mulher branca e cis. É técnica em enfermagem e possui graduação em Serviço Social. Casada com o ex-prefeito de Palhoça - SC, com quem tem duas filhas. Envolveu-se com a política ainda criança, quando o pai foi vereador da cidade natal. Foi candidata e eleita a deputada estadual pelo PMDB em duas ocasiões: nas eleições de 2010 e 2014. Reeleita na condição de suplente, nas eleições de 2018, assumiu cadeira na ALESC entre outubro e dezembro de 2020, e novamente entre fevereiro de 2021 até abril de 2022, dessa vez pelo atual MDB. Pelo mesmo partido, candidatou-se mais uma vez ao cargo nas eleições de 2022, sendo convocada para assumir a cadeira legislativa em março de 2025, onde permanecerá até janeiro de 2027. Dirce preferiu que a entrevista fosse realizada presencialmente, na ALESC, no gabinete de um deputado de seu partido. Durante a entrevista, em diversos momentos pessoas do partido e da assessoria do deputado passaram pela sala.

¹⁷ Disponível em: <https://www.palhocense.com.br/noticias/entrevista-dirce-heiderscheidt-deputada-estadual>. Acesso em: 09 dez. 2025.



Fonte: Memória Política ALESC¹⁸.

Ideli Salvatti, se reconhece como mulher branca e cis, nasceu em 18 de março de 1952, em São Paulo. Nos anos 1970, devido ao seu envolvimento com movimentos estudantis durante o regime militar, mudou-se para Curitiba, onde graduou-se em Física pela Universidade Federal do Paraná. Mudou-se para Joinville – SC, para realizar trabalhos de base junto à ala progressista da igreja católica. Na década de 1980, foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT) naquele município. Mudou-se para Florianópolis por conta de seu envolvimento com o sindicato dos/as professores/as. Foi deputada estadual por dois mandatos consecutivos, no período de 1995 a 2003. Pelo PT, foi eleita Senadora por Santa Catarina, sendo a primeira mulher catarinense a ocupar o cargo como titular, tomou posse e participou da 52ª Legislatura (2003-2007) e da 53ª Legislatura (2007-2011). Em 2010, concorreu à Governadora do Estado de Santa Catarina, pelo PT, e ficou como a terceira candidata mais votada. Por convite da Presidenta da República, Dilma Rousseff, assumiu como Ministra da pasta de Pesca e Aquicultura, de janeiro a junho de 2011; Ministra-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, em 2011; e Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a partir de abril de 2014. Nas eleições de 2018, concorreu a uma das duas vagas de Senadora por Santa Catarina, pelo PT, ficou em sexto lugar na ordem de votação. Realizamos a entrevista com Ideli de forma *online*, ela estava em sua residência no momento da entrevista e estava sozinha.

¹⁸ Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1066-Ideli_Salvatti. Acesso em: 09 dez. 2025.



Fonte: Partido dos Trabalhadores¹⁹.

Luciane Carminatti nasceu em 09 de julho de 1970 em Chapecó – SC, mulher branca e cis. É graduada em Pedagogia, com especialização em Educação Especial e em Orientação Educacional. Foi professora de alfabetização na rede municipal de ensino e, também Secretária de Educação em Chapecó. Seu primeiro cargo político foi como vereadora de Chapecó, pelo PT, entre 2000 e 2008. É mãe de duas meninas e um menino. Foi eleita ao cargo de deputada estadual pela primeira vez em 2010, sendo reeleita em 2014, 2018 e 2022 todos pelo PT. Luciane estava em Chapecó no momento da gravação da entrevista, por isso, foi realizada de forma *online*. A deputada estava em sua residência e sozinha.



¹⁹ Disponível em: <https://pt.org.br/luciane-carminatti/>. Acesso em: 09 dez. 2025.

Fonte: Câmara dos Deputados²⁰.

Luci Teresinha Choinacki nasceu em 17 de março de 1954, na cidade de Descanso – SC, é mulher branca e cis. Começou sua atuação política junto as Comunidades Eclesiais de Base e em movimentos sociais, como o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de SC. É agricultora. Mãe de quatro filhos/as. Ingressou no PT em 1982, onde construiu sua trajetória política partidária, sendo eleita deputada estadual e compondo a legislatura entre 1987 e 1991, como a única mulher presente no parlamento catarinense naquele momento. Foi eleita deputada federal também pelo PT, estando na Câmara Federal no período entre 1991 e 1995. Foi reeleita para o cargo nas eleições de 1998 e de 2002. Nas eleições de 2006, foi candidata ao Senado Federal, mas não foi eleita. Retornou à Presidência Regional do Partido dos Trabalhadores em 2008 e candidatou-se como deputada federal nas eleições de 2010, eleita, permaneceu na Câmara até 2015. Luci preferiu que a entrevista fosse feita pessoalmente. Por isso, entrevistamos a deputada na ALESC, antes da participação dela em um evento. Embora diversas pessoas tenham passado pelo local no momento da gravação, não fomos interrompidas.



Fonte: Memória Política ALESC²¹.

Marlene Fengler, mulher branca e cis, nasceu em 08 de junho de 1968 em Itapiranga – SC. Mudou-se para Florianópolis, onde graduou-se em Letras pela UFSC. Fez especialização

²⁰ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/73474/biografia>. Acesso em: 09 dez. 2025.

²¹ Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1011-Marlene_Fengler. Acesso em: 09 dez. 2025.

em Políticas Públicas pela Fundação Internacional e Ibero-americana, na Espanha. Exerceu a chefia de Gabinete na Câmara dos Deputados e no Senado Federal durante doze anos. Nas eleições de 2018, concorreu ao cargo de deputada estadual pelo Partido Social Democrático (PSD) e tomou posse na legislatura entre 2019 e 2023. Em 2022, concorreu ao cargo de deputada federal, alcançando a segunda suplência na Câmara do Deputados. Em 2023, assumiu a coordenação da Escola do Legislativo da ALESC. É mãe de um filho. Entrevistamos Marlene na Escola do Legislativo da ALESC, onde na época, era seu local de trabalho. Não fomos interrompidas durante a gravação.



Fonte: Memória Política ALESC²².

Simone Schramm, nasceu em 28 de abril de 1968 em Joinville – SC, mulher branca e cis. É graduada em Pedagogia e pós-graduada em Administração Escolar. Foi professora na rede estadual de ensino, consultora educacional, diretora de escola, diretora da 5ª Coordenadoria Regional de Educação e Secretária Adjunta de Estado da Educação. Foi candidata à vereança na cidade natal com 32 anos, ficou como terceira suplente e não foi chamada para assumir o cargo. Pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB) foi candidata à deputada estadual nas eleições de 2002, ficou na primeira suplência do partido e tomou posse na legislatura entre 2003 e 2007, exercendo funções por convocação em fevereiro de 2003, março de 2005, abril de 2006 e janeiro de 2007. Em 2006, foi candidata à reeleição pelo PMDB, ficou suplente e não foi convocada. É mãe de Danielle e Vinícius. A entrevista com Simone ocorreu de forma *online*. A deputada encontrava-se em seu local de trabalho durante a gravação e estava sozinha.

²² Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1200-Simone_Schramm. Acesso em: 09 dez. 2025.



Fonte: Bancada Feminina ALESC²³.

Vanessa da Rosa nasceu em 4 de dezembro de 1972, em Joinville – SC. Possui graduação em Pedagogia, especialização em Educação de Jovens e Adultos, especialização em História da Arte pela UNIVILLE e mestrado em Educação pela UFSC. É servidora pública municipal e trabalhou no Serviço Social da Indústria (SESI) por 13 anos, como professora de educação infantil, supervisora de educação infantil e de jovens e adultos. Atuou no ensino superior como docente em instituições catarinenses. Também foi gerente de Assistência ao Educando e Secretária Municipal de Educação de Joinville em 2012. É mãe de uma menina. Pelo PT, candidatou-se ao cargo de deputada estadual em 2022, conquistou a primeira suplência e foi convocada a assumir o pleito entre outubro e novembro de 2023, sendo a segunda mulher negra a assumir o cargo depois de 89 anos. Em 2024, elegeu-se ao cargo de vereadora da cidade de Joinville. Vanessa concedeu a entrevista de forma remota. Ela estava em sua residência durante a gravação e estava sozinha.

Entendemos que precisávamos ouvir as mulheres que ocuparam/ocupam o cargo de deputada estadual em Santa Catarina, procurando entender como os significados de eventos históricos permearam suas histórias (Portelli, 2016); ouvindo a construção de suas narrativas e subjetividades e a imbricação da experiência política com o pessoal. Por isso, este trabalho utilizou como metodologia a História Oral e isso influenciou diretamente na (co)construção de fontes.

Sabemos que trabalhar com a história oral não é uma metodologia simples. E mais: ela não envolve apenas o método e a técnica, é necessário também uma articulação com a teoria,

²³ Disponível em: <https://bancadafeminina.alese.sc.gov.br/posse-de-vanessa-da-rosa-como-deputada-marca-momento-historico-na-alese/>. Acesso em: 09 dez. 2025.

procurando compreender categorias chaves para a historiografia em conexão com esta pesquisa, como: memória, narrativa, experiência, subjetividade – todas articuladas com gênero. Por isso, falamos em: memórias gendradas; experiências gendradas; subjetividades generificadas (Miguel; Pedro, 2009; Pedro, 2017). Assim, entendemos a memória como fonte indispensável para compreender o âmbito (inter)subjetivo da experiência humana. Como Ecléa Bosi (1994, p. 46) nos lembra, a memória:

Permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também as empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva, ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.

Portanto, a memória é pautada em emoções e experiências que se inserem na luz das necessidades do presente, pois, qualquer pessoa que fale abertamente do seu passado e de suas experiências, falará a partir do momento atual, com suas palavras de hoje e com a sensibilidade do momento (Rousso, 1992). Assim, é nos momentos de rememoração (Ricoeur, 2007), quando são evocadas as lembranças e esquecimentos presentes na memória, transformadas em linguagem, que resultam em narrativas.

As narrativas foram criadas no momento da entrevista, em diálogo, em uma relação entre a entrevistadora e a pessoa entrevistada. Consideramos que elas são *per se* retratos da realidade, ou seja, não questionamos sua veracidade: aquilo que a memória recriou e tornou materialidade durante a entrevista é a verdade dos fatos como quiseram ser narrados pela narradora. Os fatos narrados advêm das experiências vividas por essas mulheres. Experiência aqui é entendida não como algo pronto, natural e óbvio, mas sim, como um processo construído: as indivíduos são construídas através da experiência formada por discursos e formas de compreender o mundo, assim, é ela que forma a identidade, e não o contrário (Scott, 1999).

Essa estrita relação entre história, memória, experiências e narrativas, possibilita uma abertura para a escuta e validação dos testemunhos diretos – das fontes orais, neutralizando as tradicionais críticas e considerando as subjetividades e as possíveis alterações das narrativas como fontes de análise para a pesquisa (Ferreira, 2002). Dessa forma, entendemos a subjetividade como produzida através das relações sociais, mediadas pela linguagem e cultura, uma construção sempre inacabada (Miguel; Pedro, 2009). Portanto, se a subjetividade é construída por meio de relações sociais, podemos dizer que o gênero é uma dessas estruturas e atravessa a construção da subjetividade de cada indivíduo.

Assim, na esteira desta pesquisa, procuramos compreender a singularidade de cada narrativa que foi recebida, tentamos analisar os diferentes pontos de vistas, realizando uma

“troca de olhares”, refletindo sobre os depoimentos das entrevistas em suas divergências e convergências e tentando identificar a importância dos significados históricos das “vidas privadas” na construção das representatividades do coletivo. Pois, como dito por Fáveri (2004, p. 26): “cabe ao historiador/ouvinte a leitura das entrelinhas – dos entre discursos –, rever interpretações e refinar o que parecia inquestionável [...] seguir de perto os recantos e os sentidos mais íntimos, reavivar”.

As entrevistas – fontes históricas deste trabalho – foram realizadas entre maio e outubro de 2024, resultando em doze entrevistas, sendo estas com: oito mulheres que assumiram o pleito no início dos mandatos e quatro mulheres que assumiram por alguns períodos como suplentes. Cabe inteirar que nos trechos das narrativas, algumas palavras foram ocultadas, por uma razão ética e de espaço da construção deste texto. As palavras ocultadas são representadas como “[...]”. Não obstante, também optamos por inserir algumas palavras – que também se encontram entre colchetes nas narrativas – com o objetivo de facilitar e aprimorar a leitura.

Ouvir suas narrativas possibilitou conhecer aspectos de suas trajetórias que não estariam disponíveis em outras fontes. Buscou-se compreender não apenas os eventos políticos e transformações histórico-sociais de Santa Catarina, os quais essas mulheres vivenciaram, mas também suas perspectivas individuais, considerando que o âmbito subjetivo da experiência humana é o *focus* central desse método e isso culmina na produção de novos conhecimentos históricos e científicos (Lozano, 1994). Para além de buscar “dar voz” à estas mulheres – que já possuem voz – procuramos, sobretudo, ouvi-las, em uma ética da escuta, uma escuta ativa (Rovai, 2015). Inserida também na tentativa da construção de outras possibilidades historiográficas para o estado catarinense, este que, segundo Cristina Wolff (2009) possui uma abordagem de cunho tradicional: preocupada apenas com a narrativa dos acontecimentos e salientando o protagonismo de grandes homens, geralmente brancos. Além de tornar as narrativas das deputadas como parte da historiografia catarinense, possibilitou o resguardo de suas memórias como fragmentos importantes na História das Mulheres.

Não obstante, também nos apoiamos em uma ampla variedade bibliográfica para a escrita dessa dissertação. Assim, para pensarmos conceitos-chave, dialogamos com Pierre Bourdieu (1989; 2011), que reflete sobre os significados de um campo político e sobre o

conceito de capital político, compreendendo as críticas feministas sobre o autor²⁴ e entendendo que a teoria proposta por ele de capitais políticos, nem sempre é suficiente para dar conta das trajetórias políticas vivenciadas pelas ex e atuais deputadas estaduais.

Joan W. Scott (1995; 2006) foi autora basilar para pensarmos o gênero como categoria útil de análise histórica. No que tange ao caráter teórico/metodológico da categoria interseccionalidade, autoras como Patricia Collins (2015; 2021), Silma Bilge (2021) e Kimberlé Crenshaw (2002), foram contribuintes para esta pesquisa. Historiadoras como Michelle Perrot (1992; 1998; 2005), Rachel Soihet (1997) e Joana Maria Pedro (2007) foram indispensáveis para pensarmos a História das Mulheres e das relações de gênero.

Em relação as conquistas e embates dos feminismos no Brasil, utilizamos as pesquisas realizadas por Céli Pinto (2001) e June Hahner (1981), esta última, focou principalmente nas disputas do movimento sufragista. Autoras como Clara Araújo (2001; 2005; 2010) e Jussara Prá (2013; 2014) discutem em suas investigações as potencialidades e limites da lei de cotas e paridade de gênero no Brasil e em outros países. Já, autoras como Flavia Biroli (2014; 2018), Marlise Matos (2018; 2021) auxiliaram a pensarmos sobre a relação entre mulheres na política e os limites democráticos, bem como, a despatriarcalização do estado brasileiro e o avanço das políticas neoliberais em curso. Teresa Sacchet (2012) contribuiu com suas pesquisas para refletirmos sobre questões relacionadas ao sistema eleitoral e ao financiamento partidário para mulheres. Anne Phillips (1995; 2011) e Iris Young (2006) apresentam profundos debates em relação ao conceito de representatividade.

O caráter metodológico da pesquisa, no que concerne a História Oral, não poderia ser construído sem a leitura de alguns clássicos da área, como Alessandro Portelli (1996; 2016), Janaína Amado (2006), Marieta Ferreira (2002; 2006), Verena Alberti (2003; 2004; 2008) e Marta Rovai (2013; 2015). Luisa Passerini (2011), Losandro Tedeschi (2014) e Silvia Salvatici (2005) nos auxiliaram a compreender a estrita relação entre memória, gênero e subjetividades. Não obstante, Maurice Halbwachs (1990), trabalhou com o conceito de memória coletiva, que se tornou indispensável para a análise das fontes obtidas nesta pesquisa. Em relação a categoria memória, a leituras de autores/as como Paul Thompson (1998), Paul Ricoeur (2007) e Ecléa Bosi (1994) delinearam a construção do conceito e sua relação com a História.

²⁴ Leslie McCall (1992) por exemplo, aponta que diversas pesquisas feministas reconhecem as contribuições do autor, sem deixar de criticá-lo por realizar uma análise androcêntrica e tratar o gênero de forma pouco aprofundada. Segundo a autora: “as investigações das feministas sobre essas manifestações complexas da vida social de gênero também sugerem muitas críticas ao tratamento pouco rigoroso e frequentemente androcêntrico de Bourdieu sobre o gênero na formação de posições estruturais sociais (por meio de formas de capitais) e disposições (*habitus*)” (McCall, 1992, p. 839).

Karla Nunes (2001) realizou sua pesquisa de mestrado sobre a vida e atuação da primeira deputada estadual negra de Santa Catarina: Antonieta de Barros. Suas contribuições são fundamentais para construção desta pesquisa. Simone Lolatto (2016), analisou em sua tese de doutoramento, a trajetória política das mulheres que foram vereadoras em Florianópolis, contribuindo substancialmente para pensarmos mulheres ocupando cargos políticos em Santa Catarina. Ainda no que tange ao estado catarinense, o recente livro publicado por Joana Maria Pedro e Teresa Kleba Lisboa (2025), *Prefeitas eleitas em Santa Catarina: trajetórias de vida e na política*, apresenta um amplo material sobre mulheres ocupando cargos executivos na política do estado. Já pesquisas semelhantes à desta dissertação - como a realizada por Tanya Mayara Kruger (2020) que investigou a trajetória política das mulheres eleitas em âmbito estadual e federal no Espírito Santo e a pesquisa de Glória Rabay (2008), intitulada *Mulheres na Política e Autonomia*, que privilegiou as trajetórias, biografias e falas de quinze mulheres que participaram dos processos eleitorais e da vida política partidária na Paraíba – foram indispensáveis para construção do projeto de pesquisa que deu luz à esta dissertação.

Além disso, outras fontes foram consultadas para esta pesquisa. A saber: o *site* da ALESC, onde além de conter informações à respeito da instituição, também conta com o portal Memória Política, no qual é possível acessar as biografias de todas as pessoas que foram/são deputados/as no parlamento catarinense; o portal *e-Legis*, onde é possível consultar os projetos de leis propostos pelas deputadas; o *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), a fim de consultar e dialogar com dados das eleições sobre candidaturas, eleitorado etc. Todas permitiram abranger o leque metodológico e aprofundar os resultados encontrados nesta dissertação.

Isto dito, os capítulos que seguem pretendem realizar a análise destas fontes. No primeiro capítulo: *“Estado loirinho de olho azul”: Santa Catarina em perspectiva* dialogamos com a história do estado catarinense. Estamos refletindo sobre como ocorreu a construção histórica/cultural do estado, tal como, a historiografia; como foi construído e mantido (ou não) o campo político em Santa Catarina, procurando dialogar com a falta de mulheres ocupando espaços na política institucional, não apenas as deputadas, mas também as vereadoras, prefeitas, senadoras e outros cargos e na maneira como o pacto da branquitude e patriarcal operam e legitimam essa lacuna. Neste momento, também refletimos sobre a trajetória política e de vida das deputadas estaduais que ocuparam o cargo, mas já faleceram e daquelas que não aceitaram conceder a entrevista ou que não responderam, focando na importância das suas atuações e em como suas memórias são retratadas atualmente. Em seguida, localizamos nossa pesquisa no campo historiográfico, ou seja, investimos na fundamentalidade teórica e na produção de uma

historiografia que trate as mulheres como sujeitas históricas. Neste momento, também dialogamos com o uso da interseccionalidade e seu caráter teórico e metodológico para construção desta investigação.

Em um terceiro momento, ainda no primeiro capítulo, na seção intitulada: *“É bom contar as histórias”*: os pontos metodológicos da costura, aprofundaremos nossos percursos metodológicos, a saber, o uso da História Oral como metodologia de pesquisa, como um conjunto de técnicas e procedimentos, em diálogo com o campo teórico: a forma como entendemos a memória, experiência, subjetividades e narrativas. Também descrevemos como e quando as entrevistas foram realizadas.

No capítulo intitulado: *“Eu organizava, fazia pão, fazia tudo”*: a dicotomia público versus privado, dialogamos sobre a maneira como essa dicotomia estrutura a sociedade atual e interfere diretamente na ocupação de mulheres em cargos políticos. Neste momento, também observamos a questão do exercício da maternidade como influente – ou não – na trajetória política das deputadas estaduais. Em seguida, elaboramos um contexto histórico para compreender como as mulheres tornaram-se cidadãs ativas na longa duração no mundo ocidental. Ainda neste capítulo, procuramos observar os avanços dos direitos políticos das mulheres, a conquista da Lei de Cotas de gênero na política, o financiamento eleitoral e as relações das deputadas estaduais com seus partidos políticos.

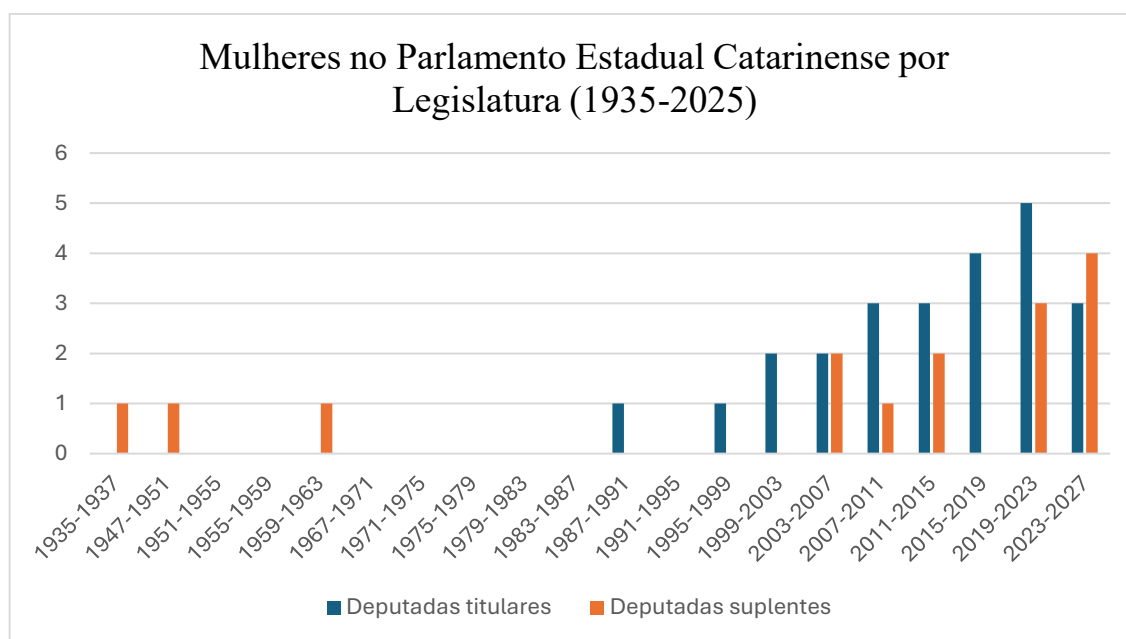
Enfim, o capítulo *“Eu saí candidata como o diabo gosta”*: trajetórias e capitais políticos, inicia abordando sobre as trajetórias políticas das mulheres eleitas em diálogo com o conceito de capital político desenvolvido por Pierre Bourdieu (2001). O item que segue discute como essas mulheres se identificam em relação ao feminismo e como o conceito de representação política está em disputa atualmente. Finalizamos o capítulo com a análise dos projetos de leis propostos pelas deputadas enquanto estiveram no mandato em diálogo com o conceito de representatividade, política de ideias versus política de presença (Phillips, 2001) e perspectiva social (Young, 2006).

2 “ESTADO LOIRINHO DE OLHO AZUL”: SANTA CATARINA EM PERSPECTIVA

Nós temos mulheres excelentes para fazer excelentes Câmaras de Vereadores, só que elas não têm dinheiro, não têm recursos, os homens não dão vitrine [...]. Então, as mulheres são tratadas assim. Ainda são e não vamos dizer que não. Crescemos, evoluímos pouco. Evoluímos pouco. A passo de tartaruga, que era para estar muito mais à frente. Só tu pegar a estatística [...]. As estatísticas, a vergonha que é o estado de Santa Catarina e o Brasil em termos de mulher. É uma vergonha (De Luca, 2024, p. 34).

A narrativa que inicia este capítulo é da ex-deputada estadual Ada de Luca (PMDB). O uso da primeira pessoa do plural no início da frase, “nós”, refere-se ao estado de Santa Catarina. Ao que consta segundo essa narrativa, de uma mulher presente na política catarinense há décadas, a falta de visibilidade e oportunidades para as mulheres se reflete na falta de recursos financeiros para realizar a campanha, já que os homens – geralmente quem está à frente dos recursos – “não dão vitrine”. Dessa forma, as mulheres “são tratadas assim” – com poucas possibilidades no campo político, sem receber recursos necessários. O crescimento “a passo de tartaruga” que Ada cita, pode ser visível nos últimos anos na ALESC e está exposto no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Mulheres no Parlamento Estadual Catarinense por Legislatura (1935-2025)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da ALESC/TSE.

Conforme apontado por Ada, “evoluímos pouco”. Cabe destacar que a cada eleição, são eleitos/as 40 parlamentares para ocupar o cargo de deputado/a estadual na ALESC. A tabela acima demonstra uma curva na ocupação das mulheres no parlamento estadual no decorrer dos anos: houve um mínimo crescimento entre 2015 e 2023, que diminuiu novamente nas últimas eleições. Para deixar mais claro, a Legislatura 1935-1937, teve pela primeira vez uma deputada estadual eleita: Antonieta de Barros, que ficou na categoria de suplente, mas foi chamada para assumir o cargo, como será analisado no subitem a seguir, assim também ocorreu na Legislatura 1947-1951. Nos dois mandatos seguintes, nenhuma mulher esteve no parlamento. Na legislatura que compreende o período de 1959 a 1963, Ingenborg Colin assumiu como suplente por 180 dias. Somente 24 anos depois outra mulher voltou ao parlamento estadual: Luci Choinacki, assumindo o mandato entre 1987 e 1991. O vácuo eleitoral de mulheres surge

novamente, e é rompido com a eleição de Ideli Salvatti em 1995. Na legislatura seguinte, entre 1999 e 2003, Ideli Salvatti é reeleita e Odete de Jesus é eleita ao cargo pela primeira vez. No mandato de 2003 a 2007, vemos um pequeno crescimento: além da reeleição de Odete de Jesus, Ana Paula Lima é eleita ao cargo. Além disso, Alba Schilichting e Simone Schramm assumem como suplentes por curtos períodos.

Na legislatura entre 2007 e 2011, quatro mulheres ocuparam assentos: Ana Paula Lima e Odete de Jesus são reeleitas; Ada de Luca é eleita e Ângela Albino assume o cargo como suplente. Um aumento ocorre no mandato de 2011 até 2015, o que pode ter ocorrido pela implementação de marcos legais como a Lei de Cotas de gênero na política, que a partir de 2010 obrigou os partidos a preencherem 30% das candidaturas com mulheres. Foram eleitas três mulheres para o cargo como titulares: Ada de Luca, Ana Paula Lima e Luciane Carminatti. Na ocasião, foram chamadas para assumir como suplentes Odete de Jesus e Dirce Heiderscheidt. Na legislação seguinte (2015-2019), três foram reeleitas: Ada de Luca, Ana Paula Lima e Luciane Carminatti, desta vez, Dirce Heiderscheidt é eleita como titular. Entre 2019 e 2023, ocorre a maior ocupação dos assentos por mulheres na ALESC: foram cinco titulares – Ada de Luca, Ana Campagnolo, Luciane Carminatti, Marlene Fengler e Paulinha – e três suplentes que assumiram por curtos períodos: Anna Carolina Martins, Dirce Heiderscheidt e Tathiane Ferro. Na atual legislatura (2023-2027), foram reeleitas: Ana Campagnolo, Luciane Carminatti e Paulinha. Quatro foram chamadas para assumir como suplentes até o momento (dezembro de 2025): Dirce Heiderscheidt, Janice Krasniak e Jana Guedes.

Assim, ao “pegarmos as estatísticas”, como apontado por Ada de Luca no início do capítulo, esses números demonstram-se desconfortantes e fica claro a “vergonha” que é Santa Catarina e o Brasil em termos de eleição de mulheres.

A presente pesquisa teve como foco uma unidade federativa do Brasil, devido a motivações anteriormente já pontuadas: pesquisas anteriores e o fato de o estado ser o segundo pior em representação política de mulheres entre as Assembleias Legislativas estaduais, ficando atrás apenas do Mato Grosso²⁵. Com isso, cabe localizarmos a dimensão espacial e temporal na qual estamos trabalhando.

²⁵ Informações retiradas de: <https://eleicoesgerais-candidaturas.camara.leg.br/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

Santa Catarina é um estado brasileiro localizado no Sul do país. Atualmente, conta com uma população de 8.058.441 pessoas²⁶, sendo essas 50,7% mulheres e 49,3% homens. Dados do Censo de 2022, indicam que 76,3% da população se declara branca, 4,1% negra, 19,2% parda e 0,3% indígena (IBGE, 2022). Além disso, os números apontam que 64,3% são pessoas da religião católica apostólica romana, 23,4% são evangélicas, demais religiosidades²⁷ 5,9% e sem religião 6,3% (IBGE, 2022).

Em relação ao eleitorado, segundo dados das últimas eleições realizadas em 2024, 51,89% são mulheres e 48,11% homens (TSE, 2025). A tabela 1 demonstra os números e informações entre eleitores/as, candidatos/as e eleitos/as, com cruzamento de gênero, para o cargo de deputado/a estadual em 2022:

Tabela 1 – Eleitorado, candidaturas e eleitos/as por gênero em Santa Catarina (2022)

Categoria	Mulheres	Homens	Total
Eleitorado (%)	51,89%	48,11%	100%
Candidaturas (nº)	204	413	617
Candidaturas (%)	33,06%	66,94%	100%
Eleitos(as) (nº)	3	37	40
Eleitos(as) (%)	7,5%	92,5%	100%

Fonte: TSE (2025). Elaboração própria.

A leitura desta tabela nos permite observar que as mulheres são a maioria na porcentagem do eleitorado, mas minoria como candidatas e alcançam uma porcentagem muito menor de eleitas, apenas 7,5%. Ao observamos por lentes analíticas interseccionais, estes dados demonstram-se ainda mais dolorosos. A tabela 2, demonstra a relação entre candidatas e eleitas para a Assembleia Legislativa catarinense, cruzada com cor/raça das mulheres.

Tabela 2 – Distribuição das candidaturas e mulheres eleitas para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por cor/raça (2022)

²⁶ População estimada: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2024. Dados de: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc.html>. Acesso em 24 ago. 2025.

²⁷ Escrito dessa maneira no site do IBGE. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em 24 ago. 2025.

Cor/Raça	Candidaturas (nº)	Candidaturas (%)	Eleitas (nº)
Negra	19	9,31%	0
Parda	21	10,29%	0
Indígena	3	1,47%	0
Branca	160	78,43%	3
Não informado	1	0,49%	0
Total	204	100%	3

Fonte: TSE (2025). Elaboração própria.

Nas eleições de 2022, também foram registradas candidaturas de mulheres para o Congresso Federal, sendo: 113 mulheres candidatas e apenas cinco eleitas²⁸, todas brancas, a maioria de partidos de direita ou centro e apenas uma de partido de esquerda. Para o cargo de senadora, apenas uma mulher concorreu e não foi eleita. Para o governo do estado, nenhuma mulher concorreu ao cargo, enquanto para vice-governança foram quatro mulheres, sendo que uma foi eleita: Marilisa Boehm²⁹, também mulher branca. O que percebemos, a partir da leitura desses dados, é que houve mulheres não-brancas candidatas ao cargo, embora nenhuma tenha sido eleita. A tabela evidenciou os números das últimas eleições que ocorreram em 2022, demonstrando que mulheres tentaram ocupar assentos, porém, apenas três foram eleitas e convocadas a assumir o pleito no início do mandato, embora mais quatro mulheres tenham assumido cadeiras legislativas por curtos períodos como suplentes entre 2023 e 2025³⁰.

Quando ampliamos nosso olhar para outros cargos políticos institucionais à nível municipal, os números seguem baixos. Nas eleições para cargos municipais de 2024, das 295 cidades catarinenses, apenas 39 (13%) escolheram mulheres como prefeitas, destas, apenas uma é autodeclarada mulher parda³¹. Este número, embora ainda baixo, demonstrou um aumento em relação as eleições de 2020: apenas 28 cidades elegeram mulheres prefeitas naquela eleição

²⁸ Foram elas: Ana Paula Lima (PT); Caroline de Toni (PL); Daniela Reinehr (PL); Geovania de Sá (PSDB) e Julia Zanatta (PL).

²⁹ Eleita pelo PL, tendo como governador Jorginho Mello.

³⁰ Vanessa da Rosa (PT) assumiu entre setembro e novembro de 2023; Dirce Heiderscheidt (MDB) assumiu em março de 2025 e permanecerá até janeiro de 2027; Janice Kasniak (Podemos) assumiu em maio de 2025 e exercerá o mandato durante 30 dias; Jana Guedes (PDT) foi convocada para assumir o mandato em fevereiro de 2024 e permaneceu até março do mesmo ano.

³¹ É a prefeita Eliane Aparecida de Souza Fanton, de Guarujá do Sul-SC, eleita pelo PL. Informações retiradas de: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUL/SC/2045202024/240002142357/2024/81299>. Acesso em: 07 set. 2025.

(Pedro; Lisboa, 2025). Naquela ocasião, apenas uma mulher não-branca foi eleita³². Em relação à vereança, nas eleições de 2024, foram eleitas 577 (20%) mulheres, para um diferencial de 2.335 (80%) homens. Destas, 543 são mulheres brancas (94,11%), duas são indígenas (0,35%), 22 pardas (3,81%) e dez negras (1,73) (TSE, 2025).

Esses dados demonstram que ainda estamos longe de alcançar a possibilidade de paridade de gênero e raça em âmbitos políticos institucionais. Os cargos continuam a ser ocupados por um padrão hegemônico de homens, brancos, heterossexuais e de classe média. Além disso, partidos de direita e centro tem elegido mais mulheres à cada eleição. Os números são discrepantes: maioria da população, maioria do eleitorado e minoria em representação política. O estado catarinense nunca teve uma mulher como governadora.

A sub-representação política das mulheres e a lacuna de mulheres não-brancas ocupando cargos têm possíveis explicações históricas, culturais, sociais e econômicas que serão desbravadas com maior profundidade nos próximos capítulos. O que nos cabe nesse momento, é tentar compreender o cenário político catarinense e investigar aspectos históricos que sustentam os baixos números de mulheres eleitas. O capítulo que segue, pretende analisar, problematizar, levantar teorias e discutir possíveis explicações para esses números, em diálogo com as fontes desta pesquisa.

2.1 “É O VALE EUROPEU”: A MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO, O NEOCONSERVADORISMO E OS IMPACTOS NA POLÍTICA

Em finais do século XIX e início do século XX, Santa Catarina recebeu muitos imigrantes europeus, não portugueses, que migraram para ocupar as “terras devolutas” da província³³, com expectativas de melhores condições de vida. Este grande fluxo imigratório deixou marcas na formação cultural e identitária da população catarinense, através de hábitos, costumes e religiosidades, que são presentes no contemporâneo. A deputada estadual Luciane Carminatti (PT) relata em entrevista que:

Isso na minha avaliação, tem a ver com o fato o Estado querer sempre se mostrar estado europeu. Fazer questão de dizer que aqui é uma terra, é o Vale Europeu. Então,

³² Rosamarcia Hetkowski Roman, eleita pelo MDB, na cidade de Vargem Bonita-SC. Informações retiradas de: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUL/SC/2030402020/240001109175/2020/80969>. Acesso em: 07 set. 2025.

³³ Segundo Seyferth (2005, 2013), a Lei 601 de 1850, conhecida como a “Lei de Terras” abriu espaço para o estabelecimento de imigrantes no regime da colonização. Além de permitir iniciativas particulares para “colonização estrangeira”, a imigração foi subsidiada pelo governo imperial e por alguns governos provinciais – que tinham controle sobre uma parcela das terras devolutas. A autora ainda argumenta que o mapeamento da ocupação dessas terras não levou em conta a presença indígena, tampouco a existência de posseiros – em muitos lugares designados como caboclos.

aqui é a Suíça brasileira. Isso vai por si só escondendo outras etnias que não são as etnias dominantes do ponto de vista da visibilidade da História. Isso tem a ver com relações de poder, e isso tem a ver com espaços de poder (Carminatti, 2024, p. 4).

Luciane estava respondendo à pergunta: “você compreende que a sua raça teve alguma influência na sua eleição?” e, segundo a narrativa da deputada, teve: é devido à herança da colonização europeia, que ao passo que glorifica uma etnia – a europeia – minimiza os feitos e invisibiliza outras. Isso, segundo a deputada, tem relação na maneira como a História é contada e propagada, a história dita *tradicional*, que maximiza os feitos de “grandes homens”, “heróis” e personagens ligados à política. Essa perspectiva transformou os imigrantes – sobretudo os alemães – em desbravadores-empresendedores, tornando-os protagonistas da História (Arend, 2001). Nesta onda, outros grupos – como os/as afrodescendentes e os/as indígenas – foram esquecidos, tornados coadjuvantes ou invisibilizados. Segundo Wolff (2009), é uma historiografia que apresenta preocupação com nomes ilustres, políticos, empresários e religiosos, estes, principalmente homens brancos³⁴, é, portanto, “uma história vista de cima [...] utiliza principalmente fontes oficiais escritas, atém-se basicamente a uma narrativa dos acontecimentos” (Wolff, 2009, p. 55). Ainda, essa perspectiva historiográfica foi mantida através de museus³⁵, da memória passada de geração em geração³⁶ e geralmente, é a História abordada em salas de aula (Wolff, 2009).

Além disso, para a deputada Luciane Carminatti, isso se relaciona diretamente com as relações e espaços de poder. Lembramo-nos do que Maurice Halbwachs (1990) nos diz, sobre a memória dos/as indivíduos/as além de ser individual, é também coletiva, ou seja, as pessoas são influenciadas a lembrar (ou esquecer) a partir do grupo ao qual fazem parte. Ora, quando se sustenta, se compartilha e se propaga uma memória evidenciando os feitos de homens, brancos, de determinadas etnias e do quanto eles foram importantes para o desenvolvimento do estado, é visível que isso resulte na maneira como o poder é distribuído e organizado socialmente. Somamos a esse fato a estrutura histórica e cultural, que determina os lugares que

³⁴ Essas narrativas historiográficas sobre Santa Catarina foram produzidas e sustentadas durante o século XX, por historiadores como Walter Piazza, Oswaldo Rodrigues Cabral e Jali Meirinho (Wolff, 2009).

³⁵ Por exemplo, em Blumenau-SC, encontra-se o Museu da Família Colonial – local onde viveu o sobrinho de Hermann Blumenau; o Mausoléu Dr. Blumenau – local que guarda um monumento e restos mortais do “fundador” da cidade. Já em Itajaí-SC, há o Museu Histórico de Itajaí, que é também o Palácio Marcos Konder. Segundo Seyferth (2012, p. 31) esses museus contam o passado colonial através de dois eixos: as trajetórias bem-sucedidas das administrações coloniais, realizadas pelos imigrantes alemães; e do outro lado, aquele que qualifica o colono comum, nestes, geralmente casas mobiliadas com móveis rústicos e panos bordados com palavras em alemão relativos à religião, à moral ou ao trabalho.

³⁶ Seyferth (2012, p. 33) enfatiza diversas simbologias da cultura germânica passada de geração em geração que servem para afirmar a configuração de uma identidade coletiva. Entre elas, os festejos religiosos; a noção de *Heim* (lar) ligada à moradia confortável, com a presença de jardim; a experiência da imigração e da colonização, que sustentam as categorias ainda visíveis de “colonos”; o “pioneirismo” dos imigrantes; festas comemorativas que celebram a memória dos alemães, como a *Oktoberfest*; grupos folclóricos, entre outros.

mulheres e homens devem ocupar (o privado às primeiras, o público aos segundos), e chegamos a algumas conclusões. Primeiramente, se historicamente – devido a uma série de privilégios como a branquitude, o patriarcado e concessões do governo da época – são eles quem possuem o poder político, é natural que queiram mantê-lo; em segundo lugar, se a memória coletiva é sustentada dessa maneira, o que permanece na cultura da população – que são eleitores/as – é de que são estes mesmos personagens que devem perdurar em espaços de tomadas de decisões.

Em Santa Catarina, essa memória coletiva, muito visível ainda atualmente, manteve no poder famílias oligárquicas³⁷ durante muitos anos e glorificou os feitos de homens, como Hermann Blumenau³⁸, ao passo que invisibilizou outros grupos, como mulheres, afrodescendentes e indígenas. Apesar disso, devido as mudanças ocorridas no século XX – com a atuação dos movimentos feministas – as mulheres passaram a participar da cena política. Porém, o que se percebe, é que o estado catarinense mantém um fenótipo “padrão” daquelas que podem ocupar estes espaços.

Como evidenciado pela deputada Luciane Carminatti:

Eu penso que o fato de eu ser uma italiana numa região de predominância italiana, isso favoreceu para mim. Se eu fizer paralelo, se eu fosse mulher negra, nessa região eu tenho certeza de que o resultado seria diferente. Então, eu acredito que sim, influenciou por eu nascer em Chapecó, por eu ter toda a minha história aqui e por todo esse processo de colonização aqui na nossa região, eu acho que influenciou (Carminatti, 2024, p. 4).

Em primeiro lugar, queremos lembrar que Luciane não possui nacionalidade italiana, como afirma em entrevista, mas sim descendência italiana. No Sul do Brasil, é comum que pessoas não nascidas na Europa – principalmente aqueles/as de ascendência italiana, alemã ou polonesa – se identifiquem segundo essas matrizes étnicas. No entanto, são na realidade, indivíduos/as brasileiros/as. A deputada está se referindo à cidade de Chapecó-SC³⁹, localizada no oeste do estado catarinense. Chapecó, assim como boa parte do oeste de Santa Catarina, foi colonizada basicamente por colonos gaúchos, que chegaram naquela região no início do século XX. Segundo Werlang (1999), foi uma colonização realizada principalmente pela empresa

³⁷ A família Ramos, Amin e os Konder-Bornhausen são as mais visíveis. Suas atuações serão discutidas com maior ênfase nas páginas que seguem neste capítulo.

³⁸ Hermann Bruno Otto Blumenau, foi um alemão formado em química e farmácia, que chegou ao Brasil em 1846, com planos de formar um núcleo colonial. Segundo Nicoceli (2014) em 1848, Blumenau comprou um lote na província de Santa Catarina e recebeu do governo provincial outra extensão de terras devolutas, que faziam divisa com seu lote. Iniciou em 1850 o empreendimento colonial, transferindo imigrantes alemães para essa área. Hermann Blumenau ficou conhecido como o “fundador” da atual cidade de Blumenau.

³⁹ Município catarinense criado em 1917, localizado às margens do Rio Uruguai, faz divisa com o estado do Rio Grande do Sul. Em 2022, a população era de 254.785 habitantes (IBGE, 2022).

Companhia Territorial Sul Brasil⁴⁰, que introduziu em áreas distintas, descendentes de alemães e italianos⁴¹, católicos ou luteranos, das diferentes cidades do Rio Grande do Sul. Esses/as colonos/as, migraram para Santa Catarina motivados pela expectativa de melhores condições de vida e produção agrícola, já que as terras do Rio Grande do Sul apresentavam baixa produtividade. Contudo, ainda segundo Werlang (1999) foram decepcionados pela falta de estradas, comércio e surto de mosquitos. Além disso, as áreas eram ocupadas por indígenas das etnias *Kaingang* e Guaraní, e caboclos, que foram ignorados, expulsos de suas terras e mortos pelas atuações das empresas colonizadoras. O que prevalece, na memória coletiva, segundo Eloisa Rosalen (2012) é a “superioridade” de certos homens brancos, ítalo-brasileiros ou teuto-brasileiros, que fizeram de Chapecó e da região oeste um local “civilizado”, ao passo que, a mesma memória negligencia os grupos indígenas e representa de forma preconceituosa os caboclos.

É claro que não podemos restringir ao fato de Luciane ser uma mulher branca, descendente de italianos, morando em uma região que foi colonizada por europeus (e descendentes) o seu sucesso eleitoral. Se fosse dessa forma, teríamos mais mulheres eleitas no estado – principalmente brancas. A trajetória política e a construção de capital simbólico da deputada contaram muito em sua elegibilidade. Mas, não podemos ignorar o quanto ser mulher branca no estado influencia nas possibilidades eleitorais, sobretudo em um estado que carrega uma memória que enaltece os feitos dos imigrantes e descendentes de europeus. Como dito anteriormente, apenas duas mulheres negras ocuparam cargos no legislativo estadual e uma mulher autodeclarada parda, em relação à homens, com base nas últimas três eleições (2014/2018/2022), apenas um homem autodeclarado como pardo foi eleito, porém, na realidade, é um homem branco⁴².

É inegável o pacto da branquitude escancarado no estado, o que podemos conectar à memória que os/as catarinenses carregam sobre os feitos dos “grandes homens” europeus.

⁴⁰ Foi criada em Porto Alegre, em 23 de maio de 1925, com o objetivo de suceder à Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense e foi organizada pela perspectiva de lucros que o oeste catarinense demonstrava, através da comercialização das terras férteis e da madeira encontrada em grandes quantidades (Werlang, 1999, p. 12).

⁴¹ Werlang (1999) lembra que a empresa Cia. Territorial Sul Brasil também foi responsável por trazer imigrantes russos. Assim, mais de 300 famílias instalaram-se nas terras da Cia Sul Brasil.

⁴² O deputado é Julio Garcia (PSD), autodeclarado pardo segundo os dados do TSE. Porém, a assessoria de imprensa do deputado admitiu que “foi um erro do partido”, e que ele se reconhece como um homem branco. Informações retiradas de: <https://noticiapreta.com.br/registrado-como-negro-em-2018-deputado-de-sc-diz-que-foi-um-erro-e-se-declara-branco/>. Acesso em: 06 set. 2025.

Reportagens, notícias⁴³ e redes sociais⁴⁴ têm demonstrado o quanto a herança de uma suposta identidade europeia ainda é presente na população catarinense. É preciso lembrar que é essa mesma população quem vota e escolhe seus/suas representantes. Por isso, ao que nos parece, a escolha é feita considerando determinadas características físicas e fenótipos de candidatas que asseguram a manutenção de lugares de poder por pessoas brancas. É preciso olhar para o passado na busca de tentar compreender como determinados ideais foram formados e como isso implica nas possibilidades de elegibilidade de mulheres e na ausência de outros grupos considerados não “qualificáveis” para ocupar estes espaços.

A vinda dos imigrantes europeus no século XIX e XX, ocorreu por algumas razões: em primeiro lugar, a imagem negativa do Brasil como nação escravista; em segundo lugar, havia um discurso científico na segunda metade do século XIX que considerava o nordeste pouco apropriado para a colonização com os europeus; em terceiro lugar, o Sul do país ainda possuía grandes extensões de terras devolutas, considerados como “vazios demográficos”, apesar da habitação e existência da população indígena e de posseiros caboclos, estes espaços ainda estariam esperando por um “povoamento racional” (Seyferth, 1994).

O que percebemos, é que os três principais motivos para a vinda de europeus para o Sul brasileiro no século XIX, nos remetem atualmente, a motivos raciais. Poderíamos dizer que o segundo – o Nordeste ser pouco apropriado à colonização com os europeus – não figurava uma questão racial à época, mas mesmo assim, é preciso considerar que o Nordeste brasileiro foi local que recebeu um alto contingente de pessoas escravizadas vindas do continente africano, muito mais que Santa Catarina. A questão racial pode ser entendida nesse pressuposto de conceder aos europeus vindos para o Brasil, territórios “vazios”, como parte de um projeto estatal de “branqueamento” da população, fato que interfere diretamente no primeiro motivo – a imagem negativa do Brasil como um país escravista. Dessa forma, ter pessoas brancas

⁴³ Em agosto de 2025, o vereador Mateus Batista (União Brasil) de Joinville-SC, apresentou um projeto de lei na Câmara dos Vereadores que pretendia restringir a migração de pessoas do Norte e Nordeste para a cidade. Na justificativa, Mateus diz que se inspirou em um “modelo alemão”. Nas redes sociais, o vereador afirmou que “Santa Catarina vai virar um grande favelão”. O projeto foi considerado inconstitucional, já que o artigo 5º da Constituição garante à todas as pessoas o direito de ir e vir. Informações retiradas de: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/08/7238143-vereador-de-joinville-para-e-lixo-e-projeto-contra-migrantes.html>. Acesso em: 06 set. 2025.

⁴⁴ Como por exemplo, em julho de 2025, um casal de Pomerode-SC, cidade localizada no Vale do Itajaí – conhecida como a mais alemã do estado – publicou um vídeo no *instagram* com conteúdo considerado xenófobo. No vídeo em questão, o casal faz uma lista sobre as “quatro verdades” da população catarinense e diz que Santa Catarina não acolhe pessoas alinhadas com pautas como “ideologia de gênero e assistencialismo estatal”, mas sim, “trabalhadores de boa vontade”. A mesma influenciadora havia postado em suas redes, meses antes, outro vídeo intitulado “como fazer um bebê alemão” – este, com caráter racista. Informações retiradas de: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2025/07/19/quem-e-casal-alvo-apuracao-xenofobia.ghtml>. Acesso em: 06 set. 2025.

ocupando “vazios territoriais” – que não eram espaços vazios, mas sim habitados por indígenas, principalmente da etnia *Xokleng* como apontado por Arend (2001)⁴⁵ -, atenderia as demandas do Estado, pautadas sobretudo na necessidade de um “povoamento racional” no Sul do país; na influência positivista, baseada na ideia de “progresso” e na tese da superioridade da raça branca (Klug, 1998).

À época, os europeus foram se estabelecendo em territórios da província, criando espaços de sociabilidade e procurando manter as “raízes” com a nação de origem. Os/as imigrantes alemães são os mais expressivos nesse sentido e a herança cultural dessa imigração foi a mais emergente nas fontes desta pesquisa. Ana Paula Lima (PT), que tem forte base eleitoral em Blumenau-SC, nos relatou:

Eu sou de uma região onde tem uma prevalência da cultura germânica, eu sou de Blumenau, então os imigrantes na maioria são brancos. Eu não sei se eu, por ser branca, influenciou na minha trajetória política, porque a minha trajetória política, ela começou já não como mandato, a minha a trajetória política iniciou pelo meu ativismo, primeiramente no movimento estudantil, depois no movimento sindical, depois na questão da área da saúde e um trabalho com mulheres na minha região. Então, eu não sei se o fato de eu ser branca influenciou. Eu não tenho esses dados. É que lá onde eu morava, a prevalência era de brancos. E foi grande número de votos que eu recebi naquela região, que é no Vale do Itajaí (Lima, 2024, p. 4).

Assim como no caso da Luciane, também não podemos afirmar que unicamente pelo fato de ser branca é que Ana Paula Lima foi eleita – não podemos minimizar toda sua trajetória política a este fato. Embora a deputada não perceba a branquitude como um privilégio para sua eleição, podemos dizer que pode ser um fator de alto impacto, caso contrário, teríamos mais mulheres negras na esfera política de Santa Catarina. Ana Paula Lima reconhece que fez muitos votos na região do Vale do Itajaí, onde tem uma “prevalência da cultura germânica”. Pois bem, essa prevalência cultural germânica tem história e é possível que ao observarmos o passado com os olhos do presente, podemos esboçar algumas explicações para elegibilidade de Ana e de majoritariamente mulheres brancas no estado.

Giralda Seyferth (1994, p. 15) advoga que os alemães chegados em Santa Catarina postularam uma “comunidade étnica”, ressaltando usos e costumes comuns com base nas diferenças. A “diferença” nesse caso, seriam todos/as aqueles/as que não fossem “de origem”, ou seja, que não fossem descendentes de europeus, neste arcabouço, caberia os caboclos, os/as negros/as e indígenas. No caso da comunidade teuto-brasileira, isso foi definido pelo uso cotidiano da língua alemã, pela preservação de hábitos alimentares, organização dos espaços

⁴⁵ Arend (2001, p. 38-39) destaca que os *Xokleng* viviam no vale do Itajaí, próximo ao Rio Negro e no sul da província, próximo ao vale do Capivari e do Tubarão. Ainda, segundo a autora, o governo imperial e provincial sabia da existência dos indígenas nas terras catarinenses, mas não os considerou quando implementou o projeto imigrantista.

domésticos e pelo comportamento religioso, e, dessa forma, reelaboraram elementos da cultura germânica em solo brasileiro. Outro elemento importante para o estabelecimento de tal comunidade étnica foi baseado no *ethos* do trabalho (Seyferth, 1994), assim, o pioneirismo desses imigrantes ao ocuparem territórios “vazios” enfrentando diversas dificuldades⁴⁶, é reconhecido por eles como parte da superioridade racial étnica alemã, em contraponto, “a inferioridade cabocla não é considerada circunstancial, mas inata, está no sangue e, por essa razão, não pode ser superada” (Seyferth, 1994, p. 20).

Assim, como Cida Bento (2022) nos lembra, o discurso dos colonizadores europeus sempre destacou o tom da pele como base principal para distinguir status e valor, por isso, eles foram colocados e colocaram-se representando uma identidade de “homem universal” e o principal contraste era (e é) a população negra – no caso de Santa Catarina, no bojo da colonização europeia, adicionaríamos os caboclos, indígenas e quaisquer brasileiros que não fossem descendentes de imigrantes europeus.

A desqualificação era visível por exemplo, na proibição de laços matrimoniais com pessoas que não fossem descendentes deste último grupo. Dessa forma, as diferenças foram estabelecidas no contato com o outro, afirmando a superioridade branca. São discursos que passaram de geração em geração através das memórias, ainda visíveis e mantidos culturalmente, principalmente no que diz respeito a superioridade branca e ao *ethos* do trabalho como inerente ao fato de ser descendente de europeu.

Talvez por isso, Vanessa da Rosa (PT), mulher negra e ex-deputada estadual que assumiu cargo como suplente em 2023, relata:

Porque nós não estamos falando de qualquer lugar, de qualquer estado, nem de qualquer município. Nós estamos falando de Joinville. Joinville é uma cidade que cultua muito a presença do imigrante europeu na sua construção. Mais especificamente, o imigrante alemão. Embora Joinville tenha tido a colaboração de noruegueses, suíços, muitos negros já estavam aqui antes dos europeus chegarem com os lusos brasileiros, Joinville é uma cidade que teve uma concentração grande de negros escravizados [...] Então, ser Secretária de Educação é muito significativo. [...] E quando uma mulher negra assume uma função como essa, você legitima o conhecimento do povo negro. Conhecimento tão invisibilizado por séculos e séculos de um verdadeiro sistema escravista (Da Rosa, 2024, p. 8).

Muito possivelmente, o *ethos* do trabalho do imigrante alemão é enrustado na cultura atual da população catarinense e nesse caso, de Joinville. A ideia de que todos os outros são “malandros, atrasados, descuidados, bebedores” - que segundo Seyferth (1994) aparece em muitas cartas dos imigrantes do século XIX – somado à teoria da superioridade racial branca, é

⁴⁶ Silvia Arend (2001, p. 35) lembra que os/as imigrantes e seus/suas descendentes enfrentaram inúmeros problemas no cotidiano: doenças, tensões com outras etnias, enchentes, quebra da safra, dificuldades de vender a produção, enormes distâncias entre os terrenos etc.

uma das explicações para a invisibilidade do trabalho, ocupação e conhecimento da população negra em Santa Catarina. Como a ex-deputada Vanessa coloca, Joinville⁴⁷, é uma cidade que maximiza os feitos dos imigrantes europeus em sua construção – logo, o *ethos* do trabalho. A deputada evidencia ainda a importância de ser uma mulher negra ocupando um cargo de prestígio na Secretaria de Educação do município, visto que, é um cargo de poder e logo, seria geralmente ocupado por homens e brancos. Ao assumir este cargo, Vanessa rompe com estereótipos enraizados sobre as capacidades de pessoas negras e com a ideia de serem “atrasados” e legitima o conhecimento e a capacidade de uma mulher negra, demonstrando resistência – obviamente, não sem passar por dificuldades, como é visto em suas narrativas nos capítulos a seguir.

Além do *ethos* do trabalho e da ideia da superioridade racial branca, também aspectos religiosos foram elementos importantes que vieram com os imigrantes europeus. João Klug (1998), nos lembra que os próprios núcleos coloniais se formavam considerando o fator religioso, assim, foram formadas linhas coloniais por luteranos e outras por católicos. O fator religioso apareceu nas entrevistas com as deputadas, como quando Ana Campagnolo (PL) relatou sobre sua indignação em não ter professores e colegas católicos no curso de História⁴⁸:

O Brasil foi colonizado pelos portugueses, tem um nome católico. O Estado de Santa Catarina tem um nome católico. E não tinha nenhum católico de verdade no meu curso. Isso para mim, essas coisas eram absolutamente estranhas. Como é possível que uma sala de aula de um curso específico não represente, não tenha a mesma representatividade da sociedade em geral? (Campagnolo, 2024, p. 15).

É necessário contextualizar que Ana Campagnolo não é católica, mas sim, evangélica. O fator religioso aparece amplamente conectado em toda sua narrativa e em sua trajetória política, bem como, a maneira como se declara. Não concordamos com a posição de ser um problema a falta de representatividade de católicos no curso de História. Consideramos que isso pode ser caricato da religião: talvez os/as católicos/as alinhados ao espectro conservador da religião não tenham interesse em tornar-se historiadores/as. Contudo, essa problematização realizada por ela a respeito de não ter pessoas da religião católica no curso emerge como uma caracterização do estado de Santa Catarina, que, além de ter um nome religioso, possui atualmente mais de 60% da população declarada católica. O que precisamos considerar são os impactos da herança das religiões na formação do estado catarinense e como isso influencia atualmente na eleição de mulheres.

⁴⁷ Joinville é uma cidade localizada no norte do estado, considerada a mais populosa de Santa Catarina segundo dados do último censo do IBGE. Informações retiradas de: <https://ndmais.com.br/cidadania/joinville-e-a-cidade-mais-populosa-de-sc/>. Acesso em: 06 set. 2025.

⁴⁸ Lembramos que a deputada estadual Ana Campagnolo é graduada em História pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

Nesse sentido, Cristina Scheibe Wolff (2001), ao analisar a formação de uma “boa dona de casa” na educação das mulheres teuto-brasileiras em Blumenau, discorre que naquele período para além da alfabetização e do ensino de “boas maneiras” para as meninas, a escola era um lugar importante para se aprender a religião. Conectando a ideia da formação de uma “boa dona de casa” com a religião, Wolff (2001) utiliza dos argumentos de Peter Burke ao discorrer sobre a ética e o modo de vida defendido pelas reformas protestantes na Europa durante a Idade Moderna. Assim, é necessário considerarmos que a cultura de Blumenau-SC, naquele contexto – e podemos dizer ainda atualmente em determinados aspectos – assemelhava-se quase totalmente a europeia.

Para Wolff (2001, p. 175), a ideia de uma boa dona de casa passava por dois componentes culturais principais: o da reforma – entendido como diligência, ordem, decência – e o tradicional – a solidariedade, generosidade e afetividade, ambos, faziam parte da cultura e dos valores religiosos e eram primordiais para educar meninas e transformá-las em “boas donas de casa”. A autora ainda declara que não encontrou diferenças substanciais na perspectiva dos católicos e protestantes, ambos davam valor à ordem, à limpeza e às prendas domésticas como importantes na formação das mulheres, aspectos que nos remetem à separação das esferas públicas e privadas, no qual o gênero é elemento estruturante.

O quanto essa ideia de como deveria ser a formação de mulheres, vinda com a imigração, persiste atualmente na população e implica na atuação política das mulheres eleitas? Ângela Albino (PcdoB) narrou em entrevista a perspectiva dela sobre o assunto:

Eu acho que nós somos, dessa nossa tradição de muita centralidade nessa cultura... Essa cultura eurocêntrica que nós herdamos, basicamente, apesar que é um estado plural, uma população negra grande, uma população indígena grande, a nossa matriz cultural muito ligada à essa matriz cultural eurocêntrica. O cuidar para nós é a nossa qualidade mais exaltada socialmente. Mesmo quando a gente sai de dentro de casa, a gente sai para espaços de cuidado [...]. E a gente é muito ainda uma formação cultural muito focada nisso da mulher que cuida, e não da mulher que muda a História (Albino, 2024, p. 17).

Primeiramente, a ex-deputada aborda – assim como aparece na narrativa de Luciane – sobre a invisibilidade de outras etnias no estado catarinense, destacando que o que permanece é a cultura advinda dos imigrantes europeus. Para Ângela, a população catarinense herdou essa “matriz cultural” europeia que conecta as mulheres aos espaços de cuidado, mesmo ao ocupar espaços públicos. Dessa forma, é comum vermos mulheres ocupando cargos políticos, direcionando suas pautas ao trabalho de cuidado – principalmente direcionados à educação, saúde, assistência social e meio ambiente -, fato que se revela na extensão das atividades que desenvolviam em ambientes domésticos. Segundo Luis Felipe Miguel (2000) tais atividades sustentam a “política de desvelo” ou o “pensamento maternal” e acabam refletindo a divisão do

trabalho político – seguindo a lógica da divisão sexual das esferas – e naturalizando funções historicamente “atribuídas” aos homens e às mulheres. Assim, nos parece que a educação que as meninas recebiam para serem transformadas em “boas donas de casa” permanece e são propagadas no campo político, como Ângela menciona, “o cuidar é a qualidade mais exaltada socialmente”. Este discurso – que mantém a divisão sexual do trabalho - não é exclusivo do caso catarinense. O que algumas pessoas atribuem à cultura germânica, é comum também em outros espaços do mundo ocidental.

Contudo, o que percebemos em Santa Catarina, é que as “funções” atribuídas às mulheres conectados a esfera do cuidado, em diálogo com algumas “heranças” da imigração europeia no estado – como de “uma boa dona de casa” - são também instrumentalizados como ferramentas políticas para eleger mulheres, como pode ser visto na narrativa de Ana Campagnolo:

Nós temos mais duas deputadas incríveis aqui, tipo assim, de voto e de trabalho. Deputada que mais cresceu nas redes sociais, deputada Julia Zanatta, é uma deputada bolsonarista e antifeminista. Quando ela surgiu, o nome da página dela na internet era **“dona de casa opressora”**. Nada mais caricato do que isso, né? Dona de casa opressora. Uma caricatura completa do que é ser um conservador [...]. Mas para você ver como as pessoas estavam cansadas do discurso anterior, essa deputada fez 100 mil votos para a deputada federal, é a segunda deputada federal mais apoiante do Estado. A primeira deputada mais apoiante do Estado é deputada Carol de Toni [...] então, quando você olha para a Santa Catarina, Santa Catarina é um Estado que não aguenta mais discurso feminista (Campagnolo, 2024, p. 25-26, grifo nosso).

A deputada Ana Campagnolo (PL) está falando sobre duas deputadas federais eleitas em 2022: Julia Zanatta e Carol de Toni, ambas eleitas pelo PL, com discursos conservadores, antifeministas e que pregam ideais de feminilidade – ou seja, como as mulheres devem se portar, cuidar da família e das crianças – que remetem a formação de uma “boa dona de casa”. A diferença nessa formação, do século XIX para a contemporaneidade, é que agora – devido às conquistas do movimento feminista, o qual essas deputadas são contrárias – as mulheres podem ocupar espaços políticos, podem votar e serem votadas. Porém, parece que o que persiste e aquilo que fazem questão de propagar, são ideias em relação ao conservadorismo e ao comportamento ideal das mulheres – como “boas donas de casa” - tanto na esfera privada como na pública.

Há de se considerar também a quantidade de votos que as deputadas fizeram: Ana Campagnolo, foi a mais votada nas eleições de 2022, com 196.571 votos (TRE/SC, 2022); Julia Zanatta recebeu 111.588 votos e Carol de Toni, elegeu-se com 227.632 votos, ficando em

primeiro lugar como deputada federal por Santa Catarina nas eleições de 2022⁴⁹. O ex-presidente e concorrente à reeleição em 2022, Jair Bolsonaro (PL), obteve a maior quantidade de votos em Santa Catarina, totalizando 69,27% (TRE/SC, 2022). O que percebemos é a manutenção (ou a tentativa dela) do conservadorismo (nesse caso, neoconservadorismo⁵⁰) gritante no estado, não apenas pelas pessoas eleitas, mas também pelos/as eleitores/as, conectados com a memória da imigração – religiosidade, etnicidade, identidade – e com o que seria considerado o ideal para uma “boa” formação para as mulheres.

Quando Ana Campagnolo aborda que “as pessoas estão cansadas do discurso anterior” ela está se referindo ao discurso feminista. Não acreditamos que o discurso feminista tenha de alguma maneira cansado todas os/as habitantes de Santa Catarina, caso fosse, teríamos avançado em políticas públicas e legislações que defendem os direitos das mulheres; caso fosse, o número de feminicídio e de casos de violências contra às mulheres teria diminuído ou teria sido erradicado; caso fosse, poderíamos falar abertamente sobre questões de gênero, sexualidade e direitos humanos nas escolas, sem haver denúncias de “doutrinação ideológica”⁵¹ por conta disso, ou seja, não há um “cansaço” do discurso feminista, pois os feminismos ainda não resolveram as demandas pelas quais lutam. Mas, o que fica claro, é a preferência da maioria da população catarinense no momento da escolha de seus/suas representantes políticos.

Neste caso, poderíamos esboçar um padrão entre eles/as: a maioria homens; brancos/as; cis heterossexuais; conectados/as e propagando discursos religiosos e conservadores; no caso de mulheres, a preferência é por aquelas que performam a ideia de uma feminilidade adequada, conectada à valores morais, ao culto a religião e a dedicação à família – elementos que tendem a se estender ao campo político quando eleitas. Porém, não podemos reduzir a eleição de mulheres e os/as eleitores/as de Santa Catarina apenas à aspectos conservadores e antifeministas e nem limitar o padrão das pessoas eleitas apenas à estas características, como apontou a deputada Ana Campagnolo em entrevista:

Então, a segunda pessoa mais votada do Estado foi uma mulher. A primeira e a segunda foram duas mulheres, mas a segunda de esquerda e a primeira de direita. Eu acho que isso reflete muito bem o que eu estou dizendo [...]. Primeiro, nós tínhamos um grupo grande de mulheres com um discurso feminista, eu diria superficial e mal

⁴⁹ Dados compilados através do *site* do TSE, disponíveis em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/maiores-votacoes?session=113459431629659>. Acesso em: 06 set. 2025.

⁵⁰ Segundo Biroli, Machado e Vaggione (2020) neoconservadorismo é um termo formulado inicialmente nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX. Atualmente, é utilizado para lançar luz sobre os tipos de coalizões políticas estabelecidas entre diferentes atores visando manter a ordem patriarcal e o sistema capitalista, expressando-se com força no contexto latino-americano.

⁵¹ Como por exemplo, a orientadora educacional Juliana Andozio, que atuava em uma escola em Florianópolis, foi afastada do cargo por ter recebido ameaças de mães de estudantes, após ter sido denunciada por um suposto comportamento antiético. Para mais informações: <https://racismoambiental.net.br/2023/04/09/sc-orientadora-e-afastada-de-escola-por-defender-democracia-e-direitos-humanos/>. Acesso em: 08 set. 2025.

digerido. Depois, quando aparece pela primeira vez uma candidata antifeminista e conservadora, essa candidata atrai uma votação expressiva. [...]. Eu acho que esse é o andamento cultural que Santa Catarina está vivendo (Campagnolo, 2024, p. 25).

Ao falar sobre as duas pessoas mais votadas para ocupar assentos na ALESC nas eleições de 2022, Ana Campagnolo está se referindo a ela – a mais votada – e em segundo lugar, a deputada Luciane Carminatti (PT). Assim, em primeiro lugar, gostaríamos de evidenciar que as candidatas mais votadas no estado naquelas eleições foram duas mulheres. Fato que por si, já representa uma ruptura cultural de lugares ocupáveis por homens e mulheres na sociedade contemporânea e demonstra que uma parte dos/as eleitores/as catarinenses acreditam na capacidade de mulheres em ocupar cargos políticos. Em segundo lugar, há antagonismos evidentes entre a primeira e a segunda mais votada no estado: de um lado, Ana Campagnolo, antifeminista, conservadora, evangélica, eleita por um partido conectado a extrema-direita brasileira, no outro lado, Luciane Carminatti, feminista, com ideias consideradas progressistas, não declarou religião em entrevista e eleita à esquerda do espectro partidário. O que isso nos diz? Primeiramente, sim, é evidente que boa parte da população catarinense se identifica com os discursos propagados e sustentados pelo neoconservadorismo atual, o que resulta na eleição de Ana Campagnolo, por exemplo. Por outro lado, é também clarificado que os/as eleitores/as não estão “cansados/as” do discurso feminista – como colocado por Ana na narrativa acima – caso contrário, Luciane Carminatti não teria sido a segunda mais votada do estado⁵².

Além disso, é preciso considerar outros aspectos na eleição de Campagnolo ao cargo. A deputada foi eleita com pautas declaradas antifeministas e conservadoras, em um período histórico marcado pelo avanço do neoconservadorismo, que têm como uma de suas principais reivindicações as agendas “antigênero”, a defesa da “família”, da moralidade, dos bons costumes e da religião⁵³. Segundo Biroli (2020) todos esses fatores são instrumentalizados no momento da disputa política e tem resultado na eleição de pessoas alinhadas a este espectro, isso por que, essa agenda específica – antigênero – diferencia esses/as atores/as de outros segmentos da direita, conquistando grupos específicos no eleitorado – sobretudo evangélicos e religiosos. Assim, ao que nos parece, Ana Campagnolo consegue alcançar eleitores/as que se identificam com estas pautas.

⁵² Ana Campagnolo (PL) foi reeleita nas eleições de 2022 com 196.571 votos. Luciane Carminatti (PT) foi reeleita com 92.478 votos. Informações disponíveis em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2022/apuracao/1turno/sc/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

⁵³ Basta lembrar-nos do lema do ex-presidente Jair Bolsonaro: Deus, Pátria, Família e Liberdade, que como advoga João Almeida (2022) é um lema retomado dos discursos integralistas da década de 1930.

Não obstante, em tempos emergentes de redes e mídias sociais, a deputada tem um grande público consumidor de seus conteúdos⁵⁴, é autora de diversos livros, como *Feminismo: Perversão e Subversão* (2019) e *Guia de Bolso Contra Mentiras Feministas* (2021) e isso possivelmente reflete no momento eleitoral. Não podemos deixar de lembrar ainda, que Ana é uma mulher branca, fato que sustenta a teoria da supremacia racial e pode ser visto como um dos impactos na escolha dos/as representantes.

O neoconservadorismo emergente nos países latino-americanos, resultou na eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro em 2018 no Brasil e impulsionou uma tomada crescente dos partidos de extrema direita à cargos políticos. À vista disso, Santa Catarina elegeu em 2018 para governador do estado Carlos Moisés, do Partido Social Liberal (PSL)⁵⁵, aliado ao governo Bolsonaro. Em 2022, foi eleito Jorginho Mello como governador, pelo PL, também aliado de Bolsonaro. Este crescimento da extrema direita aliada a práticas e discursos neoconservadores no estado têm impactado na atuação política das mulheres, Ângela Albino (Pcdob) nos contou em entrevista que:

Agora nesse ano, apareceu em pesquisa o meu nome, eu moro em São José desde 2017. Aí apareceu o meu nome como candidata do nosso campo de esquerda. Ser campo de esquerda em Santa Catarina tem sido uma coisa assim, entre heroica e quixotesca. E apareceu o meu nome, apareceu super bem, com 15% tal. E eu já senti tudo aquilo de novo, assim: “Ai, será? E agora? Poder representar nesse momento tal, que a gente está precisando de debate qualificado do nosso campo?” Não, eu poderia ajudar, eu poderia fazer. É covardia não fazer? (Albino, 2024, p. 17).

Ângela está se referindo às eleições municipais de 2024, ao que entendemos, seu nome apareceu nas pesquisas para concorrer a algum cargo naquele momento. Ela evidencia a dificuldade que têm sido ser aliada à partidos de esquerda em Santa Catarina nesse momento e a necessidade de um “debate qualificado” atualmente. Segundo notícias publicadas *online*⁵⁶, Ângela chegou a articular a pré-campanha para a prefeitura de São José-SC, mas não foi de fato candidata. Entendemos que um dos motivos para não se candidatar pode ser atribuído ao avanço do neoconservadorismo e de partidos de direita no estado, como ela diz, ser “campo de esquerda é uma coisa heroica” atualmente.

⁵⁴ A deputada tem 1,4 milhões de seguidores no *instagram* e 577 mil inscritos em seu canal no *YouTube*.

Informações retiradas de: <https://www.instagram.com/anacampagnolo/?hl=pt-br> e, <https://www.youtube.com/@AnaCampagnolo1>. Acesso em: 06 set. 2025.

⁵⁵ Em 2022, o PSL se uniu ao DEM (Democratas) e formaram um novo partido, União Brasil. Informações retiradas de: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-02/tse-aprova-criacao-da-uniao-brasil-fusao-entre-dem-e-psl#:~:text=O%20plen%C3%A1rio%20do%20Tribunal%20Superior,torno%20de%20R\\$%20160%20milh%C3%B5es](https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-02/tse-aprova-criacao-da-uniao-brasil-fusao-entre-dem-e-psl#:~:text=O%20plen%C3%A1rio%20do%20Tribunal%20Superior,torno%20de%20R$%20160%20milh%C3%B5es). Acesso em: 07 set. 2025.

⁵⁶ Informações retiradas de: <https://upiara.net/angela-albino-sao-jose/>. Acesso em: 07 set. 2025.

Podemos atribuir isso à dois principais motivos conectados. Primeiramente, o discurso neoconservador tem sido propagado e entendido como discurso de ódio, que fomentam ações e palavras violentas, machistas, misóginas, homofóbicas e racistas. Em segundo lugar, conectado ao primeiro fato, é a ascensão de partidos de extrema direita em Santa Catarina, que causa uma polarização política no estado e radicaliza o debate político. Estes fatores somados podem ser explicações para Ângela não se candidatar em 2024. Além disso, também implicam na atuação política das deputadas. A narrativa de Luciane Carminatti (PT) demonstra um pouco dessas dificuldades de estar aliada à partidos de esquerda em Santa Catarina atualmente:

Eu tenho saudade da direita no debate. Por que eu digo saudade? Porque hoje a gente não faz debate com a direita, a gente tem uma ultradireita negacionista antifeminista que aborta o debate. Você veja bem, como é que você vai discutir com deputados a violência contra mulher quando eles dizem que os homens também são assassinados? [...]. Porque a gente chega nesses números, causas, a cultura, a educação, as políticas públicas, mas daí do outro lado vem grupo e diz assim: “Mas isso é mimimi, porque não existe isso. As mulheres que vão pedir medida protetiva, elas vão pedir medida protetiva porque elas querem sacanear os homens, elas querem fazer chantagem com os homens” [...]. Então o nível é muito raso e como o nível é de negação da realidade, o que tu discute quando alguém diz isso? Porque o parâmetro dele é outro, entendeu? [...] Uma coisa que mexeu muito comigo, é que nos primeiros dois mandatos a gente debatia, discutia, mas a gente não se ofendia no campo pessoal, entendeu? Agora, é a “esquerdália, os doutrinadores, agora a educadora que defende os homossexuais, o todes”, entendeu? Então o debate está muito medíocre, está muito raso, e não é para você avançar nas políticas, é para você lacrar no teu grupo (Carminatti, 2024, p. 19).

Aquilo que Ângela Albino abordou sobre precisar de um “debate qualificado” nesse cenário, também é visível nas palavras de Luciane. A deputada destaca a hostilidade dos debates em plenário no cenário atual com pessoas alinhadas à extrema direita que negam por exemplo, a violência contra as mulheres. De fato, é difícil discutir com outros políticos que se recusam a enxergar provas concretas – como o alto índice de violência contra as mulheres no estado⁵⁷ – e proliferam discursos a partir de outra perspectiva, sobretudo, advindo de características que remetem as tradições morais.

⁵⁷ Entre janeiro e setembro de 2025, foram registrados 48.490 registros de ocorrências de violências contra mulheres e vinte e nove foram vítimas de feminicídio em Santa Catarina. Dados retirados de: <https://ovm.alesc.sc.gov.br/>. Acesso em: 30 set. 2025.

Nesse sentido, Biroli (2020, p. 146) evidencia que leis e políticas públicas já estabelecidas – como no caso da violência doméstica contra as mulheres⁵⁸ – estão retrocedendo devido a atuação política de atores neoconservadores, pautados na ideia de “valores familiares”. Estes atores defendem que a desigualdade entre homens e mulheres funciona como sustentação de uma ordem moral bem estabelecida (Biroli, 2020). Na narrativa de Luciane, vemos como esses atores atuam politicamente, por exemplo, dizendo que mulheres vão “pedir medida protetiva para sacanear os homens”, são discursos que sustentam o patriarcado, o machismo e dão margem para que violência e feminicídio contra mulheres continue ocorrendo, além de diminuir as possibilidades de políticas e legislações que preveem proteção às vítimas e punição aos culpados.

Além disso, Luciane aborda que durante seus dois primeiros mandatos (2011 a 2018), era possível realizar debates e discussões voltadas ao campo político. Já no mandato atual (2023-2026), deputados/as de partidos de direita têm direcionado discursos ofensivos de caráter pessoal para outras pessoas não alinhadas ao mesmo espectro. Isso demonstra a radicalidade do debate político que o neoconservadorismo vem ocasionando em Santa Catarina e a maneira como discursos violentos são propagados mesmo em plenário, tornando o debate insustentável em determinadas situações. Esses fatores são demonstrados também na narrativa da ex-deputada Vanessa da Rosa (PT):

É assustador, é assustador, porque as pessoas perderam o sentido da civilidade, nós não precisamos ter as mesmas ideologias, mas nós precisamos nos respeitar, nós não somos inimigos, nós somos adversários políticos, mas nós não somos inimigos. O projeto de sociedade, de uma sociedade mais igualitária, mais justa, mais inclusiva, deveria ser um projeto de todos, mas infelizmente a gente viu que não é. Então, isso se transformou numa guerra [...]. E não pode ser assim, a gente tem que ter uma oposição, é saudável para o processo democrático que tenha oposição, mas não isso que a gente viveu e que a gente continua vivendo (Da Rosa, 2024, p. 18).

Assim como nas narrativas das outras deputadas anteriormente citadas, Vanessa evidencia a dificuldade atual em debater com pessoas pertencentes a partidos de oposição. A ex-deputada deixa claro que a oposição é saudável e necessária para o processo democrático,

⁵⁸ Biroli (2020, p. 147) lembra que no Peru, houve reações ao Decreto Legislativo n. 1.408, que fortalece políticas para a “prevenção da violência nas famílias”, baseando-se na ideia de que o decreto incorporaria a “ideologia de gênero”. Mas, não precisamos sair de Santa Catarina para visualizar casos semelhantes: em Sessão Parlamentária na ALESC, realizada em setembro de 2024, a deputada Ana Campagnolo, denunciou a existência de “falsos registros de violências domésticas”. Segundo a deputada, “esses casos prejudicam os ex-cônjuges inocentes”. Na ocasião, Ana Campagnolo também solicitou aos demais deputados apoio aos seus projetos, inclusive a criação da “Procuradoria Geral do Homem”. Informações retiradas de: [https://www.alesc.sc.gov.br/deputados/ana-campagnolo/pronunciamento/a0249d7b3954a4a115201c40062d58c209b7c0a4#:~:text=ANA%20CAMPAGNOLO%20%2D%20005%C2%AA%20SESS%C3%83O%20EXTRAORDIN%C3%81RIA&text=DEPUTADA%20ANA%20CAMPAGNOLO%20\(Oradora\)%20%2D,por%20agress%C3%A3o%20%C3%A0%20ex%2Dmulher](https://www.alesc.sc.gov.br/deputados/ana-campagnolo/pronunciamento/a0249d7b3954a4a115201c40062d58c209b7c0a4#:~:text=ANA%20CAMPAGNOLO%20%2D%20005%C2%AA%20SESS%C3%83O%20EXTRAORDIN%C3%81RIA&text=DEPUTADA%20ANA%20CAMPAGNOLO%20(Oradora)%20%2D,por%20agress%C3%A3o%20%C3%A0%20ex%2Dmulher). Acesso em: 07 set. 2025.

porém, o que vêm ocorrendo são discursos violentos, que perderam o “sentido da civilidade”. Acreditamos que esses discursos são relacionados às práticas e valores neoconservadores e são instrumentalizados no campo político por atores que defendem a moralidade e as “atribuições” de gênero “estabelecidos pela natureza”. Tais discursos contribuem para fragilizar o sistema democrático, na medida em que “comprometem valores e requisitos institucionais fundamentais como a pluralidade, laicidade, proteção a minorias, direito à livre expressão e à oposição” (Biroli, 2020, p. 138). Assim, como vimos nas narrativas das deputadas, o neoconservadorismo presente em Santa Catarina é uma das causas atuais para o afastamento de mulheres de cargos políticos – como no caso da Ângela Albino – e implica na atuação política das eleitas e nos debates parlamentares na Assembleia Legislativa.

Ao se tratar do estado catarinense, precisamos considerar ainda outro fator. Santa Catarina é o segundo estado do Brasil com maiores índices em existência de células neonazistas⁵⁹ (Fáveri, 2024). Sabemos que, o neonazismo⁶⁰ advindo de origens fascistas e conservadoras, são também organizados em uma lógica patriarcal, além disso, lembramos o que foi apontado por João Klug (2023), que o neonazismo sobreviveu por ter espaço em grupos de extrema direita. Nesse sentido, Klug (2023) afirma que “a direita fascista foi alimentadora desses grupos” e que “o nazismo é totalmente machista, racista e misógino”, pois, pelas ideias nazistas, a mulher é vista apenas como reprodutora – mas não qualquer mulher, mas sim aquelas que correspondem a um padrão genotípico, evidenciando a ideia da superioridade racial⁶¹. Nossa hipótese, é de que este fator pode ser influente na sub-representação política de mulheres no estado e pode impactar na atuação de mulheres eleitas, isso consta nas narrativas das deputadas:

Eu fiz a homenagem ao padre Julio Lancelloti, entreguei o prêmio para ele [...]. Então, nós fizemos um manifesto nacional de apoio a ele. [...] Então, na missa no Domingo de Ramos para fazer homenagem ao padre Júlio. E aí, teve todo um contexto, porque eu li o manifesto, eu falei do apoio ao padre Júlio, e depois eu falei do prêmio Humaniza. E na minha fala sobre o prêmio, Humaniza, para explicar por que nós temos um instituto Humaniza Santa Catarina, eu contextualizei. Eu disse assim, porque aqui em Santa Catarina é difícil, entende? Porque tem ódio, tem violência.

⁵⁹ Segundo Fáveri (2024): “de 2021 para 2022, foram identificadas 320 células neonazistas ativas, o que representa mais de um quarto dos 1.117 grupos catalogados no país. Blumenau, em julho de 2023, estava entre as cidades com maior número de agrupamentos neonazistas, e, em abril de 2024, constam 63 células (aproximadamente 30% do total no estado) conforme relatório apresentado à Organização das Nações Unidas (ONU) pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) no qual considera o cenário atual alarmante”.

⁶⁰ Para João Klug (2023), o neonazismo dialoga com características nazistas – como o nacionalismo, a xenofobia, o anticomunismo, o racismo e a ideia de superioridade racial –, mas com um agravante: é negacionista, negando, por exemplo, o Holocausto. Informações de: <https://catarinas.info/historiador-explica-por-que-santa-catarina-tem-tantos-grupos-neonazistas/>. Acesso em: 06 set. 2025.

⁶¹ João Klug destaca a atuação do médico Renato Kehl, fundador da eugenia no Brasil, que publicou manuais sobre como “escolher o marido ideal” e como “escolher a esposa ideal”, tendo como critério para ambos, fatores genéticos. Informações retiradas de: <https://catarinas.info/historiador-explica-por-que-santa-catarina-tem-tantos-grupos-neonazistas/>. Acesso em: 06 set. 2025.

Aqui não está fácil você fazer esse enfrentamento. É real? Ou eu estou mentindo? Aí eles pegaram todo, porque foi transmitido ao vivo, né? Então eles recortaram, eles montaram [...]. Isso tudo foi no Domingo de manhã, quando amanheceu na segunda-feira, isso estava em toda a rede bolsonarista. Toda, toda (Salvatti, 2024, p. 12).

Aí tem um bando de vereadores em Joinville, e por conta de eu ter avisado de que nós temos células nazistas em Santa Catarina e a gente precisa cuidar disso, eles caçaram o meu título de cidadã, você entende? (Salvatti, 2024, p. 9).

Ideli Salvatti (PT) ex-deputada estadual e ex-senadora do Brasil, nos conta em entrevista sobre terem caçado o título de cidadã Joinvilense que havia sido entregue a ela em 2013⁶². Por conta de seu discurso direcionado ao padre Júlio Lancellotti⁶³, que, além de exaltar seus feitos, falou sobre a importância de um Instituto como o *Humaniza*⁶⁴ em Santa Catarina, evidenciando os discursos de ódio, violência e as células neonazistas existentes no estado. Por conta disso, pessoas de direita recortaram seu discurso, descontextualizaram e ela foi atacada por apoiadores e políticos da direita, resultando na cassação de seu título de cidadã daquela cidade.

Esse acontecimento que impactou em sua trajetória política – mesmo tendo ocorrido depois de ocupar cargos políticos⁶⁵ – é uma característica da forte presença do neoconservadorismo no estado e pode ser considerado um reflexo de como a existência de células neonazistas impactam a atuação política de mulheres⁶⁶. Se há a presença de células neonazistas em Santa Catarina – como já confirmado pelo relatório apresentado à Organização das Nações Unidas (ONU) pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) (Fáveri, 2024) -, é preciso e urgente que denúncias sejam feitas e que isso seja erradicado, considerando que a apologia ao nazismo é considerada crime segundo a legislação brasileira⁶⁷. Mas, como essas ideias podem ter efeitos na sub-representação de mulheres no estado?

Como já dito anteriormente, a escolha dos/as votantes do estado foi a maioria em escolher Jair Bolsonaro para presidente nas eleições de 2022. Os/as eleitores/as catarinenses

⁶² Para mais informações, ver: <https://camara.joinville.br/noticias/noticias-das-sessoes-especiais/ministra-ideli-salvatti-e-cidada-joinvilense/>. Acesso em: 04 set. 2025.

⁶³ Júlio Lancellotti é um sacerdote brasileiro, reconhecido pelos trabalhos que desenvolve em defesa das pessoas em situação de rua. O padre foi um dos fundadores da Pastoral da Criança e um dos formuladores do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

⁶⁴ O Instituto Humaniza Santa Catarina é uma Organização não governamental que promove atividades em defesa da democracia no estado. Para mais informações, ver: <https://www.humanizasc.com.br/>. Acesso em: 05 set. 2025.

⁶⁵ O acontecimento ocorreu em abril de 2024 e o último cargo na política institucional que Ideli ocupou foi como senadora até 2011. Ainda assim, Ideli continua atuante nos movimentos sociais e políticos partidários no estado.

⁶⁶ Cabe lembrar-nos de outro caso ocorrido em Santa Catarina: Maria Tereza Kapra (PT), então vereadora de São Miguel do Oeste-SC, teve seu mandato cassado por denunciar uma manifestação supostamente nazista ocorrida em 2022 naquela cidade. A vereadora sofreu ameaças de morte e perseguições (Veras, *et al.*, 2025).

⁶⁷ Segundo a Lei 7.716/1989, é crime “fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo”, a mesma legislação indica que “serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (Brasil, 1989).

também elegeram um governador do PL, Jorginho Mello. Votaram em deputadas e deputados pertencentes ao mesmo partido. Sabemos que tanto o ex-presidente da república, como o partido ao qual pertence seguem uma lógica conservadora, misógina, xenofóbica, homofóbica e racista. Estes princípios, eram caros também para as ideias nazistas estruturadas na Alemanha do século XX. Em pesquisas, Adriana Dias (2021) comprovou conexões entre o ex-presidente do Brasil com grupos neonazistas⁶⁸, segundo a pesquisadora, essa descoberta pode comprovar a ideia de que a base filosófica e política do bolsonarismo possui conexões com movimentos neonazistas.

Para Adriana Dias (2021 *apud* Fáveri, 2024) a lógica neonazista é cultivada em três âmbitos: na meritocracia, na supremacia branca e na misoginia. Se considerarmos esses três elementos como estruturantes das lógicas neonazistas e conectarmos à três fatos: 1) a existência de grupos neonazistas em Santa Catarina; 2) a conexão entre o bolsonarismo com ideias neonazistas, e 3) a eleição de uma maioria de pessoas bolsonaristas no estado, podemos traçar uma hipótese que explique como o neonazismo presente implica na sub-representação política das mulheres e na eleição em sua maioria, de mulheres brancas. Falamos em hipóteses pois não é possível afirmar de que maneira, de fato, essas ideias causam impacto na eleição de pessoas. Mas, podemos observar como elas se delineiam e podem embasar a escolha dos/as representantes/as.

Quando focamos na ALESC, a ideia da supremacia branca, nos parece visível no âmbito das relações políticas entre eleitores/as e eleitos/as: apenas duas mulheres negras foram consideradas aptas pela população para ocupar este cargo em toda a história do legislativo catarinense. Não acreditamos que todos/as eleitores/as sigam ideias neonazistas ou acreditem de fato na supremacia branca, mas, de alguma forma, essa lógica pode estar presente na população catarinense e ser considerada no momento eleitoral. A narrativa da deputada Luciane Carminatti (PT) pode ser elucidante neste aspecto:

Acho que a gente tem agravante que é a falta de mulheres, de uma forma geral. Então, essa desigualdade do ponto de vista de gênero, é gritante. Passa ano, entra ano e a história vai se repetindo, pouquíssimas mulheres nos espaços de decisão. Quando a gente faz o recorte étnico, é ainda mais gritante. Se nós olharmos menos de 20 mulheres assumiram até hoje como deputadas. E Antonieta de Barros, mulher negra, e teve uma outra, mas eu acho que ela não foi titular, ela foi suplente só. Eu diria, nós tivemos Antonieta só, se tu olhar do ponto de vista da titularidade (Carminatti, 2024, p. 4).

⁶⁸ A pesquisadora encontrou uma carta de Jair Bolsonaro publicada em três *sites* neonazistas em 2004. Além da carta, havia um banner que direcionava ao *site* de Bolsonaro. Informações retiradas de: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/17/vinculo-de-bolsonaro-com-neonazismo-e-claro-e-concreto-diz-professora-que-achou-carta-em-site/>. Acesso em: 06 set. 2025.

Faz quase um século que o direito de votar e ser votada para as mulheres existe e desde então, apenas duas mulheres negras passaram pela ALESC: a primeira, Antonieta de Barros, eleita em 1935. A segunda, Vanessa da Rosa, assumiu cadeira como suplente em 2023. Em relação a homens negros/pardos, o único registro que encontramos foi do deputado Julio Garcia (PSD) já citado nesta dissertação⁶⁹. Parece-nos visível o quanto a ideia da supremacia branca pode ser conectada à elegibilidade de mulheres no estado. Além disso, sabemos que a herança de um país que escravizou pessoas negras na maior parte de sua história, ancorados na mesma lógica de superioridade, se faz presente e ainda é propagada em pressupostos racistas. Como Cida Bento (2022, p. 9) nos lembra:

É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre o outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até morte, para o outro.

Ainda, para a autora, há um pacto não verbalizado incrustado na branquitude. É um pacto de autopreservação, que visa manter os lugares de poder e privilégios dos/as brancos sobre os negros/as, como se o que fosse “diferente” ameaçasse o “normal” e é nesse sentimento de ameaça que reside a essência do preconceito (Bento, 2022). Isso evidencia que há relações de dominação no interior das instituições, explícitas em alianças e acordos não verbalizados, que atendem a interesses de determinados grupos (Bento, 2022). Dentro disso, Cida Bento analisa como essas relações se delineiam no interior de empresas, quando no momento de estabelecer ações afirmativas para determinados grupos, costuma-se ouvir das lideranças frases como “nosso sistema é meritocrático”, como se cada pessoa fosse unicamente responsável pelo lugar que ocupa na sociedade e suas conquistas e avanços só dependem do “esforço” realizado para tal. A ideia da meritocracia – conectada a um dos pressupostos neonazistas, como evidenciado anteriormente – não considera questões de privilégios historicamente e culturalmente definidos que alguns grupos têm sobre outros: brancos sobre negros, homens sobre mulheres, cisheteronormativos sobre homossexuais/transsexuais. Bento ainda advoga que:

Há que se lembrar de que muitas vezes a “competência” exigida está ligada a um tipo de familiaridade com códigos da cultura organizacional adquiridos ao frequentar instâncias mais estratégicas das instituições, bem como quando se tem algum tipo de relacionamento com lideranças de níveis hierárquicos mais elevados. Essa experiência não é acessada, em geral, por grupos que carregam uma herança de discriminação e exclusão (Bento, 2022, p. 13-14).

⁶⁹ O TSE permite que pesquisas em relação a cor/raça sejam feitas até o ano de 2010. Neste período, não houve homens negros/pardos eleitos na ALESC, segundo as informações do *site*. Em relação a mandatos anteriores, ao olharmos a lista de deputados/as eleitos/as na ALESC, não encontramos nenhum que tenha se autodeclarado negro/pardo. Informações retiradas de: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/legislativo/deputado-estadual/biografias>. Acesso em: 02 dez. 2025.

Nesse sentido, ao focalizarmos o pacto da branquitude no campo político, lembramos o que Bourdieu (2011) destaca sobre este: é um campo de forças e tal como em outros campos, é necessário ter condições de acesso e informações suficientes para saber jogar com outros membros do campo. Assim, podemos afirmar que essa “competência” exigida para ocupar cargos políticos é particularmente mais propícia de estar conectada à homens e mulheres brancos/as, já que estes, além de possuírem o “padrão” socialmente aceito para estar na política, possuem facilidades historicamente e culturalmente construídas e mantidas, internalizadas no pacto não verbalizado da branquitude.

Essas facilidades se revelam nas maiores possibilidades de formar redes de contatos, construir capital simbólico, político e financeiro e ocupar cargos de poder em outras instâncias, que podem ser facilitadores nas campanhas políticas. Fatos que por um lado, são facilitadores para este grupo e por outro se configuram como dificuldades para quem não pertence a ele. Vanessa da Rosa (PT), segunda mulher negra eleita para o parlamento estadual, que assumiu na qualidade de suplente em 2023, nos conta em entrevista um dos motivos que a levou a se candidatar:

É muito triste que o nosso Estado só tenha tido ainda uma mulher negra que foi Antonieta de Barros, assumir a Assembleia Legislativa, muito tempo atrás. [...]. Isso não pode continuar assim, a gente não pode naturalizar esse tipo de coisa, porque a Assembleia Legislativa é um espaço de decisão, é um espaço de poder e é um espaço em que todas nós, mulheres e homens, temos direito a estar lá. E aí, eu acho que isso foi muito decisivo para que eu aceitasse, porque, para além de tentar ser a segunda mulher após Antonieta de Barros, a representatividade que, caso, eu consegui chegar, a representatividade que isso traz, o quanto é importante que mais mulheres se identifiquem, se espelhem, se sintam representadas. Claro que muito especialmente para as mulheres negras, mas para todas as mulheres, porque a Assembleia Legislativa é um espaço majoritariamente branco e masculino. E a gente precisava mudar essas estatísticas (Da Rosa, 2024, p. 7).

A narrativa da ex-deputada demonstra dois aspectos: por um lado, o descontentamento pelo fato de não ter tido outras mulheres negras na ALESC depois de Antonieta; por outro, o quanto isso influenciou Vanessa a lançar seu nome à candidatura: a questão da representatividade importa. A baixa representação de mulheres negras ocupando cargos políticos na assembleia catarinense é uma comprovação de que a lógica meritocrática não funciona. É nítido e claro, que mulheres negras precisam enfrentar diferentes dificuldades para ocupar o campo político – a começar por romper padrões; possibilidades de oportunidades; acesso à escolarização; renda etc. - que não são vivenciadas por homens brancos. Assim, a ideia de que “se esforçar individualmente” é o suficiente para ser eleita, é falsa e errônea quando aplicada à grupos que não fazem parte do padrão hegemônico. Dessa forma, o pacto da

branquitude se demonstra explícito na ALESC, como visto na narrativa da ex-deputada Ângela Albino (PcdoB):

Nós nunca tivemos uma pessoa que não seja homem, branco e autodeclarado, heterossexual, no comando da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Nenhuma. Nenhuma de nós, nenhuma mulher que já viveu nesse estado tem condições de presidir a nossa Assembleia? Tem alguma coisa errada (Albino, 2024, p. 17).

Todas as pessoas que ocuparam o cargo mais alto no interior da ALESC foram homens brancos heterossexuais. Não acreditamos que seja por falta de competência ou de esforço individual das mulheres deputadas que esse fato ocorreu e ocorre, mas sim, devido à estrutura histórico-cultural que com base em gênero, sexualidade, raça e classe, considera determinadas pessoas aptas a ocuparem estes espaços, enquanto outras não. Se o campo político é um campo de forças (Bourdieu, 2011) e é o lugar onde as relações de gênero se demonstram mais explícitas (Scott, 1995), há de se considerar que a misoginia presente na sociedade – e conectando ao terceiro âmbito da lógica neonazista – é um dos entraves para as mulheres ocuparem estas posições. Não necessariamente o ódio explícito contra às mulheres, mas também e principalmente o machismo – como parte fundante da misoginia.

Sabemos que o campo político é organizado em uma lógica patriarcal. Diferentes autoras (Beard, 2018; Perrot, 1998) nos mostram como desde a Grécia antiga, o domínio público pertencia aos homens, enquanto as mulheres deveriam permanecer no espaço privado. Assim, não é uma novidade e já foi anteriormente discutido neste texto, que a maneira como o patriarcado é organizado é o principal entrave para as mulheres ocuparem cargos políticos. Na ALESC, o “pacto do patriarcado” ou o “patriarcado fraternal moderno”⁷⁰ (Pateman, 1993) é visível quando consideramos por exemplo, a narrativa acima de Ângela Albino. É notável também nas narrativas de outras deputadas, como quando para discutir um projeto de lei, são alvos de violência política:

Infelizmente também, nem é todas as mulheres que querem participar da vida política, porque é desgaste muito grande para a família, que a gente precisa também manter, porque nós fomos criados para o privado, não para o público [...]. Então, do Parlamento, a gente sim tem vários embates. Há aqueles que ainda respeitam um pouco mais, mas quando é projeto que a gente tem que argumentar bastante, recebemos muitas violências políticas (Lima, 2024, p. 4).

⁷⁰ O conceito de *patriarcado fraternal moderno* foi esboçado por Carole Pateman (1993). A autora advoga que a nova ordem civil moderna originada pelo contrato original, não separou o poder patriarcal, entendido antes como poder paterno, apenas reformulou-o. De forma que, o contrato original garantiu a permanência da ordem patriarcal não mais através do poder dos pais (homens), mas sim, pelos direitos dos indivíduos homens (maridos), onde por meio do *contrato sexual*, as mulheres permaneceram em seus lugares de esposas. O contrato original é então um pacto fraternal entre os homens da nova sociedade civil, que criaram um vínculo fraterno, objetivando garantir o direito sobre os corpos das mulheres e a dominação masculina (Welter; Salles, 2023).

A narrativa de Ana Paula Lima (PT) evidencia o aspecto estruturante do pacto patriarcal em primeiro lugar, na maneira como as mulheres precisam romper com esse estereótipo e funções culturalmente impostos a elas, do cuidado com o lar, para ocupar o espaço público. Em segundo lugar, depois desse rompimento, quando atuantes na política propondo projetos, precisam “argumentar bastante”, pois são frequentemente vítimas de diferentes formas de violência:

Eu, inclusive, fui vítima de um deputado numa violência política que ele não queria debater comigo, ele queria debater com meu marido, por exemplo, em pleno debate no plenário. Então, quando eles não ganham no argumento, eles ofendem a gente na questão moral (Lima, 2024, p. 4).

Partindo desse exemplo de ataque que Ana Paula Lima sofreu no parlamento, parece-nos visível que há um pacto patriarcal explícito na Assembleia legislativa catarinense. Ao expressar o desejo de debater com o marido de Ana, mas não com ela, o deputado em questão desqualifica o cargo legitimamente eleito que a deputada ocupa; transparece uma ideia de que ela não possui capacidade suficiente para o debate por *ser* mulher e a agride moralmente. Dessa forma, podemos aplicar o pacto da branquitude esboçado por Cida Bento da mesma forma entre homens, configurando-se em um pacto patriarcal não verbalizado. Cida Bento (2022, p. 15), expressa: “fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas”, assim também é com o patriarcado. Muito é discutido e abordado sobre as vidas das mulheres e as dificuldades que enfrentam por viver em um sistema patriarcal, mas pouco é abordado sobre os privilégios masculinos.

Se as pessoas brancas se sentem ameaçadas com o “outro” – como argumentado anteriormente – e isso resulta em violências, podemos dizer que homens sentem a ameaça com mulheres ocupando cargos que não seriam “seus”, da mesma maneira. Se, o “privilégio branco é entendido como um estado passivo, uma estrutura de facilidade que os brancos têm, queiram eles ou não” (Bento, 2022, p. 42), de forma semelhante, o privilégio masculino é também uma estrutura de facilidade. E assim como no pacto da branquitude, eles provavelmente não marcam reuniões para decidir como, quando e de qual maneira irão atacar ou cometer violências contra as mulheres, é um lugar simbólico, dado e estruturado historicamente para ser dessa forma.

O pacto patriarcal não isentou os homens não-brancos. Eles também compactuam, ainda que não verbalmente, com este acordo. bell hooks (2014) examinando o movimento *Black Power* nos Estados Unidos como uma reação contra o racismo, aborda que foi neste mesmo momento que permitiu aos homens negros apoiarem o patriarcado, segundo a autora: “o mais forte vínculo entre militantes homens negros e homens brancos foi o sexismo partilhado –

ambos acreditavam na inferioridade das mulheres e apoiavam o domínio masculino” (hooks, 2014, p. 72). Dessa forma, os homens negros não reconheceram – e talvez ainda não reconhecem – que além do racismo, o sexismo é uma força opressiva na vida das mulheres não-brancas. O acordo não verbalizado do pacto patriarcal se faz presente em homens de todas as raças e etnias.

Com isso, percebe-se que os três âmbitos – meritocracia, supremacia branca e misoginia - das ideologias neonazifascistas são presentes e demonstrados no estado catarinense. Nosso pressuposto é de que essas três características dialogam entre si, impactam na elegibilidade de mulheres e na atuação política de todas as pessoas eleitas. Não queremos dizer com isso, que todas as pessoas de Santa Catarina alinhadas ao espectro político da direita e conservadoras são nazifascistas. Queremos argumentar como essa lógica, conectada à outras características do estado – como a eleição de uma maioria da direita – influencia na eleição de mulheres ou não.

Além disso, percebemos como a memória e a herança da imigração europeia, não portuguesa, é presente e impacta na elegibilidade de pessoas em Santa Catarina, dialogando com o pacto da branquitude e com o pacto patriarcal, mantém determinadas pessoas no campo político ao passo que afasta outras. Esta memória da imigração, ainda presente no estado, é visível por exemplo em projetos de leis protocolados na ALESC, como uma proposição feita recentemente pelo deputado Sargento Lima (PL), que prevê que os/as parlamentares possam participar das sessões plenárias vestindo trajes típicos alemães nas segundas quinzenas de outubro⁷¹.

2.1.2 “Santa Catarina não é fácil, mas é possível”: terra de Luci’s e Antonieta’s

Para além das dificuldades e da sub-representação política das mulheres, caracterizando na ausência, queremos abordar sobre a importância da presença. Se uma parte expressiva da população catarinense concorda com discursos neoconservadores, há outra parte que não comunga desses ideais, votando e elegendo também pessoas de partidos com ideias progressistas e de esquerda. Santa Catarina é também terra de Luci’s e Antonieta’s. Como a ex-deputada Ideli Salvatti (PT) evidenciou em sua narrativa:

Eu fico me imaginando o que é que significa você fazer política da forma como a Luci fez. [...] E ela ser até hoje a única mulher do cabo da enxada que ocupou uma cadeira no Congresso Nacional. Ela foi deputada federal quatro vezes. E isso de Santa

⁷¹ Segundo o deputado, o projeto será: “uma forma simbólica de valorizar a cultura do estado, que tem forte influência alemã”. O período proposto coincide com as tradicionais festas em Santa Catarina, como Oktoberfest. Informações retiradas de: <https://omunicipioblumenau.com.br/projeto-propoe-que-deputados-possam-vestir-traje-alemao-no-plenario-da-alesc/>. Acesso em: 27 out. 2025.

Catarina, né? Porque assim, quando a gente fala as coisas, a gente tem sempre que colocar o histórico. Então a Antonieta foi a primeira parlamentar negra do Brasil de Santa Catarina. A Luci foi quatro vezes deputada federal. Como agricultora, de Santa Catarina. Eu fui senadora e ministra das relações institucionais, de Santa Catarina. Porque essa territorialidade, ela dá também o contexto da maior ou menor dificuldade de você ocupar. Então, eu quero te dizer que em **Santa Catarina não é fácil, mas é possível**. E nós temos luta e parcela em determinadas situações e momentos, parcela significativa da população que entende e que apoia e que se engaja nestas, digamos, buscas de espaço de representação (Salvatti, 2024, p. 10, grifo nosso).

Santa Catarina foi estado pioneiro em eleger uma mulher negra ao cargo de deputada estadual. Também foi Santa Catarina que elegeu “a única mulher do cabo da enxada” – Luci Choinacki, eleita pelo PT pela primeira vez em 1986. Ela, Ideli, ocupou cargo como senadora, sendo a única mulher eleita para o cargo pelo PT em Santa Catarina⁷². O que queremos demonstrar com isso, é que sim, há dificuldades, há pactos não verbalizados, mas há também possibilidades de rompimentos com essa estrutura e a eleição dessas mulheres é prova disso.

Precisamos considerar os contextos históricos e as trajetórias dessas mulheres eleitas, pois, obviamente há diferenças substanciais entre ser eleita em 1935, em 1985 e em 2022.

Antonieta de Barros, nome reconhecido nacionalmente e iconográfico no estado, indubitavelmente devido a seus feitos enquanto escritora, professora e principalmente, por ser a primeira deputada estadual mulher e negra em Santa Catarina e no Brasil. Antonieta nasceu em Florianópolis, capital do estado, em julho de 1901. Sua mãe era Catarina de Barros, vinda de Lages-SC, exercia a função de lavadeira na cidade. Ao que consta, Catarina de Barros trabalhava para a família Ramos em Lages e de lá, mudou-se para Florianópolis (Nunes, 2001). Segundo a pesquisadora Karla Nunes (2001) que focou sua pesquisa na trajetória de vida de Antonieta, pouco se sabe sobre o pai de Antonieta, o registro de batismo conta apenas com “filha natural de”, um termo que era utilizado para referenciar filhas de mães solteiras de pais desconhecidos. Talvez por isso, Ideli Salvatti nos conta em entrevista que:

E tinha uma história que depois, não ficou comprovado, que não era verdade que a Antonieta seria filha da família Ramos. Seria uma filha bastarda da família Ramos, isso não é verdade. [...] E eu nunca esqueço que eu acabei com eles, entendeu? Acabei com a argumentação deles, dizendo o seguinte: “não, tudo bem, porque em Florianópolis só pode ser da família Ramos, da família Konder, da família Bornhausen. É só assim que vocês aceitam, né?” (Salvatti, 2024, p. 4).

Ideli está se referindo às famílias políticas oligárquicas de Santa Catarina que por muito tempo estiveram ocupando altos postos do poder político do estado. Segundo Spengler

⁷² Ideli foi Senadora na 52ª e 53ª Legislaturas, entre 2003 e 2011. Informações de: <https://www25.senado.leg.br/pt/web/senadores/senador/-/perfil/3373>. Acesso em: 04 set. 2025.

(2024, p. 17), a partir de práticas oligárquicas⁷³, as famílias Ramos e Konder-Bornhausen⁷⁴ foram consolidadas como as principais forças políticas em nível estadual, sendo verdadeiras “máquinas partidárias na disputa pelo poder em Santa Catarina”. Ainda, para o autor, membros de ambas as famílias exerceram cargos políticos de forma simultânea, seja no legislativo, no executivo ou no judiciário e apoiaram candidaturas de afilhados políticos que não possuíam relação de parentesco, mas que dialogavam com seus interesses políticos (Spengler, 2024). Interessa-nos observar que, apenas os homens das famílias Ramos e Konder-Bornhausen foram ocupantes de cargos políticos. Embora incipiente, o direito das mulheres de serem votadas já existia, tanto que, apoiaram a candidatura de Antonieta. Mas, não cogitaram em nenhum momento lançar uma mulher da família como candidata? – eis uma especulação – visto que essa já possuiria capital político familiar consolidado e por isso, boas chances de ser eleita⁷⁵.

O fato é que muitas pessoas invisibilizam a trajetória de Antonieta, reduzindo-a a possibilidade de ser a “filha bastarda” da família Ramos. É certo que, como consta na pesquisa de Nunes (2001), Antonieta recebeu muita ajuda da família Ramos durante sua trajetória de vida e política⁷⁶. Mas, diminuí-la a isso é uma prova da desqualificação da competência de uma mulher negra para chegar ao cargo político. Durante sua vida, Antonieta construiu um capital simbólico como professora e escritora, além de um bom relacionamento com as elites políticas locais, fatos que somados, podem ser explicações para levá-la ao cargo político.

Nas suas crônicas, publicadas em jornais como *O Estado*, *A Gazeta* e *República*, abordava principalmente questões relacionadas a educação, além de outros aspectos sobre a vida social, política, religiosa e econômica de Florianópolis e do Brasil. Nunes (2001) destaca que durante a década de 1930, Antonieta escreveu ainda sobre carnavais, festas, costumes, enfim, diferentes temas, mas em nenhum momento fez referência à sua etnia. Segundo a autora:

A discussão poderia apontar para a chamada invisibilidade dos descendentes de africanos no sul do Brasil que se forjou ao longo dos anos através de uma história contada sempre pelas elites em acobertar, esconder e deixar à margem as populações

⁷³ Segundo Spengler (2024, p. 25), as práticas oligárquicas destas famílias configuravam-se em situações de clientelismo, nepotismo, na pressão sobre os funcionários públicos e no controle dos meios de comunicação.

⁷⁴ Além da família Ramos e dos Konder-Bornhausen, lembramos que a família Amin também possui trajetória política de longa data em Santa Catarina: Esperidião Amin Helou foi vereador em Florianópolis na década de 1950, seu filho Espiridião Amin Helou Filho foi prefeito em Florianópolis, governador de Santa Catarina, deputado federal e senador; Ângela Amin, sua esposa, foi prefeita de Florianópolis e deputada federal por Santa Catarina. Informações retiradas de: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amin-esperidiao>. Acesso em: 02 dez. 2025.

⁷⁵ Além disso, a historiografia parece auxiliar neste “esquecimento” das mulheres da família Ramos. Nas leituras realizadas para construção dessa pesquisa, encontramos um amplo debate bibliográfico abordando sobre o poder político dos Ramos e Konder-Bornhausen; biografia dos homens, entre outros. Em nenhum momento dessas leituras, fazem referência às mulheres destas famílias.

⁷⁶ Karla Nunes (2001) evidencia que o Coronel Vidal Ramos, ex-patrão da mãe de Antonieta, auxiliou Antonieta a formar-se na Escola Normal; posteriormente, é possível que tenha recebido apoio e indicação da família Ramos para escrever aos jornais que na época, ou eram de sua propriedade, ou estavam tutelados a eles.

que não se integrassem de bom grado aos seus projetos modeladores. Antonieta de Barros poderia estar identificando-se com tais ideologias, invisibilizando-se, quem sabe, sem dar-se conta (Nunes, 2001, p. 53-54).

Por outro lado, em escritos posteriores, Antonieta declara orgulho em se reconhecer como negra. Além disso, Jeruse Romão (2023) declara que “é um equívoco comum acreditar que Antonieta não abordou a questão racial. As pessoas costumam enfatizar que Antonieta era negra, que ela não havia flexionado a raça [...]. O que vejo nos seus textos revela o contrário”, Romão refere-se a um debate que ocorreu em plenário, em 1951, quando o então deputado pela União Democrática Nacional (UDN), Oswaldo Rodrigues Cabral profere em sessão na Assembleia que aquilo que Antonieta escrevia aos jornais era “intriga barata de senzala”. Segundo Romão (2023), Antonieta responde a este ataque questionando se as palavras dele “eram proferidas no Estados Unidos ou na Alemanha de Hitler”, fato que demonstra sua crítica aos sistemas de segregação racial nos Estados Unidos e o nazismo na Alemanha, que se baseava na superioridade racial branca. Além disso, “ela enfatizou que não se sentia ofendida ao ser chamada de negra, mas sim se a chamassem de branca” (Romão, 2023). Ao que nos parece, com base na bibliografia, Antonieta flexionava a raça dentro de suas possibilidades, dado o contexto histórico ao qual estava inserida e sua aproximação com as elites políticas da época.

É de se pensar que, se atualmente ainda é difícil para mulheres negras e se ficou esse vácuo eleitoral durante quase um século na elegibilidade delas, Antonieta ser eleita em 1934 com mais de 30 mil votos é um feito gigante. Para além da sua exímia coragem, em se lançar como candidata naquele contexto, destacamos também a escolha de mais de 30 mil eleitores/as, em um país que havia acabado de garantir o direito a votar e ser votada às mulheres. Antonieta, em seu contexto, transgrediu estereótipos e ocupou um lugar público estruturado para homens brancos.

Ademais, há de se considerar o que fora lembrado por Nunes (2001), Santa Catarina foi um estado que não apresentou de forma expressiva a mobilização sufragista. Nos jornais pesquisados pela autora, não encontrou repercussão da conquista das mulheres, ou seja, não parece que o movimento estava acirrado no estado catarinense como em outros lugares do país. Também é difícil averiguar como as mulheres catarinenses apoiaram ou não a candidatura de Antonieta na época, é possível dizer que dado o contexto, de um feminismo incipiente, a questão de ser mulher poderia até mesmo prejudicar a candidatura, baseada nos “valores morais” e na “natureza” intrínseca às mulheres como cuidadoras.

Ao que consta em pesquisas como a de Karla Nunes, parece que a eleição de Antonieta ocorreu principalmente devido a articulações com a elite política da época, formada

majoritariamente por homens. Nesse sentido, o Partido Liberal Catarinense (PLC)⁷⁷, do qual Antonieta fazia parte, indicou seu nome como candidata e convocou diversos segmentos da população para votarem nela, apostando principalmente nas mulheres. Depois de eleita⁷⁸, encontra-se uma nota no *Jornal Gazeta*, datada de 03 de abril de 1935, dizendo: “Sua inclusão na chapa pelo Partido Liberal Catarinense foi, incontestavelmente, a maior conquista assinalada pelo feminismo em nossa terra” (*apud* Nunes, 2001, p. 118).

Como dito anteriormente, não há registros de que movimentos feministas catarinenses tenham desempenhado algum papel na eleição de Antonieta. Ao que parece, o PLC utilizou deste discurso para conseguir elegê-la, convocando as mulheres a votarem. Segundo Karla Nunes (2001), foi Nereu Ramos quem apresentou o nome de Antonieta como candidata pelo PLC. A autora considera que o político poderia estar motivado pelas discussões pró-sufrágio feminino que aconteciam na capital brasileira, já que acompanhou os debates enquanto deputado na Constituinte entre 1933 e 1934. Mas, para além disso, o que a historiografia tem demonstrado, é que Nereu Ramos era um homem politicamente estratégico. Assim, o fato de ter indicado o nome de Antonieta como candidata pode ter sido útil para conquistar parte do eleitorado catarinense que estaria “cansado” das mesmas pessoas eleitas no estado. Estas pessoas representadas principalmente pelos grupos aliados aos Konder – descendentes de alemães ligados à indústria no Vale do Itajaí -, eram os principais adversários políticos dos Ramos (Hackenhaar, 2015). Por isso a candidatura de Antonieta pode ter sido estratégica na conquista de votos para o PLC.

Em relação ao feminismo assinalado nas páginas do *Jornal Gazeta* pelo partido, não podemos dizer que Antonieta de Barros identificava-se dessa forma. Uma publicação de Antonieta no *Jornal República* de 15 de abril de 1934, dizia o seguinte: “não somos feministas, se entende-se por feminismo a aspiração política, cigarro à boca etc.” (Nunes, 2001, p. 104).

Sobre esse assunto, em entrevista Ana Campagnolo (PL) aborda:

Como é o caso da Antonieta de Barros, a primeira mulher negra eleita em Santa Catarina, que também era católica e defendia os valores familiares, e era declaradamente antifeminista. Então, nós temos grandes mulheres antifeministas toda a história do Brasil [...]. Mulheres conservadoras muito relevantes em Santa Catarina e todas elas atuaram no contrassenso, na contramão do movimento feminista (Campagnolo, 2024, p. 26).

⁷⁷ O Partido Liberal Catarinense foi fundado por Vidal Ramos, acompanhado de seu filho Nereu Ramos e do sobrinho Aristiliano Ramos, em 1927 (Spengler, 2024).

⁷⁸ Importante destacar que Antonieta fez mais de 30 mil votos, conquistando a primeira suplência. Assumiu o cargo “com os demais deputados eleitos, pois o deputado Leônidas Coelho de Souza não tomou posse por ter sido nomeado por Aristiliano Ramos (então Interventor) para o cargo de Prefeito Provisório de Caçador. Ao que tudo indica, este teria sido um arranjo político, articulado por Nereu Ramos para possibilitar à Antonieta sua legislatura” (Nunes, 2001, p. 116).

Se não é possível afirmar que Antonieta era uma mulher feminista, também não é possível dizer que era anti-feminista. Pesquisas como a de Jeruse Romão (2023) indicam que em crônicas datadas de 1928, Antonieta abordava questões feministas, como no texto “Um homem como todos os outros”. Além disso, Romão encontrou no acervo da Frente Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), duas correspondências de Antonieta para Bertha Lutz. Ao que tudo indica, uma delegada da Frente foi para Santa Catarina conversar com a deputada e através da ata dessa reunião, fica visível que Antonieta pautou a luta das mulheres, dentro das condições que ela tinha naquele contexto.

Karla Nunes (2001, p. 104) identificou nas crônicas analisadas alusões a estes encontros, como em publicação no Jornal *República*, datada de 24 de julho de 1932: “Comunicam-nos do Rio, da Federação pelo Progresso Feminino”. Por isso, não poderíamos dizer que ela atuava na contramão do movimento feminista, visto que, uma das principais reivindicações da chamada primeira onda do feminismo era o direito à educação e ao voto das mulheres. Antonieta era declaradamente uma ativista pela educação das mulheres, como fica claro em suas crônicas publicadas nos jornais e em sua atuação política enquanto deputada⁷⁹.

O que podemos averiguar e com base nas pesquisas realizadas anteriormente, é que talvez Antonieta não se declarasse como feminista devido aos estereótipos vigentes na época – e ainda atualmente – de mulheres feministas ligadas a adjetivos pejorativos, como negadoras da “natureza feminina”, “mal-amadas”, que pretendem a superioridade das mulheres sobre os homens, entre outros. Mas ao mesmo tempo, é notável que Antonieta dialogava com as pautas do movimento feminista da época.

Nas eleições de 1947, Antonieta concorreu novamente ao cargo, ficou como segunda suplente e retornou à Assembleia legislativa em 1948. Neste segundo mandato, Antonieta dedicou-se com insistência para projetos em defesa da educação (Nunes, 2001). A ex-deputada, professora e jornalista, *Maria da Ilha* – pseudônimo que utilizava para assinar suas crônicas – faleceu em março de 1952, aos 51 anos. A memória de Antonieta é muito presente hoje em

⁷⁹ Romão (2023) identifica que Antonieta trabalhou para garantir a previdência para professoras de escolas particulares, reconhecendo a necessidade de prever aposentadoria para essas mulheres, muitas das quais eram solteiras e pobres. Informações retiradas de: <https://catarinas.info/jeruse-romao-desconstroi-narrativas-da-branquitude-sobre-antonieta-de-barros/>. Acesso em: 02 set. 2025.

Santa Catarina⁸⁰ sendo exibida em bustos, pinturas e quadros em lugares públicos da capital do estado⁸¹ e seu nome foi citado em todas as entrevistas realizadas para essa dissertação.

Hoje a Antonieta de Barros, é heroína nacional, né? É motivo de grande orgulho para todas as mulheres e para Santa Catarina também, que normalmente é visto como um estado loirinho de olho azul, de origem europeia, quando a gente tem [...] as duas principais figuras com repercussão nacional, são duas figuras negras de Florianópolis, que é o Cruz e Sousa e Antonieta (Salvatti, 2024, p. 7).

Ideli Salvatti (PT) está inicialmente se referindo ao reconhecimento de Antonieta de Barros como heroína nacional, inserida no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria⁸², que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília. A proposta que deu origem à lei, foi o PL 4940/20, do deputado Alessandro Molon (PSB-RJ) e foi aprovada pela Câmara em junho de 2022⁸³. É interessante observar, que não foi um/a deputado/a catarinense quem propôs a Lei – isso muito possivelmente devido à histórica invisibilidade da população negra em Santa Catarina. Ideli também cita em sua narrativa outra “figura negra” de repercussão nacional, João da Cruz e Sousa⁸⁴ – popularmente conhecido como Cruz e Sousa -, foi um poeta catarinense, reconhecido por sua luta pela causa abolicionista. Atualmente, seu nome é lembrado na capital catarinense como um dos principais representantes da literatura local, um sinônimo de cultura (Espíndola, 2006), além de dar nome à diversas instituições, como o Palácio do Governo, atualmente, Palácio Cruz e Sousa⁸⁵.

Assim, se o estado é reconhecido como um “estado loirinho de olho azul”, é necessário lembrar e manter a memória destes dois importantes personagens negros/as na história de Santa Catarina. Essa tentativa de “apagamento” do protagonismo de pessoas negras no estado, é elucidado na narrativa de Ideli, quando nos conta:

⁸⁰ Como por exemplo, em 1997, a Câmara Municipal de Florianópolis criou a Medalha Antonieta de Barros, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a medalha é concedida anualmente como homenagem a mulheres que tenham se destacado em diferentes áreas na cidade, fato que se repetiu na cidade de São José-SC; em 2021, Antonieta recebeu o título de Doutora Honoris Causa pela UFSC; O PAB (Programa Antonieta de Barros), criado pela ALESC, visa referenciar a memória de Antonieta através de uma iniciativa voltada para a inclusão social, que gera oportunidades para jovens realizarem estágio no Parlamento; entre outras homenagens como samba-enredo, documentários etc.

⁸¹ Ver anexo A.

⁸² O Portal Catarinas, observa que são 56 nomes escritos no livro e apenas doze são de mulheres. Entre elas, duas catarinenses: Antonieta de Barros e Anita Garibaldi. Informações retiradas de: <https://catarinas.info/web-stories/quem-sao-as-heroínas-brasileiras-da-patria-e-da-liberdade/>. Acesso em 01 set. 2025.

⁸³ Informações retiradas de: <https://www.camara.leg.br/noticias/932970-nova-lei-insere-o-nome-de-antonieta-de-barros-como-heroína-da-patria>. Acesso em 01 set. 2025.

⁸⁴ Nasceu em Desterro, atual Florianópolis, em 24 de novembro de 1861. Filho de Guilherme de Sousa, mestre pedreiro e cativo e de, Carolina Eva da Conceição uma lavadeira liberta. Seus poemas são marcados pela musicalidade, pelo individualismo, pelo sensualismo e por retratar – mesmo que metaforicamente – a condição da população escravizada. Para mais informações: <https://www.cultura.sc.gov.br/espacos/mhsc/cruz-e-souza>. Acesso em: 09 set. 2025.

⁸⁵ Edifício localizado no centro de Florianópolis, que também abriga o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e o Museu Cruz e Sousa.

Era uma coisa que eu procurava na Assembleia Legislativa e não tinha nada da Antonieta. Era como se a Antonieta de Barros não tivesse passado por aquela casa, não tivesse sequer existido, não tinha fotografia, não tinha nada, nada, nada. Inclusive, quando eu andei cavoucando os arquivos históricos lá, era bem interessante porque tinha algumas transcrições de discursos da época da Antonieta de Barros, dos debates de plenário e tal. E aí era engraçado, porque quem mais polemizava, eu nem lembro do nome do desgraçado, mas quem mais polemizava com ela não se referia pelo nome, ele sempre se referia a “ela”, sabe? “Ela. Porque ela, porque ela, porque ela”. Era como se “ela” não tivesse nome (Salvatti, 2024, p. 4).

O apagamento de seu nome quando o citado deputado se referia a ela é uma das características da tentativa de invisibilizá-la ou diminuí-la. Antonieta tinha um nome e era uma figura presente e influente no cenário político e social catarinense, contudo, pode ser que homens brancos se sentissem ameaçados em perder seu poder para alguém que englobava várias características sobre ser o “outro” – mulher, negra, advinda de classe baixa. Assim, o fato de não a chamar pelo nome pode ter sido uma tentativa de demonstrar e reafirmar o poder sexista, branco e elitista, de um grupo sob outro.

Além disso, Ideli se refere ao momento que chegou na ALESC em seu primeiro mandato, em 1995. Naquele momento, ainda não havia sido criada a Galeria Lilás⁸⁶ e ainda não havia o busto de Antonieta exibido no hall da Assembleia Legislativa, portanto, não havia marcas de que ela havia passado por aquela casa. É possível atribuímos isso pelo fato de que, Ideli foi a terceira mulher depois de Antonieta a assumir o cargo, ou seja, durante 60 anos, a Assembleia foi ocupada por uma maioria masculina e branca, que não considerou, em nenhum momento como importante a representação – seja em fotos ou bustos – da figura de Antonieta na ALESC. Foi preciso que uma mulher apresentasse e defendesse um projeto de lei para ter uma imagem de Antonita presente na Assembleia e foi trabalho de uma mulher também recuperar essa imagem, como apontado por Ideli, não foi tarefa fácil:

E aí, assim, a primeira coisa que eu me preocupei foi ter uma imagem da Antonieta. Para ser visualizado na Assembleia [...]. Fazendo uma incursão investigatória lá no colégio, Antonieta de Barros. E também no colégio Antonieta de Barros não tinha fotografia dela. Aí nós descobrimos que tinha uma papelada jogada lá no porão, descobrimos uma fotografia dela, comida pelas traças, entende? No porão. E aí fizemos o trabalho de restauração, e essa foi a primeira fotografia, que nós conseguimos colocar na Assembleia Legislativa dela. E aí depois teve várias outras iniciativas, a medalha Antonieta de Barros (Salvatti, 2024, p. 5).

Segundo a narrativa, houve dificuldades em encontrar uma imagem de Antonieta. Quando encontrada foi necessário fazer um trabalho de restauração, pois estava “comida pelas traças” e “jogada lá no porão”. A quem importa essa não preservação da memória de Antonieta?

⁸⁶ A Galeria Lilás é um espaço localizado no *hall* da ALESC onde estão fotos, seguidas por legendas com os nomes e partidos de todas as mulheres que foram deputadas na casa. A Galeria foi Projeto de Resolução 0011/12, de outubro de 2012, de autoria das deputadas Luciane Carminatti, Ana Paula Lima, Angela Albino e Dirce Heiderscheidt.

Ao que nos parece, é visível o pacto da branquitude mitigando seus efeitos no que diz respeito a uma mulher negra. Lembrando aquilo dito por Cida Bento (2022), possivelmente não foi verbalizado, algo como “vamos esquecer a memória de Antonieta, deixando suas fotografias sendo comida pelas traças”, mas, ao passo que ninguém até então havia se importado em recuperar sua imagem, é possível visualizar a maneira como o pacto é efetivo. O que notamos, é que Ideli foi uma parlamentar atuante em recuperar a memória de Antonieta, como no caso da nomeação do túnel:

E no final do meu segundo mandato de deputado estadual ficou pronto o túnel. Ia ficar pronto, ia ser inaugurado o túnel. E eu apresentei o projeto de lei para denominar a Antonieta de Barros o túnel. E o debate na Comissão de Justiça foi assim de sair faísca. Por quê? Porque a Antonieta já tem a escola, para que outra? Está muito bem já homenageada [...]. E aí a gente teve que fazer todo um debate (Salvatti, 2024, p. 5).

Ideli está se referindo ao túnel que conecta o Centro ao bairro Saco dos Limões, servindo como rota essencial para o sul da ilha, em Florianópolis. Na ocasião, parece que o projeto de lei de nomeá-lo com Antonieta de Barros, não foi bem aceito pelos seus colegas parlamentares. É importante destacar que mais uma vez, Ideli era a única mulher presente no parlamento naquele momento. Fica a especulação: será que se houvesse mais mulheres, o debate teria sido mais fácil? Acreditamos que sim. Mas não podemos afirmar que isso ocorreria, visto que nem todas as mulheres legislam em prol do reconhecimento de outras.

Apesar dos desentendimentos entre os deputados e Ideli, sua resistência e persistência resultaram no nome que é possível ler atualmente cruzando o túnel “Antonieta de Barros”. Em relação à resistência dos deputados ao dizer “está muito bem já homenageada” pois já havia uma escola com seu nome, é importante traçarmos um paralelo com outros nomes de homens brancos já “muito bem homenageados” em diferentes cidades catarinenses: os Ramos. Os personagens dessa família dão nomes a municípios, praças, ruas, escolas, hospitais e edifícios públicos e privados⁸⁷ (Spengler, 2024). Ora, já não haviam sido homenageados o suficiente? Por que o nome de Antonieta não poderia ser novamente também? Estes são alguns dos efeitos da branquitude e do patriarcado presentes na Assembleia Legislativa.

Assim, se ainda hoje Santa Catarina “é visto como um estado loirinho de olho azul”, podemos afirmar que Antonieta, dentro de suas possibilidades e possivelmente utilizando ferramentas estratégicas, transgrediu normas, tornando-se uma figura de visibilidade nacional e marcando a representatividade das mulheres negras na política catarinense.

⁸⁷ Segundo Spengler (2024, p. 18), entre os municípios que homenageiam a família Ramos estão: Vidal Ramos, Presidente Nereu, Celso Ramos e Governador Celso Ramos. Há também ruas com seus nomes em Chapecó, Florianópolis, Itajaí, Joinville e Rio do Sul.

Porém, essa esperança que Antonieta representou para muitas mulheres na década de 1930, foi dissipada por 88 anos. Marlene Fengler (PSD) destaca essa falta de representatividade política na Assembleia Legislativa, principalmente em relação as mulheres negras e indígenas:

Então, você trazer ainda esse outro recorte é muito mais difícil. E você, inclusive, convencer as mulheres negras a participarem quando elas não têm, elas têm uma referência de quantos anos atrás, né? [...]. A Assembleia deveria ser um espelho da sociedade. E se nesse espelho a gente não enxerga, ou enxerga poucas mulheres e não enxerga nenhuma negra, não enxerga nenhuma indígena, quando elas olham de fora, olham para dentro, obviamente, penso que esse não é o espaço delas (Fengler, 2024, p. 5).

Santa Catarina nunca elegeu uma mulher indígena ou trans para ocupar cargo na ALESC, embora, candidatas ao cargo tenham sido registradas nas eleições de 2022. Além disso, em pesquisas anteriores, referente às eleições de 2014 e 2018, também encontramos registros de candidaturas de mulheres negras e pardas⁸⁸, mas nenhuma indígena e nenhuma trans. De fato, é difícil para mulheres terem o desejo de participar da vida política se não tem representações para tal. Demorou 88 anos para outra mulher negra ocupar assento na ALESC como deputada estadual – Vanessa da Rosa (PT) já citada neste trabalho – assumiu por trinta dias em 2023 na qualidade de suplente. Ao que nos parece, o pacto da branquitude e patriarcal vêm sendo efetivo em Santa Catarina. Mas há mulheres transgredindo-os.

Depois de Antonieta, uma segunda mulher assumiu o cargo de deputada em 1959. Ingenborg Colin, mulher branca, natural de Joinville-SC, nasceu em 15 de fevereiro de 1921. Ingenborg concorreu nas eleições de 1958 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fez 3.178 votos, ficou na posição de primeira suplente e foi convocada para a 4ª Legislatura (1959-1963) em três ocasiões, no total de 180 dias (Memória Política de Santa Catarina, 2022). Ingenborg realizou estudos iniciais em Joinville, depois mudou-se para o Rio de Janeiro-RJ para fazer o curso de Secretária e Racionalização do Trabalho. Quando voltou a Joinville, assumiu o cargo de Oficial Maior do Cartório de Registro Civil e Documentos. Foi casada com Cláudio Barbosa Lima. Ingenborg faleceu em 06 de fevereiro de 2022, aos 100 anos de idade.

Ao que consta, Ingenborg vinha de uma família de políticos. Era irmã de João Colin (UDN⁸⁹), que foi prefeito em Joinville em dois mandatos⁹⁰ e Deputado Estadual na ALESC,

⁸⁸ Nas eleições de 2014, entre homens e mulheres, havia somente 28 (7,5% do total) de candidatos/as autodeclarados negros/as e pardos/as, sendo cinco mulheres negras e seis mulheres pardas. Nas eleições de 2018, entre homens e mulheres havia 54 candidatos/as (14,3% do total), negros/as e pardos/as. Entre estes/as, seis eram mulheres negras e nove mulheres autodeclaradas pardas (Busnello, 2023).

⁸⁹ União Democrática Nacional foi um partido político brasileiro, fundado em 1945, de orientação conservadora e contrário à posição política de Getúlio Vargas.

⁹⁰ João Colin foi prefeito da cidade entre 1947 até 1950, quando renunciou ao cargo, devido à possibilidade de concorrer ao cargo de governador do estado. Assumiu como prefeito novamente em 1956, onde permaneceu até 1957, quando veio a falecer. Informações retiradas de:

https://memoria.camara.joinville.br/index.php?title=Jo%C3%A3o_Colin. Acesso em: 04 set. 2025.

entre 1951 e 1955. Pedro Colin, filho de João Colin, também foi parlamentar na Assembleia Legislativa e Deputado Federal⁹¹. Considerando o cargo que Ingenborg ocupava antes de ser deputada estadual – um trabalho que não nos parece muito promissor na construção de capital simbólico – poderíamos dizer que foi eleita pelo capital familiar, dado que alguns membros da sua família já haviam construído carreira na política. Outro fator que nos faz ter esse argumento, é que Ingenborg utilizou o sobrenome da família paterna para concorrer às eleições. Isso é visível no anúncio do *Jornal de Joinville*⁹², datado de 03 de setembro de 1958:



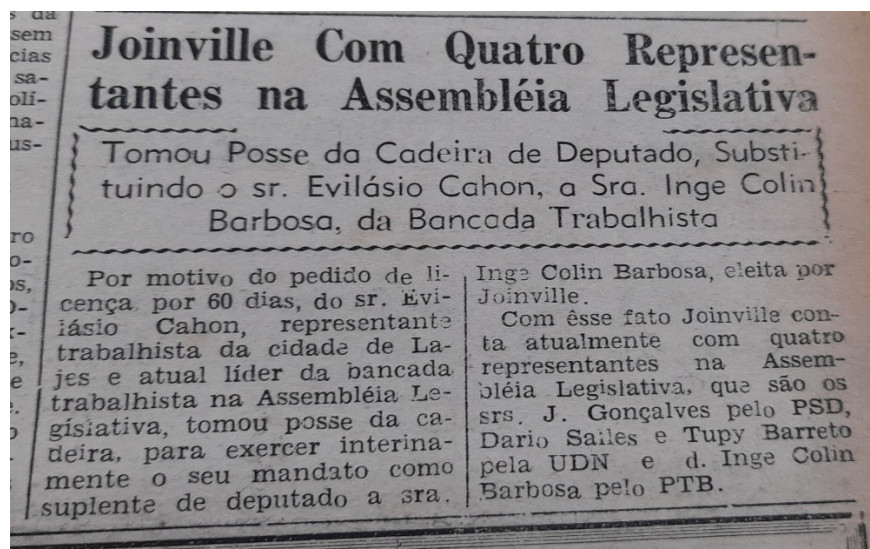
Fonte: *Jornal de Joinville*, 1958. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

Contudo, em outras publicações, desta vez no *Jornal A Notícia*⁹³, datada de 11 de novembro de 1959, o sobrenome do cônjuge aparece:

⁹¹ Pedro Colin foi deputado estadual na quinta Legislatura, entre 1963 até 1967, reeleito, ocupou o cargo até 1971; e deputado federal, por quatro legislaturas consecutivas, entre 1971 e 1986. Informações retiradas de: https://memoria.camara.joinville.br/index.php?title=Pedro_Colin. Acesso em: 04 set. 2025.

⁹² Segundo Mathyas (2007) o *Jornal de Joinville*, surgiu em 1919, como consequência da Primeira Guerra Mundial. Naquele momento, a língua alemã foi proibida em lugares públicos no Brasil e isso fez com que aparecesse jornais em português. O *Jornal de Joinville* foi dirigido por Carlos Gomes: vereador, prefeito municipal e deputado estadual. Ao que consta, o *Jornal de Joinville* seguia o então presidente da República Getúlio Vargas e sua campanha de nacionalização. Defendia as elites políticas e propagava um clima de paz entre operários e trabalhadores.

⁹³ O *Jornal A Notícia*, surgiu em 1923, constituindo-se como um dos principais jornais da cidade de Joinville, segundo Mathyas (2007). Ainda, segundo a autora, o jornal passou por diversas etapas, chegando a ser mantido por um grupo de empresários locais e políticos de diferentes partidos que participavam da linha editorial. A *Notícia* foi vendida em 2006 ao Grupo NSC, afiliada da Rede Globo. Para mais informações: <https://www.negociossc.com.br/marcas/sobre-a-noticia/>. Acesso em: 20 fev. 2026.



Fonte: *A Notícia*, 1959. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

Não nos aprofundamos em maiores pesquisas sobre Ingenborg Colin, considerando que não abrange o recorte temporal desta investigação. Esses recortes de jornais foram recebidos após a autora fazer contato com a Câmara de Vereadores de Joinville-SC. A mensagem foi direcionada à Patrik Roger Pinheiro, que se identificou como estando à frente do projeto “Memória da Câmara de Vereadores de Joinville”, pessoa responsável em enviar estes recortes. Essas duas fontes nos permitem observar que – pelo menos nos jornais locais – o sobrenome do marido aparece depois que Ingenborg toma posse, ao que consta, é que durante a campanha ela utilizou o sobrenome da família que já possuía carreira na política para se consolidar enquanto candidata, fato que de certa forma, pode ter facilitado a eleição.

Outras análises podem ser feitas em relação ao recorte do *Jornal de Joinville*. Em primeiro lugar, consta que ela foi a primeira mulher do PTB e da Região Norte do Estado a concorrer ao cargo, isso representa o pioneirismo de Ingenborg que, mesmo sendo mulher branca e carregando uma herança familiar na política, é possível que tenha vivenciado situações adversas pelo fato de ser mulher. Como aparece no anúncio, “Para deputado estadual”, a nomenclatura não tensionada no feminino, é uma característica da tentativa da invisibilidade das mulheres naquele contexto⁹⁴. Em segundo lugar, o *slogan* que inicia com “sinceridade, franqueza e solidariedade” são características comumente atribuídas a mulheres, que teriam “natureza dócil” e devido a função reprodutiva e de maternagem, seriam mais solidárias e cuidadosas, fato que se estende ao restante do *slogan* “pelo bem da família trabalhista”. Ao que parece, atribuíram características consideradas como “femininas” para a campanha eleitoral de

⁹⁴ Krook e Sanín (2016, p. 150) advogam que esses conflitos também são evidentes – atualmente – quando se referem a congressistas de maneira geral como “senhores deputados”, o que tem efeito de eliminar a presença das mulheres das instituições políticas.

Ingenborg, conectada ao fato de que por ser mulher, estaria exercendo uma extensão do cuidado para o campo político.

Não é possível afirmar se Ingenborg concordava ou não com tais prerrogativas. Também não é possível – dentro do escopo desta pesquisa – falarmos sobre sua atuação durante os 180 dias que assumiu como deputada estadual. O que nos cabe e é possível dizer, é que foi a segunda mulher a assumir o cargo depois de Antonieta de Barros; foi pioneira em concorrer pelo PTB e que esteve presente na Assembleia, mesmo que por apenas 180 dias, sendo a única mulher na legislatura.

Nas entrevistas realizadas para essa dissertação, o nome dela surgiu duas vezes, em uma delas foi com a ex-deputada Simone Schramm (PPS), ela nos conta que recebeu o apoio de Ingenborg para concorrer ao cargo:

S: Foi um prazer te conhecer assim e quero registrar, como é importante você se dedicar, em buscar essa valorização da mulher e foram tão poucas. Aqui em Joinville a gente teve a Inge Colin também, que foi deputada estadual e me apoiou muito, viu?
B: Ah, é, você teve apoio dela?
S: Eu tive apoio dela. Então é importante se olhar para a mulher e valorizar as que realmente abraçam uma causa (Schramm, 2024, p. 22).

O que notamos com isso, é a importância de Ingenborg ter sido eleita na década de 1950. Seu mandato, embora curto, resultou em aspectos de representatividade e experiência, que foram importantes para 50 anos depois, Simone Schramm lançar-se à candidatura, tendo o apoio de outra mulher que já havia vivenciado a mesma situação. Ao que surge na narrativa de Simone, Ingenborg “abraçou uma causa”, muito possivelmente, está referindo-se à sua candidatura.

A segunda vez que surge o nome de Ingenborg, é de forma superficial na narrativa de Ideli Salvatti (PT), quando nos conta que foi a quarta mulher a ocupar cargo na ALESC, cita o nome das três primeiras: “Eu fui a quarta deputada, mulher, a pisar na Assembleia Legislativa, tá? Foi a Antonieta de Barros em 1934, foi a Inge Collin, que era suplente, que assumiu uns dois, três meses ali na década de 50, foi a Luci Choinacki em 1987” (Salvatti, 2024, p. 5).

Em relação à eleição da ex-deputada Luci Choinacki, iremos abordar com maior profundidade no segundo capítulo dessa dissertação, por fazer parte do nosso recorte temporal e ter nos concedido entrevista. O que ainda queremos considerar nesse momento, são as deputadas que entram em nosso escopo temporal, com as quais não conseguimos realizar entrevistas⁹⁵.

⁹⁵ Tentativas de contatos apresentando a proposta foram realizadas com todas elas. Algumas não deram resposta; outras não encontraram espaço em suas agendas.

Consideramos que suas presenças no parlamento foram/são tão importantes quanto aquelas que entrevistamos, por isso, acreditamos ser importante destacar seus nomes, trajetórias – ao que nos é possível consultar – e atuação política nessa dissertação. Aquelas que não conseguimos realizar entrevistas são: Ana Paula da Silva (Paulinha), Alba Schlichting, Jana Guedes e Odete de Jesus. Além disso, dentre as parlamentares que assumiram no escopo temporal da pesquisa, uma já faleceu: Thatianne Ferro Teixeira. Para analisar suas trajetórias e atuação política, utilizaremos como base o *site* da Memória Política da ALESC⁹⁶, onde é possível encontrar informações sobre as atuais e ex-deputadas.

Ana Paula da Silva – ou Paulinha, como é comumente chamada – nasceu em 27 de abril de 1975 na capital catarinense. Mulher branca, é mãe de duas filhas: Mariana e Manuela. Foi filiada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) desde 1990, já ocupou os seguintes cargos na política institucional: vereadora em Bombinhas (SC) entre 2005 e 2008, quando durante o mandato exerceu a função de Primeira Secretária da Mesa Diretora entre 2005 e 2006; elegeu-se prefeita no mesmo município nas eleições de 2012 e foi reeleita nas eleições de 2016. Em 2018, afastou-se do cargo do Executivo municipal para concorrer como deputada estadual, pelo PDT. Foi eleita com mais de 50 mil votos, tomando posse para a 19ª Legislatura (2019-2023). Durante essa legislatura, foi membro das seguintes Comissões: Assuntos Municipais; Constituição e Justiça; Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Educação, Cultura e Desporto; Pesca e Aquicultura; Segurança Pública e presidenta da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Em maio de 2021, Paulinha deixou o PDT. Filiou-se ao Podemos em abril de 2022, quando foi reeleita para a 20ª Legislatura na ALESC (2023-2027). Atualmente, a deputada está em exercício parlamentar.

Segundo sua página no *Facebook*, Paulinha é casada com Paulo Henrique Dalago Muller – conhecido como Paulinho – que foi prefeito da cidade de Bombinhas – SC entre 2018 e 2020. No *site* da deputada⁹⁷, consta que ela defende principalmente assuntos relacionados à: gestão eficiente; saúde; mobilidade urbana; representação feminina; pesca artesanal e educação. Ainda sobre sua atuação política, em estudos realizados anteriormente, cobrindo o período de 1998 a 2018, identificamos que durante estes anos, Paulinha havia proposto 130 Projetos de Leis (PL's), sendo que dez destes envolviam temáticas relacionadas às mulheres (Busnello, 2023). Em relação à escolaridade, consta em sua biografia que Paulinha possui Ensino Médio

⁹⁶ A Memória Política da ALESC é uma parceria entre a Escola do Legislativo (ALESC) com o Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC. O *site* pode ser acessado aqui: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/>. Acesso em: 02 set. 2025.

⁹⁷ O *site* da deputada pode ser acessado em: <https://deputadapaulinha.com.br/>. Acesso em: 02 set. 2025.

completo e ainda que estaria fazendo graduação durante o mandato, com “curso superior em andamento”, não informando a área.

Alba Schlichting, mulher branca, nasceu em 15 de outubro de 1949, na cidade de Bocaina do Sul-SC. Possui duas graduações pela UFSC: em Letras – Língua Portuguesa (1971) e em Direito (1973). Especializou-se em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) em 1979 e em Educação Pré-Escolar (1982). Foi professora da rede estadual de ensino em Florianópolis entre 1968 e 1995. Em sua biografia, não consta se é casada ou não, nem informações sobre maternidade. Destaca-se principalmente suas funções públicas e profissionais, como por exemplo: diretora administrativa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), de 2011 a 2014; conselheira de Sentença do Tribunal do Júri em São José (1994-1995); diretora de operações da Fundação Educar (1986-1987) e assessora da presidência da ALESC, entre 2005 e 2007. Em 2002, concorreu ao cargo de deputada estadual pelo Partido da Frente Liberal (PFL), ficando na posição de quarta suplente. Foi convocada para assumir a 15ª Legislatura em 2007, quando atuou por 30 dias. Não encontramos projetos de leis propostos por Alba durante os 30 dias que exerceu mandato na ALESC (Busnello, 2023).

Janaína Guedes de Freitas – Jana Guedes –, mulher parda⁹⁸, nasceu em 14 de janeiro de 1982, em Videira-Santa Catarina. Não encontramos informações referentes a sua ocupação profissional antes de ser eleita vereadora na cidade de nascimento, nas eleições de 2020, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Também não há informações sobre ter ou não filhos/as. Em relação a formação, é declarado Ensino Médio completo. Nas eleições de 2022, também pelo PDT, concorreu a uma vaga no parlamento estadual, conquistando a quarta suplência. Foi chamada para assumir o cargo durante um mês (fevereiro a março) em 2024. Enquanto esteve no cargo, propôs três projetos de leis. Seu estado civil consta como solteira.

Odete de Jesus, mulher branca, nasceu em 02 de março de 1951, em União da Vitória-PR. É mãe de uma filha e avó de um neto. Formou-se em Geografia pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAFIUV). Foi professora nas cidades catarinenses de Matos Costa, Caçador e Fraiburgo. Atuante em movimentos religiosos evangélicos, foi pastora e participou da abertura de igrejas em diversos municípios de Santa Catarina, além disso, fundou o Conselho de Ética das Entidades Religiosas (CER-SC) em 2001. Seu primeiro mandato na ALESC foi pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), na 14ª

⁹⁸ Informações retiradas de:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUL/SC/2030402020/240001134276/2020/83798>. Acesso em: 02 dez. 2025.

Legislatura (1999-2003). Em 2000, mudou para o Partido Liberal (PL), sendo reeleita por este nas eleições de 2002, integrando a Legislatura entre 2003 e 2007. Concorreu ao cargo novamente nas eleições de 2006 pelo mesmo partido e foi reeleita novamente. Em 2007, filiou-se ao Partido Republicano Brasileiro (PRB) durante seu terceiro mandato. Em 2010, candidatou-se novamente ao cargo pelo PRB e conquistou uma suplência, sendo convocada para assumir por um período de 75 dias entre 2011 e 2012. Nas eleições de 2014 foi candidata novamente, desta vez pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), ficou na posição de suplente e não foi convocada para a legislatura.

Durante o primeiro mandato, foi líder da bancada do PL na ALESC entre 2001 e 2002. Participou das Comissões Permanentes: Direitos Humanos e Defesa do Consumidor; Saúde e Meio Ambiente; Fiscalização, Controle, Eficácia Legislativa e Redação de Leis; Educação, Cultura e Desporto; Direitos e Garantias Fundamentais; Saúde; Finanças e Tributação; Ética e Decoro Parlamentar. Em pesquisas anteriores, encontramos 139 projetos de leis propostos pela deputada e identificamos sete destes como relacionados aos direitos das mulheres (Busnello, 2023).

Tathiane Ferro Teixeira, mulher branca, nasceu em Criciúma-SC, em 23 de agosto de 1979. Graduiu-se em Pedagogia pela UDESC e fez pós-graduação em Psicopedagogia pela Faculdade Bagozzi. Foi militante do movimento estudantil e segundo consta na biografia da deputada, o interesse pela política teve forte influência da sua família. O pai, já falecido, havia sido vereador em Criciúma pelo PT, entre 1997 e 2000 e seu tio, também foi vereador no mesmo município, entre 1989 e 1992. A primeira disputa eleitoral de Tathiane foi ao cargo de deputada federal, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 2006, ficou como suplente. Em 2008, pelo mesmo partido, foi eleita vereadora em Criciúma. Em 2010, concorreu ao cargo de deputada estadual para Santa Catarina, porém, não foi eleita. Em 2012, foi reeleita para a Câmara Municipal de Criciúma, desta vez, pelo PSD. Nas eleições de 2018, Tathiane concorreu novamente ao cargo de deputada estadual, pelo Partido Popular Socialista (PPS) e ocupou a posição de quarta suplente. Foi convocada para assumir o cargo por trinta dias em janeiro de 2021, durante esse período, integrou a Bancada Feminina da ALESC e o Bloco de deputados representantes da Região Sul do estado. Ao que consta no site da Agência ALESC⁹⁹, Tathiane foi casada com Daniel Ferreira e foi mãe de Vittor e Clara. A ex-deputada faleceu em 21 de março de 2023, aos 43 anos.

⁹⁹ Informações retiradas de: https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/nota-de-pesar-morre-a-ex-deputada-tati-teixeira. Acesso em: 02 set. 2025.

Destacamos os nomes dessas mulheres pois acreditamos que todas foram importantes para a representatividade das mulheres na política em Santa Catarina. Mesmo aquelas que assumiram por curtos períodos como suplentes, deixaram marcos na história de um legislativo majoritariamente ocupado por homens. Todas elas, tiveram coragem de lançar-se na política partidária como candidatas, fizeram campanhas e trabalharam depois de eleitas, rompendo com padrões secularmente impostos que dita os lugares que mulheres devem ou não ocupar. Seus nomes, trajetórias e atuações são importantes para a História das Mulheres e de Santa Catarina e não podem ser esquecidos. Ademais, lamentamos o fato de não ter conseguido realizar entrevistas com Alba, Odete, Jana e Paulinha, acreditamos que suas narrativas teriam sido enriquecedoras para o desenvolvimento desta pesquisa e possibilitariam acesso a outras informações – principalmente aquelas de caráter subjetivo - que a pesquisa em *sites* – ou seja, aquilo que outras pessoas escreveram sobre elas - não permite ter. De qualquer forma, esperamos estar contribuindo com a historiografia, em deixar seus nomes marcados neste trabalho.

Nesta perspectiva, acreditamos que essa dissertação de mestrado se insere em uma abordagem historiográfica que entra em acordo com a visão da história-problema. Entendemos que produzimos uma narrativa não linear, que valoriza as subjetividades e as mulheres como sujeitas e protagonistas da História. Neste arcabouço, esperamos estar contribuindo para os estudos de gênero, para uma historiografia feminista e para uma outra leitura da História catarinense. Além disso, como destacado por Wolff (2009) o conhecimento histórico que geralmente chega nas escolas – local de maior disseminação da História como disciplina – é aquele baseado na historiografia tradicional.

Por isso, em diálogo com a História Pública, pensando-a como uma “práxis cultural, dialógica, comprometida com a formação cidadã, a escuta de vozes silenciadas e a democratização da memória” (Soares; Rovai; Pôrto, 2025) e como uma possibilidade de ampliar e fazer circular os resultados desta pesquisa para além do ambiente acadêmico, realizamos uma proposta de plano de aula, possível de ser utilizado no ensino fundamental¹⁰⁰.

Queremos com isso, que esta pesquisa chegue aos bancos escolares, que contribua para a reflexão do ensino de História com a abordagem da História das Mulheres. Dentro disso, estamos promovendo o exercício da Lei Estadual nº 18.226/21, proposta pela deputada estadual Luciane Carminatti e pela Bancada Feminina da ALESC, que “inclui como conteúdo transversal, no currículo das escolas públicas e privadas do Estado de Santa Catarina, a História

¹⁰⁰ Ver Apêndice A.

das Mulheres do Campo e Cidade em Santa Catarina” (ALESC, 2021)¹⁰¹ e também da Lei nº 14.986/2024, que inclui a “obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História” (Brasil, 2024).

2.2 “PARA A GENTE COMEÇAR TER OS DIREITOS, FOI MUITA PANCADARIA”: A HISTORIOGRAFIA DAS MULHERES, O GÊNERO E A INTERSECCIONALIDADE

Investimos na produção de uma historiografia de mulheres. Feita com e por mulheres. Pensando nesta categoria plural, histórica, mutável, interseccionada por outras categorias: raça, classe, etnia, geração, sexualidade. Mas também, reafirmando uma identidade: mulher. Identidade marcada, produzindo ciência marcada, ultrapassando os limites colocados pelo homem-branco-cisgênero-heterossexual de classe média (Rago, 1998). Portanto, uma escrita feminista, que também é marcada por uma historicidade, ela é possível de ser feita devido ao contexto histórico no qual estamos inseridas: um tempo em que as mulheres podem escrever; pesquisar; votar e serem votadas. Como veremos nos próximos capítulos, nem sempre foi assim. A conjuntura atual que permite esta pesquisa e escrita é resultado de diversas disputas sociais, algumas travadas pelos movimentos feministas, inclusive, no interior da própria historiografia.

A narrativa da ex-deputada Simone Schramm (PPB) demonstra seu entendimento sobre as mudanças na História das Mulheres:

Então eu entendo que é uma questão, a Antonieta de Barros, **ela foi uma mulher muito à frente do seu tempo**, ela foi impetuosa, ela enfrentou, ela usou pseudônimos para como escritora, **porque lá também não se valorizava a opinião da mulher no período em que ela foi uma líder**, então analisando assim de uma forma mundial, poucas mulheres se projetaram porque com certeza elas abdicaram outras coisas da sua vida (Schramm, 2024, p. 7, grifo nosso).

Quando cita o período em que Antonieta de Barros ocupou cargo no legislativo, refere-se à década de 1930, mesmo contexto em que Antonieta escrevia para jornais com o pseudônimo de *Maria da Ilha*. Não concordamos que Antonieta foi “à frente de seu tempo”, acreditamos que ela atuou dentro de suas possibilidades, dada a conjuntura política e social da época – como dito no capítulo anterior. Contudo, entendemos a narrativa de Simone em relação a isto. É provável que a ex parlamentar refira-se a um “tempo” no qual era mais difícil para

¹⁰¹ A Lei aprovada pela ALESC em 2021 tem como objetivo promover o conhecimento sobre a existência e a trajetória de mulheres catarinenses notáveis à construção do estado e aos avanços da sua sociedade nas mais diversas áreas. Informações retiradas de: <https://lucianecarminatti.com.br/lei-da-luciane-aprovada-historia-das-mulheres-do-campo-e-da-cidade-sera-conteudo-obrigatorio-nas-escolas/>. Acesso em: 06 set. 2025.

mulheres alcançarem cargos de poder, considerando por exemplo, que o direito de votar e ser eleita havia acabado de ser promulgado na legislação brasileira. Sem dúvidas, os percalços e desafios para mulheres – sobretudo mulheres negras, como Antonieta - daquele período eram substancialmente mais difíceis de serem vivenciados do que atualmente. Mas o que nos parece, de acordo com a narrativa de Simone, é que algumas dificuldades se mantêm, como “abdicar de outras coisas” para estar em cargos de poder. Estas outras coisas, é o cuidado com a família e as crianças, tarefa relegada às mulheres na longa duração.

Sabemos que a História, instituída como disciplina no século XIX, tendo sua narrativa focada inicialmente em estudos sobre o passado com ênfase nos grandes acontecimentos, feitos por “grandes homens” e personagens “ilustres”, de certa forma, auxiliou na invisibilidade da atuação das mulheres. O foco era uma pretensão de objetividade científica; as fontes eram os documentos políticos dos governos; era a História chamada “positivista”, vista atualmente como “tradicional”. Nesse escopo, as mulheres não foram incluídas como sujeitas da historiografia.

Alguns empecilhos se colocavam nesta direção: em primeiro lugar, elas não pertenciam ao espaço público – este como alvo principal das narrativas – a esfera doméstica não era passível de ser historicizada; em segundo lugar, a problemática com as fontes: Perrot (2005) evidencia a dificuldade nos registros primários, que não detalhavam o sexo, supondo-se que eram devidamente masculinos, as mulheres não contavam. Além disso, nos documentos dos arquivos públicos pouco aparecia sobre mulheres, e quando surgiam documentações, elas eram qualificadas como perturbadoras da ordem, vociferantes e histéricas. A ex-deputada Ada de Luca nos conta que:

Qualquer tipo de mulher faz falta. E o maior é o preconceito, é machismo, é autoritarismo, o não discernimento do valor, da valorização da mulher [...]. O homem tranca a porta, mas a mulher não abre, nem tenta abrir. Então uma parcela só que abre. **E no meu tempo, quando eu era nova, essa parcela mínima que tentava abrir era tida como louca, ainda.** Mas o que seria do mundo se não fosse os loucos, não é? (De Luca, 2024, p. 8, grifo nosso).

O que percebemos, com a narrativa da ex-deputada Ada de Luca (MDB), é que se manteve a (des)qualificação das mulheres como “loucas”. Se no século XIX, estudado por Perrot, os documentos dos arquivos públicos já as colocavam desta maneira, no período em que Ada esteve presente na vida política – década de 1990-atual – isso permaneceu. Quando a ex-parlamentar fala sobre abrir portas, está referindo-se a ocupar cargos públicos. Para ela, são poucas as mulheres que fazem esse movimento de lançar-se na vida política, e isso é explicado historicamente - como veremos nos próximos capítulos, como falta de desejo em candidatar-se a cargos, por exemplo -, como ela mesma aborda “o maior é o preconceito, é o machismo”. Este

“machismo”, colocado por Ada, visível nos campos sociais e políticos, é perceptível também no interior da própria historiografia, que não considerava as mulheres como protagonistas.

Esta dupla insuficiência – de não pertencer ao espaço público e o déficit das fontes – confinava-as em um “oceano de silêncio” como se “elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento” (Perrot, 2005, p. 9). O que tange, em realidade, é que este grupo – metade da população humana – não importava para a historiografia. Afinal, as fontes sempre existiram – como nos diários, arquivos privados e/ou, fontes orais – o que muda é a maneira de lê-las, a perspectiva a partir da qual se faz a História.

Essa mudança não ocorreu gratuitamente ou sem esforços das mulheres. O silêncio foi rompido e um outro olhar sobre os acontecimentos tornou-se possível. Este outro olhar mina até mesmo os feitos da historiografia até aquele momento, implica em (re)observar os fatos dados como prontos, ou seja, ao incluir a outra metade da população humana na narrativa historiográfica, percebe-se que o tempo e o espaço (objetos fundantes da pesquisa histórica) podem ser diferentes, maleáveis, mutáveis e principalmente, vivenciados e sentidos de outras maneiras.

Scott (1992) ressalta que a História das Mulheres é certamente associada à emergência do feminismo, quando ainda nos anos 1960 as feministas pediam por uma história que mostrasse a atuação das mulheres e que fosse esclarecedora quanto a opressão e submissão. Atualmente, inserimos também outra narrativa: das possibilidades de transgressão das normativas de gênero; das diferentes formas de resistência; da presença, perante a ausência. Por isso e com isso, o movimento de inclusão das mulheres na narrativa historiográfica acompanhou as conquistas feministas de acesso à direitos e à cidadania, como evidencia Muniz (2018, p. 151) “[...] não poderia ser diferente, uma vez que os movimentos sociais, políticos e culturais são produzidos na história, e ao mesmo tempo também produtores dela”.

As abordagens da historiografia das mulheres, considerava-as como uma categoria fixa: era uma teoria essencializada, ancorada no pressuposto biológico. Esse antagonismo homem *versus* mulher estabelecido nesse contexto, favoreceu a construção de uma mobilização política importante, pois, passou-se a questionar a viabilidade da categoria “mulheres” e introduzir a questão da diferença como um problema (Soihet; Pedro, 2007). As “diferenças dentro da diferença”, passaram a ser consideradas. Outras categorias foram articuladas neste movimento: raça, etnia, classe, geração, sexualidade. Assim, mulheres indígenas, negras, lésbicas e outras, passaram a reivindicar um espaço e uma análise que desse conta de compreender as múltiplas identidades presentes neste grupo.

Estando de acordo com isso, esta pesquisa com olhar interseccional, procurou observar a categoria mulheres em sua heterogeneidade, abarcando assim: mulheres de diferentes raças, etnias, classes e sexualidades. Contudo, em nosso foco investigativo, o que encontramos foram mulheres brancas, de classe média/alta, cis heterossexuais, que se identificam desta forma. Das pessoas entrevistadas, apenas uma é uma mulher negra. Este recorte, por ser feito no campo da política institucional de Santa Catarina, é elucidativo sobre a ausência de mulheres indígenas, de mulheres *trans*, lésbicas e de mulheres com deficiência.

Na história do legislativo catarinense, não houve mulheres com essas características ocupando o cargo – embora tenha havido candidatas indígenas, como citado no capítulo anterior. Porém, não deixamos de enfatizar a ausência delas como um problema democrático e limitante no que tange à paridade de gênero. É problemático que a maioria a ocupar assentos na ALESC sejam homens, assim como é, que entre as mulheres, a grande maioria seja branca, heterossexual e de classe média/alta. Ao que nos parece, o parlamento catarinense compactua – assim como outros espaços de poder – com o CISTema da cisgeneridade (Nascimento, 2021) da mesma forma que dialoga com o pacto patriarcal e da branquitude.

Esta investigação utilizou a interseccionalidade como lente teórica e metodológica, na busca por compreender como ela pode ser aplicada no campo político e na forma como o cruzamento das “avenidas identitárias” (Akotirene, 2018) implicam na sub-representação de mulheres ou na atuação daquelas que já foram eleitas. Como Letícia Nascimento (2021, p. 43) nos lembra: “[...] temos de pensar nas muitas marcas que nos tornam quem somos de modo interseccional, sem uma perspectiva hierárquica e essencial”. Assim, acreditamos que essas categorias agem como entrelaçamentos que justificadas nas hierarquias sociais que edificam o “ser universal” como homem, branco, burguês e sem deficiências (Nascimento, 2021) faz com que todas as existências que não sejam estas, sejam afastadas de postos de poder e posições políticas.

Retornando a historiografia das mulheres, é importante dizer que foi no início dos anos 1990, com a tradução do artigo de Joan W. Scott, que a categoria gênero emerge como útil para análise histórica no Brasil. Uma nova maneira de fazer história então, que iria incluir a experiência das mulheres em articulação com outras categorias, como raça e classe. Esse pressuposto, evidencia em primeiro lugar que os/as pesquisadores/as que utilizarem esta categoria, devem considerar “[...] uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de no mínimo, três eixos” (Scott, 1995, p. 73) – classe, raça e gênero. O uso do termo também rejeita qualquer explicação biológica sobre os sexos, ele se torna uma “forma de indicar construções culturais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis

adequados aos homens e às mulheres” (*idem*, p. 75). Em entrevista, Vanessa da Rosa nos disse que:

Porque essa subserviência das mulheres tem muito a ver com a sociedade patriarcal que nós vivemos, como a mulher é vista, de você servir o homem. E isso é um processo de reeducação das meninas, faz parte, inclusive ele passa pelo papel da escola, de trabalhar essas questões. Então, é óbvio que eu também tive algumas dificuldades durante o período de campanha, sim, de achar que eu queria fazer de um determinado jeito, “mas olha, veja bem, você tem que fazer assim, você tem que fazer assim”, é dizer que você tem que fazer como eles sempre fizeram. Eu não queria isso para mim. Eu não queria uma foto de campanha, sabe aquelas fotos tradicionais que o político está olhando assim pro além, como se ele viesse para salvar a pátria, era tudo que eu não queria. Eu disse, gente, eu vou, eu encaro esse desafio, mas vocês não me descaracterizem pelo amor de Deus. Deixem a Vanessa ser a Vanessa, a Vanessa gosta de gente, a Vanessa gosta de arte, a Vanessa é uma pessoa colorida. Não me descaracterizem (Da Rosa, 2024, p. 12).

Utilizando da categoria gênero como útil para análise em nossa pesquisa, observamos as atribuições adequadas à homens e mulheres como construções culturais, por isso, passíveis de serem modificadas em determinados tempos e espaços. A narrativa de Vanessa da Rosa (PT) acima, é elucidante no aspecto da “subserviência” das mulheres, como se este fosse o “papel” destinado a elas. Percebemos isto como uma construção cultural, que é inclusive historicizada e impulsionada pelo sistema patriarcal ao qual seguimos inseridas, como apontado por Vanessa. A ex-deputada, que também é pedagoga e mestra em Educação de formação, aborda sobre a importância do papel da escola em trabalhar estas questões com as meninas, e, indicá-riamos também, com os meninos. As questões de gênero e a História das Mulheres precisam ser abordadas e problematizadas na escola, percebendo este como um espaço possível de movimentar mentalidades e mudar estruturas enraizadas socialmente.

Outro ponto que a narrativa de Vanessa destaca, é sobre como o partido tentou lidar com ela durante a campanha, imputando formas de como fazer uma foto, por exemplo. Ela precisou pedir: “não me descaracterizem”. A ex-deputada queria modificar, fazer diferente do que “eles sempre fizeram” no campo político, “eles” geralmente homens brancos. Vanessa é uma mulher negra e ocupar este espaço, resistindo para que sua foto saísse da forma como ela desejava, é um indicativo das possibilidades de transgressão das normativas de gênero e de raça. É visível como desde a campanha política, as mulheres vivenciam situações desafiadoras, diferentes daquelas vivenciadas por homens. No caso de Vanessa, esse caso até poderia ocorrer com um homem também, mas sabemos que o “pacto patriarcal” e da “branquitude” gera um efeito de proteção de uns sobre outros, estes “outros” são todas aquelas que não são homens, brancos, de classe média, enfim, o “ser universal”. Este trecho da entrevista com a ex-deputada Ângela Albino deixa clara as articulações entre os homens, que resultam no “pacto patriarcal” e é visível em âmbitos políticos na ALESC:

E tinha coisa que a gente via claramente que não era decidido ali na Assembleia. E é aquela hora, que eu só fui entender depois como deputada federal, que os homens se reúnem no futebol, em coisas menos republicanas, no clube do Bolinha, que não entra mulher, não entra. E ali se resolve muitas coisas. Curiosamente, também isso nos exclui, a rodinha deles de amizade, a confraria masculina, ela é muito sólida. Os homens têm muita noção de que precisam se unir para não perder lugar para as mulheres, têm muita noção disso. Quando dizem que nós somos feministas, e somos, mas colocam isso na adjetivação depreciativa, esconde o fato que eles são muito corporativos. Os homens têm muita sensibilidade de proteger os seus, seja no julgamento, seja nas conveniências políticas, e seja o espaço que, de verdade, a política é decidida (Albino, 2024, p. 11).

Em sua trajetória política, Ângela percebeu que muitas das decisões são tomadas em momentos nos quais as mulheres não estão presentes, no “clube do bolinha”. São decisões que perpassam o campo político, visto que, segundo a deputada, quando iam discutir sobre determinados assuntos, escolhas já haviam sido feitas e nestes casos, ela não estava incluída para ajudar a tomar decisões. Para ela, os homens têm consciência do privilégio que possuem em deter o poder e por isso, protegem uns aos outros. Podemos acrescentar que muitos deles veem a possibilidade de outros grupos ocupando cargos políticos como uma “ameaça” ao poder estabelecido, e isso resulta em aumentar ainda mais a proteção entre eles e claro, em casos de violência política de gênero¹⁰². Precisamos lembrar que estes mesmos são em sua maioria homens brancos, e então poderíamos aglutinar o pacto da branquitude neste mesmo esboço. Estes pactos são prejudiciais para a entrada e a atuação política das mulheres, sobretudo, de mulheres negras, indígenas e trans e demonstram as relações indissociáveis entre gênero e o campo político.

Nesse sentido, Scott (1995) aborda que é necessário pensar a política pois se trata de “um território praticamente inexplorado, já que o gênero tem sido percebido como uma categoria antitética às tarefas sérias da verdadeira política”, e em segundo lugar, porque a história política é vista como um lugar que resiste em incluir questões de mulheres e gênero em seu escopo. É precisamente neste lugar que se insere esta pesquisa. Em uma articulação entre as relações de poder, que são fundamentadas nas relações de gênero, “a política constrói o gênero e o gênero constrói a política” (Scott, 1995, p. 90). Ainda, inserida na perspectiva da escrita de uma historiografia que evidencia as mulheres como sujeitas da História. Sujeitas com agência. Tomando a narrativa de Marlene Fenger (PSD) como ponto de partida:

Você pensa no que as outras pessoas vão pensar. Nas pessoas atingidas. Como é que elas vão reagir? A gente pensa muita coisa. E eu falo a gente. Porque eu conversava muito com as outras deputadas. E elas pensavam igual. E quando eu conversava com

¹⁰² Como Marlise Matos (2021) aponta, a violência ocorre na tentativa de manter os privilégios brancos e masculinos e se faz presente principalmente quando os homens se sentem ameaçados de perder este espaço para outros grupos, especificamente aqueles/as que não são historicamente considerados como parte do corpo político institucional.

os homens, eu não sentia tanta preocupação assim, era talvez porque eles estivessem mais acostumados, porque eles são mais racionais, porque lidam melhor com a crítica, não sei. É uma coisa que seria bom estudar, inclusive assim, essa diferença que a gente tem em lidar com a crítica principalmente, com essa exposição excessiva que a gente tem em função de um pré-julgamento, de um pré-conceito, de uma imagem que está criada, que tem que ser desconstruída (Fengler, 2024, p. 12).

Podemos pensar na forma como as relações de gênero perpassam o campo político. Marlene aborda sobre a preocupação em relação ao que outras pessoas pensariam ao vê-la candidatando-se para um cargo político, algo que segundo sua narrativa, não era relevante para os homens presentes neste espaço. É possível, e de acordo com Marlene, que essa falta de preocupação com este aspecto ocorra pelo fato de estarem mais “acostumados” com este campo como naturalmente pertencente a eles. Algo que é diferente para as mulheres, sobretudo, em Santa Catarina e especificamente na ALESC, por serem tão poucas ao longo da história do legislativo a ocuparem esta função.

A diferença que ela expõe entre homens e mulheres em “lidar com a crítica” é embasada na historicidade das relações de gênero e na forma como o poder é articulado e distribuído, permanecendo nas mãos de homens brancos cisgêneros. Ora, se o fazer político não foi pensado para as mulheres durante quase dois mil anos de história, como não sentir esse “pré-conceito” ao adentrar o campo político? Mantém-se na cultura o afastamento das mulheres deste lugar e paralelamente, permite que os homens permaneçam nele. Ainda assim, elas estão presentes e ocupando estes espaços, enfrentando seus próprios - e de outras pessoas - “pré-julgamentos”, medos e anseios. E esta dissertação se esforça em enfatizar essa presença, escrevendo sobre mulheres.

Mas, fazer História das Mulheres ainda é um campo subjugado na história. Seria isso apenas militância? Mas, ora, não passa por todos os pré-requisitos do fazer científico? Por que não nos importa falar de mulheres, de suas ações e atividades? E mais, falar de um lugar que não “pertence” naturalmente a elas: o político. Ângela Albino (PcdoB) demonstra em sua narrativa as formas como o espaço político não pertence historicamente às mulheres:

A: Na primeira eleição, em particular, em 2004, foi mais crua o quanto é um ambiente inapropriado. Não é pensado para as mulheres, não é pensado para ter mulheres junto.

B: E você era a única mulher, não é?

A: Na legislatura. E com o agravante, nas duas legislaturas anteriores, também não tinha tido nenhuma mulher. Então tinha passado quase uma década sem mulher na Câmara de Vereadores de Florianópolis. Eu fui a sétima da história eleita. [...]. E eu sempre gosto de contar isso como exemplo do quanto o espaço físico traduz uma visão, traduz uma ideologia. E quando eu entrei na Câmara de Vereadores, não tinha banheiro para mulheres, só tinha banheiro para os vereadores homens, não tinha banheiro para a vereadora mulher porque era obsoleto (Albino, 2024, p. 4).

A ex-deputada foi vereadora na capital do estado de Santa Catarina em 2004, sendo a única mulher presente na legislatura naquele mandato e a sétima da história. Ou seja, no início

deste século, uma Câmara de Vereadores da capital de um estado não contava com um banheiro feminino. São demonstrações de como a violência política de gênero, de forma simbólica, atravessa o campo político, ao não supor que mulheres poderiam vir a ocupar este cargo e mesmo depois de seis mulheres já terem ocupado, ainda não havia um banheiro para elas.

A importância desta escrita fundamentada na História das Mulheres, no gênero e na interseccionalidade perpassa sobre este ponto. É uma escrita que procura evidenciar as atuações e trajetórias das mulheres no campo da política partidária institucional em Santa Catarina. É usar de um campo marcadamente masculino-branco, para dizer que embora sejam poucas, elas estão neste lugar. Elas ocupam assentos, a tribuna, usam o microfone. Estão nas assembleias, nas câmaras, no púlpito. Nas reuniões dos partidos, nas articulações municipais, estaduais, nacionais, internacionais. Estão fazendo leis. Estão agindo e resistindo. Ocupando lugares. E não apenas: fazem tudo isso por vezes carregando seus filhos e filhas. Articulando o fazer político com o pessoal/privado: com o cuidado da casa, do marido, da alimentação. Fazem isso menstruadas, com dores, grávidas. Não são passivas, submissas. Elas brigam, vociferam, são “rebeldes”, mandonas. Como na narrativa de Ângela Albino, quando conta sobre o momento em que foi vereadora em Florianópolis:

Então eu ia adorava ir para a tribuna. E eles estavam tão habituados ao poder que não tinham muito interesse em se contrapor a mim e só passava o trator... Então conjugou de eu ser a única mulher, ser falante, ter domínio do Direito porque era formada em Direito e ter tribuna, ter tribuna na TV. Então, virei uma bomba relógio (Albino, 2024, p. 8).

Para a ex-deputada e ex-vereadora, os homens “habituados ao poder” – que historicamente pertence a eles – não se interessavam em sua fala. Acontece, que devido a uma série de fatores – como gostar de usar o microfone e ser formada em Direito – Ângela tornou-se uma “bomba relógio” e fez uso do espaço que lhe pertencia: propôs projetos, discursou, debateu e demonstrou que a caracterização das mulheres como sensíveis e dóceis, devido a sua “natureza” não passa de uma construção cultural.

Este espaço, contudo, não veio gratuitamente. Ocupa-lo é fruto de uma ampla luta dos movimentos feministas. É aos movimentos feministas também que muito se deve a escrita da História das Mulheres. Elas precisavam de um espaço, precisavam estar presentes nas memórias, nos textos acadêmicos, no campo de pensamento, ser objetos de pesquisa (Scott, 1992). Uma luta permanente. Não se findou. E não há de se findar enquanto escrevermos e pensarmos sobre mulheres. A ex-deputada Anna Martins (PSDB) reconhece em sua narrativa as lutas dos movimentos feministas:

Porque nós sabemos, nós sabemos, que **para a gente começar a ter os direitos, foi muita pancadaria**. Só deixaram a gente trabalhar, porque não tinha homem para

trabalhar nas fábricas. Daí, como nós éramos mulheres, trabalhava mais hora do que deveria, mas também tinha que cuidar dos filhos. Então, isso é histórico. A gente sabe que nada mudou por conta da queima do sutiã. Se for perguntar para mim, se hoje é mulherada andando pelada, se eu acho que o processo é mulherada e pelada bonito, eu não acho. Eu acho que a gente consegue protestar de outra forma e alcançar as coisas de outra forma (Martins, 2024, p. 26, grifo nosso).

Anna Carolina Martins também traz outro ponto: a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, quando as mulheres passaram a participar massivamente do mercado de trabalho, sobretudo, como forma de “substituição” dos homens nas fábricas. Mas, paralelamente ao trabalho nas indústrias, elas seguiram cuidando das crianças e dos afazeres domésticos. Situação que permanece na cultura ocidental: as mulheres ainda são responsabilizadas pelo cuidado e educação dos/as filhos/as.

Além disso, Scott e Tilly (2009) investigando a participação das mulheres trabalhadoras no século XIX em países europeus, lembram que mulheres camponesas e urbanas trabalhavam em diferentes setores comerciais – principalmente como tecelãs – e em serviços domésticos muito antes da Primeira Guerra Mundial. Em todos os casos, recebendo menos do que os homens, enviando boa parte – ou todo – o salário para sua família de origem e estendendo suas funções domésticas em postos de trabalho. Ou seja, embora a Primeira Guerra tenha resultado em ascensão das mulheres como classe trabalhadora, elas já desenvolviam trabalhos pagos antes.

Embora a ex-deputada discorde de movimentos feministas que utilizam o corpo como performance ou utensílios conectados aos corpos das mulheres – como a queima de sutiãs¹⁰³ – ela reconhece a importância de protestar para impactar as pessoas e obter direitos através disso. É provável que Anna tenha essa narrativa devido à depreciação que alguns movimentos feministas têm sido colocados, fato que advém do século passado e permanece na contemporaneidade. Um exemplo disso – que pode ser conectado a narrativa de Anna Martins quando aborda sobre a “mulherada andando pelada” – é a Marcha das Vadias¹⁰⁴, quando grupos de mulheres organizaram manifestações em diferentes cidades brasileiras e foram às ruas

¹⁰³ Lembramos que a “Queima de Sutiãs” foi uma manifestação que ocorreu nos Estados Unidos em 1968, quando cerca de 400 mulheres protestaram contra a ditadura da beleza. Foi um movimento que propôs a politização da vida privada, deu visibilidade ao corpo e fez emergir palavras de ordem como “nosso corpo nos pertence” (Cordeiro; Mota, 2022).

¹⁰⁴ Lembramos o contexto do caso: em janeiro de 2011, após ocorrer uma série de casos de estupro na Universidade de Toronto no Canadá, o policial Michael Sanguinetti declarou que “as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias para não serem vítimas” (Rassi, 2012). Esta declaração faz parecer que as mulheres são culpadas pelo crime de estupro e violências sexuais. O caso teve repercussão mundial e por conta disso, movimentos feministas organizaram protestos usando do termo “vadias” ou *slutwalk* em inglês, para revidar opiniões machistas e misóginas, como a do policial. A nomeação “vadias” foi utilizada para conquistar um novo significado: um nome com poderes subjacentes, “que visa transformar a visão do que é ser vadia e o que é ser mulher” (Rassi, 2012, p. 49).

“vestidas como vadias”, de salto alto, roupas provocantes, fantasias sexuais etc., protestando contra a ideia de que mulheres que são vítimas de estupro são “culpadas” pelo crime, por se vestirem “como vadias” (Rassi, 2012).

Apesar desta aversão a algumas mobilizações dos movimentos feministas, Anna Martins reconhece a relevância do feminismo para conquistar direitos básicos para as mulheres. Este reconhecimento também é visto na narrativa de Luciane Carminatti (PT):

Quando nós fizemos no 8 de Março uma homenagem às mulheres, inclusive mulheres camponesas, mulheres feministas, muitas mulheres ligadas à academia, e ela faz discurso detonando as feministas, derrubando, acabando, foi horrível, e eu fui por tudo ou nada, do tipo você não precisa concordar com as teses, você não é obrigada a concordar, agora você é obrigada a respeitar que **o direito ao voto** que permitiu você estar aqui, **se deve também ao movimento feminista** (Carminatti, 2024, p. 6, grifo nosso).

A deputada está narrando sobre um caso que ocorreu na ALESC, quando em um evento de comemoração ao dia 8 de março, ocorreu um debate entre ela e outra deputada autointitulada como antifeminista. Luciane demonstra em sua narrativa dois fatos: 1) precisou ser resistência enquanto mulher feminista para encarar esta situação; e 2) o reconhecimento da importância do feminismo na disputa pelo voto – direito este que levou inclusive a deputada antifeminista a ocupar cargo político.

Por isso, investimos nesta escrita feminista e centrada na História das Mulheres. Ao que nos consta, em diálogo com nossas fontes, não estamos sozinhas nestas disputas. Devemos lembrar que a própria escrita, foi um terreno negado às mulheres no século XIX, como nos lembra Perrot (2005, p. 271), quando não foi mais possível proibi-las de ler e escrever, “ao menos pode-se isolá-las em modos de escrita privada e formas públicas específicas (obras de educação).” Escrever publicamente já é uma ação revolucionária, política, centrada. Assim como o direito à educação: no Brasil, apenas em finais do século XIX as mulheres começaram lentamente a ingressar no ensino superior. Portanto, ocupar esse lugar já é um ato revolucionário. Sobretudo, em uma sociedade que divide as “funções” ditas femininas e masculinas, fundados e fundantes em uma estrutura que permeia a divisão sexual do trabalho.

Mas, como Perrot (1998) nos lembra, elas saíram de casa, foram conquistando espaços de poder e articulando-se com outras mulheres dentro de suas possibilidades, criando possibilidades de subverter as atribuições aparentes. Essa articulação com outras mulheres foi vista também nas fontes desta pesquisa, por exemplo, quando Luciane Carminatti (PT) nos conta sobre sua campanha para o cargo de deputada estadual:

E aí teve a primeira eleição de deputada estadual. Eu sofri acidente nos últimos dias, acidente muito grave. E eu terminei assim, foi no dia 11 de setembro e a eleição era início de outubro. E eu terminei a eleição com uma tipoia no braço, com o braço fora do lugar, metade da minha equipe com costela quebrada, com cabeça rachada, foi esse

acidente horrível. E aí o movimento de mulheres camponesas, que tem origem aqui no Oeste, as meninas que a gente tinha uma relação por conta do partido [...]. Quando acontece o acidente, as mulheres se unem e entram, vão no meu no meu apartamento, nunca vou esquecer aquele dia, três, quatro, e elas dizem: “Olha, é o seguinte: você é nossa companheira. Agora a campanha não é só tua, ela é nossa. Nós vamos fazer. Nós vamos ser os teus braços, as tuas pernas, e nós vamos tocar essa campanha, nós vamos te eleger deputada”. Aquilo foi para mim, sei lá, compromisso de causa. Eu não era tão próxima a elas. A partir daí, muda tudo (Carminatti, 2024, p. 6).

A narrativa da deputada destaca o apoio imprescindível que recebeu de outras mulheres durante a campanha eleitoral. Luciane está referindo-se às mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)¹⁰⁵, que foi fundado e é atuante no oeste de Santa Catarina. O que notamos, é que esta articulação entre as mulheres foi importante para Luciane em dois aspectos: ser eleita, reconhecer a importância da causa feminista e levar a ampliação dos direitos das mulheres como pautas políticas – como veremos adiante, a deputada é ativa nesta causa. Além disso, este apoio de outras mulheres nos remete ao que Sara Ahmed (2015) lembra sobre os vínculos feministas. Para a autora, algumas emoções formam estes vínculos, como por exemplo: a indignação; a dor; o amor e a esperança. Podemos dizer que esta articulação entre as mulheres do MMC e Luciane, pode ter sido movida pela esperança: uma emoção dirigida para um futuro possível: a eleição de Luciane; uma emoção que reconhece a persistência do passado no presente (Ahmed, 2015) – a sub-representação política das mulheres – e por isso, movimenta-se para transformá-lo. Através disso,

Se forma um “nós” e se estabelece um vínculo. Este é um vínculo feminista e um vínculo com o feminismo, e está em movimento. [...] Pode-se dizer que uma se move até as outras, outras que são vinculadas com o feminismo, como um movimento contra aquilo que estamos [...]. Estes movimentos criam a superfície de uma comunidade feminista (Ahmed, 2015, p. 285, tradução própria)¹⁰⁶.

Dessa forma, podemos reconhecer a criação desse vínculo feminista, impulsionado por emoções – como a esperança - para eleger Luciane. Com isso, ao olharmos para o passado – que de certa forma se faz presente – e para a História das Mulheres, percebemos que elas encontraram ferramentas para subverter as funções “destinadas” a serem suas, inclusive, participando da política e da vida pública.

No Brasil, a primeira mulher eleita a um cargo político foi Alzira Soriano, em 1928, na cidade de Lajes – Rio Grande do Norte. Alzira foi pioneira na disputa pelas eleições municipais,

¹⁰⁵ O movimento surgiu inicialmente com o nome de “Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA)”, na década de 1980, oficializou-se em 2004, quando mudou o nome para MMC. Suas principais reivindicações eram a ampliação dos direitos das mulheres rurais, como o direito a aposentadoria, ao salário-maternidade e auxílio-doença (Salvaro; Freitas, 2019).

¹⁰⁶ No original: “Se forma un “nosotras”, y se establece un vínculo. Este es un vínculo feminista y un vínculo con el feminismo, y está en movimiento. [...] Se podría decir, una se mueve hacia las otras, otras que están vinculadas con el feminismo, como un movimiento de alejamiento de aquello contra lo cual estamos. Estos movimientos crean la superficie de una comunidad feminista”.

alcançou o primeiro cargo de eleita não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina (Goulart; Gouveia, 2024). Santa Catarina, o estado objeto desta pesquisa, destaca-se por ser o primeiro do país a eleger uma mulher negra a um cargo político: Antonieta de Barros, eleita pela primeira vez em 1935, como já citado nesse texto. Estas incipientes participações políticas das mulheres, resultantes da atuação dos movimentos feministas, levou outras mulheres a ocuparem cargos no tempo presente. A ex-deputada estadual Ana Paula Lima (PT) destaca em sua narrativa a importância da representatividade no campo político:

E percebi na minha cidade também, que é uma cidade muito conservadora, que a Câmara de Vereadores também não tinha mulheres. Muito poucas passaram por aí. E eu sendo candidata, mulheres também, de outros partidos também colocaram o nome à disposição para participar do processo eleitoral. Então, isso também é uma mudança na vida das mulheres, isso é uma mudança importante (Lima, 2024, p. 13).

Segundo a deputada, não havia mulheres eleitas na Câmara de Vereadores de sua cidade – Blumenau-SC – e ao verem Ana ocupando este espaço, podem ter percebido que é um espaço possível (e necessário) de ser ocupado. Percebemos essa “mudança” importante na História das Mulheres, ao pensarmos que este era um campo que em outros períodos seria impossível ter mulheres. Foi a atuação dos movimentos feministas que promoveu a mudança nas legislações e que tornou possível este espaço ser ocupado também por outra metade da população humana. Por isso, afirmamos a necessidade de mais mulheres no campo político, exaltamos a importância da representatividade e insistimos em uma escrita feminista.

Destacamos a narrativa de Vanessa da Rosa (PT), ao abordar sobre a relevância de encorajar mais mulheres a ocuparem a política institucional:

A gente precisa encorajar as mulheres a estar nesse espaço. Mas a gente não pode votar em qualquer mulher. Porque não é qualquer mulher que nos representa. A gente tem que votar em mulheres que tenham as mesmas pautas que nós. Senão, a gente vai retroceder. A gente vai perder direitos que nós gostamos muito de adquirir. A gente sempre tem que revisitar a história para trás e lembrar que muitas morreram, por nós, muitas passaram coisas bem mais difíceis do que nós passamos hoje. Então, é por elas, é por nós e por todas que virão, que a gente tem que se manter firme e ter atenção a isso. Não basta votar em mulher. A gente tem que votar em mulher que comunguem das nossas pautas (Da Rosa, 2024, p. 26).

Concordamos com Vanessa, quando diz que precisamos revisitar a história e frequentemente lembrar da importância da atuação dos movimentos feministas para obtenção de diversos direitos para as mulheres, inclusive os políticos. Também acreditamos na necessidade de eleger mulheres que tenham como pauta a ampliação de direitos; que visem a diminuição ou erradicação de casos de violências; que comunguem de ideais feministas e visem a necessidade da igualdade de gênero em todos os âmbitos. Esta pesquisa espera contribuir com essa perspectiva e com a escrita de uma historiografia das mulheres comprometida com a causa feminista e antirracista.

2.2.2 “Se já tem poucas brancas, imagina negras, indígenas”

Isso porque hoje a gente tem uma leitura mais aperfeiçoada, de compreender que ainda assim eu era uma mulher branca, eu era uma mulher cis, e que isso já eu me colocava numa posição mais favorável em relação a outros grupos femininos. Mas mesmo assim, naquele momento, 2004, era bastante difícil mesmo (Albino, 2024, p. 5).

Não é novidade dizer que no Brasil e na América Latina como um todo, as mulheres negras e indígenas sofreram violências perpetradas pelos senhores brancos desde a colonização. Ângela Albino, ex-deputada estadual, relata em entrevista que reconhece os privilégios que a branquitude e a cis heteronormatividade lhe proporcionaram no campo político, apesar de mesmo assim, por ser mulher, ter sido difícil, como afirmado por ela. Se para ela, como mulher branca e cisgênero foi conflituoso, para outras mulheres que não correspondem a este padrão, a trajetória política e pública se demonstra ainda mais difícil.

Essa dificuldade para mulheres não-brancas e não-cis e a sub-representação delas na ALESC, tem explicações históricas e culturais. Beatriz Nascimento (2021) retorna ao Brasil colônia e esboça algumas causas. Segundo a historiadora, a sociedade colonial era organizada por grupos em diferentes polos: de um lado, encontrava-se o senhor das terras e de outro, as pessoas escravizadas. Entre os dois polos, havia uma camada de homens e mulheres livres, que viviam em condições precárias. A sociedade colonial se estabeleceu assim, em torno de um caráter patriarcal, que atribuiu as mulheres brancas a função de esposa e dona de casa e as mulheres negras, funções de produtoras (como mão de obra escravizada) e reprodutoras (como mães de outras pessoas que seriam escravizadas).

Analisando as mulheres negras e as possibilidades no mercado de trabalho, Nascimento (2021) aborda que o critério racial constitui um dos elementos principais de seleção, o que resulta em pessoas negras ocupando os lugares mais baixos da hierarquia. Quando aplicamos isso ao campo político, traçamos dois entendimentos: 1) o critério racial é também um dos mecanismos de seleção, talvez não dito claramente, mas por estar presente culturalmente, ocupa uma posição importante para decisão de quem irá concorrer ao cargo político, isto é, no interior dos partidos e também na escolha dos eleitores/as; 2) por ocuparem historicamente lugares inferiores nas hierarquias sociais (Nascimento, 2021), as mulheres negras tem possibilidades menores de construir capital simbólico, que pode ser transferido para o campo político, o que resulta em menores possibilidades tanto de lançar-se à candidaturas como de serem eleitas.

Nesse sentido, o privilégio da cisgeneridade também deve ser considerado. Letícia Nascimento (2021) revela que este conceito estabelece um paralelo crítico ao das transgeneridades, pois,

[...] apesar de todos os gêneros passarem por um processo de materialização a partir de práticas discursivas sobre o sexo, os corpos cis gozam de um privilégio capaz de colocá-los em uma condição natural, como sexo/gênero real, verdadeiro, na medida em que as transgeneridades são caracterizadas como produção artificial e falseada da realidade cisnormativa [...]. O uso do termo “ciscigênero” busca expor o grupo dominante como uma possibilidade de fabricação de gênero, contrariando a ideia de que as pessoas cis são a norma (Nascimento, 2021, p. 63).

Assim, a categoria utilizada pelo transfeminismo tensiona os privilégios dos corpos considerados “normais”, ao revés das pessoas trans como um gênero anormal, patológico e supostamente falso (Nascimento, 2021). Na esteira desta pesquisa, a ciscigeneridade é vista na mesma perspectiva: uma condicionante de possibilidades que mulheres ciscigênero possuem sob mulheres trans. Perspectiva essa reconhecida na narrativa da ex-deputada Ângela e vista também na falta de representação de mulheres não cis em cargos políticos na ALESC. Assim, uma das vantagens da branquitude e da ciscigeneridade de Ângela Albino – de acordo com a narrativa que iniciou este subitem – são as possibilidades de construir capital simbólico e este ser utilizado em sua trajetória política. Como veremos nos próximos capítulos, a trajetória da deputada constitui-se em oportunidades de estudar e ocupar bons cargos públicos, oportunidades essas que possivelmente, muitas mulheres negras, indígenas e trans não possuem.

Por isso, esta pesquisa utilizou a interseccionalidade como categoria analítica. É sabido que o emprego da categoria gênero, permite que observemos outras categorias, que não se referem apenas ao sexo – ou seja, amplia o leque de possibilidades em pensarmos em mulheres, nas diferenças dentro da diferença. Contudo, as lentes interseccionais como aporte teórico/prático, possibilitaram uma análise mais específica de como diferentes categorias – raça, gênero, sexualidade, classe, etnia, geração – se interconectam e sobrepõem sobre diferentes mulheres. Nesse sentido, Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177) define o termo como:

[...] uma conceituação do problema que busca capturar consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Crenshaw (2002) advoga que é necessário pensar as “diferenças que fazem diferença” na maneira como vários grupos distintos de mulheres vivenciam situações de discriminações. Assim, quando há dificuldades caracterizadas como submissão de gênero ou subordinação racial em determinados grupos, surge um duplo problema de superinclusão e subinclusão. Dessa forma, a abordagem subinclusiva refere-se a situações em que um grupo de mulheres enfrenta um problema e este não é identificado como um problema de gênero, por não fazer parte da experiência de mulheres de grupos dominantes. Ocorre também quando uma dificuldade atinge

mulheres dentro de um mesmo grupo étnico ou racial, e por não atingir os homens, a subordinação racial ou étnica fica comprometida¹⁰⁷. Já a superinclusão acontece quando um problema de características interseccionais é absorvido pela estrutura de gênero, ou seja, delimita-se que o mesmo ocorreu apenas por serem mulheres, sem uma tentativa de se reconhecer como a abordagem racial pode ter exercido influência sobre o caso. Assim, para entender as discriminações que determinados grupos de mulheres vivenciam, é necessário que dimensões raciais, de gênero, classe, sexualidade – entre outros – sejam analisadas separadamente, como coeficientes que juntos colaboram para construção da subordinação.

Dessa forma, a interseccionalidade permite dar instrumentalidade teórico-metodológica para analisar a estrutura do racismo, capitalismo e cis heteropatriarcado, como geradores de avenidas identitárias onde as mulheres que pertencem à diferentes raças, classes, etnias, sexualidades, são acertadas por repetidas vezes pelo cruzamento entre essas categorias (Akotirene, 2018).

Para Collins (2015) as diferentes categorias de análise não devem ser hierarquizadas ou quantificadas. O cerne da questão está em compreender que raça, gênero e classe estruturam todas as relações agindo paralelamente, mas imbricados, geram estruturas básicas de dominação e subordinação. Essas estruturas podem ser identificadas em três dimensões, a saber: a institucional, a simbólica e a individual¹⁰⁸.

Para abordar a dimensão institucional, a autora realiza uma metáfora com as *plantations* argumentando que, embora atualmente as condições de opressões não sejam tão rudes como naquele contexto, a forma como as instituições contemporâneas são organizadas podem ser compreendidas através delas. Assim, as instituições atuais seriam uma espécie de *plantation* moderna, pois, “as relações básicas entre homens negros, mulheres negras, mulheres brancas da elite, homens da classe trabalhadora e mulheres da classe trabalhadora como grupos seguem essencialmente intactas” (Collins, 2015, p. 23). O campo político é uma das instituições que pode ser analisada sob esta mesma óptica, há de se perguntar: por que apenas duas mulheres negras ocuparam cargo na ALESC?

Aí eu me pergunto onde estão as mulheres negras nos diferentes partidos, qual é o espaço que elas ocupam mesmo quando são filiadas e onde estão as mulheres indígenas? Eu acho que a ausência tem a ver, não justificando, mas a gente compreende essa ausência. Eu compreendo por que é a negação de direitos, de

¹⁰⁷ Um exemplo de subinclusão é a esterilização de mulheres marginalizadas em todo o mundo, que não tem sido tratada como uma questão racial, embora, quando examinada detalhadamente, percebe-se que categorias como raça, classe e outros, influenciam quais mulheres sofrerão tais abusos (Crenshaw, 2002).

¹⁰⁸ A autora utiliza da conceitualização teórica desenvolvida por Sandra Harding (2006), que estrutura a opressão de gênero baseada nestas três dimensões. Para Collins (2015), uma análise mais abrangente pode englobar raça, classe e gênero.

políticas públicas e a negação dos espaços de poder. É meio que uma consequência e como o nosso Estado enxerga as mulheres (Carminatti, 2024, p. 6).

Como já argumentado anteriormente nesta dissertação, os pactos da branquitude e do patriarcado são visíveis no campo político em Santa Catarina. A narrativa de Luciane Carminatti (PT), pode ser conectada à *plantation* moderna, como esboçado por Collins (2015). Ou seja, embora tenham acontecido mudanças nas estruturas institucionais, as relações de poder ainda são estabelecidas em bases raciais, classistas e sexistas e precisamos lembrar que os partidos políticos também são institucionalizados. Dessa forma, entendemos que para uma pessoa ter oportunidades de lançar-se a cargos políticos, é necessário primeiramente ser filiada a algum partido e ter visibilidade no interior dele, fatores que devido a uma série de elementos históricos e culturais, são particularmente mais difíceis às mulheres não brancas e não cis heterossexuais alcançarem. Concordamos com a narrativa de Luciane quando se refere a compreensão da ausência de mulheres negras e indígenas na ALESC devido a negação de direitos, políticas públicas e espaços de poder na longa duração. O olhar interseccional destinado a esta pesquisa auxiliou a compreender a quase ausência de mulheres não brancas ocupando a esfera legislativa estadual de Santa Catarina.

Collins (2015) reflete sobre a dimensão simbólica do poder, sendo este, o eixo que abarca os estereótipos de imagens direcionados à determinados grupos, de forma racista, classista e sexista, assim, “o que parecem ser categorias universais que representariam todo os homens e mulheres, são, na verdade, desmascaradas como sendo aplicadas a somente um pequeno grupo”. Categorias que definem as mulheres como passivas, emocionais e seguidoras, são atribuídas geralmente a mulheres brancas e de classe média. Sabemos que isso tem explicação histórica, devido à herança de um país que escravizou pessoas por mais de 300 anos. Fato que nos foi apontado pela ex-deputada Vanessa da Rosa (PT):

Você, como pesquisadora, sabe que uma das desculpas, poderemos dizer assim, não é o tema mais adequado, mas que as teorias racistas propagavam, é que o povo negro não tinha intelectualidade, não tinha episteme, não tinha conhecimento. E isso era uma das justificativas para a escravização. Como nós não tínhamos cognição, então a gente servia para o trabalho braçal e isso ainda era um presente para nós. Porque era uma garantia de você conquistar um lugar no céu, de você purificar a sua alma, porque além de não ter os conhecimentos, nós também éramos desalmados (Da Rosa, 2024, p. 8).

A narrativa de Vanessa explica este aspecto da dimensão simbólica do poder, conectada aos estereótipos existentes direcionados à população negra. Em sua fala, Vanessa evoca uma memória coletiva (Halbwachs, 1990), o que nos faz entender que ela se sente pertencente a este grupo. Ainda, a ex-deputada está falando do grupo de pessoas negras em geral, mas quando realizamos um recorte e pensamos especificamente em mulheres negras,

compreendemos que os estereótipos direcionados a elas são ainda mais pejorativas, pois geralmente, as colocam em uma esfera negativa, um espaço de rejeição, postuladas como “naturalmente cozinheiras, faxineiras, serventes, trocadora de ônibus ou prostitutas”, exercendo atividades que não demandem em “lidar com o público” (Gonzalez, 1984, p. 226). Dentro disso, esta dimensão de poder gerador de discriminação pode ser analisada também no campo político, onde determinadas características atribuídas à determinado grupo de mulheres pode ser um eixo fundante e explicativo da lacuna destas mulheres nas cadeiras legislativas.

A dimensão individual da opressão é um resultado das dimensões simbólicas e institucionais, é entender, segundo Collins (2015), as maneiras nas quais as categorias de gênero, raça e classe moldam cada biografia individual e como os efeitos acumulativos das estruturas de opressão agem sobre cada pessoa.

Então, veja como a sociedade vai legitimando as ocupações que você pode estar, os espaços da região onde você pode morar, o ciclo social que você deve frequentar, eu rompi com isso tudo. Eu rompi, disse não, eu vou estar onde que eu quiser estar. Quando eu tiver a oportunidade de estar, eu estarei. Então, essa é a trajetória toda, e aí, de pesquisadora, mestrado, me ajudou muito a me entender, porque quando eu faço análise da trajetória de mulheres negras, é impossível também não me encontrar em muitas falas, que é o que aceitar, porque é difícil assim, sabe? É sofrido, é uma trajetória que a gente às vezes pensa, mas será que vale a pena continuar, e sempre vale, né? Fácil não é, mas sempre vale, porque se nós não nos colocarmos à disposição, outras pessoas se colocam. Se colocam, conquistam espaços, mexem na nossa vida, tumultuam, estão fazendo política, porque a gente precisa estar nesses espaços, que a gente tem a oportunidade de fazer política, de promover política pública, de pensar nas minorias, de pensar nas pessoas que foram invisibilizadas (Da Rosa, 2024, p. 9).

A análise desse trecho da entrevista com Vanessa da Rosa (PT) nos permite compreender o resultado das dimensões simbólicas e institucionais – “a sociedade vai legitimando as ocupações que você pode estar, os espaços onde você pode morar”, como apontado por Vanessa – sobre uma biografia individual: “eu rompi com tudo isso”. A interseccionalidade pode ser vista como uma maneira de empoderar as pessoas, como apontado por Collins e Bilge (2021), ou seja, a partir da práxis, o pensar e o fazer estão ligados e moldam um ao outro, assim, a prática e a teoria influenciam no cotidiano das pessoas. Ao que nos parece, a teoria – talvez por ser pesquisadora da trajetória de mulheres negras – foi influente no cotidiano de Vanessa. Ela enfrentou estereótipos e se lançou à candidatura e a vida política, não sem dificuldades, como apontado por ela “fácil não é, mas vale a pena”. Afinal, como ela mesma argumenta, se não estivesse ocupando este espaço, outra pessoa estaria, e muito provável dado o contexto político, que seria um homem branco. Como bell hooks (2014, p. 53) afirma: “as decisões que determinam a forma na qual as mulheres negras devem viver as suas vidas são tomadas por outros, usualmente homens brancos”.

Se faz necessário ainda refletir sobre um elemento específico do caso brasileiro: o mito da democracia racial. Sob esta égide, prevalecia uma ideia de miscigenação sem raças, logo, sem disputas raciais. Segundo Emilia Costa (1979), desde o período colonial, a elite branca brasileira criou elementos para forjar uma ideologia racial. Dessa forma, compreendendo e afirmando a superioridade dos brancos sobre os negros, as elites possuíam alguns meios de aceitar alguns negros em seus grupos e viam a miscigenação como possibilidade de eliminar os negros no futuro (Costa, 1979) e alcançar uma sociedade completamente branca.

Nas palavras da autora: “Os escravocratas podiam aceitar, de tempos em tempos, em suas camadas, um mulato de pele clara que, automaticamente adquiria o status de branco. Os negros que ocupavam uma posição de classe superior identificavam a si mesmos como membros da comunidade branca” (Costa, 1979, p. 379). Essa infusão dos negros nas “camadas brancas” da elite social, difundiu a ideia de que predominava uma diferença maior de classe e não racial, isso dificultou para os negros desenvolverem um senso identitário de grupo (Costa, 1979).

Esse mito já era difundido nas ideias colonialistas, de que no Brasil as raças viviam em harmonia, em um suposto “paraíso racial”, conforme argumentado por abolicionistas estadunidenses, europeus e brasileiros, ao observarem o país no século XIX (Azevedo, 1996). A denúncia de que a democracia racial não existia, mas sim, que era uma invenção, veio por meio de cientistas sociais dos anos 1960 e da luta política contra oligarquias tradicionais que emergiram naquele contexto (Costa, 1979). Durante a ditadura civil-militar (1964-1985) o governo retomou o mito da democracia racial, o que impactou na atuação das mulheres negras feministas. De forma que, “o enfrentamento a esta distorcida leitura do processo de miscigenação na região, além da luta pela retomada da democracia, foram algumas das principais reivindicações dos feminismos negros” (Kyrillos, 2024, p. 7). Nesse sentido, Gonzalez (2020, p. 153) afirma que:

[...] apesar do fato de a política do branqueamento não ter se materializado em termos demográficos [...] ideologicamente, ela se manteve efetiva em outros níveis: a projeção do Brasil como um país racialmente branco e culturalmente europeu. Promovida junto com o mito da democracia racial e dessa forma produzindo um duplo nó, segue ainda hoje definindo a identidade dos negros no contexto social brasileiro.

Deste trecho, podemos observar o caso catarinense e desvendar cortinas do porquê de apenas duas mulheres negras ocuparem assentos em toda a história do legislativo estadual. Como apontado no primeiro capítulo desta dissertação, a “cultura europeia” ainda está presente na população catarinense. Esta mesma população que vota e escolhe seus/suas representantes e que tem optado, eleição por eleição, em escolher majoritariamente homens brancos cis

heterossexuais para ocuparem este cargo. Na escolha de mulheres, geralmente são brancas também.

Conforme Lugones (2014) afirma, ainda na colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica e hierárquica entre humanos e não humanos foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental – o europeu, burguês, colonial, tornou-se um sujeito agente, capaz de decidir, ao passo que os povos indígenas e africanos/as escravizados/as foram classificados como espécies não humanas. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Ainda, para a autora, diferente da colonização, a colonialidade de gênero ainda está presente, pois, tal como a raça, gênero sempre foi central para a constituição do poder colonial – e não subordinado a ele (Lugones, 2014). Marlene Fengler (PSD), ex-deputada, parece reconhecer as vantagens que teve para ser eleita por ser uma mulher branca em um estado que carrega a herança da cultura europeia:

Ah, eu acho que num estado que predominantemente branco é difícil isso não fazer diferença. Então, acho que se eu fosse negra teria muito mais dificuldade. Não sei se isso, o fato de eu ser branca me deu, sei lá, alguma vantagem, porque não tinha outras negras disputando. Então, não sei se me deu uma vantagem, mas o fato de ser branca [...] eu acho que naturalmente isso é uma vantagem. A ausência de mulheres negras, indígenas, **se já tem poucas brancas, imagina, negras, indígenas**. Então, acho que realmente isso é um processo, tanto o nosso de mulheres, quanto de ainda, com esses recortes, é um processo que começou, mas está muito devagar. [...] E o fato de não ter, é que, assim, a gente tem preconceito, a gente tem preconceito contra a mulher de modo geral. Então, você trazer ainda esse outro recorte é muito mais difícil (Fengler, 2024, p. 9, grifo nosso).

Como a ex-deputada afirma, há “preconceitos” (o qual entendemos como patriarcado, machismo e misoginia) para eleger mulheres em geral no estado catarinense, mas quando o recorte racial e étnico é feito, estes “preconceitos” (racismo) são visíveis e tornam-se materialidade na lacuna de elegibilidade de pessoas não brancas. O que nos parece perceptível, é que a “política de branqueamento”, foi efetiva na projeção de um país “racialmente branco e culturalmente europeu”, como apontado por González (1988). Se pensarmos que o parlamento deve ser um “espelho da população” percebemos que Santa Catarina tem falhado em espelhar completamente todos os grupos presentes no estado: as marcas da colonialidade de gênero se demonstram presentes.

Marlene Fengler estava respondendo à pergunta feita em entrevista: “você acha que o fato de ser branca influenciou na sua eleição?”. Foi o emprego da interseccionalidade como ferramenta analítica que fez emergir essa questão nesta pesquisa. De acordo com o que Kimberlé Crenshaw (2002) aponta: é necessário fazer outras perguntas. Estas outras perguntas foram essenciais para o desenvolvimento dessa investigação, procurando compreender não apenas a falta de mulheres negras e indígenas presentes na ALESC, mas também como as

mulheres brancas identificam essa ausência. Isso permitiu compreender uma estrutura mais ampla nas quais fundamentam-se os ideais da branquitude na arena política e como diferentes categorias interseccionadas influenciam a atuação de mulheres negras. A narrativa de Ideli Salvatti (PT) é uma explicação sobre a maneira como são estruturados os ideais da branquitude na política catarinense:

Nós deixamos de ter duas mulheres jovens dos dois maiores colégios eleitorais, Joinville e Florianópolis, uma negra, outra LGBT. Olha a diferença que isso faz. E aí eu vou lhe dizer, porque é obrigado dizer que a história do machismo e do racismo e também da questão homofóbica também perpassa, porque não poderia deixar de ser [em] todos os organismos sociais. O PT é um organismo social e também tem dentro, estas questões, infelizmente, a gente obviamente não é igual a muitos, mas que tem, tem (Salvatti, 2024, p. 9).

Quando ela aborda “nós deixamos de ter duas mulheres [...] uma negra, outra LGBT”, está se referindo a Vanessa da Rosa e a Carla Ayres. Vanessa da Rosa foi candidata ao cargo de deputada estadual em 2022, mulher negra, como evidenciado por Ideli. Vanessa não foi eleita ao cargo, embora tenha conseguido votos suficientes para ser convocada como suplente e assumiu durante um mês o parlamento em 2023. Carla Ayres, mulher branca e lésbica, foi candidata ao cargo de deputada federal pelo PT em 2022 e seu caso foi semelhante ao de Vanessa: não foi eleita, mas convocada para assumir como suplente durante alguns meses em 2024¹⁰⁹. Segundo a narrativa de Ideli, em ambos os casos, o fato de não terem sido eleitas ao cargo foi um erro partidário. Como ela nos disse em entrevista:

Porque nós erramos na política de candidaturas. Nós não demos a atenção, era o maior colégio eleitoral, o potencial que a Vanessa tinha. Então, por erro, estratégico do partido, ela não é deputada [...]. A gente ganhou a cadeira dela. Mas não demos, em termos da estratégia, a condição para ela assumir. [...]. Por erro estratégico, entende? Do partido, da política de candidaturas, de ter colocado muitas candidaturas em Florianópolis, competindo com a Carla (Salvatti, 2024, p. 9).

Ideli, que foi deputada estadual e senadora pelo PT, admite que foi um erro interno do partido ao não ter dado o devido apoio e atenção as candidaturas destas duas mulheres. Ela reconhece também que o PT é um organismo social e assim como outros organismos, têm fundamentos patriarcais e de certa forma, uma perspectiva racista. Não queremos dizer que todas as pessoas deste partido são assim, o que estamos tentando argumentar é que por ser formado por pessoas que fazem parte de uma sociedade estruturada por estes ideais, isso acaba se espelhando no interior do próprio partido e resulta no apoio efetivo ou não nos momentos de candidaturas. Em nossa perspectiva, essa situação narrada por Ideli é uma visão da maneira como diferentes categorias interseccionadas influenciam no campo político e nas

¹⁰⁹ Carla Ayres assumiu o mandato de deputada federal na legislatura 2023-2027, a partir de 26 de junho de 2024 até 17 de outubro do mesmo ano. Informações retiradas de: <https://www.camara.leg.br/deputados/229106/biografia>. Acesso em: 27 set. 2025.

(im)possibilidades das mulheres não brancas e que não correspondem a um ideal da cis heteronormatividade na política catarinense.

Ainda, para compreender como raça, gênero, classe e sexualidade interseccionados influenciam no campo político, utilizamos a interseccionalidade como investigação e práxis crítica, definido por Collins e Bilge (2021, p. 53) da seguinte maneira:

[...] como forma de investigação crítica invoca um amplo sentido de usos de estruturas interseccionais para estudar uma variedade de fenômenos sociais [...] em contextos sociais locais, regionais, nacionais e globais. A interseccionalidade como prática crítica faz o mesmo, mas de maneiras que, explicitamente, desafiam o *status quo* e visam a transformar as relações de poder.

Para as autoras, a interseccionalidade como investigação e práxis críticas abrem possibilidades para analisar as relações de poder tanto por meio de suas intersecções quanto entre os domínios de poder. Nesse sentido, quatro domínios de poder são colocados: o estrutural, o cultural, o disciplinar e o interpessoal – embora distintos, agem mutuamente, definem as práticas organizacionais e são duráveis ao longo do tempo e do espaço (Collins; Bilge, 2021). No contexto da obra, as autoras utilizam como exemplo a Copa do Mundo Fifa, que demonstra as intersecções específicas das relações de poder dentro da organização. No cerne desta pesquisa, estes quatro domínios de poder serão analisados no campo político em diálogo com as fontes.

Segundo Collins (2022) a estrutura de domínios de poder é um dispositivo heurístico que possibilita examinar a organização das relações de poder, levando em consideração o peso do contexto histórico e espacial na análise das relações de poder que se cruzam. A heurística protege do simplismo porque a sintonia entre os domínios de poder demonstra maneiras complexas que a dominação e a resistência podem assumir através dos domínios. Nesse sentido, a interseccionalidade como heurística possibilita revisar diferentes elementos sociais e amplia o leque para pensarmos nas performances, nas estruturas sociais e nas posições que determinadas pessoas ocupam no campo social e político (Kyrillos, 2024).

O domínio estrutural do poder refere-se às estruturas das instituições sociais e as políticas públicas que as organizam e as regulam (Collins, 2021; 2022), de forma que, a hierarquia social é propagada dentro dessas instituições. No campo político, isso pode ser aplicado inicialmente se pensarmos 1) na conquista tardia do direito ao voto para as mulheres; 2) na separação sexual dos trabalhos, os espaços relegados à homens e mulheres na sociedade, o que interfere diretamente nas possibilidades de fazer política, de estar presente em espaços públicos para assim acumular capital simbólico e poder lançar-se à candidaturas; 3) na forma como os partidos políticos são organizados, geralmente excludentes para mulheres,

considerando os horários em que as reuniões acontecem, tal como, seus líderes – geralmente homens; 4) na anistia à partidos políticos que não cumprem com as legislações devidamente propostas, que auxiliariam na elegibilidade de mulheres negras. A narrativa da ex-deputada Vanessa da Rosa (PT) apresenta aspectos que podemos relacionar ao domínio estrutural do poder:

Então, assim, nós negros e negras, a gente sempre vai ser a minoria [...]. Quer dizer, sempre a gente vai estar em menor quantidade no parlamento. Porque entre os brancos, vão ter vários homens brancos, vão ter várias mulheres brancas, vão ter várias mulheres professores. No caso de nós negros, por exemplo, obviamente que serão mais pessoas que atuam na educação. Porque onde estaríamos nesse país machista, misógino, racista e que passou tanto tempo escravizando negros e negras, qual é o nosso primeiro espaço de liberdade, digamos assim, de inserção social, de fugir do serviço doméstico, se não for a educação. É a primeira porta que se abre para nós e que a gente agarra. Claro que nós vamos ter mais negros na área da educação concorrendo. E precisam dar essa lógica de que o que tem muito é isso, é que negro não vota em negro, e que se tiver mais de um negro concorrendo vai tirar o voto do outro. Se a gente continuar pensando assim, nós nunca teremos uma maior representatividade nos parlamentos (Da Rosa, 2024, p. 14).

Fatores que demonstram como as hierarquias sociais são propagadas dentro de instituições como os partidos políticos, que no momento de escolher quem será candidato/a, não optam por duas pessoas negras, sob a lógica de “se tiver mais de um concorrendo vai tirar o voto do outro”. Ao passo que, como abordado por Vanessa, “vão ter vários brancos”, pois para eles, ter as mesmas características de fenótipos não é um problema para concorrer à cargos políticos.

Outro ponto evidenciado pela ex-deputada é em relação a atuação de pessoas negras e de mulheres na área da educação, que segundo ela, devido as ideias racistas e machistas, é a “única porta que se abre”, ou seja, é uma possibilidade de atuar para além do espaço doméstico. Isso pode ser elucidativo também no campo político, onde as pessoas eleitas carregam como pautas bandeiras que têm relação com suas trajetórias. Dessa forma, as comissões que as mulheres ocupam dentro das Assembleias geralmente são aquelas que atuam em trabalhos de cuidado, como educação, saúde e cultura, propagando hierarquias sociais e “funções” ditas como femininos no interior do legislativo, e ainda, mantém-se a ideia de que mulheres devem legislar para outras mulheres, ou que pessoas negras devem legislar para seu grupo, fatos que proporcionam aos homens brancos uma situação confortável em não pautar políticas públicas destinadas a outros grupos. Em entrevista, Anna Carolina Martins (PSDB) revela sua opinião sobre isso:

A gente não vê mulher. Uma secretaria da fazenda, uma secretaria de obras, entendeu? Tudo que se diz em número, não. **Ah, mulher tem que estar lá na saúde, na educação, na assistência social.** Eu acho legal porque são pautas que têm mais formação de mulheres e que elas acolhem. Mas não quer dizer que elas não podem estar à frente de uma secretaria de obras. Ah, mas é para mexer com o pião. [...] Qual

é o problema? Então a gente tem, só que nossos espaços eles são limitados. Muito limitados (Martins, 2024, p. 12, grifo nosso).

Como a ex-deputada aborda, é problemático que as secretarias ocupadas por mulheres são geralmente aquelas que pautem o trabalho de cuidado, como se elas não tivessem capacidade suficiente para ocuparem outros cargos, como citado por ela, uma secretária da fazenda ou de obras. Isso faz com que os espaços de atuação, depois de eleitas – quando conseguem ser eleitas – sejam limitados. É como uma extensão do trabalho realizado secularmente no ambiente doméstico, para o ambiente público. É dessa forma e por isso que o domínio estrutural do poder está presente na esfera política, se relacionando com hierarquias sociais estabelecidas historicamente.

O domínio cultural do poder demonstra a importância cada vez mais crescente, devido às tecnologias, das ideias e da cultura nas relações de poder (Collins; Bilge, 2021). No cerne do campo político, o domínio cultural do poder é aplicável quando 1) a ideia de que todas as candidaturas são iguais, por isso, todas as pessoas têm as mesmas chances de serem eleitas, não levando em consideração gênero, raça, classe e outras categorias que minimizam as possibilidades elegíveis de determinadas pessoas em detrimento de outras; 2) as propagações midiáticas sobre mulheres em espaços políticos são por vezes sexistas, racistas e misóginas, mostrando ao grande público – pessoas eleitoras – que este lugar não “pertence” a elas. O uso da linguagem que as coloca como loucas, histéricas, prostitutas, mandonas, denota características pejorativas, como se elas devessem “voltar ao lar” e fossem incapazes de ocupar aquele espaço, remetendo a uma imagem historicamente estabelecida, ou seja, uma permanência no campo político. Anna Carolina Martins nos contou em entrevista que:

Quando eu estava no período eleitoral, eles faziam um mês, eu tinha iniciado ali o WhatsApp, que antes não foi em 2016, o WhatsApp estava começando. Então os memes eram fotos da revista da Playboy, sabe? Com ela pelada, com a montagem do meu rosto, sempre tudo muito sexista (Martins, 2024, p. 6).

O uso das redes sociais atualmente, sem legislações efetivas de regulamentação, proporciona um terreno fértil para que situações de violência política de gênero ocorram, já que sob uma possibilidade de anonimato, os usuários sentem liberdade para cometer atos misóginos, racistas e sexistas. O caso ocorrido com a ex-deputada Anna Carolina Martins, demonstra como o domínio cultural do poder é propagado nas mídias sociais, como aborda Collins (2022) e dificulta tanto o acesso de mulheres a cargos legislativos como sua atuação depois de eleitas; 3) por fim, o domínio cultural do poder é percebido nas impressões que ocorrem publicamente sobre mulheres negras, percebido na narrativa de Vanessa da Rosa:

Eu trabalhei no curso de jornalismo, publicidade e propaganda, turismo e enfermagem em uma instituição tradicional, em uma instituição de ensino superior tradicional, [...]

e eu era uma das poucas professoras negras que estava lá, assim como em outras instituições de ensino superior que eu trabalhei também. Então, em algumas dessas instituições, às vezes eu estava na sala, dando aula, interagindo com os alunos, algum batia na porta para dar um recadinho e olhava sim, dizia: “a professora não, tá?” Então, mas eu estava ali. A sociedade faz isso, te invisibiliza, sem nenhum demérito, a qualquer outra ocupação, mas se eu estivesse na cozinha, não ia causar espanto. Se eu estivesse na limpeza, não ia causar espanto. Eu não causava espanto quando eu estava na educação infantil [...] que daí sim é um lugar legitimado para nós. Por quê? Porque a educação infantil, erroneamente, ainda está muito associada só ao cuidado (Da Rosa, 2024, p. 8).

A narrativa da ex-deputada demonstra a maneira como o domínio cultural do poder, dialogando com regras do domínio estrutural é visível em momentos de ocupação de determinados cargos não “legitimados” para mulheres negras ocuparem. Como ela aborda, se o cargo fosse na limpeza ou na cozinha, não causaria espanto. Lélia Gonzalez já escreveu (1984, p. 226), que: “mulher negra, naturalmente é cozinheira, faxineira, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão”, ou seja, como ocupar um lugar político? Se, articulando a divisão sexual e racial do trabalho, é percebível que elas geralmente estão associadas à espaços que “não envolvem lidar com o público” (Gonzalez, 1984, p. 233)?

Não obstante, as propagações midiáticas mantêm e perpetuam o domínio cultural do poder, auxiliam na manutenção de ideais racistas e sexistas da sociedade, o que resulta, no campo político, em menores possibilidades de participação, eleição e atuação. Queremos enfatizar que apesar de tudo isso, Vanessa rompeu com estes estereótipos, transgrediu normas estabelecidas, (re)agiu a múltiplas situações de desconfortos advindas da intersecção de opressões, lançou-se à candidatura política e assumiu como suplente no legislativo estadual, além de ser atualmente, vereadora em Joinville-SC.

O domínio disciplinar do poder reporta-se à aplicação justa ou injusta de normas com base em diferentes categorias, ele se faz presente quando as pessoas usam regras da vida cotidiana para sustentar hierarquias sociais ou desafiá-las, de forma que, as relações de poder se utilizam das intersecções entre raça, gênero e outras categorias para possibilitar acessos à determinados lugares ou a coagir determinadas pessoas de os ocuparem (Collins; Bilge, 2021). Nesse sentido, o domínio disciplinar do poder se aplica no campo político 1) as regras que estabilizam este campo requerem certos conhecimentos específicos dos jogadores, como argumentou Bourdieu (2011), tais conhecimentos são geralmente relegados aos homens, visto que, estes ocupam espaços públicos na longa duração, fato que facilita seu acesso e dificulta a entrada de pessoas que não se enquadram nesta categoria homogênea, sustentando a hierarquia social; 2) é aplicável aos lugares dito como ocupáveis para determinados grupos e para outros não. Como a ex-deputada Vanessa da Rosa narrou:

Porque nós mulheres, nós não fomos estimuladas desde pequena, educadas a concorrer a cargos eletivos. Essa tarefa sempre fica a cargo dos homens. E as mulheres, na verdade, preparam os homens para estarem em esses espaços. Infelizmente é isso. Nós os preparamos para estar lá e não somos estimuladas (Da Rosa, 2024, p. 12).

Devido à maneira como as relações de gênero são construídas culturalmente e historicamente, afastam as mulheres destes cargos ao passo que são elas quem “preparam” os homens para os ocuparem, como evidenciado pela ex-deputada. Nesse sentido, Heleieth Saffioti (2004, p. 43) nos lembra que “as mulheres [...] são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelam força e coragem”. As mulheres não são necessariamente – em normas e legislações – proibidas a participar da vida política, mas não são encorajadas socialmente, pelo contrário, devido à fatores historicamente estabelecidos, são afastadas do campo político.

Gonzalez (1979), nos lembra que:

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis [...]. Desde a casa grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...]. A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante à utilização de todos os meios que perpetuam sua divisão interna.

E segue argumentando, que não chegamos a esse estado de coisas, na verdade, nunca saímos dele (Gonzalez, 1984). O que percebemos são as mudanças – na linguagem, nos discursos e nas narrativas – e as permanências – nos lugares culturalmente ocupáveis, nas relações estruturadas hierarquicamente, como os lugares de “brancos” de “homens” e os lugares de “negros” e de mulheres. Dessa forma, a divisão racial do espaço é nítida na política, quando observamos as (mínimas) porcentagens de mulheres negras ocupando este espaço. Em entrevista, a Anna Martins (PSDB) aponta seu entendimento sobre isso:

Recebi um selo que, por acaso, a Câmara de Vereadores inscreveu, foi receber o prêmio e eu nem fiquei sabendo. Nem fiquei sabendo. Eu fui idealizadora de tudo, da ideia, botei a coisa para funcionar, ao ponto de fazer edital, fazer o projeto, fazer as APPs e tudo, mas o mérito não foi reconhecido [...]. Nem sabia. Então, isso tudo eu sei. Por ser mulher, por ser da oposição, mas poderia ser pior. **E ainda sou uma mulher branca. Fosse uma mulher preta, se fosse uma mulher homossexual, se fosse uma mulher solteira mais com cinco filhos para sustentar** (Martins, 2024, p. 18, grifo nosso).

Anna está nos contando que ganhou um prêmio por conta de um de seus projetos e nem foi informada sobre isso. Para a ex-deputada, a causa disso foi devido a seu gênero, basicamente, por ser mulher – adicionado ao fato de ser da oposição na Câmara de Vereadores

naquele momento. Ao falar: “eu ainda sou uma mulher branca, fosse uma mulher preta ou homossexual” poderia ser pior, Anna reconhece as avenidas identitárias que cruzam opressões sobre algumas pessoas com determinadas características, como ser negra ou homossexual. Por isso, entendemos que se os lugares ocupáveis por homens e mulheres, brancos e negros, são diferentes devido a fatores históricos estabelecidos culturalmente, para mulheres atravessadas por outras identidades, a ocupação de lugares de poder é ainda mais limitada. Nessa linha argumentativa, a ex-deputada Ângela Albino corrobora:

Eu acho que o fato de ser mulher branca é facilitador. Cis e branca é facilitador, especialmente porque eu venho da década, da primeira década desse milênio, que ainda a minha primeira eleição foi em 2004, então era ainda mais restritos os ambientes. Então eu acho que por ser mulher branca e cis, foi facilitador em relação a mulheres negras, a mulheres que não sejam cis (Albino, 2024, p. 4).

Ângela também reconhece as facilidades que teve na política por ser mulher branca e cis heterossexual em relação à outras mulheres não-brancas e não-cis. Já foi argumentado neste texto sobre a forma como a branquitude é visível em Santa Catarina e como isso favorece a eleição majoritariamente de pessoas brancas. O caráter heurístico da interseccionalidade permite-nos perceber como ao passo que favorece a elegibilidade de alguns/mas, dificulta para outros. Assim, as relações de poder interseccionadas e moldadas por outras categorias, sustentam o domínio disciplinar do poder, garantindo a hegemonia de homens brancos de classe média presentes na esfera política e distanciando outros grupos.

Se a branquitude foi reconhecida como um ponto facilitador para Ângela Albino e Anna Martins para serem eleitas, não foi vista da mesma maneira por todas as ex e atuais deputadas. Dirce Herdeischeidt (PMDB) não percebe o fato de ser branca, ou não, como influente na eleição de pessoas:

B: Você acha que o fato de ser branca influencia de alguma forma para ser eleita ou não?

D: Não, eu não vejo muita diferença. Por mais que se tenha esse comentário que a dificuldade é maior, é que tem uma pessoa que nasce negra, mas eu acho que não. No potencial, a questão eleitoral das mulheres, eu acho que é mais a identificação política, simpatia, liderança, essa participação de comunidade. Eu acho que tudo que influencia em uma pré-candidata, digamos assim, para você se tornar uma pré-candidata e até mesmo uma parlamentar (Herdeischeidt, 2024, p. 4).

Para a deputada, a questão do potencial de cada mulher é decisória nas candidaturas. Corroboramos com esta perspectiva ao ponto que sim, a construção do capital simbólico e político é importante para o campo político. Porém, não podemos deixar de afirmar, que devido a uma série de fatores – como já apontados nesta dissertação – a branquitude favorece a eleição de determinadas pessoas e dificulta de outras. Caso contrário, teríamos mais mulheres negras, indígenas e trans presentes na esfera política institucional em Santa Catarina.

Por fim, o domínio interpessoal do poder abarca as distintas experiências que as pessoas têm dentro das opressões que se cruzam (Collins, 2022), a maneira como vivenciam as convergências entre os outros domínios de poder e a forma como as interseccionalidades moldam as identidades, que por sua vez, organiza as interações sociais (Collins; Bilge, 2021). Sobre isso, Ideli Salvatti (PT) nos contou em entrevista:

Eu sou branca, tá? Mas agora eu estou com os cabelinhos brancos [...]. Mas eu sou uma pessoa de pele morena, cabelo muito crespo. Beijo e bunda grande, entende? Então, muita gente, e como eu sempre me relacionei super, super próxima da negritude, do samba, das escolas de samba, dos pontos, dos locais de cultura da comunidade de origem africana. Aqui, eu sempre fui vista como uma deles. Eu não sou, nunca me caracterizei, mas assim, tanto que, tanto que, quando eu me elegi senadora, que estava tudo pronto para a comemoração do Paulinho Bornhausen, né? Porque ele estava sempre, ele estava eleitíssimo, né? [...]. E aí, quando saiu o resultado, que eu ganhei, [em] primeiro lugar, mais de um milhão de votos, e o Paulinho não se elegeu [...]. E aí, uma das pessoas que testemunhou a fala, me contou, dizendo que a hora que saiu o resultado, o Jorge, o pai do Paulinho, falou assim: “tudo bem, eleição a gente ganha, a gente perde, mas perder para esta negrinha é imperdoável”. Então, apesar de ser branca, nunca ter me declarado de forma diferente, é uma percepção da minha, digamos assim, da minha empatia, a sintonia com a negritude aqui do nosso estado e de Florianópolis (Salvatti, 2024, p. 4).

A narrativa da ex-deputada estadual demonstra a forma como o domínio interpessoal do poder, moldando identidades e organizando interações sociais, pode ser visto no campo político. Apesar de Ideli nunca ter se considerado uma mulher negra, ela possui características físicas que evocam a negritude, além de ser próxima a movimentos e pessoas afrodescendentes, isso fez com que outros candidatos concorrentes com Ideli, a nomeassem como “esta negrinha”, e ao que consta, acharem inadmissível perder a eleição para ela por ser – aos olhos deles – uma mulher negra. É perceptível como o pacto da branquitude e o pacto patriarcal possibilitam discursos machistas e racistas, sem causar espantos. A fala de Jorge, como comentado por Ideli, naquele contexto, demonstra que o “lugar” de Ideli, por ser uma “negrinha” não seria ocupando cargo político, ao que parece, ele aceitaria perder a eleição se fosse para outro homem – possivelmente também branco -, mas não para uma mulher.

O domínio interpessoal do poder aplicado ao campo político também pôde ser visto na narrativa da ex-deputada Ada de Luca (PMDB):

Eu botei uma negra para vereadora. Uma negra que é legal. É uma negra que é bonita, mas não é burra. Tem mais coisas que eu tenho que dizer. Dança balé. Tu já viu negro que dança balé? Dança balé. Enfim, falava direitinho. Até que eu vi 10, 15 negros dizer: Eu não vou votar em negro balaio. Entendesse? (De Luca, 2024, p. 22).

Ada de Luca é uma mulher branca que ocupou cargo de presidência no MDB Mulher de Santa Catarina, um cargo de poder, que pode ter sido útil para facilitar a eleição de mulheres negras – é uma hipótese, visto que isso não foi informado em entrevista. Talvez por isso ela fala que “botou uma negra para vereadora”, possivelmente, foi influenciando sua candidatura.

Podemos dizer que este trecho da entrevista de Ada aponta perspectivas racistas, quando diz “tu já viu negro que dança balé?” ou “é uma negra que é bonita, mas não é burra”. Não queremos dizer que Ada é uma pessoa racista, o que queremos apontar é a forma como o racismo é atuante nas mentalidades de algumas pessoas brancas e a maneira como o domínio interpessoal do poder afeta as experiências que as pessoas vivem no interior de opressões cruzadas, ou seja, das avenidas identitárias. Não sabemos se Ada falou isso diretamente para a pessoa que estava concorrendo ao cargo, mas o fato de trazer isso para entrevista reflete qual é seu pensamento sobre o assunto. Esse fato também demonstra as (im)possibilidades de mulheres não brancas de ocuparem cargos políticos, ou seja, a maneira como o racismo e o sexismo são propagados dentro das estruturas institucionais como os partidos políticos, contribuem nos efeitos de sub-representação de mulheres negras, indígenas e trans.

Assim, essa proposta heurística desenvolvida por Collins (2022) possibilitou pensarmos o campo político como permeado por domínios de poder, compreender as diferenças como marcadores de desigualdades que estruturam as relações desiguais de poder e possibilitam explicações sobre aspectos pessoais e sociais, macro e micro estruturantes (Kyrillos, 2024). Acreditamos que ficou perceptível a forma como os domínios de poder interseccionais atravessam o campo político em Santa Catarina, moldam identidades, influenciam nas relações sociais e contribuem para o afastamento de determinados grupos deste campo ao passo que simultaneamente aproximam e mantêm outros.

Mulheres e política: duas categorias que poderiam ser consideradas impossíveis juntas em outros tempos. Ao menos que fosse, para distanciar as primeiras da segunda. As mulheres foram aos poucos, conquistando espaços antes negados a elas. O direito a educação, ao divórcio, ao próprio corpo, ao voto, enfim, a estarem presentes e serem agentes em espaços públicos. As linhas que seguem esse texto propõem-se a articular a trajetória das deputadas estaduais de Santa Catarina, elucidando a importância do seu protagonismo e atuação enquanto mulheres, refletindo sobre os impasses, dificuldades e as resistências.

2.3 “É BOM CONTAR HISTÓRIAS”: OS PONTOS METODOLÓGICOS DA COSTURA

Em meu trabalho de conclusão de curso, realizado em 2023, como já apontado neste texto, percebi que as mulheres que ocuparam cargos na ALESC ainda não haviam sido ouvidas, dentro da historiografia. Não havia, até o momento da escrita do projeto de mestrado (agosto de 2023) e até o presente momento (janeiro de 2026) um trabalho na área da História que utilizasse como fonte as narrativas das deputadas estaduais. Muita documentação a respeito

dessas mulheres pode ser encontrada em arquivos públicos, em periódicos físicos e/ou *online*, blogs, redes sociais etc., mas, compreender como elas percebem o campo político; como vivenciaram as relações de gênero; como foram suas campanhas eleitorais; como é a relação com os partidos políticos, entre outras questões, só é possível a partir de suas próprias narrativas.

Isto é, aquilo que só a História Oral pode oferecer-nos: o significado histórico da experiência pessoal por um lado e o impacto pessoal das questões históricas, por outro, como apontado por Alessandro Portelli (2016, p. 16). Segundo o autor, essa confluência entre História e histórias se configura em uma fronteira móvel, ou seja, na capacidade de adentrar histórias das vidas privadas ao mesmo tempo que nos leva a compreender noções do espaço público, do acontecimento histórico e de como isso se reflete em espaços privados. E é nesse arcabouço que a História Oral se torna profundamente significativa.

Compreendendo o patriarcado como estruturante do campo político em Santa Catarina e por conseguinte, a maneira como as relações de gênero são estruturadas culturalmente neste espaço – portanto, aspectos da História –, apenas escutando essas mulheres teríamos possibilidades de compreender suas trajetórias de vida, o fazer político e a imbricação dos campos público e privado – ouvindo as histórias – não por meio de uma narrativa hegemônica – como aquelas que podem ser encontradas em notícias de periódicos – mas sim, por meio de suas próprias palavras, em seus momentos de rememoração. Assim, nos colocamos no lugar de ouvintes, de aprendizes, de escutadoras. Como Portelli (2016, p. 12) nos lembra, a história oral é primordialmente uma arte da escuta que evolve um conjunto de relações: o diálogo (entre as pessoas que entrevistam e aquelas que são entrevistadas); a relação entre o tempo em que o diálogo acontece e o tempo histórico discutido na entrevista (memória); a relação entre História e histórias e por fim, a relação entre a oralidade da fonte e a escrita da historiadora.

Diferente das outras fontes, para utilizar História Oral como metodologia de pesquisa é necessário construir nossas fontes. Ora, elas não são construídas sozinhas, nesta pesquisa, tampouco. Foram construídas por vozes de diferentes mulheres, e por fim, escrita pelas mãos de outra mulher. É, portanto, uma construção conjunta. Se não houvesse o ímpeto das autoras em realizar as entrevistas, elas não seriam feitas. Se não houvesse o aceite das deputadas em conceder a entrevista, não teríamos a narrativa que se configura na fonte histórica e que por fim, resulta no texto escrito.

Porém, como afirma Verena Alberti (2008, p. 165), utilizar a metodologia da História oral é extremamente custoso. Não basta irmos até as pessoas com um gravador e gravar aquela conversa, objetivando que ela seja a fonte verdadeira e pronta. Na verdade, se faz necessário

“preparar uma entrevista, contatar o entrevistado, gravar o depoimento, transcrevê-lo, revisá-lo e analisá-lo”. Ainda para a autora, o trabalho da produção de fontes orais pode ser dividido em três momentos: a preparação das entrevistas, sua realização e seu tratamento (Alberti, 2008, p. 171). Centramo-nos aqui, nos dois primeiros momentos: como foi a preparação das entrevistas com as deputadas e como se sucedeu a realização destas?

Recuamos um pouco para pensar na preparação do projeto de pesquisa. Como evidenciado por Alberti (2008), é necessário que o projeto seja o primeiro a ser criado, pensando em quem irá ser entrevistado e quais os objetivos que se pretende alcançar com determinadas entrevistas. Entendendo que, nem sempre estes serão de fato apreciados pelas narrativas, pois nem sempre elas “rendem” o que se pretende ouvir, assim como os documentos de um arquivo textual não são suficientes em relação ao passado.

Como já tínhamos conhecimento sobre quem entrevistar, devido à nossas pesquisas anteriores, optamos por tentar entrevistas com todas as mulheres que ocuparam cargos no legislativo estadual entre 1987 e 2024, compreendendo as dificuldades que perpassam esta metodologia. Afinal, trabalhamos com memórias vivas e atravessadas pelo tempo presente. Memórias que estão em construção permanente e que podem modificar-se dependendo de quem está entrevistando e de quais perguntas são feitas, como afirma Passerini (2011). Assim, a seleção inicial das mulheres que seriam entrevistadas partiu de critérios qualitativos (Alberti, 2008), interessando-nos em analisar e comparar as diferentes versões de suas narrativas.

No momento da escrita do projeto, a ideia era que se realizasse entrevistas com doze mulheres, que foram/são deputadas, tínhamos como objetivo abordar as deputadas que haviam sido eleitas e convocadas a assumir o cargo no início do mandato, excluindo aquelas que assumiram por curtos períodos como suplentes. Essa escolha inicial havia sido feita por um motivo principal: tempo. Devido ao curto período de realização de um mestrado – 2 anos – acreditávamos que deveríamos realizar sucintos recortes. Como sabemos, há uma diferença em estipular quantas pessoas se pretende entrevistar no momento do projeto, e aquelas que de fato, aceitarão conceder uma entrevista. Todos esses contextos nos levaram a diferentes (des)encontros e reformulações do projeto de pesquisa, resultando no que temos atualmente: doze entrevistas realizadas entre maio e outubro de 2024, sendo elas: oito mulheres que assumiram no início do mandato e quatro mulheres que foram convocadas para assumir por curtos períodos como suplentes.

A escolha em integrar as suplentes na pesquisa, ocorreu principalmente por alguns motivos: no início da pesquisa em campo, passamos por dificuldades que envolvem a metodologia da história oral – quem irá aceitar conceder uma entrevista? E quantas irão aprovar

o convite? -, ou seja, poucas mulheres estavam concordando em conceder-nos entrevistas, isso fez com que o escopo aumentasse, incluindo tentativas de contatos com mulheres que haviam sido convocadas para assumir como suplentes; em segundo lugar, compreendemos que mesmo aquelas que assumiram por curtos períodos a cadeira legislativa, teriam contribuições tão valiosas quanto aquelas que assumiram desde o início do mandato, afinal, elas também passaram por um período de campanha, são filiadas a partidos políticos e foram presentes na Assembleia Legislativa, propondo projetos, criando disputas e defendendo pautas, por isso, suas narrativas seriam tão importantes quanto as outras; em terceiro lugar, ao passo que as entrevistas foram ocorrendo, percebemos que teríamos tempo e energia para realizarmos mais entrevistas, possibilitando a ampliação de nossas análises de pesquisa.

Depois da escrita do projeto de pesquisa e das mudanças que ocorreram no processo metodológico, elaboramos o roteiro geral das entrevistas¹¹⁰, com foco naquilo que se procurava compreender: como as deputadas entendiam a relação de sua raça com a elegibilidade; se identificavam como feministas, femininas ou antifeministas; suas sexualidades; suas trajetórias políticas, ou seja, como ingressaram na política, como foi a campanha eleitoral, qual a relação com os partidos políticos; se já passaram por situações caracterizadas como “violência política de gênero”; como entendem as relações de gênero dentro da ALESC; como conciliaram as atividades domésticas e de maternidade com a carreira política; como foi a relação de seus maridos com a candidatura; como resistiram à situações; etc. Tendo tais objetivos postulados, escrevemos um roteiro de perguntas que tinha como intenção ser uma espécie de guia no momento das entrevistas.

Como sabemos, durante a realização das entrevistas, muitas questões (des)aparecem. Por isso, o roteiro serviu como base apenas para iniciá-las. A partir da primeira questão, o que percebemos é que o diálogo foi se desenrolando e o roteiro tornou-se dispensável. Isso ocorreu em todas as entrevistas. Ainda assim, o roteiro foi uma ferramenta útil para não nos esquecermos de perguntar sobre aspectos importantes que poderiam ser esquecidos devido ao envolvimento entre a pessoa entrevistada e a pesquisadora.

Quando o roteiro de perguntas estava pronto, passamos para outro momento da pesquisa: entrar em contato com as mulheres que gostaríamos de realizar entrevistas. Precisamos ter em mente, que são mulheres que ocuparam e muitas ainda ocupam cargos políticos, algumas delas atualmente são deputadas federais, senadoras, vereadoras, enfim, são

¹¹⁰ O roteiro de entrevistas encontra-se no Apêndice B ao final deste texto.

peessoas muito ocupadas com suas responsabilidades. Além disso, neste ponto, cabe incluir o que observou Passerini (2011, p. 102):

Dado que a entrevista oral é uma construção intersubjetiva, a consciência de quem entrevista a respeito da própria diferença – isto é, seu pertencimento de gênero, idade, raça e cultura – é crucial, pois contribui com tal construção. Não é que os dois sujeitos devam convergir sobre as mesmas posições políticas e religiosas para estabelecer uma cumplicidade. Ao contrário [...] trata-se muito mais de uma questão de uma escolha inconsciente de temas para entrevistar e interpretar.

De acordo com essa afirmação, é importante frisar que a construção das fontes orais com as deputadas, foi de caráter intersubjetivo, uma (co)construção, dependente tanto delas, quanto da própria pesquisadora. É importante avaliarmos estes aspectos pois entendemos que no momento do contato com as deputadas na intenção de marcarmos uma entrevista, as características pessoais de quem estava entrando em contato foram consideradas. Percebemos diferenças quando o contato era feito pela autora desta dissertação – uma mulher branca, na faixa etária de 25 anos, na qualidade de mestranda – e quando foi realizado pela orientadora desta pesquisa – uma mulher em outra faixa etária, na qualidade de doutora, professora e pesquisadora posicionada e conhecida por algumas deputadas, por exemplo. Compreendemos que todos esses fatores interferiram no acesso das narrativas das deputadas, por um lado, facilitaram, por outro, apresentaram dificuldades.

Assim, desejamos mostrar que o caráter metodológico da história oral não é simples ou fácil, pelo contrário, é embutido em dificuldades e em surpresas das quais por vezes não esperávamos. Por fim, para conseguir o contato com elas, esse processo envolveu muitas idas e vindas até a ALESC, conversas com a coordenação da Bancada Feminina da Assembleia, entre muitas outras conversas com redes de contatos¹¹¹ que fomos criando durante a trajetória da pesquisa. Ocorreu em muitos momentos, por exemplo, conseguir realizar entrevista com uma deputada que conhecia outra, e a primeira ligar para a segunda e dizer: “veja, é uma moça que está pesquisando sobre nossas trajetórias políticas, converse com ela, vou passar seu contato”. Obviamente, essas conversas ocorriam depois que o gravador era desligado, por isso, não há registro transcrito. Mas, importante frisar que muitos dos contatos chegaram dessa maneira. Enfim, todas essas redes proporcionaram o contato de muitas delas ou de suas assessorias, por meio de *e-mails* ou telefones¹¹².

Nos momentos da “pré-entrevista”, realizamos contato com as deputadas ou suas assessorias nos apresentando, abordando quais eram os objetivos da nossa pesquisa e porque

¹¹¹ Também agradecemos e evidenciamos o auxílio da então vereadora de Florianópolis, Carla Ayres, que nos colocou em contato com algumas deputadas e passou o contato de outras para a realização das entrevistas.

¹¹² Destacamos a importância das tecnologias para o contato com as pessoas entrevistadas, visto que muitas delas foram contatadas via *whatsapp*.

suas narrativas seriam importantes para contribuir no fazer historiográfico da História das Mulheres e da História de Santa Catarina. Escrevemos um texto padrão¹¹³ que enviávamos à todas elas evidenciando estes objetivos, juntamente com o roteiro de perguntas, a fim de que se familiarizassem com o assunto da entrevista. Neste momento, deixávamos disponível às deputadas que escolhessem como preferiam que a entrevista fosse realizada: de forma presencial ou remota. Depois que elas aceitassem o convite, a dificuldade demonstrava-se em outro aspecto: como encontrar tempo em suas agendas para marcar um horário e data possível para a entrevista? Isso ocasionou diversos (des)encontros, muitas desmarcavam, outras não apareciam e algumas atrasavam. Porém, conscientes da necessidade de suas narrativas para a construção desta pesquisa, permanecemos insistindo, persistentes e pacientes, até conseguirmos que a entrevista fosse realizada.

Conseguindo marcar as entrevistas, realizávamos um processo de busca de informações das pessoas que seriam entrevistadas. Por serem mulheres que ocuparam/ocupam cargos políticos, havia muita informação disponível na internet. Realizávamos uma ampla busca em diferentes sites, blogs e jornais que falavam sobre essas mulheres. Tudo foi devidamente registrado em documentos word, acompanhado da data do registro, de onde haviam sido retiradas tais informações e quando possível, de quem as escreveu. Sem dúvidas, essas informações servem como um aporte a história oral, entendidas também como fontes, passíveis de serem questionadas e analisadas à luz do entendimento das pesquisadoras.

A metologia da história oral envolve gravar entrevistas, aquilo que Alberti (2008) chama a atenção sobre a “tecnologia da gravação”, dizendo que obviamente, é necessário contar com um equipamento de gravação e reprodução de áudio ou vídeo. A escolha metodológica nesse sentido foi o uso do aplicativo *Zoom Workplace*, por dois motivos: o aplicativo permite realizar entrevistas de maneira remota e fazer a gravação do áudio e vídeo; em segundo lugar, compreendemos que muitas das entrevistas não seriam possíveis de serem realizadas presencialmente, visto que muitas das mulheres que foram entrevistadas residem atualmente em diferentes cidades/estados e devido às suas responsabilidades, estavam em outros lugares no momento das entrevistas. Também precisamos considerar o alto custo financeiro que seria preciso para o deslocamento da pesquisadora para realizar as entrevistas no local onde a entrevistada se encontrava. Compreendendo que podemos e devemos utilizar as novas tecnologias a favor da historiografia, optamos por realizá-las de modo *online*, tendo em vista primeiramente a escolha das deputadas e em segundo lugar, a viabilidade.

¹¹³ Ver Apêndice C.

Assim, entrevistamos remotamente deputadas que estavam em diferentes regiões do Brasil. No total, foram sete entrevistas realizadas *online* e cinco entrevistas realizadas presencialmente.

Entrevistei¹¹⁴ Ana Campagnolo em seu gabinete na ALESC. O contato com Ana havia sido feito dois dias antes, por meio de *e-mail*, disponível em seu *site*, que foi rapidamente respondido pela assessoria da deputada, agendando a entrevista para o dia seguinte. Ao chegar no local, fui recebida por membros da equipe de assessoria e fiquei aguardando na sala de espera. Não demorou cinco minutos para a deputada chegar e me receber – o que fez com muita atenção e gentileza - então, nos destinamos à sua sala principal, onde após nos apresentarmos devidamente, iniciamos a entrevista. Durante o início entrevista, Ana Campagnolo segurava em mãos o roteiro que havia sido enviado previamente, porém, não seguimos o roteiro. Ana permaneceu sentada e atenta, embora, durante toda a entrevista, estava escrevendo e raramente olhou para a entrevistadora enquanto o gravador permaneceu ligado. A entrevista que ocorreu no dia 23 de outubro de 2024, durou duas horas. Ao final da entrevista, Ana pediu para que um membro da sua equipe me entregasse um material, que continha: uma cartilha intitulada: “Será que você é feminista?”, onde há textos que discutem sobre como o feminismo não auxiliou as mulheres a ter direitos; outra cartilha intitulada “A única deputada conservadora da Assembleia Legislativa de SC”, onde apresenta alguns dos seus projetos e uma revista cujo título é: “Política com Ana Campagnolo”¹¹⁵.

A entrevista com Ada de Luca foi realizada devido a um contato prévio no *whatsapp*. Gravamos no dia 17 de junho de 2024, na residência da ex-deputada, em Florianópolis – Santa Catarina. Cheguei na casa de Ada com antecedência e fui recebida por uma pessoa que trabalha em sua residência. Ada logo chegou à sala onde gravamos, aparentemente, uma sala de jantar. A ex-deputada pareceu agitada e talvez não muito disposta a conceder a entrevista: “Eu tenho que acabar escrevendo logo um livro. Eu comecei. Quando tu chega, eu entrego, porque guria é tanta gente querendo saber da minha vida” (De Luca, 2024, p. 5). E, pelo que observamos, ela tinha compromissos depois de falar comigo. Ainda assim, conversamos durante uma hora, servidas por café e pinhão.

¹¹⁴ Escrevo a partir daqui em primeira pessoa do singular, pelo fato de ter realizado as entrevistas sozinha.

¹¹⁵ Na capa da revista, além da foto da deputada, há pequenas frases como: “Proteja seus filhos contra a teoria de gênero”; “CPI do Aborto”; “Artigos sobre educação domiciliar e direitos dos pais e estudantes”; “Esse material foi impresso sem dinheiro público”; além de um QR code que destina ao *site* da deputada e o número de contato de sua equipe.

Entrevistei Dirce Heiderscheidt no gabinete do deputado Mauro de Nadal¹¹⁶. A escolha pelo local pode ter sido feita pelo fato do deputado ser membro do mesmo partido. Iniciamos a entrevista em uma sala onde estava a secretaria, mas, após constatarmos que ruídos externos poderiam atrapalhar a gravação, nos dirigimos para outra sala, em uma grande mesa, onde estávamos apenas nós duas. Dirce pareceu estar confortável durante toda a entrevista, exceto quando um homem entrou na sala. Neste momento, parece ter ocorrido uma certa dispersão de sua atenção, mas, em breve a ex-deputada retomou o foco. Conversei com Dirce por cerca de 45 minutos. Após a conversa, tiramos uma foto¹¹⁷. O contato com Dirce havia sido intermediado pela ex-deputada Marlene Fengler – que havíamos entrevistado alguns dias antes.

A entrevista com Luci Choinacki foi realizada na sala da imprensa da ALESC, no dia vinte de junho de 2024. Havia contatado Luci por meio de *whatsapp*, por intermédio da vereadora de Florianópolis Carla Ayres. Luci iria participar de um evento na Assembleia e conseguiu encaixar um horário para me atender. A ex-deputada estava no *hall* da ALESC quando eu cheguei, conversando com outras pessoas e me recebeu extremamente bem. Ela pareceu feliz em conceder a entrevista e durante a realização permaneceu focada no diálogo, embora algumas pessoas tenham passado pela sala durante o processo, isso não tirou a atenção de Luci, durante os quase 45 minutos de entrevista. Após a entrevista, tiramos uma foto, próximas a um quadro que há no corredor da ALESC: uma foto com toda a legislatura de 1987-1991, onde a única mulher é Luci¹¹⁸. Depois, assisti sua fala no evento e fui mencionada durante seu discurso. Luci agradeceu o trabalho que eu estava realizando e falou sobre a importância de ter mais mulheres na política.

Entrevistei Marlene Fengler na Escola do Legislativo da ALESC¹¹⁹ – onde a ex-deputada trabalhava naquele momento¹²⁰, o contato havia sido realizado via *e-mail*. Ao chegar na Escola do Legislativo – cabe destacar que é um endereço diferente da sede da ALESC –, no dia doze de junho de 2024, fui recebida pela secretária, que me indicou que aguardasse a ex-deputada chegar ao local. Entre ofertas de café e água, aguardei Marlene por quase duas horas, enquanto revisava o roteiro da entrevista. Ao chegar, Marlene me recebeu com muita atenção e desculpou-se pelo atraso. Nos destinamos à sua sala, onde após algumas conversas prévias,

¹¹⁶ É deputado estadual em Santa Catarina, pelo MDB.

¹¹⁷ Ver Anexo B.

¹¹⁸ Ver Anexo C.

¹¹⁹ A Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira é responsável pelas ações pedagógicas da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Têm como propósito: “construir e disseminar conhecimentos para fomentar a cidadania e fortalecer a democracia, aproximando Parlamento e sociedade”. Informações retiradas de: <https://escola.alesc.sc.gov.br/about>. Acesso em: 02 out. 2025.

¹²⁰ Marlene Fengler foi a primeira presidenta da Escola do Legislativo da ALESC.

iniciamos a entrevista. Marlene pareceu estar à vontade em falar comigo. A entrevista teve duração de uma hora e trinta minutos.

Estas foram minhas experiências com as entrevistas realizadas presencialmente.

De forma remota e *online*, entrevistei Anna Carolina Cristofolini Martins, no dia dezessete de julho de 2024. Havia contatado Anna por meio de *e-mail*. A deputada havia expressado o desejo de realizar a entrevista presencialmente, porém, devido à custos financeiros envolvendo o deslocamento – de Florianópolis/SC à Itajaí-SC – conseguimos agendar de forma *online*. Assim, conversamos durante uma hora e quinze minutos, com atenção e prestatividade da ex-deputada, que estava em seu local de trabalho durante a entrevista. Anna colocou-se à disposição caso precisássemos de algo mais e inclusive, lamentando por considerar que tinha falado demais – o que para nós, pesquisadoras em História Oral, é um benefício.

ACM: É, pra ti vai ser um trabalho. Só lamento, escutando a política, falando que não para, tenho até pena de ti.

B: Mas eu estou disposta, né? Estou fazendo.

ACM: Mas se precisarem de alguma coisa pode entrar em contato, Bruna (Martins, 2024, p. 30).

Entrevistei Ana Paula Lima. A ex-deputada estadual e atual deputada federal, que foi contatada por intermédio da orientadora desta pesquisa. Ela estava em Brasília – DF, no momento da gravação, e, apesar de ter outros compromissos logo após a nossa conversa, foi extremamente atenciosa ao falar comigo durante quase 45 minutos. Nosso diálogo ocorreu no dia vinte de maio de 2024.

A conversa com Ângela Albino ocorreu no dia oito de julho de 2024. Havia feito contato com ela por *e-mail*, alguns dias antes. A ex-deputada estava em sua residência enquanto gravamos a entrevista que durou quase uma hora e pareceu estar confortável e feliz em falar comigo, fazendo citação inclusive, à orientadora desta pesquisa:

Te parableno demais de estar com a Joana Pedro. [...]. Acho ela uma mulher espetacular. Eu lembro dela quando eu era candidata à vereadora, em 2004. Ela já tinha uma super acolhida das candidatas. Eu era uma ilustre desconhecida e ela sempre foi muito acolhedora comigo quando viu que eu, de fato, não estava atrás do voto feminino, mas eu era uma feminista que disputava uma eleição que era diferente. Ela logo percebeu isso e foi de uma generosidade enorme. Então, parabéns pelo teu trabalho. E parabéns porque está fazendo ele junto com essa mulher espetacular (Albino, 2024, p. 19).

Entrevistei Ideli Salvatti, também de forma *online*, no dia 23 de maio de 2024. Havia recebido o contato de Ideli também por meio da vereadora Carla Ayres. Após alguns desencontros – marcamos e remarcamos a entrevista três vezes, por conta de imprevistos da ex-deputada – conversamos durante quase uma hora e trinta minutos. Ideli estava em sua casa durante o diálogo e pareceu confortável em falar comigo.

Aos vinte dias do mês de maio de 2024, realizei a primeira entrevista desta pesquisa com Luciane Carminatti. Feita de forma *online*, por escolha da deputada, ela estava em sua residência em Chapecó – Santa Catarina. Havia contatado Luciane ainda em 2023 – momento em que estava escrevendo o projeto de pesquisa - quando estive em seu gabinete na ALESC e em conversa com sua assessoria, perguntei sobre a possibilidade de Luciane me conceder uma entrevista, que foi rapidamente aceita. Durante a gravação que durou quase uma hora e trinta minutos, Luciane permaneceu atenta e atenciosa.

Em cinco de junho de 2024, conversei com a ex-deputada Simone Schramm, durante uma hora e cinco minutos. Havia contatado Simone por meio de *e-mail* encontrado em *sites*. O primeiro contato foi realizado com pessoas do seu local de trabalho: a Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC), na qual Simone ocupa o cargo de Secretária Executiva. A ex-deputada pareceu confortável durante a gravação da entrevista.

Entrevistei Vanessa da Rosa, também de forma *online*, no dia onze de junho de 2024. Havia contatado Vanessa por meio de *whatsapp*, que chegou até mim por uma pessoa conhecida de sua cidade, Joinville-SC. Após alguns desencontros de horários em sua agenda, conseguimos marcar a entrevista. Vanessa estava em sua casa no momento da conversa, que durou quase uma hora e trinta minutos. A ex-deputada foi atenciosa e parecia estar feliz em conversar comigo.

É necessário abordarmos sobre como o uso do aplicativo *Zoom* ou o local onde a entrevista foi realizada impactou na análise e na produção das fontes orais. Segundo Ricardo Santhiago e Valéria Magalhães (2020), os princípios indissociáveis que envolvem a metodologia da história oral seriam o encontro entre subjetividades e a relação corpo-a-corpo entre narrador/a e entrevistador/a. Contudo, situações como a pandemia da COVID-19 e o avanço das tecnologias digitais, têm reconfigurado não apenas os modos de relações sociais – já que, atualmente, a presença física já não é mais um atributo de uma relação - mas também desenvolvendo novas práticas e modos de fazê-la. A história oral, incapacitada de se deslocar de seu tempo, deve apreciar tais mudanças, sem deixar de lado a criticidade e o impacto destas sobre a forma de se narrar histórias (Santhiago; Magalhães, 2020).

Nesse sentido, é necessário ainda considerarmos outros aspectos das entrevistas, que devem ser observados tanto em ambientes presenciais quanto virtuais. Segundo Alberti (2008, p. 171):

O que o entrevistado fala também depende da circunstância da entrevista e do modo pelo qual ele percebeu seu interlocutor. Quando é solicitado a falar sobre o passado diante de um gravador ou uma câmera, cria-se uma situação artificial, pois a narrativa oral [...] não costuma ser feita para registro. É claro que o entrevistado acostumado em falar em público e a conceder entrevistas para rádio ou televisão terá um

desempenho diferente daquele que não tem essa experiência. Para alguns, o fato de estar concedendo uma entrevista pode ser motivo de orgulho, porque sua experiência foi considerada importante para ser registrada. Para outros, a situação pode ser inibidora [...] todos esses fatores podem ser levados em conta quando da produção e da análise da fonte oral.

Assim, dado que a entrevista é esse encontro intersubjetivo, é necessário que reflitamos sobre o modo como as deputadas percebiam a pesquisadora. Como nos alertou Portelli (2016 p. 35): “uma entre-vista diz respeito a duas pessoas olhando uma para a outra. O observador nos observa – eles geralmente são mais perspicazes do que nós, pois nos julgam a partir de nossa linguagem corporal e de comportamentos dos quais não estamos sequer conscientes.” Ou seja, como pesquisadoras, estamos constantemente sendo observadas por aquelas que também observamos e isso influenciou nas construções das narrativas. Cabe destacar, que todas as entrevistas foram realizadas com a presença da autora dessa dissertação, com aporte sempre gentil e atencioso de sua orientadora, mas no momento de realizá-las, foram feitas apenas com a autora e as deputadas. Assim, no momento da realizar as entrevistas, sabendo que seria observada tanto quanto estava observando, algumas preocupações em âmbitos metodológicos foram inevitáveis: como abordá-las de forma respeitosa, ética e contundente? Como não ultrapassar seus limites pessoais ao fazer perguntas? De que forma me portar diante da deputada? Mas, não foram apenas inquietações metodológicas, também questões subjetivas, como: qual roupa usar? Como prender ou não o cabelo? Devo utilizar maquiagem? Enfim, entendo que estas questões também perpassam o *fazer* da História Oral.

Outras pessoas que acabavam surgindo no momento das entrevistas. Por exemplo: quando estive na casa de Ada, durante a entrevista, a pessoa que trabalhava em sua residência nos serviu café e pinhão.

ADL: Dani... Eu quero pinhão antes de sair, não é, pô? (De Luca, 2024, p. 32).

ADL: Me dá um pinhãozinho, pô (De Luca, 2024, p. 34).

ADL: Me lembra que eu tenho que pegar a estatística para ela. Está bem? Da mulherada. Pega pinhãozinho (De Luca, 2024, p. 34).

Além disso, o telefone de Ada tocou algumas vezes e a ex-deputada atendeu.

ADL: [NO TELEFONE] avisa lá que eu vou atrasar pouquinho, mas já estou indo (De Luca, 2024, p. 32).

Da mesma forma, quando entrevistei Ana Caroline Campagnolo em seu gabinete, pessoas do partido entraram e em alguns momentos, sentaram-se ao meu lado e participaram da entrevista.

ACC: Oi, Oi, Júlia, tudo bem? Estou dando uma entrevista para UFSC. Estudaram na UFSC as duas, não é? Uma psicóloga e uma médica, e aqui uma professora de história. Só eu que não fui matriculada na UFSC, estava muito difícil o vestibular. Beijos meninas (Campagnolo, 2024, p. 13).

ACC: “Marcos, Marcos, pede para o Henrique trazer, se tiver a revistinha do PL Mulher, os nossos materiais para eu entregar para ela. Ela está fazendo um trabalho acadêmico. A revistinha do PL mulher, aquele, será que você é feminista? Tudo o que ele tiver aí. Informativo de mandato, revista, revista do mandato também”. Acho que pode ser legal para você copiar (Campagnolo, 2024, p. 34).

Na entrevista realizada com Dirce Heiderscheidt, no gabinete do deputado Mario de Nadal, durante a realização, um homem entrou na sala e a ex-deputada se explicou: “Então, eu invadi aqui um pouquinho, mas daqui a pouco já estou te abandonando” (Herdeischedt, 2024, p. 8).

Outras pessoas também estiveram presentes de forma remota, principalmente no início da entrevista, geralmente para ajudar as deputadas a conectarem-se. Este caso aconteceu na entrevista com Simone Schramm. A gravação ainda não havia iniciado, por isso, não há registros sobre. O que percebíamos, era que durante essas “intrusões” as narrativas iam mudando, as vezes silenciando e em outros momentos, justificando-se à estas pessoas o que estava ocorrendo naquele momento. Assim, o local escolhido pelas deputadas para as entrevistas foi também relevante para a construção das fontes. Como nos alertou muito perspicazmente Portelli (2016, p. 43):

Sempre estive consciente de estar entrando na casa de outras pessoas, e pode ser por isso que frequentemente cometi “erros clássicos” como “uma televisão ligada ao fundo, membros da família passando pela sala”. Por um lado, eu tinha medo de ser intrusivo; por outro, sentia que todos esses “pequenos incômodos” constituem uma parte essencial da experiência e fornecem informações sobre o contexto, as relações, e literalmente, o *background*.

Assim, esse “pano de fundo” que constitui o fazer da entrevista, é também material de análise para nós historiadoras. O telefone atendido, o café que chega à mesa, os silêncios estipulados no momento que alguém do partido entra em cena. Tudo isso deve ser analisado como parte da narrativa. Como exemplo: é possível que pessoas da assessoria presentes no momento da entrevista com Ana Campagnolo, tenham resultado em um sentimento de conforto ou apoio. Da mesma forma, na entrevista com Ada de Luca, estar em sua residência pode ter gerado uma sensação de acolhimento. Já na entrevista com Dirce Heiderscheidt, talvez a ex-deputada tenha se sentido desconfortável em estar ocupando a sala de um gabinete que não era dela. É difícil afirmarmos de forma exata como outras pessoas presentes ou o café à mesa pode ter causado impacto nas narrativas, mas, podemos dizer que podem ter influenciado certos comportamentos, palavras, silenciamentos e performances.

O “fazer” uma entrevista de forma online difere fundamentalmente do “fazer” presencial. Há uma intimidade criada no fazer presencial, no olho a olho mais difícil de ser realizada de forma remota. No presencial, há um café, um toque, uma proximidade. No *online*,

há um certo distanciamento. Contudo, esse distanciamento pode ser entendido como algo benéfico. Por vezes, gerou mais abertura para as falas das deputadas, principalmente aquelas que estavam sozinhas no local onde me concederam a entrevista. Para Santhiago e Magalhães (2020) na comunicação via vídeo, os corpos não são desmaterializados, mas reconfigurados virtualmente. Os autores/a ainda argumentam que, a preocupação com a perda de intimidade gerada por uma entrevista *online*, demonstra uma ênfase na ideia de que qualquer entrevista gera uma relação próxima entre entrevistado e narrador, fato que é contrariado na prática, por vezes, uma menor proximidade com as narradoras, tornou a entrevista mais confortável. Além disso, o distanciamento físico ou a proximidade não garantem a confiança mútua em uma entrevista (Santhiago; Magalhães, 2020).

Nas entrevistas feitas presencialmente, também utilizamos do *zoom* como ferramenta de gravação de vídeo e voz. Ou seja: havia um computador gravando suas narrativas. Isso também interfere no que é dito e no que não é dito. É claro que, como citado por Alberti acima, estas mulheres por ocuparem cargos políticos, estão geralmente acostumadas com câmeras e com gravar entrevistas, o que entendemos que pode ter facilitado a realização destas.

Além disso, como já alertado por Alberti (2008), percebemos que para a maioria – mas não todas – as deputadas, foi motivo de alegria conceder-nos a entrevista. Havia geralmente um agradecimento pelo trabalho ao qual estávamos nos propondo a realizar, referindo-se a importância de falarmos sobre “mulheres na política” e suas atuações. A ex-deputada Ângela Albino, por exemplo, nos disse: “Eu sei que eu me sinto meio jurássica assim quando a pessoa diz: Não, poucas de vocês estão vivas [...]. Mas fico contente de ter registro disso. Te parablenzo pela pesquisa” (Albino, 2024, p. 19). Simone Schramm também compactuou em sua narrativa com essa pesquisa: “Foi um prazer te conhecer assim e quero registrar, né, que como é importante você se dedicar, né, em buscar essa valorização da mulher e foram tão poucas, né?” (Schramm, 2024, p. 20). Ana Paula Lima, atual deputada federal e ex-deputada estadual, evidenciou:

Vocês são a nossa inspiração, vocês estão aí na academia [...] acho que esse teu trabalho aí, e que percebo muito, entrei com projeto de lei agora, nós não estamos na História, nem do Brasil, nem do mundo, e nós precisamos contar a História das Mulheres. Então, elas precisam estar nos bancos escolares, e a gente só tem a história de homens, e as histórias dos homens são os homens que tiveram aí, então as mulheres nunca tiveram histórias, e é **bom contar as histórias** (Lima, 2024, p. 15, grifo nosso).

Essas repetições nas entrevistas são vistas como importantes para a análise, pois indicam que estão presentes nas narrativas das entrevistadas e que cumprem um papel significativo na produção da fonte histórica. Nesse sentido, Patai (2000) nos lembra que muitas pessoas se sentem lisonjeadas quando há um interesse externo por suas vidas, por isso, o

gravador – nesse caso, o uso do *Zoom* – longe de ser um impedimento, é uma ratificação da importância daquilo que é dito. A autora ainda identifica que há uma certa dificuldade em realizar entrevistas com pessoas que estão acostumadas com atenção constantemente, pois estas têm uma *persona* pública para proteger. O que percebemos com as fontes desta pesquisa, em primeiro lugar, é que sim, houve dificuldades sobretudo para conseguirmos realizar as entrevistas, mas que a maioria delas sentiram-se gratas por estarmos incluindo suas narrativas no fazer historiográfico; em segundo lugar, como já evidenciamos no texto acima, entendemos que muito de suas narrativas podem ter vindo deste espaço da tentativa de proteção de suas *personas* públicas, por serem mulheres envolvidas com o campo político e compreenderem que seus discursos são atravessados por este espaço intersubjetivo – pessoal e político, individual e coletivo.

Nesse sentido, é necessário também analisarmos as *performances narrativas*, entendidas como “comportamentos expressivos” (Hermeneto; Amato, 2022, p. 272) das deputadas como parte da construção das narrativas das memórias. Para Miriam Hermeneto e Gabriel Amato (2022, p. 281): “a entrevista de história oral é um momento dialógico de significação do passado [...] trazendo ao centro do trabalho de memória os elementos performáticos da entrevista”, isso significa que as *performances* desenvolvidas pelas mulheres entrevistadas para esta pesquisa, eram ressaltadas, pois, de certa forma, interessava à elas “cativar o público” – aqui entendidos como as pessoas leitoras desta dissertação e como a entrevistadora – com seus pensamentos e posições políticas.

Assim, conectando a proteção das deputadas como *personas públicas* às suas *performances narrativas*, podemos observar que a maneira como se colocaram nas entrevistas foram atravessadas por estas duas motivações. Isso pode ser explicado nas repetições antes descritas, quando muitas delas nos agradeceram pelo trabalho que estamos realizando. Também podem ser vistas quando articularam sua narrativa com os partidos dos quais fazem parte:

Me orgulho. Me orgulho de ser política, não tem vergonha de dizer que sou política, não tem vergonha do meu partido, porque o meu partido é partido de raiz, existe. O resto é um amontoado de gente. Me desculpa. Um amontoado de gente. Partido de raiz mesmo, não sou PT. Mas veio lá da base do povo, de sofrimento, das grandes lutas pela restauração da democracia, foi só dois. O PT ainda era filho do PMDB. Depois é que saiu da barriga do PMDB e formou o partido. Mas era o MDB. Tu era menina, tu não tinha nascido ainda (De Luca, 2024, p. 30).

Tem o meu cargo de liderança no partido, que é um cargo na Assembleia, que nasceu no nosso espaço, né? Estou dentro do projeto que eu te falei, do projeto do deputado Mauro junto com o MDB mulher de Santa Catarina, levando esse projeto de mulheres no foco aos municípios. Então a gente viaja bastante, né, desse projeto, né? Independente disso, a gente faz atuação na região, porque a minha região é a grande fama, óbvio, né? E faço o meu trabalho como presidente (Heiderscheidt, 2024, p. 17).

O que percebemos, com as narrativas das ex-deputadas Ada de Luca e Dirce Heiderscheidt (ambas do MDB) é que havia um caminho duplo que se conectava: de um lado, a ênfase na figura da *mulher*, da importância *das mulheres na política* e de outro, uma conexão com o partido pertencente, fatos observados tanto nas narrativas feitas por deputadas que pertencem à partidos de esquerda, como de direita:

Então, até hoje as pessoas falam muito sobre isso, porque que isso é importante, porque uma das pautas do PL Mulher, que eu defendo aqui como presidente PL Mulher, sou presidente do diretório feminino do nosso partido, que na última eleição cresceu 146%, maior crescimento do PL Mulher, nós elegemos 146% a mais de mulheres (Campagnolo, 2024, p. 6).

Isso demonstra que a *performance narrativa* é vista nas nossas fontes em dois âmbitos: na proteção da *persona pública* e na intenção de cativar o público. Ora, as mulheres entrevistadas já tinham conhecimento prévio sobre o tema da entrevista, já sabiam que iríamos tratar sobre suas presenças e trajetórias políticas, talvez por isso houve tanta ênfase no assunto “mulheres na política” – o que não consideramos que seja negativo, apenas estamos observando o fato. Suas narrativas, demonstraram suas posições quanto a isso – a defesa da *persona pública* – que tornadas públicas – com a publicação desta dissertação e outros estudos – terão capacidade de cativar o público (ou não).

Cabe ainda destacar, que todas as contribuintes desta pesquisa assinaram um documento¹²¹ que era entregue ou enviado para cada uma ao final da entrevista, autorizando que suas narrativas fossem utilizadas para a escrita dessa dissertação e para pesquisas futuras realizadas pelo LEGH.

Por fim, é necessário abordar sobre a condução da entrevista. Segundo Carvalho e Ribeiro (2013), ouvir é mais importante que perguntar em uma entrevista em história oral. Tentamos seguir uma postura de aprendiz durante as entrevistas, concomitante ao nosso lugar como pesquisadoras: ouvindo suas narrativas com atenção, tentando não sermos invasivas, mas procurando por respostas que estávamos dispostas a encontrar e considerando todos os aspectos – o lugar, a postura, a narrativa, as outras pessoas – como parte da construção das fontes orais.

Utilizar a metodologia da história oral como arte da escuta (Portelli, 2016) e metodologia principal para a elaboração de uma pesquisa, requer ouvidos atentos, paciência e persistência. Os processos que envolvem o fazer metodológico desta escolha não são simples e como bem alertados pela discussão teórica, envolvem dedicação e tempo. Contudo, resultam em importantes contribuições na construção de fontes e no entendimento do privado e das subjetividades no espaço público. Neste caso, ao ouvir as deputadas, foi possível compreender

¹²¹ Um modelo desse documento encontra-se no Apêndice D.

algumas razões dos baixos números de mulheres ocupando cargos políticos institucionais em Santa Catarina.

Das nossas experiências, podemos dizer que a entrevista presencial é quase insubstituível. O contato e a aproximação possibilitados nesse formato não ocorrem da mesma maneira à distância. As conversas depois que os gravadores são desligados – tão importantes como durante – diferem consideravelmente do presencial para o online. Porém, em casos em que a única possibilidade é realizar *online*, é melhor fazê-la. Além disso, como bem alertado por Santhiago e Magalhães (2020, p. 15), as novas formas de tecnologia devem estar à serviço de nós, historiadoras, tendo sempre em consideração os mesmos princípios profissionais e éticos que envolvem a História Oral em entrevistas feitas presencialmente.

Sejam entrevistas realizadas *online*, com o aporte da tecnologia que temos disponível atualmente ou presenciais, há facilidades, resistências e dificuldades, que se modificam dependendo da situação. Entrevistar pessoas que geralmente estão ocupadas, requer encontrar espaços em suas agendas e uma rede de pessoas que propiciem este contato. Somos analisadas pelas pessoas que entrevistamos, o que implica em nos preocuparmos com nossas posturas diante dos/as entrevistados/as. O local onde a entrevista é feita, se há mais pessoas no momento, o telefone que toca, as repetições das narrativas: tudo isso deve servir para o momento da análise. Além disso, como nos alertou Portelli (2016, p. 44): “Eu sinto que se uma pessoa não sai de uma entrevista modificada, ela está perdendo tempo. As mudanças podem ser imperceptíveis, mas vão se somando ao longo dos anos e nos fazem ser o que somos como indivíduos, não apenas enquanto estudiosos ou ativistas.”

Se como evidenciado por Portelli, as entrevistas têm sempre a possibilidade de nos modificar quanto seres humanos, pesquisadoras e ativistas – feministas, nesse caso – argumentamos que sim, não saímos de nenhuma dessas entrevistas da mesma maneira como entramos. Todas elas nos modificaram de alguma maneira e influenciaram na construção da escrita historiográfica desta pesquisa. Nesse ínterim, é inevitável que ao realizar entrevistas ocorra uma certa aproximação entre aquelas que foram entrevistadas e a pessoa entrevistadora. Não percebemos isso como um sinal negativo de proximidade com as fontes e como um descompromisso com a falta de objetividade, mas sim, como uma possibilidade de avaliar a forma como as fontes foram construídas em coletivo, entendendo que tanto a construção das narrativas como a leitura e análise delas são inevitavelmente atravessadas pelo momento presente. Como Patai (2000, p. 20) muito bem coloca:

[...] as fitas resultantes devem ser entendidas como um ponto de intersecção entre duas subjetividades – a delas e a minha, as suas visões culturais e as minhas, as suas

memórias e as minhas perguntas, a sua percepção de si e a minha própria, as suas hesitações e as minhas palavras ou gestos de estímulo, e muito mais.

Dessa forma, estamos convencidas de que as fontes resultantes dessas entrevistas foram produzidas de maneira coletiva e que a análise delas perpassa questões políticas, teóricas e metodológicas indissociáveis da pesquisadora. Neste ponto, é importante observar que houve entrevistas que revelaram certas proximidades com as pessoas entrevistadas – seja devido ao caráter ideológico partidário ou regional, por exemplo – como também, aquelas que demonstraram certos distanciamentos – possivelmente, pelos mesmos motivos.

A respeito disso, Patai (2000, p. 93) levanta uma questão pertinente: “nós podemos – e deveríamos – realizar pesquisas apenas quando gostamos de quem vamos entrevistar e quando passaríamos nosso tempo com as pessoas que entrevistamos?”, ao que concerne aos resultados desta pesquisa, responderíamos que: não. Até seria possível realizar um estudo que atendesse aos objetivos estipulados no projeto anteriormente feito apenas com aquelas mulheres com as quais nos identificamos, e por se tratar de mulheres na política, consideramos essa identificação sobretudo de caráter ideológico e partidário. Contudo, o quão limitada nossa pesquisa seria se não considerássemos mulheres de diferentes espectros políticos? O que queremos dizer, é que não é pelo fato de serem mulheres de direita e/ou conservadoras, que suas narrativas não devem ser consideradas como importantes no discurso historiográfico. Pelo contrário: justamente por “sairmos da bolha” à qual estamos “acomodadas” é que se torna possível abranger nossas perspectivas, nossos entendimentos e levantarmos novas questões sobre diferentes temas que perpassam a mesma área, a saber: mulheres na política. Isso não significa que realizar essas entrevistas tenha sido fácil ou confortável. Muitas, principalmente com mulheres de direita, foram incômodas para a pesquisadora – e talvez para a pessoa entrevistada também. Contudo, até mesmo esse incômodo nos é relevante, pois perpassa os lugares que ocupamos ou deixamos de ocupar e a posição política e historiográfica na qual inserimos nossa pesquisa.

Alguns cenários nos parecem importantes de serem comentados para as pessoas leitoras desse estudo. Imaginem vocês, posicionados ideologicamente no espectro político do campo da esquerda, assumidamente feministas, adentro um espaço ao qual chamamos de “território inimigo”. Um gabinete, dentro da ALESC, onde havia inúmeras fotos do ex-presidente Jair Bolsonaro, algumas com a ex primeira-dama, Michelle Bolsonaro. Um local onde havia bíblias e outros itens religiosos, além de fotos com armas. O incômodo é inevitável, caso você seja alguém posicionada politicamente, à esquerda. Mas, não apenas. Neste lugar também havia bercinho para crianças, brinquedos e livros. O que queremos dizer com isso, é que apesar do desconforto em estar no “território inimigo”, estávamos presentes naquele espaço para

entrevistar uma mulher. Que, apesar de ser posicionada como alguém de direita, antifeminista e conservadora, é também mulher, mãe e deputada. E sua narrativa é também relevante para construção desta pesquisa. Queremos evidenciar que o fazer metodológico da história oral nos leva a lugares que às vezes não serão confortáveis. Mas, é necessário estar presente nestes espaços e ouvir narrativas de pessoas que percebem o mundo de uma maneira diferente daquela que nós entendemos. Neste aspecto, percebemos que as diferentes ideologias políticas – entre entrevistadora e entrevistada – perpassaram a construção da narrativa.

Outro cenário: entrar em lugares aos quais você não se sente pertencente. Isto é, espaços de outras classes sociais, neste caso, mais abastadas que a sua. O quanto isso pode impactar a (co)construção da fonte? Estar em lugares que diferem muito de sua realidade pode gerar certos desconfortos também. O quanto a pessoa pesquisadora se sentirá confortável para fazer determinadas questões? Como a pessoa entrevistada irá recebê-la, em seu lugar mais privado – sua casa – para conceder uma entrevista que perpassa aspectos subjetivos e individuais? Compreendemos que o local em que a entrevista é realizada influencia diretamente na construção da narrativa. Neste caso, a entrevistada pode ter se sentido mais segura em falar de um local que lhe traz conforto. E esse aspecto é considerado importante para o momento de análise da fonte.

Não obstante, também vivenciamos situações extremamente confortáveis e seguras. Até mesmo com características familiares, que nos levaram a sentirmos afetos. Sobretudo entrevistas realizadas com mulheres que são posicionadas ideologicamente da mesma maneira que as entrevistadoras. Percebemos que se criaram cenários mais confortáveis para ambas. Enfim, o que pretendemos dizer com tudo isso, é que embora em cenários diferentes, *online* ou presencial, com ideologias e pensamentos distintos, todas as narrativas foram importantes e essenciais para construção desta pesquisa. Queremos pontuar também, a inevitabilidade dos afetos – sejam positivos ou negativos – no processo metodológico da construção das fontes, mas, afirmando que isso não faz com que nos distanciamos das nossas posições como historiadoras, pesquisadoras e feministas no momento de realizá-las e analisá-las.

Memórias, experiências, narrativas e subjetividades – amarradas, entrelaçadas, juntas, resultaram nas fontes desta pesquisa, feita com mulheres e por mulheres, por isso, tecida e fiada em conjunto, intersubjetiva, coletiva. As mulheres tiveram ao longo da história, uma conexão com o artesanal, com a costura, com a produção feita à mão – lembro-nos de quem costura nossas roupas rasgadas, não são geralmente as mulheres das nossas famílias? -, longe de querermos impor uma visão essencialista, – como se as mulheres fizessem costuras por serem

mulheres biologicamente – o que queremos demonstrar é que essa pesquisa também é resultado de uma “costura”, um “artesanato” feito à mão, ou melhor, pelas mãos, de muitas mulheres.

Os resultados destas entrevistas não são entendidos como documentos acabados (Venson; Pedro, 2012). São, na realidade, uma chance de transitar pela historicidade das vidas privadas e pelas relações estabelecidas entre espaços públicos, memória e experiências, compreendendo que estamos lidando com discursos em processo, nunca finalizados (Portelli, 2016) e que podem ser modificáveis à medida de quem está analisando, lendo e interpretando. Esperamos estar colaborando com a construção historiográfica, sobretudo em relação a História das Mulheres e Relações de Gênero, tanto no espaço em que esta pesquisa foi remetida – o estado de Santa Catarina – como em outros lugares, entendendo que as questões que perpassam as narrativas individuais, localizadas em um determinado local, podem ser entendidas como explicações para outros lugares, no Brasil, na América Latina ou até mesmo em nível global.

2.3.1 Tecendo e fiando com elas: memórias, experiências, subjetividades e narrativas

*A memória é a faculdade épica por excelência
[...]. A história deve reproduzir-se de geração a
geração, gerar muitas outras, cujos fios se
cruzam, prolongando o original, puxados por
outros dedos.*

Ecléa Bosi

A História Oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea (Alberti, 2004). Consideramos que ela é mais que apenas uma técnica de pesquisa, pois:

Não somente suscita novos objetos e uma nova documentação, como também estabelece uma relação original entre o historiador e os sujeitos da história. Que essa relação, diferente daquela que o historiador mantém com uma documentação inanimada, é de certa forma mais perigosa e temível, nem é preciso lembrar: uma testemunha não se deixa manipular facilmente quanto uma série estatística, e o encontro propiciado pela entrevista gera interações sobre as quais o historiador tem somente um domínio parcial (François, 2006, p. 9).

Por isso, não deve ficar restringida apenas a gravações de narrativas. O arcabouço que a produção de história oral oferece, permite que se coloque em evidência aspectos antes desconsiderados pela historiografia positivista tradicional, como o âmbito subjetivo da experiência humana, além de colocar em xeque perspectivas dadas como prontas no leque historiográfico, a saber: a partir de determinadas narrativas pessoais sobre eventos históricos,

podemos reaprender sobre como aquele acontecimento influenciou de distintas maneiras em determinados grupos e pessoas.

Na imbricação entre as possibilidades que a História Oral oferece com o campo da História das Mulheres, podemos afirmar que ela possibilita instituir, criar e resguardar lugares de memória (Perrot, 1989). Como as mulheres foram inicialmente “não encontradas” nas fontes consideradas oficiais pelos historiadores, a História Oral é de certa forma uma “revanche” – como dito por Perrot (1989) - das mulheres. Como afirma a historiadora Luisa Passerini (2011), a história oral se desenvolveu concomitantemente à História das Mulheres, e esta, influenciou diretamente a primeira. Dessa forma, a história oral torna-se uma ferramenta para genderizar a própria História, colocando em evidência aspectos que outras fontes não percebem (Passerini, 2011). Além disso, a autora admite que o gênero é uma categoria útil para a história oral, caso sejam adotados uma série de configurações no fazer historiográfico: adotá-lo como um conceito relacional, isto é, identificar formas de relações entre mulheres e entre homens e mulheres; se for combinado com outras categorias da diferença, como classe, raça e etnia; e se for pluralizado, abrindo diferentes sexualidades (Passerini, 2011, p. 106).

B: Então, Simone, vamos começar ali com a primeira pergunta sobre como você se identifica, né? Branca, negra, mestiça, indígena?

S: Branca, sim. Certo.

B: Então, em relação à sua raça, você compreende que ela influenciou para você ser eleita ou não?

S: Não. Não.

B: Quer falar um pouco sobre isso?

S: Na verdade, a referência e a influência da minha eleição foram a minha caminhada profissional, que me conduziu a isso, sabe? Então, essa é a maior influência, que depois do transcorrer a gente vai entender por que (Schramm, 2024, p. 5).

Identificamos que adotamos essa mesma análise para esta pesquisa, trabalhando tanto com a categoria gênero como interseccionalidade, o que permitiu criar perguntas e abranger o leque metodológico, como visto na narrativa acima, em diálogo com a ex-deputada Simone Schramm. Além disso, Sherna Berger Gluck (1991 *apud* Salvatici, 2005, p. 31) defendeu que as entrevistas proporcionam um novo espaço de encontro entre as mulheres. Segundo as palavras da autora:

A história oral de mulheres é um encontro feminista, mesmo se a entrevistada não for ela própria uma feminista. É a criação de um novo tipo de material sobre mulheres; é a validação de experiências femininas; é a descoberta de nossas próprias raízes e o desenvolvimento de uma continuidade que nos tem sido negada nos relatos históricos tradicionais.

Entendemos que estamos contribuindo para construção de uma historiografia que elenca as mulheres como protagonistas tanto de suas próprias histórias, como na marca de

eventos históricos. As entrevistas realizadas para esta pesquisa foram encontros feministas¹²²: “Eu sou feminista, feminista, com certeza. As que não são feministas ainda é porque ainda não se perceberam o que é ser feminista” (Lima, 2024, p. 6). Mesmo em situações que as mulheres não tenham se identificado dessa forma: “eu fui a primeira mulher a escrever um livro declaradamente antifeminista no Brasil do século XXI” (Campagnolo, 2024, p. 24). Foram uma “troca de olhares” entre mulheres. Ainda nesse sentido, concordamos com Tedeschi (2014, p. 29) quando aborda:

a história oral na ótica de gênero nasce como um conteúdo simbólico presente no imaginário coletivo que nos revela um atuar histórico que muitas vezes não foi percebido pela história. Assim, podemos conhecer o sujeito da história, [...] não de uma visão patriarcal, mas pela consciência própria dessas mulheres.

Pois bem, esta pesquisa insere-se diretamente nesse mesmo propósito: compreender a trajetória política das mulheres que foram/são deputadas estaduais em Santa Catarina por meio de suas próprias narrativas. Ao construir as fontes orais juntamente com essas mulheres, entendemos que estamos fiando e tecendo os relatos de suas memórias, para transformá-los em documento histórico – historicizando assim, o “pessoal” no campo político: entendemos que os acontecimentos da vida privada, interferem diretamente na forma de atuação na arena política e que ambos são *per se* políticos, e por isso, um está inevitavelmente imbricado ao outro. Conforme surge na entrevista com Luci Choinacki (PT):

B: E você era casada?

L: Sim, era casada.

B: E ainda é?

L: Não, eu fui casada, fiquei separada há não sei quantos anos, agora sou de novo.

B: Entendi. E o seu marido na época, ele era envolvido com a política?

L: Não, ele começou a ser envolvido. Depois, ele começou a se sentir meio desprestigiado, não por mim, pela forma que as pessoas me viam. E não aguentou (Choinacki, 2024, p. 9).

Por isso, procuramos saber destas mulheres aspectos relacionados não apenas a trajetória política, mas também aqueles identificados como parte da vida privada, a saber: o casamento ou não; a relação com a maternidade ou não; como vivenciaram a infância e adolescência; se percebem sua raça/etnia como influentes em sua trajetória política etc. Dessa

¹²² Há salvaguardas nas entrevistas que foram “encontros feministas”: em uma das entrevistas não foi possível sentir esse encontro. Mesmo que tenha sido realizada entre duas mulheres, e entendendo que a narrativa dela é tão importante quanto todas as outras, não houve possibilidade de experimentar, em nenhum momento, o mais ínfimo resquício de feminismo durante a realização da entrevista. Pelo contrário, o anti-feminismo foi evidenciado praticamente todo o tempo em que durou a entrevista, não apenas em palavras diretas, mas também nos pontos em que a deputada falava das suas experiências e da maneira como enxerga o mundo. Essa entrevista, em particular, não foi um encontro feminista entre entrevistadora e entrevistada. Mas, posso dizer que foi um encontro feminista subjetivo: eu com meu feminismo. Ao ouvir as palavras da deputada, consegui reafirmar ainda mais a necessidade de continuar sendo feminista e lutando pelos direitos das mulheres.

forma, estamos trazendo as mulheres como protagonistas da História, apreendendo suas narrativas como fontes e investindo na construção de uma historiografia feminista.

Compreendemos que estamos trabalhando com seres humanos, entendidas mais que apenas “fontes”. São pessoas com emoções, que sentem, pensam, organizam, lembram e esquecem. São mulheres que enfrentaram distintas situações de violências, silenciamentos e desconfortos em um espaço ocupado majoritariamente por homens. Ao ouvi-las, não estamos “dando” voz a elas, pois elas já possuem voz. Estamos realizando a “arte da escuta” ou como defende Marta Rovai (2015, p. 118) uma “escuta ativa” nos colocando com ouvidos atentos a suas histórias, reconhecendo que elas contêm em si o saber, são a própria episteme. No cerne desta pesquisa, procuramos assumir essa postura de ouvinte e aprendiz, ouvindo com atenção, tentando não ultrapassar os limites éticos e pessoais de cada uma delas. Mesmo em narrativas que causavam desconfortos em ouvi-las, procuramos manter os ouvidos atentos, compreendendo que essas diferenças eram partes substanciais da pesquisa e ofereceriam contribuições para entender diferentes perspectivas entre as mulheres.

Portelli (1997, p. 31) nos lembra que o que torna a história oral diferente das outras metodologias de pesquisa, é o fato de ela nos contar menos sobre *eventos* e mais sobre *significados*, segundo as palavras do autor, “entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas”. Bem, pensamos nas eleições: sabemos que o evento da eleição ocorreu, por exemplo, em 2022. Temos registros que podem ser identificados como fontes históricas e encontrados em arquivos, assim como dados em *sites* como do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre outros. Conseguimos compreender o fato. Porém, o aspecto subjetivo não é encontrado nessas fontes: o TSE, por exemplo, disponibiliza números, nomes e outras características das pessoas que concorreram ao cargo e/ou foram eleitas.

Quando eu comecei essa primeira eleição, eu menciono muito ela porque primeiro que tem uma coisa muito carinhosa, de ter sido... Eu gostei muito de ser vereadora, eu achei que a gente lida com muito problema concreto da vida das pessoas, é o calçamento, é o posto de saúde, é a escola. Eu gostei muito de ser vereadora. E quando eu já fui deputada estadual, depois assumi como deputada federal e fui candidata prefeita, eu já tinha uma expressão pública, então as pessoas respeitavam também. Mas essa eu tinha 30 e poucos anos, 34 anos, quando eu fui candidata, 33 para 34. Tinha dois filhos entrando na adolescência, era divorciada, bonitinha (Albino, 2024, p. 8).

Dada a narrativa da ex-deputada Ângela Albino, consideramos que o acesso a subjetividade, a como o evento - a eleição - teve impacto na trajetória das pessoas, só é possível

de ser encontrado na narrativa de quem viveu¹²³, portanto, o *significado*, os aspectos desconhecidos.

Entendemos que a entrevista não é um retrato pronto do passado, mas sim, uma construção de fontes, que como qualquer outra fonte para historiografia, deve ser questionada, interpretada e analisada (Alberti, 2008). Essa fonte é construída no momento da entrevista, mas a gravação do diálogo não é um fim em si mesmo: é função da historiadora realizar questões de cunho crítico às narrativas que se constroem nas entrevistas, para que isso resulte em um trabalho de História Oral. Dentro desse arcabouço, entendemos que as fontes orais são “narrativas individuais, informais, dialógicas, criadas no encontro entre o historiador e o narrador” como defendido por Portelli (2016, p. 9). Na perspectiva de Walter Benjamin (1992, p. 37), a narrativa:

[...] é ela também, como que uma forma artesanal de comunicação. Não pretende transmitir o que há de puro “em si” nas coisas, como fazem a informação ou o relato. A narrativa mergulha as coisas na vida do narrador para depois as ir aí buscar de novo. Por isso, a narrativa tem gravadas as marcas do narrador, tal como o vaso de barro traz as marcas da mão do oleiro que o moldou.

Portanto, essas marcas expostas das narradoras fazem-se presente nas fontes construídas para esse trabalho. Ao lê-las, conseguimos perceber determinadas características, como pontos de uma costura, onde as linhas vão se agarrando entre si, construindo uma bela peça. A tarefa, como historiadoras, é compreender e analisar esses pontos; como eles se relacionam e como uma costura pode servir para outra.

L: Foi processo muito lindo, agora foi bastante difícil, por quê? Porque veja bem, qual é o desenho para as pessoas entenderem, eu moro em Chapecó, minha família, minha residência em Chapecó. Eu tenho que estar dois a três dias por semana em Florianópolis. E no restante da semana, eu não posso ficar em Chapecó ou em Florianópolis, eu tenho que circular o estado. Então, essa equação, para mim, foi desesperadora quando eu comecei a pensar o ano de eleição, agora, em março, eu estou grávida, em março, abril, eu vou enfrentar o período eleitoral, eu vou chegar em outubro quase ganhando bebê (Carminatti, 2024, p. 11).

M: Então, durante o dia, você tem que ficar na assembleia o tempo todo. Depois, à noite, sempre tem alguma coisa. No final de semana, sempre tem alguma coisa. Então, assim, você realmente abre mão da tua vida pessoal. E aí, tem outras pessoas envolvidas, ainda mais quando tem filho. Mas, obviamente, o meu filho sofreu muito com isso. E na campanha, depois, agora nessa última, ele mesmo foi muito ruim para ele. Ele sofreu muito bullying no colégio. [...] “Porque tua mãe é da política, deve roubar um monte. Tua mãe é não sei o quê, não trabalha, só ganha o dinheiro público. Ah, só ganha salário no final do mês, não faz nada”. E aí, tu conversar com o adolescente, explicar... a minha sorte, que eu sempre tive uma conversa muito

¹²³ É importante ressaltar que a narrativa oral construída em uma entrevista de história oral não é a única fonte possível. Poderíamos argumentar por exemplo que diários e autobiografias poderiam se inserir neste arcabouço. Porém, a maneira como estes são construídos difere substancialmente da história oral: eles partem de uma iniciativa da própria pessoa em fazer. Já a entrevista, é iniciada e incitada pela historiadora. É construída em conjunto com suas fontes de pesquisa.

tranquila com o meu filho. Então, assim, eu conseguia passar isso para ele. Mas, no dia a dia, ele sofria no colégio, não é? (Fengler, 2024, p. 14).

A questão da dificuldade em conciliar a maternidade com a trajetória política foi algo que apareceu em comum nas fontes desta pesquisa. Como vimos nas narrativas de Luciane Carminatti (PT) e Marlene Fengler (PSD), ambas se preocuparam com seus filhos durante a campanha e após serem eleitas. Além da semelhança nas narrativas, percebemos como a subjetividade das deputadas se faz presente, em articulação com o *peçoal* no campo político. Se a questão da maternidade foi uma preocupação para as deputadas citadas acima, para Anna Carolina Martins, a não maternidade também foi: “E assim, na época, eu sei lá quantos anos que eu tinha, acho que eu tinha uns 32, não era muito normal não estar casada e com filho. Pelo menos para nós aqui, certo? Parecia uma província, não parecia normal” (Martins, 2024, p. 18).

Assim, tal como no ato de costurar, as vezes desmanchamos uma peça para utilizar a linha para construir uma nova, o mesmo é feito com as narrativas: certos pontos e linhas dão luz à entendimentos de certos aspectos historiográficos, que quando costurado com outras peças, tornam-se não uma costura finalizada e perfeita, mas uma combinação entre duas ou mais que misturam diferentes cores, pontos e nós e configuram-se em uma peça multicolorida e útil para releitura do discurso historiográfico. Benjamin (1992) sinalizou que o ofício das historiadoras seria como o de “recolhedor de cacos”, no sentido de “salvar rastros do passado, constantemente atualizados e significados pela lembrança” (Rovai, 2013, p. 135), nesse mesmo sentido, nos identificamos como costureiras, tecendo peças com rastros de lembranças.

Como Portelli (2001; 2016) nos lembra, a história oral é uma forma específica de um discurso não finalizado, mas sim em processo. Ora, esse discurso não tem caráter objetivo: são artificiais, podem ser variáveis e parciais – como qualquer outra fonte histórica. A diferença da história oral reside no fato de que nela, as pessoas narradoras são parte da História, por isso, ela modifica a própria maneira de escrever a História (Portelli, 1997). Não mais como um discurso sobre uma fonte imutável, mas uma escrita sobre uma narrativa que é viva, adaptável, que fala sobre o passado com os olhos do presente. Essas narrativas, são, portanto, pistas para se conhecer o passado e o presente; relatos do passado, surgidos a *posteriori* (Alberti, 2003). Podemos dizer, que a narrativa se constitui no:

[...] trabalho de transformar lembranças, episódios, períodos da vida (infância, adolescência etc.), experiências, enfim, em linguagem. Em situações desse tipo (como em inúmeras outras) a linguagem não “traduz” conhecimentos e ideias pré-existentes. Ao contrário: conhecimentos e ideias tornam-se realidade à medida que, e porque, se fala. O sentido se constrói na própria narrativa; por isso se diz que ela constitui (no sentido de produzir) racionalidades (Alberti, 2003, p. 2).

Essas narrativas disponibilizam um material rico para construção de conhecimento: a subjetividade. Ela mesma tão criticada por historiadores tradicionais por sua falta de “objetividade” é um dos pontos brilhantes que a história oral possibilita ter acesso. Entendemos que a subjetividade é:

Constituída através das relações sociais, sendo estas mediadas pela linguagem e cultura, reconhecendo o sujeito como ativo e histórico. Dessa forma, a subjetividade não tem uma essência, nem uma forma definida, é sim uma produção assumida e vivida pelo indivíduo em suas experiências particulares a partir de uma construção social sempre inacabada (Miguel; Pedro, 2009, p. 241).

Se a subjetividade de cada indivíduo é construída por meio das relações sociais e moldada pelos processos de linguagem e cultura, parece-nos verdadeiro afirmar que as relações de gênero, étnicas e raciais também atravessam e estruturam esta construção. Consideramos que vivemos em sociedades patriarcais, onde os homens adultos exercem supremacia e poder sobre as mulheres e as demais pessoas, como afirmou Colling (2020). Esse fato molda toda a construção da subjetividade das sujeitas, visto que “a experiência e o conhecimento socialmente produzidos e acumulados ao longo da história [...] são apropriados pelos sujeitos através das relações sociais que lhes fornecem os recursos sógnicos mediadores das ações humanas” (Siqueira, 1997, p. 115). Assim, na esteira desta pesquisa, vemos gênero e subjetividade como categorias imbricadas, podendo até falar de “subjetividades generificadas” (Miguel; Pedro, 2009, p. 241), ou seja, entendemos que o gênero perpassa na construção da subjetividade de homens e mulheres. A subjetividade generificada é percebida na narrativa da ex-deputada Ângela Albino:

Porque quando se é contra hegemônico no espaço, tu tem que ser melhor que a média para poder ter alguma capacidade de intervenção, alguma capacidade de fazer alguma coisa. E aí eu estudava muito, e eu me preparei para debate sobre mulheres, mercado de trabalho. Muito interessante que nós éramos o pior estado em participação política de mulheres, e o estado que tinha a maior defasagem salarial entre homens e mulheres, particularmente considerando os homens brancos e as mulheres negras. [...]. Mas como isso afeta a nossa vida? A gente nem se dá conta que lá no meu salário tem uma composição de quantas mulheres têm na Assembleia Legislativa do meu Estado. Impressionante isso (Albino, 2024, p. 5).

O fato de ser “contra hegemônico no espaço” é ser diferente da maioria que está ocupando aquele lugar – ou seja, homens brancos. Precisar se demonstrar “melhor que a média para ter alguma capacidade de intervenção”, se preparar para os debates e procurar pautas que defendam os direitos das mulheres, é a forma como o gênero molda as subjetividades e impacta na atuação política.

Portelli (1996, p. 60) considera que a subjetividade, para as fontes orais, deve ser vista como o trabalho através do qual as pessoas atribuem significado a própria experiência e por isso, constitui por si mesmo o argumento. É, portanto, no contato com a subjetividade das

mulheres entrevistadas – expressadas durante as narrativas – que esta pesquisa ganha corpo. Ouvindo-as, foi possível perceber pontos intrínsecos de suas vivências, a ondulação das emoções, a maneira como percebem a si mesmas e o campo político.

Porque a concorrência com quem já tem mandato, ela chega a ser muito desigual. Porque quando você já está meio, você já tem projetos efetivados, você tem o que conversar com as pessoas, o que mostrar, tem as emendas, tem todo um processo que faz parte da atividade legislativa. E eu não tinha nada disso, eu só tinha a esperança a oferecer a vontade de chegar lá, então toda reunião que eu fiz em todos os espaços que eu tive a oportunidade de falar, eu fui muito categórica, eu dizia assim, eu vou ser deputada estadual, eu vou ser deputada estadual, eu repeti isso reiteradas vezes, que era realmente o meu desejo, então eu fiquei muito feliz, muito feliz com o resultado (Da Rosa, 2024, p. 6).

Estas formas de percepção de si, como vistas na narrativa de Vanessa da Rosa, são ferramentas úteis para construção do discurso historiográfico, que se tornam disponíveis através do encontro, da entrevista, da “troca de olhares”.

A história oral não pode ser finalizada em suas confluências metodológicas e técnicas: é necessário realizar a análise e a interpretação das fontes com o aporte da teoria da história, pois, esta se dedica a “pensar conceitos de história e memória, assim como as complexas relações entre ambos” (Amado; Ferreira, 2006). Assim, na identificação entre as duas categorias, consideramos que:

A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente (Ferreira, 2002, p. 321).

O principal questionamento sobre a memória é pelo fato de não poder se confiar em sua veracidade. A lacuna de tempo entre o presente – o momento em que o relato está sendo construído – e o passado – aquilo que a memória lembra – pode provocar distorções, esquecimentos, confusões e claro, supostas mentiras. Nesse sentido, Meihey (2010, p. 181) nos lembra:

A aceitação de tal suposto exige a reversão do princípio da narrativa que se originaria na perspectiva da “linha do tempo”, do *pretérito* para o *agora* ou presente, condição organizadora do saber histórico; ao contrário, pensando o presente como produto de processos ainda em curso é dele que se parte para a observação de acontecimentos, situações, fatos que se explicam sob o índice do que se chama de realidade. Decorrencia notável dessa aceitação, o sujeito da trama passa a ser, inevitavelmente o narrador, e então, não há como fugir dos compromissos do nosso tempo.

O autor ainda defende que é nesse ponto que reside a principal diferença entre História e memória, pois as narrativas expressas – mesmo com distorções – funcionam como a própria “realidade” e o que nos interessa, como historiadores/as é compreender por que há mentiras, erros e distorções, acima de tentar chegar à verdade pura do relato histórico. Não obstante, essa

“verdade pura” defendida por historiadores tradicionais, é inalcançável. Se a memória oral é criticada por conter variações, as fontes escritas podem ser da mesma maneira pois, não são capazes de traduzir o fato como realmente aconteceu.

Sabemos que nem tudo aquilo que ouvimos das nossas fontes são verdades absolutas – a memória pode distorcer fatos, pode enganar, as fontes podem querer dizer aquilo que acham que queremos ouvir – mas, mesmo esses relatos que podem estar carregados de distorções, são fatos e por isso, são verdadeiros.

Na esteira dessa pesquisa, não buscamos identificar se as narrativas das atuais e ex-deputadas são verdadeiras, mas sim, analisar como compreenderam que o âmbito subjetivo perpassou suas trajetórias políticas, qual o discurso que produziram sobre isso, quais situações ficaram marcadas em suas memórias que ao narrar produziram sorrisos, desconfortos ou raiva. Entendemos que a narrativa que produziram durante a entrevista, são *per se* verdadeiras, ou seja, o que buscamos é analisar a construção da narrativa.

Além disso, entendemos que essas narrativas podem estar repletas de esquecimentos, como Paul Ricoeur (2007, p. 40) aborda:

[...] desse ponto de vista, as deficiências procedentes do esquecimento [...] não devem ser tratadas de imediato como formas patológicas, como disfunções, mas como o avesso da sombra da região iluminada da memória, que nos liga ao que se passou antes que o transformássemos em memória. Se podemos acusar a memória de se mostrar pouco confiável, é precisamente porque ela é o nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo que declaramos lembrar.

Partindo desse pressuposto, é importante ressaltar que aquilo que as mulheres entrevistadas declararam lembrar e expressaram por meio de suas narrativas são discursos produzidos à luz do tempo presente. Ou seja, é necessário considerar as influências do contemporâneo. Thompson (1998) defende que o processo da memória depende não apenas da capacidade das pessoas de lembrar ou esquecer, como também de seus interesses. Assim, consideramos que é possível que as narrativas construídas nesta pesquisa venham de um lugar de interesse, sobretudo considerando que são mulheres que ocupam cargos políticos, suas falas podem estar perpassadas pela ideologia político e partidária, ou seja, elas escolheram aquilo que quiseram contar, a maneira como desejaram fazer, as palavras para utilizar e os momentos em que deveriam silenciar.

Durante a realização das entrevistas, algumas nuances foram percebidas entre as entrevistadas. Aquelas ligadas principalmente a partidos de esquerda, utilizaram categorias como “gênero” e “feminismo” em suas narrativas para explicar situações que haviam vivenciado. Como pode ser visto na narrativa de Luciane Carminatti (PT):

Então eu acho que quando eu entrei na política, não teve esse recorte mais de **gênero**, das **pautas feministas** e tal. Se eu olho para minha trajetória, eu lembro sempre da Chimamanda, quando ela tem livrinho e ela fala disso, o que é ser feminista, quando eu leio, eu digo: Mas era eu, eu nunca estudei sobre isso, mas eu já fui **feminista** porque eu não aceitava que o pai decidir o que a mãe tinha que fazer. Eu não aceitava essa história do lugar da mulher (Carminatti, 2024, p. 5, grifo nosso).

Entre as mulheres de centro e direita, essas categorias não surgiram ou apareciam em pontos que as desqualificava, como para Ada de Luca (MDB): “O feminista pejorativo, eu não sou. Entendesse? Porque é o pejorativo, não é? Eu não sou. Não recrimino quem é, mas eu não sou” (De Luca, 2024, p. 5) e para Ana Campagnolo: “eu tenho pavor do movimento feminista” (Campagnolo, 2024, p. 41).

Assim, compreendemos que esse espaço da entrevista pode ter sido visto também como uma oportunidade de ressaltar aquilo que elas acreditam dentro do campo político, de (re)afirmar suas convicções e de explicitá-las. Isso não é percebido como uma falha na construção historiográfica e sim como pontos adicionais que permitem perceber a imbricação entre os pontos subjetivos e políticos da memória dessas mulheres.

É necessário ainda identificar a questão entre a construção da memória e as relações de gênero, ou seja, uma categoria influencia a outra? Como esta imbricação ocorre? Autoras como Perrot (1989), Kofes e Piscitelli (1997) e Venson e Pedro (2012) defendem um ponto em comum: não há uma memória específica de gênero ancorada em pressupostos biológicos ou da natureza. Mas sim, a memória pode ser sexuada no sentido em que as práticas socioculturais que definem a operação da constituição da memória – acumulação primitiva, rememoração e ordenamento da narrativa – estão imbricadas nas relações entre homens e mulheres e são ambas, produtos de uma história (Perrot, 1989, p. 18). Assim,

Ao falarmos de gênero, nos situamos simultaneamente no campo de concepções e ações e o consideramos como um operador de diferenças, pensando como um “através”, um meio através do qual se organizam relações sociais, marcando experiências. Quem narra suas lembranças, recria e comunica experiências marcadas pelas diferenciações, estabelecidas pelas construções de gênero (Kofes; Piscitelli, 1997, p. 347).

Por isso, embora esta perspectiva não seja ancorada no ser biológico, o gênero é um operador de diferenças na construção das memórias, pois define a experiência que diferentes indivíduos e indivíduos vivenciam e por conseguinte, influencia na própria narrativa. Nesse sentido, Perrot (1989, p. 15) reflete como no ato da rememoração as lembranças das mulheres são ligadas à sua condição, aos seus lugares na família e na sociedade, é por isso “uma memória do privado, voltada para a família e o íntimo, os quais elas foram delegadas por convenção e posição”. Podemos visualizar isso na narrativa de Luci Choinacki:

Então domingo, sábado, domingo ou **quando não tinha muito serviço na roça, eu ia para as comunidades**. [...]. Muitas vezes, **eu passava uma semana no lugar, mas não deixando da roça**. Quando eu não tinha muito serviço, eu voltava a continuar trabalhando. Foi assim que eu comecei na organização de mulheres. [...] E daí, um dia eu fui para reunião política, eu não queria muito ir, mas foi isso para mim, **tinha os meus filhos pequenos, deixei em casa, fomos para reunião** e em coincidência que eu fiquei assim: Meu Deus, que descoberta extraordinária. Eu vi o que nós falávamos no movimento, na Pastoral da Terra, dos direitos da Terra, o respeito das mulheres, da vida e da saúde, das coisas importantes para a vida da gente. E eu encontro na fala do partido, que era na campanha, que eles estavam fazendo a campanha lá no município, e eu encontro essa fala. E na hora me identifiquei (Choinacki, 2024, p. 5, grifo nosso).

Nas memórias fontes desta pesquisa, nos deparamos com ambas as colocações. Justificadamente por serem mulheres que ocupam cargos políticos, muitas das suas memórias são relacionadas a este espaço, mas, profundamente marcadas pelo gênero: como nos lastros da memória de Luci Choinacki (PT), a memória do privado – o cuidado com os filhos e a roça – e a participação política – no movimento de mulheres, na Pastoral da Terra, no partido – aparecem imbricadas.

Durante as realizações das entrevistas, foi muito comum ouvir palavras como “eu como mulher” “nós como mulheres”, invocando até uma memória coletiva. Vanessa da Rosa, por exemplo, me dizia que: “Porque **nós mulheres, nós** não fomos estimuladas desde pequena, educadas a concorrer a cargos eletivos” (Rosa, 2024, p. 5, grifo nosso), ora, este é um exemplo claro de como as memórias são marcadas pelas relações de gênero. Vanessa possui a experiência de que não foi estimulada para ocupar um lugar na política, pelo fato de ser mulher e adiciona a experiência dela a outras mulheres. São memórias atravessadas pelo gênero, ou seja, “memórias gendradas” como afirmado por Joana Maria Pedro (2017, p. 33).

Como dito no parágrafo acima, a narrativa de Vanessa invoca uma memória coletiva. Não apenas Vanessa abordou suas memórias dessa maneira, em outras narrativas das deputadas foi perceptível discursos que englobavam o coletivo. Ana Paula Lima, por exemplo, nos contava que: “No Parlamento Catarinense, quando **nós mulheres, nós levamos** muita pauta feminina, eu levei, por exemplo, uma pauta que era a questão da violência obstétrica” (Lima, 2024, p. 4, grifo nosso). Ora, esse uso do “nós” – na primeira pessoa do plural, que remete a um caráter coletivo – difunde uma ideia de que essas lembranças são atravessadas também pelo grupo ao qual essas mulheres sentem-se pertencentes. Neste caso, na categoria de mulheres, que remete à essa identidade ampla, plural e heterogênea.

Nesse sentido, Maurice Halbwachs (1990) defendia que todas as memórias são, em certo nível, coletivas, pois a maneira como nos lembramos de determinadas situações dependem do grupo ao qual pertencemos. Ora, lembramos que não somos parte apenas de um grupo, assim,

tomando como exemplo, mulheres negras – na intersecção de avenidas identitárias – fazem parte de mais de um grupo e suas memórias, ou, no ato da rememoração, da narrativa em si, serão atravessadas por discursos dos grupos aos quais pertencem. Como Vanessa da Rosa (PT) nos diz em entrevista: “Tem que continuar lutando, por mais mulheres na política, por mais mulheres negras na política, por mais representatividade nas câmaras de vereadores, **por nós**” (Da Rosa, 2024, p. 25, grifo nosso).

Este uso evocativo do “nós” ao final da frase, remete a uma memória coletiva. É um “nós” que evoca: mulheres, mulheres negras e no caso de Vanessa, também profissionais da educação – por ela ser da área. Ou seja, uma indivíduo é sempre influenciada a lembrar (ou esquecer) a partir do grupo ao qual sente pertencimento. Isto porque, segundo as palavras de Halbwachs (1990, p. 16): “Nossas lembranças permanecem coletivas e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós”.

Ainda, para Halbwachs (1990), isso não quer dizer que não existem memórias individuais, mas mesmo estas, são construídas e atravessadas pela memória coletiva, como podemos ver na narrativa de Ada de Luca:

ADL: Aí eu participei da campanha Brasília quer votar, Brasília vota já. Das diretas. Lá, eu fui presa três vezes.

B: Foi presa em Brasília?

ADL: Uma aqui na Beira Mar e três em Brasília. Porque era a ditadura, não é, Né? Não poderia indispor. Eu me lembro de canção, eu com os estudantes, cansamos de fazer reuniões escondidas, inclusive o laboratório do Valmor era edifício em Criciúma, e na escada, no terceiro andar, segundo andar, mas eu me sentava na escada, no escuro para fazer reunião. Para fazer reunião nos bairros, tu tinha que avisar a população em volta da tua casa para prender os cachorros que se latiam, a polícia batia (De Luca, 2024, p. 13).

As lembranças pessoais – a prisão, as reuniões na escada – se entrelaçam com a memória coletiva – o grupo ao qual fazia parte na luta contra a ditadura. O que percebemos, é que as narradoras da nossa pesquisa participam dessas duas memórias – a individual e a coletiva -, já que as lembranças pessoais são um ponto de vista sobre a memória coletiva.

Ora, essas memórias expressadas tornam-se materialidades na construção das narrativas, são elas mesmas discursos da realidade e são atravessadas pelas relações de gênero que se constituíram e moldam a experiência. Portanto, podemos traçar um nexos entre memórias, narrativas e experiências. Nesse sentido, Joan Scott (1999) defende que a experiência não deve ser a origem da nossa – quanto historiadoras – explicação, mas sim aquilo que desejamos explicar. A experiência – para a autora e concordamos com ela – não é algo dado como natural, pronto e óbvio, é antes disso, um processo construído, ou seja: os/as sujeitos/as são construídos através da experiência, é ela que forma a identidade, e não o contrário, além disso, a experiência

não pode ser entendida como verdade absoluta porque ela é formada por discursos e por formas de compreender o mundo que existem em determinados espaços sócio temporais. Portanto, a experiência, seguindo a esteira de Scott, é formada por discursos sociais e históricos e por isso, é necessário compreender como operam esses discursos na construção da experiência.

Tomando como exemplo, quando Anna Carolina Martins nos conta em entrevista: “Então, basta ser uma mulher, é o que eu digo, basta ser mulher para a gente já estar em uma luta, assim, incansável” (Martins, 2024, p. 5) falando sobre o espaço político que ocupava, é preciso compreender essa experiência não como algo natural, mas sim, interpretá-la sob um conjunto de ideias, tais como: o que é ser mulher? O que essa categoria abrange, limita e possibilita? Por que é uma luta incansável o espaço político para uma mulher? Estas são algumas das questões que essa pesquisa pretende responder, analisando, portanto, como essas práticas de discurso influenciam na formação da subjetividade e experiência das mulheres e por conseguinte na participação política delas.

É necessário compreender que não há divisão entre experiência e linguagem, considerando que os/as sujeitos/as são construídos no próprio discurso, assim, a “[...] experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas” (Scott, 1999, p. 42). Assim, é possível dizer que 1) se a experiência é uma história das sujeitas, construída por determinados discursos sociais, culturais e históricos, a experiência das mulheres na política é construída marcadamente pelas relações de gênero e ganham materialidade 2) na linguagem – onde a história é encenada –, portanto, nas narrativas orais que são fontes desta pesquisa. Para Teresa de Lauretis (1984), por meio da experiência é que

[...] a pessoa se coloca ou é colocada na realidade social, e, assim, percebe e compreende como subjetivas [...] aquelas relações – materiais, econômicas e interpessoais – que são, na verdade, sociais e, em uma perspectiva mais ampla, históricas [...]. Para cada pessoa, portanto, a subjetividade é uma construção contínua, não um ponto fixo de partida ou de chegada do qual se interage no mundo. Ao contrário, é o efeito dessa interação – que chamo de experiência – e, portanto, não é produzida por ideias, valores ou causas materiais externas, mas pelo engajamento pessoal e subjetivo da pessoa nas práticas, discursos e instituições que dão significado aos eventos do mundo (Lauretis, 1984, p. 159, tradução própria).¹²⁴

¹²⁴ No original: Through that process one places oneself or is placed in social reality, and so perceives and comprehends as subjective [...] those relations – material, economic, and interpersonal – which are in fact social and, in a larger perspective, historical. For each person, therefore, subjectivity is an ongoing construction, not a fixed point of departure or arrival from which one then interacts with the world. On the contrary, it is the effect of that interaction – which I call experience; and thus it is produced not by external ideas, values, or material causes, but by one’s personal, subjective, engagement in the practices, discourses, and institutions that lend significance to the events of the world.

Por isso, para a autora, a experiência se constitui na maneira como interagimos com o espaço social e com outras pessoas. De forma que, as ideias e a cultura existentes em um determinado espaço moldam a experiência de cada indivíduo/a e é nesse processo que a subjetividade se constitui no cotidiano. Na narrativa da ex-deputada Simone Schramm, a experiência vivenciada na área da educação – que podemos relacionar com a forma como as “atribuições” de gênero são definidos socialmente – influenciou sua atuação no campo político:

E eu, mulher, eu levei a minha experiência profissional. Então, eu tinha nas escolas as pessoas que conheci o meu trabalho e passaram a defender e assumir a bandeira da minha candidatura. Aí a gente começou a fazer reunião dos bairros na casa dos professores, que chamavam os vizinhos, eu ia lá, porque ela estava no meu trabalho. Qual era o meu plano de ação na Assembleia Legislativa? E a minha bandeira sempre foi a educação, né? E a partir dali foi crescendo. Então, todo esse histórico fez com que realmente eu chegasse lá na Assembleia Legislativa. Quando eu fiquei suplente, eu fui convidada pelo Esperidião Amin para ser secretária adjunta da educação. E aí, então, meu nome ainda projetou de uma forma maior, porque daí eu trabalhava com todo o estado, com a rede estadual de todo o estado de Santa Catarina. Eu percorri os municípios, quando tinha escola interditada, eu ia lá fazer reunião com as comunidades (Schramm, 2024, p. 8).

Compreendemos que a experiência é constituída nas relações sociais, no encontro entre sujeitos/as e instituições e na própria prática do discurso e da narrativa. Identificamos que as fontes construídas por esta pesquisa advêm de um lugar de experiência que as sujeitas vivenciaram, que se tornaram memórias e se constituíram como materialidades no processo de transformá-las em linguagem, ou seja, nas narrativas. Este é o nexó explicativo entre narrativa, memória e experiência.

Não obstante, é válido pontuar o paradoxo evidenciado por Paul Ricoeur (1999, p. 49, tradução própria):

O passado – diz-se frequentemente – já não pode ser mudado; é, nesse sentido, algo determinado. O futuro, por outro lado, é considerado algo incerto, aberto e, portanto, indeterminado. O paradoxo é apenas aparente. Embora, de fato, os fatos sejam indelévels e o que foi feito não possa ser desfeito, nem o que aconteceu possa ser impedido de acontecer, o significado do que aconteceu, por outro lado, não é fixo de uma vez por todas.¹²⁵

Portanto, se o que muda na perspectiva historiográfica é o discurso que fazemos sobre o passado, precisamos considerar que a memória envolve um espaço de lutas políticas (Jelin, 2002). São disputas para oficializar determinadas narrativas sobre o passado, onde criam-se possibilidades para consagrar grandes “heróis”, para solidificar e enaltecer certas perspectivas de determinados indivíduos e grupos em relação a outros/as. É portanto, nesse campo de

¹²⁵ No original: El pasado – suele decirse – ya no puede ser cambiado; es, en este sentido, algo determinado. El futuro, por el contrario, se considera algo incierto, abierto y, por ello, indeterminado. La paradoja sólo es aparente. Aunque, en efecto, los hechos son imborrables y no puede deshacerse lo que se ha hecho, ni hacer que lo que ha sucedido no suceda, el sentido de lo que pasó, por el contrario, no está fijado de una vez por todas.

disputas pelas memórias que serão consideradas “oficiais” ou não, que esta pesquisa também se envolve. Ao evidenciar a narrativa, experiência, memória e subjetividade das mulheres que foram e são deputadas em Santa Catarina, entendemos que estamos construindo um discurso sobre o passado/presente que não convém com a narrativa hegemônica – tanto da historiografia tradicional, como da historiografia catarinense, que segundo Wolff (2022) é centrada no feito de grandes homens. Portanto, nos colocamos também neste espaço de disputa pela memória, contribuindo para a constituição de uma historiografia não hegemônica, com ênfase na História e protagonismo das Mulheres, mas sem a pretensão de torná-las heroínas.

3. “EU ORGANIZAVA, FAZIA PÃO, FAZIA TUDO”: A DICOTOMIA PÚBLICO VERSUS PRIVADO

E só tinha homens todos sentados na mesa. E eu era deputada já e estava sentada na primeira fila. E aí, um cara [...] ele pega o microfone e diz assim: “nossa, vamos chamar uma mulher aqui para frente para embelezar essa nossa mesa”. E aí me chamou. Ele me chamou, eu sentei, eu sempre sou muito comedida, educada e tal, mas aquele dia eu disse: “quer saber de uma coisa? Chega, deu, né?” Aí quando eles passaram a palavra para mim, eu olhei para ele e disse: “olha, eu te agradeço muito que você teve a sensibilidade de chamar uma mulher, mas não é para embelezar a mesa, porque eu não sou vaso, eu não sou vaso de flor. Eu fui eleita, eu fiz uma porrada de voto, eu estou aqui como deputada, eu quero ser, eu quero estar nessa mesa aqui pelo que eu represento” (Carminatti, 2024, p. 22).

A longa citação que abre este subitem dá conta de demonstrar muitas das questões que virão a seguir e a justificativa desta pesquisa. A narrativa da deputada estadual eleita demonstra em primeiro lugar, o espaço pensado para as mulheres: ela estava sentada na primeira fila, como deputada eleita em um evento importante, não estava ocupando lugar na mesa. Quando foi chamada, foi para “embelezá-la”, desqualificando seu lugar como deputada. Em segundo lugar, percebemos o ato de resistência da deputada, que relatou sua indignação com as palavras utilizadas pelo homem que a chamou. Ora, quais são os lugares que as mulheres não podem ocupar? Desde quando e por quê? Quais os silenciamentos que precisam enfrentar ocupando estes lugares? Como se dão esses desconfortos, essas violências? Tudo isso está fundamentado em quê? Qual a cultura que permanece para que alguém a chame, para “embelezar” a mesa, menosprezando a quantidade imensa de votos que a deputada fez? Como as mulheres resistem nestes espaços?

As linhas que seguem nesse texto pretendem responder – mesmo que não completamente, pois algumas perguntas não têm respostas prontas e até mesmo, não tem caráter conclusivo, são modificáveis a depender do tempo e espaço – algumas dessas questões.

Estamos falando sobre o espaço da política institucional, ou seja, aquele que compete a indivíduos que são filiadas a algum partido e por meio deste, disputam cadeiras para assumir

cargos políticos. É o espaço onde se criam leis e políticas públicas, onde estão reunidos os/as representantes de uma população. Portanto, esta pesquisa analisa o campo político institucional da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Investigamos o campo político segundo a explicação de Bourdieu (2011, p. 195), identificado como um microcosmo, pois é “um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social, [onde] se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de forma particular”. É visto como um campo particular pois quem o adentra, precisa jogar um jogo específico, compreender os artifícios, as relações de forças – no interior dos partidos políticos – e como lidar com os adversários. É por isso, um campo de forças e tal como em outros campos, é necessário ter condições de acesso e informações suficientes para saber jogar com outros membros do campo (Bourdieu, 2011). É, portanto, também, neste campo político onde o gênero opera como legitimado e criticado (Scott, 1995) e por conta disso, é onde as relações de poder se demonstram mais explícitas.

O depoimento da deputada que abre este capítulo é de 2024, mas, isso não é novo, não iniciou agora, o que percebemos, é a permanência da exclusão – ou da tentativa dela – na longa duração. Mary Beard (2018) nos mostra, que a cultura ocidental tem milhares de anos de prática em silenciar as mulheres. A autora retorna ao mundo clássico, dos gregos e romanos, para explicar as permanências dessa cultura na organização dos discursos e das relações de poder no mundo contemporâneo. Segundo Beard (2018), o mundo ocidental não deve tudo aos gregos e romanos, existem outras influências, porém, mantiveram-se as tradições ligadas ao debate e ao discurso público, que estruturam qual oratória é boa ou ruim e o que deve ser ouvido e/ou silenciado. E o gênero é parte fundante dessa estruturação.

Luciane Carminatti, deputada estadual de Santa Catarina, eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) narrou sua experiência que aborda silenciamentos e possíveis lugares ocupáveis em 2024, na atualidade, localizada no Sul global. Ora, a deputada iria sentar-se à mesa com outros homens apenas por ser bela? Ela não possui voz? Possui. Mas, possui o direito de discursar e ser plenamente ouvida? Ao discutir sobre o direito ao discurso público, Beard (2018, p. 30) advoga que ainda hoje, ouvimos vozes de homens como tendo mais autoridade do que as vozes das mulheres e isso é intrínseco a nós: “não em nosso cérebro [...] e sim em nossa cultura, nossa linguagem e milênios de história”. Talvez por isso, a deputada Luciane não foi inicialmente convocada para compor a mesa?

Desde o mundo antigo, estudado por Beard (2018, p. 20), o discurso público era uma característica que definia a masculinidade, por isso: “uma mulher que falasse em público, não

era, por definição, uma mulher”. É o caso de Mécia, uma mulher que conseguiu se defender no mundo antigo e foi caracterizada por um antologista do século I d.C como “andrógina”, pois tinha, “uma natureza masculina por trás da aparência feminina” (Beard, 2018, p. 14). Assim também é o caso de Penélope, da *Odisseia* escrita por Homero, no século VIII a.C., quando seu filho Telêmaco a silencia e impõem que volte para o próprio trabalho, de tear e a roca (Beard, 2018, p. 10)¹²⁶.

Ou seja, os exemplos localizáveis no mundo antigo não são poucos. Da mesma forma, não diminuíram na contemporaneidade: quantas Penélopes, Telêmacos e Mécias conhecemos? Atualmente, as mulheres que ocupam espaços públicos são taxadas como estando “fora de si” e com “surto de descontrole”, tal qual, as manchetes da Revista *IstoÉ*, publicadas em abril de 2016, referindo-se à ex-presidenta Dilma Rousseff¹²⁷, ou, servem para “embelezar a mesa”. Como Beard (2018) argumenta, essas palavras importam, pois o uso desses termos refere-se a (re)colocar as mulheres no espaço doméstico. Ou, são vistas como sexualizadas¹²⁸, como nos contou Ângela Albino:

Eu gostei muito de ser vereadora. E quando eu fui deputada estadual, depois assumi como deputada federal e fui candidata a prefeita, eu já tinha uma expressão pública, então as pessoas respeitavam também. Mas essa eu tinha 30 e poucos anos, 34 anos, quando eu fui candidata. Tinha dois filhos entrando na adolescência, então eu era divorciada, bonitinha, e **foi bem complicado, assim, essa primeira fase, até criar uma identidade política**, até construir uma relação respeitosa com seus pares, com os colegas, leva tempo (Albino, 2024, p. 10, grifo nosso).

Isto é, o corpo feminino ocupando um lugar de poder, serviria para nada mais que tornar esse lugar mais bonito¹²⁹, como na narrativa da deputada Luciane, ou, na dificuldade de criar uma identidade política, como na narrativa da ex-deputada Ângela Albino (PcdoB): por ser uma mulher, solteira e ser “bonitinha”. Quando pensamos no acesso ao poder por parte das mulheres, como uma barreira – quase – intransponível e utilizamos conceitos como “quebrando

¹²⁶ Beard (2018, p. 9) descreve esse caso como o primeiro registro do silenciamento das mulheres no mundo antigo, assim “as vozes femininas não eram ouvidas em âmbito público [...] no caso do homem, é aprender a assumir o controle do pronunciamento público e silenciar a fêmea da espécie”, isso continua ocorrendo, com muita frequência, no século XXI.

¹²⁷ Informações disponíveis em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/243247/dilma-tera-direito-de-resposta-na-revista-istoe-por-publicacoes-ofensivas>. Acesso em 14 de abril de 2025.

¹²⁸ Perrot (1998, p. 199) nos lembra que no século XIX, as mulheres estavam no centro de um discurso que tomava emprestado dos elementos as suas dimensões. Em determinados momentos, elas poderiam ser uma “mulher fogo”, isto é: “devastadora das rotinas familiares e da ordem burguesa, devoradora, calcinando as energias viris, mulher das febres e das paixões românticas”, ou seja, a imagem das mulheres associadas aos perigos da sedução, devido ao prazer que seus corpos poderiam oferecer aos homens.

¹²⁹ Sobre isso, Perrot (2005, p. 460) discorre que “esta sexualização do gênero [...] conferem uma base, um fundamento à teoria das esferas. Esa naturalização das mulheres, presas a seus corpos, à sua função reprodutora e doméstica [...] traz uma base biológica ao discurso paralelo e simultâneo da utilidade social”.

obstáculos”, estamos sublinhando a exterioridade, é como se as mulheres estivessem ultrapassando os limites de algo que não têm direito (Beard, 2018).

Quais são os lugares para os quais as mulheres deveriam “voltar”? Os espaços ocupáveis por mulheres ainda são colocados e repetidos na cultura, como a esfera do lar, do cuidado com os/as filhos/as, com o marido e idosos/as, do preparo dos alimentos e do trabalho doméstico. A narrativa da ex-deputada Marlene Fengler (PSD) mostra o que a maioria das pessoas pensavam sobre o fato de ela ocupar um lugar de prestígio e poder na Assembleia Legislativa:

O deputado que eu trabalhava foi eleito o presidente da Assembleia, e aí ele me convidou para ser chefe da presidência da Assembleia, então eu fui a primeira mulher a ser, primeira e única, porque depois também não teve mais ninguém, a ser chefe da Assembleia. E aí o desafio é enorme, porque tinha só duas mulheres deputadas, o resto eram todos homens, tanto que realmente o universo é machista e várias pessoas falaram para mim: “ah, **tu acha que isso é um lugar pra mulheres?** Esses deputados não respeitam as mulheres, tu não vai conseguir fazer esse trabalho” (Fengler, 2024, p. 10, grifo nosso).

Fica visível que este não era considerado um espaço aceitável para uma mulher ocupá-lo, inclusive, desacreditando da capacidade da ex-deputada de realizar o trabalho. Isso não é novo. É mais uma herança da antiguidade, que criou a separação dicotômica do espaço público e privado. O quanto essa divisão, fundada em argumentos biológicos, filosóficos e religiosos, atingem na contemporaneidade os lugares que mulheres e homens podem ocupar? A narrativa da deputada Luci Choinacki, eleita pelo PT, sobre uma das ocasiões que vivenciou enquanto exercia o mandato na assembleia estadual é elucidante neste aspecto:

Aí uma vez [...] eu estava negociando a questão da aposentadoria, daí o deputado outro lá, que era o presidente da mesa [...], ele disse: “Vamos negociar com os deputados”, e me deixou do lado. Eu disse: “Alto lá, eu sou deputada, eu tenho a mesma voz, o mesmo direito”. [...] Ele pediu desculpa e começou a conversar comigo. [...]. Aqui também, diziam: “Não, você é dona de casa, agricultora”. “Não, eu sou dona de casa na minha casa. Na roça, eu sou agricultora. Aqui eu tenho o mesmo direito de voz e de voto e de fala como qualquer de vocês” (Choinacki, 2024, p. 7).

Luci nos conta sobre o discurso dos homens para ela, que resumidamente poderia ser: volte para o lar onde é o seu lugar. No caso da deputada, ainda há o aditivo da roça, por ser uma mulher agricultora. De qualquer forma, é evidenciado que aquele espaço – da assembleia, o político – não era considerado adequado para ela, como quando foi deixada de lado na negociação com outros deputados e precisou exigir que fosse chamada à discussão, marcando seu lugar como deputada – algo que deveria acontecer naturalmente. “Não, você é dona de casa”, é o retorno às mentalidades concebidas na antiguidade, mantidas na modernidade e edificadas na teoria das esferas no contemporâneo – embora com modificações na espessura do tempo, é também, uma das facetas da violência política de gênero. Nessa esteira, também ouvimos a narrativa da ex-deputada Ângela Albino (Pcdob):

Lembro de uma votação, nós éramos em 16, que eles suspenderam a votação, ficou o presidente e mais uma pessoa no plenário, os outros 13 e eu fomos para uma sala, e os 13 querendo me remover, era tema específico lá [...] e eu disse que “não, e não”, então eu e 13 homens. Era uma coisa bizarra. [...] Porque eles tinham feito conchavinho lá entre eles para fazer de determinada forma, eu disse: “Não, não vai ser feito. Se quiserem, pode aprovar, mas por maioria, eu quero registrar meu voto contra, e vou defender porque eu estou votando contra” (Albino, 2024, p. 8).

Parece haver um acordo entre os homens na tentativa de excluir as mulheres eleitas de determinados debates, como se a presença delas não fosse necessária, influente ou importante para tomar decisões, ou seja, uma mensagem não dita de que aquele lugar não pertence a elas. Ainda na Grécia antiga, as distinções entre a esfera pública (*pólis*) e a vida privada, do lar e da família (*oikia*) foram estabelecidas sobre a divisão sexual dos espaços. Dessa maneira, o domínio da *pólis* era o espaço de liberdade, onde os homens exerciam o seu *bio politikos*, dados na ação e no discurso, enquanto as mulheres deveriam permanecer “escondidas” na sombra do lar, um espaço onde não havia liberdade, isso porque, além de serem propriedades dos homens, deveriam dedicar suas vidas as funções corporais (Arendt, 2020) ou seja, a maternagem.

Dessa forma, a divisão sexual das esferas se mantém em uma lógica que aproxima os corpos biológicos das pessoas às suas capacidades ditas como naturais. A distinção entre o espaço público e privado é baseada na concepção dessas capacidades que seriam inerentes aos homens e as mulheres, ou seja, nas relações de gênero. Essa dicotomia estabelece que os homens estão ancorados na racionalidade, na ação e consequentemente na esfera pública; as mulheres no coração, na sensibilidade, na fraqueza e no lar (Perrot, 2005). Esses fatores refletem diretamente nas possibilidades ou não das mulheres estarem presentes no campo da política institucional. Na narrativa da deputada Simone Schramm (PPB), percebemos como essa dicotomia as afasta do campo político:

No meu entendimento, a questão da mulher se projetar na vida política se dá primeiro porque nós nos cobramos muito, a mulher tem múltiplas tarefas, então você não pode falhar como mãe, não pode falhar como profissional, você não pode falhar como companheira no seu relacionamento conjugal, então é uma série de fatores que levam as mulheres a refletir, vale a pena? O que eu vou perder? Porque a mulher se dedicar à vida política, alguma coisa ela vai deixar de fazer, porque o homem tem a função dele é de prover, o homem se enxerga dessa forma, então ele termina a atividade profissional, ele se dá o direito de jogar bola com os amigos, de ir para um *happy hour* com os amigos, quando a mulher pensa eu tenho meus filhos em casa, eu tenho que saber se eles fizeram a tarefa, eu tenho jantar, então tem tantas coisas no meu entendimento que levam a mulher se questionar, vale a pena eu ingressar na vida política? (Schramm, 2024, p. 6-7).

Como vimos na narrativa de Simone, ela compreende que pelo fato de as mulheres serem responsáveis por múltiplas tarefas, leva-as a se questionarem se a vida política realmente vale a pena. Diferente dos homens que se permitem sair do trabalho e vivenciarem espaços de lazer, as mulheres precisam estar preocupadas se as crianças estarão alimentadas, se a comida

estará feita e se a casa estará limpa. Evidentemente, a esfera pública¹³⁰ não se mantém sem as atividades realizadas na esfera privada: os homens só conseguem estar exercendo o político, porque há mulheres lavando suas roupas, cuidando de suas crianças e cozinhando sua comida.

A divisão das esferas baseadas nas diferenças sexuais é estabelecida na modernidade, pelo contrato social-sexual, como bem evidenciou Carole Pateman (1993). Para a autora, a teoria do contrato social é uma história sobre a liberdade, sobre como os homens no estado natural trocaram as inseguranças pela proteção exercida pelo Estado. Mas, o contrato original cria, além da liberdade de certos indivíduos, também a dominação, ou seja: enquanto desenvolve a liberdade do homem, estrutura a sujeição da mulher (Pateman, 1993). Isso originou a sociedade civil patriarcal, dividida nas duas esferas: a pública e a privada. Explicando como essa dicotomia se estabelece em termos opostos e dependentes entre si, Pateman argumenta sobre a distinção entre o “civil” e o “natural”¹³¹, de forma que, o contrato original especificou a esfera privada como naturalmente pertencente às mulheres e a pública como civil e destinada ao domínio masculino. O que dá sentido à liberdade civil, assim, à esfera pública, é o domínio da esfera privada, ou seja, o que leva os homens a serem indivíduos livres na vida pública é resultante da sujeição das mulheres na esfera doméstica. Os homens transitam entre as duas esferas, são os “chefes” das famílias e os produtores dos contratos sociais. Assim, por meio da estrutura das relações patriarcais, a ordem social se mantém (Pateman, 1993, p. 29) resultando em práticas sociais, culturais e legais que estruturam a sociedade contemporânea.

Segundo Perrot (1998; 2005) a esfera pública é o que define os direitos e deveres que delineiam a cidadania. Durante o século XVIII, com o florescimento das ciências naturais e biológicas, a medicina tem um importante papel no fundamento das divisões “naturais” entre os sexos: as mulheres são consideradas como ancoradas a seus corpos e na reprodução, incapazes de fazer abstrações por possuírem cérebros bem menos organizados (Perrot, 2005). Essas representações estão enraizadas no pensamento ocidental e, nas sociedades que pensam o político, resultam na divisão sexual das atribuições consideradas adequadas para homens e mulheres. As narrativas, fontes dessa pesquisa, evidenciam essa divisão sexual e se colocam

¹³⁰ Sabemos que há um debate sobre o conceito de *subaltern counterpublics*, proposto por Fraser (1992) em contraposição a ideia de “esfera pública burguesa”, proposto por Habermas. Para Fraser, a conceitualização de Habermas é insuficiente, uma vez que não considera outras esferas públicas que se organizam por “fora” - principalmente por públicos geralmente excluídos da classe burguesa, como mulheres e operários -, que são essenciais para ampliar o espaço discursivo. Nessa esteira, Perlatto (2020) propõe o conceito de “esferas públicas subalternas”, analisando espaços de associativismo que vêm sendo elaborados “por baixo” no Brasil e que não são necessariamente, movimentos sociais organizados. Nesta pesquisa, estamos entendendo a esfera pública não apenas como espaços políticos institucionais, mas também como lugares de sociabilidade, associações, clubes, movimentos etc., ou seja, quaisquer movimentações que ocorrem para além do ambiente doméstico.

¹³¹ Para a autora, o patriarcado moderno vê a diferença entre os sexos como essencialmente natural. O direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é um reflexo da natureza (Pateman, 1993, p. 35).

como motivos do distanciamento das mulheres para ocuparem cargos políticos institucionais. Ana Paula Lima (PT), nos contava como a princípio recusava a possível candidatura, devido as preocupações conectadas a esfera do cuidado:

Não, essa vida não é para mim. O Décio é prefeito, como é que tendo dois filhos, como é que eu vou me virar lá em casa? [...]. São poucas as mulheres que colocam o nome à disposição para pertencer e para participar de um processo eleitoral. Por todas essas razões que eu te falei: a família, o financeiro, causa muito. Muitas têm que deixar o emprego para participar do processo eleitoral, é por isso que nós temos poucas mulheres (Lima, 2024, p. 6).

A preocupação de Ana em ser candidata, remetia principalmente ao fato de precisar cuidar da família, enquanto o Décio (seu marido) era prefeito. Ou seja, ele já ocupava um cargo na política institucional, alguém precisaria estar cuidando do âmbito doméstico e dos dois filhos – esse atribuído historicamente como o espaço e a função das mulheres – uma preocupação que Décio provavelmente não tinha, o que o deixava livre para transitar no espaço político, enquanto Ana preocupava-se com a esfera doméstica. Outra questão encontrada na narrativa de Ana, é sobre o aspecto financeiro na vida das mulheres. Lembremo-nos que o trabalho doméstico realizado costumeiramente por mulheres, não é reconhecido como trabalho, pois, não é remunerado. O capitalismo moderno, estabelecido por meio de contratos sociais e práticas (neo)liberais, é fundado nessa mesma divisão dicotômica patriarcal dos espaços e das atribuições de gênero. Segundo Silvia Federici (2020), a divisão do trabalho fica estabelecida em dois âmbitos: o reprodutivo (não assalariado, realizado pelas mulheres) e o produtivo (assalariado, feito pelos homens). Isso além de provocar a dependência financeira das mulheres aos seus maridos, resulta em maior fraqueza para atuar no mercado assalariado (Federici, 2020) e é um dos maiores obstáculos para as mulheres no campo político, já que precisam de dinheiro para fazer campanhas e serem eleitas.

Claro que aqui, estamos falando sobre mulheres brancas, em sua maioria. Embora a divisão sexual do trabalho atue como forma de opressão à todas as mulheres, as mulheres negras e da classe trabalhadora são substancialmente mais atingidas. Flavia Biroli (2018) nos lembra que a ideia de que o trabalho remunerado libertaria as mulheres é uma idealização fundamentada na experiência de mulheres brancas, de forma que, “o trabalho assalariado para mulheres da classe trabalhadora, que ganham muitas vezes menos do que o salário-mínimo e recebem poucos benefícios, quando o recebem, significa a continuidade da exploração de classe” (Biroli, 2018, p. 36).

Além disso, é preciso considerar que muitas mulheres e sobretudo mulheres negras produzem o trabalho não remunerado em suas casas, além de estenderem o mesmo trabalho em estabelecimentos comerciais (como o trabalho de limpeza, alimentação etc.) e em espaços do

lar de outras mulheres que conseguem pagar domésticas para realizar funções relativas à limpeza e ao cuidado. A deputada Luciane Carminatti (PT) exemplificou isso em sua narrativa, quando um colega deputado dizia a ela:

Ah, eu escuto o colega deputado dizendo que é moleza, que não mudou nada a vida sendo mãe. Claro, porque nós, inclusive, temos grana para contratar uma ou duas ou três pessoas, pagar a passagem aérea. Tudo bem. Agora, você imagina uma mulher que trabalha em hospital o dia inteiro e que tem que deixar o teu filho com alguém, uma mulher operária na agroindústria. Então, pensar que para nós, que temos uma condição é difícil, tu imagina quem não tem nenhuma condição. O que tu faz? Eu acho que essa questão da maternidade, ela mexe muito com a gente (Carminatti, 2024, p. 11).

A deputada deixa claro que embora tenha tido facilidades por possuir condições para contratar outras pessoas que auxiliassem no cuidado com seu filho, isso não acontece da mesma maneira com todas as mulheres e ainda, que o deputado homem não identificou mudanças no comportamento dela depois que virou mãe, ou seja, segundo a perspectiva do colega deputado, a maternidade não influencia no espaço político, o que claramente não é verdade, como veremos no item a seguir.

Há um recorte de classe e racial que deve ser considerado, como já apontado, mulheres estão mais próximas do trabalho de cuidado devido a maneira como as relações de gênero são estabelecidas e esse aspecto se amplia quando observada pelas lentes interseccionais. Tais ideias estão justificadas na biologização dos corpos, como no caso da maternidade: as mulheres devem cuidar das crianças por possuírem tendências naturais para tal cuidado, como colocado por Luciane, a maternidade “mexe muito” com as mulheres.

Também se encontram justificativas nas ideias racistas: mulheres negras estariam propensas a realizar trabalhos de limpeza e cuidado porque isso estaria de acordo com suas habilidades enquanto pessoas negras (Biroli, 2014) e é também, historicamente explicado: mulheres negras foram escravizadas no Brasil por mais de 300 anos e realizavam esse trabalho como escravizadas para as pessoas brancas. Identificamos a permanência deste duplo padrão: as mulheres como responsáveis pelos cuidados domésticos e as mulheres negras tendo esse trabalho como “naturalizado”. Biroli (2014, p. 34) defende que:

a divisão sexual do trabalho produz o gênero, mas essa produção se dá na convergência entre gênero, classe, raça e nacionalidade. A produção de gênero não ocorre de forma isolada de outras variáveis que, em dado contexto, são relevantes no posicionamento e na identificação das pessoas, assim como no seu acesso a tempo e recursos.

É preciso considerar que essas configurações estabelecidas no tempo, se traduzem em fatores que reduzem as possibilidades de atuação política das mulheres: disponibilidade de tempo livre, dificuldade de acesso a possuir renda e por conseguinte, possibilidades de criar

redes de contatos. Três fatores que são considerados de caráter ideológicos (a naturalização das competências e habilidades) e materiais (remuneração desigual e acesso desigual ao tempo livre) e se complementam (Biroli, 2014). Ora, para construir capital político¹³² é necessário primeiramente ter tempo. É esperado socialmente que as mulheres equilibrem o tempo do envolvimento com a militância e partidos políticos com a vida familiar. O depoimento da deputada Luci Chonacki demonstra isso:

Tudo eu fazia. Minha mãe morava perto, ela só vinha dar uma olhada nos meus filhos menores, que o meu filho, o Ezequiel, teve uma lesão no parto, eu estava fazendo política, eu estava grávida, então minha mãe vinha para dar uma cuidada nele. Mas quando eu voltava, meus filhos, eu ensinei todos a fazer serviço, todo mundo sabia. **Eu organizava, fazia pão, fazia tudo**, e quando eu voltava, me tinha a fazer serviço dentro de casa, lavar, limpar e ir para a roça, tinha minhas hortas, tinha tudo. Então, é o seguinte, eu ia na entressafra, daí eu saía para fazer reuniões. Na época de plantio, de colheita, eu não saía de casa, só no final de semana (Choinacki, 2024, p. 8, grifo nosso).

É das mulheres a responsabilidade em cuidá-los ou em chamar uma pessoa para realizar esse trabalho. Como vimos na narrativa de Luci, isso pode ser uma explicação tanto para a menor participação política das mulheres como para as dificuldades enfrentadas quando estão atuando em espaços políticos. Luci conseguia atuar politicamente porque tinha ajuda de outra mulher: sua mãe. Mas a responsabilidade da organização da casa e do cuidado com os filhos ainda era dela. Foi necessário equilibrar a participação na política com a vida privada. Não é esperado o mesmo dos homens. Poucos são questionados sobre onde e com quem estão seus filhos quando estão atuando politicamente. A maternidade é influente sobre a trajetória política de mulheres e isso foi visto em todas as narrativas construídas para esta pesquisa.

3.1 “EU QUERIA UMA MÃE NORMAL”: ENTRE A MATERNIDADE E A POLÍTICA

Eu penso Bruna que como a mulher é muito próxima dos filhos, eles sempre atribuem isso: “Não, eles estão bem com a minha esposa, eles estão bem com a minha esposa”, sabe? Isso é uma forma de defesa (Schramm, 2024, p. 16).

Apenas uma das doze mulheres entrevistadas para esta pesquisa não é mãe – Anna Carolina Martins. Sabemos que a cultura ocidental, construída em ideias baseadas em elementos da biologização dos corpos, tem transmitido às mulheres a função de cuidado, criação e educação dos/as filhos/as e das crianças de modo geral – são elas majoritariamente que atuam em cargos na educação infantil, por exemplo – como apontado na narrativa da ex-deputada Simone Schramm (PPS), essa não é uma preocupação dos homens, que atribuem às suas esposas

¹³² A discussão teórica sobre a construção do capital político será discutida com maior profundidade nos próximos capítulos.

estas funções. Essas ideias moldam a cultura ocidental e atuam na formação de identidades maternas, ou seja, as sujeitas se apresentam como mães porque esta esfera da vida atravessa, molda e age com todas as outras. Isso não seria diferente no cenário da política institucional. As narrativas das deputadas, apontam para este elemento:

A maior preocupação minha, eu estava em Florianópolis, já como secretária adjunta da educação, depois deputada estadual, e meus filhos continuaram aqui. Então, o monitoramento com relação à companhia deles, o rendimento escolar, isso era a minha maior preocupação [...]. Que ninguém se desvirtuasse, que eu tinha que me preocupar com a formação deles [...]. Isso eu tinha com muita preocupação, sabe? (Schramm, 2024, p. 15).

A preocupação com a criação dos filhos enquanto estava em atuação ocupando cargos políticos, como narrado por Simone Schramm (PPB) é vista como uma das faces da maternidade. Contudo, como Elizabeth Badinter (1985) demonstra, nem sempre foi assim. A autora, que estuda a França, destaca períodos como no século XVIII, quando a maternidade não era vista como algo glorioso, pelo contrário: era rejeitada pelas mulheres, já que não era valorizada socialmente. Estudando cronistas, filósofos e discursos variados da época, Badinter chega a uma conclusão: o instinto materno é um mito, não há nada na natureza ou na biologia que comprove as tarefas maternas como intrínsecas às mulheres.

Por certo que, atividades como a gestação, o parto e a amamentação diretamente do peito só são possíveis de serem realizadas por corpos com capacidade de gestar. Mas, todo o restante – a criação, educação e manutenção em geral da vida -, pode ser compartilhado de forma igual entre todas as pessoas. Contudo, os filósofos, os médicos, os religiosos e a psicanálise (Badinter, 1985) foram eficazes em propagar discursos referentes a natureza das mulheres, e por isso, as suas devidas e naturais obrigações na criação e cuidado dos/as filhos/as, principalmente a partir de finais do século XVIII.

Tudo isso foi motivado: uma das intenções, era produzir seres humanos que seriam a riqueza do Estado, desse modo, as crianças adquiriam um valor mercantil, sendo potencialmente uma riqueza econômica, e para além, era uma garantia para o Estado do seu poder militar (Badinter, 1985). Estas motivações, alinhadas com discursos já anteriormente mencionados, resultam na criação do “instinto materno”, como algo intrínseco às mulheres devido à capacidade de gestar. Badinter (1985, p. 91) argumentando sobre a desigualdade de tratamento entre os/as filhos, segundo o sexo e o lugar que ocupavam na família, reflete: “nesse sentimento tão seletivo, onde fica o amor materno, que se afirma existir em todos os lugares e em todos os tempos?”.

Então, os três filhos, isso é uma coisa que eu falo muito, porque eu acho que é [um] grande desafio para as mulheres na política, é essa questão da maternidade. E **eu tive que trabalhar muito esse conceito de maternidade para ressignificá-lo**, porque cai

muito sobre os ombros da gente aquela ideia de que **você é mãe agora, você sossegue**, porque agora você tem bebê, agora **você não pode mais fazer política como fazia**, agora você tem que ser mãe (Carminatti, 2024, p. 7, grifo nosso).

Como a deputada Luciane Carminatti (PT) apresenta em sua narrativa, foi necessário para ela, ressignificar o conceito de maternidade. O que queremos dizer é que, tal como outras categorias, a maternidade também é construída histórica, política e culturalmente e por isso, passível de ser modificada a depender do tempo e espaço, até por que, as experiências de ser mãe podem variar, dependendo da classe e da cultura.

Foram os movimentos feministas das décadas de 1960 que começaram a questionar o conceito de maternidade como determinismo biológico, entendendo-a como uma construção social e uma das causas principais da dominação masculina (Scavone, 2001). Indo além, foi a emergência da categoria de gênero que possibilitou abordar a maternidade em suas múltiplas facetas: como um ideal de realização; como símbolo de opressão ou de poder, conforme aponta Scavone (2001), talvez por isso, a deputada Luciane narra que ressignificou o conceito, já que ela se declara feminista¹³³. Nessa esteira, Scott (2024) aborda que a maternidade tem sido útil para consolidar a identificação feminista, assim como a hostilidade a ela também. São formas de intervenções estratégicas, utilizadas como incentivo para mobilização coletiva, sob o argumento de que “as mães merecem direitos por garantirem o futuro da raça, da nação ou da espécie” (Scott, 2024, p. 91).

O que notamos é que no mundo ocidental atualmente, ainda se preservam características de uma “boa mãe” – tais quais na França do século XVIII: as mulheres restringem-se da própria liberdade em favor da liberdade dos/as filhos/as; devem dedicar a vida, atenção e acompanhamento deles/as; vigilância constante; presença efetiva no ambiente do lar, tudo isso por que “a natureza quis assim. E se a natureza quis assim, é por que Deus quis assim” (Badinter, 1985, p. 246). Percebemos essas características na narrativa de Luciane, quando aborda que “ainda cai sobre os ombros da gente, agora você é mãe, sossegue”, ou seja, mantenha-se em casa, cuidando de seu filho, tal qual era propagado no século XVIII.

A maior preocupação com o cuidado e criação das crianças é direcionada às mães, mesmo em casos em que o pai/companheiro está presente. São elas que sentem a responsabilidade por saber se os/as filhos/as comeram, tomaram banho e foram para a escola. São elas quem geralmente preparam os alimentos, cuidam das fraldas e das roupas. Esta é uma realidade de mulheres brancas e negras, ou seja, recai majoritariamente sobre elas. Como pode ser visto na narrativa de Ana Paula Lima (PT):

¹³³ Conforme será discutido no próximo item.

Quando eu me candidatei, o meu filho mais novo tinha sete anos, oito anos. Ele estava na escola [...]. Foi um susto, mas ele sofreu bastante. Os filhos sofrem. Porque primeiro eu morava em Blumenau, eu tenho que me deslocar até Florianópolis para exercer o mandato. E eu fiz esse trajeto durante 16 anos, ida e vinda para Blumenau, porque eu precisava estar em casa, acordar para levar ele para escola, deixar ele na escola e retornar para os deveres de casa à noite. Então, foi um período muito cansativo (Lima, 2024, p. 9).

Ana Paula Lima, é mãe de dois filhos, quando foi candidata, o mais novo tinha oito anos. A deputada conta as dificuldades que enfrentou depois de eleita, mesmo sendo casada na época, com Décio Lima¹³⁴, que também ocupava cargo político. Ou seja, embora os dois tenham a mesma profissão, o âmbito dos cuidados com a criança era direcionado majoritariamente à Ana. A ex-deputada Ada de Luca (MDB) viveu uma situação semelhante:

ADL: Aí depois disso, continuei fazendo política, eu nunca parei de fazer política. Mesmo, não tendo mandato [...]. Aí, ele [Walmor de Luca] se meteu a candidato federal. [...]. Aí eu caí na vida. Já tinha uma filha, a Zélia. [...] aí ele se elegeu. Esses dois primeiros anos eu não fui para Brasília. Aí depois eu fui. Ela [Zélia] já era grandinha, a menor que era...

B: Que era pequena.

ADL: Depois eu fui para Brasília, porque a maior chegou e disse assim: “Mãe, O pai morreu?” Porque ele chegava, ela estava dormindo, ele saía, ela estava dormindo.

B: Nossa. Isso vocês estavam morando em Brasília?

ADL: Ele, eu ainda não.

B: Você estava com elas ainda em Criciúma.

ADL: E aí depois disso... quando eu vi que estava [com problemas] as gurias sentindo falta dele, eu me toquei embora para Brasília. Para me adaptar em Brasília, eu tive que fazer a mesma política que eu fazia aqui, mesmo sem ter mandato (De Luca, 2024, p. 11).

Ada era casada e tinha duas filhas quando o marido, Walmor de Luca¹³⁵, foi eleito deputado federal e precisou se mudar para Brasília-DF. Ela conta que também trabalhava “continuei fazendo política”, mas ficou em Criciúma - SC com as filhas – a responsabilidade da mãe – ou seja, precisou duplicar sua jornada de trabalho, na política – mesmo não estando em mandato naquele momento – e no cuidado e criação das filhas. Enquanto isso, seu marido ocupava-se da política, do público e de manter a família financeiramente, provavelmente.

Aqui, cabe lembrar as palavras de Badinter (1985), quando aborda sobre o duplo movimento: ao passo que o século XVIII construiu o mito do instinto materno e uma “nova mãe”, também construiu uma função para os homens: o pai como mantenedor, responsável pelo conforto da família, na melhor das hipóteses, contribuinte da criação das crianças. Ao passo que afasta os pais, a responsabilidade recaí sobre as mães.

¹³⁴ Como já apontado nessa dissertação, Décio Lima (PT) foi prefeito de Blumenau-SC (1997-2005) e deputado federal (2007-2019).

¹³⁵ Foi deputado federal pelo MDB/PMDB durante cinco legislaturas consecutivas, entre 1975 e 1991.

Esta responsabilização maior das mães, histórica, política e culturalmente, construída e mantida, produz culpabilização sobre aquelas que não conseguem desempenhar esta função segundo os moldes daquilo que socialmente é imposto nas características de ser uma “boa mãe”. Segundo a narrativa de Ângela Albino, podemos ver como a responsabilização afeta a subjetividade da indivíduo no campo da política institucional:

Para almoçar com eles, eles iam almoçar comigo na assembleia. É mais fácil pelo fato de eu ser de Florianópolis, eu imagino uma mãe, sei lá, que é do oeste do estado, deve ser um ingrediente a mais de dificuldade. **Mas eu me corroía de culpa**, de: “Meu Deus, eles estão na adolescência agora, e eu não estou com o tipo de suporte que é cobrado de uma mãe ter” [...]. Foi bem pesado. Teve algumas coisas que eram difíceis de lidar no cotidiano (Albino, 2024, p. 9, grifo nosso).

A ex-deputada, mãe de dois homens, narrou que se “corroía de culpa” por não estar presente na vida dos filhos quando adolescentes. Ora, esta culpabilização é construída pelo mesmo discurso que produziu o amor materno e fraternal de todas as mulheres. Badinter (1985) lembra que ao mesmo tempo que eram exaltadas as mulheres que desempenhavam perfeitamente o papel de “boa mãe”, eram condenadas moralmente aquelas que não o fizessem, figurando-se em “más mães”, “anormais”, indecentes, indignas. Eram sobretudo aquelas que não entregavam todo seu tempo para criação dos/as filhos/as e dos cuidados com a casa, portanto, eram acusadas de serem ausentes, negligentes e desagregar a família.

Precisamos lembrar que as mulheres trabalhavam e ainda trabalhavam fora do ambiente doméstico. Portanto, muitas delas necessitavam se ausentar para contribuir com a manutenção financeira do lar, o que acabava resultando em duplas ou triplas jornadas de trabalho, já que além de responsáveis pelo ambiente doméstico e do cuidado com a família em geral, também trabalhavam fora. A culpabilização criada naquele contexto, se manteve e é presente na cultura do mundo ocidental. As mulheres ainda trabalham fora, inclusive, atualmente são políticas – tais quais as entrevistadas para esta pesquisa. O trabalho no campo político requer dedicação quase exclusiva, como demonstra a narrativa da ex-deputada Marlene Fengler (PSD):

Eu tenho um filho que hoje tem 15 anos, mas tinha 9 para 10, quando eu me elegi, que reclamava muito da minha ausência. Exatamente pelo fato de ser do Oeste. [...] Então, eu fazia um trabalho local durante a semana e finais de semana eu ia para lá [para o oeste]. Então, eu era muito ausente. E foi muito difícil conciliar isso, é muito difícil. Por isso que também muitas mulheres não querem participar. Porque você tem que abrir mão, não é uma opção. Você tem que abrir mão de muita coisa. Do convívio com a família. Como é que eu ia fazer? Eu viajava para lá e ia fazer o quê? Durante a semana eu tinha que trabalhar aqui. Você não consegue... entra em uma bola de neve que você não consegue sair (Fengler, 2024, p. 14).

Isso se configura diretamente em uma ausência maior do lar e por conseguinte, em culpa por não conseguir estar presente na vida cotidiana dos/as filhos/as. Precisamos nos perguntar: os homens sentem o mesmo? Quantos são perguntados em entrevistas de emprego se possuem

ou não filhos? Sabemos que esta pergunta, é direcionada as mulheres majoritariamente. A culpa e a responsabilidade afetam principalmente a entrada e a atuação política das mulheres, como vimos na narrativa de Marlene Fengler:

Tanto que teve vários problemas no colégio, por causa disso no ano da eleição. Então, hoje, se eu falar para ele que eu sou candidata na próxima eleição, ele tem um treco, que ele não quer nem ouvir falar. [...], mas foi muito ruim para mim. Então, e não sou só eu. Essa é a experiência das mulheres. A não ser que a mulher seja muito nova e não tenha nada disso. Ou que ela já esteja numa fase que toda essa etapa de criação de filho já tenha passado. E aí tudo bem, aí dá para fazer. Então eu acho que por isso que a gente acaba também tendo um buraco no meio e não tem muitas mulheres nessa fase (Fengler, 2024, p. 14).

Marlene é mãe de um menino e conta que ele teve problemas na escola devido ao fato de ela ser deputada. Não é possível admitirmos que isso não aconteceria caso fosse o marido de Marlene a pessoa política da família, já que a ideia de “políticos corruptos” prevalece sobre todos os gêneros. Mas, é possível avaliarmos que essa situação pode ter impactado a atuação política de Marlene de forma profunda, como quando ela diz “foi muito ruim para mim”. Também sentimos durante a gravação da entrevista um certo incomodo ao falar sobre esse assunto, além de ser um tema no qual a ex-deputada se estendeu ao abordar. Com base nisso, podemos admitir que a preocupação com o bem-estar do filho foi influente para trajetória política de Marlene. E, como ela segue em narrativa “não sou só eu”, outras mulheres também passaram por isso.

Precisamos lembrar que para acumular capital político (Bourdieu, 2011), é preciso estar atuante em outras esferas da vida pública, principalmente para àquelas que não crescem politicamente devido ao capital familiar. Ou seja, é necessário tempo livre para ser atuante em movimentos sociais, políticos, partidários ou para exercer cargos em postos de trabalho. Tudo isso requer ausência do lar e do cuidado com os/as filhos/as e pode gerar culpa nas mulheres que decidem por fazê-lo, já que são elas as principais responsáveis. Por isso, esse pode ser um dos motivos da baixa representatividade delas no campo da política institucional, como relatou Marlene em entrevista.

Percebemos diferenças entre aquelas que quando assumiram o cargo, os/as filhos/as já não eram mais crianças, em relação àquelas que gestaram ou tinham os filhos/as ainda crianças durante o mandato e/ou na campanha política. Luciane Carminatti (PT) narra sobre as dificuldades que enfrentou sendo gestante durante a campanha:

Tanto é que o Guilherme nasceu 30 de novembro. E como que eu vou andar nesse estado, com essa barriga crescendo com dor nas costas, porque já é o terceiro filho, não é o primeiro. Três cesáreas, então é diferente parto normal [...]. Então, construir essa logística, muito mais do que uma logística material, que é você ter carro bom, você ter pessoas contigo, você se alimentar, é como que eu construí construir essa logística mental, eu enxergar isso e dizer: “é tranquilo, vai dar certo, eu vou

conseguir”. “E depois que o Guilherme nascer, como é que vai ser? Como é que eu vou levar ele?” Foi uma engenharia bem difícil (Carminatti, 2024, p. 11).

Luciane já era mãe de duas meninas quando engravidou pela terceira vez, de Guilherme, no auge da campanha eleitoral de 2012. Sua narrativa demonstra que as preocupações durante a gestação não ficavam apenas nas questões materiais, como a necessidade de se movimentar pelo estado confortavelmente ou a alimentação, eram sobretudo, mentais: como articular depois do nascimento dele? Luciane é da região oeste do estado de Santa Catarina, precisamente da cidade de Chapecó, ou seja, seu filho iria residir naquela cidade, que fica há cerca de 550 quilômetros de Florianópolis, onde a deputada precisaria estar presente para exercer o mandato. Podemos especular o quanto a gestação pode ter tido impacto durante a campanha eleitoral para Luciane, de forma que nunca seria igual para um homem que estivesse concorrendo ao cargo – não seria uma preocupação para ele se movimentar pelo estado gestando, obviamente, mas também, talvez ele não se preocuparia da mesma forma se alguém estivesse esperando um filho/a seu.

Além disso, a preocupação em como seria a articulação após o nascimento do bebê é outra questão que pode ter impactado a atuação da deputada de forma ímpar. O que queremos argumentar, é que para mulheres gestantes ou com filhos/as pequenos/as durante o mandato ou em campanha eleitoral, a maternidade é um fator de forte impacto para suas atuações políticas. Essa preocupação não foi vista na narrativa da ex-deputada Dirce Heiderscheidt (MDB), já que as duas filhas já eram adultas ainda na primeira campanha:

D: Duas filhas.

B: Duas filhas, né? E quando você se candidatou a primeira vez, quantos anos elas tinham?

D: Já eram adultas, casadas. Como elas já são filhas de político, né? Então, viveram a infância também, junto com o pai e a mãe... Já muito participavam da política (Heiderscheidt, 2024, p. 11).

Inclusive, há uma diferença entre aquelas cujos pais das crianças também eram políticos, em relação àquelas cujos pais eram. Como Dirce afirma em entrevista, suas filhas já estavam acostumadas a participar da política, por que o pai das meninas – Ronério Heiderscheidt¹³⁶ – já fazia parte da política institucional.

Eu sempre participei da discussão política, mas não com mandato antes. Então, ele já ia comigo nas reuniões partidárias ou nas reuniões de comunidade, sempre [...]. Nessa questão mais exerci, finais de semana, sempre com eles. E os filhos crescem com a gente na política também, vai junto, já desde pequeninhos, sempre foram ou comigo ou com o Décio, eles sempre participaram. Mas exige pouco mais para mulher, até porque nós mulheres somos muito centralizadoras. A gente vai assumindo todas as tarefas, de casa, de mãe, do trabalho de fora, então a gente não consegue, às vezes, dividir essas tarefas com os companheiros (Lima, 2024, p. 8).

¹³⁶ Foi prefeito de Palhoça – SC por dois mandatos consecutivos, entre 2005 e 2012.

Isso pode ser um fator influenciador na elegibilidade dessas mulheres. Além da possibilidade de transferirem o capital familiar para suas trajetórias políticas, o fato das crianças serem “acostumadas” com esta dinâmica pode facilitar a atividade política delas, como Ana Paula Lima – que é casada com uma pessoa que na época também ocupava cargo político, como já dito neste texto - argumenta, “as crianças crescem com a gente na política”. Contudo, o que fica claro é que a centralização/responsabilização das tarefas segue sendo atributo das mulheres: o fato de as mulheres irem assumindo todas as tarefas não é por serem assim por *natureza*, é construído culturalmente, como mostramos até aqui.

Já o marido de Luci Choinacki (PT) não era envolvido com política e esse fator pesou no relacionamento conjugal:

B: Entendi. E o seu marido na época, ele era envolvido com a política?

L: Não, ele começou a ser envolvido. Depois, ele começou a se sentir meio desprestigiado, não por mim, pela forma que as pessoas me viam. [...] E daí, como eu sou uma pessoa comunicativa, daí todo mundo vinha falar comigo. Daí, se ele estava junto, ele não gostava. Se não estava, não gostava também, então...

B: Entendi... E ele te apoiou de alguma forma?

L: No início, sim. Depois, não.

B: Depois, ele parou de apoiar?

L: Não, depois que ele viu que eu fui, que a coisa deu certo, daí ele não conseguiu aceitar (Choinacki, 2024, p. 10).

O ex-marido da ex-deputada não conseguiu lidar com a forma como ela era vista e admirada por outras pessoas, podemos especular que isso pode ter mexido com sua masculinidade. Para além da separação do casal, isso também resultou em não poder contar com o apoio dele na criação dos filhos, como ela nos conta, era sua mãe quem ajudava a tomar conta das crianças. Essa é outra distinção fundamental, em relação àquelas que puderam contar com seus companheiros na criação das crianças e as mulheres que não tiveram a mesma oportunidade:

Quando a Laís tinha dois anos, mais ou menos, eu me separei do pai dela, que é um pai que continuou tendo contato com a filha, mas a maternidade em si sempre ficou sobre minha responsabilidade. Era eu que levava na escola, eu que estava na escola, eu que me preocupava com a uniforme, que olhava as tarefas e que corria com ela. [...] E eu sempre trabalhei muito (Da Rosa, 2024, p. 14).

Quando Vanessa da Rosa (PT) se candidatou ao cargo de deputada estadual, sua filha já era adolescente, por isso, entendemos que a idade da filha pode ter sido um fator facilitador para a atuação política dela. Mas, em entrevista, ela nos conta que cuidou da criação da filha sozinha durante quase toda sua vida e em paralelo a isso, seguia trabalhando fora. Isso pode ter impactado Vanessa a não ter se candidatado antes ao cargo, por exemplo. Sabemos que outras variáveis – questões partidárias e financeiras – podem explicar isso, ainda assim acreditamos que a maternidade pode ser um desses impeditivos, afinal, como pensar em ocupar um cargo

político quando você é a única responsável pela criação de uma filha? Essa foi a situação de Vanessa, já Ana Caroline Campagnolo (PL) experienciou de outra forma:

Você perguntou sobre as minhas filhas, né? Então eu só posso fazer o meu trabalho como deputada hoje, agora nesse momento, porque a minha mãe e o meu pai, que eu disse para você, que são as pessoas mais incríveis que eu já vi na minha vida, eles preenchem a minha ausência e o meu marido também, preciso considerar (Campagnolo, 2024, p. 34).

Ana Campagnolo é mãe de duas meninas: uma de 10 meses e outra de três anos – idade que possuíam no momento da entrevista, em outubro de 2024. A deputada assume que só consegue estar no cargo político porque pode contar com a ajuda da família e do marido – que também “precisa considerar” – para criação das filhas. Podemos dizer que esse é um fator positivo que auxilia na atuação política de Ana Campagnolo, já que não precisou se preocupar com quem deixaria as crianças durante a campanha ou depois de eleita, tendo uma rede de apoio com quem contar, diferente do que vimos nas narrativas de outras deputadas, como Vanessa da Rosa.

Algo comum em todas as entrevistas foi que a maioria das mulheres puderam contar com a ajuda de outras pessoas na criação dos/as filhos/as, até mesmo Vanessa da Rosa que não tinha o pai de sua filha presente. Ela nos conta que pode contar com uma rede de apoio durante a infância de sua filha Laís:

Eu já não morava mais com o pai dela, nós já estávamos separados, mas eu sempre tive muitos amigos que me ajudaram. Então sempre tinha alguém que ia buscar a Laís na escola para mim, porque quando eu fui secretária de educação, a Laís tinha seis aninhos [...]. Passaram muitas pessoas boas na minha vida, assim, sabe, tinha dias que eu chegava super tarde na casa de alguém e ela estava de banho tomado, de pijama, com a tarefa pronta, eu só colocava no carro, trazia para casa e colocava na cama (Da Rosa, 2024, p. 15).

O apoio de outras pessoas que Vanessa recebeu foi fundamental para conseguir trabalhar como secretária da educação na época, no município de Joinville-SC. Podemos dizer que foi onde construiu parte do seu capital delegado e depois, transferiu para o campo da política.

Nas outras narrativas, vimos que também outras pessoas ajudaram na criação dos/as filhos/as e todas eram mulheres. No caso de Ideli Salvatti (PT), que tem dois filhos e se separou do então marido na época de campanha, pode contar com o auxílio das avós das crianças:

B: Sim. E, então, durante a sua campanha, os seus filhos ficaram mais com o seu ex companheiro ou com você, ou como você fazia com eles?

I: A gente administrava. Nesta época, nós tínhamos também as avós vivas, né? E as avós meio que se revezavam, também vinham, ficavam, entende? Então, as duas eram de São Paulo, né? Mas elas eram netos únicos. Então, a gente não precisava nem dizer, entende? Não falava o P, elas já estavam aqui. Uma ou outra, entende? (Salvatti, 2024, p. 19).

Poder contar com o apoio dos/as avós também é o caso da deputada Ana Campagnolo, que além de levar suas filhas para a ALESC em algumas ocasiões, em outras, deixa-as com sua mãe:

Então eu só acho que só posso estar aqui hoje por causa da minha mãe que me dá esse suporte e se a minha mãe não me desse suporte, eu teria eventualmente que contratar várias mulheres, ou seja, sempre será uma mulher. Eu teria que contratar várias mulheres, ou teria eu mesmo, que provavelmente seria minha escolha, que trabalhar menos fora da minha casa, ou levar mais as meninas comigo. Elas já passam a terça e a quarta aqui comigo, que é os dias da sessão [...]. Mas assim, se a minha mãe me faltasse, se essa figura feminina forte, essa matriarca me faltasse, eu teria que assumir esse lugar (Campagnolo, 2024, p. 36).

Como a deputada diz, “sempre será uma mulher”. Não queremos compactuar com um discurso essencializado dizendo que será uma mulher que exercerá essa função devido à sua “natureza” estar mais próxima ao cuidado. Queremos problematizar a construção cultural que por séculos mantém as mulheres mais próximas desta esfera. Como estamos vendo com as narrativas produzidas nesta pesquisa, a maioria delas contou principalmente com a ajuda de outras mulheres no cuidado com as crianças.

No caso de Marlene Fengler (PSD) e Simone Schramm (PPB) foram mulheres contratadas para exercer essa função:

Eu tenho uma pessoa que trabalha comigo desde que o meu filho nasceu [...]. É como se fosse irmã, filha. E ela cuidou muito do meu filho. Então, eu tive essa condição de ter alguém para dar esse suporte durante o dia [...]. Eu estava muito tranquila com relação a ele, porque ele ama ela (Fengler, 2024, p. 19).

Em todo esse período tinha uma abençoada de uma pessoa que trabalhava comigo na minha casa, que trabalhou comigo por 20 anos. Então, eu sabia que a alimentação deles estava correta e que eles tinham a roupa pronta e que ela cobrava até minhas tarefas, mas eu ficava de longe monitorando os filhos (Schramm, 2024, p. 16).

Isso é relevante para construção da trajetória política, já que permite com que as mães se ausentem do lar de certa forma mais seguras em relação ao cuidado dos/as filhos/as, que estão sendo supervisionados por outra mulher. É importante destacar que são mulheres que tiveram condições financeiras para contratar outras pessoas, ou que puderam contar com suas mães para o cuidado com os/as filhos/as. Em relação ao trabalho pago, lembramos que nem todas as mulheres possuem a condição para tal, o que pode ser um dos impeditivos para participação na vida política. Ainda, sobre serem majoritariamente mulheres a desempenhar essa função, enfatizamos que isto é dado por uma construção cultural e política, que as mantém neste exercício ao passo que permite que os homens fiquem livres para exercer outras funções, principalmente no âmbito público.

Nesse sentido, lembramos o que Luciane Carminatti nos diz em entrevista: “E aí a gente sempre tem a ideia de que você tem que cuidar da casa e do filho, como se maternidade fosse

uma coisa da mãe. E maternidade é de quem ama, então pode ser da avó, da tia, da irmã, do pai, do avô” (Carminatti, 2024, p. 8). Ou seja, a maternagem não precisa ser exercida somente pelas mulheres: o trabalho de cuidado pode ser estendido para outras pessoas e esta foi uma das reivindicações dos movimentos feministas, como apontado anteriormente.

Sobre exercer o mandato em paralelo à maternagem, destacamos duas narrativas produzidas nesta pesquisa. Uma delas, é da deputada Ana Campagnolo, quando aponta que não tira licença maternidade para não deixar espaço para que algumas pautas sejam aprovadas:

Então se eu sair daqui eu acredito que vamos ter problemas. E um exemplo disso, um projeto de lei da autoria da deputada Ada de Luca, uma deputada da bancada da mulher que apresentou um projeto em nome da bancada da mulher, que foi relatado por mulheres nas comissões mais importantes, foi relatado por mulheres e foi aprovada justamente porque era de mulher. Esse projeto passou na CCJ no momento em que eu estava licenciada da CCJ, por isso que eu nunca mais, nunca pego licença, **não peguei nenhuma licença maternidade, que é impossível, duas vezes eu trouxe as meninas**, porque no momento em que eu saí da CCJ, os deputados do meu partido simplesmente não tomaram conta da pauta antifeminista e deixaram passar um projeto da autoria da deputada Ada de Luca (Campagnolo, 2024, p. 44, grifo nosso).

A narrativa da deputada nos causou dúvidas em relação à esclarecimentos: ela diz que nunca pegou licença maternidade, mas que estava em licença da CCJ naquele momento. Não entendemos exatamente qual era o motivo. Mas, observamos que ela optou por levar as crianças para o trabalho para garantir que sua pauta – antifeminista – fosse defendida, ou seja, exerceu a maternagem em paralelo ao mandato.

A outra narrativa é da deputada Luciane Carminatti:

No Parlamento em si, eu acho que eu percebi, em alguns momentos, que é uma coisa que também os deputados não sabem muito bem como lidar, porque às vezes te poupam de alguns debates mais duros, meio que com uma certa piedade. Eu me lembro que teve debate na Assembleia que foi bem pesado e eu estava com barrigão assim, e aí deputado disse: “Eu não vou te poupar, porque depois você vai dizer que a gente teve pena de ti”. E aí foi, destróçou. E por outro lado, você quer isso, porque você não quer que tratem as mulheres grávidas, gestantes, de jeito diferente do normal, do dia a dia. [...]. Por outro lado, quer ou não, você fica com aquilo. E aí tu vai para casa, tu fica pensando naquilo, sabe? E aí vem o sentimento: “Ah, mas será que faz bem para o meu bebê isso?” (Carminatti, 2024, p. 11).

Percebemos na sua narrativa, uma certa divergência de emoções: ao passo que desejava um tratamento normal mesmo com a gestação, a deputada também se pergunta e se preocupa com a forma como isso afetaria a criança que estava sendo gestada. Essa é uma situação que certamente só acontece às mulheres e pessoas que gestam, e sim, pode influenciar na atuação política delas, como ser poupada de debates mais duros – que talvez fossem necessários – ou escolher por não participar de determinadas situações políticas como uma maneira de preservar a gestação. Nesse sentido, Badinter (1985) já lembrava que a maternagem e o exercício do “instinto materno” exige a dedicação das mulheres desde o momento em que descobrem a

gravidez. Essa construção do instinto materno influencia na preocupação delas ainda na gestação, após nascerem e mesmo depois de adultos. Notamos com a narrativa de Luciane, que a ideia do instinto materno e da culpabilização andam de mãos dadas:

E aí entra todo esse desafio que é para nós mulheres também, a gente pensar o tempo da gente e o tempo deles, e não construir essa ideia de que nós somos culpadas. É claro que eu estou falando aqui para ti, não quer dizer que de vez em quando não te dá uma crise. Quando teu filho diz assim: **“Mãe, eu queria uma mãe normal”**, aí pesava. Mas aí tu diz: “Mas, Gui, tu quer que a mãe largue a política?” “Não, pelo amor de Deus, não largue, porque é isso que tu gosta, tu está feliz, mãe, está tudo bem para mim, está ótimo”. Então, tu vai aprendendo a lidar com isso, uma criança, mas aprendendo a lidar (Carminatti, 2024, p. 9, grifo nosso).

É provável que a “mãe normal” como o filho de Luciane se refere, seria o exemplo da “boa mãe”, como citado acima, isto é, aquela que estaria presente no lar em boa parte ou quase todo o tempo. A deputada não conseguia estar devido à sua carreira política, mas, era uma preocupação que pesava para ela. Foi necessário criar mecanismos para lidar com a situação, encontrar formas para re-existir no espaço político e paralelamente, exercer a função de mãe.

Se a maternidade foi de certa forma, uma espécie de “freio” para a entrada e atuação política das mulheres, como vimos até aqui, a não maternidade também é. Anna Carolina Martins (PSDB), a única entrevistada da nossa pesquisa que não possui filhos, conta como isso impactou na campanha e atuação política dela:

Eu não sou mãe, eu tenho 43 [...] e eu não sou mãe, a vida simplesmente passou, quando eu vi passou, foi assim que aconteceu, não teve nada de especial, gosto de criança, pensava em ter cinco filhos, sou de uma família gigante [...]. Então isso foi algo que eu senti muito na eleição para prefeita [...]. E os comentários que via, era assim: **“Ela não tem nenhum pinto pra dar água, como é que ela vai cuidar de uma cidade?”** [...]. Foram para dentro das igrejas [...], acharam que de repente, se eu não tinha filhos e não era casada, então só poderia ter o meu gosto de ser homossexual, isso aí, caiu muito com os evangélicos também, e no final [...] foi uma disputa falando de ideologia, de religião (Martins, 2024, p. 11).

Ou seja, se é esperado socialmente das mulheres que elas tenham filhos/as, aquelas que optam ou simplesmente não maternam, são consideradas “anormais”, e isto não é novo, como Badinter (1985) lembra, os argumentos da “natureza” das mulheres vindos de filósofos e psicanalistas foram tão eficazes desde o século XVIII, que se manteve na cultura ocidental que as mulheres não poderiam “escapar” das condições biológicas “determinadas” pela natureza e aquelas que ousassem fazer, são consideradas egoístas, más e desequilibradas. Apesar dos esforços dos movimentos feministas em desfazer essas construções políticas e culturais, estes discursos são persistentes, como apontado pela narrativa de Anna Martins e contribuem para que se formem pressupostos de que ela não seria “boa o suficiente” para estar na política, já que nem ao menos, tinha a experiência da maternagem. Mesmo que ocorra também com homens que são questionados sobre suas masculinidades quando solteiros ou sem filhos, essas narrativas

são direcionadas com mais frequência às mulheres, e, podemos dizer que se configuram em práticas de violência política de gênero.

Anna Martins destaca que levaram este discurso para dentro das igrejas e que isso fez com que ela caísse muito entre os evangélicos. É importante apontar que a família – heteronormativa – é um dos pilares neoconservadores atualmente, conectado as ideias das igrejas evangélicas, pentecostais e católicas. Neste ideal de família, as mulheres e os homens devem desempenhar funções complementares, isto é, cada um/a de acordo com sua natureza, já que essa é a “vontade de Deus”. A função da mulher é o cuidado e a maternagem, ou seja, Anna Martins não estava desempenhando essa função, nem nos “laços sagrados do matrimônio” – tão caro à estas religiões – e não exercendo a maternidade, o que pode ter influenciado na quantidade de votos que recebeu, sobretudo entre os evangélicos.

Nesse sentido, lembramos que o cenário político de Santa Catarina tem se demonstrado guinado ao espectro político de direita e em diálogo com valores neoconservadores, morais e religiosos. Assim, além do fator gênero ser um elemento que pode ter pesado na escolha dos eleitores/as de Anna Martins, somamos o contexto político catarinense, que têm nas últimas eleições escolhido majoritariamente candidatos/as de direita e extrema direita para ocuparem assentos legislativos. No caso das mulheres, nos parece que a população tem optado por aquelas que performam uma “feminilidade” ideal, ou seja, que são mães e esposas – o que não era o caso de Anna Martins. A direita e extrema direita brasileira tem sido perspicaz na prática da captura de mulheres para realizar essa mobilização. Ao passo que argumentam a necessidade de mais mulheres na política, desde que estas estejam alinhadas ao conservadorismo, ou seja: que saibam “se manter em seus lugares”, reconhecendo suas devidas atribuições e desempenhem o mesmo na esfera pública, como uma extensão do lar.

O que notamos, com a leitura das narrativas, é que todas as mulheres, independente do partido, passaram por situações desafiadoras que precisaram contornar por conta da maternidade – ou não. Com exceção de Dirce Heiderscheidt, que não relatou dificuldades, possivelmente pelo fato de as filhas já serem adultas quando se candidatou ao cargo. A maioria delas contou com o apoio de outras pessoas para criação dos/as filhos/as: algumas contratando outra mulher para exercer tal tarefa, outras com o apoio dos/as avós da criança e ainda aquelas que puderam contar com os companheiros. Mesmo assim, não deixou de ser um fator influente para suas atuações políticas. A maternidade, o “instinto materno” e a construção do que é ser uma “boa mãe” são elementos que pesam na carreira política das mulheres, de forma diferente de como se delineia para os homens. Além disso, não podemos esquecer que exercer a função da maternagem contribui para o funcionamento da família tradicional cisheteropatriarcal, que é

benéfica para o Estado e para o capitalismo. Se espera que as mulheres consigam dar conta de múltiplas funções: exercendo o papel de mães, cuidadoras do lar em geral, reprodutoras e paralelamente, contribuam com o mercado de trabalho.

Afinal, o que se projeta sobre as mulheres? Nos parece que há um padrão desmoralizador que age de qualquer forma: quando são mães, questiona-se a eficácia e a qualidade da sua maternidade se estão fazendo política; quando não são, evidenciam essa falta como uma falha, que resulta em não ser apta para a governança. Contudo, o que percebemos, é que apesar de todos esses discursos desmoralizantes e pejorativos, as mulheres continuam presentes, existindo e reexistindo, gestando, carregando seus/suas filhos/as e atuantes em seus mandatos.

É preciso considerar que a desigualdade de tempo disponível para homens e mulheres, junto às diferentes cobranças e julgamentos que precisam enfrentar, resulta em menores possibilidades de adentrar ao mercado de trabalho e possuir renda necessária para construir o capital político. Se as mulheres estão preocupadas em manter uma renda mínima para manutenção do lar, como irão cogitar a participação política? À despeito disso, Biroli (2014) advoga que o número de mulheres na posição de chefes de família é cada vez maior, isto é, elas estão cada vez mais responsáveis pela renda familiar e entre elas, a maioria é de mulheres negras. Este é colocado como outro fator que influencia a participação ou não das mulheres em espaços políticos.

Somados estes dois fatores resultam no terceiro: a possibilidade de formar redes de contato, que são imprescindíveis na construção de uma carreira política. As pessoas precisam estar presentes – o que demanda tempo e recursos – em movimentos – sociais ou políticos – para se tornarem conhecidas e assim serem cogitáveis a concorrer para cargos na política institucional. Isso se demonstra particularmente mais difíceis às mulheres, devido as condições elencadas. É um terceiro fator explicativo para sub-representação delas na política.

Estruturamos esse contexto histórico para argumentar como a divisão ancorada nas “devidas” atribuições de homens e mulheres, que tem sua origem ainda na Antiguidade, perpetuou-se na configuração do tempo e resulta no contemporâneo, em uma das causas da sub-representação das mulheres na política. Acreditamos que essa divisão ainda se faz presente na cultura atual, tanto em mulheres como em homens, em pessoas na política e em eleitores/as, fazendo um duplo movimento: é fundado em algo quase que “inconsciente” a todas as pessoas. Crescemos vendo geralmente nossas mães realizando o trabalho de cuidado e os pais presentes no espaço público, parece distante uma ideia de mulheres ocupando cargos políticos. O duplo movimento ocorre quando, na hora de votar as mulheres não escolhem outras mulheres; os

homens não escolhem mulheres e as próprias mulheres não possuem o desejo de se candidatar.

O trecho da entrevista com a ex-deputada Marlene Fengler, deixa isso claro:

Se me falar assim, quando eu saí de casa que um dia seria política, eu ia dizer que a pessoa era meio louca, porque tinha que ser freira, podia ser qualquer outra coisa, mas política não. Porque nunca pensei nisso como uma possibilidade de vida, ou como uma coisa que eu pudesse querer (Fengler, 2024, p. 6).

A ex-deputada Dirce Heiderscheidt também demonstra a negação em relação a concorrer ao cargo político:

[...] então o governador Luiz Henrique da Silveira, ele me intimou a ser candidata a deputada, eu nunca fui vereadora, não, nunca fui presente como ser comunitário, nunca fui presidente da igreja, nada. Simplesmente fui secretária e fui primeira-dama. E eu não quis, não quis, não queria, não queria. Por quatro anos eu reneguei esse pedido, né? (Heiderscheidt, 2024, p. 6).

É notável em ambas as narrativas a falta de desejo em ocupar o espaço político. As duas deputadas não haviam, em nenhum momento de suas vidas, cogitado esse cargo. Acreditamos que essas narrativas são realizadas devido à fatores históricos culturais que afastam as mulheres do campo político, ao passo que o estruturam para ser ocupado por homens. A dicotomia estabelecida pelo patriarcado da divisão das esferas que relegou às mulheres o espaço doméstico, se faz presente na cultura ocidental e atravessa a espessura do tempo dessa forma. Sob esta mesma premissa, foram estabelecidos os direitos de cidadania às pessoas, como já argumentado por Perrot (1998).

Até mesmo a Revolução Francesa, que declarou os “Direitos do Homem e do Cidadão”¹³⁷, não considerou as mulheres como cidadãs, embora tenha ampliado seus direitos civis. Elas não faziam parte do espectro público, eram consideradas “cidadãs passivas”¹³⁸, equiparadas às crianças, aos loucos e aos mais pobres, a política ainda representava um espaço intransponível (Perrot, 2007).

A palavra “indivíduo” foi invocada pelos teóricos políticos da Revolução Francesa, para argumentar aqueles que seriam dotados de características específicas para possuírem direitos considerados naturais (Scott, 2002). Nessa conotação, os homens brancos eram exemplos de indivíduos humanos, por possuírem razão e integridade moral, ao mesmo tempo que, a diferença estabelecida na fronteira entre os sexos, legitimava sua individualidade (Scott, 2002). Assim, quaisquer outros que não se adequassem à tais características, foram excluídos/as

¹³⁷ A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi estabelecida em 1789.

¹³⁸ Segundo Scott (2006, p. 72), eram considerados cidadãos ativos os homens com mais de 25 anos, independentes e com posses (precisavam possuir terras e dinheiro). Depois da queda da monarquia, passou a ser considerado todos os homens com mais de 21 anos e com autossustento. A distinção ativo/passivo, matinha como base a teoria da representação, isto é, só possuía direito de escolher seres autônomos, com capacidade de auto-representação e havia aqueles que só poderiam ser representados, em grande maioria, as mulheres.

da categoria política do que era ser cidadã. O gênero era a forma primária de estabelecer as explicações “naturais” fundantes do conceito de cidadania, mas não apenas: as crianças, os/as pessoas escravizadas, os/as criados/as e os/as sem propriedade também foram excluídos dos direitos políticos, isto porque, não tinham capacidades de serem plenamente autônomos (Hunt, 2009). Segundo Lynn Hunt (2009, p. 26-27):

As crianças, os criados, os sem propriedade e talvez até os escravos poderiam um dia tornar-se autônomos, crescendo, abandonando o serviço, adquirindo uma propriedade ou comprando sua liberdade. Apenas as mulheres não pareciam ter nenhuma dessas opções: eram definidas como inerentemente dependentes de seus pais ou maridos.

Esta recusa à cidadania das mulheres pode ser identificada na possibilidade de acesso à palavra pública. Nesse sentido, Perrot (2005) nos lembra que as mulheres sempre falaram, e muito: nos lavadouros, na vizinhança etc., mas essa fala pertencia à esfera privada. Recusada era a palavra pública, pois: “sobre ela pesa uma dupla proibição, cidadã e religiosa. Pitágoras e São Paulo dizem quase a mesma coisa: “que as mulheres se calem nas assembleias”” (Perrot, 2005, p. 464). Fundamentada em aspectos religiosos e da “natureza” das mulheres, a exclusão de suas vozes em espaços públicos era compreendida como natural. Aquelas que tentassem romper esta barreira e falar em público, se interrogava sobre sua verdadeira identidade, já que, apenas homens possuíam a capacidade da oratória.

Mesmo que, atualmente as mulheres possuam o direito de falar em público, a cultura de que a tribuna, o microfone e o palco não pertencem a elas, manteve-se:

Nossa, falar em público era uma coisa para mim inimaginável. Falar para dez pessoas, eu quase desmaiava. Então, eu tinha muita dificuldade, mas aí, vez em quando, o deputado me pedia para representá-lo. E eu inventava qualquer coisa para não ir. Fingia doença, qualquer coisa, de tanto medo que eu tinha de falar em público (Fengler, 2024, p. 8).

[...] ele me chamou lá na frente, na convenção, chamou, botou meu nome na disposição, dizendo que eu era pré-candidata deputada estadual. Eu não sei como é que eu descí as escadas, eu não sei, até hoje eu não sei, porque minhas pernas falharam, mas mesmo assim, me levaram e eu fui até lá. Enfim, eu não sabia e não gosto, até hoje eu não sou muito simpática à microfone, né? (Heiderscheidt, 2024, p. 7).

A narrativa das duas ex-deputadas demonstra os efeitos da recusa da palavra pública às mulheres na longa duração. Marlene Fengler (PSD) conta que chegou a fingir estar doente algumas vezes, para não ser necessário falar em público. Dirce Heiderscheidt (PMDB) traz uma conotação semelhante, ao dizer que as pernas falharam quando foi chamada para falar na convenção partidária. Consideramos que, é normal algumas pessoas serem mais tímidas que outras. Mas, não podemos ignorar a construção cultural de séculos de história que negou esse acesso as mulheres. Ou seja: esse medo de falar em público pode ser advindo da estrutura patriarcal que as condicionava à espaços privados, a falas em espaços domésticos e excluí-as

radicalmente das tribunas. Além disso, o discurso da medicina sobre o corpo das mulheres, estipulado no século XVIII, pode ser acrescentado como um fator que manteve essa perspectiva às mulheres, visto que, ambas relacionaram a questão do corpo, inclusive atribuindo a doenças, em suas narrativas.

A ex-deputada Ângela Albino (PcdoB) (2024, p. 12) também contou que: “Eu dizia: a água, aí o homem seguinte dizia H₂O e o terceiro era homem, dizia: Não, como fulano falou H₂O, eu também quero concordar com ele, e eu ficava dizendo: Puta que pariu, cara, não é possível”, ou seja, mantém-se na cultura ocidental, a desqualificação dos discursos das mulheres, sendo isso um silenciamento, e assim, uma forma de violência.

A reivindicação pelo direito de falar em público pelas mulheres foi uma das pautas feministas. Presente em textos antigos como o de Olympe de Gouges, quando publicou a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* em 1791, denunciando a exclusão das mulheres dos direitos proclamados pela Revolução. Gouges reivindicava que os direitos dos homens deveriam ser concedidos às mulheres, pois, falar sobre “homens” não representava a humanidade em suas diferenças, era necessário impor a categoria “mulher” para incluí-las nos direitos da cidadania política da nova constituição (Scott, 2002). Assim, nos artigos X e XI da Declaração, Gouges advogava que: “A mulher tem o direito de subir ao cadafalso; ela também deveria ter o direito de subir à tribuna” (Scott, 2002, p. 84), isso demonstrava a necessidade de que as mulheres participassem da formulação das leis, para além das oportunidades de falar em público. Gouges insistiu que as mulheres tinham os mesmos direitos que os homens e devido às suas necessidades específicas, o exercício desses direitos eram ainda mais urgente (Scott, 2002).

Não apenas o direito a palavra pública e a participar da formulação das leis era negado às mulheres, outros quesitos da cidadania básica também eram, como o direito ao voto. As mulheres não foram consideradas possíveis eleitoras.

O direito ao voto significava a conquista da cidadania política e foi uma das primeiras reivindicações do movimento feminista. No Brasil, as mulheres conquistaram o direito de serem eleitoras apenas em 1932, conquista tardia, mas que se encontra em uma situação minimamente favorável quando comparado aos países vizinhos da América Latina¹³⁹. Contudo, essas conquistas não foram fáceis, gratuitas ou entregues às mulheres. Foram, na verdade, resultados

¹³⁹ O primeiro país da América Latina a incluir mulheres no eleitorado foi o Equador em 1929, seguido pelo Brasil e Uruguai no mesmo ano em 1932. Informações retiradas de: https://data.ipu.org/compare/?field=suffrage.right_to_vote®ion=americas&chart=map&year_to=#. Acesso em 08 jun. 2025.

de inúmeras disputas travadas pelos movimentos sufragistas. Como foi então, que as mulheres adquiriram o status de cidadã? Quais os embates políticos que foram necessários para ter acesso a direitos básicos? Como foram incluídas na categoria de indivíduos? Como as cidadãs “passivas” tornaram-se ativas?

3.2 “AS MULHERES PRECISAM OCUPAR ESSE ESPAÇO”: AS CONQUISTAS E AS DISPUTAS FEMINISTAS

O direito ao voto, ser votado no Brasil, ainda é muito recente, 1932 ou 34. E a presença tanto no Executivo quanto no Parlamento é muito pequena. Nós somos a maioria da população brasileira e ainda não temos representatividade nesses movimentos de decisão, que são os espaços políticos. Só vai mudar a vida das pessoas quando as mulheres participarem dos processos políticos [...] **as mulheres precisam ocupar esse espaço**, porque não tem espaço vazio. (Lima, 2024, p. 14, grifo nosso).

A narrativa que inicia este subitem, problematizando a quase ausência das mulheres em cargos políticos é da atual deputada federal e ex-deputada estadual Ana Paula Lima (PT). Consideramos que o direito ao voto é uma das primeiras formas de garantir direitos políticos às pessoas. No Brasil, o direito ao sufrágio deveu-se a uma ampla luta dos movimentos feministas emergentes na segunda metade do século XIX. No contexto da Assembleia Constituinte de 1891, a primeira promulgada após a Proclamação da República (1889), a questão de estender o sufrágio às mulheres foi debatida entre os constituintes presentes. Entre os argumentos dos anti-sufragistas, destacavam-se principalmente aqueles relacionados à natureza das mulheres e ao seu lugar na esfera doméstica, já que, se saíssem deste espaço, a conservação da família corria grandes riscos (Hahner, 1981). Estes argumentos eram sobretudo calcados na construção da feminilidade das mulheres e de suas funções ditas como naturais, a saber, a criação das crianças e o cuidado com a casa.

Assim, a primeira Constituição republicana falhou mesmo em uma proposta de sufrágio para mulheres com títulos universitários ou que tivessem propriedade. Contudo, a nova Constituição não proibia diretamente o direito ao voto as mulheres, simplesmente não as considerava como cidadãs. Foram considerados eleitores brasileiros: homens, nascidos no Brasil e maiores de 21 anos (Brasil, 1891). A exclusão da categoria da cidadania para as mulheres era resultado da cultura da época: um apagamento que não precisava nem ao menos serem mencionadas (Pinto, 2003).

Por não serem diretamente excluídas como eleitoras no texto da Constituição, no decorrer do XIX, algumas mulheres podem ter compreendido isso como uma brecha e de forma

isolada, reivindicaram o direito de serem eleitoras e candidatas¹⁴⁰. Eram manifestações individuais e demonstravam o desejo de algumas mulheres de participarem da arena política.

Segundo Céli Pinto (2003), foi no interior das famílias oligárquicas que surgiram as primeiras vozes feministas no Brasil. Isto porque, famílias com maiores recursos financeiros enviavam suas filhas para o exterior para estudar, o que possibilitava um acesso maior ao mundo da leitura e da educação. Esse alcance das mulheres permitiu que entrassem em contato com escritas e visões feministas e passaram a ser pautas reivindicadas no Brasil. Além disso, cabe destacar o processo de urbanização ocorrido a partir de 1910, quando emergiu uma cultura urbana, acompanhada do surgimento de camadas médias e operárias e uma nova organização social (Pinto, 2003). O movimento de mulheres inseridas neste contexto é resultado dessa conjuntura, marcadas por uma estratégia complexa, buscavam apoio da opinião pública.

O movimento sufragista tinha como principal reivindicação a conquista dos direitos políticos das mulheres. Considerado o “feminismo bem-comportado”¹⁴¹ (Pinto, 2003, p. 15), pois não questionava as relações de gênero, ou seja, pretendia estender os direitos políticos às mulheres, mas, sem questionar a configuração do poder estabelecida entre homens e mulheres. Diferente das feministas francesas, que negavam as atribuições de gênero impostas pela sociedade, as brasileiras que reivindicavam o voto, não questionavam as definições dessas atribuições elencadas para as mulheres no seio da sociedade brasileira. Pelo contrário, temendo os argumentos anti-sufragistas, as feministas reivindicavam a identidade, o fato de serem mulheres e responsáveis pela educação das crianças eram colocados como argumentos favoráveis para o direito ao voto, sob a alegação de que suas atividades não iriam interferir ou atrasar os afazeres domésticos (Hahner, 1981). À luz do olhar do presente, estes argumentos podem ser problematizados, à medida que não consideraram alterações na estrutura patriarcal. Contudo, seria anacrônico querer que aquelas militantes no início do século XX defendessem um questionamento que se tornou significativo apenas na década de 1970 (Soihet, 2012).

As mulheres brasileiras disputaram o direito ao voto com as ferramentas que possuíam naquele contexto e se organizaram de diferentes maneiras para conquistar os direitos políticos. Em 1910, inconformada com a exclusão política, Leolinda Daltro em companhia de Gilka

¹⁴⁰ June Hahner (1981, p. 82) lembra que durante o Império, Isabel de Matos Dillon, graduada em direito, tentou votar. Quando a república foi proclamada, cinco mulheres em Goiás também tentaram ser inseridas nas listas eleitorais, mas foram recusadas. Outras tentativas foram registradas em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul (Pinto, 2003).

¹⁴¹ Pinto (2003, p. 38) elabora duas formas de feminismo para este momento: além do feminismo bem-comportado, o feminismo “malcriado”, que se expressava em passeatas, enfrentamentos com a justiça e em mulheres que escreviam jornais e peças de teatro. Somava-se a este, as anarquistas radicais, que discutiam o mundo do trabalho, distante das preocupações das feministas da elite.

Machado, fundam o Partido Republicano Feminino. O partido tinha como principal objetivo alcançar a emancipação e a independência das mulheres brasileiras (Pinto, 2003). É importante destacar, aquilo que nos lembra Pinto (2003, p. 18), o significado de um partido como uma organização de pessoas que pretende chegar à governança por meio de eleições. Isto é, o Partido Republicano Feminino foi uma ruptura cultural do contexto, visto que as mulheres não possuíam o direito de concorrer a cargos políticos. Este partido acabou desaparecendo em finais da década de 1910, mas contribuiu para levar ao debate público e à imprensa as reivindicações sufragistas pelo direito ao voto¹⁴².

O cenário político-social brasileiro na década de 1920 abriu brechas para intensificar o movimento feminista. Diversos movimentos vinham demonstrando a insatisfação ao longo da República e no campo da política, expressava-se demonstrações de desgosto com o sistema eleitoral vigente e com a incapacidade de uma representação plena (Soihet, 2012). Nesse contexto, concepções sobre as limitações das mulheres também sofreram contestação (Soihet, 2012) e o feminismo brasileiro estreitava laços com entidades internacionais também sufragistas¹⁴³. A aproximação de Bertha Lutz com feministas norte-americanas, como Carrie Chapman Catt, foi um dos fatores determinantes para elaborar os estatutos do que viria a ser a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF).

Liderada por Bertha Lutz, a FBPF nasceu de fato durante o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro, realizado em 1922 (Pinto, 2003, p. 23). Tendo como luta central o direito ao voto¹⁴⁴, a FBPF espalhou-se por outras regiões do país. As mulheres pertencentes à esta organização eram, sobretudo, mulheres cultas e pertencentes às classes dominantes. Isso facilitou o contato com a classe política brasileira, mas se limitava ao não tentar “agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais” (Pinto, 2003, p. 26). De qualquer forma, as pressões exercidas pelas feministas no Congresso Nacional resultaram em novos apoios nos meios políticos. A promessa do então candidato à governador do Rio Grande do Norte em 1927, Juvenal Lamartine de Faria, de estender os direitos políticos para as mulheres foi cumprida nas eleições do ano seguinte. Embora a esfera nacional não tenha considerado os votos das mulheres na eleição senatorial,

¹⁴² Como por exemplo, em 1917, o Partido promoveu uma passeata no Rio de Janeiro, contando com a presença de quase 100 mulheres que reivindicavam o direito ao voto (Telles, 1999). Isso pode ser visto como uma ampla mobilização das mulheres, dado o contexto da época.

¹⁴³ Em 1922, Bertha Lutz participou da Primeira Conferência Interamericana de Mulheres, em Baltimore, e aproximou a militância das mulheres brasileiras com a norte-americana, no caso à NAWSA (National American Women's Suffrage Association) (Soihet, 2012, p. 224).

¹⁴⁴ Mas não apenas. Várias militantes dessa organização preocuparam-se também em garantir direitos às mulheres das classes trabalhadoras e em possibilitar a participação das mulheres como cidadãs ativas da sociedade em geral (Soihet, 2012).

elas conseguiram votar nas eleições locais daquele estado. Em 1929, Alzira Soriano de Souza foi eleita a primeira prefeita do Brasil, no município de Lajes.

Utilizando-se do argumento do direito ao voto no Rio Grande do Norte, somado ao aumento do número de mulheres alfabetizadas e em precedentes internacionais, a Federação prosseguiu com sua campanha (Hahner, 1981). A década de 1930 emergiu com um leque de possibilidades para as mulheres alcançarem a conquista ao voto. Com o fim da República Velha e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, o governo se comprometeu a realizar reformas no código eleitoral. Nesse contexto, a FBPF realizou o Segundo Congresso Internacional Feminista em 1931 e encaminharam à Vargas as reivindicações pelos direitos de serem eleitoras e eleitas. O código eleitoral provisório publicado em agosto daquele ano, foi insatisfatório para as feministas. Segundo este código, poderiam votar apenas mulheres solteiras ou viúvas com renda própria, ou mulheres casadas com a permissão do marido (Hahner, 1981). A pressão feminista foi fundamental para remover as restrições deste código, antes que fosse adotado pela nova Constituição.

Em 1932, o novo Código Eleitoral, sob o decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro, admitia as mulheres como eleitoras, nos mesmos princípios que os homens (Brasil, 1932). Mas a luta das feministas não se findou com a conquista do voto. Era necessário ser incisiva para que esse princípio fosse incorporado na Constituição. A FBPF, representada por Bertha Lutz acompanhou de perto os trabalhos para a votação da nova Constituição, garantindo em 1934 que o voto feminino fosse incluído no artigo 108 da nova legislação federal (Soihet, 2012). A FBPF continuou atuante mesmo após a conquista, tentando eleger Bertha Lutz ao cargo de deputada na Constituinte de 1934, porém, sem sucesso (Pinto, 2003).

Organizações como o FBPF e o Partido Republicano Feminino, demonstram sobretudo, que as mulheres não estavam satisfeitas nas condições que se encontravam com seus direitos limitados. Demonstram agência, resistência e protagonismo nas disputas das mulheres inseridas em um contexto patriarcal e elitista, mas que conseguiram, através de suas possibilidades, alcançar importantes conquistas como o direito ao voto. Questões relacionadas à educação, trabalho e saúde também foram reivindicadas pelas sufragistas. Elas compreendiam que o acesso à educação permitiria os mesmos meios para o exercício do trabalho, e com isso, a mesma remuneração que os homens (Soihet, 2012). A atuação destas feministas foi essencial para garantir conquistas, mas também, para mudança cultural sobre as capacidades das mulheres naquele contexto.

Nesse sentido, não apenas estas organizações foram efetivas para o alcance da cidadania política, há de se considerar também, a manifestação na imprensa da época como destaque na

formação da opinião pública e a pressão exercida sobre a elite política. Ao focar na questão da circulação de jornais feministas da época, precisamos localizar o contexto em que o país se encontrava: mais da metade da população vivia no meio rural, com grande maioria analfabeta, sobretudo, mulheres (Pinto, 2003). Mesmo assim, os jornais foram um importante instrumento de conscientização política em um momento em que o principal meio de comunicação era através dos periódicos. Além disso, demonstravam um início da construção e circulação de pensamentos sobre os direitos das mulheres¹⁴⁵.

A importância da conquista do direito ao voto das mulheres é indiscutível. Através dessa obtenção de direitos políticos, elas ascenderam para categoria de cidadãs ativas, tiveram a oportunidade de escolher representantes e de serem eleitas. Contudo, é preciso lembrar que esse direito não se configurou da mesma maneira para todas as mulheres. O Código Eleitoral de fevereiro de 1932 previa que não seriam eleitores/as os/as mendigos/as e analfabetos/as (Brasil, 1932). Em um país que havia acabado de abolir a escravidão, o número de mulheres negras não alfabetizadas era muito maior que o número de mulheres brancas. Há de se considerar também, que o feminismo que reivindicava o direito ao voto, era formado principalmente por mulheres intelectualizadas, de classe média-alta, brancas e alfabetizadas.

Dessa forma, para que todas as mulheres atingissem o status de cidadãs, era necessário que mudanças para além do aspecto jurídico fossem realizadas - como alterações econômicas e ampliações no acesso à educação e ao trabalho – que possibilitassem direitos fundamentais para o exercício da cidadania. A conquista do direito ao voto foi recortada racialmente e isso não estava claramente descrito na legislação, mas sim em aspectos econômicos, culturais e sociais, que impossibilitavam algumas mulheres enquanto permitiam outras. Esse recorte racial no direito ao voto, se demonstra ainda presente no contemporâneo.

Em Santa Catarina – unidade federativa foco desta pesquisa – apenas duas mulheres negras ocuparam cargos como deputadas estaduais desde a criação da ALESC. Entre muitas motivações que podem ser atribuídas a este fato – como a branquitude; a herança da colonização europeia, além da portuguesa; o racismo etc. - uma delas pode ser este impedimento inicial da garantia primeira de direitos políticos.

¹⁴⁵ Pinto (2003, p. 31-32) relata sobre o jornal *15 de Novembro do Sexo Feminino*, fundado em 1873, tinha tiragem quinzenal e preocupava-se da questão do direito ao voto e a luta por direitos civis. Além deste, o jornal *A Família*, editado por Josephina Álvares de Azevedo, circulou em São Paulo entre 1888 e 1897, abordando sobre a educação da mulher como forma de libertação. Também Hahner (1981, p. 54) lembra o jornal *O Sexo Feminino* publicado em 1873 em Minas Gerais por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, dedicado para questões referentes à educação, instrução e emancipação da mulher.

Em Santa Catarina, embora não tenha registros de organizações sufragistas (Pedro, 2004), a deputada Antonieta de Barros trocou correspondências com Bertha Lutz. À despeito disso, Karla Nunes (2001) evidencia que embora a deputada não se considerasse feminista – provavelmente devido aos estigmas do seu tempo do que era ser uma feminista – se manifestava favorável ao voto das mulheres, embora não questionasse a ordem vigente entre as relações de gênero. Foi também neste momento em que a deputada foi eleita para assumir cadeira legislativa na ALESC pela primeira vez, no período de 1935 até 1937, desafiando todos os estereótipos da época, que a primeira mulher negra ocupou o cargo de deputada estadual em Santa Catarina e no Brasil.

A democracia no Brasil é frágil: o próprio conceito não é algo fechado, pronto, está sempre em transformação, em disputa. Fernando Perlatto (2021), relembra que o Brasil passou por outras crises democráticas anteriores à 1964, ou seja, não foi apenas na ditadura civil-militar que o país teve períodos autoritários: “se somarmos com o tempo da ditadura do Estado Novo, podemos dizer que o país viveu três décadas de regimes autoritários e ditatoriais” (Perlatto, 2021).

Por isso, é preciso estar atenta sobre a conquista de direitos, principalmente das mulheres e para manutenção deles. Após três anos da nova Constituição instaurada, em 1937, Getúlio Vargas elabora um golpe de Estado e instaura uma ditadura, que ficaria conhecida como Estado Novo. As eleições acabam e os direitos políticos das pessoas são retirados. Nessa conjuntura, acabaram-se com o Parlamento, Assembleias estaduais e Câmaras Municipais, ficando a cargo do presidente elaborar decretos-lei em todas as questões de responsabilidade do governo federal (Fausto, 2006). Isso contribuiu para que o movimento de mulheres, não conseguisse, ao menos de forma plena, realizar manifestações, até a deposição de Getúlio, em 1945 (Soihet, 2012). Isso não significa que as mulheres não estiveram atuantes neste período.

Durante o Estado Novo, as mulheres eram vistas como “útero reprodutor da vida e valores, ou seja, o interesse do Estado era manter as mulheres sob controle, para que exercessem seu papel de reprodutoras da nação” (Fáveri, 2005). As funções ditas femininas, centradas na função reprodutora e materna das mulheres, possuem historicidade, como aponta Fáveri (2005), são construídos por teorias estabelecidas na sociedade moderna, apoiadas nas filosofias iluministas, quando os corpos passam a ser controlados como mão-de-obra fundamental à nova ordem.

Foi também neste contexto, que mulheres em Santa Catarina foram incumbidas a servir a pátria, com a função de “abrasileirar” as crianças durante o Estado Novo. Com a expansão do nazismo e o advento da Segunda Guerra Mundial, a política nacional varguista reafirmou por

meio de decretos-lei a necessidade da nacionalização do Brasil. Isso se especificava nos esforços em eliminar elementos estrangeiros, como a linguagem. Santa Catarina constituía-se em um polo de muitos imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, que vieram para o estado através das políticas imigratórias, em função principalmente da agricultura, mas também se estabeleceram nas cidades, fundando colônias e se organizando em contextos sociais (Fáveri, 2004). Nesse sentido, coube às mulheres a função de ensinar a língua nacional em escolas do interior do estado. Marlene de Fáveri (2005) mostra como muitas mulheres do litoral migraram para cidades menores, chamadas como “missionárias” patriotas, tendo como função a “nobre missão” de educadoras.

O que fica claro, é que durante o Estado Novo do período varguista, as atribuições tradicionais de gênero, foram reforçados sob uma estrutura ampla: atendendo as necessidades da nacionalização e do Estado, decretos-leis foram promulgados que reconduziam as mulheres ao trabalho de cuidado, a reprodução da nação e aos homens o papel de provedores, úteis para o trabalho e sobretudo, patriotas. Estas ideias eram frequentemente reafirmadas e estruturadas por discursos da imprensa e de jornais da época (De Ostos, 2012). O que foi importante mostrar aqui, é que embora os direitos políticos das pessoas tenham sido negados durante o Estado Novo, as mulheres continuaram sendo atuantes daquele Brasil em transformação, seja enviando roupas aos soldados em batalha (Soihet, 2012), seja ensinando a crianças a língua nacional, como “guardiãs da brasilidade”. Todos esses aspectos reafirmavam as “atribuições” das mulheres segundo suas “naturezas” e a reafirmação da biologização dos corpos. A elas, por terem funções reprodutoras e por conseguinte maternais, foram designadas funções como educadoras e cuidadoras, contribuindo para o afastamento de espaços de poder e tomadas de decisões.

Com a deposição de Getúlio Vargas em 1945 a democracia foi reestabelecida no país. A Nova Constituição elaborada em 1946, reestabeleceu o voto direto e secreto; o sufrágio universal de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei: os analfabetos ainda não poderiam votar (Brasil, 1946). Nos anos 1950, o Brasil vivia um período marcado pela ascensão da classe média, com o crescimento urbano e industrialização acelerada. Nesse contexto, ampliaram-se as possibilidades educacionais para homens e mulheres (Bassanezi, 1997). Contudo, as diferenças entre as atribuições masculinas e femininas continuaram prevalecendo na cultura da época. Carla Bassanezi (1997) mostra como os “anos dourados” sustentaram o padrão da família tradicional brasileira: o homem como chefe do lar, mas dedicado ao trabalho público; às mulheres, o retorno ao lar – causados pelo fim da II Guerra Mundial - e aos valores morais da sociedade.

Isso não significa que todas as mulheres deste período foram “obedientes” ao que o sistema lhes impusera. A atuação de mulheres “mandonas” é encontrada também neste cenário. Marcela Morente (2015) identificou as estratégias das mulheres participantes da militância política no período entre 1945 e 1964. Segundo a autora, “além de representarem uma ameaça à ordem estabelecida, essas mulheres também representavam uma ruptura com o discurso oficial sobre o papel feminino, que idealizava a mulher brasileira como boa mãe e boa esposa” (Morente, 2015, p. 18). Além de romper com ideais da feminilidade daquela conjuntura, essas mulheres promoviam também a politização de outras mulheres, participando de manifestações e comícios que questionavam a situação política e econômica do país. Ou seja, eram mulheres politizadas e atuantes, mesmo em um período no qual o senso comum tentava reenquadrá-las no espaço do lar, elas saíram às ruas, manifestaram-se e reivindicaram melhores condições de vida.

Cabe lembrar ainda, que neste mesmo cenário dos “anos dourados” - em que era propagada a moralidade que as mulheres deveriam cumprir e a imagem de uma família tradicional hegemônica – em Santa Catarina, Antonieta de Barros¹⁴⁶ assumia uma cadeira no legislativo catarinense pela segunda vez, desafiando as normas das atribuições estabelecidas socialmente para as mulheres. No final da década de 1950, uma segunda mulher assumiu uma cadeira legislativa na ALESC: Ingeborg Colin, como suplente convocada, esteve na assembleia entre 1959 e 1963. Para o Congresso Federal, foram eleitas apenas 2 mulheres¹⁴⁷ na década de 1950, sendo uma por São Paulo e outra pela Bahia: Cândida Ivette Vargas Martins¹⁴⁸ e Leonina Nita Barbosa Souza Costa¹⁴⁹, apesar de poucas, estas mulheres representaram uma transgressão nas ideias vigentes da época.

Como já mencionado, a frágil democracia no Brasil teve vida curta neste período. Em 1964, ocorreu o golpe civil-militar que retirou o então presidente João Goulart do poder e suspendeu as eleições para os cargos de presidente da República, governadores e senadores. Neste contexto, homens e mulheres votavam apenas para os cargos no Congresso Federal, Assembleias Estaduais, prefeituras¹⁵⁰ e Câmaras Municipais¹⁵¹. Os vinte e um anos que se

¹⁴⁶ A deputada assumiu pela segunda vez entre 25 de março de 1947 e 31 de janeiro de 1951, convocada como suplente.

¹⁴⁷ Informações oriundas da Câmara dos Deputados, realizadas pela autora em maio de 2025.

¹⁴⁸ Conhecida como Ivette Vargas foi eleita pelo estado de São Paulo, pelo PTB, em cinco candidaturas, estando presente na Câmara entre 1951-1967 e novamente entre 1983-1987.

¹⁴⁹ Nita Costa, eleita pela Bahia, pelo PTB, esteve na Câmara entre 1955-1959.

¹⁵⁰ Ressaltando que, durante esse período, nas cidades consideradas “estratégicas” como as capitais de Estado, não havia voto direto para prefeitos/as. Dados retirados do site: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm>. Acesso em: 05 junho 2023.

¹⁵¹ Segundo informações da Câmara Federal. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/143270-anos-60-e-70-ditadura-e-bipartidarismo/>> Acesso em: 12 abril 2025.

seguiram foram difíceis para os/as brasileiros/as. Foi uma ditadura marcada por censura, prisões, desaparecimento de pessoas, cassação de direitos políticos, tortura e exílio. Diversos países da América Latina passaram por golpes militares e enfrentaram governos autoritários no mesmo período. Assim, enquanto as feministas na Europa e nos Estados Unidos avançavam em debates sobre direitos das mulheres, principalmente ligados ao corpo e à sexualidade, no Brasil, o cenário era primordialmente de uma luta contra a ditadura e a favor da restauração da democracia.

Contudo, foi nesse contexto de lutas políticas que os movimentos feministas começaram a emergir e se desenvolver no Brasil. Pinto (2003) fala sobre o paradoxo existente nos feminismos daquele momento: na perspectiva do governo militar ultradireitista e conservador, era malvisto; já no interior das organizações de esquerda também não recebia apoio, pois os homens temiam perder seus poderes dentro das organizações e nas relações pessoais. Eles privilegiavam a luta do proletariado na derrota do capitalismo acima de pautas identitárias. Mesmo assim, há registros de feministas organizadas neste período.

No início dos anos 1970, surgiram grupos feministas em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Estes grupos, tinham caráter informal, eram reuniões que ocorriam dentro das casas das mulheres e era necessário um convite para participar (Pinto, 2003). Paralelamente a isto, neste período, muitas brasileiras foram exiladas e precisaram sair do país devido à repressão e perseguição do regime militar. Muitas destas mulheres partiram para França, onde encontraram um cenário de efervescência cultural e política muito distinto das vivências no Brasil. As brasileiras exiladas entraram em contato com as ideias feministas e passaram a se organizar¹⁵², construindo espaços públicos de reflexão e promovendo uma política de expansão e intercâmbio com as feministas que estavam no Brasil (Pinto, 2003). Recebiam críticas dos companheiros homens, acusadas de que a pauta feminista, causaria uma divisão na luta contra o capitalismo e o regime ditatorial, mas essas mulheres, viam a luta de classes e a luta pela liberação das mulheres como questões distintas e argumentavam que uma luta não poderia submeter-se à outra (Pinto, 2003).

Nesse sentido, Joana Maria Pedro e Cristina Wolff (2007) mostram que havia disputas e conflitos mesmo entre os grupos das feministas brasileiras exiladas na França. As autoras focalizaram o estudo em dois grupos: *Nosotras* e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e através da análise dos seus discursos e das imagens publicadas em seus periódicos,

¹⁵² Foram criados grupos na França, como o Grupo Latino-americano de Mulheres, em 1972 e o Comitê da Mulher Brasileira. Em 1975, a maioria das mulheres desse Comitê formou o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (Costa, 2010).

demonstraram que havia diferenças significativas entre o que os dois grupos entendiam como feminismo. O grupo *Nosotras*, adotava um feminismo “diferencialista”, considerado radical nos Estados Unidos, que reforçava uma perspectiva de reunir somente mulheres em suas discussões, pois, para elas, todas as mulheres possuíam algo em comum que seria o sexo, e isso fazia com que fossem submetidas ao poder dos homens, portanto, era necessário criar conscientização entre as mulheres para transgredir a submissão (Pedro; Wolff, 2007). Já o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, era um grupo mais preocupado em resolver questões conectadas a esfera política da esquerda brasileira. Essas mulheres evidenciavam as reivindicações feministas como pautas importantes, mas preocupavam-se mais com questões políticas como a luta contra o regime militar e não pareciam querer se desvincular dos homens; discutiam os objetivos políticos e os objetivos feministas separadamente, tentando compreender qual seria mais importante naquele momento de disputas políticas.

É importante destacar, que ao mesmo tempo que esses grupos feministas começavam a se organizar, tanto no exílio – mesmo com disputas entre si - como no Brasil, outras organizações de mulheres – não propriamente feministas – delineavam disputas políticas no país. Eram movimentos organizados principalmente por mulheres de classe média e pobre, que reivindicavam melhores condições de vida, principalmente em questões relacionadas a precariedade da alimentação, a falta de creches e escolas e melhorias em postos de saúde¹⁵³. Ou seja, a partir de seus lugares como mães e donas de casa, disputaram no espaço público e político melhorias no âmbito privado.

O ano de 1975 foi emblemático na história do feminismo no país. Em pleno cenário ditatorial, a ONU (Organização das Nações Unidas) definiu esta data como o Ano Internacional da Mulher e promoveu um encontro no México para debater sobre o assunto. Foi também, o primeiro ano da Década da Mulher – que durou até 1985. No Brasil, foi organizado um evento no Rio de Janeiro para comemorar a data, quando foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (Pinto, 2003). O Centro foi uma importante organização das feministas no Brasil, um espaço institucional onde puderam reivindicar questões relacionadas àquelas que as organizações de mulheres já vinham disputando, como o aumento de creches, a ampliação de merenda escolar, igualdade salarial e condições mais adequadas de trabalho. Também lutavam pela anistia ampla e geral e por eleições diretas. Este ano também ficou marcado pela criação do Movimento Feminino pela Anistia¹⁵⁴. Esse movimento reunia familiares de pessoas que

¹⁵³ Foram organizações que ficaram conhecidas como Movimento contra a Carestia e Movimento por creches.

¹⁵⁴ Foi fundado por Terezinha Zerbini e esteve ligado ao Ano Internacional da Mulher e à própria reunião da ONU; reivindicava por anistia ampla, geral e irrestrita (Pinto, 2003).

havia sido presas ou exiladas por causa da luta contra a ditadura e foi crucial para a campanha da anistia promulgada quatro anos depois, em 1979.

As mulheres foram militantes ativas dentro das organizações de esquerda nos anos de ditadura no Brasil. Cristina Wolff e Luísa Briggmann (2019) destacam a atuação das mulheres não apenas na retaguarda - ajudando na logística das ações e escondendo pessoas e materiais -, mas também em atividades que envolviam a luta armada. Nesse contexto, muitas mulheres foram presas e torturadas e nas prisões, o corpo delas transformou-se em um campo de batalha, onde os militares visavam colocá-las em seus “devidos lugares” (Briggmann; Wolff, 2019). Dentro desse movimento, foi um momento em que muitas delas se descobriram como feministas (Briggmann; Wolff, 2019).

Em Santa Catarina, as mulheres também estavam organizadas em movimentos contrários à ditadura civil-militar. Alguns nomes aparecem com mais frequência na historiografia local, a saber: Derlei Catarina de Luca; Raquel Felau Guisoni e Marlene Soccas. Derlei Catarina escreveu uma autobiografia, intitulada “No corpo e na alma”, na qual deixa visível como as questões de gênero foram vivenciadas durante o período de militância. A catarinense foi perseguida, exilada, torturada e presa. Raquel Guisoni construiu sua trajetória no movimento estudantil, ligada à Juventude Universitária Católica (JUC). Com o nascimento da filha, a militante e seu marido mudaram-se para o interior do Paraná, em uma área rural, entrando para clandestinidade (Koerich, 2014). Marlene Soccas iniciou sua militância no final da década de 1960, com aproximações à movimentos de esquerda como a Ação Popular (AP) e a Vanguarda Revolucionária (VPR). Marlene foi presa e torturada, ficando na prisão por mais de dois anos, de maio de 1970 a julho de 1972 (Nietto, 2019). Essas mulheres e tantas outras aqui não citadas, são considerados símbolos de resistência catarinense contra a ditadura e demonstraram através de suas atuações, a persistência na luta pela defesa do reestabelecimento democrático.

Enfim, o feminismo emergente nos anos 70 no Brasil, vivenciou momentos de embate dentro do próprio movimento e em suas relações com organizações de combate ao regime ditatorial. Se propagou através de encontros, organizações, movimentos e periódicos de circulação nacional. Além de assumir novas bandeiras, como os direitos reprodutivos, questões relacionadas à sexualidade e o combate à violência contra a mulher, também se organizou com as lutas pela redemocratização política do país (Costa, 2010).

Importante lembrar que não apenas as mulheres de esquerda estavam organizadas. No contexto da ditadura civil-militar, mulheres de direita também foram às ruas mobilizadas pela pauta de defesa da “família”, da “moral” e dos “bons costumes”. Um exemplo disso foi a

Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu cerca de 300 mil pessoas em São Paulo, nas vésperas do golpe de 1964. A Marcha contou com organizações de mulheres, como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) e a União Cívica Feminina (Biroli, 2014).

A Marcha também ocorreu em Santa Catarina, na capital do estado, no dia 17 de abril de 1964. Nesta ocasião, Edith Gama Ramos, a então primeira-dama do estado, pronunciou um discurso parabenizando a vitória do movimento civil-militar que havia retirado João Goulart do poder (Silva, 2014). Edith também era uma das líderes da CAMDE, fundada em Santa Catarina em janeiro daquele mesmo ano, realizava um chamado às mulheres para que se envolvessem na política, como forma de salvar a família contra as “perigosas” ameaças comunistas. A CAMDE era formada principalmente por mulheres de famílias burguesas e com ligação ao poder político local, como no caso da família Ramos (Silva, 2014). O que percebemos é que a CAMDE se utilizava das supostas funções de gênero – como mães e cuidadoras - para convocar as mulheres a participarem das atividades que apoiavam o golpe militar.

O cenário da década de 1980 emergiu com novas questões para o movimento feminista, marcado por dois acontecimentos determinantes que atingiram o movimento de forma direta ou indireta: o retorno das pessoas exiladas e a reforma partidária (Pinto, 2003). Em 1982 foram realizadas as primeiras eleições gerais no país (exceto para presidente da República) e o movimento feminista encontrava-se dividido: de um lado, as que buscavam institucionalizar o movimento e encontrar apoio na esfera estatal e de outro, feministas autônomas, que percebiam essa aproximação com o Estado como um perigo. A institucionalização ocorreu por meio movimentos de mulheres organizadas, aproximadas ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), resultando na criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado em 1985 atuou até 1989.

O CNDM foi um instrumento mobilizador das mulheres na preparação da Assembleia Nacional Constituinte, e sobretudo, um dos mais importantes para a preparação da nova Constituição que viria a ser promulgada em 1988. O Conselho teve atividades em todo o país, distribuindo uma carta que procurava abarcar propostas das diferentes mulheres. Isso resultou em um documento entregue aos constituintes, chamado de “Carta das Mulheres”¹⁵⁵. Segundo Pinto (2003), esse foi o documento mais completo produzido na época e possivelmente, um dos

¹⁵⁵ Pinto (2003, p. 75) lembra que esse documento defendia a justiça social, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), o ensino público e gratuito, reforma agrária, entre outras propostas. Em relação aos direitos da mulher, o documento apresentou reivindicações referentes à saúde, trabalho, sociedade conjugal, e sobretudo, algo original: a questão da violência contra a mulher, pedindo por criações de delegacias especializadas para atendê-las em todo o país. Além disso, o documento postula a temática do aborto, pauta que não foi levada no documento oficial “Proposta à Assembleia Nacional Constituinte”, segundo a autora, por uma questão estratégica de não criar problemas com a esfera estatal.

mais fundamentais feitos pelo feminismo brasileiro contemporâneo. O mais importante a se observar, é que a maioria das reivindicações das feministas foram atendidas pelos constituintes e anexadas na Constituição de 1988, isso foi resultado de uma estratégia bem realizada de mulheres do país inteiro, como aponta Pinto (2003, p. 76):

Trata-se de formas alternativas de participação política que não passam pela representação. Atuar politicamente por meio de pressão organizada, capaz inclusive de ser propositiva, foi uma das marcas do movimento feminista brasileiro da década de 1980. O caso da Constituinte é particularmente interessante, pois não se tratava de forma alguma de um Congresso Constituinte feminista, nem mesmo de uma bancada feminina feminista. Todavia foram muitas as vitórias do movimento.

Cabe destacar que no contexto da Assembleia Constituinte, foram eleitas para a Câmara dos Deputados apenas 26 mulheres, ou seja, 5,7% das cadeiras (Pinto, 2003). O “novo” movimento feminista que tinha algumas décadas de atuação no país, não conseguiu resolver a questão da representatividade no campo da política institucional – ainda atualmente, não foi possível chegar a esse êxito, como veremos adiante. Mesmo assim, estas poucas mulheres eleitas criaram a “Bancada Feminina”, acataram as reivindicações dos movimentos feministas e da “Carta das Mulheres brasileiras aos constituintes” produzidas pelo CNDM e resultou em importantes avanços na Constituição brasileira. Aprovada a carta em 1987, esse processo de articulação entre o CNDM, a Bancada Feminina, as organizações civis e os movimentos de mulheres, ficou conhecido como *Lobby do Batom* (Pitanguy, 2011).

Outros grupos feministas brasileiros desenvolviam-se neste momento, em um caráter autônomo. Estes grupos reivindicavam principalmente duas questões específicas, que diziam respeito à violência contra as mulheres e a saúde. Suas atuações resultaram na criação de grupos como o SOS Mulher e a criação de delegacias especializadas para as mulheres. O mais importante, sobretudo, é que as mulheres passaram a ser identificadas como vítimas das violências, em um cenário no qual até então, a legislação era favorável aos homens, já que possibilitava o homicídio de mulheres e a violência em nome da “legítima defesa da honra”.

É datado também na década de 1980, o surgimento do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Em Santa Catarina, este movimento é considerado um dos primeiros do país, em relação a mulheres de áreas rurais organizadas (Salvaro; Freitas, 2019). Embora o movimento só tenha se oficializado como feminista em 2004 - momento que também mudou o nome para Movimento de Mulheres Camponesas – suas reivindicações eram pautadas em ampliações nos direitos das mulheres rurais, a saber: o reconhecimento oficial como trabalhadoras rurais, o direito à aposentadoria, ao salário-maternidade, auxílio-doença e à documentação (pessoal e profissional), que foram garantidos com a Constituição de 1988 (Salvaro; Freitas, 2019) demonstrando resultados efetivos das lutas das mulheres camponesas.

Cabe destacar, que foi apoiada por este movimento que a primeira mulher agricultora chegou à Assembleia legislativa catarinense: Luci Choinacki (PT), uma das dirigentes do movimento, foi eleita para o cargo em 1986.

Todos esses movimentos e articulações ocorridos na década de 1980 demonstram uma ruptura das funções sociais estabelecidas para as mulheres. Elas saíram do lar, estavam presentes em embates políticos, organizaram-se em movimentos e conseguiram conquistar importantes direitos na nova Constituição. O importante de ser mostrado aqui, é que os avanços desde os direitos políticos reivindicados pelas sufragistas até as conquistas na Constituição de 1988, foram pautas dos movimentos feministas, calcados em diferentes lutas e embates durante a história do Brasil. Sim, as mulheres conquistaram o título de “cidadãs ativas” – reivindicados pelas feministas francesas e pelas mulheres brasileiras ainda nos finais do XIX e início do XX. Alguns problemas, no entanto, persistiram e seguem sendo campos de disputas no tempo presente. Entre eles, está a representação política.

Consideramos que os esforços dos movimentos feministas para obtenção de direitos destacados anteriormente nesse texto, foram essenciais para criação de novas mentalidades que incluíssem as mulheres como sujeitas políticas; que sua “natureza” não as deveria limitar ao espaço privado e que poderiam sim ocupar espaços políticos, sendo candidatas, vereadoras, deputadas, senadoras e afins. Contudo, mesmo com esses avanços, no Brasil, as mulheres continuam na sub-representação da arena política institucional, mas, ainda há presença: como estudamos nesta pesquisa, em Santa Catarina, foram vinte delas na Assembleia estadual.

3.2.1 “Se tiver mais de uma já não dá”: mecanismos legais, avanços dos direitos e partidos políticos

Mesmo reconhecendo a presença das mulheres nos espaços políticos institucionais e tendo como foco desta pesquisa a trajetória e atuação política delas, não podemos deixar de problematizar a sub-representação política e de procurar explicações para isso. O fundamento histórico realizado acima, é assumido em partes como justificativas, a saber: a divisão sexual das esferas de trabalho; a maior responsabilidade com a criação das crianças; o racismo, enfim, a dicotomia público *versus* privado que estabeleceu culturalmente os “devidos” lugares ocupáveis por homens e mulheres. Além disso, as conquistas básicas dos direitos das mulheres foram batalhadas pelos movimentos feministas, foram resultado de lutas e são recentes.

Somamos a todos esses fatores, outras questões de caráter explicativo: primeiramente, as mulheres, por serem historicamente responsáveis pelo âmbito doméstico, resulta em menos tempo para estarem presentes em esferas públicas e isso se reflete em menores possibilidades

de construir capital político; a falta de tempo também é vista na relação com os partidos políticos – estes geralmente realizam reuniões e discussões em horários que as mulheres não podem participar, por estarem envolvidas com suas “destinadas” tarefas.

Além disso, os partidos se apresentam com outras dificuldades, como em relação ao financiamento de campanhas das mulheres e a falta de incentivo e apoio real à suas candidaturas; a violência política de gênero é mais um elemento adicionado neste âmbito, pois, é um dos fatores que mantém a estrutura patriarcal no poder e distancia as mulheres da vontade de querer ocupar estes cargos. Como afirmado por Ana Paula Lima (PT):

E quando a gente é mulher, a gente tem que provar a todo momento, não que é boa, mas que é ótima em tudo que a gente faz. Então, no mundo da política, quando vem prefeito homem falar com a gente, dificilmente ele olha nos nossos olhos. Ele geralmente desvia o olhar, porque eles não entendem que esse espaço a gente conquistou com muito duras penas. Então, ainda tem isso, o espaço político, ainda os homens acham que é deles (Lima, 2024, p. 11).

Ter que provar em todos os momentos que é “ótima” no campo político é um desgaste para mulheres que não é vivenciado pelos homens. Isso ocorre porque esse lugar não pertence historicamente a mulheres e a prevalência da cultura patriarcal somada aos discursos violentos e misóginos contribui para manutenção do poder nas mãos dos homens. Além disso, somamos o fato de ser mulher e participar da política institucional especificamente em Santa Catarina: um estado considerado o “laboratório” do fascismo brasileiro na contemporaneidade¹⁵⁶. Como já argumentado no primeiro capítulo, a conexão entre o neofascismo e o neoconservadorismo contribui para afastar mulheres da política institucional, afeta a qualidade democrática e gera margem para que o poder político se mantenha nas mãos dos mesmos: homens brancos, cisgêneros e de classe média.

Outro fator que precisamos evidenciar, é o papel das mulheres para atuarem nos bastidores do campo político institucional. Ou seja, elas estão presentes fazendo campanhas, entregando santinhos, acompanhando os maridos que são políticos, articulando-se principalmente com a ala “feminina” dos partidos, e possivelmente, fazendo os “lanchinhos” das reuniões partidárias e organizando os espaços para que essas ocorram. Todas essas “atribuições” das mulheres, as colocam em espaços subalternos, ou seja, elas estão presentes e são atuantes, mas dificilmente são consideradas para concorrerem ao cargo político. A menos que, em decorrência da impossibilidade de seus companheiros, tios, avôs, enfim, homens da família, seus nomes por já serem reconhecidos pelo capital familiar, tornam-se possibilidades

¹⁵⁶ Este termo tem sido utilizado por *influencers* e pessoas na política de diversos estados brasileiros. Para mais informações visualizar: <https://www.instagram.com/reels/DQruNSFiMmc/> e <https://www.instagram.com/reels/DSd0HBdjQo2/>. Acesso em: 09 jan. 2026.

de obter ganhos eleitorais. Dirce Heiderscheidt, ex-deputada estadual eleita pelo PMDB, por exemplo, nos contava em entrevista:

B: E teu pai é vereador lá, nessa cidade?

D: Sim, lá.

B: E você era criança?

D: É, 9 anos, 8 anos... B: Mas já ouvia falar de política?

D: Sim, já ouvia. Já participava entregando santinho e essas coisas assim, já ia junto naquela época. Um dia antes da eleição tu panfletava os colégios, entregava, tudo isso participava junto. Com 8, 9 anos, ia com a minha mãe, o meu pai, ia fazer isso. Já fazia. Depois casei, não é? [...] Nestor, tornou prefeito reeleito de Palhoça. Fui a primeira-dama, fui a primeira secretária da assistência social do município.

Percebemos segundo essa narrativa, que a deputada se envolveu com política ainda criança, devido ao cargo que o pai ocupava como vereador. Sua relação com a política iniciou assim, entregando santinhos e panfletando no período da campanha eleitoral. Depois, tornou-se primeira-dama do município de Palhoça em Santa Catarina e assumiu a Secretaria de Assistência Social do município. O que percebemos, é que Dirce esteve presente nos “bastidores”, fazendo campanha para seu pai e posteriormente para seu marido. O que modifica, na segunda situação, é que ela assume um cargo de poder na Secretaria da Assistência Social, porém, ainda assim, está em um cargo considerado como de “cuidado”, ou seja, remete ao fato de que mulheres são cuidadoras. O que queremos dizer é que, sua atuação foi importante tanto para eleger o pai, como na eleição do marido que foi reeleito e que as mulheres costumam desempenhar esse ofício de “auxílio” na campanha dos homens da família.

Ada de Luca (PMDB) nos disse em entrevista: “Quanto mais o homem não valoriza a mulher, ele quer a mulher para entregar santinho” (De Luca, 2024, p. 14), corroborando com nossa perspectiva sobre o assunto: o que fica presente na cultura ocidental é que esse é o espaço que elas deveriam ocupar: a mão que ajuda, e não o de lançar-se na candidatura política.

Mecanismos legais foram desenvolvidos e ratificados por diferentes países como tentativa de resolução deste problema – da sub-representação –, entre eles, o Brasil. Nessa esteira, lutas em prol da conquista de mais direitos para o exercício da cidadania das mulheres são reencaminhadas na Década da Mulher (1975-1985), sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU). Em uma sequência de eventos internacionais sobre mulheres – México, 1975; Copenhague, 1980; Nairóbi, 1985; Plataforma de Ação de Beijing (1985) – são sintetizadas diretrizes visando garantir e promover os direitos humanos das mulheres e dentro disso, a problemática da sub-representação na política emerge como um desafio que precisa ser resolvido.

Jussara Prá (2014) advoga que desde 1945, com a Carta das Nações Unidas, o fito de respeitar os direitos humanos das mulheres faz parte de normativas internacionais, disto

sobressai a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)¹⁵⁷ de 1979. A CEDAW foi resultado da reivindicação de mulheres, a partir da primeira Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada no México em 1975 (Piovesan, 2011) e tem como função monitorar o exercício efetivo dos direitos das mulheres nos governos que fazem parte da Convenção, ao mesmo tempo que, compromete os Estados a “garantir o exercício e o desfrute dos direitos estabelecidos” (Prá, 2014, p. 176).

No Brasil, país signatário desta agenda, a Constituição de 1988 acolheu os tratados dos direitos humanos sem mencionar a Convenção, assim, a tendência é de que os tratados acolhidos no CEDAW sejam igualados às leis do país (Prá, 2014). Neste arcabouço, o plano político do Comitê em relação às mulheres “compromete seus signatários a empreender os esforços necessários para garantir a elas o direito de votar, de serem eleitas ou indicadas a cargos políticos. Para tanto, é prevista a adoção de medidas especiais temporárias para acelerar a igualdade de facto entre homens e mulheres” (Prá, 2014, p. 171).

As medidas especiais temporárias são estabelecidas em países signatários como legislações que preveem cotas nas candidaturas para mulheres. O uso de cotas para candidaturas demonstra-se como pouco eficaz para elegibilidade de mulheres, à vista disso, emerge o conceito de democracia paritária, termo qualificado na Declaração de Atenas em 1992, que diferente das cotas, não é uma medida transitória, mas um objetivo a ser atingido no campo político. Na América Latina, a proposta da paridade de gênero é consignada no Consenso de Quito (2007) e reafirmada no Consenso de Brasília (2010) e de Santo Domingo (2013). No caso brasileiro, em agosto de 2011, a bancada feminina do Congresso Nacional propôs uma emenda de paridade de gênero, que previa a obrigatoriedade da alternância paritária entre os gêneros nas listas ordenadas pelos partidos, propondo ainda, que caso o partido não cumprisse com a norma, a lista não fosse aprovada (Prá, 2013).

O sistema de cotas possui duas diferentes modalidades na esfera da representação parlamentar: as cotas adotadas por iniciativas dos partidos políticos, sem que haja uma legislação formal; e as cotas através de uma legislação nacional, compulsórias (Araújo, 2010). Dentro do segundo modelo, há ainda duas maneiras de aplicá-las: podem ser cotas que assegurem um determinado número de cadeiras nos parlamentos para mulheres ou que preveem que as listas eleitorais apresentem um percentual mínimo de reserva de vagas para mulheres.

¹⁵⁷ 186 Estados assinaram esta Convenção (Piovesan, 2011). A CEDAW é frequentemente descrita como uma declaração internacional de direitos das mulheres. Composta por um preâmbulo e 30 artigos, ela define o que constitui discriminação contra as mulheres e estabelece uma agenda de ação nacional para erradicar tal discriminação. Dados disponíveis em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/cedaw.htm>. Acesso em 04 maio 2025.

Em relação às cotas partidárias, Araújo (2010, p. 233) define que essa iniciativa emergiu principalmente de partidos de esquerda e por vias pragmáticas voltadas para obter ganhos eleitorais, alguns partidos de centro e direita acabaram aderindo, em decorrência do denominado *contagion-effect from the left*¹⁵⁸.

Eu tenho muito orgulho da trajetória de luta, das cotas, do debate das cotas e também da paridade dentro das instâncias partidárias. Acho que o PT tem essa trajetória muito coerente. Mas eu também acho que a gente enfrenta, dentro do próprio partido, o machismo. A gente enfrenta o antifeminismo, a gente enfrenta valores que eu não gostaria que tivessem presentes no meu partido, mas que eu vejo nos outros, eu faço crítica (Carminatti, 2024, p. 14).

Um exemplo disso, é o Partido dos Trabalhadores (PT) que possui 30% de cotas para cargos de direção interna do partido desde 1991. Luciane Carminatti (PT), deputada estadual, relata em entrevista que sente orgulho disso. Mas, que não deixa de enxergar as insuficiências e as desigualdades de gênero dentro do próprio partido.

No Brasil, o uso das cotas de gênero foi determinado por legislações governamentais, estabelecendo a aplicação nas listas eleitorais das candidaturas para cargos proporcionais – a saber: cargos de deputados/as federais, estaduais e vereadores/as - dos partidos políticos e estão em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo CEDAW, prevendo o dever do Estado de promover a possibilidades de igualdade, por meio de ações afirmativas (Piovesan, 2011). Em um primeiro formato, foi aprovada a Lei 9.100 em 1995, que estabelecia a reserva de 20% das vagas para as mulheres nas eleições municipais - ou seja, para o cargo de vereadoras - de 1996.

Em 1997, foi aprovada a Lei das Eleições (Lei 9.504/1997), que segue em vigor ainda atualmente, com muitas modificações. Nela, aumentou-se o número de 20 para 30% de reserva das vagas para cada um dos sexos. Essa legislação também aumentou o número de candidaturas que cada partido ou coligação poderia apresentar, ampliando em 150% o número de candidatos/as que podem concorrer, isso criou espaço para que não diminua as candidaturas de homens diante do aumento do número de candidatas mulheres (Feitosa, 2012), fato que demonstra uma estratégia para manutenção do poder masculino. O déficit destas legislações é que elas não previam a reserva de vagas como uma medida obrigatória, ou a possibilidade de aplicar sanções aos partidos que não as cumprissem. Além disso, o uso do termo “reservar” era propício para que os partidos argumentassem que reservariam as vagas, mas que não eram culpados por mulheres não desejarem preenchê-las.

Em 2009, a Lei nº 12.034 que realizou a “minirreforma eleitoral” definindo regulações para as eleições de 2010, modificou o art. 10, § 3º da Lei de 1997, alterando as palavras “deverá

¹⁵⁸ É o efeito gerado por determinada iniciativa de um partido, que, quando positiva, tende a ser incorporada por outros partidos em razão de seu apelo eleitoral (Araújo, 2005).

reservar” por “preencherá” o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidaturas de cada sexo. Além disso, a Lei 12.034/09 prevê que parte dos recursos do Fundo Partidário sejam investidos em programas para a difusão da participação política de mulheres, delimitando o mínimo de 5% do total. Também a promoção da participação das mulheres candidatas na propaganda eleitoral gratuita, reservando o mínimo de 10% deste tempo (Brasil, 2009).

Importante ressaltar que a adoção dessas legislações está associada a campanha “Mulheres sem Medo do Poder”, realizada em 1996 e articulada pela Bancada Feminina do Congresso Nacional, movimentos de mulheres e entidades civis (Jurema, 2001). Portanto, a conquista das cotas eleitorais é também resultado de disputas realizadas por mulheres e por feministas. Destacamos ainda, a atuação de deputadas como Marta Suplicy e Alice Portugal, que foram combatentes na defesa da adoção da legislação durante os debates na Câmara Federal na década de 1990.

Mesmo com prerrogativas legais estipuladas há 30 anos, chegar ao pleito eleitoral ainda é um desafio para as mulheres. Há variáveis esclarecedoras para estes desafios, no que concernem ao debate referente à Lei de Cotas e sua aplicação – ou não - pelos partidos políticos. Essa questão foi constante nas entrevistas realizadas para esta pesquisa:

Então, hoje, obviamente, com essa possibilidade, com essa concessão aí de 30% nas candidaturas, os partidos se vêm obrigados a fazer um trabalho para trazer mulheres, mas aí a gente tem a questão das laranjas [...] às vezes, a própria mulher pensa: “bom, é um jeito de eu entrar, se eu vou começar a aparecer, vou começar a ser valorizada no partido e aí depois, quem sabe lá na frente, eu tenho um espaço”, eu ouço essas coisas (Fengler, 2024, p. 6).

Eu não falo só do meu partido, eu falo de todos, porque as mulheres precisam estar lá porque sentem esse desejo, porque estão preparadas, porque sentem que podem concorrer de igual para igual. Não dá para a gente entrar numa campanha para cumprir a cota. [...] E isso é muito comum dentro dos partidos [...], o que não pode é a gente se prestar a esse papel. E, infelizmente, ainda tem muitas mulheres que se prestam a isso, candidaturas laranjas (Da Rosa, 2024, p. 18).

Marlene Fengler (PSD) e Vanessa da Rosa (PT) demonstraram sua preocupação em relação as candidaturas laranjas em entrevista. Há muitos partidos que lançam candidaturas de mulheres, mas são candidaturas fictícias – chamadas de laranjas -, ou seja, as mulheres não estão de fato concorrendo ao cargo, apenas emprestando seus nomes para os partidos cumprirem com as normas. Mas, como aborda Marlene, essa pode ser uma porta de entrada para muitas mulheres. Além disso, muitos partidos não cumprem com a legislação e não são previstas punições legais para estes. Apenas em 2014, o poder Judiciário estabeleceu que se o percentual das cotas não fosse atingido, os partidos deveriam retirar candidaturas do sexo que estivesse

excedendo os 70%¹⁵⁹ (Nogueira; Maruci; Astrolabio, 2022). Anna Carolina Martins (PSDB), ex-deputada, também relatou sua indignação com as candidaturas laranjas, além de observar a questão da obrigatoriedade do financiamento das candidaturas de mulheres, e, a anistia aos partidos que não cumprem:

E quando vem ali a situação do partido, “ah, eu vou te dar um dinheirinho”, não existe. Para depois acontecer a anistia como aconteceu. No nosso partido, a gente cobra isso. No PSDB não tem laranjas. Eu participo ali quando a gente sabe que tem laranja, que aconteceu, a merda está feita. Porque a gente sabe que essa representatividade é super importante, a gente não pode dar espaço para vir a esposa do fulano de tal para receber dez votos ou para fechar voto. A gente não aceita isso daí (Martins, 2024, p. 13).

O que vemos, é que a cada eleição, os partidos buscam aprovar emendas constitucionais que garantam anistia para aqueles que não cumpriram com as regras eleitorais. Leis, PECs e Emendas Constitucionais vêm sendo aprovadas desde 2015, perdoadando os partidos que descumprem com exigências legais, principalmente aquelas relacionadas ao destino do Fundo Partidário e do financiamento de campanha com base em gênero e raça. A mais recente delas, foi a PEC 9/2023, que perdoou os partidos que não cumpriram com a cota de financiamento e não destinaram os valores proporcionais em razão de sexo e raça nas eleições de 2022¹⁶⁰. Esse perdão dado aos partidos a cada eleição significa dizer que está tudo bem não cumprir com as legislações e as torna insuficientes, o que permanece é a dificuldade de acesso das mulheres as cadeiras legislativas.

E eu fui candidata vereadora, eu tinha 32 anos daí, né? E aí fiquei de terceira suplente, não assumi a Câmara de Vereadores. Mas, nos dois anos seguintes, então, eu fui convidada para ser candidata deputada estadual. Aquela questão da mulher, representação da mulher. Não com o intuito de que eu viesse a ganhar a eleição. Que partido político também não quer muito, não protege a mulher, não estimula a mulher. Você tem que estar aí pela questão da legalidade, né? (Schramm, 2024, p. 8).

A questão partidária é, portanto, influente na elegibilidade de mulheres. Simone Schramm (PPS) conta que foi convidada a ser candidata ao cargo de deputada estadual para preencher a cota: o partido não tinha como objetivo que ela fosse eleita, portanto, podemos estipular que o apoio (financeiro, simbólico e estrutural) também foi reduzido. Não obstante, talvez não creditassem que ela pudesse ganhar a eleição pelo fato de ser uma mulher.

¹⁵⁹ No caso de descumprimento dessa cota, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), ao analisar o Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP), pode intimar o partido ou a coligação para, em até 72 horas, sanar a irregularidade, apresentando novos candidatos que atendam à norma. Se não sanada a irregularidade, o DRAP será indeferido pelo TRE. Mas ainda pode haver recurso da decisão. Informações retiradas de: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Setembro/faltam-23-dias-partidos-devem-respeitar-cota-de-genero-para-candidaturas>. Acesso em 15 maio 2025.

¹⁶⁰ Partidos de direita, esquerda e centro apresentaram e aprovaram essa PEC. Mais informações podem ser consultadas em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2352476>. Acesso em 15 maio 2025.

Precisamos ter em mente que o sistema partidário é um dos elementos do atual sistema político, identificado como “democracia representativa ocidental”, onde os partidos se configuram como pilares centrais que legitimam a democracia representativa e é por meio deles que são escolhidas as pessoas que vão para a disputa eleitoral (Araújo, 2010). No cerne deste debate, Araújo (2010) defende que os partidos são influenciados por dois fatores: a cultura política e o sistema eleitoral. Ambos se constituem em variáveis que auxiliam a compreender a dinâmica dos partidos e principalmente, os padrões que atingem direta ou indiretamente as mulheres nas candidaturas. Em relação à cultura política a tendência é que as mais igualitárias tenderiam a ser mais abertas a participação das mulheres, ao passo que as mais tradicionais – aquelas estruturadas a tradição e hierarquias, independentemente de seu regime político ser democrático ou não – seriam mais conservadoras neste quesito (Araújo, 2001).

Nesse sentido, a autora advoga que a cultura política no Brasil tende a ser mais tradicional, principalmente no que diz respeito a categorias políticas como cidadania e participação como requisitos democráticos. Em entrevistas realizadas pela autora com lideranças partidárias e candidatos, destacaram-se alguns efeitos dessa cultura: a percepção das cotas como “concessão”, não fruto de conquistas, mas como uma “benesse concedida às mulheres” e uma baixa expectativa em relação ao cumprimento da legislação – as cotas teriam um efeito mais simbólico do que realmente efetivo (Araújo, 2001). Em relação aos partidos e as cotas, Marlene Fengler (PSD) narrou em entrevista que:

Assim, a questão das cotas dentro dos partidos, a obrigatoriedade das candidaturas, que eu sou contra, eu sou a favor de cotas dentro de um percentual da equidade, dentro dos mandatos e não das candidaturas. Aí, sim, a gente teria uma disputa real e aí, eu acho que a gente teria indígenas, negras, trans. Todas as mulheres incluídas em uma condição melhor, uma condição melhor de disputa. Então, assim, não é uma coisa, não é uma receita de bolo, não é simples dizer: “ah, não tem porque a mulher não quer”, não tem por que os partidos não deixam, não tem por que é um processo da sociedade, um processo cultural, não tem por causa do preconceito (Fengler, 2024, p. 5).

Para a deputada, seria necessário que a lei de cotas fosse aplicada em relação as pessoas eleitas, e não apenas nas candidaturas, o que remete à Lei de Paridade de gênero. Mas, como ela deixa claro, não é algo simples: os partidos não incentivam de fato as mulheres a participarem da disputa eleitoral, as condições são escassas e a questão cultural (patriarcal) ainda é forte e presente tanto no interior dos partidos como na população.

O sistema eleitoral brasileiro também se apresenta como um entrave à elegibilidade de mulheres. Em relação a isso, Jairo Nicolau (2012, p. 11) advoga que o sistema eleitoral é “um conjunto de normas que define como o eleitor poderá fazer suas escolhas e como os votos serão contabilizados para ser transformado em mandatos”. Os sistemas eleitorais são categorizados

em três grandes grupos: majoritários, proporcionais e mistos¹⁶¹. A literatura sobre o tema defende que países com sistemas proporcionais são mais favoráveis à elegibilidade de mulheres (Sacchet, 2015; Araújo, 2010; Nicolau, 2012). É necessário compreender como funciona o sistema proporcional no Brasil e como isso impacta ou não na elegibilidade de mulheres. Nesse sistema, cada partido apresenta uma lista de candidatos/as e os eleitores/as votam em uma dessas listas. As vagas em disputa são distribuídas seguindo determinadas fórmulas eleitorais e buscam assegurar que cada lista de partido obtenha uma quantidade de cadeiras proporcional ao número de votos que recebeu.

Há três tipos de listas dentro desse sistema eleitoral: fechadas¹⁶², abertas e flexíveis¹⁶³. Centramo-nos no modelo de lista aberta que é vigente no Brasil: os/as eleitores/as votam em determinados candidatos/as, apresentados em uma lista pelo partido. Os votos nos/as candidatos/as são somados e isso define quantas cadeiras cada partido obterá. No Brasil, ainda há duas opções de voto nesse sentido: votar em um dos nomes da lista ou no partido, o que é configurado em voto de legenda – este, é contabilizado para distribuição de cadeiras, mas não modifica a concorrência entre os/as candidatos/as da lista.

Por isso, nesse modelo de disputa de listas abertas e representação proporcional, é do interesse dos próprios partidos comporem suas listas com representantes que façam parte de diferentes grupos, visando conquistar o eleitorado de diversos setores da população (Sacchet, 2015), é portanto, uma escolha estratégica lançar candidaturas de mulheres, pois além de conquistar parte do eleitorado e isso somar para o quociente eleitoral de cada partido ou coligação, também é uma possibilidade de cumprir com a legislação das cotas.

Então, fui lá, né, fazer a nominata feminina, organizando aquela coisa toda. Mas, aí, o que que acontece? Quando chega um deputado, ele não quer que tenha outros candidatos na região dele [...]. Eu saí, construí-me isso, cavando, cavando, cavando. Quando chegou na mesa de negociação: “ah, essa não, porque é na minha região. Ah, essa não, porque isso aqui vai tirar voto de mim”. E quem saiu eram as mulheres [...]. O que que a gente vê? A gente vê o sistema tratorando. Porque, de fato, elas não iam dar mais voto que aquele deputado (Martins, 2024, p. 10-11).

Anna Carolina Martins (PSDB), contou como ocorreu a escolha da nominata dentro de seu partido: mesmo sendo estratégico para os partidos lançarem candidaturas de mulheres

¹⁶¹ Dentro dos grandes grupos ainda há subdivisões entre outros sistemas. No grupo dos majoritários, podem ser encontrados: o sistema de maioria simples; o sistema de dois turnos; o voto alternativo; o sistema de voto único não transferível – SNTV e o voto em bloco. Na representação proporcional, há duas versões: o sistema proporcional de lista e o voto único transferível – STV. Já no grupo dos sistemas mistos, há dois tipos: paralelo e o de correção (Nicolau, 2012, p. 16).

¹⁶² Na lista fechada, os partidos decidem antes das eleições qual será a ordem dos candidatos e os/as eleitores/as não votam em pessoas específicas, mas sim no partido.

¹⁶³ Nas listas flexíveis, os partidos organizam uma lista dos/as candidatos/as antes das eleições. Nesse modelo, os/as eleitores/as podem votar no partido caso concordem com a lista. Caso discordem, podem votar em determinados nomes expostos na lista.

no sistema de lista aberta, o que ocorre é que elas são barradas no momento da escolha interna. Isso porque, a depender da regionalidade e outras características (como veremos a seguir), elas podem tirar votos de homens, que se sentem ameaçados com a possibilidade de não serem eleitos.

Por isso, o modelo de lista aberta pode ser desfavorável para a eleição de mulheres. Estudos comparativos com outros países com históricos semelhantes ao Brasil – no que diz respeito à conquista dos direitos políticos das mulheres –, com representação proporcional e modelo de listas fechadas, demonstram uma maior eficácia na elegibilidade de mulheres, sobretudo em países que possuem legislações como as cotas eleitorais nas candidaturas ou que tenham aprovado a Lei de Paridade de gênero na política.

A Argentina costuma ser o exemplo mais utilizado neste caso: foi o primeiro país da América Latina a adotar o sistema de cotas de gênero para mulheres em 1991, servindo como um exemplo para outros países do continente. Não obstante, em 2017, o Congresso argentino aprovou a Lei de Paridade de gênero em âmbitos da política institucional. Atualmente, o país ocupa a 20ª posição no ranking da IPU e possui 42,4% de mulheres em cadeiras na Câmara Baixa. Esse assunto surgiu em diálogo com nossas entrevistadas, como na narrativa de Marlene Fengler (PSD):

A gente apresentou um projeto no sentido de buscar outras experiências exitosas de países que têm mais mulheres ou que têm uma equidade nos parlamentos. Então, por exemplo, na Espanha é igual, no México também, e agora tem uma presidente... na Argentina, mas em quase todos esses países há um modelo político é diferente e é de lista fechada. Então, eles apresentam um número igual e aí obviamente com eleger de membro. E ainda falta tempo, acho que isso a gente não vai conseguir nunca, mas de repente consegue evoluir, pelo menos, e começar a ter uma cota de vagas garantidas, que é o que eu defendo (Fengler, 2024, p. 16).

A análise que pode ser feita, é de que o sistema eleitoral e o modelo de lista importam para a elegibilidade de mulheres, mas não seria suficiente sem a existência de prerrogativas legais, como as cotas implantadas, que garantem a alternância da lista entre candidatos homens e mulheres, tal como, as sanções impostas aos partidos que não cumprirem com determinadas imposições.

Araújo (2010) ainda coloca outros aspectos em relação ao sistema eleitoral, as escolhas partidárias e a elegibilidade de mulheres: o padrão de eleição e reeleição de candidatos. Em competições eleitorais, a tendência é que os partidos escolham pessoas que já possuam uma trajetória política, seja na política institucional – no caso, a reeleição para um mesmo cargo ou em outros cargos – ou alguém com trajetórias partidárias ou políticas externas ao partido – ocupando cargos de liderança ou atuante em movimentos sociais, por exemplo. A preocupação partidária é sobretudo em obter mais votos e por conseguinte, eleger muitos candidatos do

partido. Esse cenário é particularmente desfavorável para as mulheres, pois, em primeiro lugar, os cargos são ocupados geralmente por homens, por isso a tendência é que os partidos os escolham para concorrer à reeleição; em segundo lugar, em relação a trajetórias políticas construídas externas aos partidos em espaços de liderança, as mulheres também ficam em desvantagem.

Simone Schramm (PPS) nos relatou as dificuldades de sua campanha para ALESC, dizendo que além de não ter recebido apoio financeiro do partido, também foi pedido para que retirassem seu nome da candidatura política nas vésperas da campanha eleitoral:

Não, não teve Bruna e assim. Na época, quem fez todo o estímulo para que eu fosse candidata era, foi o ex-prefeito da minha cidade, o Luiz Gomes. Então foi o padrinho da minha candidatura. E daí, Bruna, minha campanha foi crescendo [...]. Mas eu acordo, às cinco da manhã, entregando o meu panfleto, pedindo o voto, cinco da manhã, até às 11 da noite, tá? E cresceu muito a minha candidatura. Quando chegou o mês de agosto, o que me convidou, o Luiz Gomes, e o candidato à governador, que era o Espiridião Amin, esteve em Joinville e disse para o Luiz Gomes assim, “olha, você também terá que ser candidato deputado estadual por Joinville”. Então, o meu padrinho se lançou candidato no mês de agosto, e aí eles vieram pedir que eu desistisse. Sendo que nas pesquisas do meu partido, eu estava em primeiro lugar. Para você ter uma ideia, Bruna, se você olhar a eleição daquele ano, eu fiz mais voto em Joinville do que os dois, a soma dos dois. [...] E ele se prestou a esse papel de lançar o seu nome em agosto com um único objetivo, que era para me prejudicar. Então, eu só tive atrapalho, ninguém me ajudou. Inclusive, assim, emocionalmente, você imagina o abalo emocional (Schramm, 2024, p. 12).

Queremos lembrar que existe uma legislação que obriga os partidos a destinarem dinheiro para as candidaturas de mulheres. A Emenda Constitucional nº 117 de abril de 2022, estipulou que os partidos devem aplicar no mínimo 5% dos recursos do fundo partidário na criação e manutenção de programas de promoção da participação política das mulheres. Além disso, decretou que 30% do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do fundo partidário deveria ser destinado para campanhas eleitorais das candidatas mulheres (Brasil, 2022). Nesse sentido, Sacchet (2015) ressalta a importância do financiamento eleitoral como elemento central para a democracia, sendo esse um fator que interfere diretamente nas chances de sucesso eleitoral das pessoas candidatas. A autora evidencia que, em estudos realizados sobre diferentes pleitos eleitorais e níveis de disputas, constatou-se que as mulheres têm arrecadação financeira substancialmente inferior à dos homens. Além disso, aquelas que conseguem se eleger, precisaram de um financiamento maior que o dos homens. Isso revela que o financiamento das campanhas das mulheres é um fator ainda mais decisivo na disputa eleitoral, e quando os partidos não destinam o suficiente, elas são ainda mais prejudicadas do que os homens.

O que a narrativa de Simone demonstra inicialmente, é que o partido não ajudou financeiramente em sua campanha. Importante assinalar que a campanha ocorreu antes da

legislação ser promulgada, o que demonstra a necessidade de marcos legais que garantam o financiamento de campanhas de mulheres, mas, mesmo com tais medidas promulgadas, o que vemos é que os partidos não cumprem com a legislação, chegando a resultar em PECs que os anistiam. Krook e Sanín (2016) ao tratar sobre o assunto, destacam que a violência econômica exercida contra as mulheres nos partidos raramente é assinalada como tal e a negação de recursos econômicos para elas e não para eles, resulta na criação de um ambiente de trabalho hostil para as mulheres, sendo caracterizado como algo tão ruim ou pior que a violência física para algumas. Não obstante, como Krook (2017) afirma, sabotar a campanha de candidatas atenta diretamente contra a integridade do processo eleitoral e viola os direitos de voto e de ver respeitadas as escolhas democráticas.

Além de não receber dinheiro para campanha eleitoral, a narrativa de Simone demonstra outra violência de caráter simbólico e psicológico: o partido pede que ela desista nas vésperas da campanha, depois de já ter trabalhado muito para sua eleição, para que um homem se candidatasse em seu lugar. A deputada revela o “abalo emocional” que enfrentou neste período. Não foi exigido que um homem se retirasse da campanha para que outro se candidatasse em seu lugar; a exigência foi para uma mulher que tinha mais votos que os dois juntos. Percebemos como as violências são delineadas coagindo e tentando impedir a participação política das mulheres. A dificuldade financeira também foi sentida na trajetória da deputada Dirce Heiderscheidt (PMDB):

É, isso assim, ainda sofremos com essas dificuldades, hoje eu sou presidente do MDB Mulher de Santa Catarina e sou vice nacional. Mas ainda temos essa dificuldade, porque o recurso financeiro, que é aportado para as mulheres, ainda chega na mão dos homens. E os homens é que tem que direcionar. Normalmente, os homens fazem o direcionamento para as candidatas cabos eleitorais deles, então não chega num todo, sabe? E deveria chegar num todo. E ainda a gente está brigando e lutando por isso para ver se a gente consegue amenizar uma situação como essa. Porque a lei existe e nós estamos amparadas, mas ela não é efetuada, assim, como deveria ser (Herdeischeidt, 2024, p. 5).

Como presidenta do MDB Mulher em SC, Dirce conta que sente dificuldades em conseguir aquilo que a legislação estabelece: que 30% do fundo partidário seja destinado a candidaturas de mulheres. Segundo a deputada, é necessário brigar para que isso ocorra, algo que já deveria acontecer naturalmente, visto que é garantido por marcos legais. Percebemos como a violência econômica funciona no interior dos partidos, demonstrando a inoperância da legislação, contribuindo para o afastamento das mulheres da política e reforçando a necessidade de luta e resistência delas. Vanessa da Rosa (PT) nos contou sobre a importância do fundo eleitoral para sua campanha:

Então, foram esses os meus recursos, o que veio do fundo eleitoral e o que veio da vaquinha online. E é muito importante. É muito importante a questão do fundo

eleitoral. [...]. É importante para o processo democrático é importante para nós mulheres. Se nós já temos um número mínimo de mulheres no Parlamento Brasileiro, nós teríamos muito menos, não fosse o fundo eleitoral. Muitas de nós só conseguem participar porque tem o fundo eleitoral. Se não, nós não participaríamos. Não é nenhuma fortuna, mas é um dinheiro que faz diferença, sabe, nessa trajetória (Da Rosa, 2024, p. 18).

O que tem sido observado, é que o problema da elegibilidade de mulheres não reside apenas em conseguirem ser indicadas a candidatas, mas também, em possuir condições efetivas para competir, tanto dentro dos partidos com aqueles que já possuem vantagem eleitorais, como no mercado eleitoral, em obter votos para serem eleitas.

Marlene Fengler (2024, p. 9), nos conta em entrevista que “Em 2002, era para eu ter sido candidata, então acabei não sendo, por circunstâncias partidárias ali também, que daí tinha um outro candidato que era mais forte na região, queria ser, acabou sendo ele, eu acabei não sendo”. Ou seja, o partido seguiu aquilo que a produção teórica informa: escolheu um homem para concorrer por já possuir nome conhecido na região e por conseguinte, uma base eleitoral consolidada, objetivando o maior número de votos e vantagens eleitorais. Em consoante, Vanessa da Rosa (PT), a segunda mulher negra a assumir um cargo na assembleia catarinense, em 2023, apontou outro motivo sobre a escolha dos/as possíveis candidatos/as pelos partidos:

E ainda tem uma questão assim, que isso acontece na maioria dos partidos. A Vanessa é candidata da região norte, digamos, a candidata de cada mulher, mãe, negra, professora. Se tiver mais de uma, já não dá. Não pode ter mais uma, porque são duas mulheres concorrendo com a mesma característica (Da Rosa, 2024, p. 14).

Ou seja, podemos acrescentar outro fator na escolha das pessoas que irão concorrer à cargos políticos: determinadas características relacionadas ao espectro profissional, racial e de gênero, que irão proporcionar ganhos eleitorais para o partido. No caso da ex-deputada Vanessa, foi determinante para o partido a escolher por ser “mulher, mãe, professora e negra”, o que significa que mobilizaria os votos de eleitores/as que se identificassem com ela em pelo menos um desses espectros. O déficit, porém, é explicativo em sua narrativa: “se tiver mais de uma, já não dá”, ou seja, duas mulheres com as mesmas características estariam concorrendo pelos votos dos mesmos eleitores/as, o que dividiria os votos entre as candidatas. O problema é que, o mais comum é vermos concorrendo à cargos políticos homens exatamente com as mesmas características: brancos e de classe média/alta, dessa forma, possuir um mesmo padrão não é considerado como negativo para a candidatura de homens, apenas para as mulheres. Essa imagem de um “político ideal” – homem branco cisgênero – é reforçada pelo próprio eleitorado, que escolhe eleição após eleição, majoritariamente o mesmo padrão para votar, ou seja, as relações de gênero são potencializadas pela população nas urnas. Talvez por isso a escolha dos partidos seja lançar em maior número candidaturas com este perfil.

Somados, todos esses fatores, a saber: a cultura política, o sistema eleitoral de lista aberta e fatores históricos/culturais, resultam na ineficácia da Lei de Cotas de gênero, no Brasil. Mesmo assim, a adoção de ações afirmativas por prerrogativas legais é considerada uma ferramenta significativa para maiores possibilidades de mulheres ocuparem cargos políticos.

Sacchet (2012) defende que as cotas possuem quatro efeitos positivos, a saber: 1) efeitos simbólicos – o aumento do número de mulheres nesta esfera, seja como candidatas ou eleitas, pode vir a ser uma possibilidade de mudanças culturais, modificando a percepção das pessoas de que este espaço não pertenceria à mulheres, e por isso, pode influenciar outras mulheres a seguirem carreiras políticas; 2) efeitos de justiça em paralelo a práticas de uma democracia representativa – a política de cotas torna-se uma ferramenta importante para nivelar o campo da disputa política entre homens e mulheres; 3) mudanças na maneira de fazer a política – a maior presença de mulheres poderia indicar um maior compromisso com ética, solidariedade, uma maior preocupação com legislações voltadas à educação, família, saúde e meio ambiente, porém, esta perspectiva pode ser um tanto essencialista, visto que evidencia a “função natural” das mulheres com práticas de cuidados e perpetua uma ideia de “feminilidade” no campo político; 4) efeitos de ordem representativa – em uma democracia, a multiplicidade de interesses entre indivíduos deveria ser assegurada, permitindo que distintos grupos participem de processos político-decisórios.

Quando questionada sobre a importância da política de cotas para a eleição de mulheres, a deputada Anna Carolina Cristofolini Martins (PSDB) respondeu que:

E aí, que eu digo, para a importância da cota. Pessoal, gosta de ser antifeminista, falar que a cota só é possível, porque os homens deram, ah, uma bobice sem fim. Se nós não tivermos a cota, a gente não tem oportunidade de fazer. A cota ajuda, mas não elege. Não elege, ela incentiva. Dificilmente, a primeira vez que uma mulher vai a campo, vai a campanha, vai a voto, consegue fazer isso. Dificilmente, a vaga que as mulheres têm, saiu um pouco de ser a mulher de fazer o carreteiro, para ser a mulher que faz o carreteiro e está sentada como secretária na mesa de uma executiva. Entendeu? (Martins, 2024, p. 12).

A deputada defende a existência das cotas, mesmo que ela tenha um efeito simbólico, ela resulta em “oportunidades para fazer”, gerando incentivos. Como argumentado por Anna, as mulheres não deixam seus afazeres – “de fazer o carreteiro¹⁶⁴” – estipulados pelas relações de gênero, mas além disso, abre possibilidades para ocuparem espaços de poder – como “secretária na mesa de uma executiva”. Esses efeitos, embora contraditórios em partes, demonstram que a política de cotas de gênero é benéfica para mulheres, embora seja efetiva

¹⁶⁴ O “carreteiro” é um prato típico do sul do Brasil, principalmente do Rio Grande do Sul. É feito com arroz, carne bovina refogada, carne-seca ou carne de sol.

apenas no aumento do número de candidaturas, com ressalvas – pois muitos partidos não cumprem com a legislação. Porém, ela ainda é insuficiente para conseguir eleger mulheres no Brasil. Em linhas gerais, as cotas parecem surtir mais efeito em âmbito simbólico, algo como “veja, as mulheres têm até um espaço reservado a elas nas candidaturas”, do que uma efetividade de fato na elegibilidade delas.

Para a deputada Ana Paula Lima (PT), o que funcionaria de fato, seria a lei de paridade, ao invés da lei de cotas:

O meu sonho é [...] de ter o Parlamento meio a meio, meio mulheres e meio homens. Eu acho que isso seria o ideal, independente de que partido, mas a luta das mulheres vai precisar ser conjunta. Então, em alguns países, já acontece. No Brasil, com esse Parlamento que temos, nós temos que mudar a cabeça. Não basta só ser mulher, também tu sabes isso. Tem mulheres que também não travam essa luta dentro de si. Tem homens que fazem esse debate feminista, muito mais de que muitas mulheres. Mas era importante ter a paridade, eu ainda defendo a paridade (Lima, 2024, p. 8).

Enquanto permanecemos com um parlamento nacional conservador, com bancadas “BBB”¹⁶⁵, dificilmente a lei de paridade de gênero será aprovada. A lacuna de mulheres ocupando cargos políticos infelizmente, continuará. Isso é visto como uma fratura na qualidade dos regimes democráticos representativos e evidencia a presença de padrões coloniais e patriarcais na configuração política do Brasil (Matos, 2020). Para Marlise Matos (2020), a política institucional é uma das últimas fronteiras no processo de democratização de gênero, sendo este o meio que as estruturas patriarcais se fazem mais presentes, como forma de disciplinamento das mulheres e manutenção do poder hegemônico masculino, que resulta em uma democracia sustentada por homens brancos, geralmente com posições conservadoras e de classe média alta, que é um dos indicadores da forte presença de padrões coloniais e patriarcais do estado. Assim, “é perfeitamente possível afirmar que igualdade e justiça de gênero são indicadores do quão democrático é um sistema político” (Matos, 2020, p. 109), portanto, avançar em direção à igualdade de gênero e nos direitos de cidadania das mulheres deve ser um dos fundamentos centrais do processo de democratização.

Em Santa Catarina, ao comparar os números de homens e mulheres eleitos ao longo das legislaturas na ALESC, é evidente a fratura na qualidade democrática. O legislativo catarinense iniciou em 1834, quando as Assembleias Legislativas Provinciais foram instituídas, durante o governo regencial do Império, através do Ato Normativo de 12 de agosto de 1834, que substituiu os antigos Conselhos Gerais por Assembleias Legislativas Provinciais, dando às

¹⁶⁵ A bancada do “boi”, da “bala” e da “Bíblia”, foi chamada de Bancada BBB. A bancada reúne deputados de partidos de direita, extrema direita e centro. São os evangélicos, ruralistas e armamentistas. É a atual bancada presente no Congresso Nacional. Para saber mais, ver: <https://pp.nexojournal.com.br/opiniaio/2024/07/03/boi-bala-e-biblia-avancam-no-congresso>. Acesso em: 13 nov. 2025.

províncias autonomia na condução de assuntos político-institucionais que estivessem sob sua jurisdição (Brasil, 1834). Foram designados inicialmente vinte legisladores. Atualmente, há 40 vagas para parlamentares estaduais, que são escolhidos pela população, por meio do voto direto de lista aberta e permanecem no pleito durante quatro anos, podendo concorrer à reeleição. Os/as parlamentares possuem como função elaborar, discutir e aprovar legislações que versam sobre o estado, além de fiscalizar a atuação do poder executivo estadual (Santa Catarina, 2021).

Vale lembrar que o lema da ALESC é: “Representar a sociedade catarinense, promovendo o estado democrático de direito”¹⁶⁶, o qual está nitidamente sendo falho. O que podemos ver, portanto, é uma política institucional estadual constituída em estruturas patriarcais e coloniais. À despeito disso, Matos (2014) defende que tanto as hierarquizações de gênero como as étnico-raciais não se transformaram com o fim do colonialismo e a formação dos Estados-nacionais. Embora em alguns aspectos podemos observar transformações, o que permanece é a continuidade de uma configuração enraizada em princípios patriarcais e racistas. Por isso, a autora defende a necessidade de “despatriarcalizar” o Estado brasileiro, o que significa produzir ferramentas estratégicas com o objetivo de descolonização patriarcal e racial e em sua forma de gestão pública, assim:

Trata-se de pensar em um formato de Estado, voltado para a promoção da justiça social e da cidadania inclusiva de todas e todos em nosso país. Aqui continuamos com um Estado colonial e patriarcal. A opressão colonial e a opressão de gênero coexistem. Portanto, temos aqui um grave problema de qualidade e efetividade democrática, que precisa ser debatido e transformado (Matos, 2014, p. 71).

Para tanto, aplicamos esse conceito teórico ao estado catarinense. Há uma necessidade profunda em despatriarcalizá-lo, torná-lo mais inclusivo, com a ampliação da presença de pessoas plurais e heterogêneas em espaços políticos e institucionais.

Um exemplo da patriarcalização do estado pode ser o golpe de 2016, que tirou a então presidenta Dilma Rousseff do poder. Dilma foi a única presidenta mulher do Brasil, assumiu o cargo em 2010 pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e foi reeleita em 2014. A deposição da presidenta do cargo, demonstrou a permanência misógina como um elemento constitutivo da arena política brasileira. As situações que Dilma enfrentou como presidenta, exemplificam casos cruéis de violência política de gênero. O que percebemos, portanto, é a permanência de discursos que tentam “manter” as mulheres em seus “devidos” lugares: afastadas da esfera pública, demonstrando a permanência da patriarcalização. O pano de fundo do golpe foi o machismo. A misoginia que Dilma precisou enfrentar pode ser caracterizada como violência política de gênero. Fato reconhecido por uma de nossas entrevistadas, Ana Paula Lima (PT):

¹⁶⁶ Disponível em: <https://www.alesc.sc.gov.br/#gsc.tab=0>. Acesso em 25 de julho de 2024.

“[...] a luta pela democracia, eu acho que eu não imaginei que a gente ia passar por isso, com o golpe que tivemos em 2016, por causa de uma mulher, primeiro por ela ser mulher” (Lima, 2024, p. 11).

É também no contexto em que o golpe contra Dilma foi articulado, que emergiu uma oposição orquestrada contra a chamada ideologia de gênero por grupos conservadores, sobretudo ligados à segmentos católicos e evangélicos que compunham a base aliada do governo na época (Biroli, 2018). Fixados em argumentos de que discutir gênero seria uma ameaça à família, à religião e aos valores da família tradicional brasileira, estes grupos propagaram-se por diversos países da América do Sul. No Brasil, tais ideias ficaram visíveis durante a campanha do ex-presidente Jair Bolsonaro e tornaram-se pautas políticas para a eleição de diversas pessoas, inclusive de mulheres. O país assistiu a ascensão da extrema direita, pautada em nome da proteção à família, a moral e aos bons costumes. O estado catarinense não ficou imune a essa onda, elegendo mulheres declaradamente conservadoras e antifeministas. Assim, partindo de uma crítica feminista, lamentamos que mulheres eleitas não tenham como reivindicações o aumento dos direitos das mulheres, mas, compreendemos que mesmo as antifeministas, também representam outras mulheres.

Desde a criação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, apenas vinte mulheres ocuparam cadeiras como deputadas estaduais. Somente duas foram mulheres negras, uma parda, nenhuma indígena e todas cis heterossexuais. Essa fratura na qualidade da democracia representativa resulta em menos criações de leis e políticas públicas destinadas às mulheres no estado, contribuindo para configurações nas desigualdades de gênero. O poder permanece nas mãos dos mesmos. Além disso, elege mulheres declaradamente antifeministas, contribuindo ainda mais para retrocessos nos direitos das mulheres.

Esta pesquisa se insere assim, também na intenção de demonstrar a importância da representatividade e da presença política das mulheres em Santa Catarina e de problematizar aquelas que ocupam este cargo com pautas não destinadas ao aumento dos direitos das mulheres. Ancorada em narrativas e memórias, lembranças e esquecimentos, possibilidades e impossibilidades, procuramos apresentar os enfrentamentos, dificuldades, disputas, agências e resistências nas trajetórias políticas da maioria das deputadas estaduais de Santa Catarina.

4. “EU SAÍ CANDIDATA COMO O DIABO GOSTA”: TRAJETÓRIAS E CAPITAIS POLÍTICOS

Ao focarmos na presença dessas poucas mulheres - perante e problematizando a quase ausência - é importante refletir sobre como chegaram ao espaço político institucional, ou seja, quais foram os caminhos trilhados por essas mulheres até chegar ao cargo de deputada estadual. Como construíram capital e reconhecimento político para serem indicadas pelos partidos? De que forma articularam suas campanhas eleitorais? Tiveram ajuda de familiares? Foi através da participação em movimentos sociais? As linhas que seguem nesse texto pretendem responder à estas e outras perguntas em diálogo com as narrativas construídas nesta pesquisa.

Lembramos que para qualquer pessoa ingressar na carreira política, dois fatores são necessários: a vontade de participar da política institucional e a disponibilidade de recursos para que essa participação ocorra (Miguel; Marques; Machado, 2013). Já vimos nesta dissertação que a vontade de participar não ocorreu com todas as mulheres, muitas delas foram indicadas por outros nomes – geralmente homens – na corrida eleitoral. Em relação aos recursos – tanto financeiros como simbólicos – também já foi escrito que foram de certa forma, difíceis de acesso para elas. Apesar disso, elas foram eleitas e ocuparam cargos na Assembleia Legislativa Estadual.

A escolha teórico metodológica para abordarmos suas trajetórias foi seguindo a classificação de capital político de Pierre Bourdieu (2001). O capital político é como um conceito guarda-chuva, que abarca outros formatos de capitais. O capital político é aquele construído e/ou herdado que garante legitimidade no campo político, é assim:

[...] uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa [...]. Produto de atos subjetivos de reconhecimento e que, enquanto crédito e credibilidade, só existe na representação e pela representação, na confiança e pela confiança, na crença e pela crença, na obediência e pela obediência. O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança (Bourdieu, 2001, p. 188).

Não obstante, o capital político, “indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos, e, portanto, capazes de agir politicamente” (Miguel, 2003, p. 115).

Luis Felipe Miguel (2003) afirma que o capital político e carreira política estabelecem entre si uma relação dialética, ou seja: é fundamental ter capital para avançar na carreira, ao passo que, quanto mais longa for a carreira, mais cresce o capital. Isso produz um duplo movimento: ao mesmo tempo que possibilita a reeleição de determinadas pessoas que já têm um capital político consolidado e impulsiona para que estas se candidatem a cargos considerados superiores – como para o Congresso Nacional, Senado ou governo do estado -,

dificulta a entrada de novas pessoas, ou como a sociologia política costumeiramente chama, de *outsiders*.

No caso das mulheres, dado os motivos já expostos neste trabalho, é particularmente mais difícil a elas a construção de capital político. Por isso, o que a literatura vem informando (Miguel; Marques; Machado, 2015) é que o capital familiar seria mais relevante para mulheres do que para homens – mas o que vemos em Santa Catarina, não é bem assim – não foi nosso foco a carreira política de deputados estaduais, mas alguns nomes de homens pertencentes a famílias oligárquicas permanecem no poder há décadas¹⁶⁷. Ainda assim, há mulheres que se elegeram como deputadas no parlamento catarinense pelo capital familiar, como veremos a seguir. No caso de reeleição, impulsionada pelo capital político já acumulado, o que percebemos em Santa Catarina com as deputadas, é que isso de fato ocorre: entre as vinte mulheres que assumiram cadeira, dez foram reeleitas ao cargo.

Para facilitar a análise da construção do capital político delas, utilizamos da conceitualização de Bourdieu (2001) e da classificação de outros/as autores/as, como Miguel, Marques e Machado (2015), Miguel (2003) e Pinto e Silveira (2018). Assim, classificamos os capitais como:

Quadro 1 – Tipo de capital e explicação do conceito

Tipo de capital	Explicação do conceito
Capital delegado	Nas palavras de Bourdieu (2001, p. 191): “é como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do funcionário, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente)”. É o capital originário do próprio campo político, isto é, o reconhecimento vindo de mandatos eletivos anteriores (vereadoras, prefeitas etc.) e da militância partidária (Miguel, 2003), ou seja, ocorre na própria instituição política/partidária. Nesta pesquisa, incluímos no capital delegado a ocupação de outros cargos políticos para além dos partidários: secretarias; líderes de movimentos sociais etc.
Capital familiar	É aquele herdado por outros membros da família: cônjuges, pais, irmãos, avôs, tios etc., ou seja, principalmente parentes em primeiro grau. São indivíduos que possuem linha de parentesco com pessoas que são/foram atuantes na política

¹⁶⁷ É o caso da família Konder-Bornhausen, da Ramos e da Amin, como já citado nessa dissertação.

	institucional. Essa forma de capital fornece as pessoas detentoras um conjunto de conhecimentos sobre o campo político; a marca de um certo valor simbólico já consolidado (sobrenome); visibilidade e, uma rede de contatos, cabos eleitorais, dirigentes partidários e jornalistas, que podem favorecer sua carreira (Miguel; Marques; Machado, 2015).
Capital midiático	É o capital construído na indústria da comunicação, como atores/atrizes, jornalistas, radialistas e cantores (Miguel; Marques; Machado, 2015). Configuram-se como um “atalho” para a carreira política (Miguel, 2003). Atualmente, adicionamos outro elemento: pode ser o capital construído na <i>internet</i> , principalmente nas redes sociais.
Capital convertido	É a popularidade conseguida em outros campos e deslocada para a política (Miguel, 2003). É um capital acumulado em outras profissões – não políticas institucionais – como as profissões liberais, que permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural (Bourdieu, 2011).

Fonte: Elaborado pela autora com base na conceitualização de Bourdieu (2001), Miguel, Marques e Machado (2015) e Miguel (2003).

Adotamos essas formas de capitais para analisar as trajetórias das deputadas eleitas em Santa Catarina por nos parecer o mais próximo de suas realidades. Compreendemos que a formulação teórica desenvolvida por Bourdieu e apropriadas por outros/as autores/as, inclusive nesta dissertação, nos serve como uma espécie de roteiro de análise das trajetórias políticas das deputadas estaduais, mas, não é o suficiente para determinar e encaixar a construção de capital político de cada uma delas. Como veremos a seguir, há deputadas que possuem mais de uma forma de capital, ou seja: eles podem se mesclar e contribuir para a trajetória política delas. A “receita” proposta por Bourdieu não funciona em todos os casos. Lembramos ainda que iremos trabalhar neste momento, com aquelas que nos concederam entrevistas, ou seja, das vinte mulheres que foram/são deputadas, abordaremos sobre as trajetórias de doze. Assim sendo, partimos para a análise da trajetória política individual de cada uma delas.

Ada de Luca (PMDB) nos conta em entrevista que foi envolvida com a política partidária e institucional desde a infância:

Meu avô, que foi prefeito, 15 anos na minha terra. Eu abri os olhos já era neta de prefeito [...]. Então, eu já ia, naquela época eu já devia gostar de gente, porque eu era uma menina. 9 anos, 10 anos. [...]. Depois, meu pai foi vereador por muitos anos. Eu

já ia com ele também, eu já ia com os dois de mão dada, um de cada lado, lá ia eu no meio [...]. Nunca me disseram nada, sempre tiveram muito orgulho de mim (De Luca, 2024, p. 5).

Ela nos conta que seu avô Addo Caldas Faraco, foi prefeito de Criciúma-SC durante quinze anos e seu pai Addo Vânio de Aquino Faraco foi vereador da mesma cidade. Ada relata seu gosto pela política desde cedo e diz que é necessário tê-lo para estar na política: “Porque política, povo, gente, tem que estar aqui nas tuas veias. Tu não fabrica. Não adianta. Tu pode escrever maravilhas, mas se tu não for, se tu não gostar de gente, tu não faz nada” (De Luca, 2024, p. 5). O fato de “estar aqui nas tuas veias”, ou seja, vir do “sangue”, é característica de um capital familiar constituído – herdado pelo avô e pai - para a trajetória política de Ada. Não obstante, Ada também nos conta que:

Eu já fazia política estudantil. Eu não dirigia porque eu não tinha idade. Meu pai pagava um senhor, um negro, que eu amava de paixão, chamado o seu Nero, foi o Nero é que dirigia para mim [...]. E quando meu pai ficou esse tempo preso, o Nero era um pai que me levava na escola, me trazia da escola, era pai. Meu pai tinha uma rádio chamada Rádio Difusora, a emissora do Trabalhador 750 kWh, lá em Criciúma. Aí queriam fechar a rádio. Lá fui eu cuidar de uma rádio que eu não entendia nada, mas fui cuidar de uma rádio (De Luca, 2024, p. 6).

Esta parte da narrativa nos leva a algumas considerações sobre sua trajetória. Em primeiro lugar, Ada foi envolvida com a militância estudantil durante sua adolescência: “Tanto é que eu fui Secretária Geral da União dos Estudantes Catarinense aqui” (De Luca, 2024, p. 8), ou seja, o envolvimento com a política partidária pode tê-la levado a se envolver com a militância estudantil e contribuído para a construção de capital político. Em segundo lugar, ela conta que seu pai ficou preso por um tempo. Em entrevista, ela não abordou os motivos da prisão, mas relacionou à ditadura civil-militar: “aí veio a ditadura, meu pai foi preso” (De Luca, 2024, p. 5) e por isso, ela com apenas quinze anos, foi cuidar da rádio da família, fato que pode ter auxiliado na construção de capital midiático para sua carreira política – mas que não nos parece o mais relevante na carreira política de Ada.

Em terceiro lugar, mas não menos importante, Ada nos conta sobre Nero – o motorista da família, que foi como um “pai” para ela. O fato de a família poder pagar alguém para dirigir por ela, além de ser visto como um privilégio da branquitude e de classe, pode ser lido como uma conversão do capital econômico, isto é: a possibilidade de contar com auxílio financeiro considerável para atuar no campo político.

B: E vocês se casaram lá em Criciúma. E ele já era deputado, na época?

A: Não, não. Ele era bioquímico. Eu não me casei com deputado, casei com bioquímico. Laboratório, e trabalhava em hospital, tinha nada a ver com o deputado. Aí saiu candidato a vereador em Içara, a terra dele. Foi a primeira briga, porque eu não queria mais saber de política. Foi a primeira briga, porque ele saiu escondido, ele, meu pai, tramaram e eu não sabia [...]. Acabou que eu caí na gandaia e fui fazer campanha para ele (De Luca, 2024, p. 10).

Além do capital político herdado por seu pai e avô, Ada se casou com Walmor de Luca, que, como ela aponta, casou-se com o bioquímico, que se envolveu com política posteriormente. Apesar de inicialmente criticar a decisão do companheiro, Ada participou ativamente da campanha eleitoral. Como já apontado neste texto, Walmor foi eleito quatro vezes como deputado federal por Santa Catarina, fato que contribuiu para a construção da carreira política de Ada. Devido a condição de Walmor ter assumido como deputado federal, Ada se mudou para Brasília para acompanhar o marido e continuou atuante na política:

ADL: Aí me meti lá nos sindicatos professores. [...]. Enfim, aí, como lá, eu trabalhei muitos anos com doutor Ulisses, um dia ele veio para mim e disse: [...] “Você tem uma missão [...]. Vocês vão formar o partido aqui em Brasília, pela lei da anistia, agora já pode” [...]. Aí, enfim, organizamos células em todas as cidades satélite de Brasília. Aí houve a convenção para disputar candidaturas no plano piloto, no centro, as células, e pronto. Aí, me botaram de candidata.

B: De candidata à?

ADL: Vice-governadora.

B: De Brasília?

ADL: Sim. Eu disputei com quatro homens e ganhei. Mas eu achei que foi uma aventura que eu fiz, achei que eu não ia ganhar.

B: Nossa, a sua primeira disputa eleitoral foi a vice-governadora de Brasília.

ADL: Ficamos em segundo lugar (De Luca, 2024, p. 16).

A primeira disputa para a política institucional foi como vice-governadora de Brasília. Apesar de não ter sido eleita, podemos imaginar o quanto essa campanha pode ter sido importante para a construção da trajetória política da ex-deputada, somando ao fato de ter fundado o partido em diversas cidades próximas à Brasília e ter militado nas campanhas pela anistia. O que percebemos até aqui, é que embora Ada tenha um capital familiar considerável, sua carreira política não se deve apenas a isso: ela foi militante sindical, partidária e construiu capital delegado no interior do próprio partido.

Esse ponto da entrevista nos foi muito envolvente e interessante, Ada retratou sobre como a ditadura civil-militar causou impactos em sua vida e trajetória política. Mas, o que nos interessava era entender como ela foi deputada estadual por Santa Catarina.

ADL: Foi assim: eu estava lá trabalhando, fazendo política, prestes a me aposentar. [...] Mas eu não queria me aposentar [...]. E eu estava com a minha campanha para deputada federal lá, prontinha.

B: Lá em Brasília?

ADL: Sim. Ou federal ou senadora [...]. Aí meu pai disse: “Eu já te disse que o Walmor não é mais candidato. Tu vai ser candidata a deputada estadual, porque eu quero que tu resgate o mandato que a ditadura militar tirou de mim”. Aí eu disse: “Pai, já não tem o Walmor?” “Não, eu quero tu, uma Faraca” [...]. E ficou naquela, a gente discutiu muito tempo, [até] que meu pai teve um troço. E fizeram ir ao médico. O meu pai se foi. Eu e meu pai era unha e carne. Aí lá pelas tantas, ele lá na UTI, eu assim: “Pai, amanhã é convenção”. [Era] mentira! “Tu reage, que se eu ganhar, o pai tem que me ajudar” [...]. Aí com muito custo, ele disse: “vou ficar bom para te ajudar”. Três dias depois ele morreu. **E aí eu saí candidata como o diabo gosta**, com sangue nos olhos. (De Luca, 2024, p. 17, grifo nosso).

Ao que nos parece, o pedido conjugado com o falecimento do pai, ao qual Ada era muito próxima, foi decisivo para que fosse candidata a deputada estadual em Santa Catarina. O capital familiar está bem desenhado na narrativa e memória de Ada, quando o pai diz “eu quero uma Faraca” – seu sobrenome paterno. Ela desistiu da campanha que estava “pronta” em Brasília, para substituir o pai em Santa Catarina, para resgatar o mandato que “a ditadura militar tirou” dele.

O que vemos na trajetória política de Ada, é que seu capital político foi construído desde a infância. Acreditamos que o capital de mais impacto é sem dúvidas, o familiar, como apontado por ela em entrevista: “Eu tinha o recall dele [Walmor], recall da minha família, lá no Sul, meu avô, meu pai, ele tinha sido 16 anos, então aí foi que eu comecei” (De Luca, 2024, p. 18). Mas, somamos a ele o capital delegado, construído em seu envolvimento com movimentos sindicais, com o partido e com candidaturas a outros cargos. Além disso, Ada é graduada em Direito pela Universidade de Brasília, fato que pode contribuir para a formação de capital cultural, como apontado por Bourdieu (2001, p. 190), pressupõe um “domínio profissional de eloquência”.

Já no primeiro mandato, Ada exerceu o cargo de Secretária da Justiça de Santa Catarina. Fato que se repetiu na segunda eleição:

No segundo mandato dele [Raimundo Colombo], eu liguei para ele e disse: “Eu não quero ser sua secretária de novo. Eu quero voltar para a Assembleia”. Eu acordei o meu nome lá, secretária novamente. [...]. Porque, realmente, o trabalho que eu fiz, foi merecedor de glórias e vanglórias e tudo, no Brasil inteiro. [...]. Agora, um ano eu sofri muito (De Luca, 2024, p. 23).

Ou seja, das quatro legislaturas que foi eleita, se retirou da ALESC por oito anos, para ocupar o cargo de Secretária da Justiça. Fato que apesar de relatar ter passado por diversas dificuldades, desempenhou com êxito. Quando questionada sobre como avalia sua trajetória política, Ada narrou que:

Me orgulho. Me orgulho de ser política, não tem vergonha de dizer que sou política, não tem vergonha do meu partido, porque o meu partido é partido de raiz, existe [...] veio lá da base do povo, de sofrimento, das grandes lutas pela restauração da democracia (De Luca, 2024, p. 31).

Há orgulho em rememorar a trajetória política e sobretudo o pertencimento partidário.

Ana Caroline Campagnolo, atual deputada estadual reeleita para o segundo mandato pelo PL, é filha de um ex-policia militar e de uma dona de casa. Nasceu em Itajaí-SC, mas permaneceu pouco tempo nessa cidade, mudando-se ainda na infância com a família para Chapecó-SC. Graduada em História pela UNOCHAPECÓ, Ana exerceu a função de professora, foi quando se envolveu com o Movimento Brasil Livre (MBL):

Em 2014, o diretor da minha escola me mandou para uma formação para a elaboração de uma nova proposta curricular. Chegando lá [...] os professores falaram basicamente sobre assuntos políticos, sociológicos, antropológicos, históricos de um prisma esquerdista. [...] Quando a palestrante disse que a proposta curricular de Santa Catarina era pouco progressista, que tinha que ser mais progressista, eu pensei, “meu Deus do céu, não está certo isso”. [...] Aquilo me deixou impressionadíssima, e eu fiz uma denúncia política. [...] Então, eu entrei em contato com um membro do MBL e a gente gravou uma live, uma entrevista, conversando sobre essa proposta curricular de Santa Catarina, eu fiz uma denúncia e enviei para a assembleia legislativa. [...] Então, isso foi a minha primeira atuação política com relação ao que eu acreditava (Campagnolo, 2024, p. 18).

Para a deputada, o primeiro envolvimento político se deu através da educação, em diálogo com o MBL, denunciando a proposta curricular de Santa Catarina, considerada de um “prisma esquerdista” por ela. Lembramos que o MBL - fundado em 2014 -, é um movimento composto por pessoas da direita liberal, foi um dos responsáveis por realizar uma série de protestos e mobilizações no Brasil a favor do impeachment de Dilma Rousseff¹⁶⁸.

Paralelamente à essa atuação, Ana estava cursando mestrado em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em entrevista, ela nos contou que os desdobramentos de seu mestrado foram importantes para lançar-se à disputa política:

Em agosto de 2013, eu entrei para o mestrado na Universidade do Estado de Santa Catarina, a minha dissertação era sobre virgindade e família. A proposta apresentada na dissertação era totalmente esquerdista, progressista e feminista. [...], mas logo depois que eu entrei na universidade, eles descobriram aquilo tudo que eu contei, que eu era filha de um presbítero, que eu era casada na igreja, que eu defendia e continuo a defender, que as mulheres devem ser submissas no casamento. [...] Mas eu defendia isso abertamente nas minhas redes sociais e os colegas começaram a me pressionar. [...] então isso foi o meu estopim político, aqui eu falei: “alguma coisa está errada” (Campagnolo, 2024, p. 20).

Quando denunciada pelos colegas para a então professora orientadora, por defender ideais antifeministas e conservadores, parece ter sido o “estopim político” para Ana, que resolveu processar sua orientadora por danos morais. Foi durante a ocorrência do processo que Ana se envolveu com o Movimento Escola Sem Partido (MESP):

Eu processei a professora em 2016, agora a gente entra no assunto como que me tornei deputada [...]. E eu recebi o contato do procurador do estado de São Paulo, Dr. Miguel Nagib, que havia criado em 2004 o Programa Escola Sem Partido, e ele entrou em contato comigo e disse que a minha petição era muito boa, embora pudesse ter sido muito melhor se eu tivesse uma advogada melhor e que aquele caso interessava ele, e, portanto, ele me convidou para participar em 2014 de um congresso nacional em Brasília sobre doutrinação na escola, em pública e privada. [...] Depois disso, eu fui descoberta pela senadora, hoje a senadora, mas à época ela era assessora especial da Damares Alves, Marino Malta, Marco Feliciano e Jair Bolsonaro. Então, essas quatro pessoas entraram em contato comigo e me convidaram para participar depois, em 2015 e 2017, de novo, de uma audiência pública do programa do Projeto de Lei, Escola Sem Partido, que tramitava no congresso. Então, eu fui até lá para contar o

¹⁶⁸ Importante lembrar que o MBL foi instituído, na verdade, como um braço de atuação política da organização Estudantes pela Liberdade (EPL). O MBL surgiu para que os membros do EPL, pudessem participar das manifestações de rua sem comprometer o recebimento das doações de recursos que recebiam das organizações norte-americanas (Amaral, 2015).

meu caso. [...] Então o que me lançou como candidata, o que me tornou eleita em 2018, sem dúvida nenhuma, foi o programa Escola Sem Partido, foi essa bandeira e essa pauta (Campagnolo, 2024, p. 22).

Por conta do processo que abriu contra a ex-orientadora, o nome de Ana tornou-se conhecido em escala nacional, chamando atenção de movimentos, pessoas e partidos da extrema direita brasileira. Podemos dizer que ela construiu capital delegado na atuação com essas mobilizações, que tornou possível que o partido reconhecesse seu nome como importante para concorrer ao cargo de deputada estadual. Ana reconhece em entrevista que foi eleita em 2018 pela pauta do MESP.

Os nomes citados por Ana – Damares Alves, Marcos Feliciano, Jair Bolsonaro e Miguel Nagib – são atores conhecidos no cenário brasileiro por serem atuantes da extrema direita. Damares Alves foi Ministra do Estado do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Bolsonaro; Marcos Feliciano é um pastor evangélico e deputado federal eleito por São Paulo pelo PL; Jair Bolsonaro, ex-presidente da República e Miguel Nagib, advogado, foi o fundador do MESP.

Já a reeleição, Ana atribui ao fato de: “em 2022, que o meu crescimento foi cinco vezes maior na urna, eu ganhei mais de um milhão de seguidores nesse intervalo, não foi mais por causa da Escola Sem Partido, foi porque eu fui a primeira mulher a escrever um livro declaradamente antifeminista no Brasil do século XXI”¹⁶⁹ (Campagnolo, 2024, p. 24), ou seja, Ana mobilizou o capital político construído com o MESP para atrair eleitores/as através da pauta antifeminista.

Estratégia bem-sucedida por parte da deputada, já que, ambas as pautas dialogam entre si e são capazes de mobilizar um público semelhante e chegar em diversos segmentos da população, sobretudo aqueles/as alinhados a religião, a preocupação com a família, com as crianças – logo, com a educação – e que temem o “perigo do comunismo” e do marxismo, representado nesse cenário pelo antipetismo. Foi com base nessas ideias que surgiu o MESP ainda em 2004, mas que ganhou maior popularidade e atenção na década de 2010, quando foi abraçado por todos os grupos da direita brasileira (Miguel, 2016). A comunhão entre o temor da “doutrinação marxista” com o combate a “ideologia de gênero” no interior do MESP ocorre quando o questionamento das funções sexuais propagados pelos movimentos feministas, segundo eles, coloca em risco as famílias e as crianças são as mais “vulneráveis” nesse cenário. Por isso, o diálogo entre a suposta doutrinação esquerdista em âmbito escolar com a ameaça

¹⁶⁹ O livro no qual Ana se refere é intitulado *Feminismo: perversão e subversão*, publicado em 2019 pela Vide Editorial. Será visto novamente no próximo item desta dissertação.

que a “ideologia de gênero” representa, pretende, pelo MESP, proteger as crianças, a família, a sociedade e consequentemente, a nação. Dessa forma, o combate a “ideologia de gênero” se sobrepõe ao medo da “doutrinação marxista” e ganha outra forma: de um debate político, passa para um campo da moralidade e a principal reivindicação é de que os/as professores/as sejam impedidos de abordar qualquer conteúdo em sala de aula que seja contrário aos valores prezados pela família (Miguel, 2016).

Ao conectar o discurso de proteção à família, as crianças, a moralidade e a educação, Ana Campagnolo projeta os movimentos feministas como os responsáveis pela possibilidade da destruição das famílias e o grande ameaçador da educação das crianças. A pauta anti-feminista representa a proteção ao que há de mais caro para estes movimentos: a família, a moralidade (religiosa) e os “bons costumes”. Mobilizada no campo político, já estabelecido em contato com o MESP, Ana consegue ser reeleita nas eleições de 2022.

Em diálogo com isso, o fator religioso é destacado como importante em sua trajetória política:

Eu fui professora de escola bíblica dominical [...], fui professora no escoteiro, fui professora de desenho, fui professora de teatro, fui líder de jovens. Enfim, eu assumi muitas atribuições na igreja e foi na igreja que eu aprendi a me comunicar e perdi a timidez de comunicar meus princípios, meus valores, o que eu acreditava. Então, a igreja foi muito importante para mim nas questões relacionais, né? [...] A minha vida pública é baseada nos princípios que eu aprendi lá quando era escoteira, jovem, adolescente, criada por um pai, por uma mãe evangélicos, numa igreja evangélica. Essas coisas são que mantêm a minha vida (Campagnolo, 2024, p. 8).

Como Maria das Dores Machado (2020) nos lembra, os políticos/as evangélicos/as se mobilizaram para construir uma “nova direita” no Brasil, definindo a “pauta moral” como centralidade na atuação política. Em torno da questão da moralidade, estão os mesmos aspectos considerados pelo MESP: a defesa dos valores da família e das crianças. Pode ser que Ana tenha construído capital político na participação no interior destas igrejas, mas, parece que não chega a ser o principal em sua trajetória, o que ocorre é que foi mobilizado para construção de suas pautas.

O capital midiático foi também muito importante para a elegibilidade de Ana. Ela nos contou em entrevista que:

Em 2020 a imprensa já estava noticiando que eu era a política catarinense mais influente da internet, mais do que os senadores, deputados federais, mais do que o próprio governador. Então a internet desempenhou um papel importante na divulgação das minhas ideias. [...]. A internet foi o lugar onde todas as pessoas ostracizadas e perseguidas se encontraram para debater essa perseguição [feminista]. E sempre quem está na vanguarda, quem faz algo primeiro, quem tem a coragem de falar sobre algo primeiro, acaba recebendo um destaque considerável. Então esse foi o meu caso na internet. Eu já tinha um canal com 20 mil seguidores, que é bastante coisa para 2015. [...] Então eu já tinha 20 mil seguidores no Facebook e no YouTube,

que foi o que me ajudou a eleger em 2018. Mas depois de eleita eu consegui multiplicar isso de uma forma muito rápida (Campagnolo, 2024, p. 30).

Ana Campagnolo construiu capital político na *internet*, ou seja, capital midiático. O que antes era visto pela produção teórica (Miguel, 2003) como aquele construído na televisão, rádio e jornais, hoje é estendido para a *internet*. Além dos muitos seguidores que Ana possui nas redes sociais, ela também produz vídeos, *podcasts* e textos para a empresa Brasil Paralelo, o que contribui para gerar engajamento com o público, ser visível e reconhecida.

Em uma rápida pesquisa, encontramos diversos conteúdos produzidos pela empresa em parceria com Ana Campagnolo, entre eles: “Ana Campagnolo X 20 Feministas: “feto não é uma vida”, diz participante”¹⁷⁰; “Feminismo e Marxismo: com Ana Campagnolo”¹⁷¹; “A HISTÓRIA DO FEMINISMO | AULA GRÁTIS: FEMINISMO E MARXISMO com Ana Caroline Campagnolo”¹⁷², eles estão disponíveis em diversas plataformas da Brasil Paralelo.

Não é o objetivo desta pesquisa analisar a produção midiática de Ana Campagnolo ou da Brasil Paralelo. Mas, à título de explicação, cabe ressaltar que a “empresa” – denominação que pode ser estratégica para disfarçar suas intencionalidades políticas (Bonsanto, 2021) – possui um claro teor revisionista. Em seus discursos, miram sempre o “outro” como um inimigo a ser combatido: a esquerda, o comunismo, a mídia, a universidade (Bonsanto, 2021) e inclusive, o feminismo – caso em que Ana Campagnolo atua contrária -, argumentando que apresentariam a “verdade”, que até então estaria sendo mascarada por agentes “doutrinários” da esquerda.

Estes discursos potencializam agendas específicas – contrárias à “ideologia de gênero” por exemplo - e a mobilização ideológica da direita brasileira, direcionando conteúdos que facilitam e engajam a participação pública, construindo assim, uma “contranarrativa” da História científica. Nesse sentido, Bonsanto (2021) argumenta sobre o paradoxo da própria empresa: pregam uma suposta “imparcialidade” e “objetividade” em suas narrativas, ao passo que produzem conteúdo com um forte valor ideológico e com posicionamentos políticos bem delineados, contribuindo para o negacionismo/revisionismo histórico e favorecendo a divulgação de (des)informações caras à historiografia.

Lembramos que o uso das plataformas digitais¹⁷³ cada vez mais crescente e popularizadas, permite que indivíduos/as produzam, disseminem e consumam diferentes

¹⁷⁰ Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/ana-campagnolo-x-20-feministas-feto-nao-e-uma-vida-diz-participante>. Acesso em: 21 nov. 2025.

¹⁷¹ Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/ebooks/feminismo-marxismo-ana-campagnolo>. Acesso em: 21 nov. 2025.

¹⁷² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OLi5SiIKYP0>. Acesso em: 21 nov. 2025.

¹⁷³ Abarcando aqui *sites* e mídias sociais como *Facebook*, *Instagram*, *X* e *TikTok*.

conteúdos com facilidade, diariamente e o tempo todo. O ambiente digital potencializa o alcance de discursos de pessoas, grupos e partidos políticos, se consolidando como um espaço estratégico para o engajamento político, social e partidário. Além disso, a lógica algorítmica dessas plataformas opera dentro do modelo de capitalismo digital, privilegiando conteúdos populares e engajados, independentemente da sua veracidade (Paiva; Prestes, 2025). Nesse cenário, o uso de redes sociais para disseminar o discurso antifeminista feito por Ana Campagnolo é estratégico, pois é propagado com facilidade e rapidez, alcançando diferentes públicos consumidores, que se tornam frequentemente “engajados” com suas pautas e seus perfis. O problema é que esse “engajamento” não se reduz ao espaço *online*: torna-se materialidade em discursos, práticas, ações e principalmente, no momento das eleições, quando legitimam o “seguir” *offline* nas urnas.

Ana Campagnolo também nos contou sobre o pai ter sido candidato a vereador e a prefeitura da cidade de Itajaí-SC, pelo PDT:

Eu sei que até a primeira eleição que foi a prefeito em Itajaí antes de eu nascer eu acho que é 88 e 89. Eu nem tinha nascido né. Mas eu acompanhava ele nos jantares do partido, nos eventos, eu nunca pedi voto porque eu acho que era pequena demais. [...] Mas hoje eu vejo o que o meu jeito de falar e as minhas... Assim, a verve política que todos dizem, é realmente uma cópia do que o meu pai fazia, da maneira como se comportava. [...] Então, no meu ambiente doméstico eu via que eu tinha dentro de casa uma personalidade que gostava de política (Campagnolo, 2024, p. 11).

Embora ela considere como importante a figura do pai político, não consideramos que ela teve influência do capital familiar para ser eleita, já que nem ao menos o pai foi eleito para os cargos que concorreu. O capital delegado construído por Ana em atuação com movimentos de extrema direita e o capital midiático foram os mais influentes em sua trajetória política.

Quando questionada sobre os planos para o futuro, Ana nos respondeu que pretende continuar na Assembleia Legislativa Estadual, com o propósito de defender sua principal pauta: o antifeminismo.

Eu pretendo continuar deputada estadual. [...] Entre os muitos motivos, embora muitas pessoas gostem de imaginar a política como uma missão de crescimento, que quer ir para Brasília, quer ir subir, eu não entendo que a política é isso, entendo que a política é um lugar onde você tem um projeto, defende uma pauta e você tem que fazer o melhor para a sua pauta e não para a sua carreira pessoal. E a minha pauta é o antifeminismo. E no momento não existe em Santa Catarina nenhum bom nome para se apresentar à função de deputada estadual e antifeminista. Então se eu sair daqui eu acho que essa cadeira fica vaga (Campagnolo, 2024, p. 43).

Já, Anna Carolina Martins, que assumiu a suplência do cargo de deputada estadual entre fevereiro e abril de 2020, havia sido vereadora em Itajaí-SC e candidata a prefeita na mesma cidade. Além disso, Anna Martins é advogada, fato que contribuiu para formação de sua carreira política, dialogando com a teoria de Bourdieu (2001) já mencionada acima, já que esta profissão

contribui para formação de capital cultural e de certa forma, também do *habitus* político¹⁷⁴, como ela nos conta em entrevista:

Primeiro, eu sempre fui politizada, apesar de na minha família, não ter candidatos. Eu tive um tio, uma vez, que foi candidato muitos anos atrás, era pequena, e não ganhou. Isso vem de raízes do meu pai, que sempre gostou, sempre participou, sou advogada por formação, ele também, então a gente sempre teve a fê de causas, assim, justamente de trabalhadores. O nosso escritório, ele é uma referência no sentido de escritórios trabalhistas, nós montamos muitos sindicatos aqui na região, porque nós temos um escritório aqui, 45, 46 anos, então ele tem uma história de luta, e ali a gente foi, fui iniciando a vida pública, fui pegando por gosto, daí eu sempre apoiava um candidato (Martins, 2024, p. 6).

Apesar de não ter parentes próximos eleitos na política institucional, o pai de Anna foi uma figura importante em sua trajetória política, principalmente devido ao escritório de advocacia, pautado em causas trabalhistas, nas quais ambos trabalhavam. Podemos averiguar que estar em contato com estas causas criou para Anna uma rede de contatos, visibilidade na vida política e conexões com os partidos, como ela conta “sempre apoiava um candidato”, ou seja, estava de alguma forma conectada com o campo político partidário. Ela nos conta como ocorreu sua primeira candidatura ao cargo executivo – prefeita – de Itajaí:

[...] e por acaso, o candidato que eu apoiava foi o meu opositor na eleição, que ganhou, foi o Morastoni, eu trabalhei para ele de pequena, dobrando papelzinho, botando papelzinho embaixo da porta de casa, indo nas kombis, e bandeirinha na mão, sempre de graça, e acreditando muito [...] mas depois que ele foi a prefeito no primeiro ano, eu já vi que não dava mais, porque eu via que já tinha uma certa idade, que as pessoas davam voto para ele, considerando que eu que pedi. E o trabalho que ele estava apresentando não era o que eu queria. [...]. Foi daí que eu fui (Martins, 2024, p. 6).

Anna Martins relata que se desencantou com o candidato que ela apoiava na época e ao que nos parece, isso pesou para a decisão de se candidatar a prefeitura. Além disso, ela já tinha carreira política como vereadora da cidade: “Então, quando fui para candidatar a prefeita, eu já tinha passado com umas quatro comissões de ética, eu tive que ser muito combativa, foi um ano muito difícil, mandato muito difícil de vereadora, e isso me alçou naturalmente” (Martins, 2024, p. 6), ou seja, já possuía um capital delegado na política institucional. Mesmo tendo passado por dificuldades como vereadora, principalmente por ser mulher, como já abordado nesta dissertação, ela se lançou à corrida eleitoral pela prefeitura.

Mas quando foi para vir a prefeita, eu não quis. Não queria, não queria. Um ano antes os partidos já estavam procurando tudo, e quando eu fui perguntar para o meu pai, que ele era, sempre por achar ele como um mentor, tenho ele como um mentor na política, ele disse pra mim: “Não vai porque tu vais ter que estar preparada pra viver a vida dos outros” [...]. E a vereança já tinha tirado muito de mim. [...]. Então eu também mudei meu tipo de vida. Tinha 28 anos [...]. Poxa, tinha uma vida feita, gostava de viajar, gostava de sair, então foram hábitos que a gente foi mudando. [...] Mas meu pai,

¹⁷⁴ Bourdieu (2001) defende que o *habitus* político é toda a aprendizagem necessária para adquirir um corpo de saberes específicos (teorias, conceitos, tradições históricas etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político, ou, nas capacidades mais gerais, tais como: o domínio de uma certa linguagem e retórica política, do tribuno, ou do *debater*, necessária na relação entre os profissionais.

também disse, “mas o que é que os outros vão dizer? Vão dizer que tu é solteira? Vão dizer que tu mora com os pais?” Aquela coisa toda... Aí eu disse, “opa!” Quando ele falou disso, eu disse: “agora eu vou. Agora eu vou” (Martins, 2024, p. 8).

Percebemos nesta parte da entrevista, a aproximação com o pai que Anna possuía, como ela diz, ele era seu “mentor” na política e inicialmente, não apoiava que ela fosse candidata à prefeitura. Além disso, observamos uma questão de gênero: a preocupação com o que as pessoas pensariam sobre ela ser uma mulher solteira, que morava com os pais, e possivelmente, o fato de não ter filhos, pesaria negativamente para sua candidatura. Ao que parece, esse foi outro fator de impacto para Anna se candidatar ao cargo na cidade.

Outro fato na trajetória política de Anna Martins é a troca de partidos. Ela nos contou que na infância fazia campanha para o PT, mas, isso foi mudando com o tempo:

O meu envolvimento começou desde criança, acompanhando meu pai. Meu pai era PT. Até o Volnei ganhar, quando o Volnei ganhou, ele ganhou a prefeitura pelo partido dos trabalhadores, daí no primeiro ano a gente saiu, a gente já tinha saído do partido e depois deixou de apoiar ele, eu fui para o Partido Verde, me achei no Partido Verde, pensei no partido pequeno, tenho uma pauta que eu gosto, sustentabilidade, aquela coisa toda, começamos a montar o partido, saí candidata, tive 960 votos, isso aqui para nós é voto para caramba, mas não foi o suficiente [...]. Quando eu já estava no PV, a gente teve uma imposição de cima para baixo [...] tu tens de que apoiar o tal candidato e pronto, acabou e eu não gosto disso [...]. Sai do Partido Verde, pensei, se eu quero ser candidata, tenho que ir para algum partido [...], então eu recebi uma proposta para o PRB naquela ocasião, que hoje é o Republicanos, para que eu já pudesse participar inclusive de uma cadeira na estadual. [...] Quando faltava mais ou menos um ano para outra eleição, eu recebi uma ligação da nacional deles, dizendo que eu iria apoiar um certo candidato, eu disse: “eu não posso apoiar esse candidato” [...]. Eu disse: “não, eu vou sair” [...]. Daí o PSDB. PSDB era oposição, mas poxa, PSDB, para quem já foi petista, era uma coisa doida, né? [...]. Mas eu fui recebida muito bem pelo PSDB daqui, e eram pessoas que eu conhecia, que me ajudaram, que me acolheram e gostei (Martins, 2024, p. 8-9).

Do PT, Anna e o pai migraram para o Partido Verde (PV), ao qual Anna se lançou pela primeira vez para disputa de um cargo político: vereadora. Fez 960 votos na cidade, mas não foi eleita. Devido a disputas internas partidárias, saiu do partido e ingressou no Partido Republicano Brasileiro (PRB), atual Republicanos, para o qual foi eleita vereadora em Itajaí. A situação se repete: o partido pede para que ela apoie determinado candidato, ao qual ela havia sido oposição durante o mandato na Câmara de Vereadores. Anna se recusa a apoiar o partido e parte em busca de outro partido para ser candidata novamente, é quando entra para o PSDB, partido ao qual estava filiada quando lançou-se a candidatura para deputada estadual:

Quando eu cheguei na estadual, eu disse: “olha, eu até posso ir, tá aqui todo o meu material”, que na minha pesquisa, assim, eu tinha 42% nas pesquisas na época, eles diziam que ia ser um estupro eleitoral [...] E ele olhou para mim e disse assim: “não, se você quer arrecadar dinheiro, faz um jantar aí, a quinhentos reais e toca a vida”, eu disse, “eu estou ferrada”. Daí, iniciei alguma coisa enfrentada por ele, outra coisa pelo escritório, fomos dando barrigada e fomos crescendo. E daí eles, depois vendo o volume, que eu estava carregando comigo, começou a vir senador me apoiar, deputados estaduais, deputados federais, do nosso partido [...]. Daí começaram a me dar valor (Martins, 2024, p. 12).

Apesar de estar muito bem colocada nas pesquisas eleitorais daquela campanha, o partido não apoiou simbólica e financeiramente a candidatura de Anna para o cargo de deputada estadual. Ela foi construindo sua campanha com apoiadores próximos e quando o partido percebeu que teria vantagens eleitorais, começou a apoiá-la de fato. Anna não fez votos suficientes para assumir a titularidade do cargo, mas foi chamada para assumir a suplência na ALESC.

Aí o presidente da estadual [...] me ofereceu o participar do PSDB Mulher, o PSDB Mulher de Santa Catarina, sempre foi tocada por gaveta, eram assessoras de deputados, esposa de deputado, então não tinha um trabalho político [...]. E, isso me ajudou como deputada estadual, porque eu fiz dez mil votos fora, e também me acendeu para participar do PSDB Mulher Nacional [...]. O que me segura do PSDB é o PSDB Mulher (Martins, 2024, p. 11).

Participar do PSDB Mulher parece ser importante para a trajetória política de Anna, como ela conta em entrevista: “foi uma experiência maravilhosa” (Martins, 2024, p. 11). Podemos supor que foi um investimento simbólico em seu capital delegado, ou seja, possibilitou construir redes, criar conexões com pessoas do partido e fazer com que seu nome fosse reconhecido em âmbitos estaduais e nacionais.

Ao ponto que, o que que aconteceu? Eu vim à deputada, aquela coisa toda, fiquei 60 dias ali, voltei, fui para a campanha, fui construindo o partido, fui construindo a nominata, fui construindo vários partidos para vir a prefeita. Só que os quatro anos que eu não fiquei vereadora [...] outras lideranças despontaram. Lideranças da oposição [...]. Já estava nessa fase muito direita extremista. Já era uma fase que já estava caminhando para isso, em Bolsonaro, aquela coisa toda, e tinha muita gente que me via como comunista [...]. A única chance de a gente tirar o prefeito que estava ali, que foi aquele que ganhou de mim, ou ele vinha a reeleição, por um acaso ele é médico, num período de pandemia, aparecendo todo dia na televisão, repercussão mundial, por dizer que quer botar ozônio nas pessoas [...]. Aí eu tive que recuar. Eu ia ser abandonada no caminho. E se eu sentia, eles queriam ganhar, mas não queriam ganhar comigo, porque eles queriam ser os protagonistas [...] daí cedi, por um candidato que era vereador também, mas era do meu partido (Martins, 2024, p. 13).

Mais uma vez, aparecem as disputas internas partidárias: depois de assumir como suplente de deputada estadual, Anna queria lançar-se novamente à candidatura para prefeitura de Itajaí, mas percebeu que o partido não a apoiaria, muito possivelmente por ter fama de ser “comunista” em um período marcado pela ascensão da extrema direita no cenário catarinense. Segundo sua narrativa, ela parecia ser a melhor opção para derrotar o outro candidato – que defendia “botar ozônio” nas pessoas¹⁷⁵ – mas, precisou ceder em nome do partido, do grupo, e ceder para que um homem fosse candidato.

¹⁷⁵ Volnei Morastoni (MDB) sugeriu durante a pandemia de Covid-19 implantar aplicação de gás ozônio e tratar pacientes infectados com hidroxicloroquina e ivermectina. Os tratamentos sugeridos pelo então prefeito não possuem eficiência comprovadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e foi um discurso propagado pelo então presidente do Brasil na época, Jair Bolsonaro. Informações disponíveis em:

Nesta perspectiva, lembramos que os partidos geralmente seguem uma regra geral para a escolha de candidatos/as: aqueles/as que têm potencialidade eleitoral de ganhar as eleições. Algumas características são mais atraentes, como: “os mandatos eletivos já cumpridos, a visibilidade na comunidade, posições de liderança em organizações sociais e a ocupação de cargos públicos” (Miguel; Marques; Machado, 2015, p. 736). Nos parece que Anna cumpria com a maioria dessas características, porém, por uma estratégia partidária, possivelmente dada ao contexto político da época – polarização política – e por uma questão de gênero, Anna não foi escolhida para ser candidata.

Podemos averiguar, com base em sua narrativa, que o capital político de Anna perpassa dois tipos de capitais: inicialmente, o capital convertido – já que acumulou conhecimento e reconhecimento na profissão de advogada, em contato com outras pessoas e com influência do pai, que participava de campanhas políticas; e posteriormente, o capital delegado – depois de ter ocupado cargo como vereadora, ser candidata à prefeitura e participar do PSDB Mulher, Anna acumulou capital dentro do próprio campo político.

A trajetória de Ana Paula Lima, eleita pelo PT para o cargo de deputada estadual, foi inicialmente, uma surpresa para ela. Ela nos conta em entrevista que:

Apesar de ser muito ativista, em algumas áreas, e como na minha casa nós somos dois políticos, eu sempre priorizei as campanhas do Décio para vereador, para prefeito, para deputado. Numa determinada época, em Blumenau, o partido precisava de um nome para disputar as eleições. E um grupo de mulheres da minha cidade dizia o seguinte: “Ana Paula, por que tu não se candidata?” Eu disse: “Não, essa vida não é para mim” (Lima, 2024, p. 6).

Ana conta que foi envolvida com todas as campanhas do marido Décio, também pertencente ao PT, isso nos leva a duas considerações: 1) a prioridade eram as campanhas e a elegibilidade do homem, do marido. Ela não considerava se candidatar à um cargo político institucional, questão que já foi explicada nesta dissertação, mas que vale retomar: o campo político é estruturado e pensado historicamente como um lugar pertencente aos homens; 2) pelo fato de o marido ser político, podemos averiguar que o principal capital político de Ana é o capital familiar, mas não apenas: o envolvimento com o partido – que ocorreu por apoiar o cônjuge – e com grupos de mulheres, pode também ter gerado capital convertido, isto é, forneceu base eleitoral e contatos para que seu nome fosse indicado pelas pessoas e pelo partido:

Aí o partido, na época, em 2002, pediu: “Ana, então você vai ser candidata” [...]. Eu fui então a pedido do partido municipal, coloquei meu nome à disposição com outras pessoas também e deu a eleição de estadual [...]. E eu fui candidata novamente, me elegi, quatro vezes estadual. E daí participar de uma campanha para a prefeitura de Blumenau também foi desafio muito grande [...]. A minha tarefa maior é ter as causas

para eu lutar. Por isso que, novamente, vou ser candidata prefeita da cidade, numa construção, em debate, em uma construção também partidária (Lima, 2024, p. 6).

Ana Paula Lima assumiu as legislaturas na ALESC entre 2003 e 2019. Atualmente, é deputada federal, eleita por Santa Catarina, sendo a única mulher de esquerda presente no cenário. No momento da entrevista, realizada em maio de 2024, Ana contava que seria candidata à prefeitura de Blumenau. As eleições ocorreram em outubro e Ana não foi eleita.

Ana Paula Lima é enfermeira de formação, mas, não atribui à função que ocupava a elegibilidade, mas sim, ao cenário político daquele contexto:

Eu era uma enfermeira, funcionária pública, trabalhava com mulheres [...]. Eu acho que naquele momento, eu acho que o Brasil também estava em 2002, no momento de mudança. Então a campanha do Lula foi importante, foi quando o presidente Lula se elegeu, quando nós elegemos mais deputados estaduais, nós elegemos 10 da nossa bancada, da nossa coligação, elegemos cinco, dos federais. Então aquele momento também foi propício para isso, na primeira campanha. Na segunda, eu acho que foi o resultado do meu trabalho, do meu primeiro mandato, e depois, as reeleições que a gente teve. Então concretizou o trabalho enquanto deputada estadual (Lima, 2024, p. 8).

Ou seja, o contexto político da época – a primeira eleição de Lula ao cargo de presidente – favoreceu a elegibilidade de diversas pessoas da esquerda em Santa Catarina, inclusive de Ana Paula Lima. Esse fato nos leva a lembrar que: Santa Catarina nem sempre foi conservadora. Houve e há pessoas e movimentos de esquerda atuantes e elegendo pessoas desse espectro partidário, que convergem com pautas progressistas, apesar de, atualmente verificarmos o avanço da extrema direita no cenário estadual.

O que notamos, com a trajetória de Ana, é que o capital familiar construído pelo casamento com Décio, foi decisivo para sua primeira eleição como deputada estadual. Inclusive, esse foi seu primeiro cargo político institucional, ou seja, não passou por outras “etapas”, consideradas como trampolim para cargos maiores, como o cargo de vereança ou prefeita de cidades. Já, as reeleições para a ALESC e a eleição para o Congresso Nacional podem ser resultado também do capital delegado: construído com o partido, ou seja, possibilitou que ela fosse reconhecida pelos pares como um nome de destaque para a disputa eleitoral; criou redes de contatos; apoio partidário e principalmente, reconhecimento externo, das pessoas votantes, eleitores/as, os “profanos” como chama Bourdieu (2001).

Em relação ao capital familiar, há duas considerações necessárias: em um contexto patriarcal, machista e misógino, o capital familiar pode ser um importante avanço para a candidatura de mulheres, como foi no caso de Ana Paula Lima e de Ada de Luca, vistas até aqui.

Em segundo lugar, o capital familiar é por vezes, considerado um “atraso político” para as democracias, pois, favorece a monopolização de muitos cargos a certas famílias políticas, o que induz a um processo de oligarquização e pode contribuir para reduzir a pluralidade de posições sociais em espaços de tomadas de decisões (Miguel; Marques; Machado, 2015). Contudo, isso é parte dos jogos democráticos, do sistema eleitoral e da regularidade das eleições, que inclusive, propicia a formação de novos clãs familiares e favorece a formação de redes internas de capital familiar, por isso, a ideia de “atraso” pode ser considerada ingênua (Miguel; Marques; Machado, 2015).

Ou seja, este fenômeno não é novo e não é visível apenas em Santa Catarina ou no Brasil: George W. Bush chegou à presidência dos Estados Unidos nas eleições de 2000, oito anos após o final do mandato do pai; Cristina Kirchner foi eleita em 2007 para suceder ao marido, Néstor, na presidência da Argentina, como lembram Miguel, Marques e Machado (2015).

Retornando a trajetória de Ana Paula Lima, quando questionada sobre como a avalia, ela respondeu:

Ela foi vitoriosa, mesmo quando eu perdi as eleições, porque eu não deixei de debater, porque muitas meninas também se inspiraram na gente, colocaram nome à disposição para serem candidatas. Muitas veem na gente uma oportunidade de falar de um projeto ou se sentem representadas [...]. E na trajetória, eu acho que não decepcionei, senão não teria tantos mandatos, mesmo aqueles que eu perdi, acho que a gente nunca perde. E, principalmente, esse mandato de deputada federal [...]. E quando eu cheguei aqui, eu tive a felicidade de assumir uma secretaria muito importante, que é a Secretaria da Primeira Infância e Infância e Juventude, [...]. E também, faço parte de uma comissão muito importante, que é a comissão, que eu sou titular, que é a Comissão de Saúde (Lima, 2024, p. 12).

Nos parece que avaliando sua trajetória, o que emerge na memória de Ana Paula Lima é a questão da potencialidade da representatividade que ela ocupa para outras mulheres. Em um país e em um estado com baixíssima presença de mulheres ocupando cargos políticos, compreendemos o quão importante é a ocupação dos assentos parlamentares por mulheres. Ana também relata a importância do mandato como deputada federal em relação aos cargos que ocupa nas comissões, com duas em destaque: da Primeira Infância e Juventude e da Saúde. Possivelmente, a segunda vem pelo fato de sua carreira na enfermagem, e a primeira, pelo fato de ser mulher, que como já dito nesta dissertação, dialoga com a “política de desvelo” (Miguel, 2000).

Se o capital familiar foi importante para a eleição de Ana Paula Lima e Ada de Luca, não foi o mesmo para Ângela Albino (PcdoB):

Eu venho de uma família muito simples, meu pai é pedreiro, minha mãe é costureira [...]. A vida política, eu não tenho referência assim, familiar. Ninguém da minha família nunca se filiou a partido político. Eu fui a primeira pessoa da família a ter

vivência partidária [...]. Não é justo dizer que eu fui a primeira pessoa de vida política na família. Eu fui a primeira a entrar em partido político, mas meus pais, eles atuavam em movimento de bairro, influenciados pelo padre, e eles atuavam no movimento da Igreja Católica. Então, acredito que isso deve ter influenciado, apesar que eles, política em si, partidária, eles nunca tiveram afinidade (Albino, 2024, p. 6).

Como consideramos o capital familiar herança de cargos políticos institucionais, percebemos que para a trajetória política de Ângela, isso não ocorreu. Apesar de os pais terem vivência e militância com movimento da Igreja Católica, ela foi pioneira na família a ingressar em âmbitos políticos partidários. Ângela é técnica em enfermagem, graduada em Direito e tem especialização em Políticas Públicas, mas não atribuí necessariamente à sua formação o fato de participar da política institucional, o que parece ter sido mais relevante foi o contato com o movimento sindical e o movimento de mulheres:

Eu entrei muito cedo na Justiça do Trabalho e logo entrei no Movimento Sindical. E aí, eu cheguei a ser da coordenação do nosso sindicato local, da coordenação nacional, do nosso sindicato, do Judiciário Federal. E ali, o movimento sindical é muito masculino, mesmo o mais progressista, é um ambiente assim, muitíssimo [...]. Nossa, quando eu achava outra mulher sindicalista, e aí outras mulheres sindicalistas já tinham mais formação que eu, aí já atuavam em partidos políticos, e as pessoas que eu me vinculei no movimento sindical, eram todas comunistas. [...]. E, eram pessoas que eu confiava, militei, atuei no movimento sindical mais de anos sem saber que eles eram do PCdoB. E foi o partido que, desde o começo, eu me identifiquei, onde eu sou filiada até hoje. Mas iniciei no movimento sindical. [...] Cruzou o movimento de mulheres, o movimento sindical, o movimento de mulheres, e em 2004, eu já fui candidata a vereadora (Albino, 2004, p. 7).

Dada sua narrativa, compreendemos que o capital convertido foi mais influente para Ângela lançar a candidatura à vereança em Florianópolis. O capital convertido foi acumulado durante sua militância sindical e com o movimento de mulheres, que ocorreu devido ao seu emprego na Justiça do Trabalho. Isso permitiu com que ela criasse contatos com pessoas do partido (PcdoB) e fosse reconhecida pelas lideranças como um nome possível para obter ganhos eleitorais. Ângela Albino foi eleita vereadora naquele mandato, sendo a única mulher presente na Câmara de Florianópolis.

Tendo capital convertido como o mais influente para a primeira candidatura, averiguamos que Ângela construiu capital delegado suficiente para ser candidata ao cargo de deputada estadual:

Eu tinha me eleito vereadora em 2004. Em 2006, eu concorri e perdi a eleição para deputada estadual por 317 votos. Aí na eleição seguinte, que foi essa de 2010, eu fiz uma votação muito legal. [...] Eu fiz 33 mil votos na época, mas tinha muito peso político, era uma figura política em ascensão, tanto é que a gente fez uma boa votação em 2012 na eleição seguinte para candidatura de prefeita (Albino, 2024, p. 11).

Ângela permaneceu na ALESC durante uma legislatura, entre 2011 e 2014. Ela nos conta que era uma “figura política em ascensão”, possivelmente devido ao trabalho que realizou na Câmara de Florianópolis. O capital delegado possibilitou que o partido reconhecesse o “peso

eleitoral” de Ângela, escolhendo seu nome em diversas eleições para disputa: em 2006 foi candidata à deputada estadual; em 2010 foi novamente eleita; em 2012 foi candidata à prefeitura de Florianópolis, não tendo sido eleita.

Outro fator de impacto, foi ter sido presidenta do partido e a única pessoa do Pcdob a ocupar cargo estadual: “[...] os anos que eu fiquei à frente do partido como presidente e à frente do partido como a figura política de projeção, eu fui a primeira do PCdob de Santa Catarina a ter mandato de deputado estadual e federal” (Albino, 2024, p. 12). É interessante destacar que foi uma mulher a primeira pessoa do partido a ocupar assento legislativo em âmbito estadual e federal por Santa Catarina, e não obstante: uma mulher de um partido de esquerda e comunista. Isso pode ter ocorrido devido ao contexto político da época: era o terceiro mandato consecutivo do PT no governo nacional, elegendo Dilma Rousseff como a primeira mulher presidenta do Brasil. Era um contexto de ascensão de governos de esquerda, que não ocorreu apenas no Brasil, diversos países do Cone Sul vivenciaram a chamada *Maré Rosa*¹⁷⁶. No cenário atual com o avanço da extrema direita e de pautas conservadoras – também não apenas no Brasil ou em Santa Catarina –, talvez a elegibilidade de Ângela seria um tanto mais difícil. Isso foi em parte reconhecido em sua narrativa:

E claro, Bruna, faço o recorte de que eu pertenço a outro momento da política que não era tão polarizado quanto esse agora. Eu estou falando do meu momento, estou falando de uma fotografia, pode não explicar o filme de hoje [...]. O bolsonarismo nos ensinou que quem a gente achava que era adversário, não era tão adversário assim, que na verdade tinha mais pontos em comum do que a gente pensava (Albino, 2024, p. 16).

Atualmente, Ângela não ocupa cargo político institucional, mas segue atuante no partido. Quando questionada sobre os planos futuros, ela nos respondeu que:

Eu estou estudando, estou concluindo a minha fase profissional no tribunal. [...]. Então estou mais focada nisso agora, mas a política é parte do que eu sou. E em especial essa dimensão de representar as mulheres. Eu tenho muita convicção que a construção da igualdade ou da equidade que a gente busca, ela não se esgota no espaço da disputa eleitoral, mas ela passa. Ela passa pelo espaço da disputa eleitoral (Albino, 2024, p. 15).

Assim como para Ana Paula Lima, a questão da importância da representatividade das mulheres emerge também na narrativa de Ângela Albino. Parece haver uma concordância entre as mulheres sobre a necessidade de ocupar este lugar. É claro que, são mulheres que ocuparam/ocupam cargos políticos, dando uma entrevista que viria a ser publicada. Podemos dimensionar que isso inclui a questão da *performance*, ou seja, entra em um espaço de tentar

¹⁷⁶ Quando governos de centro-esquerda, com maior compromisso com demandas populares, assumiram o poder em alguns países no Cone Sul. Iniciou em 1998 com a eleição de Hugo Chávez, na Venezuela. No Cone Sul, foi em 2003, com a eleição de Néstor Kirchner na Argentina e de Luís Inácio Lula da Silva no Brasil (Pedro; Colaço; Busnello, 2023).

convencer aquelas que estão ouvindo/lendo sobre essa importância da representatividade, mas também passa pelo campo subjetivo: nos parece que elas realmente acreditam nisso.

A gente está aqui falando sobre política, mas não existe política do futuro para as mulheres. As mulheres atuais não compreenderem o grande papel que têm e torço que lendo essa dissertação, seja na academia, seja no seu trabalho, seja na vida política, mais mulheres venham para a política. A gente transforma a política estando nela e a gente muda a História atuando na política (Albino, 2024, p. 18).

Para Dirce Heiderscheidt (PMDB), a trajetória política foi construída em diálogo com o capital familiar:

O meu envolvimento político se deu por conta da candidatura do meu marido. Bem, eu sempre tive um envolvimento em comunidades, com voluntariado. Sou de uma família, minha mãe era cartorária, meu pai já tinha sido vereador, participei assim, quando era criança, desse meio que participava um pouco da política [...]. Depois casei, não é? Aconteceu que gostava bastante de política que se tornou, política Nestor, tornou prefeito reeleito, em Palhoça. Fui a primeira-dama, fui a primeira secretária da assistência social no município (Heiderscheidt, 2024, p. 4).

Dirce cresceu envolvida com a política. Seu pai havia sido vereador em Ituporanga-SC. Depois, se casou com Ronério Heiderscheidt, que foi prefeito da cidade de Palhoça-SC. É evidente que o capital familiar foi utilizado para construção de sua carreira política e mobilizado para sua eleição como deputada estadual. Mas, não apenas: enquanto primeira-dama da cidade de Palhoça, Dirce desenvolveu trabalhos com a assistência social:

Não tinha Secretaria da Assistência no município e a gente foi a primeira secretária, montando todas as secretarias, criando todos os projetos, criamos a faculdade municipal, a faculdade da maturidade, que é a faculdade para os idosos [...] e foi referência aqui na Grande Florianópolis durante muito tempo. Enfim, tivemos uma atuação, deixamos a Secretaria numa gestão plena, com todos os projetos encaminhados do governo federal, mas aplicamos ali no município. [...]. Então, essa atuação foi que nos, digamos assim, me deu uma visibilidade [...] então o governador Luiz Henrique da Silveira, ele me intimou a ser candidata, a deputada (Heiderscheidt, 2024, p. 4).

O capital familiar foi o primeiro a ser utilizado para a trajetória política de Dirce. Mas, sua atuação junto à secretaria de assistência social, fez com que seu nome fosse reconhecido pelo então governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) como relevante para a disputa eleitoral. Essa seria a primeira candidatura de Dirce a um cargo político institucional.

B: Eles pediram quando da primeira vez?

D: Ele pediu na primeira eleição dele.

B: Que foi, 2008?

D: Eu acho que foi em 2008, não foi antes, né, que em 2010 eu me elegi.

B: Ah é. Então foi em 2006.

D: Em 2006, aí eu disse que não [...] e passou-se os quatro anos, voltou a conversa tudo novamente, e eu “não, não e não”. Só que no dia da convenção aqui, no dia da convenção, eu estava com a minha família, com o marido, que era prefeito, e tal, ele me chamou lá na frente, na convenção, chamou, botou meu nome na disposição, lá na frente, dizendo que eu era pré-candidata a deputada estadual [...] aquela noite eu não dormi, e depois disso eu tive que começar a planilhar, só que eu nunca imaginava que eu, que essa missão que tinham me dado, eu estaria competindo com 40 deputados

que já estavam aqui [...]. E eu era uma pessoa ali fora, do lado de fora, que tive que começar do marco zero, né? (Heiderscheidt, 2024, p. 5).

Parece-nos que Dirce construiu capital delegado, isto é, incluímos aqui o cargo na secretaria de assistência social como um cargo político não eleitoral, pois, as mobilizações que ocorrem nesse contexto, a rede de contatos que propicia, a visibilidade e o reconhecimento possíveis são ferramentas estratégicas para serem mobilizadas para a política institucional. O reconhecimento disso foi feito pelos pares: o próprio governador do estado da época colocou o nome de Dirce como pré-candidata ao cargo de deputada estadual, tendo feito o pedido mais de uma vez, como consta em sua narrativa. Percebemos a preocupação dela com a campanha, por ser considerada uma *outsider*, isto é, alguém “nova” na política institucional, que entrava na disputa eleitoral sem ter sido eleita para outros cargos anteriormente.

Eu tinha que me fazer conhecida, porque nem no meu município muitas pessoas não me conheciam. Não sabiam quem eu era, até conhecia o meu trabalho, sabiam que eu era esposa do prefeito. Eu tenho que me fazer conhecida. Primeiro, foi uma boa foto. Eu lembro que eu tinha um blazer. Era uma camisa, uma cor rosa e o blazer era um azul. Um azul, assim, céu [...] ficou uma foto bem bonita. E eu comecei a fazer as placas, os outdoors essas coisas. E enchia a cidade. Enchia com a via expressa. Enchia, já para BR, a 282, que era a nossa região. Então todo mundo me conhecia por uma mulher da placa. Era um voto social. Vendia um voto social. A bandeira do social. E foi, deu essa quantidade de votos. E eu vim para cá (Heiderscheidt, 2024, p. 7).

Três capitais são movimentados neste momento da narrativa: o capital familiar – “sabiam que eu era esposa do prefeito”; o capital delegado “conheciam o meu trabalho” e o capital econômico. Consideramos este último pela possibilidade de “encher a cidade” com fotos e *outdoors*. Sabemos o alto custo financeiro que isso demanda. Por isso, entendemos que foi um capital necessário para a elegibilidade de Dirce, já que ela precisava “se fazer conhecida”, as fotos serviram como um atalho para este reconhecimento.

Há ainda, outro ponto nesta parte da narrativa de importante destaque: a estratégia da escolha da roupa para foto. O uso do *blazer* azul com a camisa rosa, que “vendia um voto social”, podem ser entendidos como uma tática: “para fazer com que a mulher pareça mais masculina e adequada ao papel do poder” (Beard, 2018, p. 46). Como o imaginário popular não tem figuras de mulheres ocupando cargos poderosos – como a política – a tendência é que aquelas que tentem ocupar utilizem estratégias de convencimento público, que se aproximem do que seria o “ideal” para estar nestas posições. Assim, o “terninho” escolhido pela deputada, aparenta passar uma imagem mais “séria” de dedicação e compromisso, mas não apenas, também remete a imagem de um homem usando um terno.

Na primeira candidatura, Dirce não fez votos suficientes para ser eleita como titular, mas foi convocada para assumir como suplente entre 2011 e 2015. Foi eleita titular no segundo

mandato (2015-2019). Nas eleições de 2018, mais uma vez não conseguiu votos para ser titular, mas assumiu como suplente entre outubro e dezembro de 2020 e novamente foi convocada para assumir no período de fevereiro de 2021 a abril de 2022. Nas eleições de 2022, ela concorreu novamente ao cargo, não sendo eleita titular, foi chamada para assumir a suplência em março de 2025 onde deve permanecer até janeiro de 2027.

Para Dirce, o maior orgulho de sua trajetória política, é ter feito o bem para as pessoas:

Nunca, jamais, pensei em prejudicar alguém, todos os encaminhamentos que eu fiz, toda a construção de relacionamento, de amigos [...] nunca ninguém deixou de ajudar. Ah, por conta da política, por conta de alguma ação política, deixou de falar comigo. Eu sempre procurei ter muita retidão, muito correta, eu entrei de cabeça erguida e saí, no final do mandato, de cabeça erguida, sabendo que só construí coisas boas. Enfim, e tento ainda, continuo ainda tentando fazer bem para as pessoas (Heiderscheidt, 2024, p. 12).

Ideli Salvatti (PT) teve uma trajetória diferente, em entrevista, ela nos conta sobre sua infância e adolescência e como isso impactou na sua formação de consciência política:

Eu sou paulistana. Nascida em São Paulo, meu pai era comerciante, minha mãe costureira. [...]. Então, era uma família, tipicamente, classe média baixa [...]. Então, meus pais conseguiram comprar uma casinha em Santo André. [...] Eu fui estudar, sempre estudei em escola pública [...]. E quando eu fui morar em Santo André, já tinha sido dado o golpe de 64 [...]. E na minha turma tinha uma menina que eu fiquei muito amiga dela, que o pai dela tinha sido preso político. Então, eu frequentava a casa, e o pai dela nos dava muitas aulas, assim, orientou em leituras. Então, digamos assim, eu tive um início de formação política, abri os olhos da realidade, do que estava acontecendo no país, muito cedo, com 13, 14, 15 anos eu já estava lendo, lia muito [...]. Como a mãe era costureira, eu tinha que ajudar nas tarefas da casa, eu era mais velha, então, por exemplo, a limpeza da casa era a minha tarefa. Então, como eu queria ler, eu tinha embaixo de cada móvel, escondido em cada cômodo da casa, eu tinha um livro. [...]. Então, em cada cômodo eu lia um pouquinho, então eu li 5, 6 livros ao mesmo tempo (Salvatti, 2024, p. 12).

Ideli nasceu em São Paulo. Era a filha mais velha de uma família de classe média baixa. A formação política iniciou devido ao contato com um ex preso político pela ditadura civil-militar, que parece ter sido influência nas tantas leituras que Ideli fazia. Essas leituras fizeram com que ela se envolvesse com movimentos estudantis:

Nós tínhamos, na época, muitas organizações clandestinas que atuavam também em relações com os movimentos estudantis, eu sei que eu acabei me envolvendo lá em Santo André, e quando o regime fechou, em 70, que aí ficou dado, eu recebi orientação para não ficar mais em Santo André, que tinha grande risco de prisão. Então, eu e uma outra menina fomos para Curitiba. Isso foi o que me livrou da prisão, porque a operação, bandeirantes a OBAN, pouco depois que eu saí, pegaram, eles foram a minha casa, a interrogatório e tal, e aí eu não voltei mais para São Paulo (Salvatti, 2024, p. 12).

Orientada a deixar São Paulo, correndo risco de prisão, Ideli se mudou para Curitiba. Foi onde se graduou em Física, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1996. Foi em

Curitiba também que Ideli se envolveu com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)¹⁷⁷, segundo ela: “era o que a gente podia fazer de política na época, na ditadura militar” (Salvatti, 2024, p. 12). Depois de graduada, ela e o então cônjuge, foram convidados para ir para Joinville-SC para ajudar na criação das comunidades de base.

Então, teve a criação do PT e tal, morando em Joinville, foi a minha primeira candidatura também, eu me candidatei em 1986, quando a Luci se elegeu, e aí, eu contribuí com 1.300 votos na legenda, foi a minha votação, que foi uma candidatura mesmo para contribuir, para somar votos [...]. E aí, depois, eu me envolvi mais com o movimento sindical dos professores [...]. Aí, eu vim morar em Florianópolis, por conta do movimento sindical dos professores, e a minha primeira eleição, de 1994, foi uma eleição muito vinculada à pauta da educação, foi uma votação estadualizada, muito com o apoio do professorado, do estado inteiro, e aí, então, eu consegui me eleger (Salvatti, 2024, p. 12).

Sua atuação junto as comunidades de base e com o movimento sindical dos professores, contribuiu para que criasse um capital convertido, isto é, converteu o reconhecimento e a atuação política não partidária para a trajetória na política institucional. Foi reconhecida pelos pares (o partido) como um nome relevante para fazer votos para contribuir na elegibilidade de Luci Choinacki (eleita pelo PT em 1986) e conseguiu ser eleita para o cargo de deputada estadual em 1994.

Depois, a reeleição, em 1998, já foi outro quadro, porque aí já estava na moda, que é uma história de voto, voto por Joinville, voto por Itajaí, ou seja, só quem era da cidade que queria ganhar voto. E aí, toda aquela minha base estadualizada dos professores minguou, porque aí [...] eu já estava inserida em Florianópolis. Aí, teve toda aquela briga, do pedágio, na 401, eu fui autora da ação, quem pediu, e aí, o norte da ilha, eu tive uma votação, o que eu perdi no estado, ganhando, entende de apoio e reconhecimento do norte da ilha em Florianópolis (Salvatti, 2024, p. 13).

Ideli foi reeleita para o cargo nas eleições de 1998, assumindo a legislatura seguinte. Ela nos conta que perdeu votos em Joinville, por ser uma disputa territorial, ao passo que isso fez com que ganhasse votos em Florianópolis. Neste momento, podemos dizer que Ideli já possuía capital delegado, devido ao fato de já ter sido candidata e eleita, foi reconhecida tanto pelos/as eleitores/as, como pelos membros do partido. Interessante observar como ocorreu a estratégia partidária nas eleições de 2002, a primeira disputa de Ideli para o Senado:

A história do Senado foi uma história bem interessante, porque como eram duas vagas, a lógica, digamos assim, a estratégia para duas vagas é se você tem alguém que tem chance de se eleger, você, o partido, tem que colocar alguém, para não perder o

¹⁷⁷ As CEBs surgiram no Brasil durante o período da ditadura militar na década de 1960, em diálogo com os movimentos da Teologia da Libertação, um “braço” mais à esquerda da Igreja Católica. São grupos formados em torno de uma paróquia (urbana) ou capela (rural). Segundo Betto, as CEBs percorrem quatro etapas interligadas: o centramento na comunidade em si, buscando no Evangelho as pistas para sua atividade social; a articulação com movimentos populares, onde reúne pessoas de diferentes religiões que se colocam ao lado dos “oprimidos” e o fortalecimento do movimento operário e sindical e a reformulação partidária: a busca de novos canais de expressão política para a sociedade civil brasileira. As CEBs estão na raiz de vários movimentos sociais brasileiros e têm contribuído para formação de lideranças no campo social e político. Informações retiradas de: https://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro_betto_o_que_e_cebs.pdf. Acesso em: 29 nov. 2025.

segundo, do teu partido, vá para o outro candidato, porque aí, você faz uma espécie de reserva de voto para o candidato do teu partido. Então, no PT, o nome natural, seria da Luci Choinacki, porque ela já tinha sido candidata a senadora. [...]. Então, assim, a maioria que comandava o partido era favorável a que fosse o Milton. Porque a gente tinha uma avaliação que tinha a chance de ganhar uma das duas vagas ao Senado. Então, para que a Luci não entrasse no páreo, porque ela era mais forte [...] eu acabei sendo escolhida para ser a segunda, porque eu não ameaçava o Milton. [...]. Aí foi... Eu saí, então, como segunda das duas vagas para segurar os votos do PT. Porque aí quem era do PT ia votar no Milton ou em mim. E aí esse voto não ia para os outros (Salvatti, 2024, p. 13).

A estratégia interna do partido foi lançar a candidatura ao Senado de Ideli, já que ela não ameaçava o nome mais forte, que era o de Milton. Foi uma ferramenta utilizada para conseguir eleger um nome do partido, segurando os votos da legenda, ou seja, não havia a real intenção de que Ideli se elegeisse como senadora.

Acontece que eu fiz uma campanha em cima de uma coisa que pegou [...]. Eu só falei três coisas. Eu sou mulher, é bom ter uma mulher lá. Eu sou do Lula. O Lula vai ganhar eleição, então é bom ter alguém do Lula lá. E a terceira coisa era a história de que eu era contra os Bornhausen. Porque isso o Milton não podia fazer. Ele não tinha estepe para fazer. Eu tinha. Porque na Assembleia Legislativa, durante oito anos, eu bati de frente com Paulinho Bornhausen. Eu era líder da oposição. Ele era líder do governo. Então, eu bati. [...]. Eu passei a campanha inteira só com uma propaganda na TV. Qual era a propaganda? [...] “Você acha justo que Santa Catarina tem só três cadeiras no Senado? Duas sejam da mesma família? E todas as outras famílias só têm uma cadeira?”. Porque o Jorge Bornhausen já era senador, né? [...]. Então, ficaria dois Bornhausen. Então, assim, a minha campanha foi mulher, do Lula, contra os Bornhausen (Salvatti, 2024, p. 13).

O capital delegado construído por Ideli durante seus mandatos na ALESC foi mobilizado para a campanha para o Senado “na Assembleia Legislativa, eu bati de frente com o Paulinho Bornhausen”, e essa foi uma das pautas usada por ela para ser eleita para o Senado. Interessante notar que Ideli se mobilizava contra dois homens reconhecidos na política local, que inclusive, utilizaram do capital familiar para serem eleitos. Ela, uma mulher, conseguiu ser eleita dialogando com essas três pautas: ser mulher, ser do PT e ser contra os Bornhausen.

Percebemos que Ideli fez uso do gênero (Capdevila, 2021), para ser eleita ao Senado, ou seja, movimentou o fato de ser uma mulher na política para conseguir a elegibilidade. Como Capdevila (2021) nos lembra, o gênero pode ser utilizado como estratégia em determinados momentos e foi o caso dessa eleição de Ideli.

Além disso, ela foi eleita na mesma época em que Ângela Albino – também de esquerda – e Ana Paula Lima (PT) foram eleitas, isto é, as três reconhecem em suas narrativas que o contexto político da época foi favorável em suas elegibilidades.

Ideli foi reeleita como senadora para o mandato de 2007 a 2011. Nas eleições de 2010, concorreu ao cargo de governadora do estado de Santa Catarina, mas não foi eleita. Em 2011, por convite da então presidenta da República Dilma Rousseff, assumiu como Ministra da Pesca

e Aquicultura, de janeiro a junho daquele ano. Também foi Ministra-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, em 2011; e Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a partir de abril de 2014. Fatos que constaram em sua narrativa:

Eu sou a pessoa, no Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina, que teve a maior projeção política, entende? Porque eu fui a única eleita por cargo majoritário [...]. Eu fui ministra por mais de cinco anos, destes mais de cinco anos, três anos, eu fiquei no coração do poder, três anos eu ocupava a sala, no quarto andar do palácio do Planalto. Eu me reunia diariamente com a presidenta da república, para encaminhar essa atividade, na época que era as relações institucionais [...]. Nenhuma outra pessoa, eu não estou dizendo do PT, nenhuma outra pessoa de Santa Catarina [...] ocupou o espaço político que eu ocupei (Salvatti, 2024, p. 9).

Como mulher pertencente a partido de esquerda em Santa Catarina, Ideli Salvatti foi a única até o momento em ocupar os cargos políticos citados, mas outras pessoas de Santa Catarina também estiveram presentes em assentos decisórios, como em Ministérios Federais e no Senado¹⁷⁸. Contudo, é interessante perceber que apesar do estado ser conservador, Ideli conseguiu se projetar em âmbito federal e ocupar espaços políticos importantes.

Nas eleições de 2018, concorreu a uma das duas vagas de Senadora, mas não foi eleita. Atualmente, Ideli não ocupa cargos na política institucional, mas continua militante no partido:

Eu atuo no partido, no PT, aqui na micro, as coordenadoras da micro [...]. Eu estou ajudando também aqui na, na campanha municipal [...]. A minha tarefa prioritária neste momento é o Humaniza. Além dessas tarefas políticas, eu considero o Humaniza a coisa mais importante que eu tenho para fazer neste momento, porque pouca gente está se dedicando a fazer um enfrentamento da questão estratégica da política neste momento, que é o crescimento do nazi fascismo (Salvatti, 2024, p. 25).

Além disso, Ideli atua no Instituto Humaniza, já citado nesta dissertação. Quando questionada sobre o que mais se orgulha em sua trajetória, ela nos disse:

Então, quando você, por exemplo, passa lá no túnel e vê lá o nome da Antonieta de Barros, fui eu que fiz. Quando eu passo lá na praça de pedágio, que não cobra pedágio, entende, na 401, eu olho, fui eu que fiz. Quando eu vou num instituto federal, que está lá funcionando, eu ajudei. Então, essa coisa de realização é muito boa (Salvatti, 2024, p. 26).

Luciane Carminatti (PT), foi outra deputada que não contou com o capital familiar para ser eleita. Em entrevista, ela nos conta que:

B: Teve alguém da sua família que era político?

L: Da família, não. Claro que o meu pai, ele construiu uma ideia na cabeça da gente. Aqui em Chapecó, a gente tinha um prefeito aqui [...] a vida inteira o cara mandou e era o cara do “rouba mas faz”. E aí meu pai, eu lembro algumas vezes ele dizendo assim: “Chega de votar sempre nos mesmos, a gente tem que mudar, vamos votar para outro partido”. Naquela época, não tinha o PT. O outro partido era o MDB, e era cara bem comprometido com as causas sociais. E aí eu escutei aquilo do pai, aquilo me marcou, porque a fala dele foi a fala da mudança. A única pegada que teve na família

¹⁷⁸ Citamos como exemplo Luiz Henrique da Silveira, que foi governador de Santa Catarina, deputado federal e Ministro da Ciência e Tecnologia do Brasil entre 1987 e 1988. Informações retiradas de: <https://estado.sc.gov.br/governadores-de-santa-catarina/luiz-henrique-da-silveira/>. Acesso em: 19 fev. 2026.

foi isso, mas a nossa família não era de envolvimento político nenhum, zero (Carminatti, 2024, p. 18).

Parece que a fala do pai em relação a mudança do cenário político da cidade de Chapecó-SC, ficou presente na memória de Luciane. Mas, para além disso, nenhuma pessoa da sua família teve envolvimento com a política institucional. Luciane foi criada em uma família de classe média baixa, como ela nos conta:

Do ponto de vista da minha família, a minha mãe [...] sonhou a vida inteira em estudar. A única forma que ela encontrou [...] foi para o Colégio de Freira para poder estudar. Então, na verdade, ela foi para lá, mas ela teve que trabalhar e não estudar. Então, acho que ela colocou tanto na cabeça da gente essa coisa do estudo, que foi uma coisa, uma projeção dela. [...]. E, o meu pai era filho de agricultor também, pequeno comerciante. Nós nunca tivemos patrimônio, uma casa e carro. Para mim, fazer faculdade, eu tive que trabalhar, trabalhava durante o dia todo para estudar à noite. Então não foi uma vida tranquila, mas também nunca faltou nada do que eu precisava (Carminatti, 2024, p. 16).

Mesmo não tendo passado por grandes dificuldades financeiras, Luciane também não teve muitos privilégios em relação à classe: precisou trabalhar enquanto estudava e foi durante a graduação em Pedagogia que se envolveu com o movimento estudantil:

E aí eu entrei na faculdade e aí vem essa coisa do movimento estudantil, que para mim era uma coisa nova, mas que me provocava, uma coisa assim, me provocava e eu gostava disso. E ao mesmo tempo, eu comecei a dar aula como ACT na prefeitura. Depois eu fiz concurso, entrei como efetiva. E na escola que eu trabalhava, era a mais pobre que a gente tinha em Chapecó [...]. Então eu vivi muito essa coisa da falta, da ausência, da pobreza, da miséria. E aí nós ganhamos a eleição para prefeito em Chapecó. Foi em 97 que a gente ganhou, assumimos em 98. E eu era uma das poucas professoras concursadas do PT, quase a única. E aí veio uma pressão para eu assumir uma diretoria na Secretaria de Educação (Carminatti, 2024, p. 16).

Além do envolvimento com o movimento estudantil, Luciane foi construindo sua trajetória política conectada ao partido. Assumiu como Secretária da Educação em Chapecó entre 2002 e 2003. Podemos dizer que a ocupação destes cargos – como secretaria e como professora –, junto à sua participação no movimento estudantil, foram elementos fundamentais para construção de um capital delegado, isto é, o partido e seus colegas professores/as foram percebendo e reconhecendo seu nome como possível de elegibilidade no cenário local:

E aí, o que aconteceu? No final do mandato, grupo de diretores se reuniu e decidiu que eu tinha que ser candidata a vereadora para a gente eleger pela primeira vez alguém para defender a educação. E eu fiquei assustada. [...]. Só que esse grupo me deu uma sensação e eu acabei aceitando [...]. Eu fui candidata, eu me elegi a quarta mais votada. Aí eu fui vereadora dois anos. Dois anos eu assumi a Secretaria de Educação. Então eu fui Secretária de Educação. O nosso trabalho foi muito legal, foi uma projeção estadual. E aí eu fui convidada a ser candidata a vice-prefeita. Eu fui candidata a vice-prefeita (Carminatti, 2024, p. 16).

Tendo construído capital no campo da educação e convertido para a política, o capital delegado foi construindo-se conjuntamente. A possibilidade de elegibilidade alcançou outro patamar: a disputa pelo cargo executivo, de vice-prefeita da cidade, ao qual não foi eleita. Em

2008, foi novamente candidata ao cargo de vereadora da cidade, eleita com o dobro de votos que havia feito na primeira disputa: “Na primeira, eu tinha feito 1608 votos, na segunda, eu fiz 3271. Foi assim, estouro” (Carminatti, 2024, p. 16). O alto número de votos conquistados por Luciane para a vereança, fez seu nome ser considerado pelo partido para o cargo de deputada estadual nas eleições de 2010:

E aí, todo mundo, não, uma boa parte do partido olha para mim e diz: “Quem fez 3.200 votos está credenciada para ser candidata deputada”. E foi meio que assim, mas eu te confesso que eu tinha certeza que eu não seria eleita. Acho que é por isso que eu aceitei. Eu achava que era impossível de vereadora no interior do Estado se eleger deputada (Carminatti, 2024, p. 16).

Eleita para ocupar cargo na ALESC pela primeira vez nas eleições de 2010, Luciane foi reeleita nas três eleições seguintes: 2014, 2018 e 2022. Atualmente, segue no cargo como deputada estadual pelo PT. Quando questionada sobre o que mais se orgulha em sua trajetória política, Luciane nos disse que:

Eu gosto do que a gente construiu, sabe? [...]. E as mulheres, quando elas têm oportunidades de se construir, de crescer, de aprender com as pessoas, elas vão percebendo que são muito capazes, são muito necessárias [...]. Essa questão do que vai ser? Isso vem muito forte. Hoje, se tu pedir para o Magistério, todo mundo vai dizer que eu tenho que ser governadora. Mas é muito difícil no Estado que você tenha que discutir uma política de alianças muito ampla, e que eu sou de partido de esquerda e eu sei o limite disso. E eu também não vou trocar de partido para ter espaço, isso eu não faço. [...]. Eu sempre falo para minha equipe assim: vamos trabalhar, vamos mostrar como se faz política de forma digna, decente, coletiva, humana, democrática (Carminatti, 2024, p. 19).

Luciane atribui muito de sua trajetória política ao coletivo, à sua equipe e a construção de um trabalho justo e democrático. Além disso, ela nos conta que seu nome é cogitado para governar o estado, por pessoas envolvidas com a educação, mas considera as dificuldades de ser partido de esquerda no atual cenário catarinense. Não obstante, a questão de gênero também emerge em sua narrativa: a importância das mulheres na política – discurso que foi emergente também em outras entrevistas, como vimos acima.

Luci Choinacki (PT), eleita em 1986 para o cargo de deputada estadual, teve uma trajetória política marcada pela atuação junto às CEBs e ao Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA/SC)¹⁷⁹. Vinda da roça, a primeira mulher do “cabo de enxada” eleita para a ALESC, a única mulher e única do PT presente naquela legislatura. Em entrevista, ela nos conta sobre como se construiu sua carreira política:

E é o seguinte, eu tive muitos sonhos na vida, sempre sou uma pessoa sonhadora. Quando eu era menina, eu sonhava ser professora, porque eu achava que o

¹⁷⁹ O MMA/SC, já citado nesta dissertação, foi criado na década de 1980. Suas principais lutas articulavam gênero e classe pela conquista de direitos trabalhista-previdenciários, como: a sindicalização das mulheres, o reconhecimento da profissão, aposentadoria, auxílio-acidente, auxílio-doença, salário maternidade, entre outros (Salvaro; Lago; Wolff, 2013).

conhecimento, o falar com as pessoas, se comunicar, me ensinar, aprender, era uma coisa extraordinária e continua sendo o que eu pensava. Mas isso foi impossível diante que a gente era família do interior, era filha mais velha de sete irmãos, minha família com muitos problemas sociais, daí fiquei sem poder estudar e outras coisas mais que aconteceram que me tirou dessas perspectivas. E depois, parecia que minha vida tinha acabado, porque eu não conseguia fazer o que eu queria. E daí uns anos acontece que começa as comunidades eclesiais de base, que eram os grupos de reflexões no interior, orientado pelo bispo D. José Gomes, que era uma figura humana e querida, e ele começou orientar a gente para discutir a Bíblia, a vida e o que fazer. Nesse o que fazer, a gente começou a se organizar, buscar para organizar as questões das mulheres, os sindicatos, organizações sociais que não existiam na época. E aí, através desse, entrei para a pastoral, que foi orientada pela Pastoral da Terra. E aí o bispo dizia para nós mulheres que a gente tinha direito, que a gente merecia ser respeitada e valorizada, que a gente precisava reconhecer, se organizar e batalhar pelo que queria (Choinacki, 2024, p. 6).

A menina Luci que sonhava em ser professora, teve suas perspectivas frustradas devido a classe social à qual pertencia. Ao que consta, estava desesperançosa até o momento que se envolveu com as CEBs. Esta movimentação foi necessária para orientar Luci em duas direções: o movimento sindical e o movimento de mulheres, logo, ajudou na criação de uma consciência política:

A gente fazia esse grupo regional, estadual, depois a gente dividia cada município, tinha lideranças. E a gente começou a se organizar, se multiplicar. [...] E, eu comecei a fazer esse movimento e reunião nas comunidades. Então domingo, sábado, domingo ou quando não tinha muito serviço na roça, eu ia para as comunidades [...]. Muitas vezes, eu passava uma semana no lugar, mas não deixando da roça. Quando eu não tinha muito serviço, eu voltava a continuar trabalhando. Foi assim que eu comecei na organização de mulheres. Mas no mesmo momento, começou também a organização do Movimento Sem Terra [...] eu ajudei a coordenar a primeira ocupação do Movimento Sem Terra, eu estava na coordenação da Regional do Oeste (Choinacki, 2024, p. 6).

Dividindo seu tempo entre a roça e o trabalho com os movimentos, Luci foi se tornando uma liderança, ou seja, foi construindo um capital político que passaria a ser convertido em capital delegado, assim, há uma confluência de capitais na trajetória dela: o convertido foi sendo construído junto aos movimentos, onde seu nome tornou-se conhecido. Posteriormente, conheceu o PT e percebeu nele possibilidades de fazer política. Neste encontro, o PT reconheceu seu nome como importante para a disputa eleitoral, logo, o capital delegado.

Então minha história começou assim, e daí as mulheres começamos a discutir quem que ia ser candidata pelas mulheres, porque a gente via: “Poxa, nós elegemos deputados e nunca ninguém nos defendeu, nunca ninguém levantou a bandeira da aposentadoria, do salário maternidade, do direito das mulheres, de nada”. Então nós temos que ser representadas, mas ninguém queria ser de nós, do grupo todo de mulheres de liderança. Daí as mulheres: “Mas, Luci, tu tem que ir. Tu que fala, tu que se comunica melhor”. E eu disse: “Bem, mas eu gosto de trabalhar na roça e gosto de fazer o movimento”. Daí no partido: “você não vai igual se eleger, porque tem monte de homem que já tem mais experiência, mais caminhada, trajetória”. E daí eu saí: “Não, tudo ótimo. Então eu vou para contribuir com o PT mesmo”. Falei tão bem das mulheres, tão bem da agricultura, que foi a única deputada eleita do PT (Choinacki, 2024, p. 7).

O nome de Luci foi indicado inicialmente pela organização de mulheres, estas, sentindo a necessidade de terem uma representante parlamentar na assembleia. Ao que nos parece, nem o próprio partido acreditou que ela seria eleita. Luci era uma *outsider*, em 1986 ela era uma mulher agricultora, sem ter ocupado cargo político anteriormente, ou seja, suas possibilidades de elegibilidade pareciam ser mínimas. Para sua própria surpresa e do partido, Luci foi eleita, ocupando o cargo na ALESC entre 1987 e 1991.

Porque me olhavam assim como uma pessoa estranha, esquisita, lá do interior, que não fala português, fala palavras atrapalhadas, tem jeito simples de ser. Então deram um prazo de seis meses. Tentaram, às vezes, tive ofertas, eu não tenho preço. E eu quando vim aqui, eu vim aqui para abrir a porta para o PT e para as mulheres, e para os agricultores. Então, essa porta tem que ser feita à base de uma luz, do amor e das práticas que é o que eu fiz. Eu vim, eu não pedi para ser candidata, eu fui levada para ser candidata para representar esta força, esse início da história do PT aqui dentro da Assembleia do Estado (Choinacki, 2024, p. 8).

As dificuldades que precisou enfrentar por ser *outsider* do campo político institucional apareceram em sua narrativa: o fato de ser agricultora, de não falar o português considerado correto e de ser de classe média baixa. Apesar disso, Luci permaneceu resistente no cargo. Não obstante, a questão da representatividade das mulheres também emerge em sua narrativa, conectada ao partido e as pessoas agricultoras:

E depois eu fui indicada para ser deputada federal, fui muito bem votada. Então eu tive respeito pela minha atuação, porque eu não deixei marca para o partido ter que ir lá apagar um borrão. Então eu levei o partido numa situação privilegiada por minhas atitudes, tanto como deputada estadual, como deputada federal, como presidente do PT. Depois eu fiz uma campanha para o Senado, depois do mandato federal, fiz uma campanha para o Senado que também o pessoal achava que ia fazer uma meia dúzia de votos, quase foi eleita senadora, sem estrutura nenhuma, fazendo campanha com fiatzinho (Choinacki, 2024, p. 12).

O capital político delegado construído por Luci a impulsionou a ocupar outros cargos: foi eleita deputada federal por quatro mandatos. Posteriormente, candidatou-se ao senado, mas não foi eleita, como ela diz, por muito pouco – apesar de fazer campanha com poucos recursos, “sem estrutura, com um fiatzinho”. Parece haver um reconhecimento da parte dela da importância que teve para o partido em âmbito estadual, da mesma forma que, o partido reconheceu seu nome como importante para concorrer a diversos cargos.

Já a trajetória política de Marlene Fengler (PSD) ocorreu de outra maneira:

Eu sou de uma família que nunca nem se falava de política na minha casa. [...]. Nunca tive nenhuma pessoa da minha família envolvida com política. Meus pais nem partido tinham. [...] Então, partindo disso, eu vim para cá [Florianópolis] com 17 anos, então vim para cá para estudar e vim trabalhar aqui, primeiro no banco, depois eu fui trabalhar numa agência de publicidade, e nessa agência de publicidade, um dos donos, veio a ser candidato a Deputado Federal dois anos depois. Então, aí eu comecei o meu envolvimento político, e depois, mais para frente, também partidário. Envolvimento, na época, não. É, é, literalmente entender e começar a ouvir falar sobre política. [...] E, quando ele foi candidato, eu fui trabalhar com ele no PFL, na época, no partido. Eu era a secretária dele. E participei da eleição dele. [...] E aí, ajudei ele, na eleição de

1994, ele se elegeu deputado federal e ele me convidou pra Brasília. Então, fui trabalhar com ele na Câmara dos Deputados (Fengler, 2024, p. 10).

Marlene Fengler, ex-deputada estadual eleita pelo PSD, também não contou com capital familiar em sua trajetória política. Narrou em entrevista que seus pais nunca tiveram envolvimento com a política partidária e que passou a ter conhecimento sobre o tema quando trabalhava em uma agência de publicidade em Florianópolis. Envolveu-se com a campanha eleitoral de um dos donos dessa agência e, depois que ele foi eleito, foi trabalhar com ele em Brasília.

E comecei a dominar muito a questão de orçamento lá em Brasília, a questão dos projetos. Então, eu acabei até virando meio uma referência de pessoa que ajudava as prefeituras. [...] Fiquei quatro anos na Câmara, depois eu fui trabalhar no Senado. [...] E aí eu comecei também a fazer um trabalho partidário, eu morava em Brasília, mas eu vinha, pelo menos uma vez por mês, eu ia na região e fazia reuniões partidárias, com grupo de jovens, fazia um trabalho com a juventude também (Fengler, 2024, p. 11).

Apesar de ter tido contato com a política institucional tardiamente, Marlene logo se envolveu com o fazer político em Brasília. Criou uma rede estabelecida de contatos com as prefeituras de Santa Catarina, por conta de seu trabalho na Câmara e no Senado. Simultaneamente, passou a desempenhar atuação também partidária, principalmente com grupos de jovens em municípios catarinenses. Seu capital político estava sendo construído neste cenário, mas, outras situações foram destacadas em sua narrativa sobre a trajetória política:

Em 2006 eu acabei voltando pra cá [...] e aí é que eu vim trabalhar na Assembleia Legislativa, e aí eu trabalhei primeiro na liderança do Democratas, na época que o PFL se transformou em Democratas, então eu trabalhei na liderança, na parte de orçamento, [...] aí, o deputado que eu trabalhava foi eleito o presidente da Assembleia, e aí ele me convidou para ser chefe da presidência da Assembleia, então eu fui a primeira mulher a ser chefe da Assembleia [...] e isso claro, também é um lugar muito importante, que chamou muito a atenção ali, e aí que começaram a insistir mais ainda, para que eu fosse candidata (Fengler, 2024, p. 12).

Marlene ocupou diversos cargos políticos antes de ser candidata na disputa eleitoral. Ela conta em entrevista, que não tinha esse desejo em vir a ser deputada: “eu não quero, isso estava muito claro para mim” (Fengler, 2024, p. 14). Além de ser a primeira mulher chefe da presidência da ALESC, trabalhou na liderança do partido Democratas e posteriormente, foi coordenadora da Escola do Legislativo da ALESC. Como coordenadora da Escola, Marlene passou a desenvolver encontros regionais com o objetivo de promover a participação política das mulheres. A ex-deputada também foi presidenta do PSD Mulher. Em entrevista, ela nos conta que essas situações foram motivos para lançar-se à disputa eleitoral:

E aí, em final de 2017, ele me chamou e falou assim: “Vou te convidar mais uma vez e assim vou fazer um apelo pra que você seja candidata na próxima eleição”. E eu falei: “eu não quero”. [...] Daí ele olhou para mim e falou: “só me explica [...] fica defendendo o dia todo: Mulheres na política [...] e agora, quando eu te convido, e tu

tem reais condições de eleição, tu não quer”. [...] E aí eu comecei a pensar, ele tem razão. Eu estou aqui falando e falando e na hora de fazer eu não faço. E aí eu falo, vou lá, seja o que Deus quiser. E aí eu me elegi (Fengler, 2024, p. 12).

Ou seja, o fato de coordenar projetos e movimentos que visavam o aumento da participação política das mulheres, fez com que Marlene não conseguisse recusar o convite para concorrer a disputa eleitoral. Além disso, ao ocupar esses inúmeros cargos, Marlene construiu capital delegado, sendo reconhecida pelos pares como um nome relevante para obter ganhos eleitorais. Em sua primeira disputa eleitoral, foi eleita como deputada estadual em Santa Catarina. Em entrevista, ela rememorou também sobre sua infância e sobre como cresceu afastada das possibilidades da política:

Eu vim disso, de uma família do interior, de uma menina que veio estudar. Meu caminho natural teria sido ser freira e estava tudo certo para eu ir para colégio freira. Um tio que me convidou para vir para cá, porque ele achou que já tinha dado para a cota de freira, para a família. [...] Minha família é muito católica, é muito certinha, meu pai e minha mãe, muito corretos. Então, meu pai, quando eu disse que eu ia ser candidata, meu pai quase teve um infarto. Meu pai não votou em mim, para você ter muita ideia. Minha mãe não só votou, como foi pedir voto na cidade inteira [...], mas meu pai faleceu em novembro do ano passado. E graças a Deus, ele conseguiu dizer para mim que ele tinha muito orgulho de meu trabalho (Fengler, 2024, p. 15).

Ao que nos parece, Marlene a família de Marlene também era de classe média baixa. Seu caminho “natural” seria tornar-se freira, possivelmente por ser a melhor possibilidade para concluir os estudos naquele contexto. Devido à presença do tio, Marlene mudou-se para Florianópolis e se graduou em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina. O pai, que a princípio não apoiava sua candidatura – diferente da mãe, que “pediu votos na cidade inteira” – passou a se orgulhar do trabalho desenvolvido pela filha.

Nas eleições de 2022, Marlene foi candidata ao cargo de deputada federal, mas não foi eleita.

E aí voltei aqui para a Escola. Adoro esse trabalho aqui, e continuo fazendo esse trabalho da Caravana da Inclusão das Mulheres, que é um nome hoje, que a gente faz um trabalho regional. No ano passado, a gente fez o estado inteiro, foi muito legal. Para mim, assim, você consegue tocar as mulheres, consegue conexão. Quando você mostra que é possível [...]. Mas, se eu, lá de Itapiranga consegui, por que alguém que é daqui que representa, por exemplo, mulheres empresárias, ou então o segmento do autismo, ou então, sei lá, os professores, por que não pode? Pode (Fengler, 2024, p. 15).

Na época da entrevista, realizada em junho de 2024, Marlene seguia trabalhando na coordenação da Escola do Legislativo. Atualmente, ocupa o cargo de Secretária Geral da ALESC. O que parece emergir também em sua narrativa, assim como em várias das deputadas vistas anteriormente, é a questão da importância da representatividade das mulheres. Além de realizar o trabalho da Caravana da Inclusão das Mulheres, Marlene aborda sobre isso na

entrevista: se ela, que era de uma cidade do interior do estado, conseguiu alcançar este cargo, é possível também para outras mulheres.

Simone Schramm concorreu a uma das vagas de deputada estadual para ALESC nas eleições de 2002, pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), ficou na primeira suplência do partido e foi chamada para assumir o assento em quatro ocasiões: fevereiro de 2003, março de 2005, abril de 2006 e janeiro de 2007. Mas, essa não foi sua primeira disputa na política institucional, como ela narra em entrevista:

Na verdade, a primeira campanha de vereadora, eles me chamaram porque eu tinha sido já gerente Regional de Educação, então meu nome estava muito na área da educação, né? Quem me chamou foi o Luiz Gomes, que depois foi o candidato deputado estadual, então eles pediram: “ah, a gente precisa que você coloque seu nome e disposição”, é mais tipo colocar o nome e disposição, eles não imaginaram que eu ia trabalhar, né? (Schramm, 2024, p. 19).

A primeira candidatura dela foi para o cargo de vereadora na cidade de Joinville-SC. Foi chamada pelo partido – PP na ocasião – para “colocar o nome à disposição” e na ocasião, não foi eleita. Notamos que, ela foi reconhecida pelo partido por já ter ocupado um cargo importante e de visibilidade na área da educação, portanto, foi onde construiu seu capital político, neste caso, capital delegado. Posteriormente, foi chamada pelo partido para concorrer ao cargo de deputada estadual:

Eu fui convidada para ser candidata deputada estadual. Aquela questão da mulher, representação da mulher. Não com o intuito de que eu viesse ganhar eleição. [...] E a minha bandeira sempre foi a educação, né? Educação profissional, educação técnica. E a partir dali foi crescendo, né? Então, todo esse histórico fez com que realmente eu chegasse lá na Assembleia Legislativa. Aí, quando eu fiquei suplente, eu fui convidada pelo Esperidião Amin para ser Secretária Adjunta da Educação. E aí, então, meu nome ainda projetou de uma forma maior, porque daí eu trabalhava com todo o estado, com a rede estadual de todo o estado de Santa Catarina (Schramm, 2024, p. 8).

Percebemos que ela foi chamada pelo partido para concorrer ao cargo pela “questão da mulher”, mas, sua bandeira de campanha era outra: a educação – isso possivelmente por ter sido professora, diretora de escola e graduada em Pedagogia. Além disso, em mais uma campanha ela parece não ter recebido o devido apoio do partido: não tinham como objetivo de fato elegê-la, mas, “representar a mulher”. Observamos que essa disputa ocorreu em 2002, quando a Lei de Cotas de gênero já era obrigatória, ou seja, os partidos precisavam lançar no mínimo 30% de candidaturas de mulheres. Talvez por isso o partido chamou Simone para concorrer ao cargo, além de cumprir com as cotas, como seu nome já era reconhecido na área da educação, poderia contribuir com votos de legenda.

Além de construir capital político delegado na educação, Simone também contou com capital familiar. Mas, seu caso de capital familiar é diferente de outras deputadas já citadas aqui.

Não foi marido ou pai presente na política institucional, mas sim, um parente distante, que parece ter exercido influência sobre sua trajetória política:

Eu tinha o primo do meu pai, que foi vereador por oito mandatos aqui em Joinville, e foi sempre uma referência para nossa família. Ele faleceu idoso, já não trabalhava mais como vereador, mas ele iniciou a atividade de vereador quando não era remunerado ainda, sabe? Então essa foi uma referência muito positiva para nós (Schramm, 2024, p. 10).

Ao que consta em sua narrativa, a família era envolvida com a política institucional, embora sem exercer cargos políticos propriamente:

Eu vim de uma família que meus pais sempre se envolveram em período eleitoral. Eles escolhiam um candidato, alguns candidatos, a vereador, eram da minha família, então a família se envolvia, trabalhava junto. Então, isso já veio do meu avô, materno, depois do meu pai e minha mãe (Schramm, 2024, p. 7).

Podemos dizer que Simone contou com o capital familiar por crescer em uma família que era envolvida com a política, ou seja, já conhecia o *modus operandi*, o *habitus* político. Isto também pode ter propiciado um certo valor simbólico já consolidado no campo, a visibilidade e uma rede de contatos já estabelecida.

Atualmente, Simone é vice-presidenta do Conselho Estadual de Educação, trabalhando na Associação dos Municípios do Estado de Santa Catarina (AMUNESC).

O caso de Vanessa da Rosa (PT), foi semelhante ao de Simone Schramm:

Eu preciso te dizer que, quando me convidaram para ser deputada, estadual, a minha primeira resposta foi que não. Mas como que eu vou ocorrer para deputada, se eu nem vereadora fui. Mas não só no meu partido, como em todos os partidos, existe o percentual mínimo de mulheres. A gente pode concorrer em até 30%, os partidos normalmente têm dificuldade de fazer essa composição. Como existe essa conquista dos 30%, como o partido estava assim, ocorrendo que candidatas teriam essa disponibilidade. E aí chegaram até mim (Da Rosa, 2024, p. 10).

A questão do preenchimento das cotas para mulheres na disputa eleitoral parece ter sido determinante para o partido chegar até Vanessa e chamá-la a concorrer ao cargo de deputada estadual, assim como ocorreu com Simone. Outra coincidência, é que Vanessa também teve sua trajetória iniciada no campo da educação:

Então, eu sou filiada ao partido já 15 anos. Quando eu recebi o convite, eu estava na escola principal, eu sou supervisora numa escola da Rede Municipal de Joinville, e trabalhava no período noturno com turmas de pedagogia. Eu sempre acompanhei toda a atividade partidária, sempre participei das reuniões dentro das minhas possibilidades. [...] Como eu fui Secretária Municipal de Educação e ousou te dizer que essa função que eu assumi foi muito importante para mim, como profissional da educação, como professora, mãe, mulher, negra, e para a cidade em si (Da Rosa, 2024, p. 6).

Graduada em Pedagogia, com mestrado em Educação e especialização em História da Arte, Vanessa é professora em Joinville-SC e já ocupou o cargo de secretária municipal da educação, além de participar das reuniões partidárias, o que possivelmente contribuiu para

construir capital político delegado, fez com que seu nome fosse reconhecido pelos pares para concorrer ao cargo de deputada estadual. Além disso, Vanessa representava um segmento específico da sociedade: mulher, negra e professora, ou seja, o partido pode ter entendido essas três características como potencialidade para conseguir votos. Em entrevista, pareceu-nos que a maior motivação de Vanessa para concorrer ao cargo, foi a possibilidade da representação de mulheres negras: “Mas quando vem esse desafio para as minhas mãos, o que que eu pensei: é muito triste que o nosso Estado só tenha tido ainda uma mulher negra que foi Antonieta de Barros. E a gente precisava mudar essas estatísticas” (Da Rosa, 2024, p. 4).

Vanessa concorreu ao cargo nas eleições de 2022, um período significativo para uma mulher negra ser eleita em Santa Catarina. Como já pontuado neste texto, foi um contexto marcado pelo avanço da extrema-direita em âmbitos globais e especificamente no estado catarinense, que foi maioria na escolha por Jair Bolsonaro naquelas eleições.

Foi por muito pouco que eu não assumi a cadeira [...]. Então, assim, por uma primeira eleição, nossa, sabe aquele misto de alegria e frustração. Porque eu estava concorrendo, pensando no meu partido, o Partido dos Trabalhadores, eu estava concorrendo com pessoas que já tinham uma trajetória dentro da política, que já tinham mandatos, e com outros que não tinham mandatos, mas que já tiveram. E aí, bater ali na porta, ser a primeira suplente foi muito significativo (Da Rosa, 2024, p. 5).

Vanessa não conseguiu votos suficientes para assumir a titularidade do cargo, mas foi convocada para suplência por um mês entre outubro e novembro de 2023. Uma questão que surge nesta parte da narrativa é em relação a disputar o cargo com outras pessoas que já tinham exercido o mandato ou que já possuíam um certo capital político dentro do campo estabelecido. Sobre isso, Miguel (2003) nos lembra que o campo político brasileiro impõe determinadas exigências para possíveis candidatos, entre elas está um certo período de treinamento ou socialização em funções políticas e partidárias anteriores – algo que Vanessa não tinha e seus concorrentes tinham, o que foi uma dificuldade para consolidar-se no campo político. Contudo, em algumas situações, os *outsiders* – como Vanessa – podem ser vistos pelo partido como a solução para uma disputa difícil e por isso, seus nomes podem ser considerados para concorrer a cargos políticos, o que foi possivelmente o caso da ex-deputada.

A curta passagem na ALESC representou um marco importante para as mulheres negras, reconhecido pela mídia e pela própria Vanessa:

[...] nem a minha posse teria a repercussão que teve porque assim foi, eu não esperava, sabe? Foi um negócio gigante, eu tenho que te dizer que foi gigante, porque eu estava em todos os meios de comunicação, saí no G1. Eu dei entrevista em várias redes de televisão, dei entrevista em vários rádios e portais da *internet*, meu deus do céu, foi um negócio assim, e eu quando soube que ia assumir, eu me emocionei demais. [...] E eu falei do fundo da alma, do que representava para mim, para sociedade, para as mulheres, para minha filha estar naquele espaço (Da Rosa, 2024, p. 20).

Além disso, ocupar a cadeira legislativa estadual fez com que seu nome circulasse e fosse reconhecido pelas pessoas e pelo partido, contribuindo para a formação de um capital político delegado. Este capital, foi utilizado na disputa eleitoral para o cargo de vereadora em Joinville, nas eleições de 2024:

Um mandato faz muita diferença na vida da gente. [...] Então eu vou me candidatar a vereadora, sou pré-candidata vereadora em Joinville. E aí, fazer essa caminhada, fazer essa discussão agora mais regionalizada, conversar com as pessoas e dar continuidade aos meus projetos. [...] Tem que continuar lutando, por mais mulheres na política, por mais mulheres negras na política, por mais representatividade nas câmaras de vereadores, por nós (Da Rosa, 2024, p. 25).

Vanessa foi eleita e atualmente é vereadora na cidade. A questão da representatividade política das mulheres emerge em sua narrativa assim como em outras já citadas anteriormente. Parece-nos que isto ocupa um espaço importante nas memórias de quase todas as ex e atuais deputadas estaduais.

Em relação às suas trajetórias políticas, um ponto em comum deve ser destacado mais uma vez: o privilégio da branquitude. Onze das doze mulheres entrevistadas se consideram mulheres brancas. Como já argumentamos, em um estado como Santa Catarina, essa característica é um elemento facilitador para a elegibilidade de pessoas. Além disso, todas se consideram cisgênero, outra questão influente nas possibilidades de construção da carreira política.

Não obstante, lembramos que duas delas abordam em suas narrativas sobre terem sido influenciadas por outras mulheres para concorrer na disputa eleitoral: Ana Paula Lima e Luci Choinacki, ambas do PT. A influência vinda de outras mulheres sugere a participação em movimentos de mulheres, algo que apareceu também na narrativa de Ângela Albino e que podemos considerar como fatores influentes em suas trajetórias políticas.

Entre as doze entrevistadas, sete foram reeleitas ao cargo de deputada estadual: Ada de Luca, Ana Campagnolo, Ana Paula Lima, Ângela Albino, Dirce Heiderscheidt, Ideli Salvatti e Lucine Carminatti. Outras que não foram reeleitas para o mesmo cargo, permaneceram na política institucional, é o caso de Ideli Salvatti que foi senadora, Luci Choinacki que foi deputada federal e Vanessa da Rosa que atualmente é vereadora. Isso sugere que elas possuem um capital delegado solidamente construído e mantido.

O capital familiar foi influente na trajetória de quatro das doze entrevistadas: Ada de Luca (PMDB), Ana Paula Lima (PT), Dirce Heiderscheidt (PMDB) e Simone Schramm (PPB), isto nos leva a dois entendimentos: 1) o espectro partidário não é influente em relação ao capital familiar, já que, deputadas de centro, esquerda e direita utilizaram-no na construção de capital

político; 2) o capital familiar não é o mais decisivo para a elegibilidade das deputadas estaduais, já que apenas um quarto das doze entrevistadas fez uso dele para eleição. O capital que nos parece mais nítido na elegibilidade de todas elas é o delegado e o convertido – principalmente na área da educação, como foi o caso de Luciane Carminatti, Simone Schramm e Vanessa da Rosa. O capital midiático foi utilizado apenas por Ana Campagnolo.

Tendo visto como ocorreram suas trajetórias políticas e a maneira como chegaram ao cargo de deputadas estaduais, centramo-nos agora em compreender a forma como estas mulheres representam/representaram outras mulheres, isto é: a política de ideias está em diálogo com a política de presença (Phillips, 2001)? Que ideias e que presença são estas? O próximo subitem pretende refletir sobre as identificações delas com o feminismo (ou não) e os projetos de leis propostos por elas na ALESC.

4.1 “FEMININA, EU SEI QUE EU SOU [...] FEMINISTA, PODE SER”: AS IDENTIFICAÇÕES (OU NÃO) COM O FEMINISMO

Feminina feminista. Meu pai, [quando] eu era muito pequeninha, ele já via no que ia dar, e ele dizia: “Mulher, tem que ser feminina e não feminista”. E eu nunca entendi a diferença entre uma coisa e outra, e felizmente, até hoje, não entendo, que eu acho que gente pode ser o que quiser, inclusive várias coisas ao mesmo tempo, desde que elas sejam compatíveis entre si. E eu me identifico com muita alegria como feminista e me sinto muito feminina também (Albino, 2024, p. 6).

Reconhecemos que foram as disputas travadas pelo movimento feminista – branco e de classe média da época – que conquistou o direito das mulheres de ocuparem cargos políticos. Hoje, esta pesquisa só é possível devido à atuação das sufragistas em finais do século XIX e início do XX. Não apenas no campo político, outros direitos tornaram-se possíveis por conta da atuação destes movimentos: o direito a educação, ao divórcio, direitos sociais, civis, reprodutivos, de proteção ao trabalho, autonomia sobre seus corpos, entre outros. Os feminismos, ao longo do tempo, e falamos no plural por entender que há vários – como o feminismo negro; indígena; decolonial; transfeminismo etc. - com suas devidas reivindicações, também deram atenção contra as dificuldades decorrentes das demarcações das atribuições de gênero fundadas em ordens biológicas essencializadas, que sobrecarregavam as mulheres em duplas jornadas de trabalho e o cuidado exclusivo com os/as filhos/as, que impediam o pleno exercício da cidadania (Soihet, 2008).

Partindo disso, em nossa pesquisa, buscamos saber como as mulheres eleitas para ALESC se identificavam: femininas, feministas ou antifeministas? Indo além, de que forma essas identificações influenciaram em suas trajetórias e atuações políticas e em suas estratégias

eleitorais? Este item, em diálogo com as narrativas das deputadas e na análise dos projetos de leis propostos por elas durante seus anos de mandato, pretende responder à estas questões.

A narrativa que iniciou este item é da ex-deputada estadual Ângela Albino (PcdoB). Ângela declara-se feminina e feminista, e diz que na verdade, “nunca entendeu a diferença entre os dois”. A ideia de ser “feminina” e feminista surgiu em outras narrativas produzidas por esta pesquisa. Anna Carolina Martins (PSDB), nos disse: “Eu sou feminina e feminista, não posso ser os dois?” (Martins, 2024, p. 26). Parece haver de certa forma, uma difusão das duas categorias na identificação destas deputadas, como se ser feminina e feminista representa o mesmo, sobretudo na narrativa de Ângela. Mas, o que é ser feminina e o que é ser feminista? De que maneira estas categorias divergem ou dialogam entre si?

Tanto a feminilidade quanto a masculinidade são posições binárias mantidas pela sociedade patriarcal na longa duração, criadas majoritariamente por homens e sustentadas por discursos médicos, filosóficos, biológicos, psicológicos e jurídicos. Simone de Beauvoir (1970), já afirmava que não se nasce mulher, torna-se, e que foram os homens quem construíram os discursos sobre o que seria o ideal da feminilidade. Ainda para a autora, “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (Beauvoir, 1970, p. 10), ou seja, constrói-se a ideia da mulher em oposição ao homem.

Nesse processo de se tornar uma mulher, o papel cultural e social é intensificado nas delimitações do que é e de como ser uma mulher. Estas construções culturais que ditam o ideal de um ser “feminino”, condicionadas ao seu tempo histórico, são ancoradas nas relações de poder. Como afirma Ana Maria Colling (2014, p. 27):

O corpo feminino é um texto histórico, escrito diversamente ao longo do tempo. Por este motivo, não existe “um” corpo feminino, não existe uma natureza feminina, mas uma cultura que durante séculos as mulheres foram encaradas como seres naturais. [...] Não existe a “verdadeira mulher”, pois “verdadeira” e “mulher” são conceitos criados, portanto, aparências, superfícies, produções. Sob os conceitos, não há nada que possa ser chamado de mulher, mas somente relações de poder e de hierarquia socialmente construídas.

Se “ser mulher” significava o cuidado com a casa e o cuidado dos filhos, no mundo ocidental antigo, atualmente, algumas dessas definições modificaram, não sem permanências de alguns dos antigos pressupostos. As conquistas dos movimentos feministas possibilitaram que as mulheres “saíssem” dos lugares atribuídos a elas culturalmente e ocupassem outros espaços, como o campo político. Porém, o que se percebe, é que a figura “maternal” e a importância dada a “essência feminina” continuam presentes. As narrativas construídas nesta pesquisa remetem a um certo essencialismo:

O mundo sem a participação das mulheres é fraco, é violento e não tem amor. Então a participação nossa de mulheres é importante porque a gente sente onde dói. A gente sente o problema porque é diferente dos homens, porque o problema que a gente sente é de mulher com uma outra sensibilidade (Choinacki, 2024, p. 20).

Eu entendo que nas decisões, seja sendo elas no Legislativo ou no Executivo, compartilhar as discussões entre homens e mulheres é muito positivo, porque nós temos um olhar diferenciado. O homem é sempre muito racional, mas a mulher tem “o todo”, ela tem a capacidade de enxergar um pouco além muitas vezes (Schramm, 2024, p. 22).

Embora as ex-deputadas Simone Schramm e Luci Choinacki não tenham se identificado propriamente como feministas nas entrevistas, notamos que estes dois recortes de suas narrativas evocam aquilo que Joan Scott (2024, p. 85) chamou de “fantasias da história feminista”. Para a autora, os movimentos feministas ocidentais, pelo menos desde o fim do século XVIII, tem produzido fantasias com o objetivo de consolidar a identidade. Estas fantasias são acionadas em momentos estratégicos, como na conquista do direito ao voto pelas sufragistas e no caso desta pesquisa, para a conquista do eleitorado.

Scott (2024) identifica duas fantasias: da oradora e da maternal. Uma não é excludente da outra, inclusive, ambas podem ser acionadas juntas em momentos específicos pelas sujeitas, são “recursos a serem invocados” (Scott, 2024, p. 86). Enquanto a primeira – oradora – projeta as mulheres no espaço público masculino, a segunda – maternal – evoca uma feminilidade aceitável e uma identidade coletiva e se apoia na semelhança física dos corpos reprodutivos das mulheres. Nas narrativas das deputadas, percebemos que ambas as fantasias são acionadas em momentos estratégicos, de forma essencializada – por isso, problemática – as deputadas acionam a identidade como “mulher”, com um “olhar diferenciado”, capaz de “enxergar o todo”, para se reafirmarem no campo político.

As narrativas produzidas nesta pesquisa são atuais. Por isso, olhamos com os olhos do presente para a identificação das ex e atuais deputadas de Santa Catarina como “femininas” – e algumas, além de se identificarem como femininas, também feministas. Das doze entrevistas realizadas com as atuais e ex-deputadas para esta pesquisa, chegamos ao seguinte resultado em relação às suas identificações:

Tabela 3 – Identificação ou não com o feminismo

Deputada	Feminina	Feminista	Antifeminista	Não soube responder
Ada de Luca (MDB)	X	X		X
Ana Carolina Campagnolo (PL)			X	

Anna Carolina Martins (PSDB)	X	X		
Ana Paula Lima (PT)		X		
Ângela Albino (PcdoB)	X	X		
Dirce Heiderscheidt (MDB)	X			
Ideli Salvatti (PT)		X		
Luciane Carminatti (PT)		X		
Luci Choinacki (PT)				X
Marlene Fengler (PSD)	X	X		
Simone Schramm (PPB)	X			
Vanessa da Rosa (PT)	X	X		

Fonte: elaborado pela autora.

A leitura dos resultados demonstra que: sete mulheres identificaram-se femininas; uma como antifeminista; oito consideraram-se feministas; duas não souberam responder e cinco delas se consideram feministas e femininas. Para a ex-deputada Vanessa da Rosa (PT): “Feminina e feminista, porque eu gosto, eu gosto de ser feminina, eu gosto de mim, eu me amo e feminista sempre, feminista, a minha bandeira é a defesa das mulheres, de todas” (Da Rosa, 2024, p. 24).

Margareth Rago (2002, p. 5) lembra que o feminismo criou um modo específico de existência, de forma que as mulheres que se consideram como feministas têm investido esforços em novos padrões de corporeidade, beleza e cuidados de si, propondo novas formas de “estéticas feministas de existência”. A autora ainda pontua que o feminismo, no Brasil, desde a década de 1980 vem empregando novas formas de feminilidade, beleza e sedução, inclusive corporais. Nesse sentido, podemos imbricar as categorias de “feminina” com “feminista” na narrativa de Vanessa.

Além disso, o “ser feminina” na contemporaneidade é ancorado em um arcabouço de elementos, todos, construídos e mantidos social e culturalmente. Estes elementos são citados na narrativa da ex-deputada Anna Carolina Martins:

Tem gente que fala que **feminino é o acolher**, né? Que eles veem **a feminidade como uma questão maternal**. E tem gente que vê com **uma mulher que usa batom e usa saia**. Então fica uma coisa difícil, assim, objetivar essa palavra, porque ela virou uma palavra profunda nos dias de hoje (Martins, 2024, p. 26, grifo nosso).

Não é o fato de possuir uma vagina que qualifica ou não tais pressupostos, mas sim, as performances, os atos repetitivos da construção social de gênero, como colocado por Judith Butler (1990). Tais performances são também mantidas e perpetuadas pela mídia hegemônica e pelas redes sociais, como por exemplo, a ideia de um padrão de beleza e feminilidade que todas as mulheres deveriam atingir, pois, “o valor social do feminino define-se em relação ao seu corpo, à sua capacidade de atrair, seduzir, depender e cuidar do outro” (Soares, 2019, p. 250). Assim, o autocuidado, roupas, maquiagens, cabelo, manicure e pedicure, são alguns dos elementos que incluímos neste arcabouço. Estimuladas pela cultura da feminilidade heteronormativa e por indústrias produtoras de procedimentos e produtos, as mulheres têm investido ao longo dos anos na estética e na aparência, como formas performativas da feminilidade.

Por isso, podemos dizer que o ser “feminina” no mundo ocidental é ancorado na cultura antiga, quando uma série de discursos destinou as mulheres a esfera privada e a maternidade devido às suas condições “biológicas”, portanto, “naturais”. Ainda, pode ser entendida como “um conjunto de características de padrão heteronormativo: fragilidade; emoção” (Soares, 2019, p. 249). Ao passo que, construiu a masculinidade como o homem forte, viril e pertencente ao espaço público.

Essa construção e performance da feminilidade dificulta o rompimento dos estereótipos atribuídos aos gêneros na longa duração. Nesse sentido, Ana Maria Veiga e Joana Maria Pedro (2019) lembram que a “condição feminina” foi apropriada para determinar uma identidade comum para as mulheres no contexto da chamada segunda onda dos feminismos. O debate girava em torno da situação semelhante que enfrentavam pela dita inferioridade das mulheres e foi utilizado como pauta para os movimentos reivindicarem espaços e travarem lutas. O termo “feminina” caiu em desuso com a emergência do conceito de gênero, que procura compreender as atribuições de homens e mulheres como construções históricas e culturais, passíveis de serem modificados no tempo e no espaço, e por isso, se afasta de uma suposta essencialização do “feminino”. Aliando os feminismos com o gênero, visualizamos outra identidade possível: ser feminista.

E é por isso que eu sou uma ferrenha combatente no movimento feminista. Eu nunca vi um negócio tão sectário e perseguidor na minha vida. Sou completamente avessa a isso. Acho que cada um tem que fazer o que quiser e não ser coordenado por um movimento político (Campagnolo, 2024, p. 30).

Ao contrário do que a deputada Ana Campagnolo (PL) narrou em entrevista, acreditamos que os movimentos feministas procuram dar autonomia às mulheres em decisões sobre si e sobre seus corpos. Por isso, em nossa perspectiva, não há problema em uma mulher que deseja se identificar como “feminina” e também “feminista”, sem deixar de considerar que o ser “feminino” é uma construção enraizada em ditos patriarcais e essencialistas. Mas, partindo de uma perspectiva feminista, acreditamos que as mulheres têm liberdade de escolher como quiserem se identificar, inclusive (e infelizmente) como antifeministas.

Os feminismos produzem outra identidade? Ana Paula Lima (PT), ex-deputada estadual, nos conta em entrevista que não era feminista, mas tornou-se:

Mas eu não era feminista, **eu me tornei feminista**. E isso é trabalho que a gente tem que fazer constantemente com todas as mulheres, desconstruir essa ideia do que é ser feminista, que ainda infelizmente, tem muitas mulheres que ainda defendem o antifeminista. Eu sou feminista, mas me tornei (Lima, 2024, p. 9, grifo nosso).

Os feminismos emergentes no século XX e XXI, produzem outra identidade a partir de pressupostos da igualdade de gênero; autonomia e liberdade de decisão; oportunidades e direitos iguais; lutas pelo fim da violência contra as mulheres e do feminicídio; direitos reprodutivos; autonomia, entre outros. Assim, podemos dizer que se identificar com o feminismo atualmente é mirar na possibilidade da erradicação das hierarquias entre homens e mulheres em todos os âmbitos.

B: Como você se identifica em relação a ser feminina, feminista ou antifeminista?

M: Feminina obviamente, e feminista, feminista no sentido de defender a igualdade de direitos das mulheres (Fengler, 2024, p. 6).

Marlene Fengler (PSD) identificou-se como feminina e como feminista também, no sentido de “defender a igualdade dos direitos das mulheres”. Sabemos que o debate sobre identidade foi criticado pelas teorias feministas, sobretudo pela essencialização do conceito de “mulher” (Lacerda, 2020), que, enquanto dado como hegemônico, universal e sobretudo para mulheres brancas, foi excludente de múltiplas identidades interseccionadas. Este mesmo conceito foi acionado pelo feminismo considerado hegemônico no século XX, demarcando a “diferença” entre homens e mulheres para invocar a igualdade – enfim, o paradoxo, como apontado por Joan Scott (2002). Neste arcabouço, outros feminismos surgem ainda no século XX, com objetivo de alargar a identidade “mulher”, pensando na forma como outras características, experiências e discursos produzem diferentes sujeitas, atravessadas por múltiplas identidades, as quais o feminismo hegemônico e o conceito de “mulher” como sujeita universal não davam conta de abarcar.

Nesse contexto, incluímos as reivindicações dos feminismos negros, entendendo que a identidade é construída a partir da compreensão em comum que o racismo é fundamental na

estruturação da opressão e que a raça constitui um eixo de poder na opressão de gênero, como indicado por Cláudia Cardoso (2013). Lembramos o que bell hooks (2019) advogava sobre as mulheres negras não considerarem a “mulheridade” como aspectos de suas identidades, isto porque, a raça era um rótulo que se sobressaía em relação ao gênero, por conta da socialização racista e sexista. Por isso, estamos falando nesta pesquisa da identidade “mulher” embasada em sujeitas principalmente brancas – por serem a maioria das fontes desta investigação -, mas, sem deixar de problematizar e entender que os feminismos negros produzem outra identidade, com base na experiência das mulheres negras.

Ainda, incluímos as pautas do transfeminismo, que busca compreender, reconhecer e empoderar as variadas identidades e identificações das sujeitas sobre corpos que não atendem aos ideais racistas e sexistas da sociedade (Jesus, 2013). Outros feminismos podem ser abarcados, como o feminismo pós-colonial, feminismo indígena, feminismo lésbico etc. Enfim, o que queremos argumentar, é que há variadas formas de se identificar com o feminismo. Ele não é hegemônico ou universal. As indivíduos se identificam como feministas a partir de suas experiências, suas trajetórias, cor, raça, etnia e classe.

Nesta pesquisa, das oito mulheres que se identificaram como feministas, todas são cisgênero e apenas uma é mulher negra. Assim, podemos dizer que essa identificação vem de suas experiências enquanto sujeitas, ao perceber algo em comum em todos os feminismos: que as mulheres passam por distintas formas de opressão ocasionadas pela vivência em uma sociedade cisheteropatriarcal. Luciane Carminatti (PT) por exemplo, nos conta que “passou a ser” feminista devido ao seu envolvimento com o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC):

Quando eu entrei na política, eu não entrei pelo recorte de gênero. Eu entrei acho que muito mais pela identidade de classe. Ou seja, eu professora, a luta pela educação. [...], mas ao mesmo tempo, logo quando eu me elegi vereadora, as pautas das mulheres, era uma coisa que me provocava demais. [...] Eu não tinha uma causa que me identificava assim, pedir voto para as mulheres, eu pedia voto para professores mulheres, claro, mas aí o tema era educação. Então eu acho que quando eu entrei na política, não teve esse recorte de gênero, das pautas feministas e tal [...]. A pauta feminista, ela entra a partir do movimento de mulheres camponesas e aí começa a se abrir. Aí eu começo a discutir mais, olhando para academia, para universidade, quais são os estudos de gênero que têm, quais eu me identifico mais, me identifico menos, porque tem coisas que eu também, pela minha trajetória pessoal, a história de vida, eu me identifico mais (Carminatti, 2024, p. 5).

A narrativa da deputada pode ser elucidativa ao que argumentávamos acima, sobre a constituição da identidade feminista ser derivada de suas trajetórias e experiências pessoais. No caso de Luciane, o contato com o MMC foi crucial para seu entendimento como feminista, e para este transformar-se em pauta política.

Retomando o que já foi dito neste texto, a sigla MMC data de 2004, mas o movimento surgiu ainda na primeira metade da década de 1980, sob a nomeação de Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA/SC) (Salvaro; Lago; Wolff, 2013). Segundo Maria Ignez Paulilo (2016), o termo “feminismo” só aparece nas manifestações do movimento no ano de 2010, embora a discussão sobre isso já estava em andamento entre as lideranças há alguns anos¹⁸⁰. Ainda, para a autora, o feminismo que defendem as camponesas está muito próximo das posições consideradas essencialistas, já que veem uma ligação inata entre mulher e natureza, porém, suas ações resultam em mudanças que desafiam as atribuições de gênero dita como tradicionais (Paulilo, 2016).

Mas eu trabalhava na roça e nos intervalos, eu participava das reuniões, desses grupos. Aí nós começamos a discutir a organização de mulheres. E daí vinha umas mulheres de São Paulo, começaram a ensinar algumas coisas. E depois nós começamos um grupo de mulheres agricultoras, nós que começamos a decidir se encontrar através de uma assessoria, de uma freira que começou a ajudar a gente, que nós tínhamos que organizar o grupo mais pensante para organizar de fato, discutir os problemas e a realidade e o que fazer também para não ficar só na choradeira. E aí a gente começou a organizar as mulheres agricultoras. Nós começamos a criar grupos (Choinacki, 2024, p. 5).

Luci Choinacki (PT) iniciou sua militância política através do Movimento de Mulheres Agricultoras, naquele contexto, conectado à Pastoral da Terra e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Consideramos que a própria organização das mulheres agricultoras pode ter ajudado a construir uma identidade conectada ao feminismo, já que, naquele momento, suas principais reivindicações eram por direitos trabalhistas e previdenciários, como a sindicalização das mulheres, o reconhecimento da profissão, aposentadoria, auxílio-doença, salário maternidade, entre outros. Assim, ao lutar por direitos sociais e de cidadania, “as mulheres produzem um novo sujeito político: as mulheres agricultoras” (Salvaro; Lago; Wolff, 2013, p. 81). Por isso, se o termo “feminismo” surge apenas em 2010 nos âmbitos desse movimento, consideramos que suas práticas políticas, ações e manifestações, já flertavam com um feminismo incipiente ainda nos anos 80, desafiando atribuições de gênero estipuladas como “destinados” às mulheres.

A luta das mulheres camponesas está muito vinculada as suas práticas cotidianas, ao trabalho que desenvolvem e aos seus modos de vida. Paulilo (2016), ao defender o movimento dos “perigos” do essencialismo, ressalta que pouco se fala sobre o perigo da ideia de evolucionismo no interior dos movimentos feministas. Ou seja, não é como se as mulheres feministas camponesas precisassem “evoluir” e modificar as pautas que defendem para caber

¹⁸⁰ O termo surgiu na 11ª Assembleia do MMC, realizada em Xaxim-SC, com o tema “Mulheres Camponesas e Feministas” (Paulilo, 2016).

dentro do feminismo – sobretudo aquele considerado urbano, nas palavras da autora. As práticas das camponesas são feministas, inseridas em seus contextos e dentro de suas possibilidades, o que nos remete ao que defende Rago (2002), sobre o feminismo ter criado modos específicos de existência. Neste caso, é uma outra forma de existir e resistir.

B: Eu queria saber se você tem alguma identificação com o movimento feminista ou se você se considera feminina ou antifeminista.

L: Eu não sei bem como é que eu vou me classificar nessa história. Agora, eu sou pelo direito das mulheres, sempre. [...]. Então, eu sinto quando eu vejo homem machista, idiota, batendo em mulher, eu acho o homem fraco, ridículo, que não se dá conta do que ele é. Como diz a Simone de Beauvoir, acho que ela falou, o homem que bate, que mata, as mulheres, não tem como enfrentar [...]. O homem que é homem, não precisa fazer isso com as mulheres (Choinacki, 2024, p. 5).

Luci Choinacki foi uma das deputadas classificadas na tabela acima como “não soube responder”, contudo, dada sua narrativa, percebemos que ela é feminista. O fato de citar Simone de Beauvoir em sua narrativa é uma demonstração do seu contato com teóricas feministas, e por conseguinte, o contato do próprio MMC com essas autoras. Ao se aproximarem do feminismo, as camponesas entendem o patriarcado como construção cultural, passam a questionar as atribuições designadas à homens e mulheres e as opressões vivenciadas na esfera privada. Isso resulta em travar disputas pelo reconhecimento de seus direitos, afirmando a “diferença” na busca pela igualdade.

Então eu sempre achava que as mulheres têm que ter o respeito como mulher, como ser humano, com as suas diferenças na igualdade, mas na diferença. Porque a gente nunca vai ser homem e o homem não vai ser mulher, nunca vai sentir as dores que a gente sente, nunca vai sentir os desejos da gente, porque eles têm outros. Então a gente nunca vai ser igual, vai ser diferente. Mas essas diferenças, elas são para a gente viver melhor a sociedade (Choinacki, 2024, p. 5).

No caso de Luci, a aproximação com o MMA – depois, MMC – foi crucial para lançar-se à candidatura, ser eleita, defender pautas feministas e propor projetos de leis que eram reivindicados pelos movimentos, como veremos adiante.

Como dito anteriormente, consideramos que existem diversos feminismos e diferentes possibilidades de se identificar com eles. Isso depende do lugar ocupado socialmente pelas sujeitas, considerando por uma óptica interseccional as múltiplas identidades: raça, etnia, sexualidade etc., e, nesta pesquisa, por se tratar do campo político institucional, incluímos o espectro partidário ao qual as deputadas são pertencentes. Ideli Salvatti (PT) inclui em sua identificação com o feminismo o fato de ser de esquerda. Como o espectro partidário pode ser influente na identificação destas mulheres com os feminismos?

B: Ideli, uma pergunta... É, em relação, como você se identifica, se você se identifica feminina, feminista ou antifeminista?

I: Feminista, de esquerda, militante e praticante (Salvatti, 2024, p. 21).

Sabemos que os partidos de esquerda são considerados mais abertos a pautas progressistas, a mudanças, a inclusões sociais e a acionar como bandeiras políticas reivindicações vindas de movimentos sociais. Enquanto os de direita são mais conservadores, pretendem “manter as coisas como estão”, ou até retornar a uma antiga ordem de “valores”, nas quais as funções atribuídas a homens e mulheres, sustentadas culturalmente estariam bem estabelecidos. Nesse sentido, Norberto Bobbio (1995) defende a esquerda como um campo que possui mais sensibilidade para diminuir as desigualdades, portanto, parte de uma perspectiva mais igualitária. Ao passo que a direita, pretende conservar as desigualdades e é desse modo, mais inigualitária. Ainda, para o autor:

O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são sociais, e enquanto tal, elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais, e enquanto tal, inelimináveis. O movimento feminista foi um movimento igualitário. A força do movimento dependeu do fato de que um de seus temas preferidos sempre foi, independente da veracidade fática, o reconhecimento de que as desigualdades entre homem e mulher, embora tendo raízes na natureza, são o produto de costumes, leis, imposições do mais forte sobre o mais fraco e são socialmente modificáveis (Bobbio, 1995, p. 105).

Tendo os movimentos feministas fortes raízes com o campo da esquerda (Rago, 2002), entendemos que a identificação com o feminismo vindas principalmente das deputadas consideradas à esquerda do espectro partidário é coerente com suas posições políticas. Identificaram-se como feministas e são de partidos de esquerda as deputadas: Ana Paula Lima (PT), Ângela Albino (PcdoB), Ideli Salvatti (PT), Luciane Carminatti (PT) e Vanessa da Rosa (PT).

Mas, não apenas. Deputadas de partidos considerados de “centro” e de direita também se identificaram desta forma. Como é o caso de Anna Carolina Martins, ex-deputada pelo PSDB e Marlene Fengler, que assumiu pelo PSD – citada anteriormente.

Eu me considero feminista, quando você olha naquele ponto de vista, de querer a igualdade, de lutar pela igualdade [...]. Os núcleos que eu trabalho com as mulheres são dentro de onde eu atuo, dentro da política, dentro da advocacia, do conselho da mulher, procuradoria da mulher, isso bem antes mesmo de estar vereadora, já era algo que eu fazia. Agora aqui não tem nada tão gritante no meu município que a gente precisa arregaçar as mandas e sair na rua protestando. Então são mais atividades, sabe? Essas eu faço. Essas eu sempre participei (Martins, 2024, p. 26).

O que percebemos, é que embora ambas deputadas sejam pertences à partidos inclinados ao espectro de centro/direita, que costumam ser mais fechados a pautas consideradas progressistas e igualitárias – para usar os termos de Bobbio (1995) – além de se identificar com o feminismo, elas atuam politicamente com estratégias que visam os direitos das mulheres. Tomando a narrativa de Anna como exemplo, a deputada conta que sempre atuou em frentes relacionadas às pautas das mulheres. Portanto, não é o espectro partidário que limita a

identificação com o feminismo, embora haja uma tendência mais propícia de mulheres de esquerda o adotarem como pauta política.

B: Me conta como você se identifica como feminina, feminista, antifeminista, nenhum desses?

A: Olha, eu não sei se é feminina. **Feminina, eu sei que eu sou**, eu sou mulher. E para mim feminina é isso, é homem ou é mulher. **Feminista pode ser**, em função das lutas que eu sempre travei de estudante, entende? Agora, o feminista pejorativo, eu não sou. Entendes? Porque é o pejorativo, não é? Eu não sou. Não recrimino quem é, mas eu não sou (De Luca, 2024, p. 6, grifo nosso).

Ada de Luca foi eleita pelo PMDB, atual MDB, considerado um partido de centro/direita. Na tabela acima, identificamos Ada em três categorias: como feminina, feminista e como “não soube responder”. Isto porque, sua narrativa aponta para essas três diferentes interpretações. Ainda, o que pode ser visto na narrativa da ex-deputada é a oposição binária entre os sexos: “é homem ou é mulher”. Ela considera que pode ser feminista em relação às disputas que participou dentro do movimento estudantil, mas, que não faz parte do “feminismo pejorativo”. Esta aversão ao feminismo não é fenômeno novo. Soihet (2004) revela como ainda na virada do século XIX para o XX, diferentes crônicas, charges e imagens eram publicadas em periódicos com tons pejorativos direcionados às feministas. Para a autora, a consequência disso foi que muitas mulheres rejeitaram o feminismo e adotaram um discurso conservador, que denunciava o movimento em sua incompatibilidade com o que seria o “ideal” para as mulheres na época. Dessa forma, muitas feministas eram caracterizadas como viragos, perigosas e dispostas a cometer crimes.

Na contemporaneidade, o que percebemos com base nas nossas fontes, é que esse discurso de certa forma se mantém, afastando as mulheres do feminismo, ao passo que muitas delas, também reconhecem as conquistas alcançadas pelo movimento e carregam pautas feministas – mesmo que não nomeadas dessa maneira.

B: Você se identifica como feminista, feminina ou antifeminista?

D: Eu defendo as mulheres, eu sou feminina, mas defendo as mulheres e eu acho que a participação, não sou antifeminista (Heiderscheidt, 2024, p. 6).

No caso da ex-deputada Dirce Heiderscheidt (MDB), não vemos uma clara aversão ao feminismo, mas ao mesmo tempo, ela não se identifica como tal, embora enquanto esteve em mandato, muitos de seus projetos foram voltados à ampliação dos direitos das mulheres, o que podemos considerar, que foram projetos feministas – como veremos adiante neste capítulo. A não identificação com o feminismo (apesar de sustentar pautas feministas) pode ser explicada por algumas razões, elencadas por Céli Pinto (1994). Segundo a autora, uma das motivações pode ser entendida: a) a associação das feministas a comportamentos relativos à homossexualidade ou a condição de “mal-amadas”, ainda presente no discurso do senso

comum; b) a ideia de que na medida que uma mulher se torna feminista, deixaria de ser “feminina”, ou seja, o feminismo diferente de outros movimentos que reforçam papéis e identidades já existentes, transformaria as relações sociais e pessoais das mulheres em seu interior. Para Céli Pinto, estas são as fortes razões que motivam muitas mulheres a não se considerarem feministas em momentos da campanha eleitoral ou da atuação política. É interessante observar que o artigo ao qual nós estamos referindo foi publicado em 1994. Estamos observando as narrativas das deputadas mais de três décadas depois e podemos lê-las sob a mesma óptica. A narrativa de Simone Schramm, eleita pelo PPB – portanto, partido de direita – é elucidativa neste aspecto:

Não, eu sou feminina, defendo muito, as questões que cobro do meu filho [...]. Eles têm atitude que são de macho alfa, eu digo para ele, né, ele diz “**lá vem ela com o feminismo dela**”, mas assim, eu só tenho um filho homem, então, eu sou muito atenta da forma como ele trata a minha nora, ele tem que compartilhar, eu ensinei ele a compartilhar todas as tarefas de casa e com a filha dele também, ele é um excelente pai [...]. Eu pego no pé dele, daí ele, aí ele diz, “é a defensora do feminismo”, não é que eu não sou, eu sou muito atenta para que ninguém vá além, que eu acho que tem que ser compartilhadas coisas (Schramm, 2024, p. 17, grifo nosso).

Ao nos contar sobre a maneira como educou seus filhos, deixa clara sua preocupação em “ensiná-los a dividir as tarefas”, o que remete a uma pauta feminista, como ela mesma é “acusada” por seus filhos de “defensora do feminismo”. Simone não se identifica com o feminismo em sua narrativa, mas possui ações que remetem a ele. É possível que ela não queria ser identificada como as mulheres feministas “mal-amadas” ou “homossexuais”, como argumentou Céli Pinto. Não obstante, essa aversão ao feminismo pode ser explicada culturalmente, já que há uma propagação sobre os “perigos” do feminismo, suas supostas mazelas e a sustentação de discursos antifeministas. Não obstante, observamos que apesar de muitas não se identificarem como feministas, também não se identificaram como antifeministas. Uma de nossas hipóteses é que isto pode ser uma relutância das atuais e ex-deputadas de não se identificarem com a deputada Ana Campagnolo (PL), uma antifeminista assumida. Anna Carolina Martins (PSD) demonstra em narrativa sua perspectiva sobre o assunto:

Isso é a questão de ser feminista, também é uma, a gente só começou a escutar antifeminismo, depois que veio ali o governo Bolsonaro. Antes a gente não escutava, assim, as pessoas liderarem movimentos assim. Aqui eu vejo mais por conta da bandeira da Ana Campagnolo. Ela acredita nisso, é o que ela acredita (Martins, 2024, p. 26).

O antifeminismo não é um fenômeno novo, ele emerge desde os primeiros aparecimentos dos feminismos, ainda em finais do século XIX (Bard, 2000). Mas, no Brasil, nos últimos anos, sobretudo pós-(des)governo Bolsonaro, têm ficado mais evidente e ganhado

mais adeptos. A ex-deputada cita que reconhece mais este discurso por conta das pautas da atual deputada Ana Campagnolo (PL). Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, Ana Campagnolo foi a única que se declarou abertamente antifeminista e narra ter levado o antifeminismo como pauta política. Isso não nos é novidade, já que, a deputada é autora de diversos livros que tratam sobre o tema, além de ser participante das produções audiovisuais do Movimento Brasil Paralelo, como citado anteriormente.

O discurso de Campagnolo funciona para afastar as pessoas do feminismo e manter posições tradicionais sobre as atribuições de gênero: a mulher submissa e o homem como provedor – embora a atuação da própria deputada desvie dessas normas. A pauta antifeminista é o fio condutor da sua atuação política atualmente e perpassou sua narrativa em quase toda a entrevista concedida para esta pesquisa:

Em 2022, o meu crescimento foi cinco vezes maior na urna, eu ganhei mais de um milhão de seguidores nesse intervalo, não foi mais por causa da escola sem partido, foi porque eu fui a primeira mulher a escrever um livro declaradamente antifeminista no Brasil do século XXI. Então **o motivo do meu sucesso eleitoral foi ter falado sobre aqueles 80% de mulheres cristãs que existem no Brasil, que não se sentem representadas pelo movimento feminista** e não tinha quem falasse sobre elas (Campagnolo, 2024, p. 24, grifo nosso).

A deputada atribui a expressiva votação que recebeu devido a publicação de seu livro intitulado *Feminismo: perversão e submissão*, publicado em 2019, que até outubro de 2024, já havia vendido 135 mil exemplares. Para além da publicação de seus livros, Ana Campagnolo também oferta cursos de formação antifeminista, como a “Oficina 10 mentiras feministas”¹⁸¹, onde aborda sobre “o conteúdo mais completo do Brasil contra as armadilhas do feminismo”. Além disso, seu canal no *youtube*¹⁸² possui 580 mil inscritos e 409 vídeos, que possuem títulos como: “A Concessão do Voto”, “O resgate da feminilidade”, “A espiral do silêncio: feministas querem nos calar!”. Não obstante, a deputada também realiza palestras presenciais, como exemplo, na igreja Bola de Neve *Church*, em Florianópolis¹⁸³. É interessante observar a forma como esse discurso circula e resulta na eleição de pessoas consideradas antifeministas.

Primeiro, nós tínhamos um grupo grande de mulheres com um discurso feminista, eu diria superficial e mal digerido. Depois, quando aparece pela primeira vez **uma candidata antifeminista e conservadora**, essa candidata atrai uma votação expressiva. E outras candidatas feministas ficam para fora. Eu acho que esse é o andamento. Eu acho que esse é o andamento cultural que Santa Catarina está vivendo (Campagnolo, 2024, p. 25, grifo nosso).

Não somente Santa Catarina vivencia esta emergência do antifeminismo. Podemos dizer que ele é causado por alguns motivos e acontece/aconteceu em outros espaços/tempo. O

¹⁸¹ Disponível em: <https://anacampagnolo.com/oficina1/>. Acesso em: 18 out. 2025.

¹⁸² Disponível em: <https://www.youtube.com/@AnaCampagnolo1>. Acesso em: 18 out. 2025.

¹⁸³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FEi98wMMDBs>. Acesso em: 18 out. 2025.

antifeminismo, é uma ferramenta acionada com o objetivo de proteger os interesses coletivos – sobretudo, dos homens, mas de pessoas neoconservadoras em geral – que versam sobre a integridade da família (cisheterossexual), da moralidade cristã (católica e evangélica) e dos bons costumes (casamento heterossexual; exercício da maternidade; “atribuições” de homens e mulheres bem definidos, entre outros). Esta ferramenta acionada – o antifeminismo – vai além de uma mera “ideologia” e faz parte de um projeto político mais amplo, que por efeito, supostamente resultaria no estabelecimento de uma nova ordem, onde cada sexo ocupa seu “lugar”, no exercício da complementaridade fundada em pressupostos da natureza. Este, por sua vez, recrimina violentamente o feminismo, desde os finais do século XIX, acusando-o de ser laico, individualista (Bard, 2000) e representar um inimigo desmoralizante para toda a sociedade.

Nesta pesquisa, não entendemos os antifeminismos como um movimento social. Acreditamos que ele é um efeito dos feminismos, como um contra-ataque. De forma semelhante, Dinora López (2025) defende que se trata de “movimentos contrafeministas”, além de antifeministas, isto porque seus/as atores/atrizes não apenas renunciam em se identificar com a prática e reivindicação política dos feminismos, mas também em reverter suas conquistas e obstruir as possibilidades de avanços.

Nessa esteira, Susan Faludi (2001), os percebe como *backlashes*¹⁸⁴ ou seja, são contra-ataques que surgem como reação ao “progresso” das mulheres, às pequenas conquistas realizadas à duras penas pelos feminismos, acionados por pessoas que se sentem ameaçadas com os resultados que essas conquistas proporcionam – como a emancipação e autonomia das mulheres –, assim: “o contra-ataque antifeminista não foi deflagrado pelo fato de as mulheres terem conseguido igualdade plena, mas pela mera possibilidade de elas conseguirem atingi-la” (Faludi, 2001, p. 19).

Todas essas críticas feitas ao feminismo e ao seu suposto perigo, bem como, o crescimento da adesão ao antifeminismo por mulheres e a entrada delas na política institucional por meio de partidos de direita, está alinhada em três vertentes que dialogam entre si: o neoconservadorismo, o neoliberalismo e a extrema direita. Assim, entendemos o neoconservadorismo na esteira do que foi esboçado por Biroli, Machado e Vaggione (2020, p. 24):

A noção de conservadorismo é posicional, e a ideologia e o movimento político conservadores se desenvolvem em resposta ou resistência a situações históricas de mudanças na estrutura social e política. Ou seja, ideologia e iniciativas conservadoras

¹⁸⁴ Para Faludi (2001) estes movimentos ocorrem não quando as mulheres “vencem”, ou seja, quando conquistam direitos, mas quando estão próximas a conquistá-los.

tendem a aparecer quando segmentos sociais minoritários que desafiam a ordem estabelecida se fortalecem a ponto de ameaçar os fundamentos ideais e materiais das instituições.

Nesta esteira, adotando o termo neoconservadorismo, percebemos que os movimentos neoconservadores se mobilizam e ganham força de forma contrária aos movimentos progressistas. Isto é, nos parece que são mobilizados justamente quando sentem que movimentos progressistas estão ameaçando as doutrinas hierárquicas e morais que compõem a sociedade. Dessa forma, o antifeminismo em diálogo com o neoconservadorismo ganha espaço, já que, é estruturado a partir da noção contrária ao feminismo e ao perigo que ele supostamente apresenta.

Nesse sentido, a família tradicional é assegurada pela supremacia branca e pela heteronormatividade (Brown, 2019) e assim ocorre a comunhão entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo, advindos de discursos de atores da extrema direita, que comungam destes ideais. O antifeminismo é mobilizado por meio dessa lógica, sobretudo, na defesa da família, à qual o feminismo está constantemente ameaçando. Este discurso dotado de valores morais, cristãos e familistas é identificado na narrativa de Ana Campagnolo:

Eu estou aqui para representar uma comunidade cristã que acredita no mesmo Deus que eu. Por isso eu apresentei um projeto para proteger a concepção, a cosmovisão cristã religiosa. [...] Absolutamente determinante da minha vida adulta foi a criação católica, a criação, perdão, evangélica que o meu pai me deu, meu pai e minha mãe, meu pai como presbítero da Igreja Assembleia de Deus, minha mãe como uma dona de casa muito conservadora. Tudo isso definiu a minha vida, porque eu passei pela mesma universidade que você. Cheguei a frequentar a UFSC, estudei na UDESC, estudei a universidade particular pública, estadual, federal, em muitos lugares que são hostis aos princípios da minha família (Campagnolo, 2024, p. 9).

É claro que, conectada aos discursos neoconservadores da extrema direita há um elemento que não podemos deixar passar e que se demonstra claro na narrativa de Ana Campagnolo: a religiosidade. O que fica claro é que estes princípios morais são norteadores da sua atuação política. Centrando a moralidade cristã e a defesa da vida (contrários ao aborto) no sintagma da “ideologia de gênero”, para estas pessoas, a salvação das crianças e da nação depende dos/as evangélicos (Machado, 2020) e é exatamente neste ponto onde entra a mobilização das mulheres evangélicas, conservadoras e de direita para o campo da política institucional: por ser a função do cuidado internalizada histórica e culturalmente para as mulheres, elas sentem-se responsáveis por esta atribuição de “salvar” as crianças dos perigos que o amalgama “gênero, feminismo e esquerda” representam aos valores morais. Dessa forma, a deputada Ana Campagnolo é uma dessas mulheres mobilizadas por e mobilizadoras destes discursos.

No caso brasileiro, e em Santa Catarina este escopo auxilia a compreendemos a eleição de figuras declaradas antifeministas. Mas, precisamos adicionar outro elemento: o que presenciamos no Brasil, desde a década de 2010, foi um extremo aborrecimento com o governo petista – que ficou quase quatorze anos no poder executivo -, onde por meio de acusações de corrupção, lavagem de dinheiro e pedaladas fiscais, o “pânico moral” foi ativado. Somado a este desgosto com o governo petista, os discursos neoliberais e neoconservadores ativados pela extrema direita ganharam força e por conseguinte, adeptos. Para estes atores, a mesma esquerda brasileira que rouba e pratica atos de corrupção é a que desestabiliza os “papéis” “femininos”, a “família”, a “moral”, os “bons costumes” e é contrária à pátria.

As pessoas, no geral, não acreditam nisso. É um axioma, é repetido muito violentamente na imprensa, na mídia, nas universidades, que política e religião não se misturam, mas as pessoas votam e escolhem seus políticos muito naquilo que coopera com os seus valores religiosos, com os seus valores morais. Isso acontece no Brasil, o exemplo disso foi a onda do Bolsonaro em 2018, o lema do Bolsonaro: “Deus, Pátria, família” (Campagnolo, 2024, p. 21).

Sendo Santa Catarina um estado que votou majoritariamente em Jair Bolsonaro – o qual tinha como lema “Deus, Pátria, Família e Liberdade” – e em partidos de direita para cargos executivos e legislativos, não é de se estranhar que os/as mesmos/as eleitores tenham visto Ana Campagnolo como uma figura de representação, considerando a forma como se desenvolveu sua trajetória política, como já argumentado anteriormente.

A figura de Ana Campagnolo como deputada estadual e de outras deputadas antifeministas eleitas – em âmbito federal -, se configuram na produção de uma identidade de uma nova sujeita política, nomeadas por Marasco (2021 *apud* Galetti, 2024) como “antifeministas femininas”, já que têm as mulheres como as principais protagonistas e atuentes desta onda. Ainda, isso pode ser considerado um “**antifeminismo de Estado**, que visa disputar e adentrar na política institucional para dismantelar políticas públicas que versam sobre as questões de gênero” (Galetti, 2024, p. 102, grifo nosso).

E eu digo isso porque, na política, você tem representatividade. Na política, você consegue, quando vota, dizer no que você acredita [...]. Os lugares que têm influência democrática, que é a Assembleia Legislativa e o Congresso, elegem pessoas antifeministas desde sempre (Campagnolo, 2024, p. 26).

Isso implica em disputas no próprio conceito de representatividade política, caro e importante aos movimentos feministas, que como visto, foram atuentes para a elaboração e legitimação das cotas de gênero, visando o aumento de mulheres em cargos políticos institucionais. Ao se incluir no grupo de “mulheres na política”, as antifeministas partem de uma ideia da identidade da mulher ancorada na feminilidade, reprodução, maternagem, submissão e docilização dos corpos. Além de travarem batalhas ferrenhas às bandeiras

feministas, contribuindo para o retrocesso de legislações já estabelecidas e para a coibição de pautas relacionadas aos direitos das mulheres e que versam sobre sexualidade. Como veremos a seguir, nos projetos de leis propostos por Ana Campagnolo.

Acreditamos que tendo traçado este caminho que relaciona neoliberalismo, neoconservadorismo e extrema direita, conseguimos compreender como e por que Ana Campagnolo foi eleita em Santa Catarina. O que pretendemos explicar agora, é a forma como conceito de representatividade está em disputa pelas antifeministas e pelos feminismos e de que maneira isso se transforma em práticas políticas (projetos de leis) que interferem diretamente na vida das mulheres.

4.1.2 “Estava esperando para contar isso para uma mulher”: os projetos de leis e a representatividade

Como a identificação ou não com o feminismo das atuais e ex-deputadas estaduais impacta a vida/o cotidiano das mulheres no estado de Santa Catarina? De que forma essas identificações se articulam com o conceito de representatividade e impactam na política de ideias *versus* política de presença? Nos propomos agora, a analisar os projetos de lei propostos pelas deputadas estaduais durante os anos de mandato, na tentativa de compreender a forma como o feminismo ou o antifeminismo atuam na vida das habitantes de Santa Catarina.

Acreditamos que, os projetos de lei e principalmente aqueles que se tornam leis, interferem diretamente no cotidiano das pessoas. De acordo com Michel de Certeau (1980, p. 31):

Não há direito que não se escreva sobre os corpos (social e/ou individual). Seja como for, sempre é verdade que a lei se escreve sobre os corpos. Ela se grava nos pergaminhos feitos com a pele de seus súditos. Ela os articula em um campo jurídico. Com eles, faz seu livro. Essas escrituras efetuam duas operações complementares: graças a elas, os seres vivos são “postos em texto”, transformados em significantes das regras e, por outro lado, a razão ou o *logos* de uma sociedade se faz carne (trata-se de uma encarnação).

Dessa forma, as palavras escritas nos projetos de leis transformam-se em encarnação, vivenciadas pelas sujeitas no dia a dia, nas ruas, em pontos de ônibus, nos hospitais, creches, escolas, ambientes de trabalho, delegacias, nas relações sociais e pessoais, ou seja, são projetos capazes de articular e movimentar relações de poder, de facilitar ou dificultar a vida das pessoas, especificamente nesta pesquisa, das mulheres.

Para conhecer os projetos de leis propostos por elas, realizamos dois movimentos. Em primeiro lugar, buscamos no *site* da ALESC, no portal *e-Legis* (Processo Legislativo

Eletrônico)¹⁸⁵, os projetos por nome/autoria e “tipo de proposição” como “projeto de lei”. Analisamos todos os projetos propostos durante todos os anos de mandato de todas elas, dentro do recorte temporal que compreende nossa pesquisa: 1987 a 2024. É importante salientar que os projetos propostos por Luci Choinacki – que assumiu em 1987 e permaneceu no cargo até 1991 – não estavam disponíveis no portal. Por isso, enviamos um e-mail para a coordenadoria da ALESC, tivemos resposta positiva e eles nos enviaram todos os projetos propostos pela ex-deputada digitalizados.

Encontramos um total de 1087 projetos de leis (PL's) feitos pelas atuais e ex-deputadas estaduais. Cabe ainda destacar, que incluímos nessa parte da pesquisa as deputadas com as quais não conseguimos realizar a entrevista: Alba Schiliching, Jana Guedes, Odete de Jesus, Paulinha e Tati Teixeira. Destes 1087 projetos encontrados, focamos em investigar com profundidade aqueles que versam sobre os temas: mulheres, gênero, sexualidade, população indígena, negros/as, ou seja, focamos em um recorte que abarcou a ampliação dos direitos das mulheres (como autonomia; reconhecimento etc.), aqueles considerados feministas (por abordar sobre direitos de igualdade), projetos interseccionais (que focaram na população não-branca e que versam sobre sexualidades) e projetos anti-feministas/anti-gênero. Desta feita, selecionamos 124 projetos, os quais analisamos individualmente.

Depois de analisar todos os projetos propostos por todas as atuais e ex-deputadas, criamos tabelas nas quais dividimos os projetos em quatro categorias: feministas; direitos/reconhecimento das mulheres; interseccionais e anti-feministas/anti-gênero. Cabe dizer o que entendemos em cada classificação.

Em consonância com a definição do termo “feminismo” proposto por Carneiro (2019), estamos entendendo os projetos de leis feministas como aqueles que versam sobre direitos trabalhistas, reprodutivos, direitos à contracepção e aborto, às diversas formas de combate à crimes de assédio sexual, estupro, violências em geral, que procuram tornar visíveis a presença e a contribuição das mulheres na vida social, na política; aqueles que problematizam a construção da diferença sexual e a reiteração binária dos corpos; e por fim, que pretendem a igualdade de gênero. Como exemplo, citamos o PL./0493.1/2019, de autoria da ex-deputada Marlene Fengler (PSD) que “Consolida as Leis que dispõem sobre Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres”.

Os projetos considerados como “direitos das mulheres”, estamos reconhecendo aqueles que versam sobre legislações relacionadas à saúde das mulheres; ao reconhecimento da

¹⁸⁵ Disponível em: <https://portalelegis.alesc.sc.gov.br/proposicoes/processo-legislativo>.

atuação de mulheres no território catarinense e aqueles que pretendem facilitar a vida das mulheres de forma geral. Como por exemplo, o PL./0039.5/2006, de autoria da deputada Ana Paula Lima (PT), que “Dispensa mulheres grávidas do pagamento de passagens de transportes intermunicipais, nas condições em que se estabelece”, ou ainda, o PL./0050.0/2007, de autoria da ex-deputada Ada de Luca (PMDB/MDB), que “Institui a Semana de Saúde da Mulher nos órgãos públicos do Estado de Santa Catarina, a ocorrer no mês de maio de cada ano”. Também incluímos projetos como o PL./0312.3/2022, que “Concede Título de Cidadã Catarinense à Amabile Lucia Visintainer - Santa Paulina”, de autoria da deputada Ana Campagnolo (PL).

Em projetos “interseccionais” consideramos aqueles que carregam a perspectiva das múltiplas categorias que influenciam a vida das pessoas, como raça, sexualidade e etnia. Assim, incluímos neste arcabouço projetos que preveem o reconhecimento da diversidade sexual, de movimentos negros e afrodescendentes; de combate à homofobia, lesbofobia e transfobia; que reconhecem a atuação de pessoas negras e indígenas; e aqueles que objetivam criar políticas de cotas para afrodescendentes. Tendo como exemplo o PL./0039/2024, que “Institui o Mês Estadual de Combate à Homofobia” de autoria da ex-deputada Jana Guedes (PDT) e o PL./0424/2023, que “Dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros e negras no serviço público estadual em cargos efetivos da administração pública direta e indireta” de autoria de Vanessa da Rosa (PT).

É preciso dizer que houve dificuldades no método de classificação desses projetos. Reconhecemos que muitos deles podem ser cruzados e compreendidos através das três perspectivas, ou seja, pode ser tanto feminista, como visar a ampliação dos direitos das mulheres, como também interseccional. Mas, considerando as características que utilizamos para classificá-los, percebemos que alguns projetos sobre “direitos das mulheres” não são propriamente feministas, como o PL 0248.8/1990 de autoria da deputada Luci Choinacki, que “Estende o regime jurídico aos servidores contratados pelas APPs”, que não versa especificamente sobre mobilizações feministas, mas, amplia os direitos das mulheres – das merendeiras, neste caso, ou ainda, o PL./0177.3/2021, que “Estabelece prioridade na vacinação contra a COVID-19 para as gestantes, puérperas e lactantes no Estado de Santa Catarina”, de autoria da deputada Paulinha (PODE).

Já como PL’s anti-feministas/anti-gênero, estamos abarcando aqueles que em nossa leitura, prejudicam/retrocedem ou estagnam os direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+. Incluímos, como exemplo, o PL./0086/2024, que “Dispõe sobre utilização de termos para identificação de cada indivíduo como masculino ou feminino no âmbito do Estado de Santa Catarina” de autoria da deputada Ana Campagnolo (PL), entendendo-o como anti-

gênero, por possuir uma perspectiva essencialista e binária sobre os sexos, impedindo que pessoas que não se reconhecem como mulheres/homens possam se afirmar como não-binários no estado catarinense, e ainda, o PL./0200/2023, que “Assegura aos pais e responsáveis o direito de vedarem a participação de seus filhos em atividades pedagógicas de gênero no âmbito do estado de Santa Catarina”, que dificulta que temas que perpassem sobre gênero e sexualidade sejam abordados em salas de aulas de escolas localizadas no território catarinense.

A tabela abaixo demonstra os resultados da pesquisa, dividida por: nome, partido e período de mandato de cada deputada; total de projetos de leis propostos ao longo das legislaturas e a quantidade de projetos de acordo com nossa classificação.

Tabela 4 – Deputadas e projetos propostos

Nome, partido e período de mandato	Total de Projetos de Leis propostos	Projetos de Leis Feministas	Projetos de Leis – Direitos/Reconhecimento das Mulheres	Projetos de Leis Interseccionais	Projetos de Leis Antifeministas /Anti-gênero
Ada de Luca (PMDB/MD B) 2007-2023	51	7	5	1	0
Alba Schiliching (PFL) Janeiro de 2007.	0	0	0	0	0
Ana Caroline Campagnolo (PSL/PL) 2019-atual	53	0	1	0	8
Anna Carolina Martins (PSDB) Fevereiro a abril de 2020.	3	0	1	0	0
Ana Paula Lima (PT) 2003-2019	254	6	2	1	0
Ângela Albino (PcdoB) 2009-2015	69	5	6	3	0
Dirce Heiderscheidt (PMDB/MD B) 2011-2022	50	3	3	0	0

Ideli Salvatti (PT) 1995-2003	39	0	2	1	0
Jana Guedes (PDT) Fevereiro a março de 2024.	3	1	0	2	0
Luci Choinacki (PT) 1987-1991	13	0	1	0	0
Luciane Carminatti (PT) 2011-atual	147	13	1	2	0
Marlene Fengler (PSD) 2019-2023	38	3	4	1	0
Odete de Jesus (PPB/PL/PR B/PTN) 1999-2012	139	6	7	1	0
Paulinha (PDT/PODE) 2019-atual	150	5	11	0	0
Simone Schramm (PPB) 2003-2007	73	0	6	0	0
Tati Teixeira (Cidadania) Janeiro a fevereiro de 2021.	0	0	0	0	0
Vanessa da Rosa (PT) Outubro a novembro de 2023.	5	0	1	4	0
TOTAL:	1087	49	51	16	8

Fonte: Elaborado pela autora.

Acreditamos que o tempo que permaneceram em mandato, ou seja, se houve reeleição ou não, é influente na quantidade de projetos propostos. Tomando como exemplo, não encontramos nenhum projeto proposto pela deputada Alba Schilichiting (PFL), possivelmente por ter permanecido ocupando o cargo apenas por um mês, na posição de suplente, mesmo caso com a deputada Tati Teixeira (Cidadania). Já, a deputada Vanessa da Rosa (PT) que

permaneceu também pelo mesmo período, protocolou cinco projetos. Vemos um aumento significativo naquelas que foram eleitas e reeleitas, como no caso de Odete de Jesus, que propôs o total de 139 projetos durante os treze anos que permaneceu na ALESC, ou ainda, a deputada Paulinha (PODE) que possui 150 projetos protocolados até o momento (novembro de 2025) e ocupa o cargo desde 2019.

Além disso, outro fator influente pode ser o número de mulheres presentes na ALESC no mesmo mandato, sobretudo no que diz respeito aos PL's sobre direitos das mulheres e feministas. Por exemplo, há um bom número de projetos propostos nesse sentido, no período entre 2009 e 2020, quando mais de uma mulher estava presente na legislatura simultaneamente. Uma hipótese possível de considerar é que o fato de poder contar com outras mulheres para debater projetos que versam sobre seus direitos, possa ser estimulante para propô-los e pode gerar facilidades em debatê-los e aprová-los. Como Marlene Fengler (PSD) nos contou em entrevista:

[...] E a unidade que a gente construiu também na Bancada Feminina, nós éramos em 5 deputadas, que uma era suplente, 6, com a Ana Campagnolo, mas ela pensa completamente diferente da gente, que também é um direito legítimo, e ela não quis participar da bancada. Então nós éramos 5 e trabalhávamos tudo em conjunto [...]. Então a gente realmente tinha uma bancada muito unida e que trabalhava assim, em conjunto. Então ali a gente, o fato de termos conseguido aprovar, e criar essas duas ferramentas, a Procuradoria e o Observatório, foi graças a nossa unidade e a gente defendeu e brigou para conseguir criar. Tinha vários deputados contra obviamente, mas a gente conseguiu a maioria e conseguiu criar (Fengler, 2024, p. 23).

Esta narrativa demonstra que as deputadas estaduais presentes naquele mandato criaram uma rede de apoio mútuo com o objetivo de propor e defender projetos que ampliaram os direitos das mulheres e que foram transformados em lei, devido à atuação coletiva da maioria delas naquela legislatura. Isso revela que uma das estratégias de resistência em um parlamento marcadamente masculino e branco, é a criação de redes entre mulheres. Estas redes facilitaram a aprovação de projetos importantes, como citados em entrevista por Marlene, da criação do Observatório da Violência Contra Mulher (OVM)¹⁸⁶ e da Procuradoria da Mulher¹⁸⁷ no estado de Santa Catarina. A atuação coletiva das deputadas naquele período apareceu em outras narrativas, como na entrevista com Dirce Heiderscheidt (PMDB/MDB):

¹⁸⁶ O OVM-SC tem como objetivo fornecer dados para a construção de indicadores que permitem a elaboração, monitoramento e avaliação das políticas e ações de prevenção e de enfrentamento à violência contra as mulheres. Além disso, “é de natureza pública, democrática e apartidária, na medida em que ratifica que a Violência contra a Mulher é um tema que requer políticas públicas e, por conseguinte, deve ser assumido pelo Estado na condição de gestor de políticas sociais”. Informações retiradas de: <https://ovm.alesc.sc.gov.br/sobre/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

¹⁸⁷ A Procuradoria Especial da Mulher tem como objetivo a defesa e a promoção da igualdade de gênero, da autonomia, do empoderamento e da representação das mulheres, bem como, o enfrentamento a todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres. Para saber mais: <https://bancadafeminina.alesc.sc.gov.br/procuradoria-especial-da-mulher/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

E aí criamos a bancada feminina. Cada ano, uma era presidenta da bancada feminina. E aí, em um ano que eu fui a coordenadora da bancada feminina, eu fiz a Galeria Lilás. Aí puxei todo o histórico. E consegui junto com o nosso presidente na época. [...] A bancada feminina, foi a primeira do Brasil. Enfim, depois vem as outras parlamentares também cada uma fez o seu papel. Uma criou a Procuradoria da Mulher, enfim. Todas fizeram um trabalho magnífico (Heiderscheidt, 2024, p. 8).

Essa repetição nas narrativas é percebida como algo importante a ser rememorado por estas mulheres. Um elemento que marcou suas experiências enquanto deputadas e ocupa um lugar significativo na memória delas.

É visível como ter mais mulheres atuando no mesmo mandato facilita a proposição e aprovação de projetos, principalmente quando elas trabalham em coletivo. Fato que não ocorreu durante o mandato de Luci Choinacki (PT), que era a única mulher presente no parlamento naquele momento (1987-1991) e só encontramos um projeto proposto por ela que aborde sobre os direitos das mulheres.

Sobre a atuação de Luci Choinacki (PT) é necessário dizer que estamos trabalhando com projetos propostos apenas no âmbito da ALESC. Quando eleita para deputada federal por Santa Catarina, Luci propôs projetos que se transformaram em leis significativos para o aumento dos direitos das mulheres, como por exemplo, o PL nº 210, de 1991, que “Dispõe sobre a licença-gestação à mulher trabalhadora rural”¹⁸⁸. Quando questionada em entrevista sobre quais projetos ela mais se orgulhava em ter pautado, Luci apontou que o principal foi este, “porque é para todas as mulheres do Brasil, pescadoras, garimpeiras, todas que trabalham em agricultura familiar e aposentadoria. Você imagina as mulheres, as trabalhadoras pobres sem uma aposentadoria?” (Choinacki, 2024). Enfim, estamos querendo dizer que Luci pautou projetos voltados aos direitos das mulheres e feministas enquanto ocupou cargo como deputada federal. Também lembramos que a licença gestação das mulheres agricultoras foi uma das bandeiras do MMA/SC, como já citado nesta dissertação.

Não obstante, também consideramos o espectro partidário como influente na proposição de projetos que versam sobre os direitos das mulheres/feministas e aqueles anti-gênero/anti-feminista. Uma de nossas hipóteses seria de que deputadas pertencentes ao espectro da esquerda tenderiam a propor mais projetos feministas e que visassem os direitos das mulheres do que aquelas de partido de centro e direita. Contudo, o que vimos na tabela acima, é que deputadas pertencentes a partidos como o PSD, PDT e PMDB/MDB, também propuseram projetos nesse sentido. Apenas Ana Campagnolo (PL), pertencente a um partido de extrema direita, tem pautado projetos anti-feministas e anti-gênero.

¹⁸⁸ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=173198>. Acesso em: 03 dez. 2024.

Nesse arcabouço, um resultado interessante é o caso da ex-deputada Odete de Jesus. Como dito acima, não conseguimos entrevistá-la, por isso, não sabemos se ela se identifica com o feminismo ou não. Mas, considerando os partidos que ela pertenceu – PPB, PL, PRB e PTN – ao longo de sua trajetória, entendemos que são partidos inclinados à direita do espectro partidário. Ainda assim, encontramos um número significativo de projetos que versam sobre os direitos das mulheres, feministas e interseccionais – quatorze, no total.

O caso da ex-deputada Ada de Luca (PMDB/MDB) é também provocativo. Em entrevista, ela “não soube responder” sua identificação com o feminismo ou não, como dito anteriormente. Mas, entre seus 51 projetos propostos, consideramos treze como feministas, interseccionais e que preveem o aumento dos direitos das mulheres. Em entrevista, Ada nos disse que: “Lutei muito, eu trouxe Maria da Penha, quem trouxe Maria da Penha fui eu. Sempre lutei muito. A primeira procuradora da Assembleia fui eu, procuradora das mulheres. Instalei 95 procuradorismos no estado todo” (De Luca, 2024, p. 30). Ou seja, é um número significativo de projetos e defesa de pautas sobre os direitos das mulheres para alguém que não se considera propriamente feminista.

Caso que ocorreu também com a ex-deputada Dirce Heiderscheidt (PMDB/MDB). Em entrevista, não se considerou feminista, mas, na leitura dos cinquenta projetos propostos por ela, identificamos seis que versam sobre os direitos das mulheres e que são feministas. Além disso, em entrevista, ela nos contou que:

A violência contra as mulheres, também. Outro grupo de pautas. É uma lei minha, foi sancionada também [...]. Nós tínhamos que otimizar e fornecer a mamografia, então essa é uma lei, tem que dar. Não pode deixar nenhuma mulher que não esteja tendo a fazer mamografia, sem fazer a mamografia [...]. Todo o estado de Santa Catarina, todo o estabelecimento para te fornecer o alvará de licença, tu tens que ter estampado essa comunicação, como uma mulher pode denunciar. Então, para a gente poder também disseminar campanha. Para botar no estabelecimento, bares, restaurante, shopping... Bem, enfim, foram várias (Heiderscheidt, 2024, p. 9).

Ou seja, percebemos que embora não se considere feminista, Dirce defendeu projetos que objetivavam a ampliação dos direitos das mulheres e projetos feministas. Em relação as últimas frases do recorte da narrativa da ex-deputada, salientamos que ela está se referindo ao PL./0260.8/2012, que se transformou na Lei Nº 15.974, de 14 de janeiro de 2013 e obriga a “divulgação do serviço de Disque-Denúncia Nacional de Violência Contra a Mulher, o Disque 180”, no âmbito do Estado de Santa Catarina, em diversos estabelecimentos, como hotéis, bares, restaurantes, casas noturnas, salões de beleza, academias, postos de serviços de abastecimento de veículos etc. (Santa Catarina, 2013). Destacamos este projeto de lei por ser de uma importância subjetiva para a autora desta dissertação: em diversos momentos, estive em locais onde percebi a presença de cartazes que divulgavam o Disque 180 em Santa Catarina e isto foi

algo que sempre me tocou de inúmeras formas, sobretudo em uma sensação de segurança que aquele cartaz causava. É significativo que a lei tenha sido um projeto protocolado por uma mulher.

Na leitura da tabela, ainda identificamos outros dados: o maior número de projetos considerados feministas foram propostos por Luciane Carminatti (PT), com treze dos 147 projetos propostos. Seguida por Ada de Luca (MDB), com sete dos 51 projetos. Em terceiro lugar, equiparam-se Ana Paula Lima (PT) e Odete de Jesus (vários partidos), com seis projetos feministas. Contudo, há contrapontos nesta comparação: enquanto a primeira propôs um total de 251 PL's, a segunda foi 139. Se considerarmos os projetos que visam também a ampliação dos direitos das mulheres e os interseccionais, Ana Paula Lima resulta em nove e Odete de Jesus em oito.

Ou seja, nos parece que o espectro partidário não é exatamente influente para proposição de projetos que versam sobre os direitos das mulheres. A deputada Paulinha (PDT/PODE) é outro exemplo, com um total de dezesseis projetos voltados aos direitos das mulheres e feministas. Nos parece correto dizer que, a presença das deputadas no parlamento em sua maioria – visivelmente não todas – é articulada com a política de ideias.

Neste ponto, usamos da formulação teórica desenvolvida por Anne Phillips (2001), ao discutir a articulação entre política de ideias e política de presença, pensando na importância da representatividade política. Para Phillips (2001), a política de ideias se desenvolve na escolha de representantes com base em suas crenças e opiniões, sendo mais importante aquilo que os/as representantes pensam em relação a quem são, ou seja, não considera os aspectos da existência material. Segundo a autora, nas últimas décadas – e muito devido as disputas dos movimentos feministas -, argumentos em relação à efetividade democrática vêm pautando demandas por presença política, ou seja, a política de ideias está sendo desafiada por outra: a de presença.

Nesse sentido, quando as diferenças são abordadas em termos intelectuais, de pautas e ideias, não importa quem as está representando, de forma que é possível que “homens possam substituir mulheres quando o que está em questão é a representação de políticas, programas ou ideias com os quais concordam. Mas como um homem pode substituir legitimamente uma mulher quando está em questão a representação das mulheres *per se*?” (Phillips, 2001, p. 273), ou seja, a presença física, da dimensão corporal de quem é eleito/a é importante para legitimar as ideias.

Assim, eleger pessoas como representantes políticos que são historicamente “excluídas” deste espaço pode gerar mudanças institucionais, sociais e políticas. Por isso, a política de presença gera uma importância maior na qualidade democrática, mas, como a política de ideias,

ela também é incompleta. Ou seja, é problemático que as ideias sejam tratadas separadamente das pessoas que as conduzem – homens podem legislar sobre a pauta do aborto, por exemplo, mas, quem de fato sente os efeitos dessas legislações, são mulheres e pessoas com a capacidade de gestar -, tal como é, que se considere mais quem está tratando determinadas pautas do que a qualidade destas – por exemplo, sabemos e reiteramos a importância da presença de mulheres em espaços legislativos, mas, defendemos que sejam mulheres que defendam pautas sobre os direitos das mulheres e feministas, não o contrário, ou seja, a política de ideias deve ser articulada e estar em acordo com a política de presença, para que seja possível encontrar formas mais justas de representação.

Por isso, sustentando nosso argumento realizado acima, nos parece correto afirmar que boa parte das mulheres que foram/são deputadas estaduais em Santa Catarina equilibram a política de presença com a política de ideias. Não queremos dizer com isso que estamos satisfeitas em relação a qualidade da representação política, pelo contrário: percebemos que a dimensão quantitativa de presença de mulheres é pequena quando comparada a presença de homens, sobretudo, em relação a mulheres negras, indígenas e trans. Queremos argumentar que a presença daquelas que foram eleitas dialoga com a perspectiva/ideias do grupo ao qual sentem-se pertencentes. A dimensão numérica de projetos pautados em torno dos direitos das mulheres, feministas e interseccionais ainda é baixa, mas, é também nítido que há um avanço e esforço das eleitas para legislar em prol disso.

Além disso, precisamos considerar as dificuldades que existem no âmbito da ALESC para além do gênero. Se já é difícil para mulheres serem eleitas e aprovarem projetos que visam o aumento dos direitos das mulheres em geral, devido a cultura patriarcal e racista, em Santa Catarina isto nos parece ainda mais evidente. Podemos argumentar que a presença de uma forte identidade europeia – não portuguesa – conectada ao ideário da supremacia branca, aumenta as dificuldades de legislar por grupos não hegemônicos. Um caso visível é a recente aprovação do projeto de lei 753/2025, de autoria do deputado Alex Brasil (PL) que põe fim na adoção de cotas étnico-raciais e outras ações afirmativas pelas Instituições de Ensino Superior públicas ou que recebam recursos públicos no estado¹⁸⁹. O projeto foi aprovado em dezembro de 2025 por maioria na ALESC. No mesmo dia, foi aprovado o PL 182/2023, de autoria do deputado Carlos

¹⁸⁹ Para mais informações, ver: <https://portalelegis.alesc.sc.gov.br/proposicoes/zVaPo/tramitacoes>. Acesso em: 09 jan. 2026.

Humberto (PL), que visa proibir professores/as de introduzir em salas de aula assuntos que possam “induzir os alunos a um único pensamento político ou ideológico”¹⁹⁰.

Não obstante, também na mesma seção parlamentar foi aprovado o PL 337/2023 de autoria da deputada Ana Campagnolo (PL), que “Dispõe sobre a instalação de câmeras de videomonitoramento nas salas de aula de ensino médio da rede pública e privada estadual de ensino”¹⁹¹. Os três projetos de leis recentemente aprovados no plenário catarinense configuram-se em retrocessos à direitos já estabelecidos na Constituição brasileira. O projeto que determina o fim das cotas raciais, além de ser um PL racista – o que demonstra o pacto da branquitude e o avanço do neoconservadorismo em SC -, é inconstitucional e entra em conflito com diversas normativas promotoras de igualdade aprovados nos últimos anos pelo Governo do Brasil, conforme nota oficial publicada pelo Ministério da Igualdade Racial¹⁹². Já o projeto de Carlos Humberto (PL) e de Ana Campagnolo (PL) contribuem para que assuntos relacionados a temáticas como gênero e sexualidade não sejam debatidos em sala de aula, além de criar ambientes de vigilância e possibilitarem situações de perseguições à professores/as da rede pública.

Assim, é perceptível que a política de presença não garante que mulheres eleitas irão governar tendo pautas feministas ou que visem o aumento dos direitos das mulheres. Ana Caroline Campagnolo (PL) é um exemplo disso: dos 53 projetos propostos, oito são anti-feministas/anti-gênero, ou seja, a presença dela no parlamento não é efetiva se considerarmos as pautas dos movimentos feministas. Mas, precisamos lembrar que nem todas as mulheres do estado catarinense identificam-se com o feminismo e talvez não acreditem que esta seja uma pauta importante para eleger pessoas. Por isso, de alguma forma, Ana Campagnolo também representa outras mulheres, é possível dizer que, principalmente aquelas que se identificam com suas bandeiras: antifeminista, em defesa da moralidade, da religião (evangélica), dos “bons costumes”, da “família” (cisgênera e patriarcal) e do ideário de uma “boa feminilidade”, como já discutido no item anterior. A presença política de Ana Campagnolo coloca assim, a ideia de representatividade das mulheres em disputa.

Ainda em relação ao conceito de representação, é importante dialogar com a obra de Iris Young (2006). Para a autora, nos atuais sistemas de representação política é praticamente

¹⁹⁰ Para mais informações, ver: <https://portalelegis.alegsc.sc.gov.br/proposicoes/zooPp/tramitacoes>. Acesso em: 09 jan. 2026.

¹⁹¹ Para mais informações, ver: <https://portalelegis.alegsc.sc.gov.br/proposicoes/KPWDb/tramitacoes>. Acesso em: 09 jan. 2026.

¹⁹² Informações retiradas de: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/sobre-o-retrocesso-na-lei-de-cotas-aprovado-pela-assembleia-legislativa-de-santa-catarina. Acesso em: 09 jan. 2026.

impossível que os indivíduos estejam representados em suas individualidades. O que é possível, é que representem aspectos de experiências de vidas, identidades, crenças e afinidades de umas pessoas com as outras. A autora propõe três debates possíveis sobre o conceito de representação: interesses, opiniões¹⁹³ e perspectivas/perspectiva social, focaremos neste último por compreender que dialoga precisamente com nossas fontes.

As perspectivas, ou melhor a perspectiva social, é para a autora a compreensão de que no interior de determinados grupos sociais, as pessoas estão diferentemente posicionadas, pois tem diferentes experiências, histórias e compreensões sociais, derivadas de determinado posicionamento (Young, 2006, p. 162). Por isso, a perspectiva social sugere que as pessoas que estão próximas em determinados grupos sociais, possuem pontos de vista semelhantes, mas que também podem ser diferentes, devido ao lugar que se encontram e as experiências que as formam como indivíduos, de modo que:

A perspectiva social consiste num conjunto de questões, experiências e pressupostos mediante os quais mais propriamente se iniciam raciocínios do que se extraem conclusões. As críticas ao essencialismo apontam corretamente que pessoas, a princípio pertencentes ao mesmo grupo social, frequentemente têm interesses e opiniões diferentes e mesmo conflitantes. Pessoas que têm uma perspectiva semelhante sobre processos e temas sociais frequentemente tem interesses ou opiniões não obstante diferentes, já que raciocinam de modos diferentes a partir daquilo que experienciam, ou têm metas e projetos diferentes (Young, 2006, p. 163).

A partir deste ponto de vista, a perspectiva social entende que os membros de determinados grupos vivenciam situações que lhe conferem determinadas interpretações acerca de suas próprias vivências e suas relações com outros grupos. Isso proporciona uma experiência e uma perspectiva semelhantes à determinados grupos, mas não gera necessariamente a mesma interpretação por todos/as os membros/as daquele grupo em questão. Ou seja, “a perspectiva é uma abordagem da maneira de olhar eventos sociais, a qual condiciona, mas não determina o que se vê” (Young, 2006, p. 166). Trazendo tal distinção à luz, poderíamos dizer que, no grupo de mulheres, por exemplo, há distintas reivindicações, que são determinadas por suas experiências e pelo lugar que se encontram socialmente. Assim, seria possível que uma mulher perceba que é historicamente oprimida em relação aos homens e a forma como as relações de gênero são estruturadas desigualmente na sociedade, mas, sua perspectiva não determina que

¹⁹³ Para Young (2006) os interesses definem aquilo que afeta ou que é significativo para os objetivos de vida das pessoas ou para as metas das organizações. Um agente, seja individual ou coletivo, tem interesse naquilo que é essencial ou desejável para alcançar os objetivos que ele busca. Esse modelo de representação faz parte de democracias comunicativas, nas quais as pessoas têm liberdade de pressionar e buscar por representantes que atendam a seus interesses, além de se organizar com outras pessoas que possuam ideias similares objetivando obter influência política. Já, as opiniões, são pautadas por determinados temas sociais, políticos, valores e princípios. Ou seja, podem ser religiosas, se basear em sistemas de conhecimentos disciplinares etc. Assim, determinadas pessoas se veem representadas na medida que comungam das mesmas opiniões de certos representantes. Ainda para Young, esta é a esfera primária daquilo que Phillips chama de política de ideias.

ela irá ser uma ativista pela igualdade de gênero, ainda assim, ela compartilharia de uma mesma perspectiva de outras mulheres.

Com isso, compreende-se que a ideia de perspectiva social é entender que membros de um determinado grupo vivem experiências distintas de outros grupos, e que no interior de cada um deles, há diferentes perspectivas, devido ao posicionamento social que ocupam, como por exemplo: Ideli Salvatti (PT) e Ana Campagnolo (PL) são mulheres que se reconhecem como tal e fazem parte de um mesmo grupo, mas, devido as posições sociais que ocupam, possuem perspectivas diferentes.

Por isso, o que Young (2006, p. 180) propõe, é “passarmos da representação dos interesses dos grupos, para a representação das perspectivas de grupos”, ou seja, além de estarem presentes nos lugares de tomadas de decisões os corpos das pessoas que vivem determinadas experiências, é necessário que estas também possuam perspectivas que apresentem ideias e pautas destinadas a representação de seus grupos. Seria um encontro da política de ideias com política de presença, como abordado por Phillips, mas, que vê diferenças no interior da presença, ou seja, não é uma abordagem essencialista, mas sim, pluralizada.

A ideia de representação por perspectiva social nos parece interessante, quando articulada com a narrativa de Marlene Fengler (PSD), por exemplo. Ao ser perguntada sobre quais projetos mais se orgulhava em ter pautado, a ex-deputada respondeu:

Eu apresentei um projeto de lei que virou lei, que é permitir a mulheres surdas, a parturientes surdas terem o direito de levarem um tradutor de Libras, de sua confiança na hora do parto. Uma coisa que parece tão banal, mas uma vez uma mulher foi falar comigo e aí ela me falou isso, que na hora do parto ela quase morreu porque estava sentindo muita dor e ela não conseguia falar, porque não tinha ninguém e ela tentou levar alguém e não podia, eles não deixavam [...]. Então ela sentiu muita dor [...] ela quase perdeu a vida. E ela me contou isso [...]. E aí eu aprovei a lei, e na época assim ainda foi, teve um deputado que falou, que é mais uma despesa para os hospitais, para o Estado (Fengler, 2024, p. 23).

Embora Marlene não seja parte do grupo de mulheres com surdez, ela é uma mulher. Estamos entendendo que foi o fato de ser mulher que possibilitou que dois movimentos acontecessem: 1) outra mulher procura-la para contar um fato que ocorreu durante o parto, possivelmente sentindo-se segura em relatar isso para uma mulher; 2) ao ouvir este depoimento, enquanto esteve no mandato, Marlene mobilizou esse fato como pauta política, criando uma lei que permite que mulheres com surdez tenham possibilidades de ter interprete de libras durante o momento do parto, ou seja, os dois fatores somados influenciam na questão da importância da representatividade política, e na questão da perspectiva social como importante para tal. Outra narrativa que converge com este debate é da ex-deputada Anna Carolina Martins (PSDB):

E quando eu estava deputada [...] eu recebi uma ligação de uma moça, eu não a conheço, e ela comentou comigo que ela teve um aborto. Foi para o hospital, para

fazer curetagem, ela era uma criança esperada, sofreu bastante, mas ela estava relatando que depois de fazer isso aí, ela ficou junto com as outras mães. E isso para ela foi o fim, porque ver outras mães ali e com as crianças chorando, ver felizes ou não, mas com o filho no colo [...] e era um momento que ela queria estar sozinha, quieta, ela tinha que estar dividindo isso aí, então foi muito difícil [...] E eu perguntei para ela, quando é que isso tinha acontecido? E ela tinha dito que já fazia seis anos, e eu assim: “mulher de Deus, seis anos, não falasse com ninguém ainda?”, e ela assim: “não, **estava esperando para contar isso para uma mulher**”. Então isso me tocou muito (Martins, 2024, p. 5, grifo nosso).

Em nossas pesquisas, não encontramos relação entre os projetos propostos por Anna Martins enquanto esteve na ALESC e esta situação que vivenciou. Mas, acreditamos ser importante trazê-la porque nos parece deixar explícita a questão da importância da representatividade. A mulher em questão, esperou seis anos para desabafar sobre o caso, aguardou seis anos para ter outra mulher com a qual ela sentiu abertura para contar uma situação difícil que precisou enfrentar. Não queremos ser essencialistas e afirmar que todas as mulheres eleitas teriam a mesma abertura ou seriam tocadas da mesma forma ao receber este relato, mas, é possível dizer que isso afeta de forma diferente as mulheres e as pessoas com capacidade de gestar devido a possuírem uma mesma experiência de grupo, ou seja, uma perspectiva social em comum.

Outra narrativa significativa nesse sentido, é da ex-deputada Vanessa da Rosa (PT):

E teve um segundo que eu acho muito importante [...] é o que propõe a criação de espaços, espaços noturnos, espaços acolhedores para crianças. Espaços acolhedores noturnos. Porque a gente anda aí na noite, e ali as crianças vendendo bala, flores, muitas vezes junto com as mães. Porque essas mães, elas precisam trabalhar e não tem com quem deixar essas crianças [...]. Eu tive alunas que eu acompanhei, e a gravidez inteira a criança nasceu e continuou indo para a faculdade com a mãe e o carrinho ali do lado da carteira. Não era permitido, mas eu fazia vistas grossas, porque se eu dissesse para elas não entrarem com as crianças, elas não iriam entrar. Aí tem as mães que trabalham nas fábricas e trabalham noturno e não tem com quem deixar seus filhos. Nós temos, no Brasil, 11 milhões de mães solo. 11 milhões de mães solo, 7 milhões dessas mulheres são mulheres negras. [...]. Por que isso é uma espiral, é uma bola de neve [...] nós temos a maior quantidade de mulheres negras, 75% das mulheres que atuam no serviço doméstico são mulheres negras. Então, são essas que estão na informalidade, são essas que não conseguem concluir seus estudos, são essas que não têm alguém de na criação dos filhos e, consequentemente, são essas que nunca vão aparecer no Parlamento. Por que como é que a gente vai aumentar o número de mulheres negras na política se elas não têm condição de estruturar a sua vida? Então, eu propus essa discussão na ALESC (Da Rosa, 2024, p. 22).

Em seus 33 dias no parlamento catarinense, um dos PL's que Vanessa protocolou e ao qual está se referindo na narrativa, é o PL./0425/2023, que tinha por objetivo criar “o PROINFANOTURNO, em atenção à primeira infância no Estado de Santa Catarina”. O projeto não foi levado em frente depois da saída de Vanessa da ALESC. Mas, consideramos que é relevante ele ter sido proposto por uma mulher que teve a experiência de ser mãe solo – mesmo com uma rede de apoio – e que vivenciou situações de mulheres sendo mães solas em sala de aula, ou seja, a ex-deputada partiu da experiência enquanto perspectiva social de grupo para

tentar transformar em lei um projeto que pretendia facilitar a vida das mulheres. Ainda, a perspectiva que Vanessa traz é específica em relação ao número maior de mulheres negras que vivenciam esta situação e a maneira como isso se reflete na sub-representação política delas nos parlamentos.

Com o intuito de oferecer uma visualização mais aprimorada em relação aos PL's propostos pelas deputadas estaduais, uma segunda divisão foi realizada. Nesta tabela, classificamos os projetos que abordam os seguintes temas: violência contra as mulheres; maternidade e gestação; trabalho; dignidade e crimes sexuais; proteção de crianças e adolescentes; pessoas com deficiência e maternidade atípica; saúde das mulheres; datas comemorativas e homenagens; direitos raciais e indígenas; sexualidades e autonomia das mulheres. A tabela abaixo demonstra os resultados, dividido por tema e quantidade dos projetos propostos:

Tabela 5 – Temas dos projetos de leis e quantidade

Temas dos Projetos de Leis	Quantidade de Projetos de Leis
Violência contra as mulheres	34
Maternidade e Gestação	14
Trabalho	7
Dignidade e crimes sexuais	5
Proteção de crianças e adolescentes	13
Pessoas com deficiência e maternidade atípica	2
Saúde das Mulheres	10
Datas comemorativas e homenagens	24
Direitos raciais e indígenas	6

Sexualidades	5
Autonomia das mulheres	9
Total	129

Fonte: Elaborado pela autora.

A maioria dos PL's (34) abordam temas sobre violência (doméstica, em ambiente de trabalho, em espaços de lazer ou na rua), são projetos que pretendem proteger as mulheres vítimas e punir os agressores. Em segundo lugar, com 24, são PL's que criam datas comemorativas e homenagens – que fazem alusão às mulheres. Projetos referentes à maternidade e gestação estão em terceiro lugar, com quatorze – são aqueles que visam os direitos de parturientes, amamentação, licença maternidade etc. Em quarto lugar, encontramos projetos que abordam sobre a proteção das crianças e adolescentes, com treze proposições, são projetos que pretendem protegê-las de crimes sexuais, alertar sobre assédios e vigiar possibilidades de tráfico de crianças e adolescentes. Os projetos que versam sobre “autonomia” das mulheres são aqueles que visam o aumento dos direitos das mulheres de decidirem sobre suas existências e corpos, como por exemplo, o PL./0410.4/2021, de autoria da deputada Paulinha (PODE) que “Proíbe planos e seguros privados de assistência à saúde exijam consentimento do companheiro para a aplicação de métodos contraceptivos em mulheres casadas, em união estável ou qualquer forma de relacionamento afetivo”.

A análise desta tabela também permite perceber que poucos PL's são destinados às sexualidades e aos direitos raciais e indígenas, assim como, que abordem sobre pessoas com deficiência e maternidade atípica. Isto provavelmente ocorre devido à baixa quantidade de pessoas negras, indígenas, de pessoas com deficiência e de outras sexualidades que não sejam hetero presentes na ALESC. É neste ponto também onde a representatividade importa. Podemos especular que se houvessem pessoas que fizessem parte de grupos plurais presentes na Assembleia Legislativa Estadual, talvez mais projetos de leis que visassem a ampliação de seus direitos fossem protocolados. Cabe lembrar que só foram analisados os PLs propostos por mulheres nesta pesquisa. É possível que homens tenham legislado em favor desses temas, mas, um outro tipo de pesquisa seria necessário para obter tais resultados.

Ainda em relação aos projetos propostos, observamos aqueles que foram aprovados, ou seja, transformados em leis, e aqueles que não foram e seguem em tramitação na casa ou foram arquivados. A tabela abaixo demonstra os seguintes números:

Tabela 6 – Projetos transformados em leis de acordo com as categorias

	Feministas	Direitos das mulheres	Interseccionais	Antifeministas/Anti-gênero
Projetos transformados em lei	25	25	6	1
Não transformados (arquivados/em vista dos/as deputados/as)	24	26	10	7
Total	49	51	16	8

Fonte: Elaborado pela autora.

Percebemos que há dificuldades em aprovar projetos que abordem sobre os direitos das mulheres, feministas e questões interseccionais: apenas metade dos propostos foram transformados em lei. Uma de nossas hipóteses é que isso pode ser explicado pelo baixo número de mulheres presentes na casa legislativa, ou seja, as dificuldades podem vir de um lugar de divergência em dialogar com outros deputados. Em entrevista, Luciane Carminatti (PT) nos contou sobre um caso:

Teve um episódio que nós discutimos projeto de lei, eu era a coordenadora da bancada, e aquele dia, bati na mesa [...]. Foi sobre os grupos reflexivos para os homens autores de violência. E aí, dois deputados, nós éramos em nove. Dos nove, seis ficaram calados, acho que todos concordando com eles dois. Eu gritei, eu bati na mesa porque aquilo não dava para ouvir. E dois conversando e dizendo: “nem tem violência, eu sou advogado, na delegacia, mulher vai lá fazer chantagem. E os homens que vocês não estão preocupados, e as crianças que vocês não estão preocupados, e os idosos, e não sei o quê”, entendeu? Então, tu está ali, e tu está ali sozinha, porque é uma comissão de oito homens e só eu de mulher (Carminatti, 2024, p. 21).

Esta situação deixa visível a dificuldade em pautar direitos das mulheres na ALESC onde a maioria dos deputados são homens, logo, resulta em menos projetos aprovados e em menores condições e possibilidades de políticas públicas voltadas aos direitos das mulheres. Em consonância com isso, analisamos a narrativa de Vanessa da Rosa (PT):

Em 33 dias, eu corri com uma doida, protocolei cinco projetos. O primeiro projeto que foi apreciado já fizeram assim “pó”. E esperaram eu sair da Assembleia, porque foi uma grande ironia. Eu saí no dia 20 de novembro. No dia 21, eles apreciam um projeto que... o que eu estava propondo? Propondo que o Estado de Santa Catarina tivesse reserva de vagas para os concursos públicos [...] reserva de vagas para pretos e pardos [...]. Pois, o projeto chegou na Constituição de Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão com um parecer favorável do relator. E a deputada, que faz parte dessa comissão, a deputada antifeminista, tomou para si aquilo como se ela fosse a relatora, que o projeto era anticonstitucional. Mais dois deputados só ergueram a mão, nem debateram, se não se concordavam com ela, votaram o projeto e acabou. Um dia depois (Da Rosa, 2024, p. 23).

O projeto que se refere pode ter vindo deste espaço de experiência de grupo, ou seja, de perspectiva social, ao qual a deputada se sente pertencer. A situação demonstra a hostilidade dos parlamentares: o projeto não foi nem ao menos discutido, apenas foi vetado, um dia depois que Vanessa deixou o cargo. Além da dificuldade em aprovar projetos que versam sobre direitos interseccionais, salientamos a importância da representatividade de pessoas de diferentes grupos na política. É possível criarmos uma hipótese de que, se houvessem mais mulheres negras presentes no parlamento, talvez o projeto criado por Vanessa teria se transformado em lei. O que vimos é que foi vetado especificamente por: dois homens brancos e uma mulher branca e antifeminista.

Outra análise a ser feita visualizando a tabela acima, é que os projetos antifeministas/anti-gênero também são difíceis de serem aprovados. Como vimos, apenas um dos oito propostos tornou-se lei. Este é o PL./003/2023, de autoria de Ana Campagnolo (PL), que “Dispõe sobre a comunicação externa dos casos de violência contra a mulher às autoridades policiais no Estado de Santa Catarina”, transformando na Lei 19.037, de 02/08/2024. Na ementa do PL, lê-se:

A Lei prevê que a notificação compulsória deverá ser fornecida para a mulher atendida pelos profissionais de saúde e para o Poder Judiciário e Ministério Público, mediante solicitação oficial. Entretanto, entendemos que é necessária a comunicação para as autoridades policiais, que poderão gerar o Boletim de Ocorrência dos casos informados, colaborando com a rede de proteção à mulher e tornando as estatísticas de violência contra a mulher mais transparentes (Santa Catarina, 2024).

À primeira vista, poderíamos estender que se trata de um PL’s favorável aos direitos das mulheres, já que pretende tornar as “estatísticas de violência contra a mulher mais transparente”, mas, em entrevista com a autora da lei, percebemos que se trata de um projeto com um objetivo estratégico de dificultar a realização de aborto em casos nos quais é permitido pela legislação brasileira. No Brasil, a realização do aborto é permitida atualmente em três situações: gravidez resultante de estupro – sem a necessidade de boletim de ocorrência -, risco de vida para a gestante e anencefalia fetal.

E nós fizemos um projeto de lei que obriga os profissionais de saúde a notificarem as autoridades policiais em caso de abortamento por estupro. Se a mulher quer abortar o bebê, porque ele é fruto de um estupro, eu entendo que se o bebê, vai ser assassinado, então, no mínimo, o homem que causou esse estupro e que indiretamente causou esse assassinato por ter sido um estuprador, um criminoso hediondo, esse homem também precisa pagar a pena. Não é possível que a criança vai morrer e o cara vai continuar solto. Então, nós fizemos um projeto de lei que obriga as autoridades médicas, os agentes médicos de saúde, a notificarem as autoridades policiais de que houve uma violência, um estupro, para que investiguem esse estupro (Campagnolo, 2024, p. 38).

O projeto dificulta que a interrupção da gravidez seja legalmente realizada ao passo que obriga a equipe hospitalar a informar a polícia do caso de estupro. Ocorre que, em muitos

casos, o estuprador é alguém da própria família da vítima¹⁹⁴, o que dificulta que seja realizada a denúncia, faz com que muitas meninas¹⁹⁵ e mulheres se calem perante a violência e sigam com a gravidez indesejada, fruto de estupro. Ana Campagnolo foi estratégica ao propor que isso teria como objetivo punir o agressor, acusado por ela de indiretamente ser culpado pelo “assassinato de bebês”. Mas, ao precisar informar a polícia sobre o caso de estupro, contribui para dificultar a realização do procedimento, que como sabemos, já é *per se*, desconfortável e difícil para as mulheres. Se adicionarmos a este momento difícil o processo de precisar passar pela polícia, pela notificação do caso, pela abertura de boletim de ocorrência – as vezes contra alguém da própria família - podemos imaginar o quanto mais conflituoso pode ser para estas mulheres.

Por exemplo, como uma mulher venha a denunciar um abortamento, projeto PL003 de 2023, a mulher pode não querer notificar e o próprio agente de saúde pode ser um abortista na minha opinião, um grande incentivador do aborto e que de repente até saiba que **essa mulher não está falando a verdade sobre esse estupro**, então estupro fictício e ele não quer que se investigue. Existem normativas estaduais, municipais, inclusive portarias que já foram publicadas, inclusive uma cartilha catarinense que já foi publicada, desincentivando a notificação do crime de estupro nesse caso, ou seja, dizendo que a investigação do crime de estupro é uma decisão da mulher, mas não é, então nós fizemos esse projeto de lei para reforçar que aqui em Santa Catarina o médico, o enfermeiro que souber que aquele abortamento ou que aquela mulher machucada, ferida, sangrando, com hematomas, deu entrada nesse hospital por causa de violência doméstica, por causa de violência, só ele tem que informar a autoridade policial e a autoridade policial vai promover uma investigação ainda que a mulher não queira participar [...]. Então esse é um dos projetos que a gente tem aqui e que eu tenho muito orgulho de ter proposto (Campagnolo, 2024, p. 39, grifo nosso).

O projeto, transformado em lei, ainda desacredita que mulheres possam estar falando a verdade sobre serem estupradas; coloca as mulheres vítimas de violências em exposição perante aos policiais, que por vezes, podem desacreditá-las ou não darem o apoio necessário ao momento que estão vivenciando; obriga as mulheres a registrarem boletim de ocorrência, mesmo que esse não seja o desejo delas, colocando-as em uma situação ainda mais perigosa e vulnerável: muitas mulheres podem ser revitimizadas e passarem por outras violências ao realizarem a denúncia. Por isso, consideramos este como um projeto antifeminista.

No momento em que escrevemos esta dissertação (novembro de 2025), acaba de ser aprovado no Congresso Nacional o PDL nº 3/25, de autoria da deputada federal Chris Tonietto

¹⁹⁴ Segundo informações do Instituto Liberta, 61,3% dos estupros no país são de crianças e adolescentes com menos de 13 anos; 79,6% deles aconteceram dentro de casa e 82,5% dos abusadores eram conhecidos da vítima. Informações retiradas de: <https://liberta.org.br/entenda-2/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

¹⁹⁵ O Ministério das Mulheres divulgou em março de 2025 o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, informando que durante dez anos (2013-2023) o Brasil teve 232 mil nascimentos em gestações de meninas de até 14 anos. Lembramos que a relação sexual com menores de 14 anos é considerada crime no Brasil. Informações retiradas de: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/raseam-2025.pdf/view>. Acesso em: 11 nov. 2025.

(PL-RJ). O projeto é um retrocesso aos direitos das crianças e adolescentes, ao passo que gera dificuldades para que o aborto seja realizado em vítimas de estupro. Entre essas dificuldades, está a exigência de um boletim de ocorrência para que o procedimento seja realizado – mesmo caso do PL proposto por Ana Campagnolo em Santa Catarina. Em nome da defesa da família, da vida e das crianças, projetos de leis vêm sendo sancionados no Brasil e em Santa Catarina, retrocedendo direitos já consolidados pela legislação. Estes agentes dizem estar protegendo “a vida”, mas, a vida de quem? O projeto ainda precisa ser votado no Senado.

Há, em Santa Catarina atualmente, uma disputa talvez não muito visível pelo conceito de representatividade política. Mulheres feministas e antifeministas estão em lados opostos dessa trincheira. Enquanto as primeiras defendem pautas pela igualdade de gênero em diversos âmbitos, a erradicação e a prevenção da violência contra as mulheres, as segundas tendem a ter posturas que dificultam a aprovação de projetos e o retrocesso de direitos já conquistados. Se, a política de ideias é desafiada pela política de presença, como argumentou Phillips (2001), a política de presença também vem sendo desafiada e incompleta. Defendemos que o ideal seria que a representação política com qualidade em uma democracia fosse equilibrada entre ideias e presenças, desde que, estas sejam feministas. Enquanto isso não acontece, movimentos feministas, de mulheres e pessoas eleitas com pautas progressistas seguem lutando e travando disputas no campo político institucional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita desta dissertação foi atravessada por aspectos subjetivos, como argumentado na introdução, o caráter pessoal da autora não ficou imune ao decorrer da investigação. Conforme argumenta Margareth Rago (2006, p. 39): “o feminismo propõe uma nova relação entre teoria e prática. Delineia-se um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade”, da mesma forma, seria quase impossível estar isolada de meu campo de pesquisa, considerando que vivo no recorte temporal e espacial estipulado.

O caráter teórico metodológico da pesquisa foi desenvolvido pelas lentes analíticas do gênero e da interseccionalidade, compreendendo estar fazendo uma pesquisa ancorada nos estudos feministas e na perspectiva de contribuir com a História das Mulheres.

A História Oral foi utilizada como metodologia de pesquisa, assim, procuramos realizar entrevistas com todas as mulheres que ocuparam cadeiras legislativas na ALESC. Fazer entrevistas com as atuais e ex-deputadas não é um método simples ou fácil. Muitos foram os

desencontros, as tentativas frustradas, os contatos não respondidos. Por isso, das vinte mulheres, conseguimos realizar doze entrevistas, o que consideramos número suficiente para desenvolver a escrita desta dissertação. As narrativas delas, construídas no momento da entrevista, são as principais fontes desta pesquisa. Para além das críticas feitas à História Oral por não poder se confiar na memória – devido a lembranças, esquecimentos e omissões – consideramos suas narrativas como retratos da realidade, isto é, são verdades que elas escolheram narrar naquele momento. E, sim, por serem mulheres ocupando cargos políticos, suas narrativas podem ser atravessadas pela proteção de suas *personas públicas* e pela *performance* narrativa. Não consideramos isso como desqualificante, mas sim, procuramos analisar a forma como estes elementos foram influentes na construção de suas narrativas.

Quando iniciada, o objetivo desta pesquisa era compreender a trajetória política das mulheres que foram/são deputadas estaduais de Santa Catarina. No decorrer da investigação, compreendemos que havia outros desdobramentos que não poderiam ser minimizados. Estes, trazidos e argumentados pelas narrativas das mulheres entrevistadas – as fontes desta pesquisa.

Um deles, é sobre a forte presença da identidade europeia (não portuguesa) em Santa Catarina e como isso influencia na elegibilidade de pessoas brancas, ao passo que dificulta de pessoas negras. A herança da imigração europeia marcou a cultura catarinense e se demonstra influente na escolha dos/as eleitores/as e dos partidos políticos no momento de lançar possíveis candidatos/as à cargos legislativos e executivos. Isso se configura no pacto da branquitude, muito presente tanto na figura das pessoas eleitas como no parlamento em si: nos debates e nos projetos de leis propostos e aprovados ou não. Da mesma forma, conforme apontado pelas narrativas das deputadas, o pacto patriarcal também é visível na ALESC, tanto pelo maior número de homens eleitos, como nas (im)possibilidades de atuação política das mulheres.

Santa Catarina também enfrenta outro cenário: o avanço do neoconservadorismo e da eleição de partidos e pessoas do espectro político partidário de direita e extrema direita. O estado votou majoritariamente no ex-presidente Jair Bolsonaro nas eleições de 2022 e elegeu como governador do estado Jorginho Mello, também do PL e aliado do ex-presidente. Das cinco deputadas federais eleitas, quatro são de partidos de direita e centro. No âmbito da ALESC, a população catarinense elegeu Ana Campagnolo (PL) como a deputada mais votada da Assembleia Legislativa. O avanço do neoconservadorismo conectado ao discurso da moralidade, religião e “bons costumes” configuram-se em causas para o afastamento de mulheres de cargos políticos e implicam na atuação política daquelas que já foram eleitas, sobretudo das mulheres pertencentes à partidos progressistas e de esquerda. Ter uma mulher

declaradamente antifeminista eleita, coloca o conceito de representatividade política em disputa.

No que tange à multiplicidade do conceito de representação, poderíamos esboçar diferentes nuances entre as mulheres eleitas no parlamento catarinense. Mas, é difícil de fato dizer o que essas mulheres estão representando e encaixá-las em algum desses conceitos. Portanto, diferentes formas de representatividade se fazem presentes nas representantes estaduais. A ideia de representação por perspectiva social, em diálogo com o conceito desenvolvido por Young (2006) nos pareceu a mais adaptável em relação a atuação política das deputadas estaduais eleitas.

Durante a dissertação, tentamos mostrar como o neofascismo e a existência de células neonazistas no estado podem impactar na elegibilidade de mulheres e na atuação política de todas as pessoas eleitas. Novamente, reafirmamos que com isso, não queremos dizer que todas as pessoas de Santa Catarina alinhadas ao espectro político da direita e conservadoras são nazifascistas. Queremos argumentar como essa lógica, conectada à outras características do estado – como a eleição de uma maioria da direita – influencia na eleição de mulheres ou não.

Apesar da sub-representação política das mulheres no estado catarinense ser um problema democrático, especificamente na ALESC, o que tentamos fazer foi destacar suas presenças, para além de problematizar a ausência. Dessa forma, lembramos que Santa Catarina não é apenas neoconservadora ou alinhada ao espectro político da direita. O estado também foi pioneiro em eleger uma mulher negra ao cargo de deputada estadual e também o primeiro a eleger uma mulher do “cabo da enxada”: é terra de Luci’s e Antonieta’s. É o berço do MMC. Ou seja, não falamos apenas das dificuldades de fazer política em Santa Catarina, queremos demonstrar além disso, que há possibilidades progressistas e há resistência.

Nosso intuito, em nenhum momento foi de tornar estas mulheres (todas as entrevistadas) heroínas ou glorificar suas imagens. Partimos e dialogamos com a ideia de mostrar a importância da presença delas no parlamento catarinense, de abordar sobre os obstáculos e as possibilidades que precisaram enfrentar pela forma como as relações de gênero são definidas.

As narrativas das deputadas apontam que a divisão das esferas pública e privada ainda está presente e aproxima as mulheres do ambiente doméstico e os homens dos espaços políticos. Da mesma forma, essa dicotomia implica na atuação delas depois de eleitas, resultando em preocupações com o ambiente do lar e principalmente, com a maternidade. Percebemos que a questão da maternagem apareceu em todas as narrativas, até mesmo na única deputada que não é mãe. A construção do mito do amor materno ainda é influente para a maioria das mulheres e

possivelmente impacta na escolha dos/as eleitores/as catarinenses, que tem optado por eleger mulheres que desempenham o ideal de uma “boa mãe” e de uma feminilidade aceitável. Além disso, as próprias mulheres eleitas preocupam-se em desempenhar a função de uma boa maternidade, tal como aquela estipulada no século XVIII e quando não o fazem, há o sentimento de culpa e frustração. A questão da maior responsabilidade com a criação dos/as filhos/as nos parece ser uma das causas para o afastamento de mulheres de cargos político institucionais.

A relação com os partidos políticos não parece ser fácil, independente do espectro partidário. A maioria delas relata dificuldades com o apoio financeiro e simbólico, inclusive, algumas precisaram desistir da corrida eleitoral para favorecer homens, nas vésperas das eleições, depois de ter uma candidatura já consolidada. Este privilégio oferecido aos homens é visto ainda no momento da escolha dos/as possíveis candidatos/as e que os partidos pesam por escolher aqueles que já possuem capital político consolidado, o que no caso de homens é especificamente mais fácil que para mulheres, devido a condições histórico-culturais já estabelecidas, como a divisão generificada do trabalho e as características físicas de um padrão ideal para estar ocupando cargos políticos, estruturados culturalmente no mundo ocidental há milênios. Dessa forma, o que as narrativas apontam é que os partidos políticos influenciam e apoiam com mais força candidaturas masculinas, o que é também um agravamento para elegibilidade de mulheres.

As deputadas ainda apontaram para questões da insuficiência da Lei de Cotas de gênero para candidaturas e para existência de muitas candidaturas laranjas. Algumas delas, inclusive, argumentam que gostariam de uma legislação mais eficaz, como a questão da lei de paridade de gênero na política, já presente em outros países do Cone Sul e que têm resultados melhores que os do Brasil.

A escolha teórica para compreender as trajetórias políticas das deputadas estaduais foi o conceito de capitais políticos desenvolvido por Bourdieu e adaptado pela literatura recente (Miguel; Marques; Danusa, 2015). Este conceito auxiliou-nos a traçar um caminho possível de entendimentos, mas não é o suficiente para determinar a construção do capital político de cada uma delas. Notamos que a construção de mais de um capital é feita conjuntamente, ou seja, eles podem se mesclar e contribuir para a trajetória política de diferentes formas. Sobre as suas trajetórias, destacamos novamente o privilégio da branquitude e da cisgeneridade para a maioria delas. Em relação aos capitais políticos, o mais influente foi o delegado e o convertido – principalmente na área da Educação. Sobre o uso de capital familiar, discutido na análise teórica (Miguel, 2003) por ser influente na elegibilidade de mulheres, não acreditamos que tenha grandes efeitos nas deputadas estaduais. Apenas quatro das doze entrevistadas relataram a

influência de suas famílias na trajetória política. O capital midiático, adaptado para as redes sociais, foi utilizado apenas por Ana Campagnolo.

Uma das perguntas realizadas durante a entrevista era sobre como as deputadas se identificavam: feminina, feminista ou antifeminista? As respostas delas nos levaram a alguns entendimentos: sete mulheres identificaram-se femininas; uma como antifeminista; oito consideraram-se feministas; duas não souberam responder e cinco delas se consideram feministas e femininas. Entre aquelas que se identificaram como feministas, percebemos que o lugar ocupado socialmente e a trajetória de vida são influentes para essa decisão. Muitas delas não se consideraram feministas, mas possuem atitudes e projetos de leis que visam o aumento dos direitos das mulheres. Consideramos que elas podem não assumir a identidade feminista devido à maneira pejorativa como muitas vezes o feminismo é associado. Além disso, se muitas delas não se identificam com o feminismo, também não se identificaram com o antifeminismo. Uma de nossas hipóteses é que isto pode ser uma relutância para não serem associadas à figura de Ana Campagnolo, a única deputada estadual que se declara antifeminista.

Além disso, notamos que a identificação ou não com o feminismo não tem de fato influência sobre os projetos de leis propostos por elas na ALESC. Uma de nossas hipóteses era de que deputadas pertencentes a partidos de esquerda teriam proposto mais projetos feministas e que visassem o aumento dos direitos das mulheres, e de fato, isso ocorre. Contudo, o que vimos, é que deputadas de partidos considerados de centro e direita, também propuseram projetos nesse sentido. Algumas deputadas, inclusive, em entrevista não souberam responder sobre a identificação com o feminismo ou não, mas durante o mandato, pautaram e defenderam projetos feministas e interseccionais.

As narrativas das deputadas demonstram que uma das estratégias de resistência na ALESC foi a criação de uma rede entre elas para pautarem a aprovarem projetos destinados as mulheres. Percebemos que há dificuldades em aprovar projetos que abordem sobre os direitos das mulheres, feministas e questões interseccionais: apenas metade das propostas foram transformadas em lei. Outra constatação feita é que os projetos anti-feministas/anti-gênero também são difíceis de serem aprovados. Apenas um dos oito propostos tornaram-se lei.

Compreendemos que há uma disputa pelo conceito de representatividade política no cenário catarinense. Em uma escrita feminista, lamentamos a eleição de deputadas que não lutam pelo aumento dos direitos das mulheres, na verdade, fazem o contrário: atuam para retroceder aqueles já garantidos por lei. Contudo, ao desenvolver esta pesquisa, compreendemos que precisávamos ouvir até mesmo estas deputadas, pois, são mulheres, com trajetórias e narrativas que precisamos considerar e tentar entender.

Acreditamos que não esgotamos nossas possibilidades de pesquisa com a escrita dessa dissertação. Pelo contrário, os questionamentos foram ampliados. Seria possível realizar investigações que pudessem compreender também a trajetória e a atuação política dos deputados homens, a fim de comparar as diferenças e semelhanças com as mulheres. Outra possibilidade seria pesquisar a fundo sobre a tramitação dos projetos de leis na ALESC, os debates no plenário sobre eles, julgamentos nas Comissões Legislativas e a votação dos/as parlamentares. Isso possibilitaria compreender por que há poucos projetos voltados aos direitos das mulheres e ainda, qual é o momento em que eles “travam”, ou seja, não são aprovados: quem vota contra? Quais são os argumentos? Etc.

Além disso, as fontes desta pesquisa podem ser lidas e interpretadas por outras categorias de análise não utilizadas nesta dissertação ou até mesmo utilizando das mesmas, mas que com outros olhares, permitam outras leituras.

Trabalhar com mulheres e política em uma perspectiva historiográfica e utilizando a História Oral como metodologia foi trabalhoso, conflitante e bonito. A pesquisa é atravessada e nos atravessa em diversos momentos. O que vimos, com esta investigação, é que as relações de gênero construídas histórica e culturalmente, molduram e estruturam a política institucional na ALESC. Não obstante, aspectos interseccionais são considerados como parte desta estrutura: a raça, etnia e a classe dos/as indivíduos/as estão presentes e modelam o âmbito legislativo. Há poucas mulheres na ALESC. Mas, há mulheres.

Foi sobre a presença delas que procuramos destacar em toda essa dissertação. Mais uma vez, sem o intuito de torná-las heroínas, mas sim, humanizá-las. São sujeitas que enfrentaram/enfrentam distintas dificuldades por conta do gênero e que criaram formas de resistência para ocupar cargos políticos. Suas presenças no parlamento são importantes e considerar suas narrativas como fontes históricas foi o coração desta pesquisa. Esperamos estar contribuindo com a escrita da História, da História das Mulheres e com os estudos feministas.

Finalizamos, com um – longo – trecho do livro *Que sabia ela de ser filósofa?*, de Janyne Sattler (2024), por acreditarmos que este conto, nomeado *Presidenta*, perpassa por muitos elementos e argumentos defendidos nesta dissertação.

Rousseff não é Silva. Mas a gente vive confundindo a Dilma com a Vilma ali de São Pedro de Alcântara. Poderia ter sido, não é mesmo? No entanto uma operária ou uma roceira não chega à presidenta como um homem. Um homem é um homem, afinal. Uma Dilma, uma Vilma, uma Yana, uma Acilla, uma Rose, todas têm que passar das saias às calças se quiserem murmurar algumas ideias, alguns planos de governo, algumas denominações de gênero, algumas inquietações de ação. [...]. Fossem elas os homens, ninguém duvidaria. [...]. Teria sua afirmação generificada incidido sobre sua exclusão, sobre seu ostracismo político, entremeio à dominação engravatada, togada, cinzenta, pseudocristianizada? [...].

Na terra de meu nascimento, não havia índios. Sempre soube que a branquitude de minha ancestralidade desbravou a floresta inútil e desabitada do oeste bravio para aí instalar sua corajosa pobreza e à-mercê para o privilégio de sua colonização esgarçada e faminta. Mas o bugre estava lá. Eu ouvia seu nome e sentido e andarilhar pejorativo. Não havia índios, havia bugres. Isso me disseram. Isso lhes tomaram: sua terra, sua floresta, suas reservas sobreviventes, seus saberes, sua especificidade, seus nomes, para instar-lhes como ladrões, como alheios, como estranhos, como estrangeiros, como bugres, como búlgaros, como hereges. [...].

Até inícios do século passado, os bugreiros fizeram milhares de mortos, a contar por alto, nos bucólicos cantos de nossa germanidade catarinense. [...]. Tudo em nome de Deus, da família e da pátria. Ora, [...] os nossos bugres são também as nossas mulheres, também os nossos negros, as nossas negras, as nossas agricultoras, as nossas trabalhadoras, a nossa presidenta e Marielle Franco. Os caçadores de bugres não existem mais com nome e profissão, apesar da exclusão territorial, epistêmica e cidadã. [...]. Os bugreiros de outrora foram içados do tempo para a caça capitalista – ainda a mesma – mas, agora, com roupa de ir à missa ou ao congresso. [...].

E era isso que estávamos perdendo ao perder Dilma. Era isso ao que estávamos simplesmente regressando: a uma caça aos bugres, porque eles, definitivamente, quebram o pacto do patriarcado branco homogeneizado; porque eles definitivamente ameaçam o seu Deus dos privilégios exclusivos, a sua casa da família piramidal rija e infeliz, o seu senso de liberdade seletiva. Por Deus, pela família, pela liberdade, mas de quem? Não dos hereges – em quaisquer aspectos de sua heresia. [...].

No fundo, a misoginia do golpe é tentacular e avança sobre todas nós e sobre todas as nossas bandeiras em algum sentido feministas, em algum sentido inclusivas, em algum sentido socialistas, para não fazer restar, nas cadeiras do poder, senão essa imagem, senão esses rostos brancos, senão esses nomes masculinos e esses sorrisos vitoriosos. Essa vitória que se dá à custa de uma Dilma, de uma Vilma, de uma Yana e de todas as Marias Lulas da Silva, aqui, com a fissura final de uma política sexual, racial e classista, cujo objetivo derradeiro é aquele do bugreiro, do inquisidor, do colonizador (Sattler, 2024, p. 37-38-39).

A democracia, por mais incipiente que seja no Brasil, e com todas suas insuficiências, deve continuar sendo defendida todos os dias. Nós, como pesquisadoras, historiadoras, mulheres e feministas, devemos continuar insistindo: por nossas causas, nossas bandeiras, pela igualdade de gênero em todos os âmbitos, pelo fim da violência contra as mulheres, pela erradicação do feminicídio, pelo direito ao aborto, pelas nossas vidas e indubitavelmente, pelo aumento da representatividade política. Uma representatividade política feminista.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152p.
- AHMED, Sara. **La política cultural de las emociones**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.
- ALBERTI, Verena. Narrativas na História Oral. IN: **Simpósio Nacional de História**. Anais Eletrônicos. João Pessoa: ANPUH-PB, 2003, p. 1-10.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir, contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-202.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. IN: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. VII-XXV.
- AREND, Silvia Maria Fávero. Relações interétnicas na província de Santa Catarina (1850-1890). IN: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero. **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001, p. 31-52.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.
- ARAÚJO, Clara. Potencialidades e Limites da Política de Cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 09, n. 01, p. 231-252, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/V75SLT5r9DFZgHYJkfKqGXg/>. Acesso em 04 maio 2025.
- ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista Sociologia Política**, n. 24, p. 139-215, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/tGtdSWCqjLRJX4cSsLDHfdb/abstract/?lang=pt>. Acesso em 04 maio 2025.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho. O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 30, p. 151-162, 1996.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 458, 1995. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>. Acesso em: 9 abr. 2025.
- BARD, Christine. Para una historia de los antifeminismos. In: BARD, Christine (org.). **Un siglo de antifeminismo**: el largo camino de la emancipación de la mujer. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000. p. 25 – 39.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. IN: DEL PIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 607-639.

BEARD, Mary. **Mulheres e poder**: um manifesto. Tradução de Celina Portocarrero. São Paulo: Planeta Brasil, 2018, 116p.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENJAMIN, Walter. **Sobre arte, técnica, linguagem e política**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1992.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BESTER, Gisela Maria. A Luta Sufrágica Feminina e a Conquista do Voto Pelas Mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho – PR, n.25, 2016, p.327-343. Disponível em: <<http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/viewFile/907/pdf>>. Acesso em: 14 abril 2023.

BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 90, 2010, p. 45-69. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1765#quotation>. Acesso em 16 maio 2025.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 135-187.

BISCAIA, Cristina Ninô. Um golpe chamado machismo. IN: PRONER, Carol; *et al. (org.)*. **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016, p. 86-89.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

BONSANTO, André. Narrativas “historiográfico-midiáticas” na era da pós-verdade: Brasil Paralelo e o revisionismo histórico para além das fake News. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2021, p. 1-18. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5631>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5. Brasília, janeiro-julho, 2011, p. 193-216.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BUSNELLO, Bruna. **Cotas de gênero na política**: as mulheres na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1998-2018). 2023. 86 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade

Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/248001>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. **Chão da Feira**, Caderno n. 78, p. 1-16, 2018. Disponível em: http://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf. Acesso em 16 maio 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.

BRIGGMANN, Luísa Dornelles; WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira. IN: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de. **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Editora e Livraria Appris Ltda, 2019, p. 303-322.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. **Feminismo: perversão e submissão**. Vide Editorial, 2019.

CAPDEVILA, L.; ROCHA, S. R. S.; PEDRO, J. M. Resistência civil e jogos de gênero: França-Alemanha-Bolívia-Argentina (Segunda Guerra Mundial - anos 1970-1980). **Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, Fortaleza, v. 9, n. 19, p. 160–191, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/8203>. Acesso em: 15 maio 2025.

CARDOSO, Cláudia Pons. A construção da identidade feminista negra: experiências de mulheres negras brasileiras. Florianópolis: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 – Anais Eletrônicos**, 2013.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Feminismo-Feminismos. IN: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. (org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 251-255.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, n. 17, v. 49, p. 117-130, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/>. Acesso em 10 de abril de 2025.

CARVALHO, Maria L. M.; RIBEIRO, Suzana L. S. **História Oral na Educação: memórias e identidades**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013.

CHARTIER, Roger. A “nova” história cultural existe? In: LOPES, Antônio Herculano, VELOSO, Mônica Pimenta, PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). **História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006. pp. 29-43.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados: Ed. UFGD, 2014.

COLLING, Ana Maria. Violência Contra as Mulheres - Herança Cruel Do Patriarcado. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 8, n. Especial, p. 171–194, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/10944>. Acesso em: 3 maio 2025.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. Moreno, Renata (org.). **Reflexões e Práticas de Transformação Feminista**. São Paulo: SOF, 2015, p.13-42. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/01/reflex%C3%B5espraticasdetransforma%C3%A7%C3%A3ofeminista-1.pdf>. Acesso em 05 abril 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BELGE, Silma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. A diferença que o poder faz: interseccionalidade e democracia participativa. Tradução: Carina Jéssica de Souza; Elisa Duarte Nascimento. **Revista Sociologias Plurais**, v. 8, n. 1, p. 11-44, 2022.

CORDEIRO, Luiza Helena Lobo; MOTA, Maria Dolores de Brito. A “queima de sutiãs” de 1968: relações entre corpo e roupa na construção de um acontecimento simbólico feminista. **Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, [S. l.], v. 6, n. 13, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/7884>. Acesso em: 29 set. 2025.

COSTA, Emilia Viotti da. O mito da democracia racial no Brasil. In: **Da monarquia à república, momentos decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 1979, p. 365-385.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. IN: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 174-190.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002, p. 171- 188. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 abril 2025.

DE OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). **Cadernos Pagu**, v. 39, jul-dez., 2012, p. 313-343. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/TDrLgsgZ78XxyrcLm5yCxVv/>. Acesso em 28 abril 2025.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem História. **Revista de História**, São Paulo, n. 114, p. 31-45, 1983. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/62058>. Acesso em: 25 mar. 2025.

DINIZ, Debora. **Cartas de uma orientadora**: sobre pesquisa e escrita acadêmica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. **Cruz e Sousa: Modernidade e mobilidade social nas duas últimas décadas do século XIX**. Dissertação – Mestrado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

EVARISTO, Conceição. Marcos teóricos da escrevivência. IN: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (*org.*). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, p. 40-41, 2020.

FALUDI, Susan. **Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FÁVERI, Marlene de. Guardiãs da Brasilidade: as mulheres e a educação em Santa Catarina no Estado Novo. **Revista Ártemis**, [S. l.], n. 2, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/2345>. Acesso em: 29 abr. 2025.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de (uma) outra guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2024, 432p. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/nazismo-e-neonazismo-em-santa-catarina/>. Acesso em: 20 julho 2024.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, 2002, p. 314-332.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Lisboa: Edições 70, 2013.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. IN: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (*orgs.*). **Usos & abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 3-14.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, C. (Ed.). **Habermas and the Public Sphere**. London: MIT Press, 1992. p. 109-142.

FRIZZ, Verónica Aranda. Democracia y violencia contra las mujeres en política: la encrucijada del empoderamiento en dos escenarios. Estudios de casos en Chile y Argentina. **Descentrada**, vol. 8, núm. 2, 2024.

GALETTI, Camila Carolina Hildebrand. **Feminina sim, feminista não: uma análise das deputadas federais antifeministas de extrema direita na 56ª Legislatura**. 2024. 266 f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20%20GONZALEZ%2C%20L%20%20A9lia%20%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 15 abril 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOULART DA SILVA, Mayra; GOUVEIA, Giulia. De Alzira Soriano a Tainá de Paula: as eleições de 2020 sob uma perspectiva interseccional. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 32, n. 2, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/89624>. Acesso em: 17 maio. 2025.

HACKENHAAR, Clayton. A Campanha de Nacionalização em Santa Catarina (1937-1945): integração cultural e disputas políticas. **Revista Latino-Americana de História**, v. 4, n. 14, p. 152-168, 2015. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/644>. Acesso em: 19 out. 2025.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas**: 1850-1937. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1981.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HERMENETO, Miriam; AMATO, Gabriel. Performance narrativa em entrevistas públicas de História Oral: “E 68, hein? Memórias públicas de um ano inesquecível”. IN: MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; KIND, Luciana (*org.*). **Pesquisas com narrativas nas Ciências Humanas**: psicanálise, psicologia social, sociologia e história. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2022, p. 271-296.

hooks, bell. **“E eu não sou uma mulher?”: Mulheres negras e feminismo**. Trad. Livre para a Plataforma Gueto, 2014.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: España Editores S.A., 2002.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. Florianópolis: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 – Anais Eletrônicos**, 2013.

KLUG, João. Confessionalidade e etnicidade em Santa Catarina: tensões entre luteranos e católicos. **Revista de Ciências Humanas**, v. 16, n. 24, p. 111-127, 1998.

KLUG, João. Historiador explica por que Santa Catarina tem tantos grupos neonazistas. **Portal Catarinas**. Florianópolis, p. 1-12. maio 2023. Disponível em: <https://catarinas.info/historiador-explica-por-que-santa-catarina-tem-tantos-grupos-neonazistas/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

KYRILLOS, Gabriela M. Interseccionalidade: proposta de um mapa teórico provisório. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 32, n. 2, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/90290>. Acesso em: 8 abr. 2025.

KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. Memórias de histórias femininas, memórias e experiências. **Cadernos Pagu**. São Paulo, n. 8/9, 1997. p. 343-354.

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. Género y violencia política en América Latina: Conceptos, debates y soluciones. **Política y gobierno**, v. 23, n. 1, p. 127-162, 2016.

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. Violencia contra las mujeres en política: En defensa del concepto. **Política y gobierno**, Ciudad de México, v. XXIII, n. 2, p. 459-490, jul./dez, 2016.

KRUGER, Tanya Mayara. **Por trás das urnas: mulheres, poder e política no Espírito Santo (1982-2018)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2021.

LACERDA, Tessa Moura. A “questão feminina” e uma questão feminista: identidade. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, Brasil, v. 2, n. 37, p. 147–160, 2020. DOI: [10.11606/issn.1517-0128.v2i37p147-160](https://doi.org/10.11606/issn.1517-0128.v2i37p147-160). Disponível em: <https://revistas.usp.br/cefp/article/view/170432>.. Acesso em: 8 out. 2025.

LAURETIS, Teresa de. **Alice Doesn't: Feminism Semiotics Cinema**. Bloomington: Indiana University Press, 1984.

LIMA, Luiz Costa. **A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. IN: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 15-26.

LÓPEZ, Dinora Hernández. Radicalismo de derecha, misoginia digital y contrafeminismo. IN: MACÓN, Cecilia (org.). **Fervor y temblor: las nuevas derechas radicales desde el giro afectivo**. Florencio Varela: Universidad Nacional Arturo Jauretche, 2025, p. 85-110.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, tradução [N.I.], 22 (3): 320. Florianópolis, set-dez., 2014.

MACHADO, Maria das Dores. O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. In: VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 83-134.

MARQUES-PEREIRA, Bérengère. Cidadania. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle. **DICIONÁRIO CRÍTICO DO FEMINISMO**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 35-40.

MATHYAS, Alessandra da Mota. **Histórias impressas de Joinville: estudo da historiografia e da influência da imprensa na escrita da história da maior cidade de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu**, v. 43, 2014, p. 57-118. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/ZThn9C6WZM8tpMhN3BWM4Qp>. Acesso em 05 maio 2025.

MATOS, Marlise; BIROLI, Flávia. Democracia, Estado e patriarcado: disputas em torno dos direitos e das políticas de gênero. IN: HOLLANDA, Chico Buarque de; VEIGA, Luciana Fernandes; AMARAL, Oswaldo F. (org.). **A constituição de 88: trinta anos depois**. Curitiba: Ed. UFPR, 2018, p. 329-358.

MATOS, Marlise. A violência política, sexista, racista e interseccional: mapeando conceitos da violência política contra as mulheres. In: D'Ávila, Manuela (org). **Sempre foi sobre nós: Relatos da violência política de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021, p. 210-226.

MCCALL, Leslie. Does gender fit? Bourdieu, feminism, and conceptions of social order. **Theory and Society**, v. 21, n. 6, p. 837-867, dez. 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/657646>. Acesso em: 09 jan. 2025.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Memória, história oral e história. **Oralidades**, Revista de História Oral, ano 4, n. 8, 2010, p. 179-194.

MERLINI, Sara. Transgressão e limites: intercetar as alternativas de gênero na vida social. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 131, p. 51-72, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/14759#tocto1n1>. Acesso em 08 jun. 2025.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital Político e Carreira Eleitoral: Algumas Variáveis na Eleição para o Congresso Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, pp. 115-134, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flavia. **Feminismo e política: uma introdução**. Boitempo editorial: São Paulo – SP, 1ª ed., 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, 2015, p. 721-747. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/Tt9CxbWZZcc6HQQBKqhnszD/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 17 nov. 2025.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 590–621, 2016. DOI: 10.12957/dep.2016.25163. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MIGUEL, Raquel de Barros Pinto; PEDRO, Joana Maria. Narrativas de leitoras da revista Capricho: memória e subjetividade (1950 a 1960). **Cadernos Pagu**, n. 33, 2009, p. 235-264.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas. **OPSIS**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 316–329, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsis/article/view/34189>. Acesso em: 31 mar. 2025.

- MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. **Invadindo o mundo público: Movimentos de mulheres (1945-1964)**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09102015-132717/>. Acesso em: 29 abr. 2025.
- NASCIMENTO, Beatriz. **Uma História feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NASCIMENTO, Letícia Carolina. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- NICOCELI, Vanessa. **Hermann Blumenau: uma experiência de colonização em Santa Catarina (1846-1884)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006.
- NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, 116p.
- NICOLAU, Jairo. Como controlar o representante? Considerações sobre as eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, 2002, p. 219-236.
- NICOLAU, Jairo. Como aperfeiçoar a representação proporcional no Brasil. IN: IANONI, Marcus (org). **Reforma política democrática: temas, atores e desafios**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 153-176.
- NIETTO, Rose Méri. **Memórias, identidades e o processo de formação política de Marlene Soccas: uma militante de esquerda em tempos de Ditadura Civil Militar no Brasil (1960-1970)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/7536>. Acesso em 17 maio 2025.
- NUNES, Karla Leonora Dahse. **Antonieta de Barros: uma história**. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2001, 159p.
- OLIVEIRA, Maria Gloria de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**, v. 11, n. 28, 2018, p. 104-140.
- PAIVA, Carla Negrin Fernandes de; PRESTES, Isadora da Silva. **Antifeminismos e suas apropriações midiáticas digitais: implicações para as esferas democrática e cidadã**. Curitiba: Anais do 34ª Encontro Anual da Compós, 2025, p. 1-20.
- PASSERINI, Luísa. **Memoria y utopia: la primacia de la intersubjetividad**. Valencia: Universitat de Valencia, 2006.
- PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2000.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Traduzido por Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. IN: Miguel, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. **Teoria política feminista: textos centrais**. Rio de Janeiro: Editora Horizonte, 2013, p. 54-78.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Política & Sociedade**, v. 15, 2016, p. 296-316.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. IN: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. (orgs.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 278-321.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. **ArtCultura**, v. 9, n. 14, p. 55-70, 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/40109>. Acesso em 08 jun. 2025.

PEDRO, Joana Maria. Viver o gênero na clandestinidade. In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **História oral e história das mulheres: Rompendo silenciamentos**. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 33-56.

PEDRO, Joana Maria; LISBOA, Teresa Kleba. **Prefeitas de Santa Catarina: trajetórias de vida e na política**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

PERLATTO, Fernando. Associativismo, esferas públicas subalternas e covid-19: redes de solidariedade social e resistência política. **Revista Desigualdade & Diversidade**, n. 20, pp. 10-24, 2021.

PERROT, Michelle. **Práticas da memória feminina**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 9, n. 18: p. 09-18, 1989.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 2ª edição, 1992.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru: Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 4, p. 9-28, 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1733>. Acesso em: 27 mar. 2025.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, ano 9, 2001, p. 268-290.

PINTO, Céli Regina Jardim. Mulher e Política no Brasil: Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. **Revista**

Estudos Feministas, [S. l.], p. 256, 1994. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16109>. Acesso em: 12 out. 2025.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Celi Regina; SILVEIRA, Augusta. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). **Opinião Pública**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 178-208, 2018.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova**, n. 67, 2006, p. 15-47.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos, civis e políticos: a conquista da cidadania feminina. IN: PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Leila Linhares (org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 58-89.

PITANGUY, Jacqueline. Mulheres, Constituinte e Constituição. IN: ABREU, Maria Aparecida (org.). **Redistribuição, reconhecimento e representação**: diálogos sobre igualdade de gênero. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011, p. 17-46.

POPADIUK, Barbara; SCHMITT, Elaine; WOITOWICZ, Karina Janz. Luta e resistência política: a imprensa feminista brasileira nos anos 1970 e 90. IN: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de. **Mulheres de Luta**: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Editora e Livraria Appris Ltda, 2019, p. 56-74.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Rio de Janeiro: **Tempo**, v. 1, n. 2, 1996, p. 59-72.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**, São Paulo (14), 1997, p. 25-39.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Proj. História**, v. 22, 2001, p. 9-36.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de gênero, democracia paritária e inclusão política das mulheres. Belém: **Gênero na Amazônia**, n. 4, 2013, p. 15-35. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13162>. Acesso em 04 maio 2025.

PRÁ, Jussara Reis. Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. **Cadernos Pagu**, v. 43, p. 170-196, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/8nHJp8hN4rvR4sBpGWdKm9L/abstract/?lang=pt>. Acesso em 04 maio 2025.

RABAY, Glória. **Mulheres na Política e Autonomia**. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 2008.

RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. **História Cultural**, 2002. Disponível em: https://www.historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Feminismo_e_subjetividade.pdf. Acesso em: 08 out. 2025.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. IN: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2006, p. 21-42.

RASSI, Amanda Pontes. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: uma análise da “Marcha das vadias”. **Revista de História da UEG (REVHIST)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 43–63, 2012. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/599>. Acesso em: 2 dez. 2025

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FVG Editora, 1998.

RICOEUR, Paul. **La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido**. Madrid: Arrecife Producciones, 1999.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, 534p.

ROMÃO, Jeruse. Jeruse Romão desconstrói narrativas da branquitude sobre Antonieta de Barros. **Portal Catarinas**. Florianópolis, p. 1-12. out. 2023. Disponível em: <https://catarinas.info/jeruse-romao-desconstroi-narrativas-da-branquitude-sobre-antonieta-de-barros/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ROSALEN, Eloisa. A comemoração do cinquentenário de Chapecó (1967). **Cadernos do CEOM**, ano 25, n. 36, 2012, p. 15-43.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: MARIETA, F. M.; AMADO, J. **Usos e abusos da História oral**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2006.

ROVAI, Marta G. de Oliveira. A ética da escuta: o desafio dos pesquisadores em História Oral. **Revista Testimonios**, ano 4, n. 4, 2015, p. 109-119.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). **Tempo & Argumento**, v. 5, n. 10, 2013, p. 108-132.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **História oral e história das mulheres: Rompendo silenciamentos**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(2): 256, mai.-ago., 2012.

SACCHET, Teresa. Que reforma política interessa às mulheres? Cotas, sistema eleitoral e financiamento de campanha. IN: IANONI, Marcus (org). **Reforma política democrática: temas, atores e desafios**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 153-176.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; FREITAS, Larissa Viegas de Mello. Mulheres rurais em luta no final da ditadura. IN: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de. **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Editora e Livraria Appris Ltda, 2019, p. 166-184.

SALVARO, Giovanna Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 1, 2013, p. 79-89. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/nsBMhtnCxPpP53t6kkrjh9L/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, v. 8, n. 1, 2005, p. 29-42.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 27, 2020, p. 1-18. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/102266>.

SATTLER, Janyne. **Que sabia ela de ser filósofa?** Florianópolis: Folha Editora, 2024.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as Ciências Sociais. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 16, 2001.

SCOTT, Joan. História das mulheres. IN: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p. 63-96, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, 20 (2), p. 71-99, jul- dez. 1995.

SCOTT, Joan W. Experiência. IN: SILVA, A. L. da; LAGO, M. C.; RAMOS, T. R. O. (Org.). **Falas de gênero: Teorias, análises e leituras**. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 21-55.

SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SCOTT, Joan W.; TILLY, Louise. Women’s Work and the Family in Nineteenth-Century Europe. **Comparative Studies in Society and History**, v. 17, n. 1, 2009, p. 36-64. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/178370>. Acesso em: 29 set. 2025.

SCOTT, Joan W. **A fantasia da história feminista**. São Paulo: Autêntica Editora, 2024.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. São Paulo: Bazar do Tempo, 2021.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Claudia; VASCONCELLOS, Náira. **Os alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ed Ulbra, 1994. p.11 - 27.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e etnicidade no Vale do Itajaí (SC). USP: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2005, p. 14043-14058.

SEYFERTH, Giralda. Memória Coletiva, identidade e colonização: representações da diferença cultural no sul do Brasil. **MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA**, [S. l.], v. 11, n. 22, 2013. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1574>. Acesso em: 24 ago. 2025.

SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli. A construção da identidade masculina: alguns pontos para discussão. **Psicologia USP** 8(1), 1997, p. 113-130.

SPENGLER, Antônio Xavier. **“Estão indo às urnas para vingar Getúlio”**: A divisão da oligarquia Ramos e a campanha eleitoral de 1954 a partir dos jornais. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2024.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Feminilidade/feminino. IN: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. (org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 248-250.

SOARES, Fagno da Silva; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; PÔRTO JR., Gilson; (Orgs.). **HISTÓRIA PÚBLICA: operações historiográficas no tempo presente – vol. 1: Pensar**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2025. 243 p.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola na perspectiva social**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma (Org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 95-114;

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. IN: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 218-237.

SOIHET, Rachel. Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica?. **Estudos de Sociologia**, v. 13, n. 24, 2008.

TEDESCHI, Losandro. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados – MS: Editora UFGD, 2014.

TELLES, Maria Amelia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1999.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. Condição Feminina. IN: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. (org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 130-133.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. **História Oral**, v. 15, n. 2, p. 125-139, jul.-dez., 2012.

WERLANG, Alceu Antonio. Colonização Itálo-brasileira, teuto-brasileira e teuto-russa no Oeste de Santa Catarina: a atuação da CIA. Territorial Sul Brasil. **Cadernos do CEOM**, ano 13, n. 11, 1999, p. 11-53.

WOLFF, Cristina Scheibe. Como se forma uma “boa dona de casa”: A educação das mulheres teuto-brasileiras na colônia Blumenau (1850-1900). IN: MORGA, Antônio Emílio (org.). **História das Mulheres de Santa Catarina**. Chapecó: Editora Argos, 2001, p. 158-180.

WOLFF, Cristina S. Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Santa Catarina em História**, v.1, n. 1, 2009. Disponível em <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/428>. Acesso em: 20 out. 2025.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Por que estudar História de Santa Catarina?** Portal Catarinas: Florianópolis, 2022. Disponível em: <<https://catarinas.info/por-que-estudar-historia-de-santa-catarina/>>. Acesso em: 20 maio 2023.

YOUNG, Iris. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, v. 67, 2006, p. 139-190.

FONTES

Entrevistas

ALBINO, Angela. Entrevista concedida a Bruna Busnello. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 08/07/2024. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Bruna Busnello. Revisada por Bruna Busnello. 20 pág.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. Entrevista concedida a Bruna Busnello. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 23/10/2024. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Bruna Busnello. Revisada por Bruna Busnello. 46 pág.

CARMINATTI, Luciane Maria. Entrevista concedida a Bruna Busnello. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 20/05/2024. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Bruna Busnello. Revisada por Bruna Busnello. 26 pág.

CHOINACKI, Luci Teresinha. Entrevista concedida a Bruna Busnello. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 20/06/2024. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Bruna Busnello. Revisada por Bruna Busnello. 21 pág.

DA ROSA, Vanessa. Entrevista concedida a Bruna Busnello. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 11/06/2024. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Bruna Busnello. Revisada por Bruna Busnello. 26 pág.

DE LUCA, Ada Lili Faraco. Entrevista concedida a Bruna Busnello. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 17/06/2024. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Bruna Busnello. Revisada por Bruna Busnello. 35 pág.

FENGLER, Marlene. Entrevista concedida a Bruna Busnello. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 12/06/2024. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Bruna Busnello. Revisada por Bruna Busnello. 31 pág.

HEIDERSCHEIDT, Dirce. Entrevista concedida a Bruna Busnello. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 26/06/2024. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Bruna Busnello. Revisada por Bruna Busnello. 18 pág.

LIMA, Ana Paula. Entrevista concedida a Bruna Busnello. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 20/05/2024. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Bruna Busnello. Revisada por Bruna Busnello. 16 pág.

MARTINS, Anna Carolina Cristofolini. Entrevista concedida a Bruna Busnello. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 17/07/2024. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Bruna Busnello. Revisada por Bruna Busnello. 30 pág.

SALVATTI, Ideli. Entrevista concedida a Bruna Busnello. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 20/05/2024. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Bruna Busnello. Revisada por Bruna Busnello. 28 pág.

SCHRAMM, Simone. Entrevista concedida a Bruna Busnello. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 05/06/2024. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Bruna Busnello. Revisada por Bruna Busnello. 22 pág.

Sites

AGÊNCIA BRASIL. **TSE aprova criação da União Brasil, fusão entre DEM e PSL.** 2022. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-02/tse-aprova-criacao-da-uniao-brasil-fusao-entre-dem-e-psl#:~:text=O%20plen%C3%A1rio%20do%20Tribunal%20Superior,torno%20de%20R\\$%20160%20milh%C3%B5es](https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-02/tse-aprova-criacao-da-uniao-brasil-fusao-entre-dem-e-psl#:~:text=O%20plen%C3%A1rio%20do%20Tribunal%20Superior,torno%20de%20R$%20160%20milh%C3%B5es). Acesso em: 20 ago. 2025.

ALESC. **Memória Política de Santa Catarina.** Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ALESC, Agência. **Nota de Pesar: Morre a ex-vereadora de Criciúma, Tati Teixeira.** Disponível em: https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/nota-de-pesar-morre-a-ex-deputada-tati-teixeira. Acesso em: 21 out. 2025.

ALESC, Bancada Feminina. **Segurança Pública não é palanque e já passou da hora de admitirmos isso.** Disponível em: <https://bancadafeminina.alesc.sc.gov.br/seguranca-publica->

nao-e-palanque-e-ja-passou-da-hora-de-admitirmos-isso-por-ada-de-luca/. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 14986, de 25 de setembro de 2024. **Lei Nº 14.986, de 25 de Setembro de 2024**. Brasília, Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14986&ano=2024&ato=6e1o3Y65ENZpWT0fe>. Acesso em: 18 fev. 2026.

DEPUTADOS, Câmara dos. **Observatório Nacional da Mulher na Política**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/paineis-de-dados?fbclid=PAAdGRzdgOmwlRleHRuA2FlbQIXMQBzcnRjBmFwcF9pZA81NjcwNjczNDMzNTI0MjcAAafwyvSm3jkgRLMmZ3oTwCffL6-P4zX6QdKIN21c_BUpGZWuMo02f83RBJ3pwwg_aem_8RkW6b8etmrycJ6Rz_uSTA. Acesso em: 09 nov. 2025.

E-LEGIS. **Processo Legislativo Eletrônico**. Disponível em: <https://portalegis.alesc.sc.gov.br/proposicoes/processo-legislativo>. Acesso em: 09 ago. 2025.

IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc.html>. Acesso em: 20 ago. 2025.

NOTÍCIAS, Agência Câmara de. **Anos 60 e 70: ditadura e bipartidarismo**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/143270-anos-60-e-70-ditadura-e-bipartidarismo>. Acesso em: 09 out. 2025.

ONMP, Painel Eleições Gerais. **Mulheres nas eleições gerais: candidaturas e resultados**. Candidaturas e resultados. Disponível em: <https://eleicoesgerais-candidaturas.camara.leg.br/>. Acesso em: 21 maio 2025.

PACELLO, Isadora; DIAS, Adriana. Vínculo de Bolsonaro com neonazismo é claro e concreto, diz professora que achou carta em site. **Brasil de Fato**. São Paulo, p. 1-12. ago. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/17/vinculo-de-bolsonaro-com-neonazismo-e-claro-e-concreto-diz-professora-que-achou-carta-em-site/#>. Acesso em: 06 set. 2025.

PARALELO, Brasil. **Ana Campagnolo X 20 Feministas: “feto não é uma vida”, diz participante**. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/ana-campagnolo-x-20-feministas-feto-nao-e-uma-vida-diz-participante>. Acesso em: 21 nov. 2025.

PARALELO, Brasil. **Feminismo e Marxismo: com Ana Campagnolo**. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/ebooks/feminismo-marxismo-ana-campagnolo>. Acesso em: 21 nov. 2025.

PESSOA, Fernanda. SC – **Orientadora é afastada de escola por defender democracia e direitos humanos**. 2023. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2023/04/09/sc-orientadora-e-afastada-de-escola-por-defender-democracia-e-direitos-humanos/>. Acesso em: 09 abr. 2025.

Portal do Estado de Santa Catarina. **LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/governadores-de-santa-catarina/luiz-henrique-da-silveira/>. Acesso em: 19 fev. 2026.

TRE. **Tribunal Regional Eleitoral - Santa Catarina**. Disponível em: <https://www.tre-sc.jus.br/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

TSE. **Estatísticas eleitorais**. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao/home?session=307963017634182>. Acesso em: 30 nov. 2025.

TSE. **Faltam 23 dias**: partidos devem respeitar cota de gênero para candidaturas. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Setembro/faltam-23-dias-partidos-devem-respeitar-cota-de-genero-para-candidaturas>. Acesso em: 25 out. 2025.

APÊNDICE A – PLANO DE AULA

TEMA

A importância da representatividade política das mulheres

OBJETIVOS

Objetivo Geral: Refletir sobre a importância da presença de mulheres em espaços da política institucional a partir da análise de fontes orais das deputadas estaduais de Santa Catarina, relacionando a leitura das narrativas com as dificuldades e as possibilidades das mulheres no campo político.

Objetivos Específicos:

1. Reconhecer a importância da representatividade política das mulheres;
2. Identificar historicamente os principais obstáculos para mulheres ocuparem cargos políticos, considerando categorias interseccionadas como raça e classe;
3. Compreender as narrativas como fontes históricas;
4. Refletir sobre a conquista de direitos políticos das mulheres;
5. Analisar as diferenças e semelhanças entre as mulheres eleitas em Santa Catarina.

CONTEÚDO

- Análise das narrativas orais;
- A presença de mulheres na política institucional;
- História das Mulheres;
- Diferenças e semelhanças entre as mulheres eleitas;
- Movimento sufragista;
- Representatividade política.

METODOLOGIA

O presente plano de aula pretende utilizar como metodologia principal a análise das narrativas das deputadas estaduais de Santa Catarina. Como procedimento final, a ideia é que produzam um vídeo ou um texto falando sobre a importância da presença das mulheres na política institucional.

DESENVOLVIMENTO DO TEMA E PROCEDIMENTOS

Primeira aula – 80 minutos

- **Introdução**

Para introduzir a aula, deve-se dialogar com os saberes prévios dos/as estudantes. Para isso, deve ser feita a pergunta: “o que se entende por política?” “Quando você pensa em uma pessoa na política, qual imagem vem à sua mente?” “Como essa pessoa é?” “Quantas mulheres na política institucional eles/as conhecem?” “Por que acreditam ter mais homens do que mulheres na política?” “Como as narrativas podem ser utilizadas como fontes históricas?” Esta introdução ao tema permitirá que o/a professor/a responsável parta dos conhecimentos prévios dos/as estudantes para realizar o diálogo.

- **Apresentação do tema**

- Abordar sobre o que é a política institucional e como ela se difere de outras formas de fazer política;
- Apresentar a luta do movimento sufragista para a conquista dos direitos políticos das mulheres;
- Discutir sobre o baixo número de mulheres eleitas, apresentando elementos históricos – como a divisão sexual do trabalho - e as conquistas tardias dos direitos políticos das mulheres (o movimento sufragista) – que explicam de certa forma as dificuldades para elas;
- Apresentar dados das mulheres eleitas em Santa Catarina;
- Explicar sobre as fontes orais, como foram construídas e por que são importantes para a História.

- **Análise das narrativas**

O/a professor/a responsável deve selecionar trechos das entrevistas com as deputadas estaduais que falem sobre diferentes assuntos, como: porque decidiram entrar na política; desafios; diferenças de tratamento em relação aos homens; projetos que defenderam durante o mandato e a importância da representatividade política. Em seguida, sugere-se que divida a turma em grupos de três pessoas e entregue um trecho de cada entrevista para cada grupo;

Cada grupo deve ler o trecho, discutir sobre ele e responder à três perguntas: “O que a deputada está contando sobre sua experiência?” “Você acha que isso poderia ocorrer da mesma maneira com um homem na política?” “Por que essa experiência é importante para a representatividade política?”

Após responderem as questões no grupo individual, as respostas devem ser socializadas com o restante da turma, com o objetivo de comparar e discutir as entrevistas analisadas pelos/as estudantes.

- **Proposta de avaliação**

Sugerir que individualmente, os/as estudantes produzam vídeos de até dois minutos ou um texto, falando sobre a importância das mulheres na política institucional. Solicitar que articulem suas produções com o que foi visto em sala de aula: o movimento sufragista, as narrativas das deputadas estaduais, e as discussões realizadas.

Segunda aula – 40 minutos

Em um terceiro momento, a proposta é que sejam exibidas as produções dos/as vídeos e textos dos/as estudantes. Em seguida, deve-se dialogar com eles/as sobre como foi a produção dos vídeos e textos, quais foram as dificuldades e as facilidades e o que eles/as compreenderam sobre o assunto.

RECURSOS DIDÁTICOS

- *Slides* em formato de *PowerPoint*;
- Computador ou *notebook*; projetor;
- Quadro branco e caneta para quadro branco;
- Celulares com câmeras de vídeo;
- Papel e caneta.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser realizada durante todo o decorrer das aulas, procurando detectar os conhecimentos prévios dos/as estudantes (por isso, diagnóstica) e verificando se os objetivos do plano de aula foram alcançados – a compreensão das narrativas como fonte histórica; o entendimento das mudanças e permanências culturais; e a importância da presença das mulheres na política institucional - (no entanto, formativa). Entendendo o processo de ensino-aprendizagem como algo construído coletivamente.

APÊNDICE B - ROTEIRO GERAL DAS ENTREVISTAS

Roteiro de entrevista do projeto **MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)**



Deputadas estaduais de Santa Catarina

Este roteiro de entrevista faz parte do projeto de pesquisa de Mestrado da discente Bruna Busnello, matriculada no Programa de Pós-Graduação em História Global (PPGH) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob orientação da professora Dra. Joana Maria Pedro. A entrevista parte da metodologia da História Oral Temática e tem como objetivo entender a trajetória política das mulheres eleitas na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

I – Dados da entrevistada

Nome Completo:

Local e data de nascimento:

Endereço atual:

Email:

Telefone:

Profissão atual:

Profissões anteriores:

Nível de Instrução:

Identidade de Gênero:

Estado Civil:

II- Dados dos contatos

Data da entrevista:

Local da entrevista:

Nome de quem entrevista:

Em nome de toda equipe do Projeto “Mandonas” queremos agradecer sua atenção e por nos conceder esta entrevista.

Você concorda que utilizemos sua entrevista para a produção da minha pesquisa de Mestrado, e para demais pesquisas do LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina?

1. Como você se identifica? Branca, Negra, mestiça, indígena? Outra identificação?
2. Como você compreende que sua raça influenciou em sua eleição?

3. De que forma você vê a falta de mulheres negras e indígenas ocupando cadeiras na ALESC?
4. Você se identifica como feminista ou como antifeminista? Ou como feminina? Em sua época de atuação, já se falava sobre feminismo?
5. Em relação à sua sexualidade, você se considera heterossexual, bissexual, homossexual ou outro?
6. Você já teve ou tem atuação em movimento de mulheres ou de sexualidades dissidente? Participou ou participa de algum movimento social?
7. Pode me falar de sua família, onde nasceu, qual a profissão de seus pais e contar um pouco de sua infância e adolescência? E de sua vida adulta, namorado/a, casamento ou não, filhos, seu trabalho?
8. Qual seu grau de escolaridade? Consegue identificá-lo como determinante em sua atuação política?
9. Qual sua profissão antes de ingressar na ALESC? Como isso pode ter influenciado para ingressar na política?
10. Na sua família alguém já foi candidato ou candidata a um cargo político? Ou já fez campanha, foi cabo eleitoral de alguém, enfim se envolveu com a política?
11. Quando e para o que você se candidatou pela primeira vez? O que a motivou a se candidatar? Como se deu a definição de sua candidatura? Quantos anos você tinha? Você tinha envolvimento com política antes de se candidatar?
12. Como você vê o cenário político na época em que foi eleita?
13. Em que ano, e com qual idade foi eleita para ALESC pela primeira vez?
14. Você identifica que o fato de ter sido eleita possa ter relação com a sua família, com sua trajetória política ou com sua militância?
15. Como foi a campanha eleitoral? Pode nos contar? Você era casada, tinha filhos? Como ficou sua vida familiar com a campanha? Recebeu algum apoio? Qual?
16. Você utilizou a internet para realizar campanha? Se sim, como?
17. Você recebeu apoio do seu partido na campanha e durante o mandato? Como foi sua relação com o partido? Ocupou algum cargo de liderança no interior do partido?
18. Houve financiamento do partido para sua campanha?
19. Como você percebe a relação de seu partido com as mulheres? Há alguma diferença quando comparado aos homens?
20. Com quais partidos políticos esteve engajada em sua trajetória política? Como você se posiciona no campo político? Mais à esquerda? À direita? No centro? Por quê?
21. Você se beneficiou de alguma política pública, como cotas para mulheres?

22. Pode falar um pouco de sua atuação política? Quais as questões principais de sua atuação? O que defendeu na sua campanha? O que já conseguiu realizar?
23. O fato de ser mulher dificultou sua campanha e sua atuação no espaço político? Ou ajudou? Como?
24. Desde a criação da ALESC, apenas 18 mulheres ocuparam cadeiras como eleitas ou suplentes. Como é/foi para você atuar em um parlamento majoritariamente masculino?
25. Qual seria, na sua opinião, a razão para baixa presença de mulheres eleitas deputadas estaduais em SC?
26. Você acha que o sistema eleitoral de lista aberta dificulta a eleição de mais mulheres? Há outros motivos?
27. Sente que o fato de ser mulher auxiliou ou dificultou a proposta e aprovações de projetos?
28. De quais projetos de leis mais se orgulha? Acredita que seus projetos são voltados às mulheres?
29. Ainda em relação à proposição de projetos. Há pautas que gostaria de defender em relação às mulheres, e não as faz devido a dinâmica partidária e política?
30. Você utiliza/utilizou a internet para se comunicar com seus eleitores?
31. Participou de alguma Comissão Legislativa? Identifica que há uma divisão de trabalho entre homens e mulheres nas Comissões da ALESC?
32. Sente que já passou por algum caso de violência política de gênero? Se sim, o que aconteceu?
33. Percebe que sofreu algum ataque ou ameaças pela internet?
34. Quais os mecanismos utilizados por você podem ser identificados como formas de resistência por ser mulher dentro do espaço político?
35. Em algum momento você usou a feminilidade nas disputas políticas? Quando e como?
36. Como ficaram as tarefas domésticas na sua casa durante a campanha e durante seu mandato?
37. Como foi o envolvimento de seu marido/companheiro na época da campanha e durante o mandato?
38. Suas atividades como mãe, como você organizou durante a campanha e o mandato? Considera a maternidade como fator influente para sua trajetória política?
39. Qual atividade exerce agora? Continua na carreira política? Como a política influenciou sua atividade agora?
40. Como você avalia sua trajetória política?

APÊNDICE C – TEXTO PADRÃO ENVIADO ÀS DEPUTADAS ANTES DAS ENTREVISTAS



Pesquisa de Mestrado em História - UFSC

Desde a criação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), apenas 18 mulheres ocuparam cargos como deputadas estaduais (sendo eleitas ou suplentes) até o momento atual. Me chamo Bruna Busnello, sou historiadora formada pela Universidade Federal de Santa Catarina e atualmente mestranda em História Global pelo Programa de Pós-graduação em História na mesma universidade, orientada pela professora Dra. Joana Maria Pedro. Meu projeto de pesquisa de mestrado é destinado a compreender a trajetória política das mulheres que foram e são deputadas estaduais em Santa Catarina. Para tanto, a proposta parte da metodologia da História Oral. Por isso, pretendo realizar entrevistas com todas as mulheres deputadas e ex-deputadas, que assumiram o pleito entre 1985 e 2024. O método de fazer História Oral, para nós, historiadoras, tem sido muito enriquecedor, pois, por meio das narrativas das próprias mulheres, buscarei compreender e analisar como foram suas trajetórias políticas, quais foram as dificuldades que precisaram enfrentar, as facilidades, as resistências, como foi a campanha, qual é a relação com os partidos políticos etc. O depoimento que recolher delas, serão transformados em fontes históricas (transcritos) e contribuirão para formação da narrativa historiográfica de Santa Catarina e para a História das Mulheres. As entrevistas contam com um roteiro prévio de perguntas que será enviado para aquelas que aceitarem a realização da mesma, no qual, os temas abordados foram citados acima. Imagino que, para realizar, precisaria em torno de 1h até 1:30h. Gostaria de entrevistar cada deputada individualmente. Essas entrevistas podem ocorrer presencialmente ou por meio de plataformas digitais (via google Meet ou Zoom), conforme as deputadas preferirem. Será enviado um “Termo de autorização de uso de imagem e som”, para as mulheres assinarem, caso aceitem que essa entrevista e suas narrativas sejam utilizadas como fontes históricas para minha pesquisa. Destaco que não há um “certo” ou “errado” para as respostas, apenas quero compreender suas trajetórias pelas suas perspectivas. Gostaria de realizar essas entrevistas até a metade do mês de agosto de 2024. Essa pesquisa também faz parte do projeto “Mandonas”, coordenado pela minha orientadora e pela professora Dra. Teresa Kleba Lisboa, que busca ouvir

as mulheres que ocuparam cargos de lideranças nos países do Cone Sul. A contribuição de cada deputada seria extremamente importante para o desenvolvimento da minha pesquisa e contribuiria muito para a historiografia. Espero contar com todas e agradeço a atenção desde já. Atenciosamente,

Bruna Busnello

Florianópolis, 2024.

APÊNDICE D – TERMO DE DOAÇÃO DE ENTREVISTAS

Termo de Doação de Entrevistas Orais e Transcrições



Eu, _____, RG nº: _____, declaro para os devidos fins que concedo todos os direitos de minha entrevista, realizada no dia _____, dada para o Projeto MANDONAS, coordenado pela professora Dra. Joana Maria Pedro e para o projeto de pesquisa de Mestrado em História Global, da estudante Bruna Busnello, para a utilização integral ou em partes, sem restrição de prazos e citações, desde a presente data, com finalidade de pesquisa histórica e publicação. Da mesma forma, autorizo a terceiros o uso do texto final que estará sob a guarda do Laboratório de Estudos de Gênero e História/UFSC.

Assinatura:

Nome completo legível:

Local e data de nascimento:

Email:

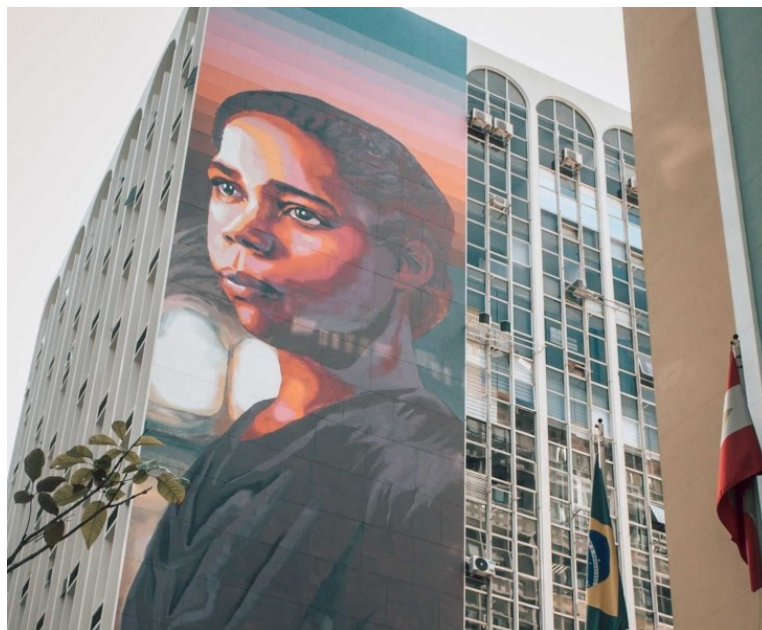
Profissão:

Instituição:

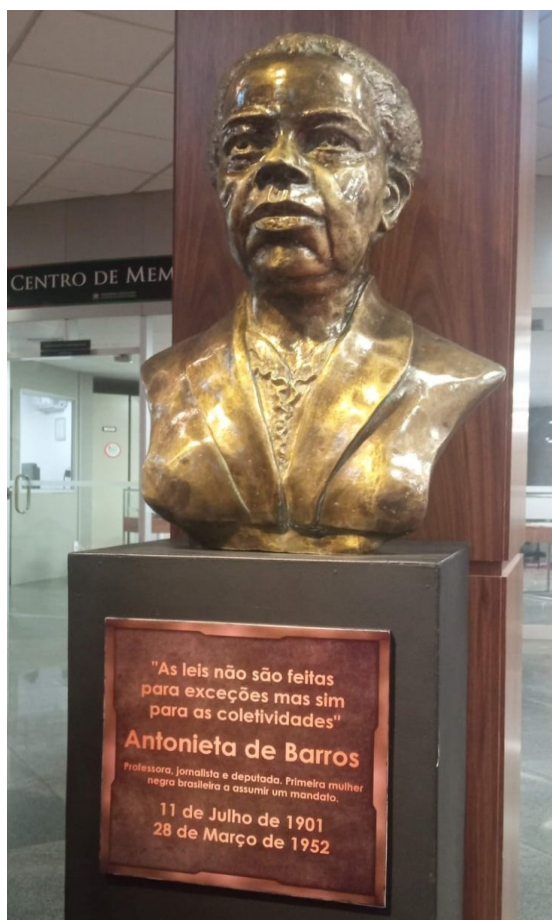
Local da entrevista:

Data da entrevista:

ANEXO A – IMAGENS DE ANTONIETA DE BARROS



Mural de Antonieta de Barros em prédio no Centro de Florianópolis.
Foto: Bruno Collaço / Fonte: AGÊNCIA AL.



Busto de Antonieta de Barros no *hall* da ALESC.
Fonte: Acervo da autora.

ANEXO B - FOTO COM A EX-DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT

Foto: acervo pessoal da autora. Florianópolis – SC, junho de 2024.

ANEXO C – FOTO COM A EX-DEPUTADA LUCI CHOINACKI

Foto: acervo pessoal da autora. Florianópolis – SC, junho de 2024.